

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Sinuê Neckel Miguel

O labirinto da autogestão: caminhos e bloqueios do projeto socialista iugoslavo

CAMPINAS
2017

SINUÊ NECKEL MIGUEL

O labirinto da autogestão: caminhos e bloqueios DO PROJETO SOCIALISTA IUGOSLAVO

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO SINUÊ NECKEL MIGUEL, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. LILIANA ROLFSEN PETRILLI SEGNINI



Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 12072/13-3; CNPq, 141050/2012-8

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M588L

Miguel, Sinuê Neckel, 1985-
O labirinto da autogestão : caminhos e bloqueios do projeto socialista iugoslavo / Sinuê Neckel Miguel. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Liliana Rolfsen Petrilli Segnini.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Autogestão. 2. Socialismo - Iugoslávia. 3. Classes sociais - Iugoslávia. I. Segnini, Liliana Rolfsen Petrilli,1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The self-management labyrinth : paths and blockades of the Yugoslav Socialist project
Palavras-chave em inglês:
Self-management
Socialism - Yugoslavia
Social classes - Yugoslavia
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutor em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Liliana Rolfsen Petrilli Segnini [Orientador]
Savio Machado Cavalcante
Claudio Henrique de Moraes Batalha
Antonio José Romera Valverde
Lúcia Emilia Nuevo Barreto Bruno
Data de defesa: 27-03-2017
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 27 de março de 2017, considerou o candidato Sinuê Neckel Miguel aprovado.

Profa. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini - UNICAMP

Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde – PUC-SP

Profa. Dra. Lúcia Emilia Nuevo Barreto Bruno – USP

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante - UNICAMP

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha - UNICAMP

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedico à minha avó Magali, professora de história que muito me influenciou, falecida nos últimos dias de escrita dessa tese.

Agradecimentos

O percurso de pesquisa e escrita de uma tese de doutorado é bastante árduo, comportando desafios intelectuais e pessoais de grande monta. O sucesso nessa empreitada certamente não seria possível sem que muitas pessoas tivessem me apoiado e ajudado direta ou indiretamente ao longo da realização da tese. Por isso se faz necessário agradecer àqueles e àquelas que de algum modo contribuíram para que eu pudesse concluir com êxito a tarefa a que me propûs.

À minha orientadora, Liliana Segnini, agradeço por ter me aceito como seu orientando, acolhendo um projeto de pesquisa acerca de um tema quase inexplorado no Brasil. O respeito à minha autonomia intelectual conjugado à exigência de rigor acadêmico foram decisivos para que a tese fosse desenvolvida à contento.

Agradeço aos professores que comporam a banca de qualificação de tese, Antonio Valverde e Lúcia Bruno, por sua importante contribuição para a definição do caminho da pesquisa numa etapa ainda intermediária e marcada por significativas incertezas.

Aos professores que constituíram a banca de exame de tese, Antonio Valverde, Lúcia Bruno, Cláudio Batalha e Sávio Cavalcante, agradeço pela apreciação crítica, com inúmeras observações, sugestões e críticas pertinentes que foram levadas em consideração, tanto quanto possível, na retificação final da escrita da tese.

Ao CNPq agradeço pela bolsa de doutorado e à CAPES agradeço pela bolsa de doutorado "sanduíche", ambas absolutamente fundamentais para possibilitar materialmente uma adequada dedicação à pesquisa e à escrita da tese. Destaca-se sobretudo a importância do período de estágio na França, permitindo-me o fácil acesso à ampla bibliografia especializada na Iugoslávia e na autogestão, além de propiciar um profícuo diálogo com pesquisadores dessas temáticas.

Aos funcionários e todos os trabalhadores da Unicamp obrigado pela dedicação à universidade que propicia aos professores e aos alunos as condições institucionais para a produção de conhecimento. Obrigado ao Reginaldo e à Beatriz, secretários da pós-graduação que me ajudaram prontamente sempre que necessário.

À Danièle Linhart, co-orientadora do estágio "sanduíche" em Paris, agradeço pela calorosa acolhida e orientação profissional no GTM/CRESSPA.

À Catherine Samary, além da acolhida na França, agradeço pelo constante e aprofundado diálgo acerca da experiência iugoslava, da autogestão e do socialismo. Sua generosa disposição para ensinar, conjugadas à sua abertura de espírito, largo domínio da

temática e perspicácia teórica foram cruciais para que eu pudesse retificar e melhor definir minha própria abordagem, ainda que em grande medida inspirada na sua perspectiva.

Aos pesquisadores Goran Musić, Darko Suvin, Rory Archer, Josip Mihaljević, Bozidar Jaksic, Vladimir Unkovski-Korica, Frank Georgi, Pierre Rolle e Maxime Quijoux muito obrigado por partilharem comigo importantes informações e reflexões sobre a Iugoslávia e a autogestão.

Ao professor e amigo Carlos Schmidt, agradeço pela presença na minha trajetória acadêmica e pessoal desde a graduação, com importante influência política e pelo qualificado diálogo sobre a economia solidária e o socialismo.

Aos professores Alysson Mascaro, Dora Incontri, Márcio Naves, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Ricardo Antunes, Fernando Dillenburg, Valeriano Costa, Robeto Heloani, Evaldo Piolli, Ângela Araújo, Dari Krein, Henrique Novaes, Cláudio Nascimento e Luís Felipe Miguel agradeço pelas indicações bibliográficas, pelos diálogos e pelas aulas ministradas que contribuíram de algum modo com a reflexão teórica empreendida explícita e implicitamente nessa tese.

Aos colegas Marcílio e Maya, muito obrigado pela parceria e pelo apoio nesses anos em que estivemos na condição de doutorandos.

Minha gratidão aos amigos que me acompanharam mais de perto e me ajudaram de diversas maneiras, Davi, Alessandra, Mari, Antônio, Emiliano e Ariadne. Agradeço aos amigos da moradia estudantil pelos anos de partilha e de bons momentos da vida em comunidade, especialmente aos parceiros de fogueira nas noites frias de Campinas, Márcio, Gisele, Ricardo, Jaqueline, Aneci, Fernando, Alieth, Uruguaio, Lívia, Viviane e Samuel. Ao pessoal da ITCP e do UP, obrigado pela amizade e pelo companheirismo na militância. Taufic, Theo, Lais, Gabi, Vini e o bravo povo do Elisabeth Teixeira e do Milton Santos, vocês foram importantes para dar concretude à ideia de lutar por um mundo socialmente melhor.

Aos amigos e colegas de doutorado, obrigado pelas trocas de ideias. Ana, Thiago, Adelma, Rafael e Victoria, obrigado por mostrarem alegria na vida de pesquisadores politicamente engajados.

Agradeço muito aos amigos René e Silvia por todo o acolhimento e imenso apoio durante a estadia na França. À Isabelle, Nathalie, Anastasia, Paula e Fátima muito obrigado pelo apoio e amizade. Ao “seu” Santos e à “dona” Celeste, obrigado pela ajuda em todos os momentos “de aperto”.

A toda a minha família, agradeço demais pelo carinho e incentivo. Em especial, obrigado pelo acolhimento no nosso retorno à Porto Alegre. Thalis, Camila, Fátima, Izauri,

Cari e Fabius, muito obrigado pelo caloroso abrigo. Muito obrigado à tia Inês e ao tio Marlon pela ajuda com o Léo e ao vô Deodato e à vó Julieta pela sempre generosa acolhida. Obrigado ao Rafael pela tela inspirada na autogestão. Aos meus irmãos Thalis, André e Marcelo muito obrigado por manter nossa conexão mesmo com os anos de distância. Aos meus pais, Alexandre e Clarice, minha eterna gratidão pelo apoio irrestrito e sempre amoroso, especialmente nos momentos mais difíceis, naqueles em que parecia que "não ia dar".

Ao meu sogro e à minha sogra, Antônio e Lucineide, muito obrigado por todo o grande apoio ao longo desses anos.

À Ana Paula, minha esposa e companheira de tantas batalhas, que tanto me influenciou com sua rebeldia política, meu agradecimento especial por ter vivido comigo esta longa e exigente jornada. Certamente as privações foram muitas, e você melhor do que ninguém compreende a dimensão dos nossos sacrifícios. Sem o seu amor e o seu apoio eu não conseguiria ter chegado até aqui. A conclusão dessa tese é uma vitória nossa. Muito obrigado, de todo o coração.

Ao José, que teve de amadurecer em meio a tantas mudanças, obrigado por enfrentar as dificuldades e crescer junto da gente. Ao Leonardo, fonte de genuína alegria para todos nós, muito obrigado por nos ajudar a renovar nossas forças e esperanças nesse momento cheio de turbulência e de lutas. O amor que nos une deu a devida medida às coisas que mais importam na vida.

Resumo

A tese trata do sistema de autogestão da Iugoslávia, examinando a sua estrutura e dinâmica geral das relações de classe. Fundamentalmente, postulamos que o estudo dos conflitos e alianças de classe é crucial para a compreensão dos limites e possibilidades da autogestão e do projeto socialista iugoslavo.

Nossa tese então apresenta e discute o que foi a autogestão iugoslava, levando em consideração as suas diferentes fases históricas e procurando destacar as principais questões e conflitos envolvendo a democracia participativa, o desempenho econômico e a dinâmica das relações de poder. Para melhor situar a avaliação sobre a experiência iugoslava foi realizada discussão teórica acerca das relações entre socialismo, mercado, democracia e autogestão.

Em seguida, apresentamos o ponto de vista crítico à autogestão iugoslava desenvolvido pelo grupo Praxis, que foi uma escola do pensamento iugoslavo constituída em grande parte por filósofos marxistas que propuseram um socialismo humanista. Publicaram a revista *Praxis* de 1964 a 1974 (e sua edição internacional de 1965 a 1974) e, no mesmo período, mantiveram um encontro anual na ilha de Korčula, na Croácia, no qual participavam nomes de relevo do pensamento crítico e marxista, como Ernst Bloch, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Henri Lefebvre e Ernest Mandel.

A análise do grupo Praxis se justifica na tese como uma peça fundamental para esclarecer quais eram a estrutura e dinâmica de classes da Iugoslávia. Sua ação político-intelectual contestadora de certas orientações tomadas ao longo da experiência iugoslava reclamou por uma radicalização da autogestão, criticou a burocratização e a reforma mercantil e realizou uma análise de classes que culminava na crítica à escalada dos nacionalismos. A ação repressora de autoridades iugoslavas colocou fim a atividade docente dos principais intelectuais da *Praxis*.

O entendimento do sentido político da repressão ao grupo Praxis sugere que ele de fato representou a possibilidade de desenvolvimento de uma alternativa política contraditória com o monopólio vanguardista atribuído à Liga dos Comunistas, e também com os privilégios sócio-políticos das camadas sociais dominantes no sistema político-econômico iugoslavo, gradativamente constituídas em classe dominante dividida em duas frações: os *dirigentes* da burocracia estatal e os *gerentes* da burocracia empresarial.

Finalmente, procedemos a uma tentativa de definição da estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava pós-capitalista, com base no modelo teórico desenvolvido por Michael Lebowitz para explicar o "socialismo real". Basicamente, para o

autor as chamadas sociedades do “socialismo real” foram formações sociais híbridas compostas por relações de produção de vanguarda e pela reprodução contestada (pelos gerentes de empresas, que incorporaram a lógica do capital), cujo específico modo de regulação de vanguarda (para assegurar a produção das premissas do sistema) era constituído pelo controle dos gerentes por meio do plano administrativo-diretivo e por meio de um contrato social tácito com a classe trabalhadora, cuja lógica manifestava-se em sua “economia moral”. Com uma apropriação desse desenho teórico devidamente adaptado para o singular caso iugoslavo pretendemos contribuir com o entendimento da correlação de forças que bloqueou o desenvolvimento da autogestão, levando em consideração os efeitos das reforma mercantil e da burocratização.

Palavras-chave: autogestão; socialismo; classes; Iugoslávia.

Abstract:

The thesis deals with Yugoslavia's self-management system, by examining its structure and general dynamics of class relations. Fundamentally, we postulate that the study of class conflicts and alliances is crucial for understanding the limits and possibilities of self-management and the Yugoslav socialist project.

Then, our thesis presents and discusses what was the Yugoslav self-management, taking into account its different historical phases and seeking to highlight the main issues and conflicts involving participatory democracy, economic performance and the dynamics of power relations. To better situate the evaluation of the Yugoslav experience, a theoretical discussion about the relations between socialism, market, democracy and self-management was held.

Next, we present a critical view of Yugoslavian self-management developed by the Praxis group, which was a school of Yugoslav thought largely made up of Marxist philosophers who proposed a humanist socialism. They published the *Praxis* magazine from 1964 to 1974 (and its international edition from 1965 to 1974) and held an annual meeting on the island of Korčula, Croatia, in which participated prominent names of critical and Marxist thought, such as Ernst Bloch, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Henri Lefebvre and Ernest Mandel.

The analysis of the Praxis group is justified in the thesis as a fundamental piece to clarify what were the class structure and dynamics of Yugoslavia. His politico-intellectual action challenging certain orientations taken throughout the Yugoslav experience called for a radicalization of self-management, criticized bureaucratization and mercantile reform, and conducted a class analysis culminating in criticism of the escalation of nationalism. The repressive action of Yugoslav authorities put an end to the teaching activity of the main intellectuals of *Praxis*.

The understanding of the political sense of the repression to the Praxis group suggests that it actually represented the possibility of developing a political alternative that will be contradictory to the avant-garde monopoly attributed to the League of Communists and also to the socio-political privileges of the dominant social strata in the Yugoslav political-economic system, gradually constituted in the ruling class divided into two fractions: the *leaders* of the state bureaucracy and the *managers* of the corporate bureaucracy.

Finally, we attempt to define the class structure and dynamics in post-capitalist Yugoslav social formation, based on the theoretical model developed by Michael Lebowitz to

explain “real socialism”. Basically, for the author the so-called “real socialist” societies were hybrid social formations composed of vanguard production relations and contested reproduction (by corporate managers, who incorporated the logic of capital), whose specific mode of vanguard regulation (to assure the production of the premises of the system) was constituted by the control of the managers by means of the administrative-directive plan and by means of a tacit social contract with the working class, whose logic was manifested in its “moral economy”. With an appropriation of this theoretical design duly adapted to the unique Yugoslav case, we intend to contribute to the understanding of the correlation of forces that blocked the development of self-management, taking into account the effects of market reform and bureaucratization.

Keywords: self-management; socialism; classes; Yugoslavia.

Résumé:

La thèse porte sur le système d'autogestion yougoslave, dont elle examine la structure e la dynamique globale de ses rapports de classe. Fondamentalement, nous postulons que l'étude des conflits et des alliances de classe est cruciale pour comprendre les limites et les possibilités de l'autogestion et du projet socialiste yougoslave.

Notre thèse présente et discute ensuite ce qu'était l'autogestion yougoslave, en tenant compte de ses différentes étapes historiques et en cherchant à mettre en évidence les principaux enjeux et les conflits impliquant la démocratie participative, la performance économique et la dynamique des relations de pouvoir. Pour mieux situer l'évaluation de l'expérience yougoslave nous discutons au plan théorique la relation entre le socialisme, le marché, la démocratie e l'autogestion.

Ensuite, nous présentons le point de vue critique concernant l'autogestion yougoslave développé par le groupe Praxis, qui était une école de pensée yougoslave constituée en grande partie par des philosophes marxistes qui ont proposé un socialisme humaniste. Ils ont publié la revue Praxis entre 1964 et 1974 (et son édition internationale entre 1965 et 1974) et, dans la même période, ils ont tenu une réunion annuelle sur l'île de Korčula en Croatie, à laquelle ont participé des grands noms de la pensée critique et marxiste, comme Ernst Bloch, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Henri Lefebvre et Ernest Mandel.

L'analyse du groupe Praxis dans cette thèse se justifie comme un élément fondamental pour clarifier la structure et la dynamique des classes de la Yougoslavie. Son action politique et intellectuelle qui remettait en cause certaines orientations prises tout au long de l'expérience yougoslave a exigé une radicalisation de l'autogestion ; elle a critiqué la bureaucratie et la réforme de marché et a produit une analyse de classes aboutissant à la critique de l'escalade des nationalismes. L'action répressive des autorités yougoslaves a mis fin à l'activité d'enseignement des principaux intellectuels de *Praxis*.

La compréhension du sens politique de la répression du groupe Praxis suggère qu'il représentait la possibilité du développement d'une alternative politique en contradiction avec le monopole d'avant-garde décerné à la Ligue des Communistes, mais aussi avec les privilèges socio-politiques des couches sociales dominantes dans le système politico-économique yougoslave, progressivement constituées en classe dirigeante divisée en deux fractions : les *dirigeants* de la bureaucratie de l'Etat et les *managers* de la bureaucratie d'entreprise.

Enfin, nous nous cherchons à définir la structure et la dynamique des classes dans la formation sociale yougoslave post-capitaliste, sur la base du modèle théorique développé par Michael Lebowitz pour expliquer le « socialisme réel ». Fondamentalement, pour l'auteur les sociétés dites du « socialisme réel » étaient des formations sociales hybrides composées de rapports de production d'avant-garde et une reproduction contestée (par les managers d'entreprises, qui ont incorporé la logique du capital). Le mode de régulation spécifique d'avant-garde (pour assurer la production des prémices du système) était constitué par le contrôle des managers dans le cadre du plan administratif-directif et par un contrat social tacite avec la classe ouvrière, dont la logique se manifestait dans son « économie morale ». En nous appropriant cette conception théorique bien adaptée au cas singulier yougoslave nous entendons contribuer à la compréhension de la corrélation des forces qui a bloqué le développement de l'autogestion, en tenant compte des effets de la réforme du marché et de la bureaucratisation.

Mots-clés : autogestion ; socialisme ; classes ; Yougoslavie.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Taxas de crescimento de indicatores macroeconômicos, 1954-1975 61

Tabela 2: Registrados como Procurando Emprego, 1957-1977..... 73

Tabela 3: Taxa de desemprego por república ou província 74

Tabela 4: Renda Nacional Per Capita 81

Tabela 5: Repúblicas percebidas como tendo melhorado sua posição como resultado da reforma econômica por região, 1966 83

Tabela 6: Preferências sobre políticas referentes às relações econômicas entre as repúblicas e províncias por região, 1966 84

Tabela 7: Proporção de famílias sustentadas por um único assalariado em cada categoria da estrutura de qualificação 92

Tabela 8: Proporção de famílias tendo quatro ou mais membros sustentados em cada categoria da estrutura de qualificação..... 92

Tabela 9: Greves na Iugoslávia 111

Tabela 10: Taxas Anuais de Inflação na Iugoslávia, 1980-1990..... 145

Tabela 11: Indicadores de crise econômica..... 148

Tabela 12: Distribuição de analfabetos por idade e por sexo na Iugoslávia em 1971201

Tabela 13: Percentuais de participação sócio-política dos cidadãos em relação ao total de residentes das repúblicas da Croácia, Macedônia, Eslovênia e Sérvia. 212

Tabela 14: Participação na discussão sobre problemas econômicos relacionados ao mercado por participação como membros nos conselhos operários..... 215

Tabela 15: Nível de conhecimento factual na Iugoslávia sobre a autogestão dos trabalhadores 226

Tabela 16: Composição social dos conselhos operários..... 230

Tabela 17: Composição social dos comitês de gestão 231

Tabela 18: Composição social da Liga dos Comunistas 232

Tabela 19: Perccentual de pessoas empregadas desejando participar na tomada de decisão por tópico..... 233

Tabela 20: Percentual de cidadãos que compareceram a reuniões de eleitores de acordo com a distância da comunidade local do centro 238

Tabela 21: Percentual de Cidadãos Presentes em Todas as Reuniões de Eleitores em 60 Comunidades Locais 239

Tabela 22: Porcentagem de empregados por sexo em 1970 250

Tabela 23: Mulheres trabalhadoras como um percentual da força de trabalho em oito países socialistas-estatais e na média dos países da OCDE. 251

Tabela 24: As poupanças das firmas expressas como um percentual de seus recursos distributíveis 263

Tabela 25: Diferenciação da remuneração para cada emprego/função de acordo com diferentes critérios: 271

Sumário

Introdução ____ *18*

Capítulo 1: Breve história da autogestão iugoslava ____ *29*

Origens da autogestão iugoslava ____ **29**

O início da autogestão ____ **41**

A afirmação do liberalismo econômico ____ **67**

A última reforma da autogestão ____ **126**

Desintegração iugoslava e restauração capitalista ____ **141**

Capítulo 2: Autogestão, democracia e mercado ____ *158*

O debate sobre socialismo, mercado e autogestão ____ **158**

A autogestão como desenho democrático do socialismo ____ **174**

Capítulo 3: Avaliando a autogestão iugoslava ____ *199*

Democracia ____ **199**

Eficiência econômica ____ **256**

Solidariedade ____ **275**

Capítulo 4: O papel do grupo Praxis ____ *286*

A crítica do grupo Praxis ____ **286**

A reação ao grupo Praxis ____ **326**

Capítulo 5: Conflitos e alianças no labirinto da autogestão ____ *351*

Teoria de classes ____ **351**

Debate sobre a natureza do regime soviético e do "socialismo real" ____ **370**

Estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava ____ **394**

Conclusões ____ *411*

Bibliografia ____ *422*

Introdução

A palavra autogestão é a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravljanje* (*samo* equivale ao prefixo grego *auto* e *upravlje* significa aproximadamente gestão), criada pelos iugoslavos para designar o seu novo sistema político-econômico-social, num processo de ruptura com o stalinismo. Todavia, o conteúdo expresso pela palavra está presente de diversas maneiras em teóricos e experiências anteriores (e posteriores).

A teorização em torno da autogestão a partir da autoproclamada autogestão iugoslava ganha importância ao longo dos anos 1960 e 1970 nos meios políticos e acadêmicos da França, especialmente após a rebelião de Maio de 1968. A experiência iugoslava é a referência mais importante, o que podemos verificar pela sua permanência e destaque na revista *Autogestion*[1], ao longo de duas décadas de existência. Depois a fábrica ocupada LIP[2] torna-se a demonstração prática local da autogestão. Os partidários da autogestão procuravam se distinguir do centralismo estatal associado à planificação de tipo soviético, acusando a experiência bolchevique de burocratismo (e por vezes criticando também o modelo vanguardista do Partido Comunista), e defendendo a autogestão não apenas como um fim, mas também como um meio. Já os críticos da autogestão reprovaram-na alegando que ela não passava de um "tapa-sexo" do reformismo, criticando ainda a sua heterogeneidade e falta de unidade teórica, por aproximar militantes anarquistas, trotskistas e cristãos anticapitalistas. Estes são os termos do debate político que opôs na França o *Parti communiste français* (PCF) e a *Confédération générale du travail* (CGT) de um lado (inicialmente críticos aos "autogestionários") e o *Parti socialiste unifié* (PSU) e a *Confédération française démocratique du travail* (CFDT) de outro (promotores da autogestão). Já os trotskistas estiveram divididos quanto à autogestão. Porém, a ideia de autogestão adquire alguma hegemonia política, então o PCF e o *Parti socialiste* (PS) incorporam-na no discurso. Para decepção de muitos, todavia, no governo de François Mitterrand ela não se torna prática (QUIJOUX, 2011, p. 49-55).

Na mesma época, no mundo anglo-saxão e na Alemanha a ideia de autogestão aparece frequentemente no âmbito das discussões sobre democracia industrial e democracia participativa. Teorias sobre a *labour-managed firm* desenvolviam-se de par com práticas mais

[1] A revista *Autogestion* passou por diferentes nomenclaturas que representaram as suas tendências internas e as mudanças de contexto político. Inicialmente, chamou-se *Autogestion* (1966-1969), em seguida *Autogestion et Socialisme* (1970-1979), dirigida por Yvon Bourdet e publicada pela editora Anthropos. Por fim, sob a direção de Olivier Corpet, ela tornou-se *Autogestions* (1980-1986), publicada pela editora Privat. Ver a respeito o artigo de Claudie Weill « La revue Autogestion comme observatoire des mouvements d'émancipation » in : L'Homme

[2] LIP é uma empresa que fabrica sobretudo relógios, originariamente de propriedade de Emmanuel Lipmann.

ou menos limitadas de participação dos trabalhadores em alguns aspectos da gestão, muitas vezes sob a iniciativa manipulativa dos próprios gerentes e capitalistas. Muitos teóricos indicaram, explícita ou implicitamente, a necessidade de se colocar em cheque a propriedade capitalista dos meios de produção se se quisesse avançar efetivamente na democracia participativa e industrial. Outros estudos se voltaram para comparar empresas cooperativas e empresas capitalistas para descobrir se de fato a gestão era substancialmente diferente na forma cooperativa e se elas eram ao menos igualmente eficientes economicamente em comparação com as firmas capitalistas. A Iugoslávia mereceu especial atenção de numerosos estudiosos, interessados não apenas no estudo micro-econômico e nas práticas de autogestão no interior das empresas iugoslovas, mas também na ideia mais geral proclamada constitucionalmente de uma sociedade inteiramente organizada sob o princípio da autogestão, conceito capturado pelos anglo-saxões sob os termos *self-management* e *self-government*.

Com o início e expansão do neoliberalismo, o crescimento do desemprego e a crise terminal do "socialismo real" e da autogestão iugoslava, nos anos 1980 a autogestão rapidamente sai da "grande cena" política, sobretudo como um objetivo radical de superação do capitalismo. Sintomaticamente, a revista *Autogestions* renuncia ao projeto revolucionário da autogestão nos anos 1980, bem como as principais forças políticas francesas que a sustentavam, como o PSU e a CFDT.

A autogestão e o socialismo parecem então enterrados, mas renascem em tempos e localidades distintos, nos anos 1990 e 2000, como experiências e projetos renovados (sem dúvida múltiplos). A economia social e solidária, o cooperativismo, as fábricas recuperadas, são algumas das formas sob as quais a ideia da autogestão retorna, porém num contexto defensivo de resistência no/contra o capitalismo. No interior desses movimentos há disputa de projeto, e a antiga acusação de reformismo está no centro da polêmica.

No Brasil, por exemplo, a retomada do discurso em favor da autogestão[3] se dá no bojo da construção teórica e prática da chamada economia solidária, que, enquanto movimento, comporta uma corrente teórica que afirma a compatibilização virtuosa do socialismo com o mercado, o que possibilita críticas baseadas no argumento do reformismo. Henrique Novaes afirma que

> De uma forma muito próxima às idéias de Proudhon, e talvez pela crise encadeada pelos insucessos do planejamento no período de "socialismo real", os pesquisadores da Economia Solidária no Brasil seguem

[3] Para um breve relato da presença do ideário da autogestão na esquerda brasileira, ver o texto de Claudio Nascimento, "Socialismo autogestionário", p. 227-229, publicado no livro *A outra economia*, organizado por Antonio David Cattani e publicado pela Veraz Editores em 2003.

> propondo uma contradição: a conciliação de "autogestão" das fábricas e competição no "mercado", cooperação e competição, "eficiência" da cooperativa e "anarquia" da produção. (NOVAES, 2011, p. 76)

Isto está claro no seguinte posicionamento de Paul Singer, um dos principais expoentes da economia solidária: "O colapso do socialismo realmente existente convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado" (SINGER, 1999, p. 73). O autor compreende que

> Precisamos de mercado porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se aposse da economia.
>
> Não haveria plano geral, do tipo soviético, mas planos particulares de firmas, famílias e governos a serem conciliados em mercados e no plano geral, pelo parlamento econômico. Mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e consumidor. (SINGER, 2000, p. 38-39)

Nossa tese não pretende entrar diretamente nessa polêmica atual, mas sim refletir criticamente sobre uma experiência bastante citada pelos partidários da autogestão, embora nem sempre tão bem conhecida. A experiência pós-capitalista iugoslava levanta questões de grande importância para a reflexão crítica dos modos de trabalho e de vida contemporâneos: a organização e papel do trabalho na estruturação da sociedade, os modos de alocação de recursos (notadamente o debate plano/mercado), as formas de democracia, a omnipresença da tecnoburocratização, os mecanismos de concentração do poder e a definição e o papel do Estado.

Não obstante, é preciso deixar claro que, embora tenhamos interesse em levantar questões relevantes para o presente, pensando a autogestão e o socialismo como projetos alternativos para o mundo contemporâneo, nessa tese nós optamos pela realização de um estudo histórico sociologicamente orientado. Esta via histórico-sociológica parte do princípio de que para compreender os problemas ligados à autogestão tal como fora instituída na Iugoslávia é preciso situá-la no quadro mais amplo dessa sociedade. Isto significa que o funcionamento da autogestão depende das relações sociais específicas a uma dada formação social.

Procuraremos demonstrar então como uma determinada configuração das relações de classe engendrou a autogestão mas também impôs os seus limites, bloqueando o seu desenvolvimento em termos de avanço da classe trabalhadora no controle do processo produtivo. Para empreender esta tarefa nós utilizamos o modelo teórico desenvolvido por Michael Lebowitz para explicar o "socialismo real". O autor considera que o chamado

"socialismo real" foi constituído por formações sociais híbridas, onde interagiam as relações de produção de vanguarda e a reprodução contestada (pelos gerentes de empresas, que incorporaram a lógica do capital). O seu específico modo de regulação de vanguarda (para assegurar a produção das premissas do sistema) se dava pelo controle sobre os gerentes por meio do plano administrativo-diretivo e por um contrato social tácito com a classe trabalhadora, cuja lógica manifestava-se em sua "economia moral". Nossa tese apropria-se, em linhas gerais, desse desenho teórico e opera as devidas adaptações para o singular caso iugoslavo com o intuito de contribuir com o entendimento da correlação de forças que bloqueou o desenvolvimento da autogestão, destacando ainda os efeitos das reforma mercantil e da burocratização.

Discutiremos o desenvolvimento da burocracia sob a lógica da vanguarda política, promotora de um "socialismo vanguardista". Esta vanguarda acabou por constituir-se em alto escalão da burocracia estatal, o que chamaremos de dirigentes burocráticos. A sua ideologia vanguardista, ainda que esteja referenciada em alguns elementos do socialismo, como um determinado igualitarismo e o bem-estar material da classe trabalhadora, induz à formação de novas divisões de classe. Isto fica claro na medida em que as burocracias no Estado e nas empresas se estabilizam como uma forma hierárquica de poder que retira, inibe e opõem-se ao controle dos próprios trabalhadores sobre o processo produtivo global.

Dirigentes burocráticos (onde está incluída a vanguarda revolucionária do partido comunista) e gerentes burocráticos constituem as duas frações da camada/classe social dominante, partilhando da lógica do poder pelo saber, na medida em que estavam no topo da hierarquia social pela competência socialmente atribuída: competência política no caso da vanguarda revolucionária, competência técnica no caso dos gerentes. Juntos, lideravam as burocracias estatal e empresarial. O privilégio do qual dispunham os colocava em aliança.

Todavia, o conflito também marcou a relação entre dirigentes e gerentes, em razão, por um lado, do inescapável compromisso dos dirigentes com a classe trabalhadora e com o projeto socialista, e, por outro, da atração da lógica do capital exercida sobre os gerentes, conducente à restauração do capitalismo.

A posição dos trabalhadores era bastante difícil, pois a defesa dos seus interesses mais imediatos (de aumento da renda, de manutenção dos postos de trabalho e de um controle da desigualdade), implicava apoiarem-se ora nos gerentes (para obter autonomia e sucesso empresarial) visando aumento da renda, ora na vanguarda política para assegurar o direito ao trabalho, a defesa contra o arbítrio de gerentes particularmente autoritários e para controlar os mecanismos da desigualdade, por meio de instrumentos redistributivos estatais.

Veremos que essa trama de alianças e conflitos entre dirigentes, gerentes e trabalhadores produziu resultados distintos em cada fase histórica. Se nos primeiros anos a autogestão era bastante limitada pelo controle estatal sobre a maior parte dos investimentos, na fase seguinte, de liberalização mercantil, os trabalhadores viram-se constrangidos pela pressão concorrencial e "tecnocrática", reduzindo o entusiasmo anterior. Já nos anos 1970 uma nova virada é promovida pelos altos dirigentes da Liga dos Comunistas, procurando promover uma complexa associação dos trabalhadores das diversas organizações de trabalho para fazer frente ao domínio gerencial e aos perniciosos efeitos da excessiva liberalização econômica.

Todavia, sob o peso da crise internacional que revelara toda a sua força nos anos 1980 e cativo dos efeitos desintegrativos inerciais da atomização da autogestão, o sistema iugoslavo entrou em colapso. Os gerentes se mostraram crescentemente atraídos pela lógica do capital, voltando-se assim para a alternativa da restauração capitalista. Os dirigentes da Liga dos Comunistas encontravam-se profundamente fracionados em linhas étnico-nacionais, apostando assim em saídas separatistas e/ou nacionalistas. Os trabalhadores, por sua vez, não puderam desenvolver suficiente unidade de classe para barrar o processo desintegrativo, embora tenham mostrado importantes iniciativas nesse sentido.

Conquanto não seja propriamente nosso objeto de estudo nessa tese, o desmembramento da Iugoslávia entendido como um caso de dissolução do "socialismo real" compõe uma parte do nosso argumento acerca da estrutura e dinâmica de classes iugoslava. O sistema de autogestão iugoslavo, caracterizado pela atomização das empresas e descentralização política em bases nacionais, pode ser considerado uma peça importante na engrenagem das desigualdades e da escalada dos nacionalismos que, por sua vez, foram fatores decisivos que conduziram à desintegração iugoslava e ao fim do seu projeto socialista.

Embora na vasta gama de estudos sobre a dissolução da Iugoslávia as desigualdades sociais tenham recebido uma atenção relativamente marginal, insistimos na sua centralidade explicativa, pois, como argumenta Rory Archer:

> A posição valorizada da classe trabalhadora e noções de igualdade social representaram tropos cruciais no socialismo iugoslavo e serviram para legitimar o projeto de Estado. Ainda assim, as desigualdades sociais sempre crescentes durante o curso da Iugoslávia contraditaram severamente a ideologia igualitária dominante, levando a legitimidade do sistema ao discurso público nos anos 1980[4]. (ARCHER, 2014, p. 135)

[4] No original: "The prized position of the working class and notions of social equality represented pivotal tropes in Yugoslav socialism and served to legitimize the state project. Yet, ever increasing social inequalities during

Crucialmente, o projeto socialista encontrava aderência na "economia moral" da classe trabalhadora pelo seu igualitarismo, de modo que o desenvolvimento de desigualdades sociais abalou decisivamente o "contrato social tácito" entre a vanguarda comunista e os trabalhadores.

É bastante difícil fazer um balanço bibliográfico sobre os diversos estudos existentes sobre a Iugoslávia e sobre a autogestão devido à sua vastidão. Ao longo das discussões teóricas da tese a bibliografia será apresentada, notadamente no que concerne à autogestão, às classes sociais e à natureza do "socialismo real". Aqui cabe citar alguns dos estudos voltados especificamente para a Iugoslávia e ao seu sistema de autogestão que foram particularmente relevantes para a nossa tese.

Estudos históricos gerais, dando conta especialmente dos desenvolvimentos macropolíticos, foram muito importantes para nos familiarizarmos com os principais agentes políticos e com os tópicos que mais agitaram a cena pública iugoslava. Podemos citar aqui os estudos de argutos observadores estrangeiros, como *The Yugoslav experiment: 1948-1974*, de Dennison Rusinow, e *Tito's Yugoslavia*, de Duncan Wilson.

Teses no âmbito das ciências sociais nos forneceram *insights* críticos fundamentais. É o caso dos excelentes trabalhos de Ellen Comisso, em *Workers' control under plan and Market: implications of Yugoslav self-management*, Sharon Zukin, em *Beyond Marx and Tito: theory and practice in Yugoslav Socialism* e Albert Meister, em *Où va l'autogestion yougoslave?* A obra coletiva de estudiosos iugoslavos, *Étatisme et autogestion: bilan critique du socialisme yougoslave*, organizada por Rudi Supek, foi preciosa para o delineamento das principais problemáticas da autogestão, a partir da visão de cientistas sociais nativos. A extensiva e densa análise de Darko Suvin na recém-publicada obra *Splendour, misery, and possiblities: na x-ray of Socialist Yugoslavia* foi de grande valor para fazermos o nosso próprio balanço geral sobre o "socialismo iugoslavo". Vale destacarmos ainda a tese de Roberto Venosa, *L'autogestion en Yougoslavie: 1950-1970. Une tentative de réévaluation du processus de l'institutionalisation d'une typologie de l'organisation*, importante pela sua qualidade analítica e ineditismo na pesquisa brasileira (embora tenha sido produzida na França).

Estudos mais focados em determinados aspectos foram importantes para nos aprofundarmos na compreensão da estrutura e dinâmica de classes da formação social iugoslava. Podemos citar, por exemplo, *Conflict and cohesion in socialist Yugoslavia:*

---

the course of Yugoslavia severely contradicted the dominant egalitarian ideology bringing system legitimacy into public discourse by the 1980s" (ARCHER, 2014, p. 135).

political decision making since 1966, de Steven Burg, *Democratic reform in Yugoslavia: the changing role of the party*, de April Carter, *The legitimation of a revolution: the Yugoslav case*, de Bogdan Denitch, *Yugoslavia: a state that withered away*, de Dejan Jović, *Power and persuasion: ideology and rhetoric in Communist Yugoslavia (1944-1953)*, de Carol Lilly e *Private lives/public surfaces: grassroots perspectives and the legitimacy question in Yugoslav socialism*, de Alvin Magid.

Diversos livros e artigos de economistas foram consultados para melhor entendermos a economia política da experiência iugoslava e os complexos debates acerca do inovador sistema de autogestão. Especial menção cabe aos livros *Plan and market in Yugoslav economic thought*, de Deborah Milenkovich, *Market socialism in Yugoslavia*, de Christopher Prout, *Economy of Yugoslavia*, de Fred Singleton e Bernard Carton, *The Yugoslav economic system: the first labor-managed economy in the making*, de Branko Horvat, *Economic policy in Socialist Yugoslavia*, de Rudolf Bićanić e *Socialist unemployment: the political economy of Yugoslavia*, de Susan Woodward. Um destaque especial deve ser dado aos estudos da economista marxista Catherine Samary, cuja tese *Le marché contre l'autogestion: l'expérience Yougoslave* orientou em grande medida nossa compreensão global da experiência iugoslava, tanto em termos econômicos quanto políticos.

Também consultamos uma série de pesquisas sobre as empresas iugoslavas no âmbito dos estudos sobre a participação, a democracia industrial e as *labour-managed firms*. Podemos mencionar os clássicos estudos de Ichak Adizes, *Autogestión: la práctica yugoslava: el efecto de la descentralización sobre los sistemas de organización* e de Jiri Kolaja, *Workers' councils: the Yugoslav experience*, além de obras coletivas com massivos dados estatísticos, como *Workers' self-management and organizational power in Yugoslavia*, editada por Josip Obradović e William Dunn.

Teses recentes, como *The self-managing factory after Tito. The crisis of Yugoslav socialism on the shop floor*, de Goran Musić, foram de grande importância para iluminar tópicos ainda insuficientemente abordados nos trabalhos mais antigos e que merecem ser mais bem explorados. Uma nova geração de pesquisadores tem reanimado o debate sobre o "socialismo iugoslavo", como atesta a recém-publicada obra *Social inequalities and discontent in Yugoslav socialism*, editada por Igor Duda, Paul Stubbs e Rory Archer.

Finalmente, para o estudo do grupo Praxis as principais obras utilizadas foram *The Yugoslav search for man: marxist humanism in contemporary Yugoslavia*, de Oskar Gruenwald e *Praxis: Marxist criticism and dissent in Socialist Yugoslavia*, de Gerson Sher. Além disso, consultamos os números da edição internacional da revista *Praxis*, composta de

artigos em inglês, francês e alemão. Embora a língua alemã estivesse fora do nosso alcance, acreditamos que foi possível obter uma boa compreensão da visão crítica dos intelectuais iugoslavos que publicaram seus artigos na revista *Praxis*.

A particularidade da nossa tese com relação à bibliografia consultada encontra-se na sua formulação teórica sobre as relações sociais de classe entre dirigentes, gerentes e trabalhadores, explicitamente inspirada pelo modelo explicativo de Michael Lebowitz para o "socialismo real" e complementada pela análise do pensamento crítico do grupo Praxis e da correspondente reação dos dirigentes da Liga dos Comunistas. Com isso, a narrativa histórica e a análise sociológica ganham contornos específicos, operando-se uma leitura da bibliografia que procura delinear aqueles elementos que consideramos mais centrais para explicar os diferentes rumos e inflexões do sistema político-econômico iugoslavo erigido em torno da ideia de autogestão. É com esta leitura e análise relativamente originais que esperamos contribuir para o debate mais amplo sobre as possibilidades e limites da autogestão e sobre a realidade especificamente iugoslava.

Hipótese e objetivos

A questão empírica mais geral que perseguimos ao longo dessa tese é entender qual foi a correlação de forças que bloqueou o desenvolvimento da autogestão na Iugoslávia. Para tanto examinamos a estrutura e dinâmica de classes ao longo das diferentes fases da experiência pós-capitalista iugoslava, utilizando como referencial teórico principal o modelo explicativo de Michael Lebowitz desenvolvido para o entendimento do "socialismo real".

Nossa hipótese central é que a lógica da vanguarda da Liga dos Comunistas da Iugoslávia e a lógica do capital que atraía os gerentes das empresas bloquearam o avanço da autogestão dos trabalhadores que, por sua vez, encontravam-se atomizados em cada coletivo de trabalho e submetidos ao domínio burocrático.

Para demonstrar essa hipótese recorremos ao estudo bibliográfico procurando discernir os comportamentos dos grupos, camadas, frações e classes sociais que desempenharam papéis importantes na delineação do curso histórico de cada fase da experiência pós-capitalista iugoslava.

Especial atenção foi dada ao estudo do grupo Praxis por reconhecermos na reação à crítica radical dos intelectuais marxistas aos rumos da experiência iugoslava um teste decisivo dos limites e possibilidades de desenvolvimento do socialismo de autogestão iugoslavo. A repressão sofrida pelo grupo Praxis mas também a adoção de determinadas

medidas reformistas pela vanguarda da Liga dos Comunistas em resposta a sua crítica radical revelou-se um índice importante para a compreensão do sentido dos conflitos e alianças entre grupos, camadas, frações e classes sociais examinados na literatura consultada.

Para operacionalizar nossa pesquisa delineamos os seguintes objetivos:

Discernir o conteúdo político, econômico e social de cada fase da experiência pós-capitalista iugoslava, atentando especialmente para o alcance e os limites da autogestão frente à dominação burocrática e aos constrangimentos postos pelo mercado;

Para caracterizar cada fase da experiência iugoslava, examinar as divisões internas à Liga dos Comunistas da Iugoslávia, especialmente no que se refere aos conflitos que emergiram entre as repúblicas e províncias autônomas que constituíam a federação iugoslava;

Identificar também qual foi a orientação dos sindicatos com relação a sua função política frente à classe trabalhadora;

Estudar em profundidade a crítica do grupo Praxis e avaliar o sentido das reações manifestas, como a dos estudantes universitários, dos grupos nacionalistas e, sobretudo, dos altos dirigentes da Liga dos Comunistas;

Compreender as posturas adotadas pelos trabalhadores ante as duas principais forças políticas: os gerentes das empresas e os dirigentes da Liga dos Comunistas;

Examinar as relações sociais de aliança e conflito desenvolvidas entre dirigentes políticos e gerentes de empresas;

Situar teoricamente a autogestão iugoslava introduzindo debates acerca das relações entre socialismo, mercado, democracia e autogestão;

Avaliar a autogestão iugoslava do ponto de vista dos critérios que se constituíam como pilares do projeto de autogestão socialista, qual sejam, a democracia, a eficiência econômica e a solidariedade;

Fazer uma revisão teórica sobre classes sociais e sobre a caracterização sócio-histórica do "socialismo real" tendo em vista a necessidade de conceituarmos a própria experiência pós-capitalista iugoslava;

Entender como avançou e como foi bloqueado o desenvolvimento da autogestão iugoslava de acordo com a correlação de forças sociais em cada fase da experiência pós-capitalista iugoslava.

Resumo dos capítulos

O primeiro capítulo faz uma incursão histórica na experiência pós-capitalista iugoslava, procurando mostrar como o sistema de autogestão foi instituído pelos altos dirigentes comunistas em 1949-1950 e desenvolvido de acordo com pressões diversas, notadamente pelos trabalhadores, sindicatos, gerentes e seções regionais da Liga dos Comunistas. As distintas fases históricas são apresentadas sempre com destaque para os principais agentes que influenciaram o curso da evolução da experiência iugoslava. Com isso veremos como se afirmou uma forma de liberalismo econômico nos anos 1960, conhecido como "socialismo de mercado", e como se deu a reação a essa fase, com a última reforma da autogestão nos anos 1970. Por fim, tentamos explicar o processo de desintegração da Iugoslávia nos anos 1980, com especial atenção para a manipulação nacionalista de dirigentes, a pressão por reformas neoliberais e a resistência (insuficiente) da classe trabalhadora.

No segundo capítulo empreendemos uma revisão introdutória dos debates teóricos sobre socialismo, mercado e autogestão, com destaque para a rodada envolvendo o caso iugoslavo e a rodada contemporânea envolvendo diversas modelizações sobre formas alternativas de socialismo. Em seguida procuramos evidenciar a autogestão como desenho democrático do socialismo, fazendo referência às teorizações de autores como Yvon Bourdet no âmbito francês e Carole Pateman no âmbito anglo-saxão.

O terceiro capítulo é dedicado a uma avaliação da autogestão iugoslava em termos de democracia, eficiência econômica e solidariedade, os pilares do modelo de socialismo iugoslavo. Assim, debateremos questões como: o "atraso" político, educacional e profissional dos trabalhadores, a sua participação formal nos órgãos da autogestão, a qualidade da participação e o domínio gerencial, a informação deficiente, a composição social dos órgãos de autogestão, a relação entre complexidade, tecnologia e participação, o fenômeno da apatia política, a desigualdade de gênero, o conteúdo da propriedade social, a distribuição entre remuneração pessoal e investimento, o problema da rigidez de emprego e o desestímulo à tecnologia poupadora de trabalho, a relação entre igualitarismo e produtividade, o problema do formalismo e da desresponsabilização, a desigualdade na remuneração, o desemprego, a divisão social do trabalho e o fracionamento dos trabalhadores e a relação entre desigualdades regionais, intolerância étnica e fragmentação política.

O quarto capítulo examina o papel crítico do grupo Praxis e as reações manifestas por estudantes universitários, grupos nacionalistas e, sobretudo, altos dirigentes da Liga dos Comunistas. Procuramos evidenciar que esta análise lança luz sobre o sentido dos conflitos e alianças entre dirigentes, gerentes e trabalhadores. A crítica do grupo Praxis contestadora de

certas orientações tomadas ao longo da experiência iugoslava reclamou por uma radicalização da autogestão, criticou a burocratização e a reforma mercantil e realizou uma análise de classes que culminava na crítica à escalada dos nacionalismos. A repressão sofrida pelo grupo mas também a reação reformista dos anos 1970 são particularmente esclarecedoras quanto às possibilidades e limites da autogestão sob o domínio político da Liga dos Comunistas.

Por fim, no quinto capítulo, procedemos a uma tentativa de definição da estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava pós-capitalista, com base no modelo teórico desenvolvido por Michael Lebowitz para explicar o "socialismo real". Preliminarmente fazemos uma discussão teórica sobre classes sociais, utilizando autores como Nicos Poulantzas, Edward Thompson, João Bernardo, Jacques Bidet e Erik Olin Wright. Em seguida revisamos o debate sobre a natureza do regime soviético e do "socialismo real", chegando assim à teoria de Lebowitz. Com isso, procedemos a uma apresentação conceitual da estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava, distinguindo a formação e atuação de cada classe social ao longo das suas distintas fases históricas. Assim, pretendemos explicar como a correlação de forças sociais, por meio de conflitos e alianças, bloqueou o avanço da autogestão e, tragicamente, engendrou a violenta dissolução da Iugoslávia e o fim de qualquer perspectiva socialista.

Capítulo 1: Breve história da autogestão iugoslava

Origens da autogestão iugoslava

O sistema político-econômico iugoslavo esteve em constante mutação, experimentando renovados arranjos institucionais, diferentes dispositivos legais, passando da centralização a diferentes formas de descentralização administrativa, e de uma economia fortemente comandada pelo Estado a uma economia mais mercantil, finalmente tentando conter as tendências centrífugas pelas últimas reformas ecléticas, combinando planificação autogestionária e descentralização do comércio exterior. A amplitude do experimentalismo jurídico-econômico no âmbito da República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI)[5] fica evidente pelo fato de ter passado por três constituições (1946, 1963 e 1974) e um ato constitucional (1953) além de importantes emendas constitucionais que alteraram substancialmente a constituição vigente, por vezes em preparação para a constituição seguinte.

De um ponto de vista sobretudo das políticas econômicas adotadas, a história da RSFI pode ser dividida em cinco períodos: planificação fortemente centralizada e reconstrução material do país após a guerra de libertação (1945-1951); planificação centralizada indicativa dos objetivos prioritários via fundos centrais de investimentos, com uma regulação mercantil se aplicando às escolhas autogestionárias contidas no seio das empresas (1952-1964); supressão dos fundos de investimento e descentralização mercantil da autogestão, coordenada por um sistema bancário (1965-1971); tentativa de retomada de mecanismos de planificação, mas sem encontrar uma coerência produtiva e política com os mecanismos de estimulação mercantil (1971-1980), forte crise política e econômica, com uma hiperinflação e um endividamento elevado face ao FMI, marcando um processo de tentativa e erro que levou a graves conflitos e a uma desregulamentação mercantil (1980-1991).

Após um primeiro período difícil altamente voluntarista, de reconstrução material e unificação nacional em seguida à guerra de libertação contra a ocupação nazista[6] e ao

[5] Nome adotado na Constituição de 1963. A Iugoslávia era formada por seis repúblicas (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia) e duas províncias autônomas (Voivodina e Kosovo).

[6] As perdas causadas pela guerra foram dramáticas: 1.700.000 mortos, 11% da população (proporcionalmente, a segunda maior perda, atrás apenas da Polônia). As maiores perdas foram dos grupos etários no limitar dos seus anos produtivos e aqueles com qualificação e educação: a média de idade dos mortos foi de 22 anos de idade, incluindo cerca de 90.000 trabalhadores qualificados e 40.000 "intelectuais". Em torno de 822.000 prédios foram destruídos, 35 milhões de pessoas foram desabrigadas, e uma estimativa de 35% da indústria do pré-guerra, 289.000 propriedades camponesas, entre 50% e 70% de várias categorias de pecuária e 80% de arados e

conflito aberto com Stalin, a autogestão aparece como uma alternativa ao modelo soviético e é apresentada, durante a ruptura com a URSS, como uma expressão de fidelidade ao marxismo originário[7].

O esforço de recuperação material com um alto índice de industrialização e com grande sacrífico do consumo revela-se, por exemplo, no fato de que em 1947 a produção industrial já atingira 120% com relação ao nível de 1939 e a agricultura recuperara o mesmo nível da véspera da guerra (RUSINOW, 1977, p. 19). Além do uso de trabalho forçado de prisioneiros, foi de grande importância para a reconstrução material o trabalho voluntário não pago das brigadas de trabalho, que envolveram milhares de jovens na construção de rodovias e ferrovias que conectaram a Iugoslávia sob o lema de "fraternidade e unidade" (RUTAR, 2013, p. 343-344). Sobre isso, como sublinha Goran Musić, é importante diferenciar a atuação dos *partisans* da atitude de camponeses recrutados à força[8]. Enquanto os primeiros eram trabalhadores e jovens politizados e entusiastas da revolução, os segundos, embora geralmente apoiassem a luta dos *partisans*, não estavam embebidos do mesmo espírito de auto-sacrifício em nome da construção do socialismo (MUSIĆ, 2016a, p. 43). Além dos estímulos morais (como o reconhecimento público e premiações simbólicas para os trabalhadores-de-choque e os inovadores[9]), deve-se sublinhar ainda como fator decisivo para estimular o entusiasmo revolucionário o igualitarismo salarial. Se antes da guerra as diferenças salariais chegavam a proporção de 1 para 16, com o novo governo revolucionário a proporção era de 1 para 3 (HORVAT, 1976, p. 179).

---

equipamentos de colheita foram perdidos ou colocados fora de operação. Mais de 50% dos trilhos de trem, 77% de locomotivas e 84% de vagões de mercadorias foram destruídos (RUSINOW, 1977, p. 19).

[7] Ganha destaque, por exemplo, a análise de Marx da Comuna de Paris, apontando para a sociedade dos produtores livremente associados, frequentemente citada pelos teóricos iugoslavos, como Edvard Kardelj, além da ênfase na necessidade do definhamento do Estado. Kardelj, já em 1949, publica um artigo em que cita *A Comuna de Paris*, de Marx e *O Estado e a revolução*, de Lenin (MILENKOVITCH, 1971, p. 65; RUSINOW, 1977, p. 50-52).

[8] De acordo com Musić, a "mobilização de massas para a indústria foi realizada sob o slogan do trabalho voluntário, mas registros da época mostram muitos trabalhadores recém-recrutados que sentiam não ter escolha a não ser seguir as ordens do Partido-Estado. Baseando-se em relatórios dos governos locais e órgãos de planejamento econômico central entre 1945 e 1955, Ivana Dobrivojević mostra como as fábricas frequentemente sofriam da falta de operários e de uma grande rotatividade da força de trabalho, já que os camponeses resistiam ao recrutamento ou desertavam dos seus postos de trabalho devido a condições de trabalho perigosas, nutrição pobre e habitação inadequada" (MUSIĆ, 2016a, p. 42). No original: "The mass mobilization into industry was carried out under the slogan of volunteer work, but records from the time show many freshly-recruited workers felt they had no choice but to follow the orders of the party-state. Basing herself on the reports of the local governments and central economic planning bodies between 1945 and 1955, Ivana Dobrivojević, shows how factories often suffered from the lack of laborers and a great turnover of the workforce, as peasants resisted recruitment or deserted their work posts due to dangerous working conditions, poor nutrition and inadequate housing" (MUSIĆ, 2016a, p. 42).

[9] Esboçou-se um "stakhanovismo iugoslavo". Aqueles que ultrapassavam as quotas de produção recebiam premiações simbólicas e materiais. Os estímulos materiais eram importantes também para diretores e o pessoal da gerência, recompensados com bonificações pela realização ou ultrapassagem das metas planificadas .

Todavia, o esforço de rápida industrialização sob a "economia de comando" não fora suficiente para realizar o ambicioso plano quinquenal. Além das imensas dificuldades materiais do pós-guerra, a Iugoslávia não pode contar com a crucial ajuda soviética prevista, dado o rompimento com Stalin em 1948[10]. Ainda nesse contexto, Boris Kidrič[11], economista,

[10] Em 1946 o governo soviético havia prometido um empréstimo de 300 milhões de dólares para comprar equipamentos da URSS, mas em 1948 apenas um milhão havia sido efetivamente concedido. Rapidamente estava ficando claro para os dirigentes iugoslavos que os planos soviéticos estavam em desacordo com a política de rápida industrialização da Iugoslávia, visto que a URSS de Stalin mostrava interesse em fechar acordos de longo prazo que comprometeriam a Iugoslávia a fornecer-lhes matéria-prima a preço baixo ao invés de processá-la com a reativação e desenvolvimento da indústria local, além da insistência na formação de sociedades anônimas (*joint stock companies*) soviético-iugoslavas em termos bastante desfavoráveis para a Iugoslávia (mesmo em setores estratégicos, como na exploração de petróleo e no plano bancário) (WILSON, 1979, p. 46-48; SAMARY, 1988, p. 74-77).

Todavia, o rompimento se deu a partir da iniciativa de Stalin, em função não apenas da resistência dos dirigentes iugoslavos a subordinarem-se aos acordos econômicos e políticos propostos, mas sobretudo em razão do conflito de estratégias na geopolítica internacional da nascente Guerra Fria. A intrincada e controversa questão da federação balcânica parece ter sido central. Tito e as lideranças comunistas almejavam formar uma união balcânica compondo com a Bulgária de Dimitrov, a Albânia de Hoxha (sob crescente influência iugoslava) e mesmo a Grécia, onde a Iugoslávia apoiava a insurreição comunista, a despeito desta não constar da zona de influência soviética acordada com as potências capitalistas no imediato pós-guerra. Embora o próprio Stalin num primeiro momento concordasse com uma federação búlgaro-iugoslava (ele chegou a "ordená-la") e que a Albânia fosse "engolida" pela Iugoslávia (há controvérsias sobre as reais intenções de Stalin e mesmo versões contraditórias), uma ampla federação balcânica num futuro próximo com considerável independência lhe era inaceitável. Em especial, Stalin condenava o apoio militar da Iugoslávia aos comunistas na Grécia. A URSS temia sobretudo que uma política de rápido avanço das fronteiras comunistas (a Iugoslávia insistia ainda na disputa por Trieste) minasse os acordos de paz com os EUA e a Inglaterra para a divisão dos blocos de poder. É nesse sentido também que Stalin pede prudência aos iugoslavos no avanço da unificação com a Albânia, alertando sobre a possibilidade de uma intervenção militar ocidental no país. Os iugoslavos, por sua vez, tentavam acelerar a unificação com a Albânia alegando a iminente ameaça do exército fascista-monarquista grego e insistiam no decisivo apoio aos comunistas gregos que a seu ver tinham reais chances de chegar ao poder. Por outro lado, havia discordâncias entre os futuros membros de uma possível federação balcânica – onde se exprimiam desejos de hegemonia por parte da Iugoslávia, em particular no caso da Albânia, onde os soviéticos começavam a interferir, em parte para conter o ímpeto iugoslavo. Por sua vez, iugoslavos e búlgaros discordavam sobre a forma desta federação – os primeiros pretendiam que a Bulgária fosse um sétimo ente na já existente federação enquanto os segundos desejavam uma federação de dois membros: Iugoslávia e Bulgária. A pressão de Stalin nessa questão pode ser entendida como uma tática para atrapalhar as negociações bilaterais, visando o seu fracasso, e/ou um meio de desviar o ímpeto iugoslavo para a unificação com a Albânia.

O fato é que os iugoslavos acabam por desobedecer às ordens de Stalin para prosseguir a uma imediata federação búlgaro-iugoslava, para cessar o apoio militar aos comunistas gregos e para interromper as deliberações com os albaneses para o envio de tropas iugoslavas.

Assim, após uma série de conflitos e crescente tensão em torno da insistência iugoslava numa política nacional e internacional soberana e expansiva, Stalin proferiu ao longo de 1948 sucessivas acusações aos dirigentes do Partido Comunista da Iugoslávia (evitando mencionar a sensível questão balcânica): os militares e conselheiros soviéticos seriam vigiados pela inteligência iugoslava, exagerava-se o papel do exército *partisan* e do PCI na liberação da Iugoslávia e ignoravam-se os méritos dos outros Partidos Comunistas e do Exército Vermelho na liberação do país, Tito seria hostil aos soviéticos e favorável aos britânicos e americanos, o PCI seria "menchevique", escondendo-se por trás do front popular ao invés de lidera-lo e fracassando na nacionalização das terras e na coletivização da agricultura. Finalmente, após mais uma rodada de desentendimentos, o recém-criado Cominform até então sediado em Belgrado se reúne excepcionalmente em Bucareste sem os dirigentes iugoslavos (que se recusaram a participar do encontro) e acaba por expulsar o Partido Comunista da Iugoslávia em junho de 1948, acusando seu Comitê Central de perseguir uma via nacionalista que se aproximava dos países imperialistas e portanto do capitalismo. Pode-se inferir que Stalin acreditava que Tito cairia cedo ou tarde após suas sucessivas declarações e que assim uma nova liderança pro-soviética poderia lhe substituir, confiante na lealdade dos comunistas iugoslavos às diretrizes soviéticas. Sobretudo, o anátema de Stalin à desobediência de Tito servia como um alerta para todos os países do bloco comunista europeu seguirem as orientações soviéticas. De fato, Stalin pode se considerar vitorioso na sua estratégia de isolar a "rebelde" Iugoslávia, pois fortalecera seu

presidente da Comissão de Planejamento do Estado e um dos principais dirigentes do Partido Comunista da Iugoslávia, identificara no "centralismo burocrático" e no "particularismo econômico" as tendências que obstaculizavam o desenvolvimento do socialismo iugoslavo e a realização das metas produtivas. De fato, os problemas que se apresentavam podem ser entendidos como típicos das "economias de comando", com todas as disfunções presentes na relação burocrática entre planejadores centrais e diretores de empresas, e entre esses e os trabalhadores. "Gerentes de empresas, ansiosos para realizar os planos, e temerosos das consequências se eles não o realizassem, começam a competir por trabalho qualificado e escasso, e a pagar salários informais acima do nível estipulado" (BIĆANIĆ, 1973, p. 103).

A escassez, baixa qualidade e pouca variedade dos produtos já sinalizavam para os limites de uma economia burocraticamente dirigida. Sob condições de vida persistentemente duras o entusiasmo revolucionário é reduzido, sem incentivos materiais advém a indiferença ao trabalho e, como assinalava Kidrič, bloqueia-se a inovação por "concepções tecnocráticas" e "formas capitalistas" de organização do trabalho (SAMARY, 1988, p. 101-106; MUSIĆ, 2016a, p. 48-49; BILANDŽIĆ, 1967, p. 65-69; SUVIN, s/d). Tal percepção certamente contribuiu para a busca de um novo modelo alternativo.

Os estudiosos da Iugoslávia diferem na apreciação do sentido histórico da autogestão. Em geral, há um acordo sobre a ideia de que a autogestão foi um instrumento de mobilização popular, visando um acelerado processo de industrialização e modernização. Para alguns, o objetivo era submeter os trabalhadores à concorrência capitalista. Diversos autores consideraram-na também como um instrumento de dominação que mantinha o monopólio do

---

controle sobre os demais países do bloco, perseguindo lideranças indesejáveis sob o pretexto de serem "titoístas" e trazendo para o seu domínio a Bulgária e a Albânia (SAMARY, 1988, p. 77-80; RUSINOW, 1977, p. 22-31; WILSON, 1979, p. 49-59; HOBSBAWM, 2014, p. 386, WOODWARD, 1995, p. 80-81; PEROVIĆ, 2007).
Tito, não obstante, resistiu aos ataques políticos e ao bloqueio econômico imposto pela União Soviética e seus "satélites" e consolidou-se como a principal liderança comunista da Iugoslávia. A ruptura com Stalin, admitida e consolidada apenas gradualmente ao longo de 1949, além de provocar uma onda de purgos, prisões, exílios e assassinatos de parte a parte, foi um marco fundamental na definição da "via iugoslava" – o stalinismo permanecera daí em diante como um dos principais males a ser combatido, uma espécie de anti-modelo do qual a Iugoslávia tinha de se afastar definitivamente.

[11] Boris Kidrič é considerado, junto a Edvard Kardelj e Milovan Djilas, como um dos idealizadores teóricos da autogestão iugoslava. Ele escrevera sobre a economia do período de transição para o comunismo na Iugoslávia, defendendo a introdução dos conselhos operários e da compatibilização do macroplanejamento estatal em nível federal (determinando algumas proporções econômicas para a distribuição de recursos-chave entre os ramos e regiões) e do microplanejamento deixado para as empresas e suas associações num ambiente de mercado regulado. Para Kidrič, mesmo o macroplanejamento deveria ser rapidamente desestatizado, mas não para ser abolido (como em certas versões do "socialismo de mercado"), e sim para ser redefinido como uma articulação econômica de representantes diretos dos produtores associados. O mercado articulado com o planejamento central seria um instrumento transitório na evolução do socialismo para o comunismo. Embora tenha falecido precocemente com leucemia já em 1953, sua influência teórica nos debates sobre os rumos da autogestão iugoslava continuou relevante ao longo dos subsequentes períodos até a desintegração do país, o que pode ser atribuído à qualidade da sua obra (SUVIN, s/d). Para uma apresentação da sua teoria da "produção de mercadoria socialista" ver MILENKOVITCH, 1971, p. 77-89.

poder político da camada dirigente reunida no seio e em torno da Liga dos Comunistas da Iugoslávia. Daí, alguns autores concluírem que não haveria nada de genuíno, em tempo algum, na "experiência autogestionária" iugoslava. Em suma, para esses autores, a autogestão foi um engodo[12].

Outros pesquisadores, no entanto, identificam elementos de autogestão no interior do sistema político-econômico iugoslavo. Este teria sido atravessado por conflitos e pressões (entre dirigentes, sindicalistas, operários, gerentes, estudantes, intelectuais e nacionalistas) que, em parte, devem-se a dinâmicas sociais oriundas desses elementos autogestionários. Embora parciais, tais elementos não poderiam ser entendidos simplesmente como uma "ficção jurídica".

Para Dennison Rusinow, o "experimento iugoslavo com uma independente e nova 'estrada para o socialismo' nasceu da necessidade, não da convicção" (RUSINOW, 1977, p. 32). Tal necessidade é resumida por Albert Meister em três fatores:

> O descontentamento popular, os abusos da organização burocrática da economia e a ausência da ajuda soviética prevista, após a ruptura com Moscou, podem ser consideradas como as causas determinantes da mudança radical de orientação do regime a partir de 1948-1950 e da introdução da autogestão operária[13]. (MEISTER, 1964, p. 48)

Conforme Catherine Samary, se tratava de reforçar a base social do poder, reagindo assim aos efeitos negativos da hiper-centralização sobre uma comunidade multinacional dotada de um Estado de raízes frágeis e buscando, sobretudo, um novo "elã produtivo" num contexto difícil de isolamento político-econômico (SAMARY, 1988, p. 104 e 116).

Sem desconsiderar esses fatores, Susan Woodward enfatiza as linhas de continuidades nas práticas e convicções ideológicas dos principais dirigentes iugoslavos desde o período da ocupação nazista (especialmente na Eslovênia), atravessando o período da economia de comando, a ruptura com Stalin e a introdução do sistema de autogestão. Estes dirigentes preferiam os métodos "econômicos" de mobilização do trabalho frente aos métodos "políticos" (as brigadas de trabalho, o "stakhanovismo", a economia de comando). Assim, a

---

[12] Essa conclusão extrema se encontra sobretudo entre autores refratários a própria ideia de autogestão e ao socialismo. Veja-se, por exemplo, a crítica extremada de Ljubo Sirc, economista dissidente, ao sistema iugoslavo. Enquanto a condenação "em bloco" de toda a experiência iugoslava é mais típica de autores anti-socialistas, entre aqueles que são simpáticos à autogestão a avaliação é normalmente mais nuançada e historicizada, ainda que o balanço final aponte para uma grande distância entre a teoria e a prática da autogestão na Iugoslávia.

[13] No original: "Le mécontentement populaire, les abus de l'organisation bureaucratique de l'économie et l'absence de l'aide soviétique prévue, puis la rupture avec Moscou, peuvent être cosidérés comme les causes déterminantes du changement radical d'orientation du régime à partir de 1948-1950, et de l'introduction de l'autogestion ouvrière" (MEISTER, 1964, p. 48).

autora avalia que havia uma linha de continuidade fundamental entre o estilo esloveno de organização político-econômica e a introdução da autogestão. De tal modo que o período da economia de comando aparece antes como uma exigência momentânea e excepcional de rápida reconstrução pós-ocupação, prolongada devido ao bloqueio econômico e à ameaça de confronto militar com a URSS[14]. A partir do momento em que a Iugoslávia decide orientar sua política internacional para o ocidente, recebendo apoio financeiro e militar, a estratégia gradualista de socialização das terras e a mobilização "econômica" do trabalho via autogestão pode finalmente ser plenamente adotada (WOODWARD, 1995, p 98-163).

Vladimir Unkovski-Korica oferece uma explanação sintética e bem documentada da introdução da autogestão (UNKOVSKI-KORICA, 2014). Os dirigentes comunistas queixavam-se frequentemente da forma burocrática com que os diretores administravam, isto é, sem consulta aos trabalhadores, e da competição salarial entre as empresas, onde os diretores ofereciam altos salários para atrair os trabalhadores mais qualificados, bastante escassos e fundamentais para a desejada industrialização acelerada.

Assim, combinando idealismo e pragmatismo, as lideranças comunistas, especialmente Edvard Kardelj e Boris Kidrič, começam a defender já em maio de 1949, de um modo ainda não completamente elaborado, a participação dos trabalhadores sob a forma de conselhos operários como forma de mobilizar o trabalho, diminuindo a flutuação dos trabalhadores, aumentando a produtividade e regulando a distribuição salarial de acordo com ela, ao mesmo tempo em que retomam a preferência pelas formas participativas de organização das massas (os comitês populares que organizaram a produção e a luta revolucionária durante a ocupação nazista)[15].

---

[14] Woodward argumenta que "a radicalização iugoslava na agricultura entre setembro de 1948 e agosto de 1949 não foi uma tentativa de provar ser suficientemente estalinista para recuperar o favorecimento, como é dito usualmente, mas uma mobilização do trabalho e da produção agrícola de curta duração que buscava evitar o caminho estalinista; e tanto a reversão dessa política quanto a introdução dos conselhos operários em 1950 não foram uma tentativa de ganhar legitimidade política doméstica em face do isolamento internacional, mas um retorno ao foco preferido pelos líderes em firmas de manufatura e engenheira com uso de incentivos econômicos para aumentar a produtividade do trabalho, e na estabilização macroeconômica pelo corte de empregos aos invés de salários, pela descentralização da administração e pelo envio de muitos trabalhadores de volta para o interior, sob a pressão da reorientação comercial para o Oeste" (WOODWARD, 1995, p. 100). No original: "(...) Yugoslavia's radicalization in agriculture between September 1948 and August 1949 was not an attempt to prove itself sufficiently Stalinist to regain favor, as is usually said, but a short-lived mobilization of labor and agricultural production that sought to avoid the Stalinist path; and that both the reversal of that policy and the introduction of workers' councils in 1950 were not an attempt to gain domestic political legitimacy in the face of international isolation, but a return to the leaders' preferred focus on manufacturing and engineering firms with use of economic incentives to raise labor productivity, and on macroeconomic stabilization by cutting employment instead of wages, by decentralizing administration, and by sending many workers back to the countryside, under the pressure of trade reorientation to the West" (WOODWARD, 1995, p. 100).

[15] Já de acordo com o relato de Milovan Djilas (Ministro da Propaganda, Secretário do Comitê Central do Partido Comunista e um dos principais membros do Politburo) a ideia da autogestão, por meio de conselhos

O processo de elaboração da legislação relativa à autogestão expôs os conflitos em torno dos papeis desempenhados pelos diferentes atores sociais do socialismo iugoslavo. Numa primeira versão, os diretores de empresa retinham considerável poder, os conselhos operários eram bastante subordinados e as seções sindicais ficavam relegadas a um papel coadjuvante. As lideranças sindicais reagiram e obtiveram importantes mudanças (por exemplo, os conselhos operários deveriam reunir-se ao menos uma vez ao mês, e não a cada três meses apenas). Um dos pontos centrais era a quem caberia o poder de decisão final em caso de discordâncias. Embora o diretor continuasse a reter o poder de decisão final, a saída conciliatória foi estabelecer o direito dos conselhos operários de apelar às altas autoridades do Estado em caso de discordância. Outra mudança advinda das recomendações de sindicalistas foi a exigência de responsividade dos conselhos operários frente ao coletivo de trabalho.

Por outro lado, Unkovski-Korica confirma o argumento de autores como Woodward de que a introdução da autogestão estava associada à descentralização do comércio internacional, visando assim pressionar pelo aumento de produtividade que não estava sendo atingido pela via "administrativa". Para Kidrič a exposição ao mercado mundial conjugada à autogestão nas empresas era a maneira mais eficaz de desenvolver rapidamente a economia iugoslava (UNKOVSKI-KORICA, 2014).

Woodward enfatiza o caráter disciplinador da autogestão. Para ela

> De fato, um objetivo primário da introdução dos conselhos operários em 1949-1950 era privar os sindicatos de seu poder de barganha sobre salários em firmas que produziam para exportação numa época em que o trabalho qualificado era escasso. Representantes eleitos de trabalhadores qualificados da produção deviam ser consultados pelos gerentes sobre como *cortar* custos de trabalho. O objetivo era que os trabalhadores aceitassem limites sobre os salários e benefícios dentro do rendimento líquido da empresa, aprovassem investimentos de capital mesmo se eles implicassem em cortes nas rendas, e sancionassem demissões de trabalhadores quando fosse solicitado por orçamentos ou programas de modernização. A essência da autogestão (...) era esta tentativa de compelir a políticas salariais e disciplina financeira sem envolvimento do Estado ou regulação central[16]. (WOODWARD, 1995, p. 261; grifo da autora)

---

operários, nasceu de uma iniciativa sua, tendo a ideia sido elaborada e desenvolvida com Edvard Kardelj e Boris Kidrič, e sendo rapidamente aceita por Tito (MILENKOVITCH, p. 66-67 e RUSINOW, p. 49-53).

[16] No original: "In fact, a primary goal of the introduction of workers' councils in 1949-50 was to deprive the unions of their bargaining power over wages in export-producing firms at a time when skilled labor was scarce. Elected representatives of skilled production workers were to be consulted by managers on how to *cut* labor costs. The aim was to have workers accept limits on wages and benefits within enterprise net revenue, approve capital investment even if they cut into incomes and sanction dismissals of workers when required by budgets or modernization programs. The essence of self-management (…) was this attempt to enforce incomes policies and financial discipline without state involvement or central regulation" (WOODWARD, 1995, p. 261; grifo da autora).

A desejada disciplina industrial adviria da participação do trabalhador na gestão da empresa, como declara Tito em discurso na Assemblei Federal em 1949 por ocasião do exame da lei que introduzira a autogestão: “Devem aprender incondicionalmente a disciplina do trabalho, pois, no momento em que os trabalhadores assumem a responsabilidade de participar na gestão da economia, a questão da disciplina do trabalho figura entre os seus primeiros deveres” (TITO, 1977, p. 49).

Em suma, as dificuldades econômicas enfrentadas sob o embargo imposto pelo Cominform exigiam uma contenção salarial e um rápido aumento de produtividade para que se continuasse a perseguir o ambicioso plano para a “acumulação socialista”. Seriam então os sindicatos e os trabalhadores altamente qualificados que barganhavam por aumentos salariais (com maior remuneração para os mais qualificados) os principais alvos da introdução da autogestão (WOODWARD, 1995, p. 84; ZUKIN, 1981, p. 291-294; HORVAT, 1976, p. 180). Ao repassar parte da responsabilidade pela gestão das empresas aos conselhos operários objetivava-se criar um mecanismo de disciplina financeira e produtiva interna, onde os trabalhadores identificariam um teto para o aumento de suas rendas pessoais nos próprios limites orçamentários da empresa para a sua manutenção e sucesso no mercado.

Notemos, todavia, que a exigência de eficiência econômica não estava de modo algum apartada do projeto de realização do comunismo. A autogestão emergiu em resposta tanto ao problema da eficiência produtiva quanto o da democracia socialista (do contrário, deveríamos identificar os dirigentes da revolução iugoslava como “capitalistas” travestidos de comunistas). Deste modo, é preciso sublinhar que a ênfase na disciplina e na responsabilidade dos trabalhadores se dava num contexto de grandes dificuldades materiais e sob a desconfiança de muitos quanto à viabilidade de um sistema generalizado de conselhos operários. Por isso era preciso insistir na capacidade de autodisciplina e de rápido aprendizado dos operários, num sistema em que finalmente começariam a usufruir e controlar integralmente o fruto do seu trabalho:

> Existem dificuldades extraordinariamente grandes quanto à via da construção do comunismo num país atrasado como, por exemplo, o nosso. Mas que fazer agora? Esperar que todos os operários estejam ao mesmo nível de inteligência e capacidade de administrar as empresas? Depreende-se que não o faremos, pois, nesse caso, teríamos de aguardar um tempo infinito. No processo de gestão, no processo incessante de trabalho e gestão, todos os operários adquirirão a experiência necessária. Conhecerão não só o processo de trabalho, mas também todos os problemas da sua empresa. Os operários só na prática poderão aprender a utilizar a certeza absoluta, aprender a quantidade de material que podem gastar ou popupar, saberão ao que o seu trabalho se destina, isto é, para onde vai a sua mais-valia e em que é utilizada. Conhecerão qual deve ser a acumulação da sua

> empresa como parte da acumulação global do plano e quanto podem aumentar o seu nível de vida com o excedente de produtos. Também têm de saber quanto e em que ritmo devem aumentar a produtividade do trabalho, etc. (TITO, 1977, p. 48-49)

Finalmente, um último fator para a introdução da autogestão seria a *zadruga*. Para Roberto Venosa, além dos três principais elementos explicativos que normalmente aparecem na literatura (a diversidade étnica, a ruptura política com a União Soviética e a interpretação iugoslava de certos textos marxistas), é preciso acrescentar ainda um quarto elemento fundamental, o da compatibilidade da autogestão com as "concepções que uma grande parte da população possuía sobre as formas de organizar o trabalho" (VENOSA, 1979, p. 122-126). Estas concepções se materializavam na instituição social camponesa chamada "zadruga", isto é, a família extensiva comunitária, unidade de base na comunidade rural, que, possuindo em comum os meios de produção, produziam, consumiam e deliberavam juntos sobre a propriedade e a vida da comunidade (VENOSA, 1979, p. 126-127). Na medida em que existiam, para além das práticas de coletivismo e de solidariedade, um conjunto de normas de equidade e de participação igualitária no processo de decisão, para Venosa pode-se distinguir a "zadruga" da família patriarcal, na qual a estratificação do poder e a hierárquica dos privilégios eram marcadas. "Contudo, na 'zadruga', a hierarquia não foi abolida. Se de um lado o processo interno era democrático, de outro uma atribuição rígida das tarefas e a divisão do trabalho segundo os sexos, as idades e o grau de parentesco, eram respeitadas" (VENOSA, 1979, p. 137). Em suma, as matrizes de significação que organizaram os camponeses iugoslavos e os participantes das empresas autogeridas coincidiam nos elementos do coletivismo, da solidariedade corporativa, da democracia interna e da equidade, sem deixar de manter uma hierarquia rígida na execução das tarefas (VENOSA, 1979, p. 137).

Por outro lado, para Catherine Lutard-Tavard, afora o coletivismo da organização do trabalho (que inclui as formas privadas de propriedade), o elemento a se destacar na *zadruga*[17] é o autoritarismo, típico de sociedades patriarcais, que predispôs a sociedade camponesa iugoslava a aceitar o autoritarismo do regime de Tito, pondo em relevo ainda o caráter passivo e a inércia do mundo rural, conservadora de valores tradicionais (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 306-311).

A despeito de algumas discordâncias, é interessante notar a possível complementariedade das observações de Venosa e Lutard-Tavard. O primeiro sublinha as similitudes entre a zadruga e a autogestão no que se refere à organização do trabalho. A

[17] Lutard-Tavard pontua que a *zadruga* não é tipicamente eslava, pois sob outros nomes este tipo de organização comunitária apresenta-se em várias partes do planeta, incluindo a Europa, a África, a Ásia e a América Latina (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 308-309).

segunda põe acentuo na compatibilidade da zadruga com a forma autoritária do regime no nível macro-político.

Marie-Paule Canapa também se detém sobre a questão da *zadruga* para mostrar suas ambiguidades e sua relação com a construção do socialismo na Iugoslávia. Para Canapa, a *zadruga* não contribuiu para a coletivização agrícola comunista, argumentando que ela já estava em declínio quando do início do regime socialista e insistindo que as similitudes entre as instituições comunitárias camponesas e as organizações agrícolas comunistas são apenas aparentes (CANAPA, 1990, p. 84).

Todavia, a socióloga aponta para o uso funcional que a Liga dos Comunistas fizera das solidariedades tradicionais (de parentesco, de parentela, de apadrinhamento, de localidade ou região) para facilitar a instalação e adaptação dos emigrados rurais às cidades em acelerado desenvolvimento industrial. Tais solidariedades, por exemplo, serviam de critério para a contratação nas fábricas e outros locais de trabalho, embora não excluísse critérios políticos, exigidos sobretudo para postos de direção (CANAPA, 1990, p. 90-91). Construções em terrenos ilegais, aglomerando comunidades emigradas de um mesmo vilarejo, formaram bairros "selvagens" que, embora oficialmente mal vistos, em razão da falta de infraestrutura e de problemas sociais, eram úteis devido à insuficiência de construção de habitações por parte do governo, sobretudo para os trabalhadores de baixa ou nenhuma qualificação, já que os fundos para habitação das empresas eram destinados frequentemente para os operários qualificados, os engenheiros e o pessoal administrativo (CANAPA, 1990, p. 91-92). Os laços de solidariedade de parentesco e de localidade também contribuíram para a melhora do nível de vida dos emigrados rurais, que recebiam ou compravam produtos agrícolas do vilarejo de origem, ou ainda utilizavam a venda de terras para financiar um apartamento ou um carro. Em troca os emigrados ajudavam seus parentes do campo intermediando em favor da obtenção de bolsas, de um médico ou de um emprego, por exemplo. Os festejos familiares e religiosos também se apresentavam como ocasiões de trocas e de assistência mútua, além de renovar tradições populares (CANAPA, 1990, p. 92-93). É de se notar que a tradição é em parte subvertida, por exemplo, no que se refere à estrutura de autoridade familiar, já que são os jovens os primeiros a emigrar, emancipando-se dos pais (CANAPA, 1990, p. 94-95).

Por outro lado, Canapa argumenta que tais laços de solidariedade tradicional, bem como o valor do igualitarismo atrelado a concepção de "bem limitado" largamente presente nas populações camponesas, teriam contribuído para impedir uma plena modernização econômica. Assim, por exemplo, a contratação por critério de solidariedade familiar ou local

era um obstáculo ao critério da qualificação. O protecionismo das comunas (impostos elevados contra empresas "de fora") também encontraria base nesse sentimento de lealdade interna, contribuindo para a autarquia desenvolvida pelos jogos de poder localistas. O tema do igualitarismo, sobre o qual teremos ocasião de retornar ao longo dessa tese, é apresentado com base no pensamento do sociólogo Josip Županov. Para ele, a concepção camponesa de "bem limitado" (a ideia de que a produção global não pode ser aumentada e que o problema está na repartição mais justa) fundamentava o igualitarismo rígido presente na mentalidade dos trabalhadores iugoslavos, o que explicaria, em parte, "as reivindicações constantes das empresas e das regiões por condições iguais para todos na atividade econômica, condições avaliadas nos seus resultados e não nas possibilidades, a recusa em valorizar as inovações e a qualificação, etc." (CANAPA, 1990, 95-96).

Canapa retoma a tese sustentada por diversos pesquisadores iugoslavos de que a formação de grupos informais de poder no interior das empresas corresponderia a uma necessidade dos trabalhadores de origem camponesa recente de reencontrar solidariedades assemelhadas àquelas da família, da parentela, na qual a direção assumia características paternalistas e autocráticas, também presentes na *zadruga*. O que teria contribuído para o caráter fortemente limitado da autogestão iugoslava, já que tais grupos informais de poder desvirtuavam o procedimento de tomada de decisões nas empresas (CANAPA, 1990, p. 97-99). Também nesse sentido, havia o caso de Montenegro, cujas tradições comunitárias de clãs e tribos mantiveram-se e tiveram um efeito negativo sobre o sistema político socialista, na medida em que dividiam células comunistas nas regiões rurais e serviam de critério para o apoio a candidatos nos processos eleitorais (CANAPA, 1990, p. 100-101).

Além disso, Canapa aponta para a ideia também expressa por Lutard-Tavard de que o conformismo da sociedade rural contribuía para o consenso com o poder, especialmente nas regiões menos desenvolvidas industrialmente (CANAPA, 1990, p. 99-100). Em suma, para a pesquisadora a *zadruga* não facilitou a construção do socialismo, mas determinados valores comunitários camponeses, especialmente as solidariedades tradicionais, facilitaram o funcionamento do sistema político realmente existente, contribuindo para o consenso entre o poder e a população, e também para a desarmonia entre a teoria e a prática da autogestão. De modo ambíguo, tais valores teriam facilitado a rápida modernização econômica, embora comprometendo-a na sua plena realização, já que eram disfuncionais aos critérios de eficácia (CANAPA, 1990, p. 103-104).

Assim, temos de um lado os elementos tradicionais da sociedade iugoslava que a predispunham para a aceitação do coletivismo e do autoritarismo, e de outro, mais

particularmente, alguns elementos de continuidade organizativa que contribuem especificamente para a introdução da autogestão, como o "estilo esloveno" apresentado por Woodward ou a tradição da *zadruga* explorada por Venosa. Sinteticamente, se pode dizer que sob determinadas circunstâncias externas (bloqueio econômico do Cominform e ruptura com Stalin no princípio da Guerra Fria) e internas (insatisfação popular num Estado multiétnico de raízes frágeis, disfunções da economia de comando e da organização burocrática, pressão salarial de sindicatos e trabalhadores altamente qualificados no âmbito de um projeto de rápida industrialização, suporte da tradição da *zadruga* e do "modelo esloveno") o grupo dirigente do Partido Comunista da Iugoslávia pode encontrar na teoria marxista sobre a associação dos trabalhadores uma alternativa ao modelo vigente na URSS que aparecia como viável ideológica e pragmaticamente. É assim que nasce a autogestão iugoslava.

Ainda uma última observação deve ser feita. É bastante evidente que a autogestão iugoslava foi implantada "pelo alto", ou seja, se tratou de uma alternativa política decidida pelo alto escalão do Partido e não de um movimento social revolucionário vindo "de baixo"[18]. Contudo, a nosso ver, essa característica não implica que fosse inevitável e insuperável a tutela e controle políticos por parte dos dirigentes sobre a população iugoslava. A dinâmica da autogestão é relacional, depende da tomada de decisões dos diversos atores sociais envolvidos, de acordos e disputas de interesses entre os grupos sociais que variam conforme a dinâmica do processo social. Assim, discordamos de abordagens como a de Catherine Lutard-Tavard, para quem a autogestão estava condenada desde o início porque os dirigentes, sempre ciosos do seu próprio poder, pretendiam manter o Partido no comando de todo o processo (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 139).

Como a origem histórica da autogestão iugoslava não esgota sua (re)significação, resultante de múltiplas interações, conflitos e dinâmicas, precisamos estudar o experimento iugoslavo em suas diferentes fases, mantendo a atenção para as transformações sociais, polissemias, possibilidades e bloqueios que caracterizam a autogestão não apenas como prática institucionalizada mas também como um projeto em desenvolvimento e em disputa.

[18] As implicações dessa característica da origem da autogestão iugoslava são bastante complexas, podendo remeter a vários tipos de questionamentos. Por exemplo, a autogestão "pelo alto" seria em si mesma contraditória na media em que cometeria o "pecado original" de romper com a unidade entre forma (da luta) e conteúdo (seus objetivos autoproclamados), ou entre os meios e os fins? Tal problemática nos remete a um debate mais amplo sobre as vias da revolução política e social de acordo com distintas tradições políticas, como o anarquismo e o comunismo, nas suas diversas vertentes. Teremos ocasião de tratar sucintamente desse debate no tópico voltado às teorias da autogestão.

O início da autogestão

Após uma experiência-piloto com 215 empresas compreendendo 8.230 trabalhadores, nas quais foram introduzidos conselhos eletivos formais de trabalhadores, a Assembleia Nacional aprovou em 27 de junho de 1950 o que ficou conhecido como a Lei sobre a autogestão dos trabalhadores, pela qual os meios de produção deixam de ser formalmente propriedade do Estado, passando a ser propriedade social[19]. Por meio de órgãos coletivos (conselhos operários e comitês de gestão) criados em cada empresa, os trabalhadores tornam-se, em tese, administradores de uma parcela da propriedade social global (RUSINOW, 1977, p. 57-58; MEISTER, 1970, p. 36-37).

Todavia, mantêm-se uma relativa separação entre um corpo administrativo – o *collegium* (formado pelo diretor geral, diretores de departamentos, chefes de seção e supervisores) - e a base operária que em tese teria o poder de governar a empresa, controlando as decisões da gerência profissional por meio do conselho operário, do comitê de gestão e da assembleia geral[20]. Assim, enquanto a administração rotineira ficaria a cargo dos gerentes profissionais, as decisões estratégicas deveriam ser submetidas à deliberação e aprovação dos trabalhadores por meio dos órgãos de autogestão (ADIZES, 1977, p. 75-89; MEISTER; ILO, 1962, p. 107).

O conselho operário é eleito pela totalidade do coletivo de trabalhadores de uma dada empresa[21], e, por sua vez, elege o seu presidente (dentre seus membros eleitos) e o

[19] Djuro Salaj, Presidente do Conselho Central da Confederação dos Sindicatos da Iugoslávia, relata, por ocasião do 1º Congresso dos Conselhos Operários em 1957, que a criação dos conselhos operários foi acolhida "de uma forma tão calorosa pela classe operária que, mesmo antes da promulgação dos textos legislativos correspondentes destinados a legalizar sua existência, já havia conselhos operários em torno de 800 empresas" (Congrès des Conseils Ouvriers de Yougoslavie, 1957, p. 20).

[20] Ichak Adizes ressalta a distinção entre governar e administrar no processo de gestão em geral e no modelo e na prática iugoslava em particular: "Para libertar os indivíduos dos vínculos hierárquicos e dar-lhes o direito de governarem-se a si mesmos, o sistema de autogestão distingue entre as funções administrativas e as de governo (*rukovodjenje* e *upravljanje*). Juntas, estas duas funções constituem o que se conhece comumente como o processo de gerência. (O termo "gerência" *per se* nem sequer existe no idioma iugoslavo). A distinção entre os dois tipos de poder – o poder de governar e o poder de administrar – constitue a base mesma da democracia industrial. O conjunto de integrantes governa, enquanto que os administradores, nomeados ou eleitos, são os que administram" (ADIZES, 1977, p. 75). No original: "Para libertar a los indivíduos de los vínculos jerárquicos y darles el derecho de gobernarse a sí mismos, el sistema de autogestión distingue entre las funciones administrativas y las de gobierno (*rukovodjenje* y *upravljanje*). Juntas, estas dos funciones constituyen lo que se conoce comúnmente como el proceso de gerencia. (El término "gerencia" *per se* ni siquiera existe en el lenguaje yugoslavo). La distinción entre los dos tipos de poder – el poder de gobernar y el poder de administrar – constituye la base misma de la democracia industrial. El conjunto de integrantes gobierna, mientras que los administradores, nombrados o elegidos, son los que administran" (ADIZES, 1977, p. 75).

[21] Em pequenas empresas, com menos de 30 pessoas, todo o coletivo de trabalho exerce diretamente a autogestão, sem a necessidade de eleger um conselho operário. Já em grandes empresas, cada vez mais numerosas na medida em que o país se industrializava, formava-se em cada uma das unidades econômicas que compunham a empresa um conjunto de órgãos de autogestão (com assembleia geral, conselho operário, comitê de gestão e um diretor da unidade). Os arranjos organizacionais se complexificaram ao longo do tempo, assumindo diferentes desenhos de acordo com os regulamentos internos a cada empresa.

comitê de gestão, chefiado necessariamente pelo diretor geral da empresa. De acordo com o tamanho da empresa, o conselho operário pode ser constituído por 15 até 120 membros. Nenhum dos eleitos para estes órgãos de democracia administrativa recebem qualquer remuneração em função da posição assumida, embora o tempo despendido em reuniões seja considerado como tempo de trabalho remunerado[22]. 75% do conselho operário deve ser constituído de trabalhadores manuais e o coletivo de trabalho, por meio da assembleia geral, tem o poder de revogar o conselho eleito[23]. Este, por sua vez, pode revogar o comitê de gestão ou mesmo o mandato de seus membros individualmente.

As reuniões do conselho operário são consideravelmente frequentes. Obrigatoriamente, devem realizar-se ao menos uma vez a cada seis semanas ou quando requeridas pelo conselho de direção, pelo diretor, por um terço de seus membros ou pelo sindicato da empresa. Exige-se um quórum de mais da metade dos seus membros para que as deliberações sejam válidas e decide-se por maioria simples dos membros presentes nas reuniões, às quais assistem também o diretor da empresa e o conselho de direção, embora sem direito de voto. Por sua vez, os membros do coletivo de trabalho podem assistir às reuniões do conselho operário, embora sem voz deliberativa decisional. O mandato dos eleitos para o conselho operário, incluindo seu presidente, tinha, até 1959, um ano de duração, passando depois a dois anos de duração[24], sem possibilidade de reeleição consecutiva, sendo ainda renovado pela metade a cada ano (MEISTER, 1970, p. 44-46; SUVIN, s/d).

As eleições para os conselhos operários se dava via voto secreto nos candidatos apresentados em listas preparadas pela seção sindical da empresa ou (raramente) por um grupo que recolhesse ao menos 10% de assinaturas dos trabalhadores. Normalmente os sindicatos recorriam à base para formar a lista, sendo então comumente modificada de acordo com as sugestões dos trabalhadores. Como aponta Meister, referindo-se às empresas que visitara, a parte mais significativa do procedimento democrático era a preparação das listas, já

[22] Djuro Salj sinalizara para a "tendência ao burocratismo" manifesta em tentativas de diferenciação daqueles conselhos operários e comitês de direção que procuravam, por exemplo, realizar as reuniões em horário de trabalho sem necessidade, e pressionavam por privilégios tais como a obtenção de postos de trabalho melhor remunerados para seus membros e o pagamento de honorários pela presença nas reuniões. Segundo uma pesquisa, em 1956 14% das reuniões dos coselhos operários e 25% das reuniões dos comitês de direção se deram no horário de trabalho. Registrou-se ainda que cerca de 7 milhões de dinares foram gastos para remunerar a partipação nas reuniões dos órgãos da autogestão, majoritariamente na Eslovênia (55% do gasto total) e na Croácia (25%) (Premier Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 36-37).

[23] Em 1957 introduz-se o direito ao referendo, realizado por voto secreto e maioria simples sob a iniciativa do conselho operário ou de um terço dos membros do coletivo de trabalho. Em caso de decisão sobre a mudança de estatuto da empresa (integração, fusão, reconversão etc.) o referendo é obrigatório. Segundo Meister, à exceção desse caso em que é obrigatório, o referendo foi pouco utilizado (MEISTER, 1970, p. 44).

[24] A extensão do mandato dos membros dos conselhos operários para dois anos foi uma recomendação do Primeiro Congresso dos Conselhos Operários, realizado em 1957 (Premier Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 53).

que a proporção entre o número de candidatos e os acentos disponíveis no conselho não oferecia muitas opções aos eleitores[25], que acabavam fazendo pouco mais do que ratificar as decisões prévias às eleições, em diálogo com o sindicato (MEISTER, 1970, p. 47-48).

O conselho de direção está mais ligado à administração técnica e financeira cotidiana da empresa, auxiliando diretamente o diretor, com reuniões semanais ou quinzenais. De acordo com o tamanho da empresa o conselho de direção é constituído por 3 a 11 membros eleitos pelo conselho operário, seguindo-se a mesma regra aplicada a este que estabelece um percentual mínimo de 75% de trabalhadores da produção. Não é permitida a reeleição consecutiva mais de duas vezes e um terço dos membros devem ser eleitos novamente a cada ano (MEISTER, 1970, p. 50-51).

O sentido da transformação político-econômica só fica claro, no entanto, com as reformas dos anos seguintes[26]. Em 1951 é votada e gradativamente efetivada ao longo do ano de 1952 uma nova Lei sobre a Gestão Planejada da Economia Nacional implementando uma planificação *indicativa* e não mais completamente centralizada e compulsória, sob o que ficou conhecido como sistema de "determinação de fundos e de taxas de acumulação do Estado" (*stopa akumulacije i fondova*), traduzido por Rudolf Bićanić como "sistema de proporção entre massa salarial e poupança" (*saving-wage-bill-rate system*)". A partir de então, o governo central deixa de ordenar às empresas exatamente o quê e quanto produzir, o que passa a ser definido pelos órgãos da autogestão, orientando-se pelos sinais do mercado de bens de consumo[27], por contratos entre firmas e pelas proporções básicas de oferta industrial agregada, investimento e consumo (salário mínimo), estabelecidas pelo Estado (RUSINOW, 1977, p. 63-65; MEISTER, 1970, p. 37; BIĆANIĆ, 1973, p. 103-104; BILANDŽIĆ, 1967, p. 80-84).

Em 1953 é promulgada a Lei Constitucional Federal que sanciona as diversas mudanças institucionais ocorridas desde a formulação da Constituição de 1946. Na prática, tratava-se de uma nova constituição em substituição à anterior, que copiava em larga medida a

[25] Meister afirma que na maior parte das empresas visitadas o número de candidatos ultrapassava o número de assentos em apenas 40% (MEISTER, 1970, p. 48).

[26] Dušan Bilandžić sublinha que a Lei sobre a autogestão dos trabalhadores de 1950 "não determina o direito dos coletivos de trabalho de dispor do sobre-trabalho. Ela passa assim sob silêncio o problema essencial da sociedade, que determina em realidade a posição dos produtores no processo da produção material, da repartição e das trocas, e que define, por isso mesmo, o caráter das relações socioeconômicas" (BILANDŽIĆ, 1967, p. 77). No original: "La loi ne détermine pas le droit des collectifs de travail de disposer du sur-travail. Elle passe ainsi sous silence le problème essentiel de la société, qui détermine en réalité la position des producteurs dans le processus de la production matérielle, de la répartition et des échanges, et qui définit, par cela même, le caractère des rapports socio-économiques » (BILANDŽIĆ, 1967, p. 77).

[27] Gradativamente diversos bens de consumo passam a ter o preço liberalizado, sem regulação governamental (BIĆANIĆ, 1973, p. 103).

constituição soviética. Ao lado da propriedade estatal dos meios de produção, a autogestão é elevada a fundamento do sistema iugoslavo: "A propriedade de Estado dos meios de produção, a autogestão dos produtores na economia e a autogestão do povo trabalhador na comuna, na cidade, no bairro, constituem o fundamento do sistema social e político do país" (BILANDŽIĆ, 1967, p. 85).

Com isso, a lei constitucional de 1953 proclama o princípio da autogestão na educação e na cultura, sendo definitivamente instituída em 1958 por uma "lei geral sobre o regime escolar" (MEISTER, 1970, p. 139).

Em 1955 a autogestão é formalmente estendida para os consumidores. Assim, "conselhos de consumidores designados pelos comitês populares têm por missão controlar e sugerir melhorias nas empresas em ligação direta com o público" (MEISTER, 1970, p. 38). De acordo com Meister esses conselhos acabaram fracassando e se extinguindo, mas encontramos referência de que eles teriam se mantido. Assim, em 1974 haveria cerca de 3.000 conselhos de consumidores em toda a Iugoslávia. Eles ocupavam-se principalmente em testar e comparar produtos. Em meados dos anos 1960 a Aliança Socialista teria ainda recomendado a expansão do papel dos cidadãos no nível local, incluindo órgãos de arbitragem para resolver questões relacionadas às queixas dos consumidores. Em 1970 e 1971 foram definidos nas repúblicas os códigos de defesa do consumidor a partir de acordos tripartites entre conselhos de consumidores, municipalidades e empresas do setor social. Com a Constituição de 1974 expandiu-se a rede de conselhos de consumidores para cerca de 12.000 já em 1975 (JOVANIC, 2015, p. 413-415).

O processo de descentralização econômica acompanha a nova orientação de descentralização e democratização do Partido Comunista que passou a se chamar Liga dos Comunistas já em novembro de 1952[28]. Sem abandonar a atuação como vanguarda revolucionária (como setor mais consciente da classe trabalhadora), a Liga deveria atuar como a principal força ideológica nos espaços da autogestão, orientando para o desenvolvimento socialista por meio da persuasão e do exemplo pessoal. A censura é significativamente reduzida e descentraliza-se o trabalho ideológico. Assim, apostava-se na iniciativa dos militantes comunistas como agentes de persuasão nos diferentes organismos políticos, como o Front Popular (rebatizado de Aliança Socialista do Povo Trabalhador), onde se daria livre

[28] A decisão de mudar o nome de Partido Comunista da Iugoslávia para Liga dos Comunistas da Iugoslávia se deu no Sexto Congresso do partido realizado entre 2 e 7 de novembro de 1952. Na ocasião declarou-se que a mudança não era uma mera formalidade e sim uma indicação de que a o movimento comunista encontrava-se numa nova fase, na qual o partido assumiria um novo papel (LILLY, 2001, p. 210).

expressão às diversas opiniões das massas trabalhadoras[29]. Avançava-se ainda na separação funcional entre partido e Estado. Djilas, que parece ter sido a liderança que mais pressionava por rápidas mudanças em favor da liberalização do sistema político, explicava em 1952 que o Partido numa primeira fase havia preparado e realizado a revolução, em seguida concentrou-se em construir o poder do Estado e em liquidar a propriedade capitalista nas cidades, e que só agora, numa terceira fase, de gestão operária da economia, ele podia concentrar-se no seu papel educacional em favor da elevação da consciência socialista das massas.

Não obstante, a tentativa de se apostar numa liberalização da política e da cultura com uma atuação pedagógica da Liga se viu consideravelmente retraída pela incapacidade de boa parte dos comunistas, principalmente no baixo e médio escalão, em abandonar o "velho estilo" impositivo em favor de uma nova abordagem pela persuasão no livre confronto de ideias. A nova orientação para a atuação da Liga dos Comunistas a partir do 6º Congresso causou grande confusão entre os militantes comunistas acerca do seu efetivo papel. Muitos passaram a se abster de qualquer participação ativa nos processos decisórios nas empresas e nos aparelhos estatais. A disciplina interna do partido fora abalada, muitos comunistas não se sentiam mais obrigados a seguir as decisões dos escalões superiores e outros simplesmente negligenciavam a presença em reuniões ou o pagamento de quotas partidárias. Com isso, temendo pela desintegração e desmoralização do partido, Tito e Aleksandar Ranković[30] reagiram imediatamente reafirmando o centralismo democrático na Liga e que o seu papel e responsabilidade no desenvolvimento do socialismo não havia diminuído e sim aumentado,

[29] Kardelj declara no 4º Congresso da Aliança Socialista realizado em fevereiro de 1953 que a Liga dos Comunistas não tinha o monopólio de definir a linha política da luta pela construção de relações socialistas. Esta se definiria pela cooperação ativa e consciente das massas trabalhadoras organizadas na Aliança Socialista. Com isso, "a Liga dos Comunistas não tinha a pretensão de governar no lugar das massas trabalhadoras, mas sim desejava inspirar e educar as massas de modo que elas saberiam como conduzir seu próprio governo, suas próprias fábricas e seus próprios órgãos e organizações sociais". Por outro lado, o partido deveria parar de se considerar sempre certo e portanto deveria estar disposto a aprender com as massas (LILLY, 2001, p. 211). No 7º Congresso da Liga dos Comunistas realizado em 1958 Kardelj reafirma a ideia de "que não existe e não pode existir juiz ideológico infalível que avaliaria aquilo que é justo o que não é (...). Os únicos juízes definitivos são a experiência e a história" (SAMARY, 1988, p. 118).

[30] Aleksandar Ranković (1909-1983) foi um dos principais dirigentes comunistas. Nasceu em Draževac, perto de Belgrado. Foi alfaiate, aproximou-se dos sindicatos, aos 19 anos torna-se membro do PCI e assume a função de secretário regional da Juventude comunista. Foi preso e em 1940 chega ao topo do partido, sendo nomeado para o escritório político do Comitê Central do PCI. Terá um grande papel repressivo, dirigindo a polícia política. Foi também Ministro dos Negócios interiores, dos serviços secretos e da inteligência, ocupando ainda múltiplas funções como vice-presidente da Iugoslávia. Em 1963 é nomeado presidente adjunto da república. Mas em 1966 é excluído do partido e aposentado, sendo julgado por "concepção contrária à construção da sociedade autogestionária e da democracia socialista", qualificado de "centralista" e adversário de uma "Iugoslávia democrática autogestionária". É acusado de ter abusado do poder, se colocando acima da LCI, feito da polícia um sistema repressivo e de controle abusivo sobre toda a sociedade, tendo ainda colocado sob escuta numerosos alto-funcionários, incluindo Tito (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 128-129).

cobrando dos comunistas a retomada do fervor revolucionário[31]. A maioria dos dirigentes parece então desistir da aposta mais ambiciosa numa ação cultural transformadora e democrática (LILLY, 2001, p. 198-228; RUSINOW, 1977, p. 70-80). Os desenvolvimentos seguintes (um dos marcos é a expusão de Djilas da Liga[32]) testemunham a adoção de uma via mais pragmática de desenvolvimento socialista, centrado no crescente apelo material e com restrição ao pluralismo ideológico interno à Liga.

Por sua vez, a condução da política macroeconômica continuou sendo uma atribuição do poder central (federal), que manteve uma lógica igualitária na sua política fiscal e nos estímulos à produção via fundos de investimento e concessão de créditos bancários, favorecendo as regiões e os setores menos desenvolvidos da economia iugoslava. Combinavam-se assim as diretivas gerais macro-econômicas dadas aos bancos com critérios de rentabilidade que promoviam a concorrência por créditos entre as empresas[33] (MILENKOVITCH, 1971, p. 102-104; SAMARY, 1988, p. 126).

O Estado ainda garantia 90% de um fundo para a folha de pagamento, utilizado para socorrer empresas que não conseguiam remunerar minimamente seus trabalhadores. Os salários[34] não podiam ser aumentados por iniciativa própria da empresa, já que esta deveria

[31] Em 1970 Tito admitira jamais ter gostado do 6º Congresso (RUSINOW, 1977, p. 80).

[32] Djilas acabará sendo expulso do Comitê Central da Liga já em 1954, acusado de propagar na imprensa um pensamento revisionista, anarco-liberal e burguês. Pressionando incessantemente pela aceleração do "deperecimento do partido", pelo fim do monopólio idelógico e pela completa liberdade de expressão acabou por provocar a ira dos comunistas conservadores. Para Djilas funcionários profissionais do partido e das organizações sócio-políticas (como a Liga da Juventude) já eram supérfluos - e assim o sendo, sem funções reais, eles as inventavam e assim alimentavam a burocracia. Para ele, o stalinismo decorriva inevitavelmente do totalitarismo de um partido único que se funde ao Estado. Mesmo após Tito expressar desaprovação, Djilas prosseguiu em sua crítica pela imprensa, atacando inclusive o estilo de vida dos líderes comunistas, corrompidos pelo poder e pelos privilégios. Em janeiro de 1954, no 3º Plenum de Brioni (a ilha onde o Comitê Central passou a realizar suas reuniões – o que também foi objeto de crítica de Djilas) Djilas fora expuso do Comitê Central e três meses depois, por iniciativa própria, deixara a Liga dos Comunistas. No final de 1956 é preso por publicar artigos no Ocidente condenando a intervenção soviética na Hungria (Tito, após a reaproximação com a URSS sob a liderança de Khrushchev, defendeu a intervenção como um mal menor, embora criticando a política soviética de apoiar stalinistas no governo húngaro). Com a publicação do seu livro *A Nova Classe*, no qual ataca a formação de uma nova classe dirigente formada pela burocracia soviética, tonara-se internacionalmente conhecido. Tal publicação lhe valeu a extensão da sua pena em dez anos de prisão (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 217-218; WILSON, 91-94; RUSINOW, 1977, p. 81-87 e 92).

[33] A substituição das subvenções por créditos a serem pagos com juros é relatada na anedota de Svetozar Vukmanović-Tempo, o sucessor de Kidrič como presidente do Conselho Econômico: ao sugerir a introdução dos créditos a Kidrič, este respondera que seria um "retorno ao capitalismo!". Após uma acalorada discussão ambos passaram a noite em claro, repensando sobre a questão. Na manhã seguinte Vukmanović telefonara à Kidrič para dizer-lhe que ele tinha razão, ao que este retrucou dizendo-lhe que não, que Vukmanović estava certo, que não se tratava de um retorno ao capitalismo e que o princípio de créditos para investimento deveria ser aceito (RUSINOW, 1977, p. 64).

[34] O uso da palavra salário na Iugoslávia foi objeto de debate. De acordo com Darko Suvin o termo "salário" foi oficialmente rejeitado em favor do termo *dohodak*, que significa "renda" (*income*), sendo mais tarde também aceito o termo *dobit*, que significa tanto "ganho" (*gain*) quanto "lucro" (*profit*) (SUVIN, s/d). Segundo Rusinow, com a reforma de 1958 proclama-se um novo princípio de distribuição da renda. O sistema vigente de "partilha de lucros" (profit-sharing) entre 1954 e 1958 dá lugar a ao sistema de "partilha de renda" (income-sharing).

primeiramente deduzir de seus rendimentos as contribuições para fundos sociais e uma poupança agregada a uma taxa progressiva já definida pelo governo federal. Nas indústrias manufatureiras esta taxa variava em média entre 122 e 597% do total da massa salarial (em algumas empresas podia chegar a 2000%). Isto significa que para aumentar os salários dos trabalhadores em um dinar, a empresa tinha de aumentar suas rendas em seis ou mais dinares[35]. Dado que a taxação era progressiva de acordo com a renda bruta da empresa e do fundo global de salário descontado, esse sistema não contribuía para estimular o aumento da produtividade, embora incitasse a reduzir a contratação de novos trabalhadores (BIĆANIĆ, 1973, p. 104-105; RUSINOW, 1977, p. 64-65; SAMARY, 1988, p. 152).

Assim avaliou-se que ele deveria ser abandonado e já em 1954 é implementado um Decreto Governamental regulamentando a distribuição da renda da empresa entre ela e o Estado, sendo estabelecido um *sistema de partilha dos lucros*[36]. Nesse novo sistema um imposto de 50% sobre o lucro[37] alimentava o Fundo de Investimento Geral, alocado em nível federal e das repúblicas[38]. 28,7% foi para os distritos em 1950. O salário possuía uma parte fixa (determinada uniformemente para todo o país de acordo com a qualificação e a jornada de trabalho[39]) e outra variável (oriunda de uma parcela do fundo salarial). Esta parcela era

---

Assim, tecnicamente a partir de 1958 não existiam mais na Iugoslávia salários, e sim "renda pessoal" (personal income) como uma parte da "renda líquida" das empresas individuais (RUSINOW, 1977, p. 103). Todavia, diversos autores, sobretudo não iugoslavos, continuaram a usar a palavra salário para referir-se à remuneração pessoal dos trabalhadores. Para fins práticos, não faremos distinção entre "salário" e "remuneração pessoal", embora tenhamos consciência das importantes diferenças teóricas dos termos, especialmente no que se refere ao sentido de divisão de classes implicado na categoria "salário".

[35] De acordo com Bićanić, o principal problema com o sistema de proporção entre massa salarial e poupança era a utilização de um único instrumento para regular a distribuição da renda nas empresas, de tal modo que os eventuais erros não podiam ser corrigidos por instrumentos complementares. Havia ainda muita insatisfação e incertezas geradas pelos processos políticos de barganha entre gerentes e planejadores nos órgãos estatais responsáveis pela determinação das taxas de poupança (BIĆANIĆ, 1973, p. 104-105).

[36] O uso da palavra lucro insere-se na mesma discussão sobre o uso da palavra salário.

[37] O lucro era o que restava da renda global da empresa após as seguintes deduções: custos materiais da produção, amortização, juros pelo capital fixo, juros sobre os créditos bancários, imposto sobre o volume de negócios, imposto predial, renda anual e fundos salariais (BILANDŽIĆ, 1967, p. 85).

[38] Milentije Popović, Ministro das Finanças, já em 1953 defendia a liberdade dos produtores associados nos seguintes termos: "A livre associação dos produtores deve ser entendida como uma associação de produtores que produz mercadorias e troca seus produtos num mercado socialista pelos produtos de outras associações, livre e independentemente. Isso significa que a associação de produtores precisa ter um certo mínimo de independência e individualidade produtiva, liberdade para gerir os produtos do seu trabalho e para trocá-los no mercado". No original (tradução para o inglês): "Free association of producers must be understood as na association of producers which produces commodities and exchanges its products in a socialista Market for the products of other associaitons, freely and independetly. That means that the association of producers must have a certain minimum of productive individuality and independence, freedom to manage the products of its labor and to exchange them on the market". Todavia, essa liberdade para gerir deveria limitar-se às decisões sobre a produção nos marcos das capacidades correntes. No que se refere às decisões sobre *investimento*, caberia à comunidade mais ampla, por meio de seus representantes eleitos, assumir a responsabilidade da gestão (MILENKOVITCH, 1971, p. 95).

[39] Como a massa salarial planificada era o produto do número de empregados multiplicado pelo salário médio, as empresas aumentavam (frequentemente de modo fictício) a contratação de trabalhadores menos qualificados

decidida pelo plano social da comuna na qual se localizava a empresa (posteriormente o plano federal fixou as taxas mínimas e máximas entre 8% e 16%). Contudo, após várias deduções, a participação dos lucros para os trabalhadores era muito pequena (4,8% dos lucros líquidos da empresa em 1954 e 9,2% em 1957), o que possibilitava normalmente o pagamento de um "décimo terceiro salário", e eventualmente um décimo quarto, um décimo quinto ou mais. (RUSINOW, 1977, p. 65-66; BILANDŽIĆ, 1967, p. 84-91; BIĆANIĆ, 1973, p. 105-108).

Por outro lado, a reforma aumentou o poder da comuna[40] com relação às empresas: além de definir a fatia dos lucros que poderia ser disposta para a remuneração extra dos trabalhadores, era ela que passava a escolher 2/3 dos membros da comissão que nomeava os diretores de empresa, sendo 1/3 dos demais membros escolhidos pelo conselho de trabalhadores (RUSINOW, 1977, p. 66). A comuna ainda era responsável por assegurar um rendimento mínimo aos trabalhadores por meio de um fundo comunal para o qual todas as empresas contribuíam. Em caso de insuficiência da renda obtida pela atividade produtiva em situações de dificuldade financeira da empresa o uso do fundo era requisitado e, após recuperação, devia ser reposto (BIĆANIĆ, 1973, p. 110).

A organização central da comuna era o comitê popular, que tinha funções legislativas e executivas. Esse comitê era formado pelo conselho comunal e pelo conselho dos produtores[41] (ambos compostos de 15 a 50 membros, de acordo com o tamanho da comuna) e outros cidadãos escolhidos pelo próprio comitê. Os membros do conselho comunal eram eleitos por quatro anos por sufrágio direto pelos cidadãos da comuna, enquanto os membros do conselho dos produtores eram também eleitos por quatros anos, mas eram escolhidos pelos trabalhadores dos diversos setores e de diversas categorias (indústria, comércio, agricultura etc.), sendo eleitos representantes de duas categorias fundamentais: produtores agrícolas e produtores não agrícolas, com uma representação mais forte à classe operária, inicialmente inferior numericamente, mas considerada o motor do desenvolvimento do socialismo (MEISTER, 1964, p. 23-24).

---

com o objetivo de reduzir a base sobre a qual o governo taxava o salário variável. O governo então reagiu diferenciando a taxação de acordo com as categorias de qualificação, ao que as empresas responderam com uma modificação artificial da estrutura de qualificação, declarando uma qualificação mais elevada do que a efetivamente existente. Por isso, a partir de 1955 o governo federal deixa de determinar as normas salariais. Assim, cada empresa deveria definir as regras de distribuição salarial entre os diferentes empregos. Todavia, o montante total da parte fixa dos salários deveria ainda ser aprovado pelo conselho sindical local e pelo comitê popular distrital (BIĆANIĆ, 1973, p. 106; HORVAT, 1976, p. 180-182; SAMARY, 1988, p. 152-153).

[40] A comuna, *opština* em servo-croata, era o nível mais básico da organização político-territorial. Uma grande cidade, como Belgrado, possuía diversas comunas. Existem ainda as comunidades locais (bairros?), *mjesna zajednice*, que constituem uma *opština*. Com a Constituição de 1963 cada *opština* podia escolher se queria ser organizada em sub-unidades de comunidades locais. Já com a Constituição de 1974 toda *opština* deve basear-se num conjunto de comunidades locais (MAGID, 1991, p. 532).

[41] Posteriormente chamado de conselho das comunidades de trabalho.

Essa democracia representativa é, em tese, completada por instrumentos de democracia direta e semi-direta, como o referendo (pouco utilizado), os comitês locais e os conselhos dos cidadãos. Os conselhos dos cidadãos são voltados para áreas específicas (conselho para a instrução pública, conselho para a saúde pública, conselho para a economia etc.), formados por cidadãos escolhidos pelo comitê popular em função de suas competências técnicas, e por um profissional da administração comunal (que em razão do seu trabalho cotidiano fixo é quem detém a informação necessária para as deliberações) (MEISTER, 1970, p. 24). É interessante notar a forte presença de membros da Liga dos Comunistas tanto nos conselhos comunais quanto nos conselhos dos cidadãos: 59% dos acentos nos primeiros e 62,6% nos segundos (MEISTER, 1970, p. 30).

De acordo com Branko Bruckner, uma empresa do setor social (isto é, autogestionária, não privada) podia ser criada pelas associações sócio-políticas, pelas organizações e associações laborais, por outras organizações de autogestão e, em alguns casos específicos, pelos cidadãos. Para tanto era preciso comprovar para um tribunal econômico no nível comunal a sua viabilidade, incluindo a disponibilidade dos capitais necessários, fossem próprios ou creditícios. Procedimentos similares eram necessários para processos de divisão e fusão de empresas, envolvendo sempre a necessária aprovação do conselho operário e de seu coletivo de trabalho por meio de votação em assembleia geral (BRUCKNER, 1969, p. 153-156).

O caso de liquidação de uma empresa era distinto, pois se exigia a criação de um Conselho *ad hoc* nomeado pela comuna na qual ela se localizava, responsável por fazer um balanço final a ser aprovado pela Assembleia Municipal, levando-se em consideração a falta de condições para continuidade de suas atividades (esgotamento de matéria-prima, impossibilidade de escoamento da produção, não respeito às determinações legais para as condições de higiene, segurança etc.). Os eventuais recursos econômicos remanescentes eram entregues à comuna. Quando se tratava de processo falimentar era julgado pelo Tribunal Econômico Municipal, levando-se em consideração as seguintes condições:

> (...) quando a empresa não cobre durante mais de um ano seus gastos e amortizações, quando os operários não recebem durante o mesmo período mais que os rendimentos mínimos fixados pela lei, ou se durante mais de seis meses estes mesmos rendimentos individuais mínimos são satisfeitos pelos fundos de reserva do município ou por outros meios sociais. Também se verificam estas condições se a empresa não satisfaz durante mais de um ano suas contribuições e impostos, que são indicadores de que ela não cumpre com as mínimas condições de rentabilidade e, portanto, não existe

> justificação econômica alguma para sua subsistência[42]. (BRUCKNER, 1969, p. 158)

Os membros dos órgãos de autogestão da empresa falida perdiam o direito a serem eleitos para esses órgãos em qualquer outra empresa durante um período de um a três anos, o que podia incluir ainda os trabalhadores que tivessem comprovada responsabilidade individual na falência.

Não obstante a orientação ideológica em favor da descentralização, a posição de relevo da comuna no sistema de partilha de lucros revelou-se problemática. Como a comuna dependia principalmente da taxação sobre as empresas locais para alimentar seus fundos, ela estava interessada na sua multiplicação. Em princípio, tal interesse seria benéfico para aumentar a produção, mas o que se viu em muitos casos foi o incentivo à criação de novas empresas em detrimento do reinvestimento em empresas bem-sucedidas. Assim alimentava-se a tendência a continuar privileginado o desenvolvimento extensivo em detrimento do desenvolviemnto intensivo, com o prejudicial aparecimento de desnessárias "duplicações" de fábricas do mesmo ramo e unidades de produção não rentáveis (as chamadas "fábricas políticas").

Além disso, como afirma Bićanić,

> Outra preocupação da política salarial era estimular a produtividade do trabalho e evitar mais aumentos no emprego, o que era encorajado pelo modo que o sistema de partilha de lucros operava na prática. O sistema de partilha de lucros foi alterado em maior ou menor medida a cada ano num jogo de esconde-esconde entre o Governo Federal, as autoridades locais, os gerentes das empresas, os conselhos operários e os próprios trabalhadores, todos competindo por melhores ganhos da legislação de partilha dos lucros[43]. (BIĆANIĆ, 1973, p. 107)

As conquistas e os problemas do sistema de autogestão se exprimiram no Primeiro Congresso dos Conselhos Operários realizado em 1957[44]. Organizado pelos sindicatos e presidido por Djuro Salaj, presidente da Confederação dos Sindicatos, o congresso adotou

---

[42] No original: "Los casos en que esto sucede son cuando la Empresa no cubre durante más de un año sus gastos y amortizaciones, cuando los obreros no perciben durante el mismo período más que los ingresos mínimos fijados por la Ley, o bien si durante más de seis meses estos mismos ingresos individuales mínimos son satisfechos por los fondos de reserva del Municipio o por otros medios sociales. También se verifican estas condiciones si la Empresa no satisface durante más de un año sus aportaciones e impuestos, todo lo cual es indicador de que no cumple con las mínimas condiciones de rentabilidad y, por tanto, no existe justificación económica alguna para su subsistencia" (BRUCKNER, 1969, p. 158).

[43] No original: "Another preoccupation of the wage policy was to stimulate the productivity of labour and to prevent further increases in employment, which were encouraged by the way the profit-sharing system operated in practice. The profit-sharing system was altered to a greater or lessesr extent every year in a game of hide-and-seek between the Federal Government, the local authorities, the managements of the enterprises, the workers' councils and the workers themselves, all competing for better gains from the profit-sharing legislation" (BIĆANIĆ, 1973, p. 107).

[44] No congresso, participaram 1700 delegados, sendo mais de 60% operários em atividade e 80% com pouca qualificação (SAMARY, 2008, p. 88).

resoluções que marcaram uma inflexão importante nos direitos autogestionários, com reflexos duradouros nos desenvolvimentos seguintes da política iugoslava. No discurso de abertura Tito elogiava a classe operária que suportara o fardo das dificuldades econômicas, promovendo uma rápida industrialização com o sacrifício de seu nível de vida. Deste modo, criaram-se as condições para que se pudesse moderar o ritmo dos investimentos e da construção de novas fábricas, favorecendo-se a elevação do nível de vida, isto é, do nível de consumo. Com isso um novo estímulo seria dado ao crescimento da produtividade do trabalho. Nas palavras de Tito, "nós não podemos constantemente fazer apelo à consciência dos operários para lhes pedir para produzir mais, se ao mesmo tempo eles não sentirem o resultado de seus eforços beneficando-se de uma retribuição melhor e de um nível de vida mais elevado" (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 12).

Como ficou claro no discurso de Djuro Salaj, a melhor retribuição e consequente elevação do nível de vida da classe trabalhadora exigia um aumento da autonomia financeira das empresas e da reformulação do sistema salarial (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 23). Assim justificava Salaj:

> É absolutamente certo que o sistema dos conselhos operários, assim como qualquer outro sistema repousando sobre o estímulo material dos dirigentes da empresa, *deve necessariamente possuir uma base material ampla e comportar uma vasta liberdade para os produtores na repartição dos recursos financeiros*[45]. (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 38; grifos no original)

A reivindicação de liberdade na repartição dos recursos financeiros baseava-se sobretudo no princípio de remuneração em função do trabalho fornecido, o que ainda não era devidamente aplicado:

> Um dos obstáculos mais graves constatado até aqui reside no desequilíbrio existente entre o sistema dos salários e o sistema da autogestão. A despeito das melhorias realizadas de um ano a outro, os sistemas dos salários na economia não estavam conformes nem à aplicação consequente do princípio da remuneração em função do trabalho fornecido, nem favoráveis a uma aceleração da produtividade do trabalho, não mais que à autonomia das empresas. O sistema dos salários deve ser transformando em sistema de lucros auferidos tão livremente quanto possível na produção, sobre a base da produtividade do trabalho, pois não poderia haver autogestão eficaz se todo o crescimento da produção e do rendimento do trabalho não se repercutisse diretamente sobre o montante do estímulo material, sobre os

[45] No original: " Il est absolument certain que le système des conseils ouvriers, de même que tout autre système reposant sur le stimulant matériel des dirigeants de l'entreprise, *doit nécessairement posséder une base matérielle large et comporter une vaste liberté pour les producteurs dans la répartition des ressources financières* » (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 38 ; grifos no original).

> lucros dos particulares e sobre os níveis de vida[46]. (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 39)

Por outro lado, nas resoluções adotadas no Congresso insistia-se no princípio de igualdade de condições para os diversos coletivos de trabalho no que se refere às suas possibilidades de remuneração. Isto é, queria-se que tanto quanto possível a remuneração dependesse exclusivamente do resultado da produção, da produtividade do trabalho e do sucesso alcançado na gestão econômica, eliminando-se as diferenças oriundas da posse de "meios de base" e das disparidades na formação de preços. Reagia-se ainda à indevida ingerência da comuna nas empresas em funções consideradas exclusivas das empresas (embora não especificadas), reclamando-se por maior precisão nos direitos das comunas com relação às empresas. Considerava-se necessário que a renda da comuna destinada ao orçamento e ao consumo geral dependesse fundamentalmente do montante dos "rendimentos pessoais dos produtores e de todos os cidadãos", a fim de fortalecer o "laço social e econômico entre os produtores individuais e a comuna" (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 48-49).

Tratando da modernização do processo de produção, o Congresso refletia o ímpeto da Confederação dos Sindicatos e dos altos dirigentes da Liga dos Comunistas em provocar ao máximo o aumento da produtividade, se valendo de estímulos materiais em nível individual, mesmo que ao custo da igualdade substantiva no interior dos coletivos de trabalho. Assim, o Congresso "convidava" os conselhos operários a

> Assegurar, pela avaliação do rendimento, pela introdução do estímulo individual e coletivo à aplicação e à produtividade, assim que pelo sistema dos prêmios, as diferenciações de salários segundo as qualificações e o rendimento obtido no trabalho; a proceder à avaliação analítica dos postos de trabalho e a servir-se dela para a organização do trabalho, e em particular a aperfeiçoar o sistema de repartição dos lucros no seio dos coletivos segundo o rendimento obtido e o trabalho realizado por cada produtor[47]. (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 51)

---

[46] No original : « Un des obstacles les plus graves constaté jusqu'ici réside dans le déséquilibre existant entre le système des salaires et le système de l'autogestion. En dépit des améliorations réalisées d'une année à l'autre, les systèmes des salaires dans l'économie n'étaient conformes ni à l'application conséquente du principe de la rémunération en fonction du travail fourni, ni favorables à une accélération de la productivité du travail, pas plus qu'à l'autonomie des entreprises. Le système des salaires doit être transformé en système de bénéfices réalisés aussi librement que possible dans la production, sur la base de la productivité du travail, car il ne pourrait y avoir d'autogestion efficace si tout accroissement de la production et du rendement du travail ne se répercutait pas directement sur le montant du stimulant matériel, sur les bénéfices des particuliers et sur leurs niveau de vie » (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 39).

[47] No original: « à assurer, par l'évaluation du rendement, par l'introduction de la stimulation individuelle et collective à l'application et à la productivité, ainsi que par le système des primes, les différentiations de salaires d'après les qualifications et le rendement obtenu dans le travail ; à procéder à l'évaluation analytique des postes de travail et à s'en servir pour l'organisation du travail, et en particulier à perfectionner le système de répartition

Não obstante, a tendência geral entre os trabalhadores era aspirar ao igualitarismo salarial[48]. O que era visto como um problema para as autoridades, que estimavam ser importante diferenciações salariais para estimular a qualificação, o progresso técnico e o aumento da produtividade[49]. Com isso, a partir de 1958, sob a pressão de Tito, dos sindicatos e das comunas contra o igualitarismo salarial, o princípio da diferenciação das rendas começa a se impor, aos poucos convencendo os operários da necessidade de melhor remunerar os especialistas para assegurá-los na empresa (MEISTER, 1964, p. 321). Após mais de dois anos de resistência, em 1961 as normas de bonificação por produtividade[50] são adotadas, ainda a contragosto de muitos operários, que preferiam a segurança de uma remuneração por tempo de trabalho (MEISTER, 1970, p. 62).

Seguindo a orientação do 1º Congresso dos Conselhos Operários, em 1958 instaura-se um novo sistema de partilha da renda, com o qual se pretendia ter abolido o sistema salarial. Os trabalhadores não mais recebiam salários, eles assumiam os riscos da gestão e ao mesmo tempo controlovam a renda líquida da empresa (após deduções com materia prima, energia, depreciação, taxas, contribuição com o fundo de investimento geral etc.) definindo qual parte seria apropriada como renda pessoal e qual parte iria para os fundos da empresa. Assim, em torno de 40% da renda bruta da empresa ficava em tese sob o controle dos trabalhadores, por meio de seus órgãos de autogestão. Quando a distribuição dessa renda interna à empresa a tendência observada foi de 70% para renda pessoal e 30% para os fundos da empresa (BIĆANIĆ, 1973, p. 107-110; SAMARY, 1988, p. 144 e 154).

De acordo com as resoluções do Congresso dos Conselhos Operários, os coletivos operários deveriam ampliar sua ação. Significativamente, estimava-se que a contratação, a demissão, a manutenção da disciplina no trabalho e a tomada de medidas disciplinares fossem tanto quanto possível uma questão a ser resolvida pelos próprios produtores, por meio de seus órgãos representativos (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 52).

É assim que já em 1957, com a Lei sobre as Relações de Trabalho, a prerrogativa de contratar e demitir foi transferida do diretor da empresa para o seu Conselho Operário, e posteriormente para as unidades constituintes, com a aprovação submetida ao conjunto dos

---

des bénéfices au sein des collectifs selon le rendement obtenu et le travail accompli par chaque producteur » (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 51).

[48] Se antes da Segunda Guerra Mundial a gama salarial recobria a diferença de 1 a 16, com os primeiros anos da República Socialista a diferença caiu para 1 a 3,5 (SAMARY, 1988, p. 98).

[49] Mais adiante desenvolveremos a questão do combate da Liga dos Comunistas ao *uravnilovka* (grosso modo traduzível como nivelamento).

[50] Os operários eram contrários à repartição dos bônus coletivos proporcionalmente aos salários recebidos por cada função de trabalho.

trabalhadores da unidade produtiva nas reuniões mensais[51] (ILO, 1962, p. 180-185; SUVIN, s/d). Esta importante prerrogativa pertencente aos trabalhadores nas empresas da autogestão significou uma fortíssima barreira contra demissões até a restauração capitalista[52].

Como já se anunciava no Congresso dos Conselhos Operários, a formação de comissões deveria ser largamente adotada como instrumento da autogestão. Com isso desenvolveram-se diversas comissões, dentre elas aquelas voltadas para tratar de questões disciplinares e da contratação e demissão de trabalhadores. Demissões só eram legamente permitidas por razões disciplinares, por falta de trabalho ou por redução de custos[53]. Quando se tratava de proceder a "demissões econômicas", que envolvessem um certo número de trabalhadores, era obrigatória a discussão sobre a questão no conselho operário, para reprovar ou aprovar a medida e definir o número de trabalhadores que deveriam ser demitidos/transferidos. A partir daí a comissão de contratação e demissão deveria proceder a seleção daqueles que seriam demitidos.

---

[51] Diretores e dirigentes mostraram-se bastante temerosos sobre a perda de controle dos diretores sobre o coletivo de trabalho, o que reforça a nossa tese de que a autogestão iugoslava não deve ser considerada meramente como uma ficção ou exclusivamente como instrumento de disciplinamento da força de trabalho. Segundo a OIT, "deve ser enfatizado que o presente sistema de autogoverno nas relações de trabalho, pelo qual os poderes que normalmente fazem parte das prerrogativas da gerência são transferidos para o coletivo e seus órgãos de gestão, não se institiu sem suscitar apreensão e mesmo oposição entre os especialistas e algumas das principais lideranças na vida política e econômica do país. Mesmo alguns proeminentes defensores dos princípios da gestão operária não dissimularam seu temor de que a autoridade de executivos, e especialmente do próprio diretor, seria dissolvida sob o impacto das mudanças que levaram à aprovação da presente Lei sobre as Relações de Trabalho em dezembro de 1957. Temia-se que um tão extenso auto-governo pudesse minar completamente a responsabilidade do diretor pela gestão eficiente, uma vez que ele não pudesse escolher seus subordinados" (ILO, 1962, p. 202). No original: "(...) it should be emphasised that the presente system of self-government in labour relationships, whereby the powers normally forming part of the prerogatives of management are transferred to the collective and its organs of management, did not take place without arousing qualms and indeed opposition among the experts and some of the leading figures in the country's economic and political life. Even some prominent supporters of the princples of workers' management did not conceal their fear that the authority of executives, and especially of the director himself, would dissolve under the impact of the changes which led to the passing of the present Labour Relations Act in December 1957. It was feared that such extensive self-government might completely undermine the director's responsibility for efficient management once he could no longer choose his subordinates" (ILO, 1962, p. 202).

[52] Em 1969 apenas 19.983 pessoas tiveram fim no seu emprego, e dessas 7.142 eram devido ao fim do contrato, 4.084 eram devido ao absenteísmo no trabalho, 3.626 pela própria vontade do trabalhador e apenas 1.719 foram demitidas da fábrica. (WHITEHORN, 1975, p. 210)

[53] A demissão por razãoes disciplinares só era permitida em casos considerados muito graves, envolvendo perdas e perigos maiores para o empreendimento, como no caso da desobediência à proibição de fumar em locais contendo susbstâncias explosivas ou inflamáveis. Também se considerava a repetição de sérias violações da disciplina, como por exemplo, "abuso da posição oficial ou excesso de autoridade; ato ou omissão que dificulte ou impeça o bom funcionamento do empreendimento; a não salvaguarda dos bens da empresa; a recusa injustificada ou inadmissível a executar ordens relacionadas com o trabalho, quando dadas pelas autoridades competentes ou por um superior; obter ganho material das operações da empresa e em sua desvantage; ausência injustificada do trabalho por mais de três dias consecutivos; ou incitar outros no empreendimento à desordem ou à violência". Por outro lado, era expressamente proibida a demissão de certas categorias de trabalhadores. Por exemplo, aqueles que estavam doentes (durante tratamento ou convalescência), mulheres grávidas ou lactantes, trabalhadores que fossem membros de órgãos da autogestão na empresa ou que tivessem postos eletivos na câmara do povo ou no conselho dos produtores, aqueles que estavam prestando serviço militar, ou que estivessem fazendo cursos de treinamento vocacional em tempo integral (ILO, 1962, p. 183-184,195-196).

De acordo com um estudo da Organização Internacional do Trabalho,

> A maioria dos empreendimentos tem uma força de trabalho em expansão e os conselhos operários são portanto naturalmente relutantes em despedir trabalhadores, mesmo quando alguma redução de pessoal parece necessária ou desejável; geralmente eles preferem suspender o recrutamento e permitir um ajustamento natural às condições por meio da rotação normal da mão-de-obra devida a partidas voluntárias, aposentadorias etc. Nos empreendimentos visitados pela missão do Escritório [da OIT] não houve praticamente nenhuma demissão[54]. (ILO, 1962, p. 185)

Ichak Adizes, que estudara duas empresas da indústria têxtil nas proximidades de Belgrado em 1967, relata que numa delas não fora registrada nenhuma demissão ao longo de um ano[55]. Dos 144 casos examinados pelos comitês disciplinares da empresa, envolvendo em geral problemas com ausências injustificadas, abandono do trabalho antes do término do turno ou recusa a cumprir ordens de um funcionário, 102 foram sancionados (33 seguiam sendo investigados e 9 estavam em processo de juízo). As sanções se limitaram a admoestações e admoestações públicas (ADIZES, 1977, p. 215).

Efetivamente, a solidariedade entre trabalhadores podia se revelar no trato de casos envolvendo uma possível demissão[56]. Por exemplo, nessa mesma empresa estudada por Adizes, foi sugerida a demissão de uma trabalhadora que havia sido punida pela comissão disciplinar da sua unidade inúmeras vezes: por ausência injustificada do trabalho, por não vestir a roupa de proteção e por ir ao trabalho alcoolizada repetidas vezes. Um trabalhador que não era membro do conselho operário indicara que ela passava por graves dificuldades econômicas, mas que suas promessas de que iria parar de beber não se cumpriram. Uma assistente social da empresa relatou que ela era mentalmente retardada, mas que ela não

---

[54] No original: "Most undertakings have an expanding labour force and the workers' councils are therefore naturally reluctant to dismiss workers, even when some reduction in personnel seems necessary or desirable; generally they prefer to suspend recruitment and to allow natural adjustment to the conditions by normal labour turnover due to voluntary departures, retirements, etc. In the undertakings visited by the Office mission there had been practically no dismissals" (ILO, 1962, p. 185).

[55] Curiosamente, havia o registro de 30 demissõess, mas Adizes explica que na realidade se tratavam de partidas voluntárias para trabalhar na Alemanha, e que a lei estipulava que deviam ser considerados demitidos após não se apresentarem ao trabalho por certo período de tempo (ADIZES, 1977, p. 215).

[56] É difícil apurar o grau de solidariedade entre os trabalhadores ao longo da história da autogestão iugoslava. De fato, não encontramos nenhum estudo de larga escala e em diferentes fases da história iugoslava tratando dessa questão, embora existam alguns estudos de caso que refletem qualitativamente a respeito. No próprio estudo de Ichak Adizes aparecem como contrastantes as atitudes e procedimentos adotados com relação à disciplina do trabalho e ao caráter em geral da gestão quando se comparam as duas empresas da indústria têxtil examinadas pelo autor. Enquanto numa delas a gestão era bastante horizontal e reinava a complacência, na outra, modernizada mais precocemente e portanto mais orientada para o mercado, o estilo de gestão era verticalizado, o diretor impunha-se como liderança forte e a disciplina do trabalho era mais dura e hierarquizada. Assim, enquanto na primeira empresa (com cerca de 2.600 trabalhadores) 144 casos foram levados aos comitês disciplinares ao longo de um ano, na segunda (com cerca de 2.900 trabalhadores) em apenas dois meses foram submetidos 208 casos aos comitês, e nos outros dez meses manteve-se uma média de 70 casos mensais. Na primeira empresa não houve demissões e na segunda registraram-se 17 demissões (ADIZES, 1977, p. 106-236). Teremos ocasião de retornar ao problema da solidariedade entre os trabalhadores nos próximos capítulos.

deveria ser demitida após dez anos de trabalho, tornando-se um problema para a sociedade. A seu ver ela era uma boa trabalhadora e precisava apenas ser transferida de setor, deixando as máquinas, o que lhe permitiria obter ajuda médica mais frequentemente. Um jovem funcionário membro do conselho operário disse que se sentia desconfortável em demitir uma pessoa doente – ela deveria ser curada na empresa. Outro trabalhador, não membro do conselho operário, disse que ela era realmente um problema para o seu setor, mas insistira que a sua vida doméstica era dura, que sua vida sexual não era normal (provavelmente um eufemismo para "promiscuidade") e que eles não deveriam permitir que ela fosse abandonada nas ruas. Assim o conselho operário votou unanimemente pela recusa em demití-la, encaminhando-a para tratamento no setor de saúde da empresa e posterior transferência para um setor em que não pudesse colocar em risco seus colegas (ADIZES, 1977, p. 228-229).

Já quando estavam em jogo "demissões econômicas", em que se colocava a necessidade de demitir um grande número de trabalhadores, os critérios e o procedimento adotados são reveladores do cruzamento ambivalente e contraditório das lógicas do sucesso econômico, da eficácia no trabalho e da solidariedade de classe. De acordo com Woodward, muitos casos desse tipo foram relatados no jornal sindicalista *Rad* (trabalho) (WOODWARD, 1995, p. 299). Vale a pena reproduzirmos a descrição de um desses casos.

Em 1963, na empresa farmacêutica Galenika, realizou-se por iniciativa do conselho operário uma reavaliação da distribuição de empregos tendo em vista a sua reorganização em busca de maior eficiência. Concluiu-se que a fábrica possuía um excedente de 160 trabalhadores. Então o conselho operário informou o comitê sindical da fábrica e outras organizações da autogestão sobre a situação, para que estas deliberassem e dessem sua opinião a respeito. Consentiu-se com a necessidade de transferir os trabalhadores excedentes para outras empresas ou instituições, mas enfatizou-se a necessidade da observância de determinados princípios, como o tempo de trabalho na empresa.

Os trabalhadores a serem transferidos deveriam ser em primeiro lugar aqueles considerados inferiores, isto é, "aqueles que têm sido negligentes em seus deveres". Critérios socioeconômicos também deveriam ser levados em consideração. Por exemplo, prioritariamente deveriam ser transferidos aqueles trabalhadores cujo cônjuge também trabalhasse[57]. Já aqueles que recebiam aposentadoria mas continuavam a trabalhar deveriam

[57] Woodward destaca como os principais atingidos pelo desemprego eram mulheres e jovens (WOODWARD, 1995, p. 299-300). Assim, pode-se identificar esse viés no critério socioeconômico utilizado nos processos de demissão. Aqueles trabalhadores jovens (sobretudo estagiários) cujos pais trabalhavam e as mulheres casadas cujos cônjuges trabalhavam estariam "securizados" pelo orçamento familiar. Do outro lado, homens cujos filhos

aposentar-se definitivamente. Assim, o conselho operário fez uma lista dos trabalhadores que seriam indicados para transferência e o comitê sindical realizou um questionário com os trabalhadores perguntando-lhes sobre suas qualificações vocacionais, tipo de trabalho realizado e por quanto tempo, se eram casados, se o cônjuge trabalhava, quantos filhos tinham e qual era a renda familiar, se receberam premiações na fábrica, se foram eleitos para o conselho operário e se já haviam sido punidos por falta de disciplina e o porquê.

Em seguida a discussão sobre a transferência dos trabalhadores foi levada para dentro de cada unidade econômica. Ou seja, caberia aos colegas de trabalho deliberar entre si sobre os nomes pré-indicados pelo conselho operário e pelo comitê sindical, oferecendo sua própria opinião. A partir daí mudanças ocorreram. Por exemplo, os colegas de uma trabalhadora de escritório que estava na lista disseram que ela estava grávida, e portanto protegida pela lei, assim ela fora retirada da lista. Além disso, certos trabalhadores que figuravam na lista de transferência eram considerados pelos seus colegas de unidade como tendo um ótimo desempenho profissional, e assim foram retirados da lista e substituídos por outros nomes.

De acordo com a reportagem do jornal sindical, normalmente a opinião da unidade econômica (isto é, dos trabalhadores concernidos) sobre transferências e demissões tinha o poder de decisão final. Mas nesse caso excepcional, de reestruturação de toda a empresa, a decisão final cabia à comissão designada no conselho operário, embora tivesse bastante peso as sugestões dos trabalhadores das unidades econômicas. Com isso, reduziu-se o número inicial de 160 para 148 trabalhadores que deveriam ser transferidos, na medida em que foram encontrados novos postos de trabalho na própria empresa para alguns daqueles que se encontravam na lista de transferência. Desses 148 trabalhadores restantes, 54 apelaram para o comitê de gestão da fábrica que, por sua vez, submeteu as queixas ao sindicato para que opinasse a respeito. Este procedeu a novas reuniões com os trabalhadores nas unidades econômicas e repassou as suas opiniões para o comitê de gestão que assim chegara a uma decisão final (com autorização do conselho operário). Tendo aceitado treze apelos, o número de trabalhadores a serem transferidos reduziu-se para 135.

Talvez mais significativo que o procedimento decisório para a transferência dos trabalhadores considerados excedentes, seja o fato de que cabia a própria empresa Galenika encontrar os postos de trabalhos em outras empresas e instituições vizinhas. Isto se deu por meio de acordos. Por exemplo, a empresa Prokupac estava expandindo seus negócios e

---

e cônjuges não trabalhavam eram mais protegidos contra a ameça de desemprego. Teremos ocasião de voltar ao problema do desemprego.

interessou-se pelas instalações comerciais deixadas vazias pela Galenika no seu redesenho produtivo. Assim a Galenika aceitou ceder as instalações para a Prokupac engarrafar vinho em troca da contratação de vinte de seus trabalhadores excedentes. Deste modo, após dois meses de buscas e de tratativas, encontraram-se novos postos de trabalho para todos os 135 trabalhadores da lista de transferência (WOODWARD, 1995, p. 306-309).

Pesquisadores do Banco Mundial destacaram esse mecanismo de salvaguarda contra a demissão econômica:

> Os trabalhadores só podem ser demitidos, contudo, em casos de comportamento criminoso ou má conduta grave. Se os serviços de trabalhadores já não são mais necessários, eles não podem ser demitidos. A OBTA [Organização de Base do Trabalho Associado], a empresa ou o fundo solidário de um arranjo mais amplo precisa provê-los com um emprego substituto equivalente. A combinação da provisão de que todos os trabalhadores partilham do rendimento residual obtido e a exclusão de demissões (à excessão de casos de falta grave) leva a um padrão peculiar de ajuste às flutuações nos negócios: as empresas não se ajustam alterando o número de trabalhadores recebendo um salário definido; elas mudam os níveis de renda da força de trabalho inalterada[58]. (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 55-56)

Como veremos adiante, este tipo de mecanismo não foi suficiente para impedir o avanço do desemprego. Não obstante, importa aqui sublinhar a lógica solidária e autônoma que preside essa transferência de trabalhadores excedentes de uma empresa para outra. Conquanto limitada no seu âmbito de aplicação, esta racionalidade apontava para um tipo de autogestão não atomizada. Se expandida, poderia dar desenvolvimento a uma concertação social capaz de promover *eficácia econômica* com *solidariedade* e *democracia* – os pilares do projeto de autogestão socialista.

Merece também destaque o número de trabalhadores que participou nos conselhos operários. A OIT estima que em torno de 800.000 trabalhadores tenham sido membros de órgãos de gestão operária até 1962 (ILO, 1962, p. 192 e 303). Este índice de participação dos trabalhadores nos órgãos de autogestão é considerado por alguns autores como abaixo do esperado. No capítulo 3 discutiremos a questão com mais detalhe. Por hora podemos pontuar que a limitação da participação é um dos problemas de mais difícil resolução em processos democráticos e que a experiência iugoslava com conselhos operários não foge a essa regra.

[58] No original: "Workers can be dismissed, however, only in instances of criminal behavior or severe misconduct. If the services of workers are no longer needed, they cannot be laid off. The BOAL, the enterprise, or the solidarity fund of a broader arrangement must provide them with equivalent substitute employment. The combination of the provision that all workers share in the residual income earned and the exclusion of dismissal in cases other than gross misconduct leads to a peculiar pattern of adjusting to business fluctuations: enterprises do not adjust by changing the number of workers receiving a defined wage; they change the levels of income of the unchanged work force". (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 55-56)

Todavia, há que se insistir no impacto político considerável sobre a sociedade produzido por uma experiência em larga escala com participação na gestão econômica. Ainda que se trate de uma parcela minoritária dos trabalhadores a assumir a função de gestores por meio dos conselhos operários, o percentual está longe de ser desprezível. Se no setor agrícola a participação não ultrapassa os 7%, no setor industrial ela chega a 20% e no setor terciário chega ao alto índice de 45% (VENOSA, 1981, p. 48-49).

Ora, se em termos de experiência individual e de grupo esses índices já são bastante significativos, em termos de expressão simbólica e de repercussão societária é de se esperar que a autogestão tenha se imposto como um valor central para a maior parte da classe trabalhadora. Basta imaginarmos como a comunicação interpessoal no ambiente de trabalho e no ambiente familiar daqueles que tiveram efetiva participação nos conselhos operários deva ter contribuído para ampliar a repercussão e popularização da ideia de autogestão e mesmo de alguns tópicos concretos de deliberação nos conselhos.

Se a solidariedade e o avanço do controle operário podem ser assinalados como traços positivos do sistema de autogestão tal como funcionara nos anos 1950, os resultados econômicos não foram menos satisfatórios. Muito pelo contrário, do ponto de vista econômico global, os números da Iugoslávia nesse período são bastante impressionantes. Tendo uma das taxas de crescimento industrial mais alta do mundo (13,2% no período de 1950-1960 e 11,4% no período de 1960-1964), o Produto Social mais que dobrou entre 1953 e 1964 e o consumo aumentou à taxa anual de 9,3% entre 1957 e 1961, com destaque para os bens de consumo duráveis (SAMARY, 1988, p. 120-121; HORVAT, 1976, p. 47). A produtividade também cresceu significativamente: entre 1947 e 1952 precisava-se de 10 dinares de investimento bruto nos fundos fixos para fazer aumentar o produto social em 1 dinar, já entre 1953 e 1963 eram suficientes 3 dinares para obter o mesmo resultado (SAMARY, 1988, p. 122).

Uma das consequências importantes do aumento da produtividade para o mundo do trabalho foi a progressiva redução da jornada de trabalho. Em 1963 a jornada de trabalho semanal oficial foi reduzida de 48 para 42 horas[59]. Depois, em 1965, para 40 horas (com uma hora extra permitida); em seguida, em 1966-1969, para 38 horas (mais uma hora extra), e, finalmente, para 36 horas (mais uma hora extra) em 1970 (WOODWARD, 1995, p. 272).

[59] De acordo com Igor Duda a jornada de trabalho semanal de 42 horas é introduzida com a Lei do Trabalho federal de 1965. O autor destaca a importância dessa redução para dar nascimento ao final de semana (sábados e domingos livres) como um tempo especialmente reservado para o lazer, incluindo excursões organizadas para a praia. A Iugoslávia estava assim entrando no padrão europeu que se desenvolvera após a Segunda Guerra Mundial. A duração média da jornada de trabalho semanal nos países europeus na metade dos anos 1960 ficava entre 40 e 46 horas (DUDA, 2010, p. 311).

Garantia-se também a aposentadoria com pensão plena à idade de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, com um tempo de trabalho mínimo respectivamente de 20 e 15 anos (ou após 40 anos de trabalho para homens e 35 para mulheres). Após 11 meses de trabalho todos tinham direito a férias remuneradas, variando normalmente de 14 a 30 dias de acordo com o tempo de trabalho e as profissões (excepcionalmente, as férias podiam durar até 60 dias) (DRULOVIĆ, 1973, p. 108-109).

Embora com problemas de desiquilíbrios entre setores e regiões[60], com excesso de investimentos e gargalos, a maior parte das ambiciosas metas do plano quinquenal de 1957-1961 foi não apenas atingida como também, em sua maioria, ultrapassada já em 1960 (SAMARY, 1988, p. 129-143; HORVAT, 1976, p. 47). O Produto Social cresceu 62% entre 1957 e 1960 (a uma taxa de 12,7% por ano, comparada à meta de 9.5%) e o consumo privado de bens e serviços aumentou em 49% (à taxa anual de 10,5% contra a expectativa de 7.3%). O "milagre iugoslavo" ficava atrás apenas do "milagre japonês", ostentando a segunda maior taxa de crescimento do mundo nesse período (RUSINOW, 1977, p. 102).

Podemos observar na Tabela nº 1 (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 32) como os indicadores macroeconômicos atestam o sucesso do sistema de autogestão, sobretudo até 1964. No período seguinte (sobre o qual trateremos em seguida), houve significativa queda nesses indicadores, fruto de mudanças importantes na orientação político-econômica, e também de dificuldades externas e internas dificilmente evitáveis. Mesmo assim, o balanço geral resta bastante positivo. Como ressaltam diversos autores, este balanço sugere ao menos que a performance econômica do sistema de autogestão não fica atrás da performance das economias em desenvolvimento no sistema capitalista.

[60] Um dos problemas que terá repercussões duradouras é o desequilíbrio entre o crescimento do setor produtor de matérias-primas (localizado principalmente nas regiões menos desenvolvidas) e o crescimento do setor de bens de produção. Com um atraso no avanço da exploração de alguns bens prioritários, como cobre e carvão, o país torna-se mais dependente da importação de matérias-primas e as regiões menos desenvolvidas são diretamente afetas pela subutilização de seus recursos (SAMARY, 1988, p. 130-131).

Tabela nº 1

Taxas de crescimento de indicatores macroeconômicos, 1954-1975 (percentuais)			
	Taxa de crescimento anual média		
Indicador	*1954-1964*	*1965-1975*	*1954-1975*
Produto material bruto[a]	8.6	6.4	7.2
Produção industrial bruta[b]	12.3	7.7	9.5
Emprego industrial	6.8	3.3	4.3
Produtividade do trabalho industrial[b]	5.5	4.3	5.0
Emprego[b]	6.2	3.0	3.7
Renda pessoal real[b]	5.3	4.0	5.2
Inflação[c]	1.5	10.4	5.8
Exportações de mercadorias	11.9	6.2	9.0
Importações de mercadorias	11.4	10.1	9.8
Ativos fixos[a]	9.2	8.0	8.6

Nota: Taxas de crescimento são baseadas em estimativas de mínimos quadrados. Todas as taxas de crescimento são significantes no nível de confiança de 99%. Taxas de crescimento para sub-períodos são estatisticamente diferentes no nível de 95% de confiança para todos os indicadores.

Fontes: Instituto Federal de Estatísticas, *Statistical Yearbook of Yugoslavia*, 1977 e anos anteriores.

a. Em preços constantes de 1972.
b. No setor social.
c. Preços do produtor industrial.

Além da política de investimentos (com grande sacrifício do consumo) e do estímulo à produtividade com a introdução do sistema de autogestão, o acelerado desenvolvimento econômico pode ser atribuído em parte ao fluxo de crédito dos EUA (e de outros países do bloco capitalista) aberto desde o rompimento da Iugoslávia com a URSS de Stalin. Nos anos 1950, fontes externas proveram em torno de 33% dos fundos para investimento doméstico. Somente os EUA forneceram um total de 598,5 milhões de dólares

em assistência econômica entre 1949 e 1955[61]. Por outro lado, a crescente dependência de empréstimos estrangeiros e de importação de maquinaria e materiais intermediários para a produção doméstica tornou a economia iugoslava bastante suscetível aos reveses externos. Assim, enquanto parte do fulgurante crescimento dos anos 1950 se explica em razão do forte aporte de capital externo, as recessões dos anos 1960 e, com toda a evidência, a grave crise econômica dos anos 1980, são diretamente determinadas pelas quedas na economia estadunidense e na Europa ocidental (WOODWARD, 1995, p. 224-226; RUSINOW, 1977, p. 44-47; WILSON, 1979, p. 84).

De todo modo, a política de não-alinhamento se constitiu em uma linha central do desenvolvimento iugoslavo. Com grande esforço, mantinha-se a relativa independência política, econômica e militar, conferindo aos iugoslavos o acesso aos mercados do ocidente e do oriente, o financiamento à sua rápida industrialização, a importação de tecnologia e a manutenção da sua "via autogestionária".

O sucesso econômico e o bom termo das relações internacionais da Iugoslávia contribuíram para fortalecer a convicção na "via iugoslava para o socialismo", dando centralidade ainda maior para o sistema de autogestão associado ao projeto comunista de findar com a necessidade do Estado. Nesse sentido, os anos 1957 e 1958 marcam uma consolidação da tese da autogestão e ao mesmo tempo uma inflexão para a descentralização e a ampliação do escopo das relações de mercado – entendio como mecanismo necessário (embora temporário) para se combater o "intervencionismo estatal burocrático".

Assim, em 1958 realiza-se o 7º Congresso da Liga dos Comunistas, ratificando de um modo geral a orientação do 6º Congresso, e formulando um novo Programa do Partido, em substituição ao já obsoleto programa de 1948. Reafirma-se a necessidade de trabalhar por um imediato "deperecimento do Estado" durante a transição socialista e aponta-se cautelosamente para um eventual desaparecimento do Partido, quando já não houvesse mais antagonismos sociais, embora se considerasse que na atualidade a influência direta dos comunistas em "certas posições de poder chave" era fundamental para garantir a estabilidade

[61] Em 1950, o presidente dos EUA, Harry Truman, enviou uma carta ao congresso americano em apoio à aprovação de ajuda financeira à Iugoslávia. Seu argumento era explícito no que se refere à lógica do "interesse nacional" no contexto da guerra fria: "A continuidade da independência da Iugoslávia é de grande importância para a segurança dos Estados Unidos. Nós podemos ajudar a preservar a independência de uma nação que está desafiando as selvagens ameaças dos imperialistas soviéticos e manter o poder soviético fora de uma das áreas mais estratégicas da Europa. Isso é claramente do nosso interesse nacional" (RUSINOW, 1977, p. 44-45). No original: "The continued independence of Yugoslavia is of great importance to the security of the United States. We can help preserve the independence of a nation which is defying the savage threats of Soviet imperialists, and keeping Soviet power out of one of Europe's most strategic areas. This is clearly in our national interest" (RUSINOW, 1977, p. 44-45).

política necessária para o desenvolvimento do socialismo. Este novo Programa da Liga dos Comunistas contribuiu para forjar o clima político onde germinaram os debates e as posteriores reformas nos anos 1960 (RUSINOW, 1977, p. 104-107).

Apesar do sucesso econômico (ou mesmo em razão desse sucesso), havia por um lado uma aspiração por autonomia por parte dos órgãos da autogestão, acompanhada de um aumento de poder dos gerentes de empresa. E, por outro, a defesa da descentralização política e fiscal, especialmente por parte das repúblicas mais ricas: Eslovênia e Croácia. O debate econômico sobre a estratégia de investimentos mais adequada ao desenvolvimento global da Iugoslávia expressava, implícita e explicitamente, uma crescente disputa entre as repúblicas do norte, Eslovênia e Croácia, e as repúblicas do sul, tendo à frente a Sérvia (WILSON, 1979, p. 140-148). Croácia e Sérvia, contudo, não eram homogêneas em termos de desenvolvimento. Enquanto as capitais Zagreb e Belgrado (e seus entornos) eram polos de industrialização, o sul dessas repúblicas eram menos desenvolvidos. A província autônoma Voivodina, ao norte da Sérvia, era bastante desenvolvida, contrastando com a pobreza da outra província autônoma, Kosovo, ao sul da Sérvia (BURG, 1983, p. 27-28). Pode-se supor daí que a influência do interesse regional no caso da Croácia e da Sérvia tenha se expresso de um modo não homogêneo. Todavia, o fato que se impõe é que, ainda que houvesse economistas "desenvolvimentistas" no norte e "liberais" no sul, a predominância e a apropriação política do debate econômico alinharam os "liberais" com o norte e os "desenvolvimentistas" com o sul.

Apesar da relativa pobreza, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia oscilavam na sua posição sobre a descentralização política e econômica. Ellen Comisso comenta sobre a capacidade de lideranças das repúblicas mais desenvolvidas em conseguirem apoio de outras lideranças em áreas mais pobres, numa aliança contra a suposta política hegemonista da "grande Sérvia" (COMISSO, 1979, p. 70-71). Rusinow precisa que os liberais eslovenos e croatas[62] foram hábeis no discurso, mudando a ênfase da "descentralização" para

[62] Há uma tendência na literatura anglo-saxã a enxergar o conflito político em termos da oposição "liberais/conversadores". Assim, no caso iugoslavo, diversos autores identificam um conflito entre as lideranças "liberais" e "conservadoras", os primeiros favoráveis à descentralização política e econômica (entendida como democratização) e os segundos defensores da centralização do poder político e econômico na Liga dos Comunistas. Consideramos essa divisão problemática por fundir liberalismo político com liberalismo econômico e por não considerar as orientações políticas no campo socialista de acordo com seus próprios termos. Essas orientações eram mais diversas, extrapolando essa dicotomia. Entre os chamados "liberais", havia desde convictos defensores da economia de mercado *laissez-faire* até aqueles que desejavam apenas a utilização parcial e temporária de alguns mecanismos de mercado. Sob a etiqueta de "liberais" havia ainda aqueles que queriam democratização da Liga dos Comunistas e mais poder operário no sistema de autogestão, as formas e a velocidade das mudanças variando de caso para caso. Já entre os "conservadores", havia desde aqueles adeptos da concentração de poder e da forma monolítica de partido, nos moldes vigentes antes da ruptura de Tito com

a “desestatização”, aproveitando da desconfiança das demais repúblicas com relação às ambições da Sérvia e utilizando-se de evidência estatística para convencer macedônios e bósnios de que somente os montenegrinos (tradicionalmente próximos à Sérvia) eram consistentemente beneficiados pela redistribuição central. Já em 1964 jovens líderes macedônios, como Krsto Crvenkovski e Kiro Gligorov, eram declaradamente favoráveis à “desestatização” (RUSINOW, p. 135-136).

Com isso, os grupos defensores da descentralização política e econômica passaram a predominar, o que colocou em xeque o modelo de planificação macroeconômica centralizada em nível federal pela Liga dos Comunistas (SAMARY, 1988, p. 122).

Como o discurso predominante identificava autogestão com autonomia das unidades produtivas, descentralização, desestatização e, crucialmente, *despolitização* da economia, é o mercado que aparece como agente racionalizador e democrático. Assim, em 1961 uma reforma mercantil é tentada e no ano seguinte abortada, devido aos resultados econômicos desastrosos. Tratou-se de uma liberalização do comércio exterior, com a desvalorização do dinar, visando uma maior eficiência da organização do mercado e um aumento da qualidade dos bens produzidos. E, além disso, do fim do controle sobre a renda pessoal (“salários”) por parte dos sindicatos. O resultado foi uma queda pela metade da taxa de crescimento industrial, aumento das importações com estagnação das exportações e um aumento das rendas pessoais muito além da produtividade. Para se recuperar da recessão gerada, o governo injetou muito dinheiro na economia, do que resultou uma retomada da alta taxa de crescimento. O efeito colateral, contudo, veio em 1964 com uma alta taxa de inflação e um grande déficit na balança de pagamentos (HORVAT, 1976, p. 20-21).

No que se refere às repúblicas, com a maior autonomia orçamentária é significativa a diminuição dos critérios igualitários de redistribuição fiscal e de investimentos nos diferentes ramos da produção[63], embora sempre tenham se mantido políticas redistributivas. Quer dizer, as repúblicas mais pobres, produtoras sobretudo de matérias-primas, passam a atrair menos recursos pois os critérios de investimento passam a ser pautados cada vez mais (embora com recuos) pela rentabilidade no mercado. Assim, as indústrias de produtos manufaturados, que agregam mais valor, localizadas nas repúblicas mais desenvolvidas, atrairão relativamente mais investimentos (SAMARY, 1988, p. 144).

Stalin, até aqueles que simplesmente insistiam no igualitarismo e na manutenção da alocação centralizada de recursos visando à aceleração do desenvolvimento das repúblicas mais pobres.

[63] Até 1956, o apoio federal ao desenvolvimento das regiões mais pobres se dava principalmente com créditos para investimento com taxas de juros privilegiadas ou mesmo sem juros, e com subsídios especiais para fundos de investimento (HORVAT, 1976, p. 64-65).

Goran Musić destaca que uma das principais queixas da "facção liberal" era o que eles chamavam de tomada fiscal da acumulação, significando um forte papel redistributivo do Estado federal nas suas relações com as repúblicas. Eles se referiam aos subsídios, que após serem obtidos pela taxação das companhias e regiões mais bem sucedidas, eram redistribuídos às fábricas não lucrativas e às regiões menos desenvolvidas (MUSIĆ, 2008, p. 37).

Todavia, contrariamente ao argumento de que o investimento nas regiões menos desenvolvidas não era lucrativo, de acordo com o estudo de Ian Hamilton o investimento *per capita* define diretamente o crescimento da renda social *per capita*, de tal modo que a alta renda do norte e das capitais provinha do alto investimento *per capita*, enquanto a baixa renda do sul e das regiões agrárias provinha do baixo investimento *per capita* (HAMILTON, 1968, p. 131-153). Os dados para o período de 1946 a 1965 mostram que o investimento *per capita* nas regiões ao sul (à exceção de Montenegro) caiu substancialmente em comparação ao índice médio da Iugoslávia (100), enquanto o investimento *per capita* no norte elevou-se: Eslovênia 157, Croácia 110, Montenegro 131, Bósnia-Herzegovina 83, Macedônia 81 e Kosmet [Kosovo] 54. O problema identificado por Hamilton é que, além da negligência com a agricultura, o planejamento se dava prioritariamente por desenvolvimento de setores econômicos em detrimento do planejamento espacial, o que priviligou a expansão das indústiras, rede de transporte e comunicações nas regiões desenvolvidas ao norte, onde eram necessários relativamente menos recursos investidos para a obtenção de altas taxas de crescimento. Assim, por exemplo,

> O investimento acima da média *per capita* na Bósnia-Herzegovina (índice 120) durante o primeiro Plano Quinquenal deveu-se mais aos eforços para desenvolver indústrias pesadas e estratégicas na Iugoslávia, e a infraestrutura para apoiá-las, do que aos esforços para desenvolver esta área mais rapidamente do que outras. Uma vez que, após 1953, o progresso econômico federal exigiu um maior crescimento das indústrias manufatureiras e de consumo, o investimento na Bósnia começou a desacelerar enquanto aumentava no norte da Iugoslávia onde as instalações existentes poderiam ser expandidas[64]. (HAMILTON, 1968, p. 141)

Em suma, Hamilton sustenta que o investimento era ruim não porque "privilegiava" as regiões menos desenvolvidas, mas sim porque visava sobretudo efeitos rápidos – com o que se relacionava a ausência de uma poítica estatal de pleno emprego (problema que abordaremos em seguida) (HAMILTON, 1968, p. 143-144).

[64] No original: "Above average investment per capita in Bosnia-Herzegovina (index 120) during the first Five Year Plan owed more to efforts to develop heavy and strategic industries in Yugoslavia, and the infrastructure to support them, than to efforts to develop this area more rapidly than others. Once, after 1953, federal economic progress demanded greater growth of manufacturing and consumer industries, investment in Bosnia began to lag while it increased in northern Yugoslavia where existing facilities could be expanded" (HAMILTON, 1968, p. 141).

É claro que o esforço de convencimento teórico nesse debate entre repúblicas não era o único meio de pressionar o governo federal. As burocracias e lideranças locais frequentemente jogavam com os sentimentos nacionalistas (que se supunham superados) para amealhar suporte popular e usá-lo como ferramenta de pressão nas negociações com as autoridades centrais[65] (RUSINOW, 1977, p. 251-252).

Apesar do insucesso da reforma de 1961 e das críticas de economistas avessos à liberalização da economia[66], um consenso entre os principais dirigentes do país se formou a partir da publicação de dois relatórios (o Livro Amarelo e o Livro Branco) produzidos por economistas e entregues ao governo: as medidas liberalizantes eram necessárias para tornar a economia iugoslava competitiva no mercado internacional, aumentando a produtividade, a qualidade e as exportações dos produtos (HORVAT, 1976, p. 22-25).

Além dos conflitos entre as repúblicas em torno das políticas redistributivas, existia um claro conflito em torno do critério de remuneração do trabalho. Nos debates que antecederam a Constituição de 1963 havia duas opiniões sobre a aplicação do princípio "a cada um de acordo com seu trabalho": uma o traduzia como "a cada um de acordo com a intensidade, o esforço e o sacrifício no seu trabalho"; a outra, sustentada principalmente nas regiões mais desenvolvidas industrialmente, o entendia como "a cada um de acordo com os *resultados* (isto é, a produtividade) do seu trabalho" (BIĆANIĆ, 1973, p. 111). Evidentemente, a diferença é crucial. Quando o produto é tornado mercadoria, o resultado do trabalho não é diretamente mensurável – ele é mediado pelo mercado. Assim, todos os imperativos do mercado acabam por determinar os ganhos pessoais.

A Constituição de 1963 acabou por estabelecer uma fórmula de compromisso[67], usando ambas as interpretações, embora a política governamental tenha dado ênfase à remuneração pela produtividade e pelos ganhos da empresa no mercado.

---

[65] É interessante notar que o problema dos nacionalismos era dado como resolvido até 1960. As crescentes disputas entre as repúblicas e a escalada de discursos nacionalistas surpreenderam e desconcertaram grande parte dos dirigentes iugoslavos, talvez excessivamente confiantes na capacidade unificadora do projeto socialista.

[66] Kosta Mihajlović, Radmila Stojanović e Nikola Čobeljić figuravam entre aqueles que se opunham à reforma liberal da economia (MILENKOVITCH, 1971, p. 284-285).

[67] Ver os artigos 7, 11, 12, 121 e 122 da Constituição de 1963. Pode-se ler, por exemplo, no artigo 7: "*Apenas o trabalho e os resultados do trabalho* devem determinar a posição material e social do homem. Ninguém pode obter vantagem material ou de outro tipo direta ou indiretamente pela exploração do trabalho de outros". No original (tradução para o inglês): "*Only work and the results of work* shall determine man's material and social position. No one may gain material or other advantage directly or indirectly by exploiting the work of others". No artigo 11: "Para a satisfação de necessidades pessoais e comuns do povo trabalhador, a organização de trabalho tem direito a uma parte do valor criado do produto proporcional à produtividade do trabalho do povo trabalhador, e *sujeito ao sucesso do negócio* da organização de trabalho, e nas atividades não econômicas, proporcional aos resultados do trabalho realizado para satisfazer necessidades sociais". No original: "The working organization shall be entitled to a part of the created value of the product for the satisfaction of personal and common needs of the working people proportionate to the productivity of work of the working people, and

Além disso, com a nova constituição, a taxação progressiva que o Estado aplicava às empresas foi abolida, sendo estabelecida uma taxação igual para todas as empresas, independentemente do seu rendimento, o que era defendido principalmente nas empresas localizadas nas áreas mais desenvolvidas. O argumento para tal mudança é que a taxação progressiva desincentivava os trabalhadores ao penalizar as empresas mais avançadas e os trabalhadores mais produtivos em proveito das menos bem sucedidas (BIĆANIĆ, 1973, p. 111).

A afirmação do liberalismo econômico

Houve uma coalização de interesses, ainda pouco diferenciados, que pressionou pelas transformações importantes que o sistema político-econômico iugoslavo sofreu ao longo dos anos 1960. *A posteriori*, pode-se perceber que o grupo que lutou contra o centralismo mostrava duas tendências, uma que aspirava a um processo de decisões pluralístico por meio de mecanismos essencialmente sindicalistas ou corporativistas, por delegados escolhidos pelos trabalhadores, agrupados de acordo com funções econômicas e sociais. Essa tendência encontrou expressão na Constituição de 1963. A outra tendência, que se expressou nas emendas seguintes, aspirava ao processo de decisões pluralístico numa base territorialmente focada em grupos étnicos (RUSINOW, 1977, p. 254).

Embora ambas as tendências tenham contribuído para o avanço da liberalização econômica, a diferenciação é importante, pois será a segunda tendência que em longo prazo ganhará força, por conseguir arregimentar e canalizar as aspirações populares para propósitos nacionalistas.

A forma de descentralização estabelecida com a Constituição de 1963 e com a reforma de 1965 foi, em vários aspectos, desestruturadora dos mecanismos de equilíbrio do desenvolvimento, atomizando importantes decisões de investimento. Por exemplo, com a reforma de 1965 a comuna deixa de participar junto às empresas da nominação dos diretores, da definição dos salários e das gratificações, passando a se limitar às áreas da saúde, da cultura e da educação. E, sobretudo, perde o poder de planificar o desenvolvimento, pois

---

subject to the business success of the working organization, and in non-economic activities, proportionate to the results of the work done to satisfy social needs". E no artigo 12: "De acordo com o princípio de distribuição de acordo com o trabalho, todo o homem trabalhador na organização de trabalho tem direito a *uma renda pessoal proporcional aos resultados de seu trabalho e ao trabalho de seu departamento e da organização de trabalho como um todo*". No original: "In accordance with the principle of distribution according to work, every working man in the working organization shall be entitled to a *personal income proportionate to the results of his work and to the work of his department and of the working organization as a whole*" (os grifos são nossos) (Constitution of the Socialist Federal Republic of Yugoslavia, 1963).

deixa de gerir os fundos de investimentos que lhe conferiam uma função econômica e política importante junto às empresas locais[68] (MEISTER, 1970, p. 25-27).

Alegava-se que tais medidas eram necessárias para fazer frente ao chamado "localismo econômico"[69]. Um dos fenômenos mais criticados na imprensa iugoslava era o das "fábricas políticas", criadas e mantidas com o apoio do poder local, a despeito de seu caráter não lucrativo, já que a comuna beneficiava-se das taxas e dos empregos criados em seu território (RUSINOW, 1977, p. 128). Assim, a oligarquia no nível da comuna identificava o seu poder com o desenvolvimento econômico extensivo, com a criação de novos empregos, o que frequentemente significava a criação de plantas desnecessariamente grandes. Integradas com o nível das repúblicas, estas oligarquias locais procuravam proteger as indústrias da sua região a qualquer custo (SUVIN, s/d). Todavia, de acordo com April Carter, a influência da seção comunal do partido na nomeação dos diretores continua mesmo após a reforma de 1965 (CARTER, 1982, p. 228-235). Mais adiante voltaremos a essa questão, ao tratarmos em mais detalhe da figura do diretor.

Já em 1964 os Fundos Sociais de Investimento e o Fundo Geral de Investimento são abolidos, seus recursos sendo transferidos aos bancos. O Fundo de Ajuda ao Desenvolvimento criado em substituição tinha muito menos recursos que os fundos anteriores. Assim, a acumulação financeira será descentralizada para as empresas (em grande medida aliviadas de contribuições fiscais) e para o sistema bancário (SAMARY, 1988, p. 167-168; WILSON, 1979, p. 151).

Os bancos passam também por uma reforma que lhes permitiu maior autonomia na política de crédito, limitando o poder das "comunidades sócio-políticas" e do plano econômico do governo federal. A gestão das instituições bancárias torna-se um misto de princípios de autogestão com princípios de interesse privado mercantil. Em cada instituição bancária e comercial havia uma Assmebléia Geral, na qual os membros fundadores (empresas

[68] Ainda que esses fundos estivessem sob a tutela maior dos órgãos federais, que concediam às comunas subsídios importantes para alimentá-los, já que muitas comunas tinham um orçamento bastante reduzido no quadro de uma fiscalidade beneficiadora da Federação (MEISTER, 1970, p. 27).

[69] Já em 1957, por ocasião do discurso de abertura do 1º Congresso dos Conselhos Operários, Tito criticava o "espírito local": "É muito prejudicial para a coletividade se relações verdadeiramente socialistas não reinam entre as fábricas e entre as empresas, mas ao invés disso a razão do mais forte. Uma concorrência desleal e a criação de várias empresas do mesmo gênero, com o único objetivo de fazer a concorrência às empresas já existentes, são muito prejudiciais, dado que elas se traduzem por investimentos supérfluos podendo ser mais bem empregados para outros fins" (Première Congrès des Conseils Ouvriers, 1957, p. 9). No original: « Il est très nuisible pour la collectivité si des rapports véritablement socialistes ne règnent pas entre les usines et les entreprises, mais au lieu de cela la raison du plus fort. Une concurrence déloyale et la création de plusieurs entreprises du même genre, dans le seul but de faire la concurrence aux entreprises déjà existantes, sont très nuisibles étant donné qu'elles se traduisent par des investissements superflus pouvant être mieux employés à d'autres fins » (Première Congrès des Conseils Ouvriers de Yougoslavie, 1957, p. 9).

sozinhas, ou juntamente a "comunidades sócio-políticas") tinham direito de voto *em proporção aos fundos investidos* (com o limite de 10% das vozes para cada membro). Quanto aos representantes das "comunidades sócio-políticas" (comunidades territoriais, como comunas, distritos e repúblicas) o limite era de 20% das vozes. Já os bancários podiam deter até 10% dos votos. O órgão executivo, composto de *experts* e do diretor do banco, era o Comitê de Crédito (SAMARY, 1988, p. 168-169). De acordo com Wilson, nos grandes bancos (impulsionados por processo de fusão) o poder dessa gerência profissional era maior (WILSON, 1979, p. 176-177).

A lógica nesse sistema favorecia portanto os grandes "acionistas"[70] e o comitê executivo dos bancos:

> Até lá [1971], parece antes que as relações de força financeiras tenham desempenhado um amplo papel entre os membros dos bancos: alguns poderosos "acionários" tendo um papel determinante face à multitude dos pequenos portadores de títulos sem poderes – além disso, com um peso decisório importante do comitê de gestão dos bancos[71]. (SAMARY, 1988, p. 196)

Woodward pontua que

> Em todo caso, o sistema de proporcionalidade na tomada de decisão deu aos grandes produtores com grandes contas a influência primária sobre a política bancária. Como membros dos conselhos de administração dos bancos, os gerentes das grandes empresas eram frequentemente pessoalmente (e politicamente, por meio de membros do partido ou de conexões) vulneráveis à pressão política de lideranças nas repúblicas para tomar decisões ditas necessárias para proteger a economia da república, ao invés de decidir apenas com critérios bancários[72]. (WOODWARD, 1995, p. 230)

Em suma, embora os membros fundadores dos bancos não pudessem receber dividendos como renda pessoal, sendo obrigados a reinvestir nos fundos de investimento, não

---

[70] A expressão "acionista" deve ser entendida como uma analogia, dado que não havia "ações" a serem comercializadas num "mercado de capitais". De fato, a recusa das autoridades iugoslavas em adotar um mercado de capitais era alvo de severas críticas de diversos autores que viam na adoção do mercado para os fatores de produção "capital" e "trabalho" a solução para todos os problemas econômicos enfrentados. Como jamais fora introduzido um mercado de capitais nem um mercado de trabalho (a força de trabalho não era mercadoria a ser realocada por meio de demissões) parece haver algum equívoco em falar em "socialismo de mercado" para o período 1965-1971.

[71] No original: "Jusque-là [1971], il semble plutôt que les rapports de force financiers aient largement joué entre les membres des banques : quelques puissants « actionnaires » ayant un rôle déterminant face à la multitude des petits porteurs de titres sans pouvoirs – avec en outre un poids décisionnaire important du comité de gestion des banques » (SAMARY, 1988, p. 196).

[72] No original: "The system of proportionality in decision making gave large producers with large accounts the primary influence over bank policy in any case. As members of the banks' governing boards, the managers of large firms were often personally (and politically, through party membership or connections) vulnerable to political pressure from a republic's leadership to take decisions said to be necessary to protect the republic's economy, rather than decide on the basis of banking criteria alone" (WOODWARD, 1995, p. 230).

havia *controle social* sobre esses fundos, que portanto poderiam beneficiar injustificadamente determinadas empresas em detrimento de outras (SAMARY, 1988, p. 168-170).

Como destaca Meister, a reforma pró-liberalismo econômico de 1965 é marcada pela: reabilitação do lucro e do dinheiro como medida de valores; autonomia das empresas e substituição do plano por mecanismos mais leves de intervenção; fim da fixação administrativa dos preços e das subvenções de todas as sortes; desvalorização do dinar e integração do país em todas as formas de cooperação internacional[73] (MEISTER, 1970, p. 268).

O resultado econômico imediato foi negativo. Embora a renda dos trabalhadores tenha aumentado com a forte redução da fiscalidade estatal sobre as empresas (de 49% para 29% do rendimento líquido das empresas) a situação econômica geral deteriorou-se. Em 1965 os preços aumentaram em 24% com relação ao ano anterior, aumentando significativamente o custo de vista da população (com um aumento de 32% nos preços agrícolas e 26% nos transportes). Ante a elevação da taxa de inflação o governo tomou medidas deflacionistas, retringindo o crédito para consumo e investimento, além de adotar emergencialmente o congelamento de preços. Com isso a inflação foi temporariamente contida, mas adveio um ciclo de deflação com estagnação e crescimento do desemprego. Então, do início de 1965 até a metade de 1967 a taxa anual de crescimento industrial afundou de 12% para -1%. As empresas manufatureiras mais prósperas enfrentaram dificuldades com o forte aumento de 45% dos preços de matérias-primas e semi-processados, enquanto as indústrias menos prósperas entraram em crise, produzindo demissões (sobretudo mulheres e jovens). Em resumo, o déficit da balança de pagamentos aumentou, a taxa de poupança diminuiu, as perdas e os endividamentos das empresas aumentaram, o aumento da produtividade do trabalho foi ligeiramente retardado e o desemprego aumentou (HORVAT, 1976, p. 25-26; WILSON, 1979, p. 155-158). Além da recessão e do desemprego, registrou-se o aumento das desigualdades sociais (um efeito colateral já esperado pelos defensores da reforma econômica, mas que seria um mal menor diante dos benefícios econômicos generalizados que adviriam).

Horvat, em certa medida adepto da liberalização econômica, embora com o controle de políticas anticíclicas[74], explica o fracasso das medidas adotadas nesse sentido pela

[73] Woodward enfatiza o peso da adequação da Iugoslávia às exigências do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio; General Agreement on Tariffs and Trade, em inglês) e às orientações do FMI. A autora aponta que desde 1958 os liberais iugoslavos pressionaram pelas mudanças liberalizantes da economia em busca de acesso aos mercados ocidentais e ao financiamento internacional (WOODWARD, 1995, p. 222-259).

[74] Branko Horvat era próximo de membros do grupo Praxis e tivera textos publicados tanto na revista *Praxis* quanto em livros dirigidos por Mihailo Marković. Todavia o economista tinha uma base neoclássica, vinculando-se à tradição de Oskar Lange e apartando-se do marxismo.

existência de ciclos econômicos e pela velocidade da mudança de uma economia administrativa para uma economia de mercado, rápida demais para que o aparato governamental estivesse apto a lidar com ela eficientemente (HORVAT, 1976, p. 25-27).

Catherine Samary destaca as contradições do sistema político com as orientações econômicas do regime iugoslavo. É o que se observa na tentativa de redução de custos das empresas. Houve um significativo investimento tecnológico[75] que levou ao aumento da produtividade do trabalho (rendimento por trabalhador)[76]. Aumentaram os ativos fixos por trabalhador[77] e o desemprego cresceu. Mas quem já estava empregado não era demitido devido à autogestão. Com isso os custos das empresas ao invés de diminuírem, aumentaram. E a taxa de crescimento ficou baixa. Portanto o objetivo da reforma de descentralização mercantil não foi atingido. Em suma, longe de ter diminuído os custos de investimento, longe de ter garantido a sua coerência, a descentralização intensificou a "sede por meios de produção" conhecida em sistemas hipercentralizados e o desemprego das economias de mercado onde a alocação de investimentos é descentralizada. Quer dizer, a garantia do emprego com o direito de autogestão num contexto de atomização das empresas sob a lógica da concorrência mercantil não permitia a redução dos custos e o pleno emprego. A alternativa autogestionária deveria encontrar uma coordenação democrática global da alocação do trabalho, reduzindo significativamente o tempo de trabalho e alcançando o pleno emprego[78] (SAMARY, 1988a, p. 30-32).

Está claro que a política de rápida industrialização trouxe consigo o desafio da oferta de emprego num contexto de intensa migração do campo para a cidade[79]. Olhando para

---

[75] 67% do equipamento das empresas industriais foram substituídos de 1963 a 1968 (MEISTER, 1970, p. 272).

[76] "Investimentos tecnológicos se traduziram em um aumento muito forte na 'produtividade do trabalho' (medida pela quantidade de produção por trabalhador). De uma base de 100 em 1961, a produtividade tinha aumentado para 178.9 em 1971 – o crescimento da produção tendo sido maior do que o do trabalho" (SAMARY, 1988a, p. 30).

[77] "(...) O nível de ativos fixos por trabalhador cresceu em todos os setores – indo de cerca de 57 mil dinares (...) em 1965 para cerca de 80 mil dinares em 1970. Durante esta segunda metade dos anos 1960, cada emprego adicional requeria um investimento três vezes maior do que tivera na primeira metade da década. Entre as mesmas datas, tornou-se necessário 1,5 vezes mais ativos fixos para cada unidade de produção adicional. Então, na indústria manufatureira, a "produtividade do capital" entre 1961 e 1971 caiu de 100 para 95 – na construção, de 100 para 68,8; nas indústrias de serviços de 100 para 88 e na agricultura de 100 para 71" (SAMARY, 1988a, p. 30).

[78] Samary observa como a imprensa sindical iugoslava raramente abordou essa questão (SAMARY, 1988, p. 243). E sublinha ainda que "o tempo efetivo de trabalho é muito inferior ao tempo oficial e que tais remanejamentos poderiam ser percebidos com hostilidade pelos trabalhadores se eles visassem somente a lhes impor mais trabalho real" (SAMARY, 1988, p. 276). No original: "Il est certain que le temps effectif de travail est très inférieur au temps officiel et que de tels réaménagements pourraient être perçus avec hostilité par les travailleurs s'ils visaient seulement à leur imposer davantage de travail réel. Le problème est insoluble sans une transformation des responsabilités effectives et des motivations dans le travail » (SAMARY, 1988, p. 276).

[79] Muitos operários-camponeses ainda trabalhavam no campo em terras próprias, complementando o rendimento ganho com o trabalho na cidade. Era comum também trabalhar para familiares na época de colheita, ganhando

esse contexto, Singleton e Carter, estudiosos da economia iugoslava, reforçam o fato da estabilidade no emprego destacado por Samary:

> Por várias razões, muitos trabalhadores iugoslavos, uma vez tendo aderido a uma empresa, permanecem na mesma empresa pelo resto de suas vidas de trabalho. (...) Poucas empresas iugoslavas são forçadas a fechar e raramente são obrigadas a fazer demissões. Se surgem problemas insolúveis, uma empresa em dificuldade frequentemente se funde com outra empresa e assim salva os empregos ameaçados. Então, diferentemente da situação na Europa Ocidental, trabalhadores na economia de mercado iugoslava raramente são forçados a se inscrever em agências de emprego por terem sido despedidos[80]. (SINGLETON e CARTER, 1982, p. 185)

Apesar dessa política de manutenção do emprego, o pleno emprego nunca foi atingido na Iugoslávia como um todo. Parece difícil mensurar o nível de desemprego ao longo das décadas, porque os trabalhadores não eram registrados oficialmente como "desempregados" na Iugoslávia, e sim como "pessoas procurando emprego". Isso introduz alguns problemas, pois muitos se consideravam "procurando emprego" mesmo estando empregados – quer dizer, na realidade estavam procurando uma mudança de trabalho (SINGLETON e CARTER, 1982, p. 184). Muitos estudantes também se registravam como desempregados com o objetivo de obter um melhor tratamento no sistema de saúde iugoslavo.

Além disso, havia desempregados que não estavam dispostos a aceitar trabalhos oferecidos a eles pelas agências oficias de emprego[81]. Esse fenômeno era particularmente relevante na distribuição do emprego entre diferentes repúblicas (das mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas) e entre capital e interior. Trabalhadores melhor qualificados, especialmente aqueles com educação universitária ou equivalente, estavam "notoriamente

---

em troca produtos agrícolas. Isso contribuía para o absenteísmo nas empresas, com "licenças por motivo de doença" (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 134).

[80] No original: "For various reasons, many Yugoslav workers, once they have joined na enterprise, stay in the same enterprise for the rest of their working lives. (…) Few Yugoslav enterprises are ever forced into liquidation and are rarely obliged to make redundancies. If insoluble problems arise, an enterprise in difficulty often merges with another enterprise and thereby saves the jobs at risk. So, unlike the situation in Western Europe, workers in Yugoslavia's market economy are rarely forced to sign on at employment agencies because they have been laid off" (SINGLETON e CARTER, 1982, p. 185).

[81] De acordo com um relatório da OIT, desde a introdução da Lei sobre as Relações de Trabalho, em 1957, fixou-se o direito dos trabalhadores desempregos a continuarem recebendo benefícios de seguridade social e prestações familiares, além de um subsídio proporcional aos seus antigos rendimentos (a taxa normal era de 50%) (ILO, 1962, p. 42-43, 179). De acordo com Susan Woodward era preciso estar empregado por algum período (não especificado) para ser elegível a esse seguro desemprego, que durava apenas seis meses. Todavia, o relatório da OIT dá a entender que o subsídio poderia durar mais – contudo, se nos primeiros seis meses o trabalhador podia aceitar ou recusar determinado emprego oferecido, após esse prazo ele poderia perder o subsídio caso não aceitasse um emprego oferecido, ainda que não correspondesse às suas qualificações ou experiência de trabalho. Além disso, as empresas deveriam priorizar a contratação de trabalhadores registrados como demandantes de emprego nas agências de emprego locais. Por outro lado, conforme Woodward, não tinham acesso ao seguro desemprego aqueles que tivessem acesso a meios alternativos de subsistência. O que na prática significava normalmente que as mulheres e os jovens ficavam inelegíveis, sob a suposição de que suas famílias (isto é, o "chefe de família" empregado) lhes proveriam (ILO, 1962, p. 41-42; WOODWARD, 1995, p. 177).

relutantes em mover-se das cidades para o campo ou para cidades pequenas" (SINGLETON e CARTER, 1982, p. 188). Assim, apesar de estarem abertas 4000 vagas para médicos e farmacêuticos em toda a Iugoslávia, mantinha-se um número de cerca de 2000 médicos e farmacêuticos desempregados, a maioria nas grandes cidades[82].

Outro problema era o preenchimento de vagas no setor industrial. Entre os jovens de baixa qualificação a preferência era pelo trabalho de escritório ou comércio, consideravelmente melhor remunerado.

Ainda que com essas observações em mente, é inegável o fato de que o desemprego se elevou continuadamente ao longo dos anos, chegando ao nível crítico de dois dígitos na média iugoslava a partir de 1974, conforme podemos ver nas tabelas nº 2[83] e nº 3[84] abaixo:

Tabela nº 2

Registrados como Procurando Emprego[a] (1957-1977)					
	Total de desempregados (em milhares)	Mulheres	Aqueles sem experiência de trabalho	Sem qualificação	**% da força de trabalho desempregada[b]**
1957	123	62	33	101	**4.9**
1961	233	109	67	202	**6.7**
1965	267	125	88	217	**6.8**
1969	316	143	146	230	**7.9**
1973	399	204	220	253	**8.5**
1975	584	299	349	367	**10.9**
1977	717	371	450	423	**12.2**

a) Trabalhadores não são registrados oficialmente como "desempregados" na Iugoslávia, mas como "pessoas procurando emprego". b) A força de trabalho inclui trabalhadores agrícolas, mas não inclui o grande número de pessoas que são agricultores autônomos. Fonte: *Statistički Godišnjak* RSFI (1967 e 1978).

[82] Zlata Godler, em seu estudo sobre a educação superior na década de 1960, confirma esse problema, apontando que a indisposição dos graduados em empregar-se "em pequenos lugares no país, tanto na indústria quanto nas atividades não produtivas, resultou na falta de equilíbrio do pessoal qualificado entre as grandes cidades e as pequenas comunidades rurais e industriais" (GODLER, 1973, p. 84).
[83] Tabela extraída do livro de Fred Singleton e Bernard Carter, The Economy of Yugoslavia (1982, p. 184).
[84] Tabela extraída de WOODWARD, 1995, p. 383-384.

Tabela nº 3

Taxa de desemprego por república ou província (percentuais)																
	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Iugoslávia	5,8	5,5	6,0	7,3	7,2	6,0	6,6	7,4	7,8	8,9	9,1	8,5	7,4	7,7	9,1	10,1
Regiões menos desenvolvidas																
Bósnia-Herzegovina	5,5	4,2	4,5	6,3	5,8	4,8	5,2	5,7	6,5	8,1	8,5	7,4	6,0	6,7	8,5	10,9
Macedônia	10,5	11,5	15,0	15,5	12,0	10,0	15,6	19,3	19,9	22,8	22,5	21,9	21,2	20,8	23,0	25,0
Montenegro	8,5	6,1	5,9	6,3	6,5	5,8	5,7	6,9	8,0	9,2	8,8	8,3	6,5	7,2	11,3	15,0
Kosovo	17,9	15,4	19,3	22,7	31,6	14,6	18,0	26,6	25,4	26,9	28,4	32,3	23,9	22,8	26,6	27,0
Regiões desenvolvidas																
Eslovênia	2,4	2,0	1,7	2,0	1,8	1,4	1,8	2,4	3,1	3,8	3,5	3,1	2,7	2,2	1,8	1,5
Croácia	5,1	5,6	5,8	6,7	6,2	5,6	6,1	6,4	6,6	7,2	6,2	4,9	4,3	4,6	5,2	5,1
Sérvia	7,0	6,1	6,9	8,6	9,8	7,8	7,8	8,4	8,6	9,8	10,9	10,7	9,2	9,6	11,7	13,2
Sérvia central	7,3	6,2	6,9	8,5	9,4	8,4	8,2	7,9	7,9	8,9	10,2	9,9	8,7	9,1	11,1	12,9
Voivodina	4,2	4,0	4,3	6,1	6,2	5,2	4,9	5,4	6,2	7,6	8,4	7,6	6,7	7,4	9,2	10,0

Taxa de desemprego por república ou província (percentuais)																
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990*
Iugoslávia	11,6	13,1	13,9	13,9	13,9	13,8	13,8	14,4	14,9	15,7	16,3	16,6	16,1	16,8	14,9	15,9
Regiões menos desenvolvidas																
Bósnia-Herzegovina	12,9	14,8	15,2	15,8	16,5	16,6	16,7	17,9	20,3	23,0	24,4	24,3	23,1	24,1	20,3	20,6
Macedônia	26,8	28,2	26,8	27,2	27,5	27,9	29,0	28,1	26,4	26,7	27,6	27,7	27,3	27,1	21,9	22,9
Montenegro	17,3	17,8	17,3	19,0	19,3	17,5	18,1	19,3	21,6	23,5	24,6	24,6	23,6	26,3	21,6	21,6
Kosovo	30,7	34,1	35,7	36,8	37,8	39,0	39,1	41,0	44,5	49,9	54,2	57,1	57,0	57,8	36,3	38,4
Regiões desenvolvidas																
Eslovênia	1,5	1,8	1,7	1,5	1,3	1,4	1,6	1,7	2,0	1,9	1,8	1,7	1,8	2,5	3,2	4,8
Croácia	6,0	7,1	7,1	6,5	5,8	5,7	6,1	6,9	7,4	7,7	7,9	7,9	7,8	8,5	8,0	8,6
Sérvia	15,1	17,3	19,4	19,6	19,5	19,4	18,7	19,1	19,1	19,5	20,2	20,8	20,3	20,8	17,6	19,1
Sérvia central[85]	14,6	16,5	19,0	19,9	19,5	18,9	17,7	17,9	17,3	17,0	17,4	17,9	17,8	18,1	15,6	16,4
Voivodina	12,0	14,4	15,8	13,9	13,8	14,4	14,6	15,1	15,6	15,7	15,7	15,6	13,9	14,3	13,6	16,6

Fonte: Para 1959-1988: Mecinger, "Privredna reforma i nezaposlenost", table 1; para 1989-1990: *Statistički Godišnjak Jugoslavije* (1990), 16.

Nota: A taxa de desemprego é definida como a relação entre o número de desempregados (demandantes de emrpego registrados) e o número total de pessoas empregadas e desempregadas.

*Estimativa

[85] "Sérvia central" indica a república da Sérvia sem contabilizar as províncias autônomas do Kosovo e da Voivodina.

É preciso levar em consideração ainda que a pressão por emprego foi atenuada pelo grande número de emigrados, chegando por exemplo a aproximadamente 500 mil em 1969. Albert Meister chama a atenção para o número significativo de emigrados que são trabalhadores jovens, urbanos, qualificados e especialistas, incluindo também médicos e intelectuais. Nas empresas, esse foi um dos fatores que pressionou pelo aumento dos salários dos trabalhadores altamente qualificados (MEISTER, 1970, p. 278-279). Segundo o censo de 1971 o número de iugoslavos empregados no exterior (sobretudo na República Federal da Alemanha, conhecidos como *gastarbeiter*) era de 672.000, atingindo uma proporção de 17 para cada 100 pessoas empregadas na Iugoslávia. Todavia, estimativas semioficiais elevam esse número para mais de 800.000 e alguns chegam mesmo a falar em torno de um milhão de trabalhadores no exterior (WOODWARD, 1995, p. 199).

Conquanto esse forte fluxo migratório tenha contribuído grandemente para aliviar a pressão doméstica para a criação de empregos, além de ser uma importante fonte de divisas, a partir de 1970 o balanço deixa de ser considerado favorável e instala-se assim um debate público sobre a questão. O principal problema identificado era a perda de trabalhadores qualificados e experts (*brain drain*). Desde então se procurou limitar a emigração aos trabalhadores não qualificados[86], ao passo que se ofereciam vantagens para o retorno daqueles mais qualificados (WOODWARD, 1995, p. 276). Além disso, a dependência desse fluxo migratório para a contenção do desemprego era evidentemente precária, pois este fluxo respondia às condições internacionais. De tal modo que a recessão dos anos 1970 acaba por expulsar uma grande parte dos trabalhadores iugoslavos menos qualificados que estavam trabalhando no norte da Europa. O seu retorno massivo à Iugoslávia ajuda, portanto, a explicar o aumento do desemprego nos anos 1970 (WOODWARD, 1995, p. 198-199).

A maioria dos desempregados após 1971 eram jovens de menos de 25 anos, normalmente sem experiência de trabalho. Quase 80% do aumento de desemprego entre 1972 e 1983 foi composto pelo desemprego dessa faixa etária. O desemprego também marcava a desigualdade de gênero: conquanto as mulheres não chegassem a representar 40% da força de trabalho não-agrícola na média Iugoslávia mesmo no final da década de 1980 (com grandes

[86] Na TAM (Tovarna avtomobilov Maribor), uma das mais tecnologicamente desenvolvidas empresas do setor automobilístico, localizada na Eslovênia, membros da Liga dos Comunistas apontavam que a fábrica estava perdendo trabalhadores qualificados que usavam do regime de fronteiras abertas para encontrar emprego na Europa Ocidental. O mesmo se dava na IMR (Industrija motora Rakovica), localizada na Sérvia e com forte tradição operária. Como afirma Music, este fenômeno contribuiu para a dissolução da identidade comum entre os diversos estratos ocupacionais da classe trabalhadora no interior das empresas, processo que já estava em curso com o avanço da diferenciação salarial. Assim, começam a emergir conflitos entre trabalhadores "de colarinho azul" e trabalhadores "de colarinho branco", tornados mais agudos em momentos de crise financeira (MUSIC, 2016a, p. 70-71).

variações regionais), elas representavam de forma bastante estável ao longo do tempo cerca da metade dos trabalhadores registrados como desempregados (atingindo 57,7% em 1982) (WOODWARD, 1995, p. 203, 388-391).

Embora os trabalhadores menos qualificados fossem os mais atingidos pelo desemprego, mesmo os trabalhadores qualificados[87] passam a sofrer crescentemente com o desemprego, sobretudo a partir de 1968 (13,2% do total dos registrados como desempregados) e chegando a níveis críticos nos anos 1980 (37% em 1986) (WOODWARD, 1995, p. 388-391).

Em resumo, pode-se dizer que os mais atingidos pelo desemprego eram as mulheres, os jovens, os trabalhadores não qualificados, os migrantes, os mais pobres e os municípios e repúblicas menos desenvolvidos industrialmente. (WOODWARD, 1995, p. 200-208, 320, 376-392). Ou seja, a Iugoslávia não diferia do padrão internacional.

Está claro também que o desemprego friccional dos anos 1950 e 1960 dá lugar a um desemprego estrutural nos 1970 e 1980. Assim, se em 1965 apenas 16,6% dos desempregados esperavam por um ano ou mais até encontrar um novo emprego, em 1985 o percentual chega a 55,3% para aqueles que permaneciam desempregados por dois anos ou mais, enquanto 20% já estavam há mais de três anos sem emprego (WOODWARD, 1995, p. 207-208). Além disso, o percentual de desempregados que acessavam o seguro desemprego se reduziu drasticamente nos anos 1970 e 1980. Até 1968 esse percentual variou entre 8,4% (1968) e 12,6% (1962). Já a partir de 1969 o percentual declina fortemente para 5,3% e mantém-se bastante baixo ao longo de toda a década de 1970 e de 1980, com um mínimo de 2.4% (1974 e 1977) e um máximo de 5,5% (1983), normalmente não chegando a 3% (WOODWARD, 1995, p. 388-391).

Assim, podemos concluir que a política de emprego iugoslava não foi eficiente. Como sublinha Singleton e Carter, o programa de estabilização contra a inflação tomou precedência sobre a geração de empregos como um objetivo político. Paliativos como a expansão de pequenos negócios no setor de serviços e o estímulo à permanência dos agricultores no campo foram claramente insuficientes. Além disso, ao que parece o sistema educacional iugoslavo falhava em formar trabalhadores suficientemente adequados para a indústria (SINGLETON e CARTER, 1982, p. 189-197).

[87] Nas estatísticas os trabalhadores qualificados incluem desde aqueles com educação secundária até aqueles com diploma universitário. É interessante notar que o ano de 1968, no qual se deram as manifestações dos estudantes universitários, marca um salto importante do desemprego entre os jovens mais qualificados, o que pode se relacionar em parte a um fator demográfico: é quando chega ao mundo do trabalho a geração nascida no *baby boom* do pós-guerra.

De modo bastante sofisticado, Susan Woodward explica o constante aumento do desemprego principalmente pela singular posição internacional iugoslava. A abertura comercial e financeira para a economia mundial e o esforço econômico-militar em manter sua soberania nacional ante os blocos bipolares da geopolítica internacional lhe forçava a se impor constantes reajustes no uso do trabalho e na organização do emprego (WOODWARD, 1995, p. 28).

A autora faz um balanço crítico das duas abordagens predominantes sobre o desemprego iugoslavo: a escola dos "desenvolvimentistas", focada na transformação de uma sociedade agrária, e a escola dos "liberais", que se concentra nos mecanismos de alocação "racional" de recursos. Enquanto os "desenvolvimentistas" debatiam fundamentalmente o ritmo do êxodo rural e a composição demográfica (com forte aumento populacional no sul, em especial no Kosovo e na Macedônia), os "liberais" apontavam para problemas que seriam mais propriamente ligados à lógica econômica da autogestão em si. Para estes, um dos supostos problemas da autogestão seria a rigidez salarial que favoreceria os trabalhadores empregados em detrimento dos desempregados, causando inflação e bloqueando a criação de novos postos de trabalho (WOODWARD, 1995, p. 208-221).

Woodward retoma a tese de Vladimir Farkas, economista iugoslavo, publicada em 1955, para criticar a abordagem desenvolvimentista que aplicaria mecanicamente a teoria geral de Keynes para a realidade iugoslava, ignorando as implicações do seu sub-desenvolvimento e das exigências do projeto socialista. Nessa tese, o pleno-emprego é um fundamento do socialismo e então o desemprego apareceria como uma medida da distância entre as necessidades das pessoas e sua habilidade para satisfazê-las, o que envolveria uma lista teórica de necessidades (de onde a existência da pobreza psicológica, isto é, subjetiva a uma expectativa de realização de um horizonte de desejos). Por um lado, seria na esfera social e política que se harmonizaria o interesse dos indivíduos por altos salários com o interesse da sociedade em reduzir o desemprego, e por outro, seria na esfera cultural que as aspirações seriam redirigidas dos níveis de consumo do mundo desenvolvido para uma avaliação mais realista das necessidades, já que o problema do desemprego era um fenômeno internacional (WOODWARD, 1995, p. 216-218).

Ante as teorias liberais reinantes no debate sobre as firmas geridas pelos trabalhadores, Woodward opõem o *framework* socialista da Iugoslávia e sua estratégia específica de desenvolvimento econômico – o que inclui a exclusão dos indesejados efeitos das economias de mercado capitalistas, com suas crises envolvendo desemprego, inflação e subdesenvolvimento. Assim, a recusa às soluções liberais (livre mercado de capitais, de

trabalho e de créditos) significava a defesa do projeto socialista iugoslavo, que incluía centralmente o incentivo à produtividade e a responsabilidade na distribuição entre salários e acumulação por parte dos trabalhadores-proprietários. Um mercado de trabalho iria exatamente na contra-mão desse princípio.

Além disso, para a autora, na prática a definição dos níveis salariais se dava fora das firmas (contrariamente ao pressuposto dominante na literatura sobre *labor-managed firms*), por meio de regras contábeis, fundos de solidariedade local, regras sobre os fundos das empresas para a garantia de salários e os regulamentos para a proteção do salário mínimo. Nos anos 1970, acordos sociais foram negociados para restringir os salários frente ao aumento do desemprego. Mais importante ainda, as pesquisas sobre a participação e o processo de tomada de decisões nas empresas atestariam que os conselhos operários tinham pouca influência sobre as escolhas entre altos salários e investimento com expansão do emprego, já que o poder decisório principal estava com os gerentes e seu pessoal técnico[88].

Finalmente, para Woodward se trata de entender a decisão *polílitica* de desprivilegiar a obtenção do pleno emprego, para o que a autora lança mão de um estudo histórico sobre as relações de dependência da Iugoslávia com o capital estrangeiro e sua difícil posição geopolítica (WOODWARD, 1995, p. 218-221).

Além do desemprego, outro importante fator da crescente tensão política e social foi a não superação das desigualdades entre as regiões mais pobres da Iugoslávia e as regiões mais ricas, sendo as primeiras localizadas sobretudo nas Repúblicas da Eslovênia, Croácia e parte da Sérvia e as segundas distribuídas nas Repúblicas da Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia, incluindo ainda a província autônoma do Kosovo.

Apesar das políticas redistributivas, a desigualdade regional, medida pela renda *per capita*, só aumentou (ver tabela nº 4[89]), pois embora dentro das Repúblicas as regiões menos desenvolvidas tenham progredido, as diferenças de nível de desenvolvimento em geral mantiveram-se, especialmente na esfera dos meios de produção (HORVAT, 1976, p. 71-72).

Woodward explica a persistência das desigualdades regionais fundamentalmente pelos efeitos redistributivos da regulação da atividade econômica. Assim, a autora destaca a estratégia de industrialização (similarmente a explicação de Ian Hamilton), que mantinha artificialmente baixos os preços das matérias-primas e altos os preços dos manufaturados, as

[88] Voltaremos a esse importante e complexo debate nos capítulos 2 e 3, examinando mais detidamente algumas das teorias sobre o comportamento das firmas geridas pelos trabalhadores, frequentemente com referência direta e estudos empíricos sobre o caso iugoslavo.

[89] Tabela extraída do livro de Branko Horvat, The Yugoslav Economic System: the first labor-managed economy in the making (HORVAT, 1976, p. 62).

políticas que visavam “disciplinar” o crédito bancário (penalizando as regiões mais pobres e os bancos mais fracos), a política tarifária e a liberalização do comércio exterior (expondo os produtores de matérias-primas à concorrência externa e protegendo os produtores de manufaturados), e os subsídios para a exportação e os direitos de retenção de rendimentos cambiais para as repúblicas (beneficiando a Eslovênia e a Croácia, onde se concentravam as empresas exportadoras e onde se adquiria moeda-forte, seja por meio do largo contingente de emigrantes temporários para os países vizinhos seja pelo forte aporte turístico) (WOODWARD, 1995, p. 292-294).

Ademais, os investimentos realizados nas regiões menos desenvolvidas podem ser considerados inadequados do ponto de vista da geração de emprego. Samary e Woodward apontam que eram necessárias mais indústrias intensivas em mão-de-obra. A preferência todavia era para indústrias intensivas em capital.

O entendimento de que as repúblicas mais desenvolvidas eram de algum modo beneficiadas pela regulação da atividade econômica encontrava repercussão na percepção popular. De acordo com uma pesquisa de opinião pública realizada em 1966, sobre os resultados da reforma econômica de 1965 e sobre as relações econômicas entre as repúblicas e províncias, a maior parte dos respondentes das repúblicas menos desenvolvidas, incluindo a Sérvia, consideraram que a Eslovênia teve a sua posição econômica melhorada. Na Voivodina uma ligeira maioria considerou que as repúblicas desenvolvidas em geral tiveram sua posição melhorada. Na Croácia a maioria dos respondentes considerou que a Eslovênia melhorou sua posição, enquanto na Eslovênia a maioria considerou que a Croácia melhorou de posição.

Tabela nº 4

Renda Nacional Per Capita[a] (aos preços de 1966, em milhares de novos dinares)												
	Renda nacional per capita em termos absolutos e relativos								Index de crescimento da renda nacional per capita			
	1947		1955		1964		1973		1947-1955	1955-1964	1964-1973	1947-1973
1. Iugoslávia	1682	100	2306	100	4276	100	6456	100	137	185	151	384
2. Regiões desenvolvidas	1874	111	2643	115	5087	119	7874	122	141	192	155	420
Eslovênia	2571	153	3958	171	7575	177	12337	191	154	191	163	480
Croácia	1758	105	2776	120	5048	118	7769	120	158	182	154	442
Voivodina	2045	122	2641	115	5189	121	7784	121	129	196	150	381
Sérvia	1668	99	2090	91	4258	100	6525	101	125	204	153	391
3. Regiões menos desenvolvidas	1241	74	1592	69	2704	63	3887	60	128	170	144	313
Bósnia e Herzegovina	1380	82	1770	77	2786	65	4120	64	128	157	148	299
Montenegro	1332	79	1620	71	2895	68	4383	68	122	178	151	329
Macedônica	1157	69	1598	69	3284	77	4696	73	138	206	143	406
Kosovo	839	50	936	41	1528	36	1966	31	112	163	129	234
Diferença, 2-3	633		1051		2383		3987					
Ratio, 3:2	66%		60%		53%		49%					
Ratio, 3:1	74%		69%		63%		60%					

Fonte: SZS, Jugoslavija 1945-64, SGJ 1967, 1974, Studija br. 45.

a. Calculando a renda nacional per capita, o efeito de anos excepcionalmente bons ou maus na produção agrícola foi compensado tomando as médias dos anos precedentes e posteriores. Os números para 1947 tiveram de ser estimados, pois os registros da renda nacional aos preços de 1966 só estão disponíveis a partir de 1952.

À exceção de Montenegro, foram baixos os percentuais de respondentes que consideraram que a sua própria república melhorou de posição econômica (Ver tabela nº 5) (BURG, 1983, p. 47-48).

Todavia, é importante notarmos que a persistência da desigualdade não necessariamente revelava uma falta de solidariedade entre os cidadãos iugoslavos de diferentes nacionalidades. De acordo com essa mesma pesquisa, a maioria dos respondentes em quase todas as repúblicas e províncias era *favorável a que as repúblicas mais desenvolvidas ajudassem as menos desenvolvidas*. Somente na Eslovênia essa maioria era pouco maior que as demais preferências políticas, enquanto na Macedônia o percentual de indecisos ultrapassa ligeiramente o percentual daqueles favoráveis à ajuda das repúblicas mais desenvolvidas às menos desenvolvidas. É de se notar ainda o alto percentual de indecisos em todas as repúblicas, chegando a uma média iugoslava de 32,4%. A motivação principal para aqueles que preferem a política de ajuda das repúblicas mais desenvolvidas às menos desenvolvidas era a crença na "ideia de solidariedade" ou na "ideia de unidade" entre as repúblicas, ao invés de uma consideração dos benefícios econômicos que pudessem advir para específicas regiões e repúblicas como resultado de tal ajuda (ver tabela nº 6) (BURG, 1983, p. 47-49).

As desigualdades podiam ser percebidas entre os trabalhadores na comparação de seus salários. Como bem pontua Meister, sem uma política central de regulação dos salários três tipos de desigualdades se desenvolveram: de uma empresa para outra, de um setor de produção para outro, e entre regiões (MEISTER, 1970, p. 70).

Por exemplo, a diferença era de 1 para 4 entre as minas da Macedônia e os canteiros de barragens da Eslovênia. Entre os setores (notemos que as repúblicas mais avançadas vão aumentar o setor terciário), se se toma como base 100 o rendimento pessoal médio em 1966, os mais altos rendimentos são ganhos nos escritórios de desenho técnico industrial com uma média de 187, e os mais fracos na indústria da madeira com 77. Já o setor terciário moderno – bancos, companhias de seguro, casas de exportação-importação – tem taxas elevadas de lucro, distribuindo grandes salários e bônus. Em 1967, a diferença de remuneração entre o setor terciário e o setor secundário era de 22,1%. Por outro lado, no interior do setor terciário, as atividades menos remuneradas (15 a 20% menos que a média) são o ensino, os serviços culturais e os serviços sanitários.

Tabela nº 5

Repúblicas percebidas como tendo melhorado sua posição como resultado da reforma econômica por região, 1966 (percentuais)													
	Repúblicas Desenvolvidas	Repúblicas subdesenvolvidas	Eslovênia	Croácia	Voivodina	Sérvia	Bósnia	Montenegro	Macedônia	Kosovo	Sem mudança	Sem resposta	Total
Eslovênia	10,2	10,5	5,2	31	---	7,2	2,6	2,4	8,6	---	0,8	21,4	100
Croácia	18,1	5,3	55,4	0,6	---	12,1	2,1	---	2,3	---	---	4,2	100
Voivodina	21,7	16,6	14,3	0,8	2,5	36,5	1,7	0,8	5	---	---	---	100
Sérvia	19,7	1,4	50,2	---	0,7	12,8	6,9	6,3	0,7	---	---	1,3	100
Bósnia	17,2	5,4	44,1	20,6	---	4,6	2,6	1	0,2	---	---	4,4	100
Montenegro	33,7	4,5	39,7	---	---	---	---	22,1	---	---	---	---	100
Macedônia	13,6	8,9	38,9	1,5	---	2,5	---	---	1	0,5	---	8	100
Kosovo	22,4	13,2	20,4	---	---	11,7	---	---	2,4	13,1	---	16	100
Iugoslávia	21,2	7,7	39,5	4,6	---	12,5	2,7	2,2	1,9	1,7	0,1	5,2	100
Fonte: Džinić, *Jugoslovensko javno mnenje 1966*, p. 36.													

Tabela nº 6

Preferências sobre políticas referentes às relações econômicas entre as repúblicas e províncias por região, 1966 (percentuais)						
	Desenvolvidas devem ajudar as menos desenvolvidas	Desenvolvidas e menos desenvolvidas devem desenvolver-se igualmente	Menos desenvolvidas devem desenvolver-se por conta própria	Indecisos	Sem resposta	Total
Eslovênia	29,7	21,2	21,3	27,8	---	100
Croácia	44,4	18,8	4,9	31,7	0,2	100
Voivodina	55,1	12,8	0,6	31,5	---	100
Sérvia	49,5	14,1	4	32,4	---	100
Bósnia	48,6	11,2	3,9	36	0,2	100
Montenegro	53,5	14,4	2,6	29,4	---	100
Macedônia	40,4	13,4	3,7	42	0,4	100
Kosovo	55,3	8,6	2	33,3	0,8	100
Iugoslávia	46,9	15,1	5,4	32,4	0,2	100
Fonte: Džinić, *Jugoslovensko javno mnenje 1966*, p. 41.						

Os que ganham mais no setor terciário são os funcionários das organizações políticas e sociais (23,3% acima da média), os empregados de bancos e de seguradoras (23,2%) e os empregados das organizações econômicas (câmaras de comércio, por exemplo) (38,4%) (MEISTER, 1970, p. 71). Com isso, pode-se considerar que a elite salarial é formada por quadros políticos e funcionários do setor financeiro.

Com o fim da regulação por parte do comitê popular da comuna, as empresas diferenciam-se enormemente de acordo com a posição no mercado. Daí que um mesmo trabalho feito por um operário profissional pode ser remunerado numa empresa com 400$ e noutra com apenas 30$ (MEISTER, 1970, p. 72).

Ainda assim, apesar da política vacilante dos dirigentes nacionais, cuja orientação dominante foi, de um modo geral, favorável ao desenvolvimento das desigualdades regionais por meio de medidas de descentralização, a sociedade iugoslava ainda era bastante igualitária se comparada às sociedades capitalistas (MEISTER, 1970, p. 72). Se se toma como base 100 o rendimento nacional médio de 1966, 70% da população empregada se situava entre 80 e 120. Menos de 15% dispõe de rendimentos muito acima da média.

De acordo com o estudo de Jean-Charles Asselain, ainda que tenha sofrido avanços e recuos ao longo de diferentes períodos, a repartição dos rendimentos no seio do setor socialista apresentou, no seu conjunto, um caráter fortemente igualitário, que não chegou a ser posto em causa pelas consequências da reforma descentralizadora de 1965. As disparidades mais graves se situavam fora do setor socialista, quer se trate do aproveitamento pelos empreendedores privados dos desequilíbrios do mercado ou da inferioridade geral dos rendimentos camponeses. As diferentes "dimensões" da desigualdade testemunhavam um comportamento muito variável: a redução contínua das diferenças hierárquicas desde o início dos anos 1960 (segundo o nível de qualificação e de responsabilidades); a tendência à acentuação cumulativa das diferenças inter-empresas e inter-ramos, mais ou menos eficazmente mantidas sob controle pela multiplicação de procedimentos de concertação social e, finalmente, uma estabilização precária das diferenças de renda inter-regionais (ASSELAIN, 1982, p. 146).

Já Boris Vušković apresenta um panorama da desigualdade bastante grave, examinando-a principalmente por meio da estrutura de qualificações de emprego, por considera-la um bom indicador de pertencimento de classe (VUŠKOVIĆ, 1976). O sociólogo encontra três fontes gerais das desigualdades sociais existentes na Iugoslávia: a relação entre campo e cidade, o setor privado da economia e um conjunto de mecanismos dentro do setor socializado.

Ainda que tenha passado por um rápido processo de industrialização, é notável a persistência do caráter rural de uma significativa parcela da paisagem da Iugoslávia. É assim que mesmo na segunda metade da década de 1970 um terço da população ainda vivia nos vilarejos rurais. Ademais, uma parcela da população urbana manteve diversos laços vitais com o campo.

Num primeiro momento, a relação entre os revolucionários comunistas e a população camponesa parecia bastante promissora. Ao menos é o que indicava o envolvimento dos camponeses na luta de libertação ante a ocupação nazista e a sua forte presença inicial na Liga dos Comunistas. Contudo, a partir de uma fracassada política de coletivização forçada essa relação deteriora-se fortemente[90]. Conquanto tenha durado apenas um breve período, esta política parece ter deixado uma marca traumatizante na consciência popular camponesa.

Abandonada a coletivização forçada, a estratégia reinante para a agricultura na Iugoslávia a partir de 1953 foi uma combinação entre o setor socializado (expandindo-se por meio de acesso preferencial à compra de terras e adesão voluntária dos camponeses), com maior extensão de terras e forte investimento na mecanização, e o setor privado, estimulado a adotar o modelo cooperativista (por exemplo, por meio de concessão de créditos privilegiados[91]). O setor socializado e o setor privado tendiam a se complementar: o primeiro, com largas extensões de terra e uso de mecanização concentrou-se na produção de trigo; o segundo, com ênfase no *savoir-faire* camponês voltou-se para a produção de frutas, batatas e a criação de gado e de aves. O número de agricultores que se associou em cooperativas cresceu fortemente até a reforma de 1965, obtendo máquinas, adubos, sementes selecionadas e contratos de produção com preços garantidos. Na Eslovênia, em 1960, 44,2% das famílias camponesas participavam da cooperação agrícola (regral geral, as regiões de planície no norte, com destaque para a Voivoidina, tinham os melhores índices de produtividade e socialização de terras, contrastando com o sul montanhoso, com problemas técnicos, de escoamento da produção e de "superpopulação"). Assim, a antiga economia autárquica herdada pelo socialismo iugoslavo ia dando lugar a uma crescente integração econômica com

[90] Susan Woodward argumentou que a coletivização não foi uma tentativa de provar à URSS o empenho iugoslavo em realizar o comunismo, e sim um método extremo utilizado emergencialmente diante do desastre com as colheitas e a percebida ameaça de conflito militar.

[91] O setor privado era fortemente limitado e o constrangimento econômico visava impulsionar a adoção de formas associadas. Assim, as terras privadas tinham a superfície limitada a 10 hectares, a contratação de assalariados limitava-se a cinco pessoas e a política fiscal era fortemente desfavorável ao setor privado (SAMARY, 1988, p. 132).

um papel crescentemente importante da socialização das terras e da produção (eram decisivos os "combinados" agro-industriais), embora a propriedade privada predominasse.

Porém, com a reforma de 1965 caem drasticamente os subsídios ao setor socializado e se extingue o monopólio de compra e venda das cooperativas sobre a produção agrícola, decorrendo daí uma forte queda do número de cooperativas. Deve-se notar ainda, como destaca Samary, que a fragilidade da organização em cooperativas explica-se também pela persistente relação negativa, desconfiada, "administrativa", dos membros da Liga dos Comunistas e dos responsáveis do governo na sua relação com os camponeses. Com isso falhavam as tentativas de desenvolver a autogestão no campo (em curso desde 1958), infligiam-se violações nos contratos firmados e multiplicavam-se os conflitos na distribuição dos rendimentos obtidos por meio da cooperação. Com a abertura ao mercado mundial, a concorrência torna ainda mais difícil a situação dos agricultores e pecuaristas (de onde se adotam algumas medidas emergenciais, como facilidades no crédito). Embora num primeiro momento os preços agrícolas tenham elevado-se mais do que os preços industriais e do comércio varejista, favorecendo os agricultores, logo a vantagem é revertida. Além disso, a esperada redução de desperdícios, com aumento da produtividade, resulta frustrada, com resultados insignificantes.

Com o progressivo êxodo rural, em 1983 registravam-se 650.000 hectares de terras deixadas em pousio, não cultivadas, o que contribuía para o déficit de produção agrícola, obrigando a importar certos alimentos.

Ademais, as desigualdades regionais não são superadas. Enquanto as planícies do norte obtinham os melhores resultados, com um bom excedente agrícola para o mercado interno e externo, o sul montanhoso tinha um rendimento bastante inferior, abrigando inclusive um setor de agricultura de subsistência[92]. É importante notar ainda que mesmo na Croácia, uma república bastante desenvolvida economicamente, havia significativas desigualdades internas, com regiões agrárias ou semi-urbanas fortemente deprimidas (principalmente ao longo dos anos 1980)[93] (BRUCKNER, 1969, p. 190-231; DRULOVIĆ,

[92] Evidentemente, estas desigualdades não se explicam apenas pelas diferenças físicas da geografia de cada região. O Kosovo, por exemplo, possuía terras tão férteis quanto às da Voivodina, mas a falta de assistência técnica e investimento em mecanização repercutiam fortemente na manutenção da desigualdade entre as duas províncias. Assim, enquanto no Kosovo se dispunha apenas de um trator para cada 160 hectares cultiváveis e de um veterinário para cada 3.400 explorações agrícolas, na Eslovênia se dispunha de um trator para cada 20 hectares e na Voivodina de um veterinário para cada 300 explorações agrícolas (a média iugoslava era de um trator para cada 60 hectares e de um veterinário para 680 explorações) (ROUX, 1979, p. 115).

[93] John Allcock sugere a hipótese de que o ressentimento de populações de áreas rurais atrasadas, dirigido às metrópoles, pode ser um dos fatores explicativos da desintegração iugoslava (ALLCOCK, 2002). É tomado como evidência em favor dessa hipótese um estudo sobre o comportamento eleitoral nas primeiras eleições multi-partidárias na Bósnia, revelando "um voto particularmente homogêneo em favor dos partidos nacionalistas

1973, p. 180-183; SAMARY, 1988, p. 88-97, 132-136, 209-214; ROUX, 1979; SUPEK, 1985, p. 63-92).

A baixa representação política dos camponeses na Liga dos Comunistas, na Aliança Socialista, nas assembleias locais, nas repúblicas e na Assembléia Federal contribuía para a não resolução das dificuldades enfrentadas pelos agricultores e para a produção de conflitos gerados a partir do afastamento do camponês da vida política. Por exemplo, a assembleia local coordenava a política de irrigação e reagrupamento de terras, por vezes sem o devido diálgo, participação e assentimento dos camponeses implicados, de onde surgiam acerbas queixas quanto ao preço pago pelo serviço de irrigação e insatisfação com o redesenho da propriedade das terras. Estes conflitos, por sua vez, reforçavam a desconfiança mútua entre comunistas e camponeses, o que afastava estes ainda mais da vida política – completando o círculo vicioso (CANAPA, 1971).

Do ponto de vista da renda da população, a desigualdade entre campo e cidade é da ordem de 50%. Destaca-se ainda que 80% da população rural têm uma renda abaixo da média nacional. Finalmente, vale notar que a pobreza urbana estava conectada a pobreza rural, na medida em que é o campo que fornece o trabalhador menos qualificado, que pertencerá à base da escala social na cidade (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 27-28; ROUX, 1979, p. 122).

É interessante notar que a literatura sobre a agricultura na Iugoslávia fala frequentemente em superpopulação agrícola, situando então o êxodo rural como um processo positivo. Por isso, aparece como um problema quando esse processo é desacelerado (em razão, principalmente, do aumento do desemprego na cidade). Não surpreende portanto a pouca preocupação de boa parte dos comunistas com o fato de que o desejo da maioria dos camponeses fosse o abandono da atividade agrícola, tendo em vista uma melhor remuneração na indústria, a falta de confiança no futuro da agricultura e a aspiração à elevação do status social – o que se dava especialmente entre os jovens (CANAPA, 1971). É assim que já em 1971 apenas 16% da população ativa agrícola estavam na faixa etária de 25 a 34 anos (enquanto na população ativa não agrícola esse percentual era de 25%) (ROUX, 1979, p. 111).

---

naquelas regiões que eram economicamente subdesenvolvidas e etnicamente homogêneas, entre a população rural ou semi-urbana e entre grupos sócio-profissionais menos educados" (ALLCOCK, 2002, p. 119). No original: "Study of the results of the elections reveals a particularly homogeneous vote in favour of the nationalist parties in those regions which were economically under-developed and ethnically homogeneous, among the rural or semi-urban population and among the lower and less-educated sócio-professional groups" (ALLCOCK, 2002, p. 119).

Ora, não é difícil perceber que o modelo industrialista, alavancando um forte êxodo rural, pouco leva em conta os problemas da superpopulação urbana (evidenciado na Iugoslávia com o não superado déficit habitacional) (ARCHER, 2016; LE NORMAND, 2014). É frequente, nos relatos dos entrevistados de Alvin Magid, em 1983 e 1984, a reclamação com a poluição, com o barulho e com os minúsculos apartamentos em que vivia a larga maioria da população urbana (MAGID, 1991).

A nosso ver, a relação desigual entre campo e cidade evoca um dos problemas mais graves e ao mesmo tempo mais invisibilizados na Iugoslávia, inclusive no universo acadêmico, o que pode ser atribuído à ideologia industrialista amplamente disseminada. Trata-se da visão negativa e negligente com a população camponesa no quadro de um socialismo que atribui ao proletariado, isto é, ao trabalhador urbano e industrial, o papel protagônico de classe dominante e a razão de ser da própria revolução. O camponês, nessa perspectiva, é no máximo um coadjuvante (faz parte do "povo trabalhador" – como tal, é um aliado). Mas ele encarna, primordialmente, a mentalidade atrasada, conservadora e religiosa. Seu estatuto de pequeno proprietário estreitaria seus horizontes, dificultando a sua integração no processo de socialização dos meios de produção e da distribuição da riqueza coletivamente produzida.

No que se refere ao setor privado, a análise é comprometida pela falta de dados. Não obstante, a autor aponta para a grande acumulação de riqueza privada gerada pela especulação e comércio de bens imobiliários, especialmente de terrenos para construção, e para a formação de importantes empresas privadas no setor de transporte e comércio, sob a cobertura de uma legislação permissiva e pouco precisa. A crítica dirige-se principalmente para o vínculo negativo entre o setor privado e o setor socializado, que dá lugar a práticas de corrupção, com subornos, "maquinações criminosas" e expropriação direta. Finalmente, apesar de empregar apenas pouco mais de 2% da população[94], é de se destacar o rápido crescimento em capital do setor privado a partir da liberalização econômica: entre 1964 e 1970 a contribuição privada para a acumulação nacional foi de 9% para 28% (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 29-30).

Todavia, o maior problema encontra-se nos mecanismos da desigualdade presentes no interior do setor socializado, que representa a principal fonte de riqueza social e emprega 97,8% de todos os assalariados do país. A distribuição dos salários no interior das empresas é pouco desigual, com uma variação de 1 para 4 em 73,9% das empresas, sendo que apenas 6,7% tinham diferenciais maiores que 1 para 6 no final de 1970.

[94] Legalmente, o limite para uma empresa privada era a contratação de até cinco empregados, enquanto o proprietário privado deveria continuar trabalhando no empreendimento.

Para comparação, segundo as estatísticas oficiais, a variação salarial média nas empresas soviéticas era de 1 para 4, na França de 1 para 5,9 (1964), na Dinamarca de 1 para 4,3 (1965), na Itália de 1 para 7 (1966), na Noruega de 1 para 2,4 (1964) e na Suécia de 1 para 3,2 (1963)[95] (DRULOVIĆ, 1973, p. 97).

Contudo, como já o vimos, as maiores variações salariais se verificam entre os diferentes ramos da economia, com a dominância para o ramo financeiro e administrativo. O resultado é uma diferença de 1 para 15 entre os maiores ganhos no ramo líder e os menores ganhos num ramo da base dessa distribuição. Outro mecanismo de geração de desigualdade é a desigual participação nos ganhos extras (bônus), que tendem a crescer mais rapidamente que os salários básicos. Tomando como referência a região administrativa da cidade de Split (Croácia), Vušković aponta para a desigual distribuição dos ganhos extras dentro da estrutura de qualificações de trabalho, a mais alta proporção indo para os trabalhadores altamente qualificados (6% da força de trabalho, 24% dos ganhos extras) e aqueles com maiores qualificações profissionais (5,4% da força de trabalho, 11% dos ganhos extras) (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 30-33).

Outros ganhos adicionais representam claramente uma fonte de desigualdades, aparecendo como privilégios, na medida em que uma boa proporção do dinheiro alocado transforma-se em benefícios pecuniários diretos ou indiretos para os indivíduos envolvidos. Este é o caso de gastos com viagens, uso pago de carros e telefones privados, entretenimento para propósitos de negócios, presentes etc. Citando mais uma vez Split, o autor revela que em 1971 esse tipo de gastos chegou a soma de 90 milhões de dinares, sendo a maior parte gasta em viagens domésticas (40 milhões de dinares) e internacionais (10 milhões de dinares), em favor de indivíduos em posições de liderança política e administrativa. Ao contabilizar os ganhos e privilégios obtidos para além dos salários básicos, Vušković chega a uma diferença de renda pessoal bem mais alarmante para uma sociedade não-capitalista: de 1 para 20 (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 34).

Esses números são coerentes com os dados apresentados por Sharon Zukin sobre os salários de autoridades políticas e diretores de empresa em Belgrado: as autoridades políticas do governo da cidade, da organização da Liga dos Comunistas e dos sindicatos ganham entre 4.000 e 7.000 dinares por mês, as autoridades políticas federais (nos poderes executivo, legislativo e judiciário) ganham entre 5.000 e 8.000 dinares, enquanto os diretores

[95] Essa relação não leva em consideração os dados relativos aos quadros de direção que, nos países capitalistas, participam dos lucros das empresas (DRULOVIĆ, 1973, p. 97).

de empresas localizadas em Belgrado ganham entre 6.000 e 9.000 dinares. Alguns diretores sérvios chegam a ganhar até 17.000 dinares por mês (ZUKIN, 1975, p. 37).

Para medida de comparação, pode-se citar o próprio estudo qualitativo da autora com uma amostra de dez famílias residentes em Belgrado, cinco de classe média e cinco da classe trabalhadora. A média salarial dos membros das famílias de classe média é de 2.000 dinares (133 dólares)[96]. O salário mais alto entre essa nova classe média é de 4.500 dinares[97]. Já entre a classe trabalhadora o maior salário, ganho por uma maquinista altamente qualificado, é de 1.800 dinares (120 dólares), enquanto o mais baixo é o seguro-desemprego de 800 dinares (53 dólares) recebido por um trabalhador semiespecializado idoso (ZUKIN, 1975, p. 37).

Se se leva em consideração o tamanho da família sustentada pelo indivíduo assalariado, a desigualdade entre as categorias da estrutura de qualificação é bastante acentuada. Num estudo de 1972 realizado com 20.000 trabalhadores do estaleiro de Split basicamente o que se viu é que entre as famílias dos trabalhadores "de colarinho azul" geralmente (71,9% das famílias) há apenas um assalariado (supõe-se, o homem), enquanto nas famílias dos trabalhadores "de colarinho branco" este é o caso em apenas 30,7% das famílias. Chama atenção o caráter linear da variação de acordo com a qualificação profissional desta proporção de famílias sustentadas por um único assalariado, como se pode ver na tabela nº 7 abaixo, referente ao mesmo estudo citado:

[96] O equivalente a 133 dólares, a uma taxa de câmbio de um dólar para quinze dinares.

[97] A trajetória de Danilo Arandjelović, possuidor do maior salário entre a classe média na amostra de Zukin, é bastante interessante por ilustrar o tipo de rápida mobilidade social possível no imediato pós-guerra dentro do contexto da rede social Partido-Partisans. Ele era um jovem camponês pobre durante a II Guerra Mundial, foi preso e ferido por apoiar o movimento de libertação nacional, depois recebeu um emprego em um jornal onde foi bem sucedido e assim foi aceito como membro no Partido Comunista. Em seguida aproveitou a oportunidade de estudar gratuitamente numa escola noturna para pessoas prejudicadas pela guerra, ocupou diversas funções políticas, fez um curso de jornalismo e depois faculdade, formando-se em 1952. É assim que chegou ao corpo editorial de um órgão de notícias prestigioso em Belgrado, ganhando 4.500 dinares por mês, possuindo uma casa num bairro semi-suburbano e dirigindo um Peugeot 504. Tipicamente, ele poderia ser rotulado como um membro da "*peugeoisie*", isto é, a nova classe média no socialismo (ZUKIN, 1975, p. 85, 89-92 e 99-100).

Tabela nº 7

Proporção de famílias sustentadas por um único assalariado em cada categoria da estrutura de qualificação:	
Trabalhadores não qualificados	81,3%
Trabalhadores semiqualificados	77%
Trabalhadores qualificados	66,4%
Trabalhadores altamente qualificados	62,8%
Qualificações profissionais baixas	53,8%
Qualificações profissionais médias	30,6%
Qualificações profissionais altas	17,2%
Qualificações profissionais mais altas	21,4%

Contabilizando o número de membros da família que são sustentados, a situação de desigualdade se agrava ainda mais, como podemos verificar na tabela nº 8 abaixo:

Tabela nº 8

Proporção de famílias tendo quatro ou mais membros sustentados em cada categoria da estrutura de qualificação:	
Trabalhadores não qualificados	42,3%
Trabalhadores semiqualificados	41,6%
Trabalhadores qualificados	30,1%
Trabalhadores altamente qualificados	25,1%
Qualificações profissionais baixas	15,3%
Qualificações profissionais médias	6,3%
Qualificações profissionais altas	10,2%
Qualificações profissionais mais altas	3,5%

A estrutura de qualificação também definia a desigualdade no acesso à moradia. Em princípio, era o Estado que provia a maior parte da expansão e do acesso habitacional, fornecendo habitação de propriedade social fortemente subsidiada. Todavia, a partir de 1959, o setor privado e o crédito pessoal começaram a ter crescente importância (em 1981, o setor privado chega a representar em torno de 70% do parque habitacional iugoslavo, enquanto em Belgrado o percentual fica em torno de 50%). Já com a reforma de 1965 eram as empresas que deveriam se responsabilizar pelo financiamento direto à habitação, alocando obrigatoriamente 4% do rendimento líquido para um fundo habitacional. Embora todos aqueles que se encontravam no setor socializado (isto é, não privado) contribuíssem para a construção de novos apartamentos por meio de contribuição obrigatória para fundos sociais, os trabalhadores mais pobres recebiam proporcionalmente muito menos apartamentos

relativamente aos trabalhadores de colarinho branco (a classe média) e o *staff* gerencial[98]. Este fenômeno se explica pelos critérios adotados na formação das listas de distribuição de apartamentos, frequentemente institucionalizados nos livros de regras das empresas. Observavam-se as qualificações, se as habilidades do demandante estavam em escassez[99], o status marital e o número de dependentes, e a participação no Partido e nas instituições da autogestão. Além disso, o fundo para a construção de apartamentos era atomizado no nível da empresa, assim evidentemente aquelas mais lucrativas proviam mais habitações aos seus trabalhadores (ARCHER, 2016; LE NORMAND, 2014, p. 150).

Embora esta desigualdade[100] tenha repercutido negativamente na imprensa iugoslava, que clamava por outros critérios (situação econômica, experiência e duração de trabalho, ao invés do nível educacional), e os trabalhadores tenham manifestado sua indignação por meio de queixas formais dentro e fora das empresas (aos sindicatos, às cortes, aos parlamentos), a situação permaneceu inalterada até o fim da Iugoslávia (ARCHER, 2016). É difícil explicar como critérios tão prejudiciais aos trabalhadores que representavam a maioria do coletivo de trabalho tenham se mantido a despeito da existência dos órgãos de autogestão. Embora a pressão pela manutenção de trabalhadores altamente qualificados, de gerentes e de técnicos (todos relativamente escassos) deva ter desempenhado um papel importante, especialmente num contexto de acirramento da concorrência com a liberalização mercantil, dificilmente este fator poderia ter mantido a maioria dos trabalhadores relativamente passivos por tanto tempo.

---

[98] Um estudo de 1986 mostrou que 80% daqueles em posições de liderança política habitavam apartamentos de propriedade social, enquanto apenas 20% dos trabalhadores não qualificados e 22% dos trabalhadores qualificados ocupavam tais apartamentos (ARCHER, 2016). Já no estudo de Vušković em Split, mostra-se que os trabalhadores altamente qualificados e aqueles profissionais de mais alta qualificação recebiam mais de 1/3 dos fundos habitacionais, conquanto representassem pouco mais de 1/10 do total de trabalhadores nas empresas (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 37). Milojko Drulović relata que no órgão de imprensa *Politika* (localizado em Belgrado), no qual trabalhava, com um total de cerca de 1500 pessoas trabalhando, contruiram-se em torno de 45 habitações por ano (não menciona o total), distribuídas aos "quadros mais indispensáveis para a empresa (especialistas, trabalhadores altamente qualificados e jornalistas), sem levar em conta os mal-alojados cujo problema era sempre adiado para tempos melhores" (DRULOVIĆ, 1973, p. 65).

[99] Em muitas empresas os diretores utilizaram abertamente o oferecimento de apartamentos para atrair aqueles que portavam qualificações mais escassamente encontradas, criando inclusive um fundo específico para isso (ARCHER, 2016).

[100] A desigualdade também se dava no tamanho, qualidade e localização dos apartamentos distribuídos. Um estudo de 1979 mostrou que aqueles com mais alta educação tendiam a receber em média apartamentos de mais de 60m², os trabalhadores altamente qualificados recebiam apartamentos de 56m², enquanto os trabalhadores não qualificados recebiam apartamentos de 47.5m² (ARCHER, 2016). Além disso, a concessão de crédito (normalmente utilizado para a obtenção de habitação privada) repetia o mesmo padrão desigual de distribuição dos apartamentos de propriedade social. Em Split, conforme Vušković, aqueles mais altamente qualificados recebiam sete vezes mais crédito do que trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 37). Muitos dos que podiam acessar o crédito já possuíam casas, então o utilizavam para fazer melhorias, expandir sua habitação ou ainda construir casas de praia na região costeira (o período de 1971 a 1981 registra uma expansão de 500% das casas de praia) (ARCHER, 2016).

O desemprego também atinge mais os trabalhadores manuais e semiqualificados e a categoria mais baixa dos trabalhadores "de colarinho branco", que, somados, compõem 73,5% do total de desempregados.

Além disso, o problema do desemprego não era apenas uma questão de renda, já que o acesso a serviços de saúde gratuitos, apartamentos do conselho, pensões etc. estava geralmente relacionado ao emprego (WOODWARD, 1995, p. 35).

Os dirigentes iugoslavos tornaram-se crescentemente preocupados com o problema do desemprego[101], destacando inclusive como ele implicava na negação do direito a autogestão. Por exemplo, no documento "Análise crítica do funcionamento do sistema político da autogestão socialista", de 1986, escrito pelo Conselho Social Federal para Questões do Sistema Social, cobrava-se responsabilidade política pelos "resultados insatisfatórios em resolver mais rapidamente o problema do desemprego, especialmente de jovens qualificados", destacando o direito constitucional ao trabalho e sua relação com a autogestão:

> O direito a autogestão seria formalizado e essencialmente limitado a menos que o direito ao trabalho com recursos sociais seja exercido, porque o desempregado não pode ter uma influência na sua própria posição socioeconômica, sobre a adoção de decisões no trabalho associado e em certas câmaras de assembleias de *SIZ* [Comunidades de Interesse Autogestionário] e comunidades sociopolíticas, nem podem alcançar condições normais para sua existência e desenvolvimento de suas habilidades criativas[102]. (East Europe Report, 1986, p. 16)

O nível alarmante de desemprego aprofundava os problemas dos mais pobres, reforçando o quadro da desigualdade e ameçando a confiança popular no governo e no modelo autogestionário iugoslavo. Um corte cada vez mais claro ia se estabelecendo entre aqueles que mais se beneficiavam do sistema e aqueles que encontravam mais obstáculos do que possibilidades efetivas de realização do seu bem-estar material em condições de relativa igualdade social.

Como bem observava Vušković, a reprodução da desigualdade marcada pela diferenciação profissional ocorria na educação das novas gerações, pois "o status socioeconômico dos pais de fato determina fundamentalmente a escolha de escolas dos

[101] De acordo com Woodward, entre os "liberais" iugoslavos a preocupação com o desemprego só adveio a partir das manifestações de 1968 e 1969, pois estas pareciam induzir as lideranças da Liga dos Comunistas a suprimir a reforma mercantil em curso em favor de uma política pró-emprego, protegendo os empregos existentes dos trabalhadores (WOODWARD, 1995, p. 216).

[102] No original: "The right to self-management would be formalized and essentially limited unless the right to work with social resources is exercised, because the unem- ployed cannot have an influence on their own socioeconomic position, on adop- tion of decisions in associated labor and in certain chambers of assemblies of SIZ's and sociopolitical communities, nor can they achieve normal conditions for their existence and development of their creative abilities" (East Europe Report, 1986, p. 15-16).

indivíduos, as chances de completar com sucesso a educação secundária e as chances de ir para a educação superior" (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 38). O resultado é que

> os filhos de trabalhadores de colarinho branco, categorias profissionais e quadros políticos e administrativos têm duas vezes mais chance do que os filhos de operários para terminar a educação secundária e cinco vezes mais chance de obter um diploma de graduação[103]. (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 38)

Devemos notar ainda que as desigualdades cruzavam-se e alimentavam-se reciprocamente. Por exemplo, a reprodução da desigualdade educacional era reforçada pela desigualdade campo-cidade e pela desigualdade habitacional: os jovens mais pobres de famílias camponesas tinham poucas chances de realizar educação superior nas cidades na medida em que não tinham recursos suficientes para pagar os elevados valores do aluguel de um apartamento, enquanto eram escassos os alojamentos estudantis subsidiados. Como aponta Rusinow,

> Mesmo que a taxa de matrícula seja gratuita, aqueles sem bolsas de estudo devem pagar por seu quarto e alimentação, livros e outras necessidades. Os dormitórios são subsidiados e baratos – embora lotados e desconfortáveis, com comida ruim – mas por causa da superlotação uma proporção crescente de estudantes (agora cerca de ¾ dos quarenta mil) precisa morar em alojamentos privados. Com a escassez habitacional e os alugueis elevados, a educação universitária está fora de questão para muitos jovens de famílias de baixa renda; daí as queixas de que há "cada vez menos jovens camponeses e operários na universidade" e a demanda por mais bolsas de estudo baseadas na capacidade dos pais em pagar ao invés do sucesso acadêmico na sala de aula[104]. (RUSINOW, 2008, p. 75)

No quarto capítulo veremos como os crescentes problemas sentidos pelos jovens, como o desemprego e os déficits habitacional e educacional, desencadearam manifestações reivindicatórias por parte dos estudantes universitários – com as quais se envolveu o grupo Praxis.

Vušković identificou um fator chave para a criação e perpetuação da desigualdade: a distribuição do poder, cujo índice mais evidente é a presença (ou ausência) da classe trabalhadora nos centros de tomada de decisão política e econômica. No caso da Iugoslávia, estes centros eram a Assembleia Federal, as assembleias das repúblicas, as

[103] No original: "(...) the children of white-collar workers, professional categories and administrative and political cadres have twice as much chance as the children of workers to finish secondary education and five times as great a chance of getting a degree" (VUŠKOVIĆ, 1976p. 38).

[104] No original: "Even though tuition is free, those without scholarships must pay for their room and board, books, and other necessities. Dormitory living is subsidized and cheap – although crowded and uncomfortable, with poor food – but because of overcrowding a growing proportion of students (now about three-quarters of the forty thousand) must live in private lodgings. With housing scarce and rents high, university education is out of the question for many young people from low-income families; thus the complaints that there are "fewer and fewer workers and peasant youths at the university" and the demand for more scholarships based on parental ability to pay rather than on academic success in the classroom" (RUSINOW, 2008, p. 75).

assembleias municipais (conselhos locais) e os órgãos de autogestão nas organizações de trabalho associado. Mais adiante, no item sobre o déficit de participação operária nos órgãos de autogestão, veremos em detalhe este problema. Por hora, basta indicar a tendência ao declínio geral da presença da classe trabalhadora em todos os níveis e órgãos de poder político e econômico entre 1960 e 1970, com um correspondente aumento do peso do pessoal de mais alta qualificação profissional, sobretudo e de modo muito acentuado nas assembleias representativas (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 40-41).

Como resultado dessa situação de desigualdade social, 23,9% da classe trabalhadora vivia abaixo da linha da pobreza (menos de 300 dinares por membro da família por mês) e 36,5% encontrava-se na linha da pobreza (menos de 500 dinares por membro da família por mês). Assim, Vušković concluiu que 2/3 da classe trabalhadora vivia num estado de aguda insegurança existencial (VUŠKOVIĆ, 1976, p. 41).

Para o nosso propósito de compreender qual foi a correlação de forças que bloqueou o desenvolvimento da autogestão, é importante compreender quais foram os fatores políticos que tiveram peso no sentido da liberalização econômica que culminou com a reforma mercantil de 1965. Samary destaca quatro fatores: a chegada da tecnocracia ao poder político e da economia ao político, o peso das Repúblicas ricas nas questões nacionais, o conflito autogestão/plano administrativo e as pressões exteriores (SAMARY, 1988, p. 145).

No que se refere à chamada tecnocracia, a sua força político-econômica se (re)produz tanto na sua atuação legislativa quanto no interior das empresas, que passam por um processo de modernização pressionado pela abertura à competição externa. Esta tecnocracia é formada por *experts* e por gerentes profissionais de perfil distinto dos antigos diretores de empresa dos anos 1950. Há uma evidente renovação nas empresas, com diretores mais jovens e frequentemente mais escolarizados. De um total de 1.269 diretores eleitos ou reeleitos em 1966, 14% estava na faixa etária dos 30-39 anos, 48% na faixa dos 40-49 anos e 35% na faixa dos 50-59 anos. A composição etária muda claramente quando se considera somente aqueles diretores que estão sendo eleitos pela primeira vez, totalizando 262 (portanto, uma renovação de cerca de 20% do total de 1.269): 5,7% tinham menos de 30 anos, 45% estava na faixa dos 30-39 anos, 40% na faixa dos 40-49 e apenas 8% tinha mais de 50 anos de idade (enquanto, entre os diretores substituídos, 60% tinham mais de 50 anos de idade) (RUSINOW, 1977, p. 144).

Se na época da "economia de comando" o diretor de empresa era um funcionário público e governamental, exclusivamente responsável diante dos seus superiores no governo, com a introdução da autogestão ele se torna um diretor executivo dos órgãos da autogestão,

"ao mesmo tempo em que continua a representar o assim chamado interesse público na empresa". Uma posição híbrida que, de acordo com Horvat, foi uma fonte constante de conflitos[105]. As formas de nomeação evoluíram no sentido de maior peso dos órgãos da autogestão na empresa na escolha do seu diretor. Inicialmente o diretor era nomeado diretamente por órgãos governamentais, em 1952 é a comuna que adquire essa prerrogativa e em 1953 introduz-se a competição pública para o cargo de diretor, escolhido por um comitê no qual a comuna predominava com uma maioria de dois terços. Somente em 1958 os conselhos operários alcançam a paridade com as autoridades comunais nos comitês habilitados a nomear e demitir diretores de empresa (HORVAT, 1976, p. 157-158).

Como já foi dito, com a reforma de 1965 a comuna deixa de escolher formalmente os diretores nomeados junto aos órgãos da autogestão nas empresas[106]. Essa mudança seria em parte uma resposta ao mencionado problema do "localismo" e também uma tentativa de tornar o diretor mais responsivo ante os órgãos de autogestão da empresa[107]. Contudo, mesmo após a mudança na forma da nomeação do diretor, as influências externas a empresa na escolha do diretor continuam. De acordo com um estudo de Janez Jerovšek na Eslovênia, eram o secretário da seção local da Liga e o presidente da comuna que davam a palavra final na escolha dos diretores das empresas, sendo que no caso das grandes empresas o governo da república também interferia na nomeação. Embora houvesse concurso público para a nomeação do diretor, dificilmente um diretor de empresa candidatava-se sem saber de antemão que seria escolhido (MEISTER, 1970, p. 53; CARTER, 1982, p. 229). Com isso, em 1968, das 3.121 vagas para diretor abertas a concurso, 89% foram preenchidas pelo mesmo diretor que já se encontrava na empresa, sendo que em 66% dos casos não havia outro candidato (DIRLAM e PLUMMER, 1973, p. 38).

---

[105] Prout destaca que, na medida em que "serve a dois mestres", a empresa e a comuna, o diretor geral encontra-se numa posição algo distinta do resto do pessoal gerencial e técnico no interior da sua empresa, pois deve velar pela legalidade da sua atuação, além de estar sujeito a diversas pressões extralegais dos órgãos sociopolíticos externos a empresa, especialmente a comuna (PROUT, 1985, p. 53-54).

[106] Não obstante, April Carter menciona que mesmo após a reforma a prática das comunas em intervir na nomeação dos diretores continua (CARTER, 1982, p. 229). De acordo com Dirlam e Plummer, o governo local tinha paridade com os órgãos da autogestão da empresa na nomeação do diretor até 1969, quando entra em vigor uma emenda constitucional de 1968 que removeu essa influência da comuna, exceto para jornais, bancos e seguradoras (DIRLAM e PLUMMER, 1973, p. 25-26). Trata-se da emenda nº 15 que visava dar liberdade para os coletivos de trabalho formularem suas próprias estruturas de gestão, exigindo apenas a manutenção do conselho operário ou um equivalente. No que se refere à nomeação e demissão do diretor, essas prerrogativas tornam-se exclusivas do conselho operário (PROUT, 1985, p. 56).

[107] Segundo uma enquete feita em 1956 mais da metade das revogações de diretores foram propostas pelas autoridades comunais. Somente a partir de 1960 os órgãos de autogestão da empresa têm o direito exclusivo a revogar seu diretor. Tal medida, segundo Meister, teria permitido mais liberdade para o diretor que, frequentemente, em caso de conflito, se conformava às orientações do poder comunal ao invés daquelas de seu conselho operário, por medo de ser demitido (MEISTER, 1970, p. 52).

Ao que parece, com a reforma de 1965, não havia clareza entre os dirigentes da Liga dos Comunistas sobre o modo exato como ela deveria atuar nas empresas. Uma das questões era se a Liga em nível local deveria intervir de alguma maneira para garantir que as empresas fossem comandadas por diretores competentes e que agissem de modo mais eficiente, por exemplo, realizando fusões para criar unidades econômicas mais viáveis. Havia tanto críticas à excessiva intervenção de autoridades locais da Liga quanto a defesa da sua atuação para corrigir abusos ou a má administração nas empresas. O secretário do Comitê da Liga em Zagreb, por exemplo, justificava a intervenção do comitê nos negócios da empresa pela própria demanda dos trabalhadores. Este tipo de demanda parece se justificar por uma série de casos divulgados na imprensa em que os diretores mostraram-se extremamente arbitrários e autoritários, prejudicando trabalhadores que se opusessem a esse tipo de gestão (CARTER, 1982, p. 226-231).

Vale pontuar que não havia um controle significativo, centralizado e uniforme da Liga dos Comunistas sobre as atividades internas às empresas. Isso fica bastante claro dado os frequentes conflitos e desacordos entre os diversos segmentos da Liga (membros que trabalham na empresa, incluindo diretores, e membros que são autoridades locais ou regionais ou ainda federais), além da dificuldade em fazer valer as orientações gerais do governo (como bem ilustra a tendência ao aumento das rendas pessoais para além do aumento da produtividade) (DIRLAM e PLUMMER, 1973, p. 52-53). Ademais, vários são os estudos sobre a percepção da distribuição do poder interno às empresas que apontam para a fraca influência da Liga relativamente ao poder dos diretores, embora organizações como sindicatos e comitês de fábrica da Liga atuassem nos bastidores para definir acordos por fora dos órgãos da autogestão. Deve-se observar ainda que muitos dos mais influentes membros dos conselhos operários e dos comitês de gestão eram comunistas que acumulavam cargos na Liga ou em outras organizações sócio-políticas, ou ainda no aparelho governamental da comuna. Assim, as hierarquias do partido, da empresa e do Estado cruzavam-se e reforçavam-se mutuamente, produzindo oligarquias em diversos níveis, internas e externas às empresas, derrogando o poder formal dos órgãos da autogestão e da base operária da Liga dos Comunistas (CARTER, 1982, p. 232-243).

O relacionamento entre diretores, autoridades locais e membros da Liga dos Comunistas no interior e fora das empresas era bastante complexo e variado, envolvendo conflitos e alianças, e dependendo bastante do grau de desenvolvimento da comuna, da república e do setor industrial. Os diretores de perfil mais autoritário, geralmente menos qualificados profissionalmente e tendo sido alçados à posição de comando nas empresas a

partir do apoio de dirigentes da Liga, eram mais propensos a envolver-se em conflitos abertos com autoridades locais, com trabalhadores e com os órgãos da autogestão (CARTER, 1982, p. 230-232). Mas por outro lado, os diretores não podiam deixar de levar em consideração o poder local, devido a sua importância político-financeira para as empresas. Como pontuam Dirlam e Plummer, os governos locais possuíam "direitos vestigiais" sobre as empresas. Por exemplo, se a assembleia local demandasse, as empresas precisavam tornar disponíveis seus relatórios financeiros, o governo local podia estabelecer o salário mínimo acima do mínimo federal de 300 dinares por mês e ainda participar da reorganização de empresas em dificuldades financeiras. Finalmente,

> É de conhecimento comum que, independentemente de autorização estatutária, os relacionamentos têm sido extremamente próximos entre os políticos locais, bancos e empresas. Quando reveses financeiros ameaçam a continuidade de uma empresa, o banco local é pressionado pelos políticos a prover ajuda emergencial (às vezes contínua). Favores especiais são solicitados e concedidos na forma de redução de taxas locais. Por causa das vantagens recíprocas, executivos de empresas são propensos a apoiar os políticos locais[108]. (DIRLAM e PLUMMER, 1973, p. 51)

Veljko Rus descrevera um círculo fechado de relações de autoridade técnico-administrativa, na qual o diretor da empresa (topo da burocracia empresarial) mantinha relações muito estreitas com os órgãos das comunidades sócio-políticas, por meio da sua burocracia estatal[109]. Para ele, essa inércia da política administrativa ajuda a explicar a dominação das tendências autoritárias na autogestão.

De um lado, era comum os diretores e certos quadros dirigentes acumularem funções nas organizações externas à empresa. De outro, as assembleias dos produtores eram muito frequentemente compostas na sua maior parte por funcionários dirigentes. Então, os órgãos comunais entravam em contato geralmente com os diretores e quadros dirigentes, e por seu intermédio tentavam resolver questões relacionadas às organizações de trabalho, se possível evitando os órgãos da autogestão. Estes, por sua vez, encontravam-se isolados: os conselhos de uma empresa não se comunicavam com os de outra. Com isso a subordinação dos órgãos da autogestão à influência dos órgãos dirigentes era inevitável. Apesar desta prática das autoridades comunais, os produtores não se opunham a transferência dos meios à

[108] No original: "It is common knowledge that, regardless of statutory authorization, the relationships have been extremely close between the local politicians, banks and enterprises. When financial reverses threaten a shutdown, the local bank is placed under pressure by politicians to provide emergency – which sometimes means continuous – help. Special favors are requested and granted in the form of reduction of local taxes. Because of the reciprocal advantages, enterprise executives are likely to support the local politicians" (DIRLAM e PLUMMER, 1973, p. 51).

[109] No capítulo 5 veremos como isso se relaciona ao fenômeno do turvamento da linha divisória entre vanguarda e gerentes apontado por Michael Lebowitz.

comuna, mas exigiam ter uma influência e um controle maior sobre a maneira como esses meios eram empregados (RUS, 1973, p. 249-250).

Embora se possa supor que esse tipo de proximidade dos diretores com o poder político local pode ter diminuído em alguma medida com a renovação e profissionalização do seu perfil, num contexto de liberalização econômica[110], deve ser destacado que a relação dos gerentes de empresa com a política revela-se também noutro nível, o da vida parlamentar e partidária[111]. Como aponta Prout, os diretores-gerais crescentemente envolveram-se com as instituições sócio-políticas:

> A principal razão para isso é que os membros da empresa crescentemente tendiam a eleger administradores, especialmente diretores gerais, para os vários órgãos econômicos nos níveis comunal, republicano e federal. Por exemplo, nas eleições de 1969 para a Câmara Econômica da Assembleia Federal, 93 dos 120 deputados eram administradores, dos quais 80 eram diretores gerais. Na medida em que os diretores gerais eram parte do *establishment* sócio-político, a ideia de que os objetivos da empresa e os objetivos sócio-políticos necessariamente colidem necessita, ao menos parcialmente, ser modificada[112]. (PROUT, 1985, p. 54-55)

---

[110] Meister argumenta que o liberalismo econômico constitui "o melhor apoio que os diretores possuem para se libertar dos controles autogestionários e dos entraves burocráticos, pois ele exige uma liberdade de manobra dos dirigentes e uma grande rapidez de iniciativa" (MEISTER, 1970, p. 54). No original: « Le libéralisme économique constitue cependant le meilleur appui que les directeurs possèdent pour se libérer des contrôles autogestionnaires et des entraves bureaucratiques, car il exige une liberté de manœuvre des dirigeants et une grande rapidité d'initiative » (MEISTER, 1970, p. 54). Todavia, podemos citar o relato de Mirko Nevlemović, operário de uma fábrica de produtos em madeira, localizada em Belgrado, para ilustrar a continuidade da troca de favores entre diretores de empresa e o poder político local, no nível da *opština*. Mirko registra que em 1982 o diretor geral da empresa já estava no cargo há dez anos, a despeito da crescente oposição operária à continuidade do seu trabalho, em razão do acumulado insucesso financeiro que poderia levar a empresa ao fechamento e às consequentes demissões. Este diretor teria chegado à empresa como um técnico, oriundo de outra empresa da mesma localidade, e em cinco anos ascendera ao posto de diretor geral com a ajuda de autoridades da *opština*. Então, no contexto crítico em que a empresa se encontrava em 1982, aventava-se a possibilidade de uma fusão como alternativa para revigorar as suas condições financeiras. Ocorre que o diretor e o pessoal da gerência, além de alguns trabalhadores, pretendiam fazer a fusão com uma empresa maior e um pouco mais próspera pertencente à mesma *opština* (a empresa de origem da qual viera o agora diretor geral), enquanto a maioria dos trabalhadores, incluindo Mirko, queria fazer a fusão com outra empresa, muito próspera (o que poderia possibilitar um substancial aumento salarial para os trabalhadores), mas localizada noutra *opština* de Belgrado. Para Mirko estava claro que o diretor geral queria se tornar diretor geral da nova empresa que seria criada com a fusão, uma recompensa por favorecer a *opština* (presume-se, com as taxas oriundas da nova empresa) a qual ela estaria vinculada. Mirko e seus colegas estavam convencidos de que com essa fusão, defendida pelo diretor geral, somente ele e o pessoal-chave da gerência teriam seus salários aumentados (MAGID, 1991, p.247-250).

[111] No caso acima citado da fusão entre empresas, Mirko Nevlemović ainda registra que o vice-presidente da *opština* onde se localizava a mais próspera das empresas envolvidas (com a qual a maioria dos colegas de Mirko desejava realizar a fusão) havia sido o diretor geral desta mesma empresa (MAGID, 1991, p. 249). Esse tipo de circulação entre posições de comando ilustra a conversibilidade do poder administrativo na esfera empresarial, estatal e partidária.

[112] No original: "The main reason for this was that enterprise members increasingly tended to elect administrators, especially general directors, to the various economic bodies at communal, republican and federal levels. For example, in the 1969 elections to the Economic Chamber of the Federal Assembly, 93 out of the 120 deputies were administrators, 80 of whom were general directors. To the extent that general directors were part of the socio-political establishment, the idea that enterprise and socio-political objectives necessarily clash needs, at least some, modification" (PROUT, 1985, p. 54-55).

De fato, não há algo como "objetivos sócio-políticos gerais" que possam ser atribuídos a uma suposta força homogênea – presumivelmente a Liga dos Comunistas. Há sim um setor da Liga, cujo núcleo é o topo da sua hierarquia (principalmente Tito, Edvard Kardelj e Vladimir Bakarić), que atua real ou presumidamente como vanguarda revolucionária e cuja legitimidade enquanto tal baseia-se necessariamente em algum tipo de compromisso com um projeto socialista, o que o distingue dos gerentes de empresa, mesmo que estes tenham assumido também a atividade partidária e parlamentar. Todavia, é importante destacar a mudança na composição da Liga dos Comunistas, com a significativa e crescente penetração do poder gerencial. Ilustra bem esta mudança o perfil de grandes lideranças do partido nos anos 1980. Por exemplo, no complexo industrial de Rakovica, na Sérvia, Ivan Stambolić (chega à presidência da república da Sérvia em 1986) e Slobodan Milošević (chega à presidência da Sérvia em 1989) trabalharam na *Tehnogas* (companhia de extração de gás natural), o primeiro como gerente executivo e o segundo como diretor geral (MUSIĆ, 2016b).

Lenard Cohen argumenta que essa penetração foi um significativo fator de profissionalização legislativa nos anos 1960. Os gerentes profissionais e o quadro técnico das empresas eram hábeis em tirar licenças estendidas de suas empresas e organizações, transitando assim facilmente entre posições legislativas e gerenciais sem perderem suas afiliações ocupacionais. O crescente envolvimento gerencial nas assembleias deveu-se também, segundo Cohen, ao "desejo das firmas econômicas em influenciar decisões legislativas" e a "necessidade de um *expertise* mais técnico na tomada de decisão do dia-a-dia" (COHEN, 1989, p. 192-194). Assim, a penetração foi maior nas

> várias câmaras funcionalmente especializadas das assembleias iugoslavas, originalmente concebidas para a representação da "população produtora" e como uma extensão da estrutura da autogestão dos trabalhadores. De fato, "produtores diretos", isto é, genuínos proletários e camponeses, desapareceram quase inteiramente das assembleias regionais e federal entre 1963 e 1973[113]. (COHEN, 1989, p. 194)

Embora tal representação legislativa gerencial distorcesse a ideia de autogestão, de acordo com pesquisas de opinião pública a maioria da população era favorável ao recrutamento legislativo de especialistas técnicos e gerenciais.

Nas livrarias cresciam rapidamente as vendas de livros de administração de empresas, de comércio e de economia, muitos dos quais de autores anglófonos (os mais

[113] No original: "The legislators recruited from the managerial and specialist sectors were most pervasive in the various functionally specialized chambers of Yugoslav assemblies, originally devised for the representation of the "producer population" and as an extension of the workers' self-management structure. In fact, "direct producers", i.e., genuine proletarians and peasants, disappeared almost entirely from the regional and federal assemblies between 1963 and 1973" (COHEN, 1989, p. 194).

vendidos eram as traduções de livros do austríaco Peter Drucker). Nas salas das empresas onde se reunia a gerência os livros de Marx e Lenin cediam cada vez mais espaço aos manuais de administração e marketing (ADIZES, 1977, p. 140).

O discurso favorável à profissionalização num contexto de liberalização mercantil e de acelerado aumento do nível de consumo favoreceu também a legitimação da propaganda comercial, que se impôs por meio de agências de publicidade, embora não sem reações críticas e resistências[114]. A adoção das técnicas publicitárias ocidentais (especialmente norte-americanas) era justificada principalmente em termos de racionalização (com redução de custos comerciais) e como serviço de informação prestado ao consumidor[115] (PATTERSON, 2011). Este fenômeno relaciona-se diretamente com a abertura comercial e cultural para o ocidente capitalista e com os dilemas daí derivados. Como veremos adiante ao discutir as críticas do grupo Praxis, a questão da cultura do consumismo e do desenvolvimento de uma classe média distanciada dos valores socialistas mostrou-se bastante relevante para a dinâmica política global da Iugoslávia e para o bloqueio da autogestão em particular.

É de se supor que a escalada do poder tecnocrático não significou uma substituição do poder político dos quadros dirigentes, pois esses, em parte, consentiram com a virada mercantil. Provavelmente houve uma disputa no seio do alto escalão da Liga[116], sendo que as principais lideranças políticas, como Tito, Edvard Kardelj e Vladimir Bakarić, decidiram por uma aliança com os tecnocratas (SAMARY, 1988, p. 145). Samary supõe que no contexto de aumento das aspirações democráticas provocadas pela introdução da

[114] É o que testemunha, por exemplo, a reclamação de um psicólogo empresarial do Centro Croata para a Pesquisa em Marketing acerca do clima de desaprovação em 1975: "Muito frequentemente eles nos acusam de participar da criação de falsos sistemas ou valores humanos, de impor sobre as pessoas necessidades e produtos dos quais elas nãos precisam. É um fato que hoje nós encontramos cada vez mais frequentemente a opinião, como se diz, que 'a publicidade se tornou mais do que um indesejável aborrecimento', que o nosso trabalho consistem em tentar (...) vender às pessoas coisas das quais elas não precisam por dinheiro que elas não têm" (PATTERSON, 2011, p. 123). Na tradução para o inglês em Patterson: "Very often they accuse us of participating in the creation of false human values or systems, of imposing on people needs and products that they do not need. It is a fact that today we encounter ever more frequently the opinion, as people say, that 'advertising has become more than an unwelcome annoyance', that our work consists of attempts…to sell people things they don't need for money they don't have" (PATTERSON, 2011, p. 123).

[115] Uma das referências do discurso de legitimação era a resolução adotada em Praga acerca da "publicidade socialista", onde especialistas em publicidade do "bloco socialista" (do Leste Europeu ao Extremo Oriente) reuniram-se em 1957 a fim de elaborar princípios comuns. Além da ênfase no caráter informativo e na redução de custos comerciais, defendia-se o papel "planificador" e "educativo" da "publicidade socialista", "elevando-se" o gosto e as necessidades da população (PATTERSON, 2011, p. 141-142). A publicidade socialista não deveria adotar as práticas capitalistas ligadas à concorrência predatória e deveria orientar-se pelas necessidades do consumidor e não da busca exclusiva do lucro. Todavia, de acordo com Patrick Patterson, esta adaptação socialista, ao menos no caso iugoslavo, parece ter sido apenas um discurso, sem qualquer alteração substancial prática (PATTERSON, 2011, p. 146).

[116] "Kosta Mihailovic, então membro do Conselho Econômico Federal, sublinha a qual ponto a reforma foi introduzida sem levar em conta as oposições formuladas no seio desse Conselho, por uma decisão que apareceu como repentina e largamente inesperada – sublinhando aí o papel particular dos altos dirigentes" (SAMARY, 1988, p. 159).

autogestão, os dirigentes iugoslavos optaram pela descentralização econômica como estratégia de manutenção do poder político:

> *uma tal descentralização era mesmo a condição de um monopólio de poder político estável*: ela iria legitimar mais um regime que se definisse como anti-staliniano e autogestionário. E ela iria *atomizar* a classe operária, desviando suas aspirações de gestão para objetivos locais. Assim fazendo, o poder respondia *também* às pressões crescentes dos tecnocratas, das Repúblicas ricas e do mercado mundial – enquanto oferecia aos camponeses um "enriqueçam" supostamente para compensar o traumatismo da coletivização forçada e das intimidações burocráticas[117]. (SAMARY, 1988, p. 147; grifos da autora)

De forma bastante complexa o projeto de desenvolvimento da autogestão ia sendo moldado de acordo com interesses distintos. Ao tornar-se a pedra angular do discurso oficial, a autogestão passa a ser um elemento obrigatório no discurso de qualquer grupo que pretendesse legitimidade e hegemonia, prestando-se assim a toda desfiguração retórica. É por isso que após a desintegração iugoslava alguns autores acabarão por identificar na autogestão um elemento negativo, que contribui para explicar o processo de fragmentação política e de ascensão dos nacionalismos que pôs fim à Iugoslávia.

Aleksandar Jakir levanta a hipótese de que o sistema iugoslavo descentralizado de autogestão foi decisivo para a ascensão dos nacionalismos[118]. Para o autor, a autogestão foi instituída e desenvolvida de par com a descentralização, e assim desde o início manifestações de "localismo" em termos nacionalistas já expressariam-se. Com isso, as reivindicações econômicas assumiram cada vez mais explicitamente (o que fica claro nos anos 1960) o caráter de reivindicações nacionais/nacionalistas, especialmente na Croácia e na Eslovênia.

O cerne da hipótese de Jakir é que as elites no âmbito das repúblicas e nas próprias empresas utilizaram o argumento nacional como via de escape para as contestações e pressões vindas dos trabalhadores. Na análise do autor, como na "autogestão" iugoslava na realidade não havia controle operário, pois que o poder estava nas mãos dos gerentes e diretores, é possível imaginar que os trabalhadores confiassem mais nos seus "representantes nacionais" do que em si mesmos para resolver os problemas econômicos. Jakir cita duas greves como exemplos que apontariam na direção da sua hipótese: a greve dos mineiros na

---

[117] No original: "Notre hypothèse est *qu'une telle décentralisation était même la condition d'un monopole de pouvoir politique stable* : elle allait légitimer davantage un régime qui se définissait comme anti-stalinien et autogestionnaire. Et elle allait *atomiser* la classe ouvrière, en détournant ses aspirations de gestion vers des cibles locales. Ce faisant, le pouvoir répondait *aussi* aux pressions croissantes des technocrates, des Républiques riches et du marché mondial – tou en proposant aux paysans un « enrichissez-vous » supposé compenser le traumatisme de la collectivisation forcée et des brimades bureaucratiques » (SAMARY, 1988, p. 147 ; grifos da autora).

[118] Jakir faz a importante ressalva de que os problemas gerados pelo sistema de autogestão iugoslavo não infirmam a possibilidade de sucesso da autogestão.

Eslovênia em 1958 (a primeira greve noticiada[119]), que tinha dentre as suas reivindicações uma demanda de *ação governamental* para melhorar as condições de toda a indústria eslovena, e a greve dos portuários na Croácia em 1969 (de grande repercussão pela sua amplitude e violência), que mobilizou as autoridades locais e da república a pressionar para que os bancos fornecessem empréstimos de curto prazo em favor da recuperação salarial dos trabalhadores. Em ambas as greves a reivindicação econômica assumira um caráter político e "nacional", no qual as elites locais e das repúblicas concernidas foram chamadas e/ou se apresentaram para a resolução das dificuldades vividas pelos trabalhadores nas suas empresas (JAKIR, 2005).

Como explica Ellen Comisso,

> Uma vez que poucas empresas tinham ramos inter-repúblicas ou mesmo mercados de produtos nacionais, quando os apelos por ajuda eram dirigidos a funcionários do governo, foram os líderes locais e da república que sentiram grande parte das pressões. Tanto eles como as empresas compreensivelmente ressentiram-se por terem de pressionar o governo nacional para proteger o que ambos convenientemente acordaram serem empresas viáveis sofrendo sob reformas mal pensadas. Além disso, como os ramos empresariais das organizações sociopolíticas eram frequentemente o veículo pelo qual tais pressões eram exercidas, essas organizações também se tornaram crescentemente simpáticas à intervenção do Estado e particularmente à intervenção das unidades de governo que caíama nas suas esferas de influência: os governos local e republicano[120]. (COMISSO, 1979, p. 121)

Dejan Jović, por sua vez, sustenta a tese de que a explicação sobre o fim da Iugoslávia deve centrar-se no conceito de Kardelj sobre a Iugoslávia e o Estado que deperece ("A State that Withered Away"). Com isso, temos mais uma linha de raciocínio que envolve uma apreciação negativa de um dos motes da autogestão iugoslava – o fim do Estado.

Em resumo, Jović apresenta-nos a seguinte narrativa. Na batalha interna ao partido, entre Kardelj e Ranković, Kardelj sai vencedor em 1966 e concretiza sua visão com a

---

[119] Esta greve repercutiu seriamente no alto escalão da Liga dos Comunistas, que interpretou o evento como um sinal de alerta para o fraco papel desempenhado pelos sindicatos na resolução de conflitos. Designou-se então para a presidência da Federação dos Sindicatos o popular herói de guerra Svetozar Vukmanović-Tempo, que daí em diante investiu muita energia para dar um papel de relevo aos sindicatos não apenas na execução das políticas mas também na sua formulação. De fato, Tempo emerge como um importante promotor da autonomia financeira das empresas, isto é, em favor de que um grande volume dos rendimentos obtidos fosse livremente disposto pelos conselhos operários (RUSINOW, 1977, p. 114-116).

[120] No original: "Furthermore, since few enterprises had interrepublic branches or even national product markets, when appeals for aid were directed to government officials, it was local and republic leaders who felt much of the pressures. Both they and the enterprises understandably resented having to lobby with the national government to protect what both all too conveniently agreed were viable firms suffering under poorly thought out reforms. Moreover, as enterprise branches of the sociopolitical organizations were often the vehicle by which such pressures were exerted, these organizations also became increasingly sympathetic to state intervention and particularly to intervention from the units of government that fell within their spheres of influence: the local and republic governments" (COMISSO, 1979, p. 121).

Constituição de 1974. Na tese de Kardelj, com a qual Tito acaba por concordar, não é o Estado a chave para a transformação socialista e sim o Partido. Assim, o Estado deve ser descentralizado (coerentemente com o projeto da autogestão socialista), mas o Partido deve permanecer unido. Então, para Jović, em nome da autogestão e do definhamento do Estado, levou-se a cabo uma extrema descentralização que desencadeou o processo desintegrativo da Iugoslávia (JOVIĆ, 2009, p. 62-83). Quer dizer,

> Ao invés de apoiar a "integração através das fronteiras", o sistema colapsou em várias pequenas unidades, todas se tornando mais e mais "autárquicas". Ao invés de permitir a democracia direta dentro da "autogestão", ele tornou-se mais burocrático do que nunca[121]. (JOVIĆ, 2009, P. 83)

Seria então, em última instância, a dimensão ideológica da crença marxista em um futuro sem Estado que teria levado Kardelj e as lideranças comunistas (inclusive lideranças sérvias) a ignorarem a realidade, enfraquecendo de modo extremo o Estado iugoslavo a ponto de não terem mais os meios políticos necessários para enfrentar e superar a crise dos anos 1980 mantendo a integridade da federação.

A nosso ver, nessa discussão sobre a relação entre autogestão, descentralização, nacionalismos e desintegração, é preciso tomar o cuidado de discernir diferentes formas de descentralização do sistema político-econômico e não confundir autogestão como sinônimo de descentralização. De um lado, a autogestão pode envolver vários mecanismos de descentralização do processo decisório, mas também de coordenação central democrática. E, de outro, a própria descentralização pode estar submetida a estímulos muito distintos: ela pode ser expressão e ao mesmo tempo subsídio para a constituição de consensos e de laços de solidariedade, mas pode ser também a base política da estruturação de uma lógica concorrencial numa economia de mercado.

Então, parece-nos que o ponto central da problemática iugoslava é a *atomização* do sistema de autogestão, no qual as empresas e os trabalhadores não encontravam organismos de concertação de interesses que se sobrepusessem às divisões entre repúblicas. O aspecto concorrencial ganha prevalência sobre o lema de "unidade e fraternidade", fornecendo uma base econômica para a manipulação política de sentimentos nacionais.

Contudo, a unidade poderia emergir pela aliança dos trabalhadores de diferentes repúblicas e províncias. Eventualmente, por meio da militância das bases sindicais, desenvolveram-se reivindicações unificadoras, como, por exemplo, a redução do tempo de

[121] No original: "Instead of supporting "integration across borders", the system collapsed into various small units, all becoming more and more "autarkic". Instead of enabling direct democracy within "self-management", it became more bureaucratic than ever" (JOVIĆ, 2009, p. 83).

serviço e da idade mínima para a obtenção de uma pensão. Todavia, a relutância dos dirigentes comunistas em permitir uma completa independênica sindical colocava as lideranças sindicais sob a pressão do alto escalão da Liga, subordinando a Federação dos Sindicatos. Com isso, os altos dirigentes sindicais hesitavam em confrontar diretamente as decisões dos dirigentes da Liga, frustrando e revoltando as bases, com o que se bloqueava o avanço do processo de identificação e de envolvimento dos trabalhadores nos sindicatos (CARTER, 1982, p. 164-168). Assim, pode-se dizer que a insistência da Liga dos Comunistas em controlar (ainda que *em última instância*) as organizações sócio-políticas acabou por obstruir esforços dos trabalhadores para criar alianças inter-repúblicas.

Darko Suvin pondera sobre as divisões internas à Liga dos Comunistas, identificando uma ala "democrata" e uma ala "conservadora", cujo relacionamento levou a compromissos por "vias intermediárias". Embora ambas as alas quisessem manter o monopólio político do partido comunista, os "conservadores" queriam que o Estado dispusesse da maior parte do investimento, deixando às empresas autogeridas apenas uma pequena parte do controle da renda obtida, enquanto os "democratas" propunham construir um sistema de autogestão político-econômico completo, até o cume do parlamento federal e mesmo do governo executivo, como Boris Kidrič havia originalmente imaginado.

Não obstante, Tito não seria muito afeito a essa ideia, que por sinal implicaria numa redução dos privilégios dos dirigentes burocráticos. Daí o receio de lideranças democratas, como Kardelj e Bakarić, em propor avanços radicais. Em 1962, numa reunião do Comitê Central, Kardelj teve a sua posição de alto dirigente seriamente ameaçada e apenas um apoio massivo da Liga dos Comunistas da Eslovênia com ameaça de secessão, é que a sua posição foi salva. Embora não se saiba exatamente o que aconteceu, Survin especula que fora nessa ocasião que Kardelj aprendera os limites do que poderia ser reivindicado, adotando desde então um padrão de avanço lento na reforma das instituições. Daí em diante, pode ser assumido que os "democratas" chegaram a um compromisso pragmático com os "conservadores", adotando uma via intermediária, com o que se tornaram "descentralizadores", de tal modo que se mantinha o poder dos dirigentes locais e nas repúblicas ao mesmo tempo em que se concedia mais poder aos trabalhadores na autogestão das empresas (SURVIN, s/d).

Os intelectuais mais radicais, dentre eles Svetozar Stojanović, do grupo Praxis, faziam parte da ala democrata da Liga dos Comunistas. Mas, paradoxalmente, após a queda do principal líder conservador, Ranković, em 1966, os altos dirigentes, como Bakarić, temeram pela desintegração da autoridade do partido e com isso a grande liberdade de

expressão e debate dos anos anteriores foi subitamente reduzida, empurrando o grupo Praxis para o papel de "dissidentes", por insistirem na versão mais radicalmente democrática da reforma que estava em curso nos anos 1960, que incluía o objetivo de inserir o princípio de autogestão *dentro* da própria Liga dos Comunistas (CARTER, 1982, p. 20-25).

Conquanto o espaço para o pluralismo político tenha ficado então bastante restrito, há que se diferenciar dentre as organizações oficiais aquelas que atuavam de modo mais ou menos dependente da orientação e pressão da Liga dos Comunistas. Assim, de acordo com April Carter, pode-se observar que os sindicatos e a União dos Estudantes tinham mais autonomia do que a Organização da Juventude, o que se deve a pressão de trabalhadores e estudantes nos dois primeiros casos. A Organização da Juventude, por não voltar-se para nenhum grupo de interesse claramente definido acaba sendo esvaziada de militantes e da pressão da base. Durante as manifestações estudantis de 1968 fica evidente a diferença de atuação entre a União dos Estudantes e a Organização da Juventude: enquanto a primeira apoia as manifestações e reivindicações, a segunda omite-se e tende mesmo a recrimina-las. Quanto aos sindicatos parece ter havido uma tendência a crescente autonomia até a retomada do controle central do comando da Liga em 1972. Deve ser destacada ainda a tendência a maior proximidade com os interesses da base no nível local, enquanto no nível das repúblicas e no nível federal a ingerência da Liga dos Comunistas em todas as organizações políticas é bastante maior (CARTER, 1982, p. 157-177).

Com relação às mudanças que se processavam na Liga dos Comunistas pode ser apontada também uma perigosa tendência fragmentadora na formação das novas lideranças políticas, falha em prover um uma socialização integradora em nível federativo, transnacional:

> Seguindo o caminho mais rotineiro de educação, carreira e serviço político, os líderes da segunda geração tendem a se desenvolver dentro do quadro de repúblicas e localidades ao invés de dentro de uma arena federal... O problema é ainda mais acentuado pela ausência de instituições educacionais federais, o que significa que o desenvolvimento da nova *intelligentsia* ocorre principalmente dentro das repúblicas individuais. O efeito da descentralização neste sentido é reforçar o caráter localista ao invés do caráter universal da nova liderança, uma vez que as carreiras políticas são também geralmente limitadas pelas fronteiras de uma única república. As experiências de outras políticas multi-nacionais apontam o grave problema que representa o desenvolvimento de uma liderança de Estado fragmentada dentro de uma sociedade onde a agregação de poder tende a ocorrer cada vez mais em linhas geográficas[122]. (DENITCH, 1976, p. 20-21)

[122] No original: "Following the more routinized path of education, career, and political service, the second-generation leaders tend to develop within the framework of republics and localities rather than within a statewide arena... The problem is further accentuated by the absence of statewide educational institutions, which means

Talvez o fato mais importante a sublinhar para esse período é que embora a vanguarda política no topo da burocracia da Liga dos Comunistas receasse pela perda de controle sobre os rumos do processo revolucionário, ela optou por uma aliança com os setores favoráveis à liberalização da economia, visando a aceleração da industrialização, entendida como base fundamental para o desenvolvimento da "face política" do socialismo, isto é, a autogestão.

É importante notar ainda que a profissionalização da política acompanha o processo de profissionalização da gerência empresarial. O fato de que o topo da burocracia dirigente optou por bloquear a democratização da Liga dos Comunistas, mesmo que isso lhe custasse uma relativa perda de poder diante das novas tendências fragmentadoras e "tecnocráticas", revela bastante sobre a lógica da estratégia vanguardista.

Podemos assinalar, nesse sentido, a recusa de Vladimir Bakarić[123] a aprovar uma proposta surgida no 6º Congresso da Liga dos Comunistas da Croácia em dezembro de 1968 que defendia uma composição de ¾ dos membros dos fóruns e órgãos da Liga dos Comunistas formada por comunistas dos coletivos de trabalho nas esferas econômicas e sociais que continuassem a exercer seus trabalhos. Com a insistência de Bakarić a maioria do plenário desaprova a moção (COHEN, 1989, p. 406-407). O argumento utilizado foi o seguinte:

> Primeiro, em algumas organizações a classe operária era na verdade minoritária, de modo que sua predominância numérica nos fóruns do partido seria injustificada; em segundo lugar, uma maioria de produtores diretos no Comitê Central tenderia a fortalecer a influência do aparato burocrático permanente devido à complexidade das tarefas com que o Comitê Central se depara, especialmente no que se refere aos assuntos externos; em terceiro lugar, a preocupação dos operários com sua experiência enquanto trabalhadores de colarinho azul promoveria a transformação da Liga dos Comunistas em uma organização exclusivamente dedicada a questões instrumentais (econômicas); e em quarto lugar, uma representação tão grande de operários na Liga dos Comunistas equivaleria à introdução de uma forma de ditadura não do proletariado, mas dos produtores diretos, o que significaria uma desaceleração da taxa de

---

that the development of the new intelligentsia takes place primarily within the individual republics. The effect of decentralization in this respect is to reinforce the localist rather than the universal character of the new leadership since political carrers are also generally limited by the frontiers of a single republic. The experiences of other multinational polities point out the serious problem posed by the development of a fragmented state leadership within a society where power aggregation tends to take place increasingly on geographic lines" (DENITCH, 1976, p. 20-21).

[123] Rusinow descreve Bakarić como o mais hábil político croata do século, à exceção de Tito. Embora bastante enigmático, "em todo momento crucial na história da Iugoslávia do pós-guerra o seu considerável peso foi jogado do lado do pragmatismo e da liberalização" (RUSINOW, 2008, p. 154).

> crescimento da qual a Iugoslávia desfrutou até agora[124]. (COHEN, 1989, p. 407)

Musić aponta que a classe trabalhadora interpretou o movimento formal para a descentralização econômica como um aumento no seu próprio poder em comparação com as situações anteriores (MUSIĆ, 2008, p. 38). Houve, portanto, praticamente um consenso entre as principais forças políticas em favor da descentralização econômica que prometia autonomia aos conselhos operários, racionalização mercantil aos tecnocratas e liberdade às repúblicas.

Todavia, isso não significa ausência de conflito entre essas forças. Até a desintegração da Iugoslávia, várias são as manifestações de descontentamento dos diferentes grupos sociais e correntes políticas (os nacionalistas, os centralistas, os operários, os estudantes etc.) que, crescentemente, não podiam mais encontrar consenso entre si. Os anos 1970, período de agudo conflito das autoridades com o grupo Praxis, que veremos adiante, foi marcado pela escalada e o represamento dos grupos nacionalistas e uma tentativa de retomada de controle pelo poder central e de limitação da liberalização econômica. No que se refere aos trabalhadores, destacamos o recurso às greves (eufemisticamente chamadas de "paradas de trabalho") como um sintoma de que a autogestão era consideravelmente limitada (SAMARY, 1988a, p. 34).

É interessante observar que no início da descentralização mercantil houve uma redução das greves (ver tabela nº 9 abaixo[125]), como consequência do aumento dos direitos de autogestão (autonomia das unidades produtivas) e das rendas pessoais. Eis o aspecto atraente da forma institucional da reforma de 1965. Porém, já a partir de 1968 os conflitos começam a se desenvolver, envolvendo cerca da metade dos trabalhadores do "setor social" (por contraposição aos negócios privados, em geral bastante pequenos) nas greves do período. Nos setores onde os salários eram mais elevados, como nos bancos e nas grandes empresas exportadoras, não houve greves. Os conflitos foram mais localizados nos ramos têxtil, metalúrgico e mineiro, "nas regiões ricas, nas mais industrializadas, dotadas de uma classe operária concentrada e experimentada", sendo que dois terços das greves tinham por origem

---

[124] No original: "First, in some organizations the working class was actually in the minority so its numerical predominance in party forums would be unjustified; second, a direct producers' majority in the Central Committee would tend to strengthen the influence of the permanent bureaucratic apparatus because of the complexity of the tasks confronting the Central Committee, especially with respect to foreign affairs; third, the preoccupation of workers with their blue collar experience would promote the transformation of the League of Communists into an organization concerned exclusively with instrumental (economic) matters; and fourth, such a large representation of workers in the League of Communists would be tantamount to the introduction of a form of dictatorship not of the proletariat, but of the direct producers, which would signify a slowdown in the rate of growth that Yugoslavia had so far enjoyed" (COHEN, 1989, p. 407).

[125] Tabela extraída de RAJKOVIC, Stepan. Une Analyse du phénomène de la grève en Yougoslavie. Problèmes Economiques, Paris, 1973, (1332) :9.

reivindicações salariais. A maioria das greves foram causadas pela posição de mercado mais desfavorável e pelo não respeito a decisões autogestionárias, ficando bastante localizadas e não evidenciando um projeto político (SAMARY, 1988, p. 215; LUTARD-TAVARD, 2005, p. 162).

Mas não era apenas o desrespeito à autogestão, o seu caráter limitado a decisões micro-econômicas ou a dominação do corpo técnico sobre os trabalhadores manuais que explicam o apelo ao recurso das greves. Em realidade, é preciso perceber que as greves eram muito eficazes, ainda que dentro de limites bastante estritos (DE FELICE, 1984).

É para isso que aponta Samary, destacando ainda como a eficácia do dispositivo impedia que conflitos de maiores proporções explodissem no seio da classe trabalhadora:

> Se as greves iugoslavas não resultaram em explosões, é também porque de uma certa forma elas eram "localmente" muito eficazes – o que por sua vez reforça a tendência a que elas permaneçam locais... Todas as enquetes sobre as greves mostraram que no espaço de algumas horas as reivindicações exprimidas em vão desde meses pelas vias "autogestionárias" se encontram como que por milagre satisfeitas após uma "paralisação do trabalho": em última instância, os trabalhadores podiam arrogar-se serem os donos da fábrica, no Direito e na ideologia dominante. Praticamente, o poder dos gerentes permaneceu eminentemente político – logo, frágil: o descontentamento operário aberto podia bastar aos olhos das autoridades superiores para considerar-lhes como incapazes. Se um conflito dura – e alcança a cena pública -, os quadros locais corriam o risco de perder seu posto. Daí se compreende a eficácia fulgurante de greves geralmente muito curtas. Mas se compreende também porque o regime podia tolerá-las mais do que seus vizinhos do Leste[126]. (SAMARY, 1988, p. 215-216)

[126] No original: "Si les greves yougoslaves n'ont pas débouché sur des explosions, c'est aussi d'une certaiine façon qu'elles ont été « localement » très efficaces – ce qui à son tour renforce la tendance à ce qu'elles restent locales… Toutes les enquêtes sur les grèves ont montré qu'en l'espace de quelques heures, des revendications exprimées en vain depuis des mois par les voies « autogestionnaires » se trouvaient comme par miracle satisfaites après un « arrêt de travail » : en dernier ressort, les ouvriers avaient pour eux d'être les maîtres de l'usine, dans le Droit et l'idéologie dominante. Pratiquement, le pouvoir des managers restait éminement politique – donc fragile : le mécontentement ouvrier ouvert pouvait suffire aux yeux des autorités supérieures à les considérer comme des incapables. Qu'un conflit dure – et parvienne sur la scène publique -, et les cadres locaux risquaient d'y perdre leur poste. On comprend dès lors l'efficacité fulgurante de grèves généralement très courtes. Mais l'on comprend aussi pourquoi le régime pouvait davantage les tolérer que ses voisins de l'Est » (SAMARY, 1988, p. 215-216).

Tabela nº 9

Greves na Iugoslávia			
Ano	Nº de greves	Ano	Nº de greves
1958	28	1964	271
1959	35	1965	231
1960	61	1966	152
1961	130	1967	118
1962	225	1969	139
1963	213		

A situação relativamente frágil dos gerentes das empresas, já que não possuíam juridicamente a propriedade sobre os meios de produção, lhes colocavam limites especialmente quanto a questões salariais e demissões (pontos centrais do direito do trabalhador). Seguindo as conclusões de Lutard-Tavard, podemos afirmar que não existia unidade política dos trabalhadores em nenhum nível mais significativo:

> Além disso, é rara a cooperação entre várias empresas ou setores diversos, o que tende a provar uma ausência de solidariedade no próprio seio da classe trabalhadora, uma ausência de consciência de classe no seio dos trabalhadores de uma mesma república e ainda menos frente aos trabalhadores das outras repúblicas[127]. (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 162)

Um elemento que parece corroborar a tese de que não havia consciência de classe no sentido de um projeto político unificador da classe trabalhadora, era que as ações grevistas (interrupção do trabalho, mas também manifestações de rua), embora fossem "organizadas à margem das estruturas formais do poder (Partido e Sindicatos)", em regra não se dirigiam contra os poderes centrais, o que pode sugerir uma atomização dos trabalhadores, "cada um confinado no seu setor" (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 163; SAMARY, 1988, p. 214-215).

O mais perto da obtenção de uma unidade de classe se deu no auge da crise dos anos 1980, quando a alta inflação corroía o nível de vida dos trabalhadores e estes passam a dirigir suas reivindicações cada vez mais aos governos, não só no nível das repúblicas, mas também ao governo federal. Significativamente, os grevistas não colocavam em causa o sistema de autogestão e o socialismo, mas sim a competência dos dirigentes políticos e o

[127] No original: "Par ailleurs, la concertation entre plusieurs entreprises ou plusieurs secteurs est rare, ce qui tend à prouver une absence de solidarité au sein même de la classe ouvrière, une absence de conscience de classe au sein des ouvriers d'une même république et encore moins vis-à-vis d'ouvriers des autres républiques » (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 162).

"inchaço" do aparato administrativo (atacam-se os privilégios dos altos funcionários governamentais), excessivamente custoso para o nível de desenvolvimento da Iugoslávia, especialmente no contexto de grave crise financeira (DE FELICE, 1989; MUSIĆ, 2016b).

Não obstante, é patente o fato de que esse momento da história iugoslava aparece como uma excepcionalidade. Assim, se faltavam unidade e sentido político às greves iugoslavas, a causa parece residir mesmo no próprio sistema social construído numa dinâmica histórica que não favoreceu o desenvolvimento da autogestão social, apesar da existência de instituições formalmente criadas para esse fim.

> O fato de que a autogestão e sua extensão tenham sido concedidas "do alto" reforçava de início a identificação dos trabalhadores com o regime. Por outro lado, a descentralização mercantil tornava as reivindicações e as "paralisações do trabalho" voltadas para objetivos locais – já que a planificação administrativa designa os poderes centrais como responsáveis pelos preços e rendimentos[128]. (SAMARY, 1988, p. 215)

As greves ajudam a revelar também as contradições existentes nas instituições que deveriam servir à causa socialista na Iugoslávia, como a Liga dos Comunistas e os sindicatos[129]. De acordo com uma enquete de Neca Jovanov, em mais de 90 % dos casos "os membros dos órgãos de autogestão participaram da greve dirigida geralmente contra as autoridades da empresa" (SAMARY, 1988, p. 215). Ainda de acordo com a enquete de Jovanov, nos conflitos grevistas, "os membros da LCI se encontram frequentemente em ambos os lados" e os órgãos sindicais acabavam ficando numa situação ambígua e contraditória com a classe trabalhadora: "em 45% dos casos estudados, os sindicatos não apoiaram nem as reivindicações nem a greve. Na mesma proporção, eles apoiaram as reivindicações, mas não a forma de luta. Em torno de apenas 12% dos casos eles apoiaram ambas" (SAMARY, 1988, p. 215).

A posição oficial da Liga dos Comunistas era que as "paradas de trabalho" só poderiam ser resultado de mal-entendidos, devido a falhas dos sindicatos, dos militantes

---

[128] No original: "Le fait que l'autogestion et son extension aient été octroyées « d'en haut » renforçait d'abord l'identification des travailleurs au régime. En outre, la décentralisation marchande tournait les revendications et les « arrêts de travail » vers des cibles locales – alors que la planification administrative désigne les pouvoirs centraux comme responsables des prix et des revenus » (SAMARY, 1988, p. 215).

[129] Evidentemente, a função dos sindicatos numa sociedade pós-capitalista que se pretende em transição para o comunismo não poderia ser a mesma conferida aos sindicatos em sociedades capitalistas, pois não possuem mais a "missão de ajudar o povo trabalhador a tomar o poder, já que estes mesmos trabalhadores *já* estão [em tese] no poder" (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 208; grifo da autora). A redefinição de sua função numa nova estrutura de poder, na qual teoricamente a hegemonia encontra-se com a classe trabalhadora, é um problema político central. A solução iugoslava foi conferir-lhes um papel educativo e formativo da classe trabalhadora, incitando à colaboração com a construção do socialismo. A contradição surge pelo atrelamento à Liga dos Comunistas, na medida em que esta pode contrariar os interesses dos trabalhadores. Assim, argumenta Lutard-Tavard, a educação se torna enquadramento dos anseios e reivindicações operárias nos limites que não põe em causa a legitimidade e liderança central da Liga (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 210).

comunistas, dos diretores e membros dos conselhos operários e comitês de gestão em explicar à classe operária a solidez das decisões tomadas pelos órgãos da autogestão (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 162).

April Carter mostra que muitos dirigentes iugoslavos chegaram a estar dispostos a legalizar as greves. No segundo Congresso dos Autogestionários em 1971 aprovou-se um esboço de lei que legalizaria as greves, embora sob estritas condições: a greve teria de ser decidida em reunião formal, após a tentativa de resolver os problemas em pauta por meio de todos os canais normais da autogestão, e deveria ser informada à gerência da empresa e à assembleia comunal uma semana antes de ser iniciada, de modo a permitir que uma comissão de arbitragem pudesse se reunir. Não obstante, a lei jamais fora implementada, ao que parece devido à virada política antiliberal da Liga dos Comunistas em 1972 (CARTER, 1982, p. 203-207).

Quanto aos sindicatos pode-se dizer que sua posição ante os trabalhadores era bastante ambígua. Devendo operar como uma organização de apoio e estímulo à autogestão, e nesse sentido apoiando o interesse dos trabalhadores, ao mesmo tempo tinha reduzida margem de manobra polílitica para polemizar com as orientações político-econômicas estabelecidas pela Liga dos Comunistas. Essa posição ambígua provocou tensões internas e conflitos entre a base sindical e sua cúpula.

De acordo com Zukin, de 1946 a 1950, sob a forte influência do modelo soviético, os sindicatos tinham a atribuição de impor o controle do partido ou dos diretores de empresa sobre a classe trabalhadora, visando o respeito à disciplina do trabalho para o aumento da produtividade. Todavia, como observa a autora, essa orientação não pode ser tomada como uma descrição do comportamento efetivo dos sindicalistas. Tendo passado pela experiência de intensa militância durante o período da guerra, quando a administração não tinha claras divisões de atribuição de responsabilidades, muitos líderes sindicais não estariam dispostos a aceitar a imposição de uma gestão que relegava os sindicatos a um papel de mero supervisor disciplinar dos trabalhadores.

Já a partir da introdução do sistema de autogestão o seu papel seria o de indutor do autocontrole dentro da classe trabalhadora. Não obstante, Zukin sinaliza para a possível insistência de sindicalistas excessivamente críticos aos olhos das lideranças do Partido, como Edvard Kardelj. Assim, temendo a formação de uma "oposição operária", os dirigentes do Partido reduziram a autonomia sindical: foi suspensa a publicação do boletim interno dos sindicatos entre 1953 e 1959 e definiu-se de forma bastante subordinada o papel dos sindicatos no sistema de autogestão. Um dos seus papeis era o de manter uma distribuição

equalizada dos rendimentos pessoais entre os trabalhadores de um mesmo ramo. Depois os sindicatos foram instados a apoiar a nova norma salarial de remuneração "de acordo com o trabalho", medido como renda da empresa obtida nas suas transações mercantis. Assim, reforçou-se o seu papel de estimular o aumento da produtividade do trabalho e o controle das despesas da empresa. Zukin registra que nem Tempo nem os sindicatos opuseram-se às reformas mercantis dos anos 1960. Quando o Estado deixa de concentrar o papel de investidor, deixando as empresas livres para repartir sua renda entre investimento, poupança e consumo, os sindicatos passam a ter ainda mais importância no papel de incitar os trabalhadores a restringirem seus salários (ZUKIN, 1981, p. 291-297).

Contudo, aqui devemos fazer uma observação mais acurada quanto à atuação de Svetozar Vukmanović-Tempo, o popular herói *partisan* que esteve na presidência da Federação dos Sindicatos entre 1958 e 1967. Seu ativismo sindical foi marcado por polêmicas no alto escalão da política iugoslava. Sua nomeação em 1958 veio em resposta à primeira greve noticiada, entre os mineiros na Eslovênia em 1957, no intuito de conferir maior ativismo político aos sindicatos no interior das empresas para revolver conflitos (CARTER, 1982, p. 159-160). Ocorre que Tempo fora ativo na defesa de um papel de relevo da Federação dos Sindicatos na própria formulação das políticas econômicas. De um lado ele defendera a autonomia financeira das empresas, com o intuito de conferir aos trabalhadores efetivo controle da reprodução ampliada, dispondo da maior parte da renda obtida. Também defendera a mudança do sistema de salários para recompensar o trabalho individual mas também o da empresa como um todo, baseando os salários no aumento da produtividade (ou seja, um sistema econômico mais liberal) (WILSON, 1979, p. 127). Nesse sentido fora um decisivo apoiador da liberalização mercantil dos anos 1960.

Mas por outro lado, parece que o seu horizonte político era de algum modo favorável ao poder operário, visto sua defesa do poder das assembleias dos trabalhadores nas fábricas e seu combate à dominação da "tecnocracia" (WILSON, 1979, p. 187; SUVIN, s/d). Além disso, com o prestígio de Tempo a Federação dos Sindicatos tornou-se mais autônoma, chegando mesmo a estar disposta a apoiar greves espontâneas. Tempo pressionou o governo federal e a câmara de comércio para assinar acordos tripartites para regular salários e investimentos. É sugestivo o fato de que após sua saída da Federação dos Sindicatos em 1967 esse estilo de negociação coletiva centralizada não teve continuidade[130] (GRDEŠIĆ, 2015, p. 108).

[130] Samary identifica em Tempo uma posição paradoxal: "Pode-se identificar seu ponto de vista ao do anarco-sindicalismo? Ou ele foi o defensor de uma atomização mercantil da autogestão favorável à manutenção dos

Com a reforma mercantil dos anos 1960, intensificada em resposta à recessão internacional de 1965-1966, o poder de compra dos salários foi reduzido. Os trabalhadores de colarinho azul reagiram com greves por aumento salarial e os sindicatos lutaram pela reafirmação do princípio de remuneração "de acordo com o trabalho", isto é, mensurada pela produtividade e reajustada de acordo com a inflação. Eclodiram então numerosos conflitos entre diretores e trabalhadores que resistiam à nova orientação disciplinar nas empresas desencadeada pela pressão da liberalização mercantil. Os sindicatos por sua vez também entraram em conflito interno, opondo a base a lideranças no que se refere à reação ante a escalada de desigualdades salariais e processos de demissão. É então nesse contexto que se insere a polêmica pública de Svetozar Vukmanović-Tempo *contra* os interesses de gerentes de empresa orientados pela liberalização mercantil, cujo desfecho fora a sua queda da presidência da Federação dos Sindicatos. Se anteriormente Tempo aliara-se aos liberais na defesa da autonomia financeira das empresas, com o avanço do poder gerencial e os resultados negativos da reforma liberal ele demarcou sua oposição pública contra a tentativa de transferência do poder dos conselhos operários para os diretores e seus assessores técnicos no que se refere às decisões sobre a contratação e demissão de trabalhadores e distribuição dos rendimentos (WOODWARD, 1995, p. 273, 326-327 e 332-333).

Num artigo publicado na *Naše Teme*, revista mensal de Zagreb, em maio de 1968, o articulista comentara que as tendências para o alargamento do papel da classe trabalhadora nos sindicatos tinham se tornado muito forte, embore fosse ilusão pensar que isso se realizaria de uma vez só: "Lembramo-nos de como Tempo teve que ir quando ele tentou intensificar esse processo. Seus esforços para aproximar os sindicatos da classe trabalhadora não só foram criticados, mas defrontaram-se com uma campanha regular na imprensa, em declarações públicas e em órgãos políticos" (CARTER, 1982, p. 160).

Veljko Rus dá pistas para o tipo de conflito que se desenvolvia entre a tecnocracia gerencial e os sindicatos que em parte expressaram anseios operários:

> De uma parte, os sindicatos acusam a tecnocracia de frear o desenvolvimento da autogestão; de outra parte, os diretores das empresas se opõem à ampliação da autogestão que eles acusam de semear a anarquia na organização do trabalho. Estas duas acusações são parcialmente fundadas,

---

poderes centrais? Paradoxalmente, as duas óticas se reuniam" (SAMARY, 1988, p. 154). No original: "Peut-on identifier son point de vue à de l'anarcho-syndicalisme? Ou bien a-t-il été le défenseur d'une atomisation marchande de l'autogestion favorable au maintien des pouvoirs centraux? Paradoxalement, les deux optiques se rejoignaient » (SAMARY, 1988, p. 154)

> ainda que elas exprimam simbolicamente oposições que ficaram ainda sem solução até aqui[131]. (RUS, 1973, p. 240)

Para o sociólogo iugoslavo,

> Nossos "managers" tinham portanto razão quando eles declararam que a descentralização das decisões deveria ter limites, mas eles estavam errados quando, com sua crítica de uma autogestão concebida como tomada de decisões coletivas, eles se opuseram à autogestão no seu conjunto e ignoraram as formas funcionais da participação do coletivo de trabalho, formas que surgem espontaneamente nas organizações de trabalho modernas. Os sindicatos tinham igualmente razão quando eles se esforçavam por alcançar uma democratização das funções do poder, mas, ao mesmo tempo, eles criavam estruturas não-funcionais tentando "democratizar" igualmente as funções profissionais[132]. (RUS, 1973, p. 241)

Aqui, cabe fazer um parêntese. Em nome de um realismo pragmático, o sociólogo Rus, que foi próximo do grupo Praxis, desradicalizou a ambição autogestionária, procurando obter a autogestão possível nos quadros de uma sociedade que se quer industrializada sob o imperativo do rápido desenvolvimento promovido pela "organização científica do trabalho". Todavia, essa posição não tira o interesse da sua exposição, que em todo caso evidencia bem o aspecto concorrente das lógicas de poder dos gerentes e dos trabalhadores.

A partir das manifestações estudantis de 1968 que clamavam por igualdade e criticavam as diferenciações promovidas pelas reformas mercantis, a pressão sobre a orientação dos sindicatos aumentou enormemente. Mesmo dois meses antes das manifestações de 1968, durante o Congresso dos Sindicatos dos Trabalhadores, trezentos delegados (de um total de mil) abandonaram as reuniões e recusaram-se a votar em candidatos pré-selecionados para cargos sindicais por considerarem que não estavam sendo devidamente escutados: seus candidatos para a liderança sindical e sua oposição ao aumento do "estágio" de trabalho exigido para a elegibilidade para benefícios de pensão foram recusados pelas lideranças que estavam dirigindo o congresso. Entre os trabalhadores o descontentamento começou a se expressar mais fortemente, como atestam as greves que se davam a revelia da orientação sindical.

---

[131] No original: "(…) d'une part, le syndicat accusait la technocratie de freiner le développement de l'autogestion ; d'autre part, les directeurs des entreprises s'opposaient à l'élargissement de l'autogestion qu'ils accusaient de semer l'anarchie dans l'organisation du travail. Ces deux accusations sont partiellement fondées, bien qu'elles expriment symboliquement des oppositions restées encore sans solution jusqu'ici" (RUS, 1973, p. 240).

[132] No original: "Nos "managers" avaient donc raison lorsqu'ils déclaraient que la décentralisaiton des décisions devait avoir des limites, mais ils avaient tort quand, forts de leur critique d'une autogestion conçue en tant que prise de décisions collectives, ils s'opposaient à l'autogestion dans son ensemble et ignoraient les formes fonctionnelles de la participation du collectif de travail, formes qui surgissent spontanément dans les organisations de travail modernes. Les syndicats avaient également raison quand ils s'efforçaient d'atteindre une démocratisation des fonctions du pouvoir mais, en même temps, ils créaient des structures non-fonctionnelles en tentant de « démocratiser » également les fonctions professionnelles" (RUS, 1973, p. 241).

Sociólogos ligados ao grupo Praxis, reconhecendo os diversos estudos que mostravam a baixa influência dos sindicatos nas relações de poder dentro das empresas, defenderam o fortalecimento das funções defensivas dos sindicatos e a legalização do direito de greve.

Sob a crescente pressão da base sindical e dos trabalhadores em geral (inclusive desafiando a liderança da Federação dos Sindicatos), em breve lideranças políticas (em especial a ala da Liga mais favorável à democratização) passam a repensar o papel dos sindicatos, tornando-os mais autônomos (CARTER, 1982, p. 166-168). Essa autonomia é formalmente reconhecida no 10º Congresso da Liga dos Comunistas, no 7º Congresso dos Sindicatos dos Trabalhadores e na Constituição de 1974[133]. A partir de então a maioria dos delegados sindicais participantes de assembleias sindicais e mesmo do Congresso dos Sindicatos dos Trabalhadores, teriam de ser trabalhadores diretamente envolvidos na produção (anteriormente, a maioria era constituída por técnicos, gerentes, advogados, professores e outros profissionais). Com a Lei do Trabalho Associado de 1976 o sindicato passa a ser considerado um "parceiro" e não um subordinado aos órgãos da autogestão. Definiram-se funções mais precisas para os sindicatos em três áreas: elaboração de política econômica, bem-estar social e defesa legal dos trabalhadores.

Para Zukin, está claro que os sindicatos cumpriam um papel que combinava elementos de três modelos distintos: (1) a ideia de parceria ou paridade de participação no trabalho, por meio da representação sindical, em estratégias corporativistas de gestão industrial; (2) a defesa de direitos dos trabalhadores e a satisfação das suas necessidades reprodutivas que são típicas dos sindicatos "clássicos" no capitalismo; e (3) as estratégias corporativistas e de incorporação da mobilização do trabalho e do controle político que já haviam surgido na União Soviética nos anos 1920 (ZUKIN, 1981, p. 298-304).

A autora considera ainda que o reforço ao poder de decisão das unidades de base no sistema de Organizações de Base do Trabalho Associado de 1974 (o qual examinaremos logo a seguir), incluindo o sindicato nesse nível, visava não o estímulo à iniciativa política de base, e sim a sua eficaz utilização na cadeia de controle político vinda de cima. Assim, os sindicatos deveriam contribuir para a prevenção e resolução de conflitos antes que eles tomassem maiores dimensões, como as greves. Por vezes, esta função parece ser especialmente perniciosa, quando os sindicatos ao invés de representarem a classe

[133] April Carter considera que essa autonomia foi efetiva apenas até 1972, quando os dirigentes da Liga dos Comunistas decidem pela recentralização e reforço disciplinar do partido, fortalecendo o seu papel nas empresas (CARTER, 1982, p. 168).

trabalhadora na verdade a contem, abafando ou direcionando as demandas para objetivos pré-estabelecidos. Mesmo os advogados sindicais, aos quais os trabalhadores tinham acesso gratuito, tendiam a conduzir os casos de uma forma individualizada, contribuindo para que o descontentamento não assumisse formas coletivas (ZUKIN, 1981, p. 306-308).

Assim, de acordo com diversas pesquisas de opinião, os trabalhadores desejavam sindicatos "mais representativos", especialmente no que se refere a questões salariais e de padrão de vida, sobretudo entre os trabalhadores menos qualificados. Já os mais qualificados queriam que os sindicatos se envolvessem mais em políticas de desenvolvimento e supervisão da gerência (ZUKIN, 1981, p. 309-310).

Os dirigentes sindicais no nível comunal eram geralmente recrutados entre engenheiros, técnicos e gerentes, enquanto os dirigentes sindicais no local de trabalho e na representação por ramo produtivo eram normalmente trabalhadores "de colarinho azul". Essa diferenciação socioprofissional e de classe explica o fato de que os primeiros exortavam os trabalhadores a voltarem ao trabalho em caso de greve enquanto os segundos reagiam seja com a inatividade seja tomando parte na greve. De acordo com Zukin, os dirigentes sindicais da comuna identificavam-se e relacionavam-se diretamente com os gerentes das empresas, apartando-se dos sindicalistas do local de trabalho e dos trabalhadores. Este é um elemento importante por evidenciar uma fratura de classe no interior da própria organização sindical (ZUKIN, 1981, p. 312).

No computo geral, parece seguro afirmar que os sindicatos encontravam-se numa posição ambígua (de promotores das políticas da Liga dos Comunistas, de aliados das empresas em práticas de corporativismo industrial, e de defensores dos trabalhadores e da autogestão), tensionada por diversos lados e portanto mostraram-se hesitantes em assumir decisivamente um papel de representação dos trabalhadores e, mais fundamentalmente ainda, de promotores da unificação do interesse de classe.

Não obstante, semelhantes dificuldades encontravam os próprios trabalhadores em geral. Assim, suas aspirações eram também bastante ambíguas no que se refere à autogestão. Mais adiante examinaremos de modo pormenorizado os diversos aspectos dos problemas do funcionamento da autogestão operária, mas desde já cabe mencionar um fato bastante revelador. Em dezembro de 1968 foi aprovada a emenda nº 15 à Constituição de 1963 conferindo aos trabalhadores o direito de decidir a organização interna da empresa e dos seus órgãos de gestão operária (PROUT, 1985, p. 55-58). Em princípio vista como um passo a mais no desenvolvimento da autogestão, tal medida surpreendentemente resultou num avanço das tendências tecnocráticas.

Ocorre que dentro do contexto de intensificação da lucratividade comercial, sobretudo voltada para o comércio exterior e em resposta à forte recessão internacional de 1965-1966 com a consequente queda na demanda por parte dos países ocidentais, muitas empresas transformam drasticamente a composição do seu pessoal, de um lado contratando gestores de médio-escalão e desenvolvendo departamentos de marketing e, de outro, procurando reduzir a presença relativa de operários com relação à composição de capital tecnológico. O aumento de pessoal com alta qualificação significou também um aumento da composição salarial agregada, o que gerou pressão por demissões (WOORDARD, 1995, p. 272).

A forma como fora aplicada a emenda nº15 em muitas empresas refletia portanto uma tendência de avanço do poder gerencial. Assim, constatou-se que em numerosas empresas de médio e grande porte os diretores e os quadros tornaram-se preponderantes. Em alguns casos com a substituição dos comitês de gestão (eleitos pelos conselhos operários) por comitês de negócios, compostos pelos diretores de fábricas e de ateliers e presididos pelos diretores gerais[134]. Em outros com a derrubada da proporção mínima de 2/3 dos conselhos operários formados por trabalhadores pertencentes à produção direta (conforme a exigência da lei sobre os conselhos operários de 1950), resultando em conselhos operários formados exclusiva ou majoritariamente por quadros (MENEGHELLO-DINCIC, 1972, p. 156; SAMARY, 1988, p. 203-204; COMISSO, 1979, p. 110; DRULOVIĆ, 1973, p. 61). Era possível, inclusive, a atribuição da autoridade sobre contratações e demissões ao diretor e aos novos órgãos técnicos criados no interior de certas empresas (WOODWARD, 1995, p. 273).

O que há de se destacar é a disposição dos trabalhadores em abrir mão de participação no processo deliberativo e decisório prevista nos espaços institucionais da autogestão operária ao aprovarem tais mudanças propaladas como estratégicas para a melhoria da situação econômica de suas empresas[135]. De certo modo, esse era o corolário de

[134] Zdenko Leci, um técnico da empresa *Jedinstvo*, argumenta: "Hoje nós cooperamos com mercados ocidentais, onde a eficiência nos negócios tem prioridade. Até que órgãos da autogestão reúnam-se e tomem decisões, muito tempo passa, enquanto um comitê de negócios pode agir rapidamente" (RFE, 2/12/1969). No original: "We cooperate today with Western markets, where business efficiency has priority. Until self-management organs meet and make decisions, much time passes, while a business committee can act quickly" (RFE, 2/12/1969).

[135] Christopher Prout encontra duas prováveis razões para esse fenômeno: "Uma razão parece ter sido o mal-estar financeiro generalizado no setor empresarial na época que influenciou muitos coletivos a concederem mais poder à gestão profissional. Em vista da aversão ao risco de trabalhadores e a avassaladora obsessão com os níveis de renda pessoal revelada pelas pesquisas sociológicas do final dos anos 1960, esta reação não é tão surpreendente. Em última instância, uma maior estabilidade financeira era mais atrativa que um maior grau de democracia. Outra razão, aplicável às firmas maiores, parece ter sido a necessidade de desenvolver meios mais efetivos de coordenação funcional e territorial entre diferentes divisões e plantas. De fato, é difícil escapar da conclusão de que as empresas aproveitaram a oportunidade oferecida para melhor conformar seus arranjos organizacionais com as exigências de eficiência da gestão moderna" (PROUT, 1985, p. 57). No original: "One reason seems to

uma linha de raciocínio político que se desenvolvera desde os anos 1950. Nas palavras de Goran Musić,

> Nesta situação [de ausência de um espaço político mais amplo onde os interesses da base pudessem encontrar unidade e articulação], o trabalho organizado viu seu interesse na extensão do escopo das reformas de mercado. Durante os anos 1950, a crescente descentralização, a redução no investimento governamental e a autonomia para buscar o lucro no mercado eram percebidas como vitória do 'controle operário' sobre as 'forças políticas'. A solidariedade com os quadros gerenciais e técnicos, que estavam próximos dos produtores dentro da empresa e contribuíam para o rendimento total do coletivo de trabalho, parecia fazer mais sentido do que alianças políticas com a distante e não responsiva burocracia governamental[136]. (MUSIĆ, 2008, p. 177)

Como aponta Kruno Meneghello-Dincic, a "reação imediata e violenta" à desfiguração do propósito da emenda nº 15 veio dos sindicatos e da Liga dos Comunistas, desencadeando uma campanha geral contra "a ingerência tão ameaçadora para a autogestão das tendências tecnocráticas de gestão" (MENEGHELLO-DINCIC, 1972, p. 156).

A imprensa iugoslava deu bastante destaca ao debate instalado sobre a 15ª emenda constitucional. Em entrevista concedida ao jornal sindical oficial *Rad* (trabalho) e reproduzida no jornal oficial da Liga dos Comunistas - *Borba* (luta) -, Edvard Kardelj declarou oposição aos comitês de negócio como expressão de tendências anti-autogestionárias e como uma falsa implementação da emenda constitucional. A gestão deveria ser dos trabalhadores, e não dos tecnocratas e burocratas. O conselho operário deveria ser forte e independente, capaz de controlar o trabalho dos tecnocratas, dos diretores e de outros órgãos executivos (RFE, 2/12/1969).

Ao final de 1960 os delegados do Comitê Central da Liga dos Comunistas e o Congresso dos Sindicatos manifestaram-se publicamente contra "as tendências tecnocráticas de administradores". O Congresso dos Sindicatos requereu à Assembleia Federal que ela provesse uma interpretação oficial de determinados aspectos da emenda constitucional nº 15.

---

have been the wide-spread financial *malaise* in the enterprise sector at that time which influenced many collectives into conceding more power to professional management. In view of the aversion to risk of workers and the overwhelming obsession with personal income levels revealed by the sociological surveys of the late 1960s, this reaction is not so surprising. In the last resort greater financial stability was more attractive than greater democracy. Another reason, applicable to the larger firms, appears to have been the need to develop more effective means of functional and territorial co-ordination between different divisions and plant. It is, indeed, hard to escape the conclusion that enterprises had taken the opportunity provided to bring their organizational arrangements more into line with the exigencies of modern managerial efficiency" (PROUT, 1985, p. 57).

[136] No original: "In this situation, organized labor saw its interest in the extension of the scope of market reforms. During the 1950s, increased decentralization, reduction in government investment, and the autonomy to seek profit in the market were perceived as victory of 'workers control' over 'political forces'. Solidarity with the technical and managerial cadres, who were close to the producers inside the enterprise and contributed to the total income of the work collective, seemed to make more sense than political alliances with the distant and unaccountable government bureaucracy" (MUSIĆ, 2008, p. 177).

De acordo com Christopher Prout, ela não era inteiramente simpática à posição dos sindicatos. Deputados da Câmara Econômica acusaram o congresso de serem totalmente parciais e a Câmara do Bem-Estar Social, conquanto condenasse tendências burocráticas e tecnocráticas, enfatizou a importância da gestão profissional para o avanço técnico e comercial. Em junho de 1970, quase seis meses após a requisição, a Assembleia aprovou uma resolução sobre a aplicação da emenda na qual basicamente reiterou o princípio de liberdade de escolha do tipo de estrutura gerencial para cada coletivo de trabalho (PROUT, 1985, p. 57-58).

Rudi Supek, sociólogo do grupo Praxis, ao explanar sobre a atomização da classe trabalhadora provocada pela autogestão no quadro de uma concepção democrático-liberal, "proudhoniana", afirma que os

> trabalhadores estão conscientes do fato de que sob as condições da economia de mercado a sua influência sobre a gestão é muito menos importante do que as conexões e "desenvoltura" do aparato de comercialização. Então, os trabalhadores estão ainda mais relegados a um papel de passividade e subordinação aos experts e diretores que possuem as "conexões", pois estas "conexões de negócios" são frequentemente a base de sua existência[137]. (SUPEK, 1971, p. 386)

Para Supek, sob as condições econômicas e ideológicas de um "capitalismo pequeno-burguês", produziu-se de um lado uma aliança entre os gerentes e os círculos financeiros, e de outro uma atomização da classe trabalhadora, desprovida sequer de um importante elemento unificador presente nas sociedades capitalistas – o sindicato, tornado inoperante no sistema iugoslavo. Deve-se acrescentar que a mídia de massas, segundo Supek, contribuiu bastante não apenas para forjar um "espírito empresarial", mas também para a criação de uma "cultura de consumo" com todo o seu esnobismo e estupidez pequeno-burguesa. Esse processo teria produzido uma dissolução da consciência de classe nos trabalhadores e um fortalecimento da consciência de classes entre a classe média (SUPEK, 1971, p. 383-388).

No interior das empresas, com a abertura comercial para a competição mercantil internacional, a tendência foi aumentar a diferenciação das condições de trabalho (embora a diferenciação salarial tenha sido pouco alterada), pois os trabalhadores manuais passam a ser submetidos à maior pressão pelo aumento da produtividade, inclusive com um novo sistema de incentivo por trabalho por peças adotado em algumas fábricas. A exigência de

[137] No original: "The workers are conscious of the fact that under the conditions of the market economy their influence on the management is far less vital than the connections and "resourcefulness" of the marketing apparatus. Thus, the workers are relegated even more to a role of passivity and subordination to the experts and directors who have the "connections" because these "business connections" are often the basis of their existence" (SUPEK, 1971, p. 386).

modernização tecnológica se impõe e assim aumenta rapidamente a demanda por mão-de-obra altamente qualificada. Na empresa estudada por Ellen Comisso, por exemplo, o número de funcionários com nível universitário praticamente dobrou entre 1972 e 1974. E, mais importante, tratava-se de um novo perfil de funcionário: economistas, representantes de vendas, engenheiros de pesquisa, profissionais que raramente trabalham junto aos trabalhadores de chão-de-fábrica (COMISSO, 1979, p. 150-152).

O relacionamento entre trabalhadores e gerentes certamente não foi uniforme: dependia não apenas do estilo de gestão do diretor central (como mostra o estudo de Ichak Adizes), mas também do tamanho e do ramo da empresa, da sua posição de mercado e do seu sucesso produtivo e financeiro. Com isso, a predominância do conflito ou da aliança "micro-corporativista" entre a gerência profissionalizada e os trabalhadores revelou-se bastante variável. Embora não existam estudos sistemáticos sobre as variações nesse relacionamento, alguns autores indicam certas tendências. Marko Grdešić, por exemplo, sublinha que a aliança entre operários e gerentes se dava especialmente em empresas menores, mais intensivas em capital e orientadas para a exportação – mais presentes na Eslovênia e menos nas repúblicas ao sul. Já onde a coalização era mais fraca, nas empresas orientadas para o mercado interno e compostas de muitos trabalhadores, estes eram mais propensos a entrar em conflito com a gerência, inclusive por meio de greves (GRDEŠIĆ, 2015, p. 105).

Além das greves, uma das mais significativas expressões de descontentamento com os rumos da experiência iugoslava foram as manifestações estudantis de 1968, sobre a qual trataremos em mais detalhe no capítulo dedicado ao grupo Praxis. Com uma pauta claramente favorável à realização da autogestão e aos princípios igualitários do socialismo, o movimento estudantil (sobretudo os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de Belgrado) representou um momento em que a consciência crítica encontrou-se com a disposição mobilizadora e reivindicativa.

O represamento dessa importante força política em estado nascente, que poderia se desenvolver e dar suporte a uma efetiva renovação social favorável à autogestão socialista, deixou a liderança mais progressista da Liga dos Comunistas sem qualquer base sólida de apoio para enfrentar duas forças às quais alegava se opor: de um lado, a "tecnocracia", que pode ser entendida como o conjunto daqueles gerentes que compunham o topo da burocracia empresarial e que tendiam a bloquear a participação dos trabalhadores no processo decisório das empresas; de outro, os grupos nacionalistas cada vez mais presentes nas próprias seções regionais da Liga dos Comunistas, que ameaçavam a integração federativa e o próprio projeto socialista.

Ainda em 1968, outro episódio importante de descontentamento foram as manifestações dos albaneses do Kosovo (que a essa altura já constituíam a larga maioria da população da província, com cerca de um milhão de albaneses formando 80% da população) que reivindicavam o estatuto de república para a província, em pé de igualdade com as demais repúblicas da federação e desvinculando-se portanto da república da Sérvia. Os dirigentes iugoslavos recusaram tal estatuto, argumentando que tal mudança poderia desestabilizar a região em vários sentidos: a minoria albanesa da Macedônia seria incitada a migrar para a nova república, enfraquecendo a Macedônia ante a vizinha Bulgária; a Albânia poderia ser encorajada a tentar uma anexação com a nova república e ainda a URSS poderia de algum modo se aproveitar da situação[138]. Lideranças albanesas do Kosovo foram reprimidas, mas uma série de concessões adviram em seguida, como a albanisação do seu quadro governamental, a criação de uma universidade e de numerosas escolas albanesas, o direito de desenvolver trocas culturais e econômicas diretas com a Albânia e o reconhecimento do atraso econômico da província justificando ajuda prioritária do governo federal (WILSON, 1979, p. 188; SAMARY, 1988, p. 220-221).

Entre os sérvios, desencadearam-se apelos temerosos ante a escalada do "nacionalilsmo e irredentismo" albanês, acusando a suposta discriminação sofrida pelos sérvios no Kosovo nas políticas de emprego e a sua consequente emigração. Dobrica Ćosić, célebre escritor e membro do Comitê Central da Liga dos Comunistas da Sérvia, começara a se destacar como um dos principais críticos sérvios da excessiva descentralização, da ameça aos direitos da minoria sérvia no Kosovo e da nova orientação política que desestimulava a formação de uma identidade iugoslava, descartada sob a pecha de "unitarismo"[139] (RUSINOW, 1977, p. 245-246).

Já na Eslovênia, em 1969, uma exasperada manifestação pública de desaprovação sobre a utilização de um empréstimo do Banco Mundial para a construção de uma grande

[138] O contexto da geopolítica internacional era bastante temerário para a Iugoslávia a partir da invasão das tropas do Pacto de Varsóvia à Tchecoslováquia em 21 de agosto de 1968. Preventivamente os iugoslavos se preparam militarmente para resistir a uma possível invasão soviética, treinando brigadas paramilitares de jovens voluntários e instituindo uma lei de defesa nacional codificando a integração do exército regular com forças paramilitares num estilo de guerra *partisan*. No plano ideológico reacende-se a polêmica entre iugoslavos e russos sobre "revisionismo", desvios "capitalistas" e as respectivas falhas dos seus sistemas político-econômicos (desemprego e desigualdades de um lado, baixo padrão de vida, diferenciais salariais e autoritarismo de outro) (RUSINOW, 1977, p. 239-244).

[139] Dobrica Ćosić e o historiador Jovan Marjanović eram oposição no seio do Comitê Central da Liga dos Comunistas da Sérvia ante a nova orientação descentralizadora que identificava a autogestão com a autonomia das repúblicas sobre uma base de reconhecimento dos "direitos nacionais". Acabaram derrotados pela posição majoritária, liderada por Dobrivoje Radosavljević, Petar Stambolić e Marko Nikezić (respectivamente o antigo, o atual e o futuro presidente do Comitê Central da Liga dos Comunistas da Sérvia em 1968), que apoiaram ativamente o novo desenho constitucional que levou à confederação de 1974 (JOVIĆ, 2009, p. 95-140). Dobrica Ćosić acabará se tornando presidente da República Federal da Iugoslávia de 1992 a 1993.

estrada que ligaria as diversas regiões da Iugoslávia quase levou a derrubada do governo esloveno. Os dirigentes eslovenos advogavam a prioridade econômica de construção de uma estrada ligando-a a Áustria e a Alemanha ocidental, alegando que o projeto vigente respondia apenas aos interesses croatas e sérvios, relegando a minoria eslovena (SAMARY, 1988, p. 221; WILSON, 1979, p. 195-196; RUSINOW, 1977, p. 273).

Então, muito rapidamente, no que se refere às relações entre as repúblicas, a tendência descentralizadora degenera no crescente apelo aos sentimentos nacionais, embora os argumentos das lideranças regionais da Liga dos Comunistas fossem sempre apresentados em termos do desenvolvimento do socialismo, da autogestão e em nome da classe trabalhadora. É assim que na Liga dos Comunistas a corrente "liberal" croata, isto é, favorável à liberalização econômica mas também à democratização da Liga dos Comunistas, desliza para uma pauta intransigente dos interesses nacionais croatas, contra o "domínio centralista" de Belgrado. Inicialmente, esse movimento de descentralização expressou interesses comuns entre os dirigentes das repúblicas da Eslovênia e da Croácia, contando ainda com o apoio dos macedonianos ("cujo novo nacionalismo defensivo e consequente medo da hegemonia sérvia passaram a pesar mais do que os benefícios financeiros que recebiam como uma região subdesenvolvida da redistribuição centralizada da renda nacional [federal]") e até mesmo de sérvios anti-centralistas (RUSINOW, 2008, 147).

Com o apoio de Vladimir Bakarić, as relativamente jovens lideranças croatas Miko Tripalo, Savka Dabčević-Kučar e Pero Pirker defendem firmemente a descentralização e a liberalização econômica. Como república de maior atividade turística, beneficiada com a costa do Mar Adriático, a Croácia sentia-se prejudicada sobretudo pelo sistema de divisas vigente, que passava pela absorção fiscal e redistribuição federal. Assim, ela desejava reter com autonomia as divisas estrangeiras obtidas por meio do turismo.

O apelo nacional atraiu gerentes e outros membros da nova classe média croata, que por um lado opunham-se ao "centralismo de Belgrado" e por outro tinham "pouco desejo em viver com uma implementação literal da teoria da autogestão sem intermediários" (RUSINOW, 2008, p. 155-156). Como colocara Rusinow,

> Tudo na sua experiência e na lógica de seus próprios papéis clama-lhes que tal sistema seria ineficiente, senão absurdamente impraticável. Instinto e experiência histórica também sugerem a eles que uma liderança forte que respeita e apoia seus papéis, mas que também goza de legitimidade – melhor ainda, entusiasmo - entre as massas como uma

> liderança nacional, seria a melhor defesa contra as duas indesejadas opções desse dilema[140]. (RUSINOW, 2008, p. 156)

Tito reagira com importantes concessões, dentre as quais a proposição da presidência coletiva da Iugoslávia e mais descentralização fiscal para as repúblicas e províncias. Com isso, eslovenos e macedonianos satisfizeram-se[141]. Em especial, os eslovenos passaram a temer uma excessiva descentralização que poderia levar à autarquia econômica das repúblicas, prejudicando a sua indústria que dependia do acesso irrestrito aos mercados e matérias primas das regiões menos desenvolvidas. Todavia, os croatas não se contentaram e continuaram a insistir nas demandas não atendidas, especialmente a do controle sobre as divisas estrangeiras. Isolados, os dirigentes croatas passaram a depender exclusivamente do apoio da população croata na sua obstinada pressão pelas reformas descentralizadoras (RUSINOW, 2008, 157-160).

O desenrolar da euforia nacional croata culminou na chamada "primavera croata" de 1971, na qual desempenhou um papel importante uma ala nacionalista do movimento estudantil na Universidade de Zagreb. Espalhando-se para outras universidades croatas, a greve estudantil chegou a envolver cerca 30 mil estudantes (RUSINOW, 2008, p. 219-220).

Fora da Liga dos Comunistas, a base do movimento foi composta pela igreja católica, por camponeses, uma parte da *intelligentsia* e pequenos proprietários. Organizações de extrema direita (*ustaše*) avançaram reivindicações separatistas. Nas universidades houve divisão. Ao menos as faculdades de filosofia e sociologia, incluindo aí os membros croatas do grupo Praxis, que participaram em manifestações de apoio aos colegas sérvios em 1968, opuseram-se à pauta nacionalista. Não houve manifestações aparentes da classe trabalhadora em apoio à "primavera croata", embora os sindicatos tenham denunciado tentativas de clivagens nacionalistas, sobretudo em grandes coletividades de trabalho, como na ZTP (empresa de transportes ferroviários) e na refinaria de Sisak (SAMARY, 1988, p. 224).

Este levante fora reprimido pelo governo central. Os líderes da Liga dos Comunistas da Croácia renunciaram e os estudantes que planejavam protestar contra essa

---

[140] No original: "Everything in their experience and in the logic of their own roles cries out to them that such a system would be ineficiente if not absurdly unworkable. Instinct and historic experience also suggest to them that a strong leadership that respects and supports their roles but also enjoys mass legitimacy – better yet, enthusiasm – as a national leadership would be the best defense against both horns of this dilemma" (RUSINOW, 2008, p. 156).

[141] A possibilidade do separatismo não era bem-vista por eslovenos e macedonianos. Rusinow argumenta que ambos constituiam nações pequenas nas fronteiras da Iugoslávia que tinham consciência da necessidade de fazer parte de um Estado mais amplo para garantir a proteção e a viabilidade econômica contra países vizinhos que já reclamaram seus territórios. Ao contrário, os croatas tinham uma grande população e um território maior, além de uma história que lhes encorajava a acreditar que podiam seguir sozinhos se quisessem (RUSINOW, 2008, p. 159). No que se refere aos eslovenos, pode-se dizer que essa posição mudou ao longo da crise dos anos 1980, já que a Eslovênia revelou-se cada vez mais propensa ao separatismo.

decisão foram presos. Imediatamente seguiu-se uma onda massiva de "purgos" na Liga dos Comunistas e em órgãos estatais, incluindo prisões sob a acusação de "propaganda hostil" ou conspiração para derrubar a constituição ou o sistema socialista[142] (RUSINOW, 2008, p. 106-107). O ressentimento produzido pela repressão apenas fez com que o nacionalismo croata assumisse uma nova forma, mais silenciosa e "aborrecida", capaz de ressurgir renovado na crise do final dos anos 1980 com Franjo Tuđman liderando a secessão da Croácia no processo de dissolução da Iugoslávia.

Além disso, a repressão atingiu também as novas lideranças da Sérvia, Marko Nikezić e Latinka Perović. De acordo com Duncan Wilson, essa nova liderança, de tendência liberal, fora designada para acalmar a agitação estudantil e intelectual de 1968, bem como para evitar a rearticulação dos nacionalistas sérvios descontentes com a expulsão de Ranković e estabelecer uma boa relação com os croatas. Todavia, com a nova orientação imposta por Tito à Liga dos Comunistas, era preciso restabelecer o comando de "mão firme" e centralizado, ao qual se opunham Nikezić e Perović, favoráveis a democratização interna da Liga. Então, sob a alegação de que ambos foram permissivos com as forças "tecnocráticas" de Belgrado, principalmente os grandes bancos e companhias de seguro (que deveriam ser sujeitados ao controle popular, de acordo com as emendas constitucionais de 1971), os purgos se consumam em outubro de 1972[143] (WILSON, 1979, p. 210-213).

A última reforma da autogestão

Como reação à mudança nas condições financeiras e comerciais internacionais, aos efeitos negativos da reforma mercantil e às crescentes pressões políticas oriundas da dinâmica de descentralização e liberalização política dos anos 1960 inicia-se a última tentativa importante de reformar o sistema político-econômico. Assim, no início dos anos 1970 Tito engenhosamente aprova emendas constitucionais que, associadas à nova constituição de 1974, vão adotar seletivamente algumas das reivindicações dos movimentos que foram reprimidos (RUSINOW, 1977, p. 317-318; WILSON, 1979, p. 213-216).

[142] No primeiro semestre de 1972 registrou-se 3.606 pessoas encarceradas por "crimes políticos", sendo que 2.289 (ou seja, cerca de 60%) das prisões se deram na Croácia. O número contrasta com o período anterior de relativa liberdade política, quando foi registrado para o período de 1969 a 1971 um total de 1.449 prisões por "crimes políticos" em todo o país (MARKOVIC, 2011, p. 119).

[143] Wilson ainda atribui a queda de Nikezić, ex-ministro das relações estrangeiras, a sua posição "cautelosa" com relação a URSS (em Moscou, ele era visto como antissoviético), no contexto da reorientação da política externa iugoslava, favorável à reaproximação político-econômica com os soviéticos (evitando assim a excessiva dependência do capitalismo europeu, o que na prática significava contornar uma concorrência insustentável a longo prazo, redirecionando seu comércio para o leste europeu) (WILSON, 1979, p. 208-213).

Respondendo às críticas do movimento estudantil de 1968 e do grupo Praxis, Tito promove uma "mini-revolução cultural" antiburocrática contra a "burguesia vermelha", atende a reivindicação pela ressocialização dos bancos, por medidas planificadoras contra o critério mercantil, com uma autogestão contratual das empresas autogeridas e com um sistema de delegações nas câmaras de autogestão (limitadas ao nível comunal, provincial e republicano, não chegando a um nível federal) e cria comunidades de interesse autogestionário associando os usuários e trabalhadores de serviços. Atende às reivindicações dos nacionalistas croatas reprimidos em 1971, descentralizando os direitos de comércio exterior, incluindo a absorção de divisas. Atende ainda às reclamações dos albaneses reprimidos em 1968, concedendo ao Kosovo o estatuo de uma quase-república (SAMARY, 2008, p. 91; SAMARY, 1988, p. 235-267).

Por outro lado, o aspecto repressivo do regime restringia o liberalismo político. Com os purgos dos liberais e nacionalistas croatas[144] e dos liberais sérvios houve um retorno ao "centralismo democrático", expresso também no combate aos "cominformistas"[145] e ao grupo Praxis (WILSON, 1979, p. 241-243; LUTARD-TAVARD, 2005, p. 250-255). De acordo com Marie-Janine Calic

> Mudanças nas leis privaram a mídia de algumas de suas liberdades em 1973, com editores-chefe e funcionários na esfera cultural sendo substituídos. "Os meios de informação, a imprensa, rádio e televisão precisam estar em nossas mãos e não nas mãos daqueles que trabalham contra nossa unidade", Tito declarou. "Fomos demasiados empenhados em alcançar a democracia". Uma lei penal restritiva entrou em vigor em 1975, que punia atividades hostis e contrarrevolucionárias. Em meados da década de 1970, cerca de 4.000 detentos políticos haviam sido encarcerados em prisões iugoslavas. Apenas a Albânia e a União Soviética tinham um número maior de detidos como proporção da população total. O sistema fez uso de intimidação política e dezenas de milhares de suspeitos foram mantidos sob vigilância ou detidos[146]. (CALIC, 2011, p. 76)

---

[144] Apenas no primeiro semestre de 1972 foram encarceradas 3.606 pessoas por "crimes políticos", sendo que 60% delas eram da Croácia. O número é bastante expressivo de uma inflexão repressiva, comparando-se com os três anos anteriores (1969 a 1971), em que 1.449 "criminosos políticos" foram presos em toda a Iugoslávia (MARKOVIĆ, 2011, p. 119).

[145] Majoritariamente montenegrinos, 33 "cominformistas" foram presos sob a acusação de tentarem fundar um partido comunista pró-soviético, após a realização em 1974 de um congresso em Bar, Montenegro. O coronel stalinista Vlado Dapčević é sentenciado a 20 anos de prisão. Segundo Branko Bošković, um dos líderes do movimento, haveria entre 4.000 e 5.000 aderentes a esse partido comunista oposicionista (El País, 6 de Julho de 1976; WILSON, 1979, p. 241; LUTARD-TAVARD, 2005, p. 250-252).

[146] No original: "Changes in the laws deprived the media of some of its freedoms in 1973, with leading editors and officials in the cultural sphere being replaced. 'The means of information, the press, radio and television must be in our hands and not in the hands of those working against our unity,' Tito stated. 'We were too intent on achieving democracy.' A restrictive penal law came into force in 1975 which punished hostile and counterrevolutionary activities. By the mid-1970s, around 4,000 political detainees had been incarcerated in Yugoslav jails. Only Albania and the Soviet Union had a greater number of detainees as a proportion of the total

Todavia, afora os purgos e as prisões mais relacionadas a potencial implosão do sistema de partido único, a censura e a repressão mantiveram-se em níveis relativamente baixos (oficialmente não havia censura), seja por convicção, seja pela forte preocupação com a imagem do regime iugoslavo diante da "comunidade internacional" (MARKOVIĆ, 2011, p. 121-123).

No campo cultural, pode-se dizer que o cinema e em menor medida a literatura eram atividades mais controladas, devido a sua popularidade (pintura e escultura, como "cultura de elite", preocupavam menos o regime). Nesse ponto, é emblemática a proibição da exibição do filme *Os mistérios do organismo*, de 1971, dirigido por Dušan Makavejev e premiado em Cannes. Mistura de documentário sobre a vida de Wilhem Reich e romance de um iugoslavo com duas garotas, o filme é acusado de atacar o comunismo, preferindo a revolução sexual e não distinguido sistemas reacionários e progressistas. Assim, ele só será exibido em 1987.

Se a década de 1960 fora marcada pelo experimentalismo e pela crítica social, como se vê na Black Wave, os anos 1970 aparecem como a década da "White Wave", com filmes inofensivos do ponto de vista político (MARKOVIĆ, 2011, p. 128-131). Por outro lado, o cinema hollywoodiano não sofria censura: pelo contrário, fazia grande sucesso entre os iugoslavos desde os anos 1950, conformando a cultura de massas e a ocidentalização dos costumes, o que preocupava apenas alguns setores da intelectualidade, incluindo membros do grupo Praxis.

Já no plano da organização produtiva, a década de 1970 é certamente inovadora, ao menos no que se refere ao intento normativo-jurídico. Em 1971 um dos aspectos da mudança de orientação político-econômica fica claro com as resoluções do 2º Congresso dos autogestionários realizado em Sarajevo entre os dias 5 e 8 do mês de maio e com a adoção das emendas 21, 22 e 23 (dentre um total de 22 novas emendas) à Constituição de 1963 já em 30 de junho (MENEGHELLO-DINCIC, 1972, p. 154-168; GJIDARA, 1972, p. 64-66). Tendo uma importante participação dos trabalhadores das mais diversas áreas do setor social (na indústria, na agricultura e nos serviços), o Congresso de 1971 que reuniu cerca de 2.000 delegados preconizava o reforço da autogestão "partindo de suas unidades de base", ampliando os acordos de autogestão e os acordos sociais, baseados na concertação e na socialização. A ideia expressa no Congresso em favor do desenvolvimento das "comunidades de interesse" e da introdução generalizada de "unidades de base de trabalho associado" como

---

population. The system made use of political intimidation, and tens of thousands of suspects were kept under surveillance or locked up" (CALIC, 2011, p. 76).

célula fundamental da autogestão será central na Constituição de 1974. Antes mesmo, sob a forma de emendas constitucionais, a orientação do 2º Congresso dos autogestionários já se institucionalizara.

A emenda 21 estabelecia a *unidade de base de trabalho associado* e as atribuições gerenciais dos trabalhadores que a constituem e a apropriação da renda individual proporcional aos resultados de seu trabalho e sua contribuição pessoal ao sucesso e ao desenvolvimento da empresa por seu trabalho presente e passado. Na definição do volume de tributação paga ao Estado sobre a renda das empresas e a renda individual, a emenda estabelecia ainda a prioridade ao atendimento das necessidades pessoais e comuns dos trabalhadores e às necessidades de investimentos. Finalmente, ficava estabelecida a obrigação das empresas de ajudar aquelas que se encontrem em dificuldades excepcionais, bem como aos operários demitidos em razão de medidas econômicas.

A emenda 22 tratava da associação financeira entre empresas. Ao fundarem um banco, uma seguradora ou uma instituição de crédito, elas o dirigiam e tinham o seu rendimento repartido entre os fundadores, após dedução das partes reservadas aos rendimentos individuais e comuns de seus empregados e ao seu desenvolvimento. Estabelecia ainda o direito de investir no exterior os meios de reprodução social e de utilizar meios financeiros de estrangeiros, dentro das condições e dos limites previstos pela lei federal.

A emenda 23 estabelecia o princípio de concertação social, por meio de acordos de autogestão entre organizações de trabalho associado e os outros tipos de organizações (comunidades de interesse, comunidades sócio-políticas etc.), passíveis de se tornarem obrigatórios por prescrição legal.

Já a emenda 24 tratava da extensão para trabalhadores do setor privado de direitos e obrigações já estabelecidos para os trabalhadores das organizações de trabalho associado. Permitia ainda aos trabalhadores individuais associar seu trabalho e seus meios de trabalho às organizações de trabalho associado, participando da gestão e repartição da renda relativa aos trabalhos comuns. A emenda dispunha também sobre uma nova modalidade de propriedade: a empresa particular de trabalho associado, onde o trabalhador empreendedor só podia dispor da parte da renda que ele aportara à empresa pessoalmente, além da renda obtida pelo seu trabalho efetivamente realizado, sendo o restante gerido em comum por todos os trabalhadores associados sob os princípios da autogestão (MENEGHELLO-DINCIC, 1972, p. 154-168; GJIDARA, 1972, p. 64-66).

As emendas pavimentaram o caminho para a Constituição de 1974, saudada por Serge-Christophe Kolm como a Carta Magna do socialismo associacionista:

> É também, pela sua novidade e extensão de suas aplicações da ideia gestionária, pelas suas análises subjacentes dos processos possíveis de traição e desvio deste princípio, uma dos grandes obras-primas da filosofia pol´litica, e a Carta Magna do socialismo associacionista[147]. (KOLM, 1977a, p. 85)

No que se refere à organização produtiva, o cerne da Constituição de 1974 é a introdução de um novo sistema associativo de Organizações de Base do Trabalho Associado (OBTA), com o qual se pretendia redimensionar o espaço da autogestão para torna-la mais efetiva. Definida como a célula produtiva mais básica (que realiza um produto ou um serviço passível de troca), cada OBTA deveria ter seu próprio conselho operário. Novamente, limita-se a dois anos o mandato (revogável) dos delegados eleitos. Esses deveriam continuar realizando o seu trabalho original, evitando-se assim a profissionalização da função de gestão. Cada OBTA tinha o direito de se associar livremente a outras OBTAs e assim constituir uma empresa ou Organização do Trabalho Associado (OTA), ou ainda se reagrupar em associações maiores e mais complexas, sempre sob o princípio do livre acordo associativo. Com isso, esperava-se conferir à autogestão a capacidade de se realizar como uma verdadeira alternativa à atomização mercantil e à ingerência estatal. A produção seria organizada por meio de múltiplos acordos entre diversas OBTAs, priorizando o princípio do consenso (SAMARY, 1988, p. 239-240; MUSIC, 2016a, p. 83-88).

Vários autores insistiram que o problema com esse sistema é que ele aumentou a burocratização, tornando o processo decisório extremamente difícil, lento e ineficiente. Goran Marković, por exemplo, conclui que

> O novo sistema leva a burocratização e a uma superprodução de atos jurídicos. Entre 1,25 e 1,5 milhões de diferentes atos jurídicos foram adotados nos primeiros anos após a reforma, enquanto o número de trabalhadores administrativos aumentou 44,3% entre 1972 e 1978. A tomada de decisões era também muito complicada e os trabalhadores, que frequentemente levavam bastante a sério o seu direito à autogestão, ficam eventualmente desapontados, sentindo que o sistema era menos legítimo e eficiente do que antes da reforma[148]. (MARKOVIĆ, 2011)

Para Samary, o problema central não resolvido pelo novo sistema de OBTAs é a ausência de autogestão no nível central e mais alto (onde restava o domínio do Estado), para

[147] No original: « C'est aussi, par la nouveauté et l'étendue de ses applications de l'idée gestionnaire, par ses analyses sous-jacentes des processus possibles de trahison et de déviation de ce principe, un des grands chefs-d'œuvre de la philosophie politique, et la Grande Charte du socialisme associationniste » (KOLM, 1977a, p. 85).

[148] No original: "The new system led to bureaucratization and an overproduction of legal acts. Between 1.25 and 1.5 million different legal acts were adopted in the first years after the reform, while the number of administrative workers increased by 44.3% between 1972 and 1978. Decision-making was also very complicated14 and workers, who often took their right to self-management very seriously, were eventually disappointed, feeling that the system was less legitimate and efficient than before the reform" (MARKOVIĆ, 2011).

que se produzissem acordos autogestionários macro-planificadores, encontrando estratégias coletivas para a superação do desemprego, para a redução do tempo de trabalho, para uma distribuição dos rendimentos individuais que não estivesse submetida ao livre jogo das "leis" de mercado (SAMARY, 1988, p. 240-247). Esta transformação fundamental, do Estado (mas também do partido), jamais fora considerada pelos mais altos dirigentes iugoslavos. Kardelj, o principal criador da nova Constituição de 1974, promoveu uma autogestão que reduzia o papel do Estado em nível *federal*, mas o reforçava no nível das *repúblicas* e *províncias*, ao mesmo tempo em que se recusava a levar a cabo uma transformação democrática do partido (no sentido da institucionalização do pluralismo interno). A possibilidade de pluralismo partidário foi sempre rechaçada em nome da ideia de que a verdadeira democracia encontrava-se na autogestão, onde haveria efetivo espaço para a manifestação do pluralismo de interesses dos trabalhadores.

É interessante citarmos um exemplo concreto de funcionamento de uma empresa no novo sistema de trabalho associado. Na IMR, estudada por Goran Music, o processo de implantação do novo sistema durou cerca de cinco anos, de 1975 a 1980. A IMR empregava cerca de 6.000 trabalhadores e era formada por oito OBTAs, ligadas a unidades econômico-produtivas: fundição, produção de motores, produção de tratores, divisão administrativa, engenharia (inovação e melhorias tecnológicas), komerc (compra de materiais e venda dos produtos para os mercados interno e externo), manutenção (reparação de máquinas) e "padrão social" (unidades de cozinha e limpeza) (MUSIC, 2016a, p. 90-91).

O que nos chama a atenção é que cada OBTA concentrava um diferente estrato da classe trabalhadora e, por sua posição no processo produtivo, detem maior ou menor influência na gestão da empresa como um todo. Por exemplo, enquanto tinha pouca influência na fábrica a OBTA responsável pela cozinha e pela limpeza, onde predominavam trabalhadoras de baixa qualificação, a OBTA onde se concentravam os engenheiros fornecia substantiva parte do pessoal que ocupava funções na gerência profissional. Já as OBTAs das unidades de motores (a maior das unidades, com 1500 trabalhadores) e de tratores (com 800 trabalhadores, muitos qualificados) representavam o "coração produtivo" da empresa, tendo um grande peso nos processos decisórios.

Music, que analisa duas empresas do ramo de automóveis, entende que a reforma de 1974 foi absorvida de modos distintos de acordo com o tipo de gestão que já imperava em cada empresa. Com isso, a TAM, que tinha um estilo de gestão mais centralizado, de rápidas decisões com o domínio da gerência central (incluindo o conselho operário central e o grupo

de gerentes profissionais), apenas adaptou alguns de seus procedimentos de modo a conseguir uma rápida aceitação de cada OBTA às decisões já tomadas na gerência central.

Já a IMR, que já possuía uma gestão mais descentralizada, reforça o seu estilo, onde os gerentes e os conselhos operários de cada OBTA apoiavam-se em uma forte base operária, por meio de líderes de grupo, capatazes e chefes de seção, para obterem apoio e para que se fizesse executar as decisões. Nesse caso, a gerência central atuava mais como uma mediadora entre as OBTAs do que uma promotora de decisões. No ambiente da IMR, os operários sentiam-se a vontade para atacar nominalmente gerentes e profissionais dos quais desconfiavam não apenas de má gestão, mas também de corrupção, como desvios financeiros e viagens de negócio injustificadas. A forte base de trabalhadores altamente qualificados limitava também a ação de gerentes profissionais e engenheiros. Por exemplo, os trabalhadores consideravam que a maior parte das melhorias tecnológicas eram oriundas do chão-de-fábrica, e portanto insistiam na promoção a capatazes dos trabalhadores manuais qualificados, sendo hostis aos especialistas com diploma universitário; quando consideravam que a pessoa nomeada não era capacitada, protestavam e eram capazes mesmo de parar a produção até a decisão ser revertida (MUSIC, 2016a, 92-102).

Infelizmente são escassos estudos como o de Goran Music, que abordam as relações de trabalho nas empresas em diferentes momentos do sistema de autogestão iugoslavo. Estudos de caso sobre o novo sistema de OBTAs são ainda mais raros e por isso resulta bastante difícil tecer qualquer consideração mais generalizante sobre os méritos e problemas da autogestão sob a orientação da Constituição de 1974. Em geral, o que vemos na bibliografia são impressões vagas, que tendem a condenar o novo sistema como extremamente fragmentador e ineficaz, contribuindo assim para a não superação da crise dos anos 1980. Frequentemente, menciona-se a paralisia gerada pela busca de consenso para se firmar os acordos de autogestão. A nosso ver parece-nos que muitos dos problemas e impasses observados são produzidos e/ou amplificados principalmente pelo contexto de grave crise econômica (inserida num processo global). A dinâmica política mais ampla repercute no próprio desenvolvimento interno dos conflitos de classe no interior das empresas. Na IMR, por exemplo, houve um grande revigoramento da participação operária em 1984, instada por uma campanha da Liga dos Comunistas em todo o país. Chamados a apresentarem as suas críticas e propostas para enfrentar a crise, os operários apontaram para a desigualdade entre os trabalhadores de colarinho azul e os de colarinho branco, mas também para dificuldades em se alcançar decisões entre departamentos isolados. Todavia, como suas críticas não encontraram

eco em nenhuma formulação concreta por parte dos altos dirigentes, adveio uma grande frustração e apatia no seio da classe trabalhadora (MUSIC, 2016a, p. 173-177).

Outra mudança importante foi a ressocialização do sistema bancário. Os fundos anônimos de crédito dos bancos são suprimidos, bem como os depósitos permanentes. A autonomia das instituições bancárias e comerciais se reduz com o objetivo de impedir uma acumulação própria a expensas dos fundos sociais. Fundamentalmente, as instituições bancárias deixam de ser entidades independentes das empresas produtivas para tornarem-se associações financeiras dos membros do trabalho associado. Assim, o serviço financeiro deveria cobrir os custos de gestão, mas não mais subtrair lucro. A alocação dos seus recursos ficava inteiramente submetida aos objetivos planificados pela Assembleia Geral das empresas membros, o que deveria conferir maior previsibilidade na confecção dos planos individuais de cada empresa. Além disso, diferentemente do sistema anterior, no qual o poder de voto era proporcional aos fundos aportados, agora cada membro da associação financeira tinha direito de voto igual (SAMARY, 1988, p. 238-239; SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 61-62).

Como registra Samary:

> A fim de reduzir as dívidas das empresas e aumentar suas capacidades de autofinanciamento, leis de 1971 e 1973 transformaram os créditos em curto prazo contraídos em créditos em longo prazo muito favoráveis. Aos bilhões em dívidas assim diferidas se adicionaram em 1974 40 bilhões de dinares transferidos dos fundos de crédito dos bancos às empresas e às comunidades sócio-políticas[149]. (SAMARY, 1988, p. 239)

Devemos ainda destacar a sistematização das Comunidades de Interesse Autogestionadas (*Samoupravne interesne zajednice – SIZ*), pelas quais se organizaria a oferta e demanda de bens e serviços sem a mediação do mercado. Sob os princípios da mutualidade e da solidariedade trabalhadores dos campos da educação, da cultura, da saúde pública, da previdência social e da habitação deveriam exercer o intercâmbio livre do trabalho com os usuários de tais serviços, decidindo equitativa e coletivamente (por meio da representação de delegados revogáveis) sobre o seu desempenho e sobre a sua política de desenvolvimento e de fomento (artigos 52 a 54 e 110 a 113 da Constituição de 1974). De modo similar, abria-se também a possibilidade de constituição de *SIZ*s em outros setores, como transporte, energia, gestão da água e comércio (artigo 55 da Constituição de 1974).

[149] No original: « Afin de réduire les dettes des entreprises et d'augmenter leurs capacités d'autofinancement, des lois de 1971 et de 1973 transformèrent les crédits à court terme contractés en crédits à long terme très favorables. Aux milliards de dettes ainsi différées s'ajoutent en 1974 une quarantaine de milliards de dianrs transférés des fonds de crédit des banques aux entreprises et aux communautés socio-politiques » (SAMARY, 1988, p. 239).

Estabelecidas por convênios de autogestão, as *SIZ*s operavam por meio de assembleias com peso igual para as suas partes constitutivas, incluindo os usuários e as OBTAs que realizavam o trabalho. As transações financeiras para cobrir as despesas dos fornecedores dos bens e serviços podiam se dar de diversas formas mutuamente acordadas, como por "contribuições dos consumidores como indivíduos ou grupos organizados, por preços de transferência ou taxas de acordo com os bens e serviços prestados, ou por alguma combinação de ambos" (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 59-60).

Tanto no relacionamento entre consumidores finais e produtores/fornecedores de bens e serviços, como entre fornecedores e produtores finais de bens e serviços (constituídos em OBTAs, OTAs e múltiplas formas de organizações complexas), incluindo ainda as comunidades sócio-políticas como representantes dos cidadãos organizados territorialmente (em comunas, repúblicas etc.), o princípio operativo deveria ser a *autogestão do planejamento*, ratificados em acordos sociais e convênios de autogestão (artigos 69 a 74, 105 e 120 a 128 da Constituição de 1974). Visava-se assim um ganho de eficiência e transparência por meio de um procedimento democrático no qual todas as partes interessadas partilhariam informações e decidiriam de comum acordo, possibilitando uma solução de equilíbrio *ex ante*, idealmente eliminando os problemas advindos da incerteza de mercado. Contrariamente ao planejamento indicativo do período anterior, uma vez ratificado um convênio de autogestão as decisões de planejamento eram legalmente obrigatórias. Como sublinham os autores do relatório do Banco Mundial sobre o sistema iugoslavo:

> Claro, os ganhos em comparação com uma economia de mercado ou uma economia planificada de forma centralizada são potenciais. O grau em que se realizam dependerá inteiramente da eficiência e racionalidade com que o planejamento é organizado e realizado. Necessariamente, uma boa dose de aprendizado pelo fazer prático deve ser investida durante um longo período antes que esse potencial possa ser totalmente explorado[150]. (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 78)

Parece-nos razoável supor que justamente a falta desse longo período de tempo na experimentação do novo arranjo da autogestão ajude a explicar a sua ineficácia verificada num contexto de grave crise política, econômica e social. Com isso, a ineficácia da autogestão pós-1974 não seria, a nosso ver, uma variável independente, isto é, uma das *causas* da crise e consequente dissolução da Iugoslávia. Antes, ela seria uma *consequência* da crise.

[150] No original: "Of course, the gains in comparison with a market economy or a centrally planned economy are potential. The degree to which they are realized will depend entirely upon the efficiency and rationality with which planning is organized and carried out. By necessity a good deal of learning by doing must be invested over a long period before that potential can be fully exploited" (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 78).

Samary sublinha que embora o novo sistema tivesse o "direito" de se extender até uma complexa rede de planejamento autogestionário global, a experiência, os estímulos e as instituições não incitavam a isso:

> Não havia à escala da economia inteira nenhum "lugar" onde se pudesse comparar as despesas de trabalho (autogestão de ramo), onde se pudesse confrontá-las a escolhas alternativas e às exigências dos usuários (autogestão territorial em todos os níveis do país), onde se pudesse unificar os critérios ou fazer os balanços dos desperdícios. Também não havia a publicidade e a pluralidade das "medidas" permitindo a redução dos "vieses" introduzidos pelos interesses parciais. Não havia enfim as instituições sócio-políticas independentes permitindo iluminar e confrontar as questões em jogo. O horror ao "vazio" existe também neste nível: outras instituições ocuparam o lugar – e pesaram em contrapartida sobre a forma prática como iria funcionar o conjunto do sistema[151]. (SAMARY, 1988, p. 246-247)

Devemos insistir ainda em todo o conjunto de desigualdades que comprometia a unidade de interesses entre trabalhadores de diferentes regiões e de diferentes ramos, operando um corte que se apresentava crescentemente como étnico-nacional. Romper com a lógica de parcelização dos interesses implicava em avançar na superação do princípio de remuneração segundo os resultados do trabalho verificados no mercado, responsável pela perpetuação das desigualdades. Embora o sistema de 1974 abrisse algumas possibilidades nesse sentido, a inércia da busca de interesses particulares, a falta de um impulso político radicalmente democrático seja entre as lideranças da Liga dos Comunistas seja no seio da classe trabalhadora, e a inexistência de instituições capazes de orgânica e democraticamente absorver e unificar a pluralidade dos vieses acabaram por conduzir a última reforma da autogestão ao fracasso. O lema socialista "unidade e fraternidade" dará lugar à fragmentação e à guerra.

Não obstante, do ponto de vista da população em geral e sobretudo da classe média em particular a década de 1970 é percebida como o ápice da prosperidade. De fato, o nível de consumo geral aumentou mais de 50% entre 1970 e 1979, com uma rápida expansão da aquisição de bens de consumo duráveis[152]. Se em 1968 apenas 25,1% das residências tinham geladeiras, em 1978 70,4% já estavam equipadas com esse eletrodoméstico. A

[151] No original: « Il n'y avait à l'échelon de l'économie toute entière aucun « lieu » où l'on puisse comparer les dépenses en travail (autogestion de branche), où l'on puisse les confronter à des choix alternatifs et aux exigences des utilisateurs (autogestion territoriale à tous les niveaux du pays), où l'on puisse unifier les critères ou tirer les bilans des gaspillages. Il n'y avait pas non plus la plubicité et la pluralité des « mesures » permettant la réduction des « biais » introduits par des intérêts partiels. Il n'y avait pas enfin les institutions socio-politiques indépendantes permettant d'éclairer et confronter les enjeux. L'horreur du « vide » existe aussi à ce niveau : d'autres institutions occupaient la place – et pesaient en retour sur la façon pratique dont allait fonctionner l'ensemble du système » (SAMARY, 1988, p. 246-247).

[152] O aumento do consumo era um objetivo explícito da reforma de 1965, com uma consequente diminuição das taxas de crescimento da produção e do emprego (SCHRENK; ARDALAN and TATAWY, 1979, p. 33).

aquisição de máquinas de lavar roupa também cresceu rapidamente, indo de 10,9% a 50,4% no mesmo período, enquanto o percentual de residências com automóveis aumentou de 7,9% para 29,2%[153] (MARKOVIĆ, 2011, p. 120-121). O consumo da classe média relaciona-se ainda à abertura comercial e cultural. Trieste era o principal destino daqueles que desejavam e podiam obter os produtos de grife ocidentais, roupas da moda italiana e eletrodomésticos de última geração. Já a Alemanha, onde se concentravam os trabalhadores iugoslavos imigrantes, fornecia sobretudo os mais desejados automóveis e equipamentos técnicos.

Operários de empresas relativamente bem-sucedidas também experenciaram boas condições de vida nos anos 1970, o que ia além do nível salarial. Na IMR e na TAM uma forte estrutura de serviços para os trabalhadores já havia sido estabelecida, com *resorts* na costa do Mar Adriático e nas montanhas, subsídios para hotéis nos feriados, numerosos apartamentos[154], restaurante coletivo, aquisição fortemente subsidiada de gêneros alimentícios, centro esportivo, financiamento de equipes esportivas, atividades de lazer e recreativas, apresentações teatrais e exibição de filmes na fábrica, biblioteca, piscina no complexo industrial, cuidados médicos básicos no interior das fábricas e financiamento de educação continuada (MUSIĆ, 2016a, p. 114-120). Tudo isso contribuía para fortalecer o sentimento de solidariedade interna e a lealdade e comprometimento com a empresa, além da confiança na orientação geral do sistema de autogestão e do socialismo.

O problema é que grande parte desta rápida expansão no nível de consumo estava baseada em empréstimos junto às instituições financeiras internacionais, que aumentaram drasticamente suas taxas de juros no final da década. No contexto da recessão internacional iniciada em 1973 rapidamente deterioraram-se as condições de rolagem da dívida e de manutenção de um relativo equilíbrio na balança de pagamentos. Somente a alta do preço do petróleo foi responsável pelo aumento do déficit comercial em 22% no ano de 1974. Entre

[153] O aumento de automóveis estimulou a atividade turística, com a flexibilidade de rotas possibilitada pelo transporte individual. Por outro lado, parece ter havido uma relativa redução das excursões coletivas organizadas pelos sindicatos realizadas de ônibus, o que teria contribuído para forjar a cultura consumista e individualista que vinha se desenvolvendo a partir da segunda metade dos anos 1960, em detrimento das formas coletivas de lazer, de entretenimento e de usufruto da cultura (DUDA, 2010, p. 330-332). Pode-se mesmo falar no surgimento de uma "cultura do carro" de classe média, similar ao padrão ocidental (LE NORMAND, 2011, p. 98-99).

[154] A TAM chegou a construir em torno de 3.000 apartamentos e a IMR cerca de 1.500, além de 300 dormitórios para trabalhadores solteiros e créditos favoráveis para a construção de moradia privada (MUSIC, 2016a, p. 115). Mesmo assim, como vimos, a desigualdade na distribuição dos apartamentos foi uma constante, especialmente devido ao alto percentual de apartamentos destinados a atrair os escassos "quadros especializados". O déficit habitacional não fora superado mesmo entre trabalhadores de empresas prósperas. Jovens trabalhadores frequentemente tinham de se submeter a morar em quartos sublocados que lhes custavam quase metade do seu salário. Muitas famílias de operários acabavam por construir moradias precárias em terrenos irregulares, já que em cidades como Belgrado o tempo médio de espera para se obter um apartamento social era de cerca de 15 anos (MUSIC, 2016a, p. 121-123).

1973 e 1979, essa alta representou em torno de um bilhão de dólares, aproximadamente ¼ da alta do déficit comercial nesse período (SAMARY, 1988, p. 260).

Imediatamente a crise repercute no fluxo migratório iugoslavo e portanto no seu mercado de emprego. A emigração de trabalhadores iugoslavos para a Europa ocidental, especialmente a Alemanha Ocidental, vinha sendo um importante fator de controle do desemprego, diminuindo a pressão para a criação de novos empregos. Além disso, esses trabalhadores emigrados representavam uma das fontes principais de remessa de divisas estrangeiras para o governo iugoslavo. Contudo, com a recessão internacional que atinge a Alemanha Ocidental em 1975-1976 esse fluxo migratório é revertido, o que colocou a economia iugoslava sob forte pressão para prover novos postos de trabalho e também obter divisas estrangeiras, num quadro de crescente desequilíbrio da balança de pagamentos (MAGID, 1991, p. 38).

Com o abandono unilateral do tratado de Bretton Woods pelos EUA, o primeiro choque no preço do petróleo dos países da OPEC em 1973[155] e o aumento do protecionismo na Europa ocidental, a Iugoslávia é levada a redirecionar suas exportações para os países do COMECON[156] e a buscar fornecedores no Leste europeu e nos países não-alinhados, além de iniciar um processo de substituição de importações por produção doméstica, procurando tornar-se menos dependente de matérias primas e derivados do petróleo que tiveram seus preços fortemente elevados (WOODWARD, 1995, p. 251).

Todavia, dificuldades técnicas (como a reconversão dos equipamentos e das fábricas para a utilização do carvão iugoslavo ao invés do petróleo importado) e as vantagens aduaneiras dos setores produtores de manufaturados num sistema descentralizado de financiamento atrapalharam a reconversão produtiva que visava o aumento da produção nacional de matérias primas e bens intermediários. Com isso os estágios finais de transformação na cadeia produtiva frequentemente caracterizavam-se pela supercapacidade enquanto os estágios iniciais eram subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, a substituição de

[155] Embora toda a Europa tenha perdido competitividade com o declínio do dólar após 1973 e o primeiro choque no preço do petróleo, aqueles países cujas moedas eram menos valorizadas (caso da Iugoslávia) foram os mais afetados (EICHENGREEN, 2008, p. 152). De acordo com Eric Hobsbawm, "sob pressão do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, o preço do produto, então baixo e, em termos reais, caindo desde a guerra, mais ou menos quadruplicou em 1973, e mais ou menos triplicou de novo no fim da década de 1970, após a Revolução Iraniana. Na verdade, a gama real de flutuações foi ainda mais sensacional: em 1970 o petróleo era vendido a um preço médio de 2,53 dólares o barril, mas em fins da década de 1980 o barril valia 41 dólares" (HOBSBAWM, 2014, p. 459).

[156] As exportações para o países da OCDE caíram de uma média de 55.2% do total das exportações iugoslavas em 1971-1973 para 40.5% em 1974-1978, enquanto as exportações para países do COMECON aumentaram de uma média de 35.5% em 1971-1973 para 43% em 1974-1979 (WOODWARD, 1995, p. 251).

importações por produção nacional é mitigada com o aumento da dependência externa no setor petro-químico (SAMARY, 1988, p. 260-262).

O saldo final é uma economia com uma taxa elevada de investimentos com eficácia decrescente. Com um sistema de formação descentralizada dos preços e das rendas (isto é, sem o constrangimento seja de um mercado unificado, seja da operação de uma racionalidade unificadora via coordenação democrática direta) os custos crescentes dessa eficácia decrescente geraram pressão inflacionária e endividamento interno e externo (SAMARY, 1988, p. 255).

No plano político podemos verificar o acirramento das tensões entre os operários e a gerência profissional. O diagnóstico do alto escalão da Liga dos Comunistas era que o avanço do poder "tecnocrático", com a conivência e/ou apoio de dirigentes comunistas (que a literatura anglo-saxã tende a chamar de "ala liberal"), tinha ido longe demais. De acordo com Rusinow, a perda de controle do centro do partido sobre seus órgãos subordinados permitiu e encorajou o retorno de nacionalismos centrífugos ou hegemônicos e a ascensão de uma elite tecnocrático-gerencial controlando e "reprivatizando" a economia por meio da "propriedade de grupo".

> Portanto, ao invés de uma maior expansão da autogestão, o relaxamento gradual do firme controle do Partido e da disciplina do Partido centralizado levou a tomada do poder por políticos locais que eram frequentemente mais nacionalistas que comunistas, e por 'tecnocratas' na indústria, no comércio e nos bancos que admiravam as técnicas gerenciais ocidentais mais do que a classe trabalhadora iugoslava[157]. (RUSINOW, 1977, p. 322).

As reformas dos anos 1970 se deram em parte no intuito de enfrentar essa tendência "tecnocrática-gerencial", além da renovada busca por eficiência produtiva num novo arranjo democrático[158] (OLESZCZUK, 1980). Com a Lei sobre o Trabalho Associado de 1976 o pessoal administrativo e os gerentes sentiram-se diretamente atingidos, na medida em que o seu aumento salarial fora indexado ao aumento salarial dos operários. A reação

[157] No original: "Therefore, instead of the further expansion of self-management, the gradual relaxation of firm Party control ando f centralised Party discipline led to power being grabbed by local politicians who were often more nationalist than Communist, and by 'technocrats' in industry, commerce and banking who admired Western managerial techniques more than they did the Yugoslav working class" (RUSINOW, 1977, p. 322).

[158] Thomas Oleszczuk mostra que embora se falasse na tecnocracia já em 1957, é somente em 1967 que se inicia uma campanha aberta contra a dominação tecnocrática (OLESZCZUK, 1980). No plano legislativo pode-se apontar, por exemplo, para os artigos 101 e 102 da Constituição de 1974, que estabeleciam um controle da composição dos conselhos operários para frear a penetração tecnocrática. No artigo 101 determina-se que a "composição do Conselho operário deve ser adequada à estrutura social da comunidade de trabalho da Organização de Base do Trabalho Associado" e no artigo 102 especifica-se a interdição daqueles que exercem autonomamente funções gerenciais determinadas pelos Estatuso e pela Lei de serem eleitos para o conselho operário (Constituição de 1974).

gerencial logo se fez sentir. Já sob a pressão do FMI para a estabilização econômica, parte da legislação do trabalho é revertida já em 1981, concedendo maior poder à gerência para regular os salários e dispor da mão-de-obra (WOODWARD, 1995, p. 276-280).

Aqui nos interessa apontar para a posição dos dirigentes iugoslavos que compunham a vanguarda política, de origem revolucionária. Edvard Kardelj, já nessa fase em que a vanguarda política tenta reagir à perda de controle sobre tendências fragmentadoras e sobre o poder da "tecnocracia", argumentava em favor do papel do Estado e da Liga dos Comunistas como mantenedores do processo revolucionário, isto é, como protetores do sistema da autogestão. O líder iugoslavo explicava que não se tratava de defender "um regime de mão forte", com uma burocracia autoritária, mas sim de uma "cooperação do Estado e dos órgãos de autogestão num sistema de mútua responsabilidade democrática". O problema com a redução do papel do Estado, de acordo com Kardelj, é que embora isso possa beneficiar a classe trabalhadora, a "tecno-burocracia" formada por especialistas nas empresas e instituições também levaria vantagem. O temor era que uma aliança entre os trabalhadores e os tecnocratas ameaçaria não apenas o futuro da autogestão mas também o próprio partido. Por outro lado, a concorrência no mercado (mesmo com as consequentes desigualdades) seria o contrapeso necessário se se quisesse evitar um retorno à propriedade estatal (COHEN, 1989, p. 62).

Assim, é notório que a estratégia vanguardista consistia na busca de um equilíbrio das forças políticas indesejáveis que, não obstante, deveriam ser toleradas para que se evitasse tanto a via do estatismo quanto a via do capitalismo. Ao menos, teoricamente, até que a classe trabalhadora estivesse apta a levar a cabo a dissolução do Estado.

Podemos ainda apontar para a reforma educacional da década de 1970 como mais um indicativo do sentido da estratégia da vanguarda política da Liga dos Comunistas. Aprovada em 1974 e implementada no ano escolar de 1975-1976 na Croácia e na Voivodina e em 1979-1980 nas demais repúblicas e províncias autônomas, a Lei sobre a Educação Vocacional foi defendida como um instrumento de combate à reprodução das desigualdades sociais e uma maneira de rearticular educação e mundo do trabalho, de modo que a educação respondesse às reais necessidades produtivas preparando todos os estudantes com os devidos conhecimentos e habilidades exigidos para o bom desempenho profissional[159].

Reconhecendo na educação um papel crucial de reprodução da desigualdade social, os defensores da reforma argumentavam que a divisão no ensino secundário entre

[159] De acordo com Woodward, esta reforma teve sua origem no Projeto Mediterrâneo, com a assistência técnica da OCDE (WOODWARD, 1995, p. 273-277).

escolas vocacionais/técnicas e ginásios gerais que melhor preparavam para a entrada em universidades diminuía a possibilidade de superar a diferenciação social e de classes, fornecendo uma base para a reprodução de uma *intelligentsia* fora do estrato operário. Assim, o ensino secundário deveria ser homogeneizado: nenhuma escola deveria preparar os alunos exclusivamente para os estudos universitários. Sob o alegado objetivo de contribuir para a superação das contradições entre trabalho físico e intelectual e visando também aumentar a empregabilidade dos recém-formados no mercado de trabalho, a educação para uma profissão tornou-se obrigatória, estando presente em todos os colégios no terceiro ano do ensino secundário, enquanto nos dois primeiros anos o ensino seria comum a todos. Com a ideia de fortalecer a integração entre educação e produção, todos os alunos deveriam ser matriculados nos colégios mais próximos do local de habitação, onde adquiririam experiência de trabalho ainda enquanto estudantes nas empresas da sua região, o que em tese facilitaria a transição da educação para o mundo do trabalho (BACEVIĆ, 2014, p. 32-40).

Na prática, todavia, a reforma foi um fracasso no que se refere aos seus objetivos explícitos, o que se explica em grande medida pelo contexto econômico de crescente desemprego e estagnação do crescimento econômico que tornou muito difícil a integração às empresas dos recém-formados em busca de emprego. Embora houvesse exceções, ao que parece o que predominou foi a aceitação apenas formal de estagiários para cumprir com obrigações legais, sem qualquer integração efetiva no processo produtivo. Ademais, tanto professores como sindicatos reclamaram do pouco tempo disponível para prepararem-se adequadamente à reforma (BACEVIĆ, 2014, p. 41-44).

Todavia, para Jana Bacevic, o objetivo principal da reforma educacional não era econômico, e sim ideológico. Quer dizer, ao promover o "trabalho produtivo" em oposição à formação intelectual universitária, esperava-se não apenas combater o desemprego (uma das principais causas objetivas de descontentamento), mas também e principalmente esvaziar o poder crítico das universidades que vinha colocando em risco a manutenção da ordem existente, seja por meio de contestações à esquerda (Universidade de Belgrado em 1968 e o grupo Praxis), seja por meio de reivindicação autonomista de cunho étnico (albaneses do Kosovo reivindicando autonomia linguística e administrativa à Universidade de Prishtina com relação à Universidade de Belgrado) ou ainda por meio de um movimento de caráter liberal-nacionalista (Primavera Croata). Ou seja, com uma transição rápida para o mercado de trabalho, os jovens não passariam pelo principal *locus* de reprodução da contestação social (BACEVIĆ, 2014, p. 71-75).

Nos nossos termos, isso significa que a vanguarda política da Liga dos Comunistas adotou uma estratégia de proteção à concentração de poder ante as dissidências político-intelectuais que se concentravam nas universidades. Tal estratégia resultou na perda de capacidade de renovação do sistema e assim contribuiu decisivamente para facilitar o processo de dissolução da Iugoslávia.

Além disso, a reforma educacional provocou a ira da classe média, que viu ameaçada a reprodução da sua fonte de diferenciação social (seu "capital cultural") (WOODWARD, 1995, p. 362). Então, mesmo no sentido de homogeneizar ou unificar a classe trabalhadora pode-se dizer que a reforma fracassou, na medida em que a rejeição ideológica da classe média continuou a operar o fracionamento de classe.

Já no que se refere ao nacionalismo, pode-se notar que a reforma educacional foi incapaz de opor-se a sua escalada. Ao fixar os estudantes ao seu território de habitação, vinculando-os a empresas locais nas quais estagiam, diminui-se a circulação inter-regional e inter-repúblicas dos jovens trabalhadores. Com isso fortaleceu-se a identificação direta e cada vez mais exclusivista dos seus interesses com os de suas repúblicas de origem, identificação frequentemente explorada numa chave étnica (BACEVIĆ, 2014, p. 75-77).

Talvez o problema decisivo do ponto de vista da desintegração da Iugoslávia é que os anos 1970 marcam a consolidação de um desenho institucional confederativo que não era apenas extremamente descentralizador, mas era, sobretudo, desprovido de qualquer chave unitária capaz de contrabalançar o particularismo nacional de cada república e província. Do ponto de vista socialista, essa chave unitária deveria fundamentar-se na unidade de classe dos trabalhadores. Como insistiam os intelectuais do grupo Praxis, a autogestão deveria incluir algum tipo de mecanismo centralizador que promovosse a concertação entre os interesses dos trabalhadores fragmentados pela concorrência mercantil. O fato de que o sistema de delegações instituído com a Constitiução de 1974 não tenha estabelecido uma Câmara do Trabalho Associado no Parlamento Federal, como reivindicavam trabalhadores e sindicatos no auge da crise dos anos 1980, é revelador do limite fundamental do regime ante a autogestão.

Desintegração iugoslava e restauração capitalista

No plano econômico, a década de 1980 é marcada pela escalada da inflação, do endividamento e do desemprego. No plano político é a crescente resistência da classe trabalhadora à deterioração das condições de vida e a ascensão e vitória dos nacionalismos no

final da década articulada à restauração capitalista que lhe caracteriza. Como resume Catherine Samary:

> A crise aberta significou a implementação de uma política de austeridade e de reembolso da dívida que colocava em causa ao mesmo tempo os direitos autogestionários, os poderes cada vez mais autônomos das repúblicas e províncias e a melhoria do nível de vida: o "socialismo iugoslavo" viu assim derreter seus ingredientes ao mesmo tempo em que se agudizava a crise de legitimidade do partido único[160]. (SAMARY, 1992, p. 19)

John Allcock procura fazer um balanço bibliográfico sobre vários aspectos da história iugoslava, inclusive sobre as explicações para a sua desintegração (ALLCOCK, 2000). Nesse ponto, as crescentes desigualdades aparecem como um fator importante de ruptura, na medida em que o projeto socialista se legitimava em grande parte sobre a expectativa de uma relativa igualdade. Assim, referindo-se aos estudos de Sharon Zukin, Lenard Cohen, Josip Županov e Alvin Magid, Allcock destaca o fracasso da elite iugoslava em controlar a escalada das desigualdades e na resolução do explosivo conflito político em torno do estatuto do Kosovo, degenerando numa "questão étnica" entre albaneses e sérvios. No nível das elites, a experiência "pós-comunista" sugere que ao menos alguns setores da elite política beneficiaram-se da restauração capitalista junto às elites econômicas. Assim, para Allcock, não parece haver suficiente diferenciação entre uma elite técnica e econômica e uma elite política que pudesse justificar uma "aposta" numa solução alternativa à desintegração baseada num interesse de classe comum entre gerentes de empresa nas diversas repúblicas iugoslavas (ALLCOCK, 2000, p. 206-210).

Esse é um ponto relevante para a nossa análise da estrutura e dinâmica de classes da sociedade iugoslava, que faremos mais adiante nessa tese. Por hora, podemos apontar que com a morte das principais lideranças da vanguarda política (Tito em 1980, Kardelj em 1979 e Bakarić em 1983), o setor cada vez mais minoritário da burocracia do partido/Estado comprometido com algum projeto socialista dará lugar à hegemonia de uma aliança entre as lideranças políticas regionais com a classe dos gerentes de empresa, o topo da burocracia empresarial. O fato de que os gerentes de empresa não encontrem uma unidade de classe em torno de um projeto supra-nacional iugoslavo não invalida a sua caracterização enquanto classe. Essa caracterização, a nosso ver, é fundamental para compreender a sua falta de empenho em manter a unidade da Iugoslávia, unidade que dependia da resolução de conflitos

[160] No original: « La crise ouverte a signifié la mise en œuvre d'une politique d'austérité et de remboursement de la dette qui remettait en cause tout à la fois les droits autogestionnaires, les pouvoirs de plus en plus autonomes des Républiques et Provinces, et l'amélioration du niveau de vie : le « socialisme yougoslave » a ainsi vu fondre ses ingrédients en même temps que s'aiguisait la crise de légitimité du Parti unique » (SAMARY, 1992, p. 19).

sobre uma plataforma socialista, onde a igualdade social e a solidariedade inter-repúblicas teria um papel central.

O que se viu foi justamente o contrário. De acordo com Goran Music, na metade dos anos 1980 os defensores do liberalismo econômico que haviam sido marginalizados da vida política com a reforma dos anos 1970 retornaram revigorados. Economistas liberais ascendem nas universidades, nas câmaras econômicas, nas revistas especializadas em economia e retomam os postos perdidos na Liga dos Comunistas e no aparato estatal. Com isso, reverte-se a orientação "anti-tecnocrática" dos anos 1970 (a própria expressão pejorativa "tecnocracia" sai do vocabulário usual da mídia e do partido) e é fortalecido o vínculo direto entre a elite gerencial das empresas e as novas lideranças da Liga dos Comunistas. A crise passa a ser considerada como o resultado do abandono do "socialismo de mercado", sob a pressão da demagogia social e do esquerdismo no final dos anos 1960 (MUSIC, 2016a, 182-183).

Ora, além das crescentes dificuldades políticas já mencionadas nessa tese, o peso das adversas condições econômicas internacionais não pode ser ignorado quando procuramos entender a profundidade da crise testemunhada nos anos 1980. Os choques externos de 1979 e 1980 atingiram violentamente a economia iugoslava. Em 1980 o salto nas taxas de juro em dólar americano elevou muito as obrigações do serviço da dívida iugoslava, "já que a maior parte da sua dívida era denominada em dólares americanos e 58% desta dívida era em empréstimos comerciais de juros altos". Com isso a dívida externa saltou de dois bilhões de dólares em 1969 para 20 bilhões de dólares em 1982, a razão do serviço da dívida em moeda forte foi para 24% em 1978 e para 35% em 1980 e o encargo médio de amortização no período de 1983-1986 foi de 5 bilhões de dólares por ano, sendo que o principal da dívida só começou a ser pago em 1985 (WOODWARD, 1995, p. 253).

A balança comercial continuou deficitária, em parte devido ao despejo massivo de estoques de matérias-primas estratégicas no mercado mundial por parte dos EUA, da França e de outros países da OCDE, afundando os preços de minerais exportados pela Iugoslávia. Em paralelo, o comércio iugoslavo nos mercados do Leste e no sul em desenvolvimento foi atingido pelo segundo aumento de preço do petróleo soviético e do petróleo da OPEC. Com isso as exportações da Iugoslávia começaram a perder competitividade, resultando numa balança comercial negativa. Além disso, como sublinha Woodward, diferentemente dos anos 1970, desta vez "os bancos comerciais ocidentais escolheram parar de emprestar para a Europa Oriental", temendo que a crise polonesa de 1980-1981 iria se espalhar (WOODWARD, 1995, p. 254).

De acordo com Ana Dević, a mudança na demanda internacional por produtos manufaturados (em detrimento de produtos primários) causou um impacto desigual na Iugoslávia, favorecendo as repúblicas que mais exportavam bens manufaturados (Eslovênia e Croácia) com melhor acesso aos mercados consumidores no Ocidente e ao crédito internacional. Assim, Eslovênia e Croácia teriam se tornado menos dependentes das restrições impostas pelo governo federal sobre os fundos administrados via FMI, o que contribuiu para moldar a perspectiva de seus dirigentes na sua relação com a federação na segunda metade dos anos 1980 (DEVIĆ, 2016, p. 23).

Sob as exigências "draconianas" de estabilização advogadas pelo FMI para a obtenção de novos empréstimos e reescalonamento da dívida se seguiram várias tentativas de impor um plano de austeridade, que incluía flutuação livre da taxa de câmbio, a liberalização dos preços no mercado interno, cortes nas despesas públicas e uma política monetária contracionista[161] (AVRAMOV and GNJATOVIĆ, 2008). É claro que com a autogestão no interior das empresas não era nada simples forçar uma política de arrocho salarial. Assim, uma série de medidas visando "sanar as finanças" se sucedeu ao longo dos anos 1980. A cesta básica que definia o salário mínimo foi reduzida em 1982. Foi introduzido o racionamento de petróleo, eletricidade, açúcar e farinha. O governo aprovou um decreto (julgado inconstitucional pela Corte Constitucional) em 1983 que vinculava o aumento salarial ao crescimento do rendimento líquido na empresa, com o que se pretendia impor a disciplina financeira necessária para que as empresas pagassem seus fornecedores e os créditos contraídos junto aos bancos. Depois, em 1986, proibira mesmo a distribuição dos salários antes do reembolso das dívidas aos credores. Em 1987 foram aprovadas leis que facilitavam a falência das empresas que operavam com perdas[162]. A tributação e o financiamento dos serviços públicos (que sofreram cortes de pessoal) e da habitação foram transferidos das empresas para as rendas pessoais. Claramente, o fardo da crise era suportado pela classe trabalhadora iugoslava (MUSIĆ, 2016a, p 163; WOODWARD, 1995, p. 280-282).

Os percentuais do Produto Nacional Bruto investidos em educação e saúde sofreram forte redução. Em 1969 o percentual gasto com saúde era de 7,1%, em 1975 foi reduzido para 5,7% e em 1987 chegara a apenas 3,95% (SARIC and RODWIN, 1993, p. 229).

[161] Já em 1981 o governo federal, presidido pelo esloveno Sergej Kraigher, formou uma comissão econômica para definir as medidas de combate à crise. Em 1983 a "Comissão Kraigher" publicou suas conclusões – "Programa de Longo Prazo de Estabilização Econômica" – pelo qual recomendava a liberalização do comércio e mais elementos de mercado, embora conservando a "propriedade social" e a estrutura básica da autogestão (HUDSON, 2003, p. 59).

[162] Em 1981, 7,8% das empresas do setor social dedicadas a atividades "econômicas" operavam com perdas. Elas empregavam 4,9% do total de trabalhadores do setor social "econômico" e suas perdas representavam aproximadamente 1,6% do produto material bruto (KNIGHT, 1984, p. 5).

A educação sofre redução similar no orçamento: em 1977 o percentual era de 5.9% do PNB, já em 1984 caira para apenas 3,5% (CURTIS, 1992, p. 115).

Mesmo com a forte queda nos ganhos líquidos reais nas empresas, com a política de elevação da taxa de juros iniciada em 1982 e as sucessivas desvalorizações do dinar, a inflação praticamente não cessou de crescer: em 1983 a taxa de inflação anual média era de 40%, em 1987 já atingia 120% e em 1989 alcançou o ápice hiperinflacionário de 1240% (ver tabela nº 10[163]; SAMARY, 1988, p. 268-269; SAMARY, 1995, p. 55). Em 1985 o desemprego oficial já passava de 20% em todas as repúblicas, com exceção da Eslovênia (1,8%) e da Croácia (7,9%), chegando à taxa de 54,2% no Kosovo (WOODWARD, 1995, p. 384).

Tabela nº 10

Taxas Anuais de Inflação na Iugoslávia, 1980-1990 (em %)											
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Dez.	37	36	33	60	53	75	92	169	245	2685	120
Média	31	39	31	40	54	72	90	120	194	1240	588
Fonte: IFS											

Evidentemente, o resultado para a população foi catastrófico: o nível de vida geral caiu 34% entre 1979 e 1984. Nesse ano o nível de vida dos trabalhadores no setor socializado regredira aos níveis dos anos 1960 (MUSIĆ, 2016a, p. 164).

Paralelamente, aumentava o sentimento de falta de influência/poder dos trabalhadores no processo decisório nas empresas. Um estudo esloveno em grandes empresas registrou que em 1985 83% dos trabalhadores sentiam ter pouca ou nenhuma influência sobre o curso dos eventos nas suas organizações econômicas, percentual significativamente mais alto do que o percentual de 64% registrado em 1976[164] (DEVIĆ, 2016, p. 25).

Com a drástica queda nas condições de vida e o forte sentimento de falta de poder, não é difícil entender porque na década de 1980 a Iugoslávia figura como um dos países com maior número de greves em toda a Europa, indo de 247, com 13.507 trabalhadores envolvidos, em 1980, para 1.851 greves, envolvendo 386.123 trabalhadores em 1988 (MUSIĆ, 2013, p. 13). As análises sobre essa onda grevista apontam para uma potencial

[163] Tabela extraída de ROCHA, 1991, p. 2.

[164] Este sentimento de falta de poder, embora fosse mais pronunciado entre os operários, também se revelava entre especialistas/profissionais (60% em 1976 e 81% em 1985) e mesmo entre a alta gerência (33% em 1976 e 38% em 1985) (DEVIĆ, 2016, p. 25).

alternativa classista à desintegração iugoslava, na qual os trabalhadores revelaram solidariedade inter-étnica e uma pauta que defendia não apenas seus salários, mas também a autogestão dos trabalhadores como uma saída para a crise. De acordo com Jake Lowinger (2009) e Goran Musić (2013, 2016a, 2016b) o nacionalismo só ganha aderência entre importantes setores da classe trabalhadora (especialmente os mais jovens) no final da década de 1980, marcada pela manipulação política no quadro das disputas entre as repúblicas. De acordo com Lowinger,

> Lideranças regionais conseguiram descarrilhar os movimentos operários e cooptaram grande parte de seu eleitorado em movimentos nacionalistas de todos os tipos. Em meados de 1987, os movimentos nacionalistas ainda eram partidos fracamente organizados nas franjas mais periféricas da sociedade sem qualquer apoio na política oficial em qualquer lugar da federação. Em 1991, esses movimentos controlavam os governos regionais da maioria das unidades federais da Iugoslávia e já tinham o firme controle sobre o próprio governo federal. Para além das intermitentes tensões entre albaneses e sérvios no Kosovo ao longo dos anos 1980, quase não havia tensão étnica da qual se possa falar durante toda a década, e certamente não na Croácia ou na Bósnia, que se tornaram os primeiros grandes campos de batalha das guerras iugoslavas[165]. (LOWINGER, 2009, p. 80-81)

Lowinger sustenta a tese de que o nacionalismo ocupou um vazio político criado pelo impasse entre a insistência dos reformadores neoliberais iugoslavos e do FMI em perseguir o plano de austeridade e a resistência da classe trabalhadora que se recusava a perder o seu relativo controle sobre os próprios salários e a aceitar o rebaixamento das suas condições de vida que estava em curso. De acordo com o seu estudo das manifestações dos trabalhadores ao longo da década de 1980, não havia um caráter nacionalista no movimento operário; pelo contrário, havia solidariedade inter-étnica[166] e crescente amplitude, na medida

[165] No original: "As argued above, regional leaders successfully derailed worker movements and co-opted large swathes of their constituency into nationalist movements of all stripes. By the middle of 1987, nationalist movements were still weakly organized parties on the far fringes of society with no foothold in official politics anywhere in the federation. By 1991, these movements controlled the regional governments of most of Yugoslavia's federal units and were already in firm control over the federal government itself. Apart from on-again, off-again tensions between Albanians and Serbs in Kosovo throughout the 1980s, there was barely any ethnic tension to speak of at all during the decade, and certainly not in Croatia or Bosnia which would become the first major battlegrounds of the Yugoslav wars" (LOWINGER, 2009, p. 80-81).

[166] A greve dos mineiros em Labin, na Croácia, em 1987, envolveu cerca de mil trabalhadores oriundos de diversas regiões da Iugoslávia (a maioria eram bósnios e kosovares) e contou com amplo apoio da população croata, além de angariar a simpatia de jornalistas e trabalhadores em toda a Iugoslávia. Enquanto o governo federal pretendia iniciar uma política de congelamento salarial para conter a inflação, os trabalhadores reagiram exigindo um aumento salarial de 100%. Após 34 dias de greve e intenso conflito político com ampla cobertura midiática (o que irritou enormemente as lideranças da Liga dos Comunistas), os mineiros conseguiram 46% de aumento salarial e a demissão de vários gerentes de alto escalão (majoritariamente croatas) (LOWINGER, 2009, p. 83-89). Enquanto a cosmopolita liderança sindical estava distanciada dos trabalhadores, estando mais próxima do governo federal do que da representação dos interesses dos mineiros, os líderes nacionalistas começaram a se aproveitar desse vazio de representação para converter os trabalhadores para a sua agenda política. Outro caso estudado por Lowinger envolvera cerca de mil mineiros de Trepca (complexo mineiro localizado no município

em que a indignação dos trabalhadores passa a se deslocar do nível intra-empresa (primeira metade da década de 1980) (contra gerentes e representantes sindicais) para o nível do governo federal, com manifestações em frente ao parlamento em Belgrado[167] e uma explosão de greves entre 1987 e 1988. Todavia, com a insistência do governo federal em perseguir as reformas exigidas pelo FMI e o silêncio dos governos locais e de cada república, a situação político-econômica degradou-se.

A classe trabalhadora, por sua vez, demonstrou estar num processo ascendente de articulação em torno da manutenção do seu direito à autogestão e da resistência em face da degradação das suas condições de vida (ver tabela nº 11[168]). Os grevistas manifestavam uma clara rejeição ao neoliberalismo ao exibirem bandeiras comunistas e retratos de Tito. Todavia, eles não obtiveram sucesso em criar um movimento suficientemente amplo, que articulasse uma alternativa em todas as repúblicas, e que encontrasse ressonância nas lideranças políticas da Liga dos Comunistas. Então foram os setores nacionalistas que entraram em cena e conseguiram arregimentar significativas parcelas da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que procuravam salvaguardar a confiança do FMI. Em cada república a tática adotada diferiu, assim como os resultados políticos e econômicos (LOWINGER, 2009).

---

de Mitrovica, na província do Kosovo) que se reuniram num expressivo movimento grevista que reivindicava não apenas melhorias salariais, mas também uma distribuição mais igualitária dos salários e o retorno ao controle operário dos primeiros anos da autogestão. Trabalhadores albaneses e sérvios estavam lado a lado, a despeito da reação extremamente negativa do governo de Kosovo, que acusava o movimento grevista de objetivar a desestabilização política, sendo organizado por doze "agitadores". A hostilidade das lideranças locais com o movimento grevista deixou aberto um espaço político que Slobodan Milošević não hesitou em ocupar, apresentando-se como salvador do povo trabalhador de Kosovo (LOWINGER, 2009, p. 96-100). De acordo com Lowinger, as lideranças locais geralmente utilizaram-se do rótulo de "nacionalismo" para intimidar trabalhadores albaneses a abandonar suas reivindicações (melhores salários, distribuição salarial mais igualitária). Por exemplo, durante uma greve em Pristina em 1987, em que trabalhadores albaneses e sérvios participavam juntos, lideranças locais da Liga dos Comunistas e administradores albaneses advertiram os trabalhadores albaneses de que seriam acusados de "atividade separatista" se se juntassem aos seus colegas sérvios na greve (LOWINGER, 2009, p. 102). Assim, o nacionalismo foi uma arma política utilizada para disseminar a divisão na classe trabalhadora, que até 1988 demonstrou que a solidariedade de classe prevalecia às divisões étnicas.

[167] Os trabalhadores grevistas de Borovo e Vukovar, na região limítrofe da Croácia com a Sérvia, passaram por sucessivas reuniões com autoridades locais, passando por Zagreb e finalmente decidindo por uma massiva manifestação em Belgrado, na Praça Marx e Engels, em frente ao Congresso Federal. Os trabalhadores portavam bandeiras da Federação Iugoslava e alguns carregavam retratos de Tito. A atitude desses trabalhadores croatas e sérvios, bem como a de outros trabalhadores sérvios de outras fábricas que vieram prestar solidariedade em Belgrado, ilustra o caráter etnicamente diversificado e a solidariedade de classe do movimento operário que reagia para se defender frente à agressiva reforma econômica imposta pelo governo federal. Não é por acaso que a cidade de Vukovar, aonde conviviam pacificamente croatas e sérvios, trabalhando juntos nas mesmas empresas, tenha sido um dos alvos centrais do nacionalismo sérvio em 1991, objetivando não apenas o combate aos soldados croatas, mas também a própria destruição da solidariedade inter-étnica, em nome da "retomada" da cidade para a "Grande Sérvia" (LOWINGER, 2009, p. 89-94).

[168] Tabela extraída de LOWINGER, 2009, p. 64.

Tabela nº 11

Indicadores de crise econômica (Bartlett 1992) (mudança média por ano)					
	PIB real per capita	**Produção real por empregado no sector manufatureiro**	**Ganhos reais por empregado no setor manufatureiro**	**Emprego no setor manufatureiro**	**Preços (deflator do PIB)**
1970-1975	4.5	10.09	0.5	4.79	17.28
1975-1980	5.08	0.63	1.49	4.99	18.25
1980-1985	-0.05	-5.18	-7.95	3.14	38.63

Samary colocou o problema nos seguintes termos: ou vence a lógica social da resistência à austeridade mercantil ou vence a tendência da explosão em nacionalismos exacerbados (SAMARY, 1988, p. 272-273). Como sabemos, tragicamente foi a segunda via que se impôs.

Os estudos de Goran Musić sobre os trabalhadores de Rankovica (Sérvia) corroboram a tese de Lowinger e iluminam o processo de manipulação que culminou com o fim do que restara da autogestão, do projeto socialista e da própria Iugoslávia. Musić mostra que os trabalhadores focavam na questão da desigualdade, reivindicando uma grande redistribuição da riqueza. Além disso, uma das reivindicações mais importantes, na qual insistiam operários e sindicalistas da base, era a introdução de uma Câmara do Trabalho Associado no Parlamento Federal que pudesse servir como contraponto às tendências desintegradoras e emancipasse a classe trabalhadora da tutela de políticos das repúblicas e das províncias (MUSIĆ, 2016a, 2016b).

Conforme Musić,

> Os valores igualitários ligados à autogestão dos trabalhadores não desapareceram da consciência popular na década das reformas. Eles continuaram a circular longe dos olhos do público e encontraram sua mais clara expressão dentro dos ramos sindicais locais. Sentindo o calor do descontentamento vindo do chão-de-fábrica, uma nova geração de sindicalistas foi empurrada para o primeiro plano, não hesitando em organizar suas próprias reuniões públicas e elaborar suas próprias demandas.
>
> O ano de 1988 testemunhou, portanto, mobilizações simultâneas de dois grupos em Rakovica com programas baseados em duas visões opostas do socialismo iugoslavo. O aparato partidário enfatizava a importância da questão nacional sérvia, mas também oferecia uma visão pró-mercado da autogestão, baseada nas perspectivas de aumento dos rendimentos das empresas com melhor desempenho e maiores níveis de

> consumo de trabalhadores individuais por meio das reformas econômicas liberais. O segundo ator político organizado foi o *sindicato local*, que baseou seu programa na *luta contra o aumento das desigualdades sociais* e *por uma maior voz política dos trabalhadores*[169]. (MUSIĆ, 2016b p. 143; grifos nossos)

Assim, ainda que trabalhadores sérvios com maior senso de identidade nacional fossem bastante sensíveis ao que se passava com a minoria sérvia no Kosovo (de acordo com a forma retratada pela imprensa, por políticos, por intelectuais etc.), a mensagem de Slobodan Milošević não encontrou eco imediato no meio operário, "onde qualquer tipo de diferenciação étnica entre trabalhadores era tradicionalmente tabu, e onde a ideia de nacionalismo como algo estranho e perigoso para a classe trabalhadora era profundamente arraigada" (MUSIĆ, 2016b, p. 142).

O caráter socialista das manifestações dos trabalhadores sérvios era visível nas marchas de 1988:

> Entre maio e outubro de 1988, várias organizações de trabalho de todas as partes do país reuniram-se em frente ao edifício da Assembleia Federal no centro de Belgrado. Os trabalhadores do complexo fabril Zmaj afluíram às ruas de Belgrado em junho sob os slogans "Vida longa à classe trabalhadora", "Abaixo à burguesia" e "Vocês traíram Tito"[170]. (MUSIĆ, 2016b, p. 144)

Conquanto as pautas dos grevistas fossem classistas, a manipulação midiático-política em torno de Milošević e em favor de um giro nacionalista acabou por se sobrepor a partir do seu discurso aos manifestantes em frente do parlamento federal em Belgrado, em 4 de outubro de 1988 (MUSIĆ, 2016b, 144-150). A mídia sérvia começou a apresentar a nação sérvia e a liderança da Liga dos Comunistas da Sérvia como os únicos que restaram em defesa dos valores socialistas. Os atributos antes atribuídos a todo o proletariado passam a ser identificados exclusivamente na nação sérvia e a linguagem oficial usa de modo equivalente as expressões "classe trabalhadora" e "povo sérvio", até finalmente abandonar a primeira em

---

[169] No original: "The egalitarian values connected to workers' self-management did not disappear from the popular consciousness in the decade of reforms. They continued to circulate away from the public eye and found their clearest expression inside the local trade union branches. Feeling the heat of discontent from the shop floor, a new generation of trade union activists was pushed to the fore, not hesitating to organize their own public gatherings and draft their own demands.
1988 therefore witnessed simultaneous mobilizations of two groups inside Rakovica with programs based on two opposing visions of Yugoslav socialism. The party apparatus was stressing the importance of the Serbian national question, but it was also offering a pro-market view of self-management, based on the perspectives for increased incomes of the best performing enterprises and higher consumption levels of individual workers through liberal economic reforms. The second organized political actor was the *local trade union*, which based its program on the *struggle against increasing social inequalities* and *for a greater political voice of the workers*" (MUSIĆ, 2016b p. 143; grifos nossos).

[170] No original: "Between May and October 1988, several work organizations from all parts of the country rallied in front of the Federal Assembly building in downtown Belgrade. The workers from the Zmaj combine factory poured out into the streets of Belgrade in June under the slogans 'Long Live the Working Class', 'Down with the Bourgeoisie' and 'You Betrayed Tito'" (MUSIĆ, 2016b, p. 144).

favor da segunda (MUSIĆ, 2013, p. 16-17). A partir daí, aparece como crucial o papel de um significativo setor da Liga dos Comunistas da Sérvia (incluindo gerentes de empresas), sob a liderança de Slobodan Milošević, no desarme do potencial político da classe trabalhadora:

> Com um programa que prometia maior autonomia para as empresas autogeridas, por meio de reformas econômicas pró-mercado, e mais responsabilização para a burocracia estatal, com a ajuda da centralização política, a nova liderança da república conseguiu atrair o apoio ativo de uma camada significativa de trabalhadores industriais na Sérvia[171]. (MUSIĆ, 2013, p. 13)

O governo sérvio em aliança com os gerentes de empresas passam a mobilizar os trabalhadores em comícios, fazendo penetrar slogans nacionalistas ao lado de insígnias socialistas. Esta aliança foi crucial para iniciar a transição a um novo regime de propriedade, na qual aqueles gerentes que escolheram se aliar ao grupo de Milošević viriam a obter acesso privilegiado à propriedade privada ou estatal no "pós-comunismo", marcado por relações clientelistas. Musić destaca a habilidade de uma fração da burocracia sérvia na adaptação às novas condições globais, aliando-se à elite gerencial das empresas para tentar "transformar as camadas sociais privilegiadas sob o socialismo na nova classe dominante com plenos direitos de propriedade". Contudo,

> Para os trabalhadores, esse movimento não foi apresentado como uma ruptura com a herança socialista. Muito pelo contrário, ele foi largamente percebido como uma continuação do velho sistema por meio da modernização inevitável. Uma vez que Milošević conseguiu construir a sua imagem como o protetor dos direitos dos trabalhadores e o único detentor da herança socialista iugoslava, as mobilizações independentes da classe trabalhadora foram cortadas pela raíz antes que tivessem a chance de evoluir por conta própria. Em vez de protestos de base dos trabalhadores, a nova liderança começou a organizar comícios de cima para baixo, onde as demandas operárias foram dissolvidas em um programa mais amplo da luta política da burocracia sérvia contra as nomenclaturas políticas rivais em outras repúblicas que começaram a flertar com a ideia de separação da Iugoslávia. A identidade de classe e as greves econômicas foram substituídas por apelos à unidade nacional, supostamente necessária para impedir a dissolução do país[172]. (MUSIĆ, 2013, p. 17)

---

[171] No original: "With a program which promised greater autonomy for the self-managed enterprises, through pro-market economic reforms, and more accountability for the state bureaucracy, with the help of political centralization, the new republican leadership managed to attract active support from a significant layer of industrial workers inside Serbia" (MUSIĆ, 2013, p. 13).

[172] No original: "To the workers, this move was not presented as a rupture with socialist heritage. Quite the opposite, it was widely perceived as a continuation of the old system through inevitable modernization. Once Milošević succeeded in building up his image as the protector of workers' rights and the sole keeper of the Yugoslav socialist heritage, the independent working class mobilizations were nipped in the bud before they had the chance to evolve on their own. In place of grassroot workers' protests, the new leadership started organizaing top-down rallies, where blue-collar demands were dissolved into a broader program of the political struggle of Serbian bureaucracy against the rival political nomenclatures in other republics, which began flirting with the

Entre 1989 e 1991 avança e se consolida o processo de desintegração da Iugoslávia, dando início a diversas guerras envolvendo sérvios, croatas, bósnios e kosovares. Em 1990 ocorrem as primeiras eleições multi-partidárias em todas as repúblicas da Iugoslávia. No primeiro semestre, o partido anti-comunista HDZ vence na Croácia com 42% dos votos (ex-comunistas ficaram chegaram a 25%), alçando à presidência o nacionalista Franjo Tuđman. Na Eslovênia vencera a coalização DEMOS com 55% dos votos (contra 17% para os comunistas); todavia, o candidato comunista Milan Kucan derrota o candidato do DEMOS para a presidência.

No final do ano, as demais repúblicas realizam suas eleições. Na Macedônia nenhum partido ganha a maioria absoluta e é eleito à presidência o comunista Kiro Gligorov. Em Montenegro vence o comunista Momir Bulatovic. Na Bósnia 55% dos votos foram para partidos nacionalistas (o muçulmano DAS, o sérvio SDS e o croata HDZ[173]), 25% para partidos não-nacionalistas (ex-comunistas, liberais e reformistas) e 20% se absteram. Na Sérvia é eleito presidente Slobodan Milošević com 65% dos votos e o seu Partido Socialista ganha 194 assentos de 250 na Assembleia.

A Eslovênia, após um referendo realizado ainda no final de 1990, declara independência da Iugoslávia em junho de 1991, seguida pela Croácia (que realizara um referendo em maio) no mesmo mês[174]. A Macedônia também realiza um referendo sobre sua soberania já em setembro de 1991, seguido pela decisão do parlamento da Bósnia-Herzegovina em favor de sua soberania em outubro. Em fevereiro de 1992 os bósnios realizam um referendo sobre a independência: enquanto os sérvios (constituindo 33% da população) decidiram boicotá-lo, os 66% restantes votaram em favor da independência bósnia. Com isso restava a República Federal da Iugoslávia (declarada em 27 de abril de 1992), constituída apenas pela Sérvia e por Montenegro[175] (que realizara um referendo em março de 1992 decidindo permanecer na Iugoslávia), que elege como presidente o escritor

---

idea of separation from Yugoslavia. Class identity and economic strikes were substituted with calls for national unity, allegedly needed to prevent the break-up of the country" (MUSIĆ, 2013, p. 17).

[173] Esses três partidos fazem um pacto de governo, elegendo para a presidência o muçulmano Alija Izetbegovic, para a presidência do parlamento o sérvio Mocilo Krajisnik e para primeiro ministro o croata Jure Pelivan.

[174] De um lado, as declarações de independência desencadeiam a intervenção militar do exército iugoslavo na Eslovênia e os ataques de milícias sérvias com apoio do exército em áreas croatas e bósnias. Os conflitos se multiplicam, envolvendo croatas, sérvios e muçulmanos. De outro lado, iniciam-se por parte da Comunidade Europeia os embargos militares e financeiros sobre o que restara da Iugoslávia. Em dezembro de 1991 a Alemanha reconhece a independência da Eslovênia e da Croácia, seguida pelo restante da Comunidade Europeia em janeiro de 1992. A Comunidade Europeia reconhece a independência da Bósnia-Herzegovina em abril de 1992, enquanto a Grécia veta o reconhecimento da independência da Macedônia. Ainda em abril, os EUA reconhecem a independência da Croácia, da Eslovênia e da Bósnia-Herzegovina.

[175] A união entre Sérvia e Montenegro acabará por se enfraquecer. Em 2003 extingue-se a República Federal da Iugoslávia, sucedida pela União Estatal de Sérvia e Montenegro. Em 2006 Montenegro decide por referendo pela separação da Sérvia por uma margem muito estreita de votos.

sérvio Dobrica Cosic. A província autônoma da Voivodina continua fazendo parte da Sérvia, enquanto o Kosovo[176] segue reivindicando independência, com sucessivas manifestações seguidas de repressão (SAMARY, 1995).

Em paralelo ao desmantelamento da Iugoslávia, se dava o processo de privatização. Em 1987 o FMI e o Banco Mundial pressionaram fortemente pela remoção dos elementos remanescentes do socialismo que inibiam a alocação mercantil do capital e do trabalho. Ou seja, exigia-se o fim da autogestão. Então foram aprovadas emendas constitucionais que derrubaram a legislação do trabalho de 1974-1976, dando aos gerentes o poder de contratar e demitir mão-de-obra. Em 1988 iniciou-se o processo de privatização, com uma legislação que concedia direitos de propriedade privada para o capital estrangeiro e estabelecia o fim do direito de consulta dos trabalhadores no interior das empresas do setor social, além do desmantelamento do sistema de OBTAs. O argumento corrente entre os especialistas liberais (na Iugoslávia e no exterior) era que a autogestão impedia a alocação racional de trabalho e os incentivos necessários para o aumento de produtividade. Então, sob a liderança do recém-empossado primeiro ministro Ante Marković, legalizou-se definitivamente a alocação mercantil de trabalho e de capital, fazendo avançar a privatização com uma legislação Federal aprovada em dezembro de 1989 (WOODWARD, 1995, p. 5 e 350-351).

Samary destaca como essa nova legislação primeiramente anulou a preponderância da propriedade social com relação às outras formas de propriedade e retirou o seu caráter societário (tal como estabelecido pela Constituição de 1974), reduzindo-a a uma propriedade de grupo, atomizada, isto é, exclusiva do coletivo de trabalho de cada empresa, encerrando de vez com qualquer possibilidade de planificação autogestionária. Essa revisão escamoteou o gradual abandono da autogestão, processado sem consulta democrática, haja vista a sua popularidade entre os trabalhadores[177] (SAMARY, 2004).

---

[176] Sob o governo sérvio de Milošević os albaneses do Kosovo perderam toda a autonomia política e cultural obtida com a Constituição de 1974. A Voivodina também perde autonomia política, tendo excluído seu direito de voto na federação iugoslava (SAMARY, 1995, p. 79). Em 2008 o parlamento do Kosovo declara independência, que não é reconhecida pelo governo sérvio. Atualmente, 108 países membros da ONU reconhecem formalmente o Kosovo como um Estado independente e soberano, incluindo EUA, Alemanha e França. Dentre outros países, Rússia, China, Espanha, Grécia, Argentina e Brasil opõem-se ao reconhecimento da independência do Kosovo.

[177] Johanna Bockman também sublinha a opacidade e o modo não democrático com que se implantou o neoliberalismo no Leste Europeu. Acordos em torno da propriedade dos trabalhadores e da autogestão muitas vezes não foram cumpridos, como nos casos da Polônia e da Hungria. Um ex-vice-ministro promotor da privatização na Polônia disse ao cientista político Agnieszka Paczynska que a "privatização não implica tanto em tirar o Estado das empresas, mas sim em tirar delas a autogestão dos trabalhadores" (BOCKMAN, 2011, p. 207-214).

Numa primeira fase (sob variadas formas e com múltiplas etapas de acordo com cada caso), comum a todos os países da ex-Iugoslávia, o processo de privatização não apareceu como contrário ao interesse dos trabalhadores, já que as ações foram distribuídas gratuitamente ou vendidas em condições muito favoráveis aos *insiders* (trabalhadores e gerentes das empresas) (com até 70% de desconto e dez anos para o pagamento) ou mesmo dispersas entre cidadãos que trabalhavam nos serviços públicos, aos aposentados e aos camponeses (SAMARY, 2004; UVALIĆ, 2001). De acordo com Musić, os que mais se beneficiaram deste método "não foram os trabalhadores comuns, mas os gerentes de empresa e outros investidores que estavam numa posição para acumular grandes somas de dinheiro através do uso indevido do capital social" (MUSIĆ, 2013, p. 18).

No caso sérvio, em que a propriedade social permaneceu por longo tempo ao lado de outras formas de propriedade (privada, estatal e formas mixtas[178]), Goran Musić argumenta que o fato de que muitas fábricas tenham se tornado formalmente, em parte, de propriedade dos trabalhadores não fez muita diferença no chão de fábrica:

> A autogestão dos trabalhadores e os seus órgãos de fábrica foram em grande parte desmantelados e não havia nenhuma nova estrutura institucional que pudesse habilitar os trabalhadores a usar os seus direitos de propriedade para ter voz na tomada de decisões da gestão. Por outro lado, também não havia mercados financeiros desenvolvidos onde os funcionários pudessem vender suas ações. Assim, o acionariado dos trabalhadores provou ser o natimorto da transição sérvia[179]. (MUSIĆ, 2013, p. 19)

Ainda de acordo com Musić, uma pesquisa realizada nas vésperas da primeira eleição multipartidária, em 1990, revelou que 51% dos cidadãos escolheram a propriedade privada como a forma preferida de propriedade, contra 27% das pessoas afirmando que a propriedade social deve continuar a ser a relação de propriedade principal, e 22% daqueles que ainda estavam indecisos. Os eleitores do Partido Socialista de Milošević foram mais propensos a apoiar a preservação da propriedade social (MUSIĆ, 2013, p. 19).

Além disso, sob as duras condições das sanções econômicas e o envolvimento em sucessivas guerras, a Sérvia mergulha no caos econômico, com hiperinflação e altíssima taxa de desemprego. Como afirma Musić, no lento processo de transição para o capitalismo o proletariado industrial foi despedaçado:

---

[178] Ver UVALIĆ, 2001 e SAMARY, 2004.

[179] No original: "Workers' self-management and its factory bodies were largely dismantled and there was no new institutional set-up which could enable workers to use their ownership rights for having a say in the decision making of the management. On the other hand, there were also no developed financial markets where employees could sell their stocks. Workers' shareholding thus proved to be the stillborn of Serbian transition" (MUSIĆ, 2013, p. 19).

> A "transição bloqueada" de Milošević ajudou a construir uma nova classe capitalista composta por antigos apparatchiks comunistas, diretores de empresas de propriedade social e especuladores de guerra. No outro extremo da sociedade, essa transformação em câmera lenta rompeu o proletariado industrial em pedaços. Com uma força de trabalho de 3,2 milhões, cerca de 700.000 pessoas ficaram sem emprego até o final da década. Mesmo se mantinham formalmente seu emprego, muitos se tornaram marginalizados durante os dez anos de longa luta pela sobrevivência. A maioria das empresas continuou a produzir em níveis mínimos de produção, com reduzido tempo de trabalho ou demissões forçadas. Para muitos, a idade da aposentadoria veio quando ficaram ociosos nos salões vazios das fábricas esperando por dias melhores. Pessoas que eram anteriormente trabalhadores qualificados tornaram-se "lumpenizados" por meio do setor informal. Outros esperavam melhorar sua posição social abrindo pequenos negócios privados. Muitos retornaram para a agricultura e criação de gado como sua principal fonte de renda. A classe trabalhadora sérvia conseguiu escapar do golpe direto da "terapia de choque" que se espalhou por todo o leste da Europa, apenas para enfrentar a alternativa de uma morte lenta por "mil cortes"[180]. (MUSIĆ, 2013, p. 23)

Não obstante, numa segunda fase o processo de privatização assumiu um caráter mais explicitamente capitalista e liberal, forçando a atração de massivo capital para que investidores externos às empresas pudessem impor uma clara relação de assalariamento aos *insiders* (trabalhadores e gerentes). Os reformadores sérvios do governo pós- Milošević introduziram medidas que se caracterizaram por:

> 1) Uma privatização *obrigatória* e submetida a *constrangimentos de tempo* (prazo de quatro anos);
> 2) O *rebaixamento*, por diversos procedimentos, do *peso dos insiders* que predominavam anteriormente: a regra geral é que 70% *ao menos* do capital seja vendido e que um *máximo* de 30% seja distribuído entre os trabalhadores e/ou cidadãos (esta proporção podia ainda ser reduzida se a parte destinada a ser vendida não o fosse dentro do prazo limite de quatro anos);
> 3) A busca de um *capital novo* (estrangeiro e nacional) para *reestruturar* as empresas existentes;
> 4) A busca de uma *estrutura clara de propriedade* (*privada e estatal*);
> 5) *Assegurar a propriedade contra o risco*;
> 6) Confiar ao governo o tratamento das questões sociais de forma a *garantir aos investidores condições estáveis e iguais sobre o*

[180] No original: "Milošević's "blocked transition" helped build up a new capitalist class made up of former communist apparatchiks, directors of socially owned companies and war profiteers. On the other end of society, this slow motion transformation broke the industrial proletariat into pieces. Out of a labor force of 3,2 million, some 700 000 people were left without a job by the end of the decade. Even if one formally kept his/her job, many became declassed during the ten year long struggle for survival. Most companies continued to produce at minimal levels of output, with shorter work times or forced leaves. For many, retirement age came as they sat idle in the empty factory halls expecting better days. People who were previously skilled workers became lumpenized through the informal sector. Others hoped to advance their social position by opening small private business. Many returned to farming and raising livestock as their main source of income. The Serbian working class managed to escape the direct blow of "shock therapy" which spread throughout Eastern Europe, only to face the alternative of a slow death by a thousand cuts" (MUSIC, 2013, p. 23).

> *conjunto do território* (recusa de procedimentos muito descentralizados)[181]. (SAMARY, 2004, p. 145-146; grifos da autora)

Já na Eslovênia houve forte resistência ao processo de privatização tal como prescrito por Jeffrey Sachs, o economista de Harvard que orientou a transição capitalista no Leste Europeu. As medidas radicais do primeiro governo de centro-direita foram bloqueadas por uma greve geral, incluindo o protesto do próprio ministro da economia, Jože Mencinger, que demissionou por ser favorável a uma forma mais branda e gradual de privatização[182]. Com isso, a propriedade social foi abolida sob duas formas. A estatização dos setores-chave (como serviços públicos e os bancos) e das grandes empresas que asseguravam a maior parte dos empregos (na metalurgia e nas tele-comunicações). E a privatização com critérios sociais permitindo aos *insiders* decidir sobre 40% do capital social (se queriam eles mesmos compra-lo sob condições preferenciais ou se queriam vendêl-lo para compradores externos). Além disso, 20% do capital social foi distribuído gratuitamente aos trabalhadores permitindo-lhes adquirir ações de qualquer empresa, enquanto 10% foi atribuído a diversos fundos sociais (para o desenvolvimento e para a previdência social). Os 30% restantes foram alocados entre o Fundo de privatização (20%) e ao Fundo de restituição aos antigos proprietários (10%) (SAMARY, 2004, p. 143-144).

De um modo geral, sob forte pressão sindical e popular, a Eslovênia resistiu às transformações neoliberais, com governos de coalização de centro-esquerda, ao menos até

---

[181] No original: "1) une privatisation *obligatoire* et soumise à des *contraintes de temps* (délai de quatre ans) ; 2) l'*abaissement*, par diverses procédures, du *poids des insiders* qui prédominaient antérieurement : la règle générale est que 70 % *au moins* du capital soit vendu et qu'un *maximum* de 30 % soit distribué parmi les travailleurs et/ou citoyens (cette proportion pouvait être encore réduite si la partie destinée à être vendue ne l'avait pas été dans le délai imparti de quatre ans) ; 3) la recherche d'un *capital nouveau* (étranger et national) pour *restructurer* les entreprises existantes ; 4) la recherche d'une *structure claire de propriété* (*privée et étatique*) ; 5) *assurer la propriété contre le risque* ; 6) s'en remettre au gouvernement pour qu'il traite les questions sociales de façon à *garantir aux investisseurs des conditions stables et égales sur l'ensemble du territoire* (refus de procédures trop décentralisées) » (SAMARY, 2004, p. 145-146 ; grifos da autora).

[182] A linha de Jože Mencinger propunha a privatização suave apoiando-se nas antigas equipes de gestão das empresas. Ela contrapunha-se à linha de Jeffrey Sachs, que propunha "a formação de instituições financeiras encarregadas de gerir Fundos Comuns de Colocação (portfólios de ações, dentre as quais uma parte importante seria distribuída gratuitamente à população, e um núcleo duro controlado pelo Estado, tornado o verdadeiro proprietário, esperando encontrar compradores credíveis). A lógica do plano de Sachs é a concentração do poder efetivo nestas instituições que controlariam equipes de direção apontadas sobre bases capitalistas "claras"". Como afirma Samary, se tratava de um "modelo" proposto por Sachs para os países do Leste Europeu "visando romper o mais rápido possível as ambiguidades de gestão ligadas a qualquer manutenção de direitos autogestionários ou de relações de conivência gerentes/trabalhadores" (SAMARY, 1992, p. 27). Jože Mencinger se inscreve na linhagem dos economistas iugoslavos neoclássicos que defenderam e participaram da formulação e execução do "socialismo de mercado", como Alexsander Bajt, Dragomir Vojnic, Kiro Gligorov e Branko Horvat. De acordo com Mencinger, para a maioria deles, o legado socialista iugoslavo não era nem stalinista nem um desperdício, mas sim uma base para uma economia de mercado, que deveria se assentar sobre instituições democráticas, incluindo formas de empreendedorismo e propriedade do trabalhador (ao contrário do plano de Sachs que determinava uma privatização massiva controlada pelo Estado) (BOCKMAN, 2011, p. 197-200).

2004, quando se forma uma coalização de centro-direita sob a liderança do primeiro ministro Janez Janša, orientada para a integração com a União Europeia.

Do ponto de vista dos trabalhadores, o legado da experiência iugoslava com a autogestão é apreciado por Marko Grdešić[183]. Em interação com o regime político e a relativa força econômica e competitividade internacional, a instituição da autogestão influenciou de modos distintos as modalidades de transições que estabeleceram os novos regimes capitalistas nos países da ex-Iugoslávia. Assim, de acordo com Grdešić, a transição na Eslovênia foi mais positiva do ponto de vista do trabalho, enquanto a Sérvia representaria uma transição "abortada" na qual o trabalho tornou-se bastante fraco. Já a Croácia encontra-se num ponto intermediário.

Na Eslovênia a aliança entre trabalhadores e gerentes se manteve e um pacto social foi estabelecido por meio de negociações coletivas e da existência de conselhos de trabalhadores no estilo alemão, sendo que os sindicatos, que já haviam passado por uma renovação nos anos 1980 (ganhando autonomia com relação à Liga dos Comunistas da Eslovênia e apoiando as greves em curso) mantiveram-se relativamente independentes dos partidos no poder. Já na Croácia do governo autoritário e nacionalista de Tuđman, líder da União Democrática Croata (HDZ), os gerentes considerados muito "vermelhos" foram despedidos. Os conselhos não sobreviveram sob qualquer forma e o governo era relutante em oferecer cooperação aos sindicatos, que se renovou e se autonomizou de modo similar ao sindicalismo esloveno já nos anos 1990. Na Sérvia os aliados de Milošević foram colocados nos postos de gerência já no final dos anos 1980 e o seu governo autoritário incorporou o sindicato oficial (SSS) numa negociação coletiva tripartite, excluindo os sindicatos independentes. O SSS, totalmente dirigido pelo governo, apoiou as aventuras militares da Sérvia e omitiu-se de qualquer crítica mesmo com a crise econômica e a queda do nível de vida. Ele só veio a ser reformado após o ano 2000. Quanto à propriedade social e aos conselhos operários, ainda que tenham sobrevivido nominalmente, na prática tornaram-se completamente inoperantes (GRDEŠIĆ, 2015; 2008).

Para concluir esta abordagem histórica da autogestão tal como se desenvolvera e ruira junto à Iugoslávia, nós queremos insistir na importância do entendimento da dinâmica política, econômica, social e cultural que mobilizou e constituiu grupos e classes sociais que forjaram todo um complexo de instituições e de comportamentos nos marcos de um projeto socialista. Destacar esse caráter histórico ajuda a evitar que se tome a experiência iugoslava

[183] Existe um debate a respeito da "herança comunista" sobre as relações de trabalho no Leste Europeu e sobre o caso particular da Iugoslávia. No capítulo 4 abordaremos brevemente esse debate.

com a autogestão como se fosse uma espécie de “experiência de laboratório”, capaz de nos dar respostas diretamente generalizáveis sobre questões atinentes ao funcionamento de um socialismo autogestionário ou ainda sobre modalidades de participação dos trabalhadores nas empresas num ambiente capitalista. Conquanto a leitura histórica da experiência iugoslava nos ajude a levantar problemas, sucitar dúvidas, provocar debates e mesmo inspirar projetos e práticas alternativas ligadas à autogestão, ela não pode nos assegurar nenhuma solução às problemáticas do presente e nem pode validar em definitivo as críticas à autogestão em particular ou aos diversos projetos socialistas de um modo em geral.

Com isso, nosso intento é mapear os principais problemas registrados por estudiosos do sistema de autogestão iugoslavo visando principalmente uma reflexão sobre a sua relação com o projeto socialista e sobre a dinâmica conflitual de classes dentro do escopo daquilo que Michael Lebowitz chama de relações sociais de vanguarda no “socialismo real”. Nesse sentido, pretendemos contribuir com o avanço da compreensão do caso iugoslavo, além de potencialmente fornecer alguns subsídios à elaboração teórica de um socialismo que inclua a autogestão como seu desenho democrático.

Capítulo 2: Autogestão, democracia e mercado

O debate sobre socialismo, mercado e autogestão

É importante situarmos os dilemas e as escolhas político-econômicas dos iugoslavos num quadro de referência teórica sobre a relação entre socialismo, mercado e autogestão. No plano teórico, podemos colocar o tema no âmbito do debate sobre a viabilidade/inviabilidade do socialismo, diretamente relacionado à discussão sobre o conteúdo do socialismo, fundamentalmente visto como alternativa superior ao capitalismo. Podemos nos referir a seis momentos importantes desse debate sobre a viabilidade e conteúdo do socialismo, tendo em vista especialmente as posturas adotadas com relação ao mercado. Aqui nos orientamos principalmente pelas análises de Eduardo da Motta e Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2010, 2008), Catherine Samary (SAMARY, 2008, 2000, 1988a) e Thomas Coutrot (COUTROT, 2005, 2002).

O primeiro momento é o debate do cálculo econômico no socialismo (Barone, Mises, Hayek e Lange). O segundo é o debate sobre plano e mercado na industrialização na Rússia (Preobrazhensky e Bukarin). O terceiro é o debate em torno do sistema de autogestão, com destaque para a experiência iugoslava (Benjamin Ward, Jaroslav Vanek e Branko Horvat). O quarto é o debate dos anos 1960 motivado pelas posições de Che Guevara na revolução cubana em defesa do que chamou de sistema orçamentário de financiamento e contra os partidários do cálculo econômico, de inspiração soviética (Ernest Mandel e Charles Bettelheim divergiram, por exemplo, quanto ao papel da lei do valor na sociedade de transição do capitalismo ao socialismo/comunismo). O quinto é o debate sobre plano, mercado e democracia suscitado pela crise do "socialismo real" (Alec Nove, Ernest Mandel e Diane Elson). E o sexto é uma espécie de retomada dos debates anteriores constituindo três posições dos defensores do socialismo com relação ao mercado: (1) a recusa total, (2) a aceitação positiva e (3) a aceitação parcial, geralmente vista como um "mal necessário". Coutrot classifica os modelos de socialismo, respectivamente a essas três posições, como *socialismo eletrônico*, *socialismo de mercado* e *socialismo de autogestão*.

Nosso propósito aqui é tão somente indicar, em linhas bastante gerais, alguns argumentos teóricos que balizaram estes debates. Assim, não pretendemos detalhar as diversas posições dos autores desenvolvidas ao longo do tempo, mas sim esboçar uma introdução a esse universo temático de modo a familiarizar-nos com os problemas prático-teóricos que estavam em jogo na própria experiência iugoslava.

O primeiro momento: cálculo econômico no socialismo

Enrico Barone, um crítico do socialismo, estabelece como teoricamente se daria o cálculo dos preços de equilíbrio entre oferta e demanda por um ministério do planejamento, todavia procurando evidenciar a impossibilidade *prática* de coletar e processar as informações necessárias. Ludwig von Mises, tomando como referência a experiência soviética com o "comunismo de guerra" entre 1918 e 1921, onde o dinheiro foi quase eliminado da economia, afirmara ser impossível qualquer cálculo econômico na ausência de um sistema monetário sólido. Fred Taylor, utilizando o modelo de equilíbrio geral, recomenda o método de tentativa e erro para resolver o problema da "imputação" (como avaliar a importância relativa no processo de produção de cada fator básico). Friedrich von Hayek, por sua vez, critica o método de tentativa e erro, apontando para as dificuldades em se acompanhar as infinitas mudanças nos valores relativos. A partir daí Oskar Lange entra no debate, utilizando a elaboração de Barone e o método de tentativa e erro de Taylor, avançando com uma simplificação da tarefa de coleta e processamento de informações. Para Lange e a corrente do socialismo de mercado é fundamental que os consumidores possam exprimir suas preferências livremente por meio de um mercado de bens de consumo. De acordo com Coutrot, a maioria dos marxistas rejeitaram este modelo.

Para Dobb, o problema é reconciliar as escolhas individuais com as escolhas coletivas, e não apenas satisfazer necessidades individuais, levando-se em consideração que as preferências dos consumidores são manipuladas, desigualmente fundadas sobre o conhecimento das alternativas disponíveis e em níveis de consciência heterogêneos. Bettelheim considerou o modelo de Lange impraticável porque os gerentes tentariam utilizar seu poder de mercado, de modo que a concorrência perfeita estaria ainda mais distante do que no capitalismo.

O segundo momento: Preobrazhensky x Bukarin

O debate de Preobrazhensky e Bukarin envolve os dilemas de um projeto de rápida industrialização no qual o campesinato passava a ter liberdade de decidir o quê e quanto produzir logo após o "comunismo de guerra". A partir da questão do ritmo da industrialização e da questão camponesa se levantou um debate sobre as "leis econômicas" da transição pós-capitalista. Bukarin considerava que por meio das trocas mercantis a "indústria socialista" (setor estatal) se imporia sobre o setor privado e que a cooperação camponesa se daria necessariamente numa via socialista, enquanto Preobrazhensky acreditava que as

diferenciações sociais se desenvolveriam inevitavelmente no campo sob as relações mercantis. Crucialmente, haveria tensão em razão das limitações impostas à acumulação dos agricultores ricos, que encontrariam preços mais favoráveis no mercado mundial, enquanto o Estado soviético precisava de preços baixos para melhorar a qualidade de vida do operariado industrial. A questão que se colocava era como distribuir os ganhos de produtividade entre a acumulação, a elevação dos salários e a redução dos preços, considerando que o setor privado poderia utilizar a baixa dos preços industriais para a sua própria acumulação em detrimento da baixa dos preços para o consumidor.

Bukarin creditava à lei do valor uma objetividade universal, inescapável, associando a economia de tempo de trabalho a ela de modo indissolúvel. A lei do mercado seria o único regulador objetivo da economia, assim os preços deveriam se formar "livremente", sem intervenção estatal, embora uma planificação indicativa pudesse antecipar aquilo que a regulação espontânea revelaria *post factum*.

Já Preobrazhensky argumentava que haveria duas leis antagônicas na transição pós-capitalista, a lei do valor (veiculada sobretudo pelo mercado capitalista mundial, com o qual seria necessário relacionar-se, embora com proteções) e a lei da acumulação socialista primitiva (cujo conteúdo restava ser descoberto pela investigação experimental e científica). A lei do valor não era universal e sim historicamente determinada, assim só funcionava como regulador devido ao desenvolvimento capitalista da *generalização* das relações mercantis, fundamentalmente com um mercado do capital e do trabalho. No socialismo o mercado seria limitado, não servindo de regulador universal, e novas fontes de produtividade, adequadas ao poder proletário, teriam de ser procuradas com a supressão do mercado de trabalho.

O terceiro momento: autogestão e Iugoslávia

Com relação ao debate em torno da autogestão, inspirado pela experiência iugoslava, uma série de polêmicas se desenvolveu em torno dos diferentes tipos de propriedade. Sob a ótica liberal e neoclássica, no artigo "The firm in Illyria: Market syndicalism", Benjamin Ward procurava demonstrar a superioridade da firma capitalista sobre a firma autogestionária. Para ele, enquanto a firma capitalista maximiza o lucro, a firma autogestionária maximiza a renda por trabalhador, o que deve produzir incentivos paradoxalmente negativos: um aumento na demanda e nos preços, para algumas mercadorias, não levaria os trabalhadores maximizadores da renda a aumentar o número de empregados e assim aumentar os resultados produzidos (*output*). Em resposta aos aumentos na demanda e nos preços, os trabalhadores maximizariam suas próprias rendas individuais ao invés de

contratar novos trabalhadores e aumentar a produção. De tal sorte que a firma autogerida teria uma curva de oferta negativa e tenderia ao desequilíbrio entre oferta e demanda. Em suma, sob condições idênticas a firma autogerida contrataria menos trabalhadores do que a firma capitalista. Adicionalmente, os trabalhadores estariam menos dispostos a correr riscos relativos à expansão produtiva em comparação ao empreendedor capitalista, já que este pode demitir a força de trabalho ou cortar salários sem maiores constrangimentos para assegurar os lucros num cenário econômico menos favorável (WOODWARD, 1995, p. 212-213; FERREIRA, 2004, p. 147).

Evsey Domar em "The soviet collective farm as a producer cooperative" retoma o modelo de Ward, mas coloca em causa o realismo da hipótese da elasticidade de oferta de trabalho. Por sua própria natureza, a cooperativa não pode admitir a expulsão de membros à vontade, por isso a sua curva de oferta de trabalho deve ser crescente. Essa mudança na hipótese inverte os resultados de Ward. Com um crescimento do preço do produto (ou uma baixa do custo fixo) se dá um aumento do *output* e da taxa de dividendos distribuídos aos cooperativos (FERREIRA, 2004, p. 147-148).

Jaroslav Vanek mantém os princípios fundamentais da economia liberal, que lhe parecem necessários para manter o dinamismo de seu sistema da economia gerida por trabalhadores. Assim, os proprietários dos capitais podem ser indivíduos externos à empresa ou podem ser "a sociedade" e devem receber uma compensação pela utilização de seus ativos. Num primeiro momento Vanek retoma as hipóteses de Ward (à exceção da hipótese de uma taxa de salário contábil determinada pelo Estado) e chega aos mesmos resultados de Ward. Em seguida, com o relaxamento das hipóteses restritivas, Vanek tempera a perversidade do modelo simples e obtêm respostas positivas ao aumento de preços dos produtos. Na visão de Vanek a autogestão, com o fim do conflito empregador/empregados, permite atingir uma produtividade ótima na empresa. Além disso, numa economia gerida pelos trabalhadores, as estruturas de mercado seriam mais competitivas, por isso seus resultados seriam superiores tanto com relação ao modelo capitalista quanto com relação ao modelo soviético (FERREIRA, 2004, p. 149-152; BOCKMAN, 2011, p. 93-97).

Muitos autores, baseados na teoria neoclássica, insistiram sobre os problemas relacionados aos direitos de propriedade[184] no que se refere ao caso iugoslavo. Enquanto nas

[184] No dirieto romano distinguem-se três atributos do direito de propriedade: o direito de utilizar o ativo (*usus*), de tirar desse ativo um rendimento eventual (*fructus*) e de cedê-lo de maneira definitiva a um terceiro (*abusus*). Pierre Rosanvallon qualificou estes três direitos de direito de gestão, direito de orientação e direito de repartição. Na empresa capitalista tradicional a mesma pessoa acumula os três direitos. Na economia centralizada soviética o Estado é o titular do direito de propriedade dos meios de produção. Ele deixa às empresas somente o direito de

cooperativas em ambiente capitalista os trabalhadores são proprietários do capital da empresa cooperativa, nas firmas iugoslavas os trabalhadores não são proprietários do capital da empresa, o que lhes incitaria a privilegiar a alta dos seus salários em detrimento do investimento (FERREIRA, 2004, p. 153). Daurès e Dumas definiram a estrutura dos direitos de propriedade de uma empresa autogerida de tipo iugoslavo do seguinte modo:

> Os meios de produção não podem ser objeto de uma apropriação privada da parte de um indivíduo ou de um grupo. Os meios de produção pertencem à sociedade no seu conjunto, o Estado sendo apenas o garantidor. Por meio dos aparelhos do Estado, a sociedade confia os meios de produção aos trabalhadores de cada empresa que os utilizam e os gerem diretamente[185]. (FERREIRA, 2004, p. 140)

Assim, desde que são contratados, os trabalhadores adquirem o direito coletivo de dispor do capital social e o direito individual de receber uma parte do rendimento oriundo de sua exploração, mas perdem esses direitos automaticamente assim que deixam a empresa (FERREIRA, 2004, p. 141).

Laura Tyson, por sua vez, argumenta que os trabalhadores podem adotar uma perspectiva de longo prazo, arriscando uma renda menor no curto prazo em favor da expansão da sua capacidade produtiva e um retorno futuro favorável ao aumento da renda. Ao reconhecer as elevadas taxas de poupança no caso iugoslavo, Tyson elaborou a hipótese da renda permanente para explicar o comportamento das firmas iugoslavas (TYSON, 1977).

Em razão da concorrência de mercado, os trabalhadores se dispunham a adiar aumentos salariais para financiar projetos de investimento que iriam melhorar ou manter a posição relativa das suas empresas na economia. Um argumento adicional é que a distribuição etária em muitas firmas era predominantemente jovem, o que ajudaria a dar uma perspectiva de longo prazo para o coletivo de trabalho. Além disso o financiamento para o consumo coletivo dos trabalhadores (para a construção de habitações, instalações esportivas, culturais etc.) contribuiria também para a poupança. E, finalmente, o autofinanciamento seria preferencial para os trabalhadores, ao invés do crédito bancário, devido ao maior controle (TYSON, 1977, p 398). Empiricamente, Tyson observou a tendência de que as firmas cuja renda líquida estava acima da média exibiam taxas de poupança maiores do que as firmas cuja renda líquida estava abaixo da média. A mesma tendência à maior poupança se verificava ao

---

uso, mas reserva para si o direito de dispor e de tirar os rendimentos dos meios de produção (FERREIRA, 2004, p. 139).

[185] No original : « Les moyens de production ne peuvent faire l'objet d'une appropriation privée de la part d'un individu ou d'un groupe. Les moyens de production appartiennent à la société dans son ensemble, l'État n'en étant que le garant. Par l'intermédiaire des appareils d'État, la société confie les moyens de production aux travailleurs de chaque entreprise qui les utilisent et les gèrent eux-mêmes directement » (FERREIRA, 2004, p. 140).

examinar o nível de renda *per capita*. Daí se pode deduzir que a autogestão dos trabalhadores não "comia o capital" – quer dizer, a firma autogerida adotaria uma perspectiva de longo prazo (TYSON, 1977, p. 406).

Utilizando o modelo de Ward, Saul Estrin examinou dados relativos à Iugoslávia no período de 1957-1973 e concluiu que a partir da reforma de 1965 que conferiu grande autonomia às empresas na alocação de seus recursos houve um forte aumento na intensidade de capital, inferindo então que os trabalhadores procuram no longo prazo aumentar a produtividade como estratégia para o aumento de suas rendas, em detrimento da contratação de trabalho (ESTRIN, 1982).

Outros autores, como Janos Kornai, Branko Horvat e A.B. Atkinson discorrem acerca do imperativo de um crescimento necessário para assegurar o aumento dos salários em longo prazo, além de manter o nível do emprego e sustentar o reconhecimento da qualidade dos gestores. De tal modo que eles apresentam o objetivo da empresa autogerida como sendo a maximização do rendimento líquido sob o constrangimento do respeito de um certo nível de rendimento para os trabalhadores (FERREIRA, 2004, p. 157).

Amartya Sen, em "Labour Allocation in a Cooperative Enterprise", argumentou que Benjamin Ward, ao tomar o trabalho efetuado pelo trabalhador como estando dado, esquecera a questão essencial da incitação ao trabalho. Segundo Sen, os esforços cooperativos dependem das preocupações de um trabalhador pelo bem-estar de seus colegas. O autor considera também que a empresa cooperativa é formada de várias famílias idênticas sob todos os aspectos. Esta interdependência entre o bem-estar dos trabalhadores e os esforços cooperativos é modelizada com a ajuda de uma função de utilidade reagrupando as funções de utilidade das famílias membros da cooperativa. Sen define então o bem-estar como sendo a agregação das funções de utilidade individuais (FERREIRA, 2004, p. 158).

Janez Prašnikar *et al.* complexificou a teoria da firma gerida pelos trabalhadores, utilizando massivos dados empíricos sobre as empresas iugoslavas. Fundamentalmente, Prašnikar reconheceu um comportamento mais complexo dos trabalhadores: seu interesse era não apenas por altos salários, mas também por consumo coletivo, estabilidade de emprego e crescimento do emprego – em razão da preocupação com a família extendida e em função de laços sociais mais amplos. Além disso, os autores incluem no seu modelo teórico mais dois agentes determinantes das políticas econômicas das firmas iugoslavas: os gerentes e as autoridades governamentais. As autoridades governamentais locais estavam interessadas principalmente na geração de emprego e em altos lucros das empresas, que serviam de base para taxação dos rendimentos, enquanto as organizações sociopolíticas (o partido, os

sindicatos, a Aliança Socialista etc.) enfatizavam a realização de objetivos sociais, como uma distribuição dos rendimentos equitável. Já os gerentes tinham como principais objetivos aumentar sua renda e progredir na carreira. A realização de tais objetivos dependia, por sua vez, do quanto os gerentes conseguiam satisfazer os trabalhadores e as autoridades governamentais que os elegiam e os selecionavam. Daí a importância de acumular capital e expandir a empresa (PRAŠNIKAR et al., 1994, p. 734-735; PRAŠNIKAR e ŠVEJNAR, 1991, p. 33).

Diferenças entre empresas foram exploradas pelos autores. Assim, Prašnikar verificou que empresas grandes, emprestadoras para outras firmas, ativas em comércio internacional, tendiam a enfatizar mais o aumento da renda do que a geração de emprego. De um modo geral, no entanto, o comportamento das firmas iugoslavas não confirmava as predições teóricas do modelo de Ward-Domar-Vanek. Quer dizer, o aumento dos preços não tinha impacto na geração de emprego (PRAŠNIKAR et al., 1994, p. 738-740). Além disso, em contraste com o comportamento dos anos 1960, há evidência de que nos anos 1970 e 1980 a distribuição das rendas pessoais e o consumo coletivo nas empresas eram bastante estáveis, o que pode ser atribuído ao novo sistema de controle por meio das negociações e acordos autogestionários, nos quais as autoridades governamentais tinham papel decisivo. Já a acumulação interna de capital era bastante errática, parecendo se comportar como um resíduo (PRAŠNIKAR e ŠVEJNAR, 1991, p. 35-36). Para Milan Vodopivec, a partir da reforma do sistema em 1974 as firmas iugoslavas deixaram de ter real autonomia para decidir sobre seus rendimentos. Os acordos de autogestão na verdade seriam forçados pelas autoridades governamentais, que perseguia uma política igualitarista (VODOPIVEC, 1993).

O quanto o novo sistema de acordos e negociações fora dominado por autoridades governamentais, ou se haveria em algum nível a participação direta dos trabalhadores nessas decisões, resta como uma questão a ser mais bem investigada. Não encontramos estudos empíricos, com observação sistemática dos procedimentos envolvidos nesses acordos, incluindo as reuniões dos conselhos operários, para o período pós-reforma. Embora seja evidente o importante papel das autoridades governamentais e a plausível continuidade do domínio gerencial, também nos parece razoável supor que os trabalhadores não ficaram indiferentes ao conteúdo desses acordos, sobretudo no que tange à defesa dos seus níveis de renda.

No debate sobre a eficiência produtiva das cooperativas em comparação com as empresas capitalistas vale destacar os resultados de um dos mais extensivos estudos já realizados. Jacques Defourny estudou 500 cooperativas francesas, descobrindo que na média

o desempenho econômico (em termos de rentabilidade, produtividade e remuneração do trabalho) das cooperativas é equivalente ou superior ao da média capitalista (DEFOURNY, 1988).

Para Catherine Samary não existe qualquer "prova teórica" da superioridade de uma forma de propriedade sobre as outras. "Todas e cada uma delas podem produzir 'comportamentos racionais' diferentes segundo os contextos institucionais". Assim, "a crise da autogestão iugoslava 'prova' unicamente que a autogestão não estava dotada de instituições adequadas à coerência e aspirações dos defensores da autogestão" (SÈVE; TEXIER; SAMARY, 2004, p. 185).

Explicitando seus critérios, Diane Flaherty chega à conclusão semelhante. Ao examinar os argumentos pró e contra a autogestão e a propriedade social, a partir dos critérios de eficiência e equidade, a economista conclui que estes dois objetivos não podem ser atingidos se a autogestão for concebida apenas ao nível da firma. Com isso, se o individualismo ou o caráter comprometido da firma autogerida prevalece na realidade deriva em larga medida da natureza da propriedade e das relações sociais nas quais a firma está inserida (FLAHERTY, 2003, p. 10).

Em artigo de 1992, Flaherty concluía que as implicações da propriedade social para os modelos de autogestão não haviam sido devidamente examinadas, pois o seu conteúdo socialista era meramente um artigo de fé (como na abordagem de Ward), ou então era irrelevante (como no trabalho de Vanek). Quer dizer, seria fundamental examinar qual é o tipo mais adequado de ambiente econômico e social mais amplo no qual a firma individual deveria estar inserida. Com isso, a autora apontava para a necessidade de conectar a autogestão ao socialismo, se ela fosse considerada como uma característica definidora de um socialismo desejável (FLAHERTY, 1992, p. 106).

Assim, a questão central a ser respondida deveria ser *qual é o tipo de socialismo que reforça a autogestão* e *qual é o tipo de autogestão que reforça o socialismo*. Flaherty buscava uma saída para o impasse entre um socialismo de mercado tal como o praticado na Iugoslávia (extremamente descentralizado, atomizando as firmas) e um socialismo centralizado como o soviético, apontando ainda para o que via como uma tensão de fundo, evitada e mal resolvida pelos teóricos do socialismo: prover o bem comum e aprimorar a liberdade individual (FLAHERTY, 1992, p. 107).

Buscando respostas para estas questões, anos depois a autora recorre aos trabalhos teóricos sobre cooperação, confiança e normas sociais para mostrar, em primeiro lugar, que as relações de mercado lhes são hostis (FLAHERTY, 2003, p. 14-16). Em segundo lugar, de um

ponto de vista mais abstrato, tais estudos precisam quais são os requisitos para o estabelecimento da cooperação e da confiança. Fundamentalmente, seriam três os requisitos. Primeiramente, "as pessoas precisam desenvolver o *conhecimento* de que interesses de longo prazo podem ser prejudicados por agir visando a maximização de interesses de curto prazo" (FLAHERTY, 2003, p. 14; grifo nosso). Tal conhecimento exige, por sua vez, *interação repetida*,

> de modo que os indivíduos, ao decidirem sobre a ação coletiva, tenham *informação* sobre o passado e, portanto, tenham a expectativa do comportamento futuro dos vários atores. Sem tal informação e expectativas, a cooperação pode ser vitimada por altas taxas de desconto para os ganhos futuros, levando ao tipo de pilhagem de bens sociais visto na Iugoslávia. (FLAHERTY, 2003, p. 14; grifo nosso)

Em segundo lugar, deve haver *custos para a deserção da ação coletiva*, e esses custos devem ser suficientes para compensar os benefícios de ser o primeiro a desertar. Os custos podem ser monetários, como quando a perda de reputação leva a perda de crédito, ou sociais, como quando a deserção leva a expulsão do grupo.

Finalmente, é preciso uma *ampla percepção comum das normas de equidade*, o que teria faltado à sociedade iugoslava (FLAHERTY, 2003, p. 14-15; grifos nossos).

Podemos perceber que todos esses critérios tem evidentemente um caráter bastante genérico, e visam uma situação social minimamente harmoniosa, na qual as pessoas estariam de acordo sobre questões fundantes da estrutura social na qual vivem, pressupondo um comportamento racional capaz de estabelecer solidariamente um contrato social no qual vigoraria a cooperação e a confiança.

Para adicionar requisitos mais concretos para a cooperação e confiança, Flaherty recorre ainda às pesquisas sobre capital social, especialmente à abordagem de Elinor Ostrom, que define capital social como a habilidade para construir, de modo comumente entendido e praticado, as regras auto-aplicadas de comportamento. Para que esta habilidade esteja presente em grande quantidade numa sociedade são importantes os seguintes requisitos: (1) o número de tomadores de decisão e a frequência de suas interações precisam ser suficientes para formar redes "densas", que por sua vez facilitam a comunalidade de normas e a fluência da informação para identificar a obediência a normas e a imposição de sanções à desobediência; (2) estudos sobre gestão dos bens comuns sugerem que mecanismos informais de tomada de decisão, monitoramento e sanção também dão suporte à formação de alto capital social, e tais mecanismos, por sua vez, exigem (3) a participação local na definição dos arranjos institucionais (FLAHERTY, 2003, p. 15).

Com isso, ao invés de apelar diretamente para o socialismo como ambiente econômico e social mais amplo no qual deveria ser pensada a autogestão, Flaherty concluirá que os problemas iugoslavos apontam para "a necessidade de conectar a autogestão com instituições centrais fortes e redes, uma vez que a firma individual, seja qual for sua organização interna, não é forte o bastante para absorver incólume o impacto de mercados voláteis ou de planos equivocados" (FLAHERTY, 2003, p. 19). Embora a abordagem desses requisitos seja importante, parece-nos um equívoco desconectá-los da crítica mais tradicional do socialismo ao capitalismo que concerne à exploração e dominação de classes.

O caráter genérico e normativo dessas abordagens da cooperação e da confiança é útil para fornecer algumas balizas bastante gerais para a construção de um socialismo democrático, no qual a participação tem um lugar central. Aqui, podemos repetir o argumento de Alex Callinicos ao se posicionar favoravelmente ao diálogo do marxismo com as teorias normativas do que chama de liberalismo igualitário (John Rawls, Ronald Dworkin, Amartya Sen, G. A. Cohen, Brian Barry): "a busca de princípios normativos não requer que alguém abandone a teoria social explicativa que foi a grande força intelectual do marxismo" e, paralelamente, "o marxismo pode expor algumas questões desafiantes às [teorias] liberais igualitárias a respeito de como suas concepções de justiça podem ser efetivamente realizadas na atualidade" (CALLINICOS, 2007, p. 291).

Ainda assim, a nosso ver, não se deve perder de vista que o principal limite desse tipo de abordagem genérico-abstrata e normativa para a definição de uma "boa sociedade" é ignorar os conflitos de classe, contornando-os em favor de uma análise que tome a todos os membros de uma sociedade formalmente como indivíduos abstratos. Para uma sociedade capitalista, a ausência da análise crítica da estrutura de classes acaba por compactuar com a conservação do próprio capitalismo, o que pode ser visto em teorias políticas que enfatizam a obtenção do consenso. Já no que se refere aos autores que buscam delinear teoricamente uma sociedade socialista como uma alternativa superior ao capitalismo, a atenção a existência de classes sociais não deixa de ser crucial, tanto no que se refere ao processo revolucionário de construção do socialismo quanto num estágio mais "estável", no qual, embora já superada a sociedade de classes, haveria ainda que se prevenir o ressurgimento de classes que engendraria o retorno da exploração e dominação.

Coerentemente com os requisitos formais apresentados para a cooperação e a confiança, Flaherty entende que a propriedade social precisa ser definida de modo que possa constranger o critério de mercado para decisões de produção e distribuição, sem recorrer à propriedade estatal ou à propriedade social amorfa do socialismo iugoslavo. Assim, a

propriedade pode ser possuída por unidades de produção individuais ou por indivíduos, contanto que o seu uso esteja em conformidade com os objetivos sociais, cuja natureza e relação com os limites sobre os mercados precisam ser tornados transparentes, bem como as decisões econômicas precisam ser feitas numa base ampla de participação. O cerne da dificuldade de definir a propriedade social é a necessidade de não conflitar objetivos locais e objetivos da sociedade mais ampla (FLAHERTY, 2003, p. 16-17).

A reforma de mercado dos anos 1960 definiu a autogestão em termos de autonomia da firma, entendida como sinônimo de controle operário, e tomou o mercado como o único mecanismo de coordenação neutro consistente com essa autonomia (FLAHERTY, 2003, p. 10).

Samary entende que pode haver lugar para um mercado dos bens de consumo no socialismo, desde que ele seja socializado, democratizando-se ao máximo as decisões de produção, distribuição e consumo por meio de um sistema de autogestão generalizada. Com isso seria possível encontrar critérios socialistas para mensurar o trabalho socialmente necessário. Ela sublinha ainda que o debate sobre o comportamento da firma autogerida só pode ser adequadamente colocado se se discute o seu contexto institucional mais amplo, saindo portanto do universo exclusivamente micro-econômico das análises neoclássicas (modelo de Benjamin Ward), que excluem todo o resto com suposições do tipo "todas as condições iguais" para se comparar hipotéticas firmas capitalistas com hipotéticas firmas geridas pelos trabalhadores. Além disso, nesse tipo de abordagem neoclássica, a eficácia é reduzida praticamente à lucratividade. Assim, preocupações dos trabalhadores com o bem-estar no trabalho, por exemplo, são facilmente demonstráveis como implicando em aumento de custos. Portanto, o debate deveria envolver a definição de critérios bem mais amplos. Critérios que, crucialmente, devem ser encontrados por meio de um processo coletivo e democrático de definição – eis aí o lugar central da autogestão (SAMARY, 1988, p. 283-309).

O quarto momento: Guevara, Mandel e Bettelheim

A partir da vitória da revolução cubana se estabeleceu um debate que opôs duas correntes sobre os problemas dos estímulos materiais e morais. De um lado estavam os defensores do chamado sistema orçamentário de financiamento e de outro os partidários do sistema de cálculo econômico. Enquanto os primeiros propunham a centralização da produção pelo Estado e a minimização do uso das categorias mercantis, os segundos defendiam que empresas autogeridas e autofinanciadas não estatais tivessem maior margem de ação e que as categorias mercantis fossem mais utilizadas em favor do desenvolvimento econômico. Os

estímulos morais seriam predominantes no sistema orçamentário de financiamento, enquanto no sistema de cálculo econômico predominariam os estímulos materiais. O modelo chinês maoísta prestava apoio ao primeiro e o modelo soviético pós-estalinista ao segundo.

Entre os observadores estrangeiros Charles Bettelheim defendera o sistema de cálculo econômico (dentre os cubanos, Carlos Rafael Rodríguez era um dos seus defensores), enquanto Ernest Mandel (além de Leo Huberman e Paul Sweezy) alinhara-se ao sistema orçamentário estatal de financiamento das empresas, promovido parcialmente por Ernesto "Che" Guevara quando assumira o Ministério das Indústrias. A gestão centralizada era defendida por Guevara em parte em termos pragmáticos, relacionados à realidade cubana, como o número reduzido de empresas e a necessidade de uma economia mais estrita dos recuros, mas também sob a ideia de uma necessidade técnica de concentração dos meios de produção, imitando monopólios capitalistas. Já os defensores da gestão descentralizada das empresas, com autonomia financeira, insistiam na sua capacidade de utilizar os estímulos materiais de forma ampla, por se verem obrigadas à rentabilidade num ambiente concorrencial.

Guevara subordinava o uso de estímulos materiais ao critério de não reduzir a coesão da classe operária (daí a preconização de prêmios coletivos e não individuais). Mais fundamentalmente, tratava-se de buscar forjar o "homem novo" adequado ao socialismo, livre da obsessão pelo enriquecimento individual, egoísta, ainda que sob o risco de retardar o desenvolvimento das forças produtivas (se isso se verificasse na prática, concede Guevara, deveria-se recuar ao velho sistema de estímulos materiais). Mandel, por sua vez, sustentava a fórmula de um sistema de autogestão democraticamente centralizado, com o qual se evitaria o uso excessivo de mecanismos de mercado por meio de uma autoridade central vinculada diretamente aos conselhos operários.

A lei do valor, para Guevara e Mandel, não regularia a produção cubana, pois que estaria subordinada à planificação, cuja lógica atuava em contradição com a lei do valor. Embora as categorias mercantis continuassem sendo justificadamente utilizadas no que concerne aos meios de consumo, os meios de produção de propriedade estatal não deveriam estar submetidos ao jogo das leis mercantis.

Bettelheim insistia que o que caracteriza o socialismo não é a existência ou não de relações de mercado, mas sim a existência da dominação do proletariado. Para ele não era possível o desaparecimento das relações de mercado na fase de transição, devido à insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas, de modo que reprimí-las conduziria ao desenvolvimento do mercado negro. Assim, era necessário conferir autonomia financeira

às empresas e um maior uso de estímulos materiais para incentivar o aumento da produtividade dos trabalhadores, dentro de relações mercantis concorrenciais (MESA-LAGO, 1971; MANDEL, 1967; VASCONCELOS, 2011).

O quinto momento: Nove, Mandel e Elson

Alec Nove polemizou com Ernest Mandel sobre a exigência da concorrência no mercado para assegurar a viabilidade do socialismo. No modelo de Nove haveria uma economia mista composta de (1) empresas estatais centralmente controladas e administradas, (2) empresas de propriedade do Estado (ou propriedade social), com total autonomia e uma administração responsável perante a força de trabalho, (3) cooperativas, (4) empresas privadas em pequena escala, sujeitas a limites claramente definidos e (5) indivíduos. A concorrência mercantil entre as empresas preveniria dos problemas típicos do modelo stalinista.

Para Mandel, seria superior à concorrência mercantil a organização autogestionária e o planejamento democrático, no qual teria papel importante a articulação entre produtores e consumidores por meio de redes de cooperação e solidariedade. Embora posteriormente Mandel tenha reconhecido um papel ao mercado num período de transição, diferenciando graus de avanço do socialismo, na sua polêmica com Nove ele insistira de modo intransigente na democracia como um substituto do mercado, que poderia ser assim abolido.

No modelo de Mandel os cidadãos elegeriam representantes enquanto consumidores para expressarem suas preferências de consumo a serem deliberadas em conjunto com os conselhos operários, determinando-se assim *ex ante* o que seria produzido para satisfazer as necessidades. Um dos problemas do modelo de Mandel é a excessiva especificação de preferências sujeita a procedimentos deliberativos muito onerosos em termos de tempo. Como argumenta Catherine Samary, mesmo se fosse realizável o uso da democracia para resolver minúcias – como a escolha de modelos de sapatos – "numerosas reuniões e votos sobre detalhes mataria a participação em decisões coletivas realmente necessárias sobre escolhas chave" (SAMARY, 1999). Quer dizer, a excessiva democracia é suicida, pois exaure a paixão participativa.

Já Diane Elson critica tanto o idealismo sobre a concorrência presente na explanação de Nove, quanto a insistente negação de qualquer lugar ao mercado na proposta de Mandel. Na perspectiva de Elson é defendida a socialização dos mercados: haveria empresas públicas geridas pelos trabalhadores, um escritório "regulador da empresa pública", a generalização e a socialização das informações sobre compra e venda, "comissões de preços e

salários" e uniões de consumidores. Elson argumenta que o problema das mercadorias não reside no fato de que elas são vendidas e compradas por meio de dinheiro, mas sim de que essas transações se fazem sob condições que lhes permitem adquirir uma "vida independente". Assim, a questão que se coloca no socialismo não é a abolição das compras e vendas, mas sim a sua socialização, dando conta das condições gerais em que se dá a produção e reprodução da força de trabalho (uma abordagem mais ampla do que aquela "obreirista", que trata apenas do trabalhador industrial remunerado e "esquece" de todo o trabalho não remunerado, como o fundamental trabalho doméstico).

O sexto momento: mercado e socialismo

O modelo de socialismo participativo eletrônico imagina uma sociedade sem mercados, na qual a coordenação econômica se dê por meio da democracia direta, estabelecendo planos detalhados e utilizando-se das novas tecnologias da informática e da internet (COUTROT, 2005, p. 197-199). Já o socialismo de mercado possui como instituições fundamentais a propriedade privada (eventualmente cooperativa), a concorrência e o mercado, tendo como traço distintivo com relação ao capitalismo a interdição ou a limitação drástica da concentração do capital, visando com isso manter um igualitarismo rigoroso (COUTROT, 2005, p. 203-205). Finalmente, o socialismo de autogestão concentra-se em instituições que favoreçam a solidariedade social, formulando uma democracia econômica com autogestão das empresas sob a propriedade social, politizando e socializando os mercados e as decisões de investimento (COUTROT, 2005, p. 208-218).

Propostas como a de John Roemer, ao invés de serem entendidas como "socialismo de mercado", podem ser vistas como uma forma alternativa de capitalismo ("popular", "estatal"), por manterem a valorização do valor como lógica principal da produção, com pouca ou nenhuma possibilidade de controle sobre a produção em vistas de outros critérios. A nosso ver, a falta de amplitude do escopo da democracia econômica e a prioridade quase exclusiva da eficiência no quadro concorrencial do mercado não nos autorizariam a caracterizar esses modelos como "socialistas". O único elemento que poderia ser designado como socialista nessa modelização é a insistência em mecanismos de forte igualdade, como a redistribuição periódica de cupões em partes iguais a todos os cidadãos a serem utilizados para comprar ações de fundos mútuos, os quais poderiam comprar ações das firmas públicas (não estatais), e o próprio caráter dominante das firmas públicas sobre o setor privado (firmas privadas quando atingem determinado tamanho deveriam ser nacionalizadas a

fim de evitar a emergência de uma poderosa classe capitalista (ALBUQUERQUE, 2010, p. 161-163).

Outro teórico que adota a exigência hayekiana da livre operação do mercado é Theodore Burczak, que insiste nos seus benefícios em eficiência na alocação de recursos num sistema em que as firmas seriam autogeridas e de propriedade dos trabalhadores, com a proibição constitucional do trabalho assalariado.

Todavia, se se levar em consideração o funcionamento real do mercado, como na abordagem keynesiana, as diversas formas de crise indicam que o mercado não é auto-regulado, como se evidencia com a impossibilidade do pleno emprego via mercado de trabalho.

Albuquerque destaca o quão problemática para propostas de socialismo é a incorporação do argumento de Hayek sobre a capacidade exclusiva do mercado em tratar eficientemente informação num sistema complexo. A falha central do argumento hayekiano encontra-se na a-historicidade da sua apreciação do mercado, desprezando e/ou criticando as diversas instituições não-mercantis que se desenvolveram para mitigar os problemas advindos da complexidade crescente da economia e da própria dinâmica de mercado. Além disso, na imposição da lógica exclusiva do mercado há um conflito com a ideia de extensão da democracia (ALBUQUERQUE, 2010, p. 151-157).

Outro problema relativo à compreensão do mercado é a ideia de que lhe é um atributo exclusivo a eficiência na inovação tecnológica, desconsiderando o complexo arranjo institucional presente nas mais avançadas economias capitalistas, nas quais interagem com o mercado instituições governamentais e não governamentais (ALBUQUERQUE, 2010, p. 169-170).

Joseph Stiglitz aponta para diversas imperfeições do mercado que abrem o campo para a intervenção pública. A impossibilidade de conhecimento perfeito do futuro implica em que as decisões dos empreendedores sejam em grande parte baseadas em intuição e na aposta sobre as condições futuras de mercado. Além disso, a separação da propriedade e do controle da gestão que se efetuou em larga escala no capitalismo leva a problemas de fluxo de informação análogos àqueles encontrados no “socialismo real”. As imperfeições dos mercados derivam de modo geral da sua incompletude e da imperfeição da informação, o que produz externalidades que não podem ser levadas em conta pelos indivíduos tomadores de decisões (STIGLITZ, 1994, p. 17-29). No que se refere à questão dos estímulos à qualidade, inovação e produtividade Stiglitz ainda faz referência a possível justificativa econômica para

a autogestão com base na redução dos custos de vigilância e hierarquia, já que haveria maior identificação dos trabalhadores com os objetivos da empresa (STIGLITZ, 1994, p. 49, 78-79).

Nas propostas de socialismo que excluem o mercado encontram-se autores como Ernest Mandel e Michael Albert e Robin Hahnel. Esses autores propõem formas de planificação participativas bastante descentralizadas, envolvendo produtores e consumidores. São elementos de grande relevância para a viabilidade de um socialismo sem mercado (ou de mercado fortemente reduzido) a engenhosidade democrática e a capacidade tecnológica atual no processamento da informação necessária à eficiência produtiva no atendimento às necessidades de consumo da população. Em suma, o "cálculo socialista" sem mercado, *in natura* ou em horas de trabalho, é tecnicamente possível.

Todavia, resta um problema de fundo que já fora discutido no debate de Hayek com Lange e que retorna sob várias formas em debates teóricos e experiências práticas (como o de Mandel, Bettelheim e Che Guevara sobre a economia cubana): a questão subjetiva das motivações. Para que o fluxo de informação não seja distorcido por interesses não altruístas (como vimos no caso da economia soviética, na relação entre gerentes e planejadores centrais), é preciso que uma racionalidade não individualista prevaleça. Do contrário, a ausência de estímulos mercantis e monetários resultaria em grande ineficiência produtiva e em baixa qualidade dos produtos e serviços ofertados aos consumidores e usuários. Esse custo econômico claramente poderia solapar as bases sociais de uma experiência socialista.

Este parece ser o ponto fundamental que divide, implícita ou explicitamente, as correntes e pensadores socialistas com relação ao mercado. Assim, aqueles que estariam convictos na capacidade de criação do "homem novo" num horizonte mais próximo, inclinar-se-iam para propostas de socialismo sem mercado. Já aqueles que considerariam a predominância do altruísmo como uma completa impossibilidade, apostariam num socialismo de mercado, ciosos em garantir no mínimo a mesma eficiência produtiva verificada no capitalismo. Finalmente, os partidários do socialismo de autogestão adotam mecanismos de mercado como instrumentos de transição, fortemente controlados por dispositivos autogestionários e colocando o acento político na criação das condições de possibilidade da solidariedade em vários níveis. Ou seja, nesse último caso, permaneceria o horizonte utópico da sociedade altruísta.

Embora haja versões do projeto autogestionário que concedem maior espaço às categorias mercantis e outras que são mais restritivas, para os defensores da autogestão, em regra, não deve haver mercado de capitais, nem mercado de trabalho. Com isso, a alocação do trabalho deveria se dar por procedimentos democráticos que permitam a mobilidade flexível

do trabalhador e a liberdade de escolha do emprego e o investimento deveria ser socializado, por exemplo, por meio de fundos territoriais (locais, regionais e nacionais).

Diane Elson, por exemplo, defende um modelo de socialismo autogestionário onde as famílias teriam uma renda básica independente do trabalho fornecido. Haveria também acesso gratuito a todos os serviços de base (educação, saúde, comunicação, habitação...). O sistema produtivo seria composto por empresas públicas autogeridas e autofinanciadas e uma instituição de regulação que se encarregaria de autorizar a criação de novas empresas públicas, com a concessão de fundos públicos a serem repostos com juros, e também da reconversão de trabalhadores para outras empresas em caso de falências. A socialização dos mercados de produtos se daria por meio de um sistema de circulação da informação sobre os custos, a qualidade dos produtos, as margens e as rendas dos produtores, apoiando-se em redes de instituições de planificação em nível setorial e/ou local.

Pat Devine defende a autogestão e a propriedade social dando especial atenção para os fluxos de informação entre as diversas partes interessadas nas decisões relativas ao uso do potencial produtivo social. Os conhecimentos tácitos e o princípio de subsidiariedade permitiriam integrar trabalhadores, fornecedores, clientes e usuários, coletividades locais, Estado e empresas sob o regime de propriedade social, especialmente no que diz respeito às decisões de novos investimentos.

A autogestão como desenho democrático do socialismo

O conceito de autogestão possui diversas acepções, tendo sido assumido por diferentes matrizes político-teóricas. Massimo Follis aponta que seus elementos prefigurativos podem ser encontrados no pensamento anárquico, particularmente em Proudhon, no sindicalismo revolucionário europeu e norte-americano, no socialismo de guildas, na crítica trotskista da burocracia e, sobretudo, no movimento dos conselhos operários, com destaque para os escritos de Karl Korsch e Anton Pannekoek (FOLLIS, 2007, p. 74-75).

Inicialmente, como vimos, os iugoslavos utilizaram o termo autogestão operária para referir-se ao seu novo sistema de gestão das empresas, constituído por assembleia geral, conselho operário, comitê de gestão e direção. Em seguida veio o desenvolvimento teórico da autogestão, impulsionado pela prática e reflexão iugoslavas, mas também extrapolada por pensadores e militantes da esquerda europeia, sobretudo francesa, com maior fecundidade a partir das rebeliões de maio de 1968. Deste modo surgem os conceitos de autogestão social e autogestão plena ou generalizada. A autogestão social geralmente é entendida como uma expansão da autogestão para além do âmbito do trabalho e da fábrica, abarcando todas as

esferas da vida política e social de todos os cidadãos numa sociedade socialista. Ela atenta não apenas para o problema da exploração mas coloca acento também na alientação. Já a autogestão plena seria o horizonte utópico de uma sociedade que teria superado todas as estruturas autoritárias e instituições heterogeridas.

Nosso objetivo nesse tópico é mostrar que é no âmbito do projeto de uma autogestão social que se apresenta uma confluência da ideia de autogestão com o projeto de uma democracia participativa. Esta confluência, a nosso ver, autoriza, de um ponto de vista normativo, a pensar na *autogestão como o tipo de arranjo político democrático adequado ao socialismo*.

Para expor nosso argumento, apresentaremos primeiramente a reflexão em torno da autogestão tal como se deu no debate francês, selecionando as obras de Yvon Bourdet e de Pierre Rosanvallon sobre a autogestão. Em seguida, recuperaremos o debate da democracia participativa, caro a uma boa parcela da esquerda anglo-saxônica dos anos 1960 e 1970, focando a obra de Carole Pateman. Com isso, pretendemos colocar em relevo os elementos comuns e complementares da autogestão e da democracia participativa para sustentar a autogestão como desenho democrático do socialismo.

Tal empreendimento teórico é relevante para evidenciar a originalidade do socialismo humanista defendido pelo grupo Praxis e o seu caráter conflitivo com relação ao socialismo sustentado pela Liga dos Comunistas da Iugoslávia, atrelado à concepção leninista de vanguarda comunista e à defesa de um partido único. Embora os teóricos do grupo Praxis tenham procurado resguardar Lenin de críticas mais severas, restará evidente o potencial conflitivo da concepção autogestionária para o poder político heterônomo em comparação com o centralismo democrático.

Autogestão

Pompilio Locks Filho e Marília Veríssimo Veronese identificam em Rosanvallon uma acepção de autogestão reformista e realista, primordialmente política, enquanto Yvon Bourdet e Alain Guillerm estariam presos a uma tradição marxista ortodoxa, cuja concepção é primordialmente econômica, idealista e irrealista, centrada no operário e na fábrica (LOCKES FILHO e VERONESE, 2012).

Do nosso ponto de vista, essa assimilação do realismo com o reformismo não se justifica na medida em que o realismo prende-se antes a especificação das condições de possibilidade atuais para o desenvolvimento do curso da ação desejada, enquanto o reformismo aposta na eficácia de intervenções parciais nas estruturas sociais prevendo um

progressivo e gradual alargamento das possibilidades futuras de mudança. Ora, projetos revolucionários também exigem a cuidadosa especificação das suas condições de possibilidade a partir da atualidade, apostando igualmente no alargamento futuro dos horizontes abertos para a mudança. A diferença encontra-se no entendimento do que é necessário e possível de se mudar e em qual escala temporal e espacial. Por envolver apostas, a definição do que é uma abordagem realista só pode ser contenciosa.

Parece-nos então mais ineressante a distinção de Locks Filho e Veronese sobre a concepção primordialmente política de Rosanvallon e a concepção primordialmente econômica de Bourdet e Guillerm. Estaremos portanto atentos a esse tópico ao longo dessa exposição sobre os teóricos da autogestão.

Locks Filho e Veronese subscrevem a crítica de Norberto Bobbio ao pensamento socialista, cujos esforços teriam se concentrado, "sobretudo, na crítica ao estado representativo, descuidando-se do projeto de um estado novo" (BOBBIO, 1983, p. 66). Os marxistas conselhistas também foram alvo da crítica de Bobbio, afirmando que

> Nas idealizações dos teóricos mais radicais e originais sobre um novo tipo de estado (que deveria dar início ao processo gradual de desestatização), ou seja, nos teóricos dos conselhos operários, este obstáculo (democracia) é geralmente ignorado [...] tirando o partido do meio, com um arbítrio lógico e histórico, o problema da democracia operária parece de fácil solução. (BOBBIO, 1983, p. 70)

Bobbio caracteriza uma série de autores como "sovietistas":

> O erro no qual caíram sempre os teóricos da democracia industrial foi o de acreditarem na possibilidade de solucionar a democracia política na democracia econômica, o autogoverno dos cidadãos no autogoverno dos produtores. O erro deriva da crença que não existem problemas do cidadão distintos daqueles do trabalhador (BOBBIO, 1983, p. 73).

Embora não tenhamos a pretensão aqui de resenhar o debate de Bobbio com os marxistas acerca da teorização da política e dos problemas do chamado economicismo marxista, vale a pena retermos a problemática posta, dado que ela se revela de certa forma nos debates iugoslavos sobre o sistema de autogestão. A insistência de Kardelj no pluralismo dos interesses autogestionários procurava dar conta de um novo projeto de democracia, alargando a autogestão para além dos muros da fábrica, envolvendo as comunidades de interesse autogestionário (consumidores, usuários e comunidades territoriais). A ideia, parece-nos, não era tanto que não haveria problemas do cidadão distintos daqueles do trabalhador, mas que haveria de se buscar uma espécie de "fusão" do político e do econômico, na medida em que

os interesses dos cidadãos encontrariam expressão concreta na esfera produtiva, decidindo acerca das suas condições materiais de existência.

Já o irrealismo da concepção de Bourdet e Guillerm se encontraria na sua recusa às reformas, quer dizer, os teóricos negariam qualquer tentativa de transformação a partir das instituições do próprio sistema:

> Para os teóricos, se o patronato outorga a participação nas fábricas, dando o direito à palavra ao trabalhador, é somente devido às disfunções do taylorismo que necessita que os operários se interessem pelo que fazem e sintam-se ativos, originais e espontâneos no processo produtivo. Contudo, o fato de que a definição das metas da empresa escapa à massa dos operários continua existindo. (LOCKES FILHO e VERONESE, p. 277)

A conclusão é que Bourdet e Guillerm, embora critiquem o capitalismo e o marxismo de Estado, "não chegam a formular nem o embrião de uma proposta para uma nova sociedade. Suas formulações apenas reforçam as afirmativas de Rosanvallon a respeito das teorias marxistas que visam o fim do político" (LOCKES FILHO e VERONESE, p. 282).

Embora possamos identificar uma tendência a evitar proposições institucionais mais precisas para a futura sociedade autogerida, parece-nos exagerado negar mesmo a existência de um "embrião" de proposta em Bourdet e Guillerm. A nosso ver, o intuito dos autores franceses é justamente encontrar os elementos históricos que sustentam, ainda que em modo embrionário, a possibilidade de uma futura organização social autogestionária.

Analisando o que chamam de fracasso da heterogestão taylorista (desinteresse pelo trabalho, absenteísmo e instabilidade, queda de rendimento), esses autores estimam que a autogestão *já é* praticada nas indústrias de um modo invisível, no sentido de que os operários precisam em alguma medida desobedecer a direção da empresa para realizar as tarefas industriais adequadamente, pois que eles têm interesse em que a fábrica funcione:

> As tendências atuais, suscitadas pelo fracasso do taylorismo, em direção do alargamento ou do enriquecimento das tarefas, da aceitação "de equipes autônomas de trabalho", são uma confirmação desta "autogestão invisível" que a classe dirigente gostaria de "recuperar". Aceitando confiar cada vez mais aos operários tarefas que fazem apelo à sua espontaneidade criadora, os gerentes entendem conservar as estruturas hierárquicas e autoritárias, não somente nas empresas, mas na sociedade. A questão é saber se isso é possível[186]. (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 207)

[186] No original : « Les tendances actuelles, suscitées par l'échec du taylorisme, en direction de l'élargissement ou de l'enrichissement des tâches, l'acceptation « d'équipes autonomes de travail », sont une confirmation de cette « autogestion invisible » que la classe dirigeante voudrait « récupérer ». Tout en acceptant de confier de plus en plus aux ouvriers des tâches qui font appel à leur spontanéité créatrice, les managers entendent conserver les structures hiérarchiques et autoritaires, non seulement dans les entreprises, mais dans la société. La question est de savoir si c'est possible » (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 207).

Em verdade, Guillerm e Bourdet demonstraram justamente a preocupação em discernir onde se encontravam potenciais revolucionários, tomando como critério central o necessário "movimento autônomo do proletariado" e precavendo-se de tomar ingenuamente concessões patronais como equivalentes de vitórias proletárias *no sentido* do avanço de uma consciência autogestionária:

> É portanto difícil fazer um julgamento de conjunto sobre as esperanças de desenvolvimento de uma consciência autogestionária a partir das reformas atuais empreendidas pelo patronato. O essencial mesmo é o movimento autônomo do proletariado. Lá onde ele ocorre, é preciso se apoiar sobre aquilo que se "outorga" para o ultrapassar; mas lá onde, por enquanto, ele não se exprime, são provavelmente técnicas patronais destinadas, no fim das contas, a aumentar a produtividade, que poderiam fazê-lo surgir[187]. (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 213)

Para Guillerm e Bourdet, desde maio de 1968 podía-se constatar um movimento em direção à autogestão *das lutas*, critério fundamental de movimento revolucionário na perspectiva autonomista dos autores (GUILLERM; BOURDET, 1975, p. 238-239), ligadas ainda a reivindicações que se opunham à heterogestão:

> Assim, as reivindicações ditas qualitativas (porque elas não concernem somente a quantidade de trabalho e de salário) são, mais precisamente, um protesto contra a redução dos operários à única função de instrumentos produtivos, e, por isso mesmo, uma oposição à heterogestão. Constata-se que quando os trabalhadores assumem eles mesmos suas lutas, eles lhes restituem um sentido global e humano: eles não buscam apenas *ganhar mais*, mas *viver de outro modo*[188]. (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 240; grifos do autor)

Visando introduzir o princípio de autogestão em todos os planos (como o das relações de trabalho, da educação, da família, das instituições), Guillerm e Bourdet ainda dedicam um capítulo da sua obra *Clefs pour l'autogestion* à questão da formação. Recusando visões mecanicistas, que exigem privilegiar um lugar particular do todo social (a economia, a política), e entendendo que a pedagogia é, num certo sentido, a matriz da política, os autores

---

[187] No original : « Il est donc difficile de porter un jugement d'ensemble sur les espoirs de développement d'une conscience autogestionnaire à partir des réformes actuelles entreprises par le patronat. L'essentiel est bien le mouvement autonome du prolétariat. Là où il a lieu, il faut s'appuyer sur ce que l'on « octroie » pour le dépasser ; mais là où, pour l'instant, il ne s'exprime pas, ce ne sont probablement pas des techniques patronales destinées, en fin de compte, à augmenter la productivité, qui pourraient le faire surgir » (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 213).

[188] No original : « Ainsi les revendications dites qualitatives (parce qu'elles ne concernent pas seulement la quantité de travail et de salaire) sont, plus précisément, une protestation contre la réduction des ouvriers à la seule fonction d'instruments productifs, et, par là même, une opposition à l'hétérogestion. On constate que lorsque les travailleurs prennent eux-mêmes en main leurs luttes, ils leur restituent un sens global et humain : ils ne cherchent pas seulement à gagner davantage mais à vivre autrement » (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 240 ; grifos do autor).

destacam a importância de uma educação anti-autoritária (Comenius, Montessori, Dewey, Piaget e Freinet) para o projeto autogestionário. Aderem também à psicanálise marxista de Wilhelm Reich para explicar a intermitência de consciência de classe do proletariado por meio das disposições para a autopunição e a resignação criadas pela família patriarcal autoritária. E, finalmente, apostam no caráter revolucionário da análise institucional (ou socioanálise) de René Lourau e Georges Lapassade (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 242-259).

Desse modo, Guillerm e Bourdet não vislumbram a revolução como um episódio violento que permitiria a instauração da autogestão (embora estimem que provavelmente em algum momento do processo revolucionário a violência se fará presente devido às resistências). É a própria autogestão que se constitui no processo revolucionário:

> Pergunta-se por vezes se a autogestão se situa antes ou após a Revolução. Nem antes, nem após; pois ela é, ela mesma, a revolução verdadeira. Não a "revolução" que substitui uma minoria dirigente por uma outra, mas aquela que suprime, em seu princípio mesmo, toda a divisão social deste tipo[189]. (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 12)

Para distinguir a autogestão de noções por vezes a ela associadas (como participação, cogestão, controle operário e cooperativa), Guillerm e Bourdet insistem no seu aspecto extra-econômico, propriamente *político*, e radicalmente subversivo da ordem existente, como forma organizativa que deverá por fim ao Estado ao ser generalizada:

> Assim, enquanto que a participação, o controle operário e as cooperativas concernem apenas à produção e à economia, a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, no sentido de que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política, a saber: a tomada nas mãos, sem intermediário e em todos os níveis, de todos os "*seus* negócios" por todos os homens[190]. (GUILLERM; BOURDET, 1975, p. 32; grifo do autor)

A autogestão como nova forma político-econômica "determina uma outra forma de planificação, centralizada por baixo, que define constrangimentos e não uma dominação". Nela, deverão ser mudados "os fundamentos da economia capitalista, incluindo a forma dos

[189] No original: "On demande parfois si l'autogestion se situe avant ou après la Révolution. Ni avant, ni après ; car elle est elle-même la révolution véritable. Non pas la « révolution » qui remplace une minorité dirigeante par une autre, mais celle qui supprime, dans son principe même, toute division sociale de ce type" (GUILLERM ; BOURDET, 1975, p. 12).

[190] No original: « Ainsi, alors que la participation, le contrôle ouvrier et les coopératives ne concernent guère que la production et l'économie, l'autogestion est une transformation radicale, non seulement économique, mais politique, en ce sens qu'elle détruit la notion commune de politique (comme gestion réservée à une caste de politiciens) pour créer un autre sens du mot politique : à savoir la prise en mains, sans intermédiaire et à tous les niveaux, de toutes « *leurs* affaires » par tous les hommes » (GUILLERM ; BOURDET, 1975, p. 32 ; grifo do autor).

equipamentos (tecnologia) e a finalidade dos produtos", já que a "planificação autogerida *não consiste somente a planificar de outro modo, mas a planificar outra coisa*" (GUILLERM; BOURDET, 1975, p. 49-50, grifos do autor).

Yvon Bourdet foi um dos principais teóricos marxistas que procurou desenvolver teoricamente o conceito de autogestão, baseando-se principalmente na obra de Max Adler. Conforme Bourdet, nenhum esquema institucional é capaz de garantir a autogestão, isto é, a participação efetiva de todos os trabalhadores. Assim, o sistema de conselhos, ao qual adere, não é uma panaceia, mas é condição necessária para que a autogestão possa se desenvolver para além dos marcos da democracia formal ou burguesa (considerada uma pseudo-democracia) (BOURDET, 1970, p. 1-27).

O autor levanta várias dificuldades presentes no sistema de conselhos, como aquelas relativas ao acúmulo de competência pela experiência por parte dos delegados, tentando-os a se apresentarem como indispensáveis e sendo aceitos como tais para o bom funcionamento da organização. A revogabilidade permanente dos eleitos no sistema representativo da autogestão só poderia evitar a formação de uma camada burocrática dos "permanentes" se o nível geral de educação dos membros dos conselhos permite uma escolha efetiva e se os delegados não possuírem vantagens (financeiras ou outras) que tornem a sua função um objeto de competição. A estrutura formal dos conselhos não pode impedir também que haja desigualdades de poder oriundas de diferenças de personalidade entre os seus membros, com a vantagem para os mais desenvoltos na oratória em detrimento dos mais tímidos (BOURDET, 1970, p. 15-16). A este, como a outros problemas, Bourdet não oferece respostas diretas, detalhadas e precisas. A educação, ou formação de modo geral, parece ser a solução evocada.

Bourdet considera quase impossível traçar uma linha clara de demarcação entre os marxistas não-autoritários e os comunistas libertários, que se aproximam em diversos pontos, embora mantenham geralmente certas diferenças (BOURDET, 1974, p. 109). A autogestão, especialmente após o maio de 1968, serviu para aproximar essas duas grandes correntes politicas revolucionárias. Um passo inicial nessa aproximação é o reconhecimento da herança comum do horizonte utópico de uma sociedade harmônica, na qual tudo seria decidido em comum, o trabalho seria uma atividade livre e atraente, não haveria mais propriedade, salários e miséria. Nesse sentido, pode-se mencionar Charles Fourier como uma das fontes comuns para o pensamento utópico socialista. Para realizar o socialismo como reino da abundância no mundo inteiro, Fourier pensava que bastaria um exemplo contagiante da experimentação do seu modelo de falanstério (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 64).

Por outro lado, Guillerm e Bourdet polemizam com a tradicional atribuição de "paternidade" da autogestão à Proudhon, inscrevendo-a, do ponto de vista teórico, na tradição filosófica ocidental que remonta a Descartes e se desenvolve em Kant e principalmente em Rousseau, para encontrar sua expressão política no comunismo de Bakunin e Marx, posteriormente desenvolvida no âmbito marxista nas tradições de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 51-112). Embora reconheçam o mérito de Proudhon de ter criticado violentamente o Estado, mesmo sob o regime democrático parlamentar, se proclamando anarquista, e de ter atacado a propriedade privada para defender a associação dos trabalhadores, Guillerm e Bourdet destacam a sua recusa à revolução política e à violência revolucionária. A revolução econômica pacífica de Proudhon, na fórmula da associação mutualista, seria uma via reformista, conciliatória, e seu "federalismo" uma "fraude" que atomiza a classe trabalhadora e mantem o salariado, impedindo-a de se elevar acima da sua usina ou da "comuna", unificados apenas pelas leis "objetivas" do mercado (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 65-70).

A nosso ver, a recusa em reconhecer Proudhon como um dos "pais" da autogestão deve-se a definição da autogestão como uma fórmula organizacional que exclui o mercado como elemento regulador harmônico da sociedade socialista. É forçoso reconhecer, por outro lado, que diversos são os modelos que se reclamam da autogestão, conferindo ao mercado um papel central na organização econômica. Inclusive, como o vimos, a própria experiência iugoslava, numa de suas fases (o "socialismo de mercado"), poderia ser entendida como um teste da teoria proudhoniana.

Assim, Bourdet inscreve a autogestão na tradição marxista, a partir da posição assumida por Marx ante a Comuna de Paris, favorável ao autogoverno dos trabalhadores associados. Acrescenta ainda, nesse contexto, a importância da pressão exercida por Bakunin sobre Marx na Associação Internacional dos Trabalhadores, com sua posição crítica à social-democracia alemã e ao estatismo lassalista (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 71-79).

Lênin é severamente criticado pela sua defesa do centralismo democrático, sua concepção de partido revolucionário e sua recusa à espontaneidade das massas. Rosa Luxemburgo e Pannekoek são autores especialmente estimados pelo teórico francês, a primeira pela sua aposta na capacidade espontânea das massas de fazer a revolução e o segundo pela pioneira defesa dos conselhos operários como antítese à prática bolchevique desde a tomada do poder na Rússia, devendo ser concebidos não como uma forma de organização fixa, mas como o princípio da autogestão operária das empresas e da produção em geral (GUILLERM e BOURDET, 1975, p. 79-112).

De fato, parece-nos que no campo marxista o conselhismo é a tradição teórico-política que mais fornece elementos para o desenvolvimento de uma democracia de autogestão. Embora não tenhamos condições de desenvolver aqui o pensamento de autores como Max Adler, Anton Pannekoek e Antonio Gramsci, vale apontar para o terreno fértil do socialismo de conselhos para se adensar o princípio de autogestão.

Voltando ao tópico da polêmica entre a concepção política e a concepção econômica da autogestão, vamos nos deter agora nas proposições de Pierre Rosanvallon. O teórico francês, inscrevendo a autogestão na problemática da sociedade civil e da sociedade política, apontou para a autogestão como a solução original que superaria os impasses tanto da tradição liberal quanto da tradição marxista com relação ao fim do Estado e de uma nova forma política, adequada à complexidade da sociedade civil contemporânea.

A burocracia estatal e o "reino da mercadoria" caracterizariam o mundo contemporâneo tal como fora moldado pelo capitalismo. Assim, ao defrontar-se com esta realidade, o projeto socialista autogestionário teria de conduzir à reconstituição de "uma verdadeira sociedade civil", capaz de tomar de volta aquilo que lhe fora confiscado pelo Estado, mas também à formação de "uma verdadeira sociedade política", capaz de redefinir o "polo da regulação social", onde se expressariam e se discutiriam as escolhas coletivas (ROSANVALLON, 1976, p. 46-47). Escrevendo na década de 1970, Rosanvallon afirmou então que

> Com a autogestão, a política – no duplo sentido de relações concretas de poder na sociedade civil e de modo de expressão das opções coletivas na sociedade política – se converte na infraestrutura verdadeira da sociedade. Com a autogestão o socialismo se faz político e deixa por fim de ser utópico[191]. (ROSANVALLON,1976, p. 49)

Perseguindo essa via do realismo político Rosanvallon se interroga sobre os problemas da entropia democrática, procurando se desembaraçar de exigências morais idealistas (identificadas tanto no elitismo de Roberto Michels como nos socialismos de Lenin, Guevara ou Fidel). Embora reconheça a possibilidade da democracia direta nos grupos em momentos precisos e passageiros, para realizar tarefas limitadas, como é o caso de assembleias em momentos críticos (por exemplo, no Maio de 1968), o teórico francês insiste que a democracia direta não é um modo de governo. Toda a ação contínua exige uma estruturação organizacional. A solução conselhista também é descartada, vista apenas como

[191] No original : « Avec l'autogestion, la politique – au double sens des rapports concrets de pouvoir dans la société civile et de mode d'expression des choix collectifs dans la société politique – devient l'infrastructure véritable de la société. Avec l'autogestion le socialisme devient politique et cesse donc enfin d'être utopique » (ROSANVALLON, 1976, p. 49).

uma justaposição de democracias diretas concebidas como micro-democracias. A organização piramidal dos conselhos suporia, a seu ver, um agente unificador externo (ROSANVALLON, 1976, p. 51-67).

Assim, para combater realisticamente a entropia democrática seria preciso buscar realizar algumas condições políticas, como a publicidade do poder, a reversão do autoritarismo interiorizado pela submissão voluntária, a ruptura com a ideologia da competência que sustenta a hierarquia por meio da socialização da gestão (o que exige circulação da informação técnica e reconhecimento do saber prático), a rotatividade daqueles que assumem a função de direção (o que exige numerosos dirigentes potenciais e que a sua situação não seja muito privilegiada), a descentralização dos lugares do poder numa sociedade multidimensional onde o trabalho não seja mais o único centro de referência e o desenvolvimento de uma sociedade informacional para dar conta do problema da dimensão[192]. Rosanvallon entende que a autogestão direta só é possível nos pequenos grupos e que a democracia linear conduz à entropia, onde se perde um pouco de poder representado a cada escalão na cascata das delegações do poder e da representação existentes numa estrutura piramidal de pequenas unidades democráticas. Seria a sociedade informacional, concebida como um tecido democrático cerrado, que permitira a articulação das micro-democracias locais com as macro-democracias globais (ROSANVALLON, 1976, p. 70-81).

Com o que foi exposto até aqui já está suficientemente claro que a ideia de autogestão mostrou-se como um fio condutor para a imaginação (ainda que se queira realista) política de uma forma radicalmente democrática de organização social, que inclui mas extrapola largamente a fábrica e o trabalho. Tanto Guillerm e Bourdet, quanto Rosanvallon, ainda que por caminhos distintos, chegam à proposição de transformações anti-hierárquicas generalizadas e insistem na autogestão não apenas como um fim mas também como um meio. Daí a recusa desses autores ao leninismo ou às "democracias populares". Além disso, uma espécie de "fusão" do político e do econômico parece inevitavelmente se operar quando se pensa numa autogestão social.

Resta-nos ainda uma apresentação, ainda que breve, sobre a inspiração anarquista da autogestão. O anarquismo de Proudhon, Bakunin e posteriormente o anarco-sindicalismo forneceram, com toda a evidência, importantes elementos para se pensar na organização

[192] Bobbio questionara que "(...) na medida em que as decisões se tornam sempre mais técnicas e menos políticas, não fica restringida a área de competência do cidadão e, consequentemente sua soberania? Não é, portanto, contraditório pedir sempre mais democracia em uma sociedade sempre mais tecnicizada?" (BOBBIO, 1983, p. 61). O encaminhamento da resposta de Rosanvallon a esse tipo de consideração passa pela socialização dos meios de informação, distinguindo-se entre informação generalizada e especializada.

autogestionária. Por limitações nossas, veremos com um pouco mais de detalhe apenas as contribuições de Proudhon, na medida em que seu modelo de sociedade anarquista possui alguns pontos de contato significativos com uma das fases da experiência iugoslava.

A autogestão de Proudhon implica na negação da planificação centralizada como alternativa à regulação de mercado para a alocação de recursos. Seu modelo, que pode ser considerado um socialismo de mercado, ficou conhecido como mutualismo. Nele, a concorrência cumpre um papel importante, devido a determinadas qualidades: é expressão da espontaneidade social e da liberdade das associações, é um estimulante da indústria por muito tempo insubstituível e é o único meio de resolver o preço (GUÉRIN, 1981, p. 75-76). Há em Proudhon a aspiração a um mercado perfeitamente competitivo em equilíbrio, teoricamente garantindo justiça, alocação racional de recursos e a igualdade original de "condições e fortunas" (COMISSO, 1979, p. 25). Contudo, Proudhon reconhece que o mecanismo de concorrência, abandonado a si mesmo, é nefasto por gerar desigualdade, engendrando os monopólios. Por isso, a concorrência deve ser dotada de um princípio superior que a "socialize", de modo solidário, conduzindo as riquezas à coletividade (GUÉRIN, 1981, p. 76). Trata-se de "equilibrar" os fatores capital e trabalho.

No mutualismo, a justiça é concebida como uma relação equilibrada, entre indivíduos livres e iguais, na qual ninguém se subordina à força ou a vontade de outro, o que, na ótica de Proudhon, implica na garantia de que cada membro da sociedade tenha uma parte igual da riqueza e iguais condições para produzir, o que seria possibilitado pelo livre contrato entre partes iguais para a troca recíproca de equivalentes (COMISSO, 1979, p. 23). Assim, a riqueza produzida por cada associação mutualista deve ser dividida igualmente, dada igual quantidade de insumos de trabalho e capital, embora haja lugar para diferenciação de ganhos de acordo com uma hierarquia de funções, levando-se em conta ainda o talento e o grau de responsabilidade. Com isso, todo "associado participa dos benefícios na proporção de seus serviços"[193] (GUÉRIN, 1981, p. 66). Proudhon ainda prevê uma educação e uma formação enciclopédicas que promovam a diversificação para efetuar o rodízio do trabalho, para que todos os produtores conheçam o conjunto da cadeia produtiva na qual estão inseridos (COMISSO, 1979, p. 24; GUÉRIN, 1981, p. 66).

O lugar da propriedade no sistema mutualista parece oscilar entre a ideia de uma propriedade cooperativa de grupo e a ideia de uma propriedade social federativa. Prestes Motta resume na seguinte fórmula a concepção de propriedade no mutualismo de Proudhon:

[193] No original: « Tout associé participe aux bénéfices dans la proportion de ses services » (GUÉRIN, 1981, p. 66).

"A propriedade aparece como direito absoluto, mas um direito absoluto de todos". Na indústria, se constituiriam propriedades coletivas de empresas, concorrentes entre si, mas associadas numa federação industrial (MOTTA, 1981, p. 154-155). O comércio no atacado e no varejo seria regulado por uma sociedade cooperativa geral, órgão de um sindicato geral da produção e do consumo, no qual se veem representados produtores agrícolas e industriais e consumidores. Uma de suas atribuições seria a fixação dos preços (MOTTA, 1981, p. 157-159).

Já de acordo com Guérin, no plano jurídico Proudhon mudou de opinião quanto à propriedade das empresas. Se antes as confiaria à propriedade das associações operárias, despois rejeitou esta solução particularista, distinguindo entre possessão e propriedade:

> A propriedade é absolutista, aristocrática, feudal, despótica; a possessão é democrática, republicana, igualitária: ela consiste no grozo usufrutuário de uma concessão intransferível e inalienável. (...) O que sucederia à propriedade, seria uma copropriedade federativa atribuída, certamente não a um Estado, mas ao conjunto dos produtores reunidos em uma vasta federação agrícola e industrial[194]. (GUÉRIN, 1981, p. 69)

Para Ellen Comisso, comparando a democracia operária de Gramsci com o sistema de Proudhon, existe entre os dois modelos uma diferença de fundamento da solidariedade:

> Em contraste com a democracia dos trabalhadores, a solidariedade no mutualismo não resulta de serem [os produtores] "igualmente necessários" ou da "colaboração para produzir bens úteis", mas sim de uma distribuição do rendimento quantitativamente igual e do fato de que os interesses dos membros de uma associação mutualista coincidem[195]. (COMISSO, 1979, p. 24-25)

Uma última observação nesse tópico é que podemos considerar a autogestão um princípio teórica e praticamente profícuo por atrair correntes de pensamento e tradições políticas diversas, que se vêem assim "forçadas" a abrir algum diálogo. Correntes libertárias, marxistas e democráticas radicais podem partilhar de aspirações comuns e se repensarem por meio de um diálogo crítico produtivo. A própria perspectiva experimental da autogestão convida a essa abertura de pensamento e de ação.

---

[194] No original: « La propriété est absolutiste, aristocratique, féodale, despotique ; la possession est démocratique, républicaine, égalitaire : elle consiste en la jouissance usufruitaire d'une concession incessible et inaliénable. (…) Ce qui succéderait à la propriété, ce serait une copropriété fédérative attribuée, non certes à un Etat, mais à l'ensemble des producteurs réunis en une vaste fédération agricole et industrielle. » (GUÉRIN, 1981, p. 69)

[195] No original: "In contrast to workers' democracy, solidarity in mutualism does not stem from being "equally necessary" or from "collaboration to produce useful goods" but rather from a quantitatively equal distribution of income and the fact that the interests of the members of a mutualist association happen to coincide" (COMISSO, 1979, p. 24-25).

Aqui vale destacarmos Maurício Tragtenberg como um pensador brasileiro que muito contribuiu na ativação desse diálogo. Tragtenberg pode ser inscrito numa tradição de pensamento semelhante a de Bourdet e de Guérin, ao defender uma leitura libertária de Marx, recusando o bolchevismo de Lenin e Trotski (TRAGTENBERG, 2011, p. 213-243). Ao mesmo tempo em que ele produzira uma leitura original e anti-burocrática da obra de Max Weber, Tragtenberg incorporara a tradição anarquista, denunciando a lógica repressiva do poder presente nas mais variadas organizações e experiências históricas. Assim, a repressão das autoridades no poder contra a população trabalhadora teve lugar não apenas nos regimes capitalistas mas também nos pretensos regimes socialistas do século XX, como atestam por exemplo o massacre contra Makhno na Ucrânica, a repressão contra a Oposição Operária e também aos trabalhadores de Kronstadt (TRAGTENBERG, 2007, p. 87-104).

Ao identificar o cerne do socialismo na eliminação da "divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos", Tragtenberg apontou para *a autogestão das lutas* dos operários como o fundamento da superação do capitalismo. Assim, para o pensador libertário, "não são as reivindicações – sejam elas econômicas ou políticas – que definem o caráter revolucionário de uma luta, mas sim a associação igualitária dos trabalhadores nesse sentido. As novas relações sociais criadas são a matriz do processo revolucionário"[196] (TRAGTENBERG, 2008, p. 9-10).

A nossa própria tese inspira-se na perspectiva crítica de Tragtenberg, procurando atentar para as dinâmicas das relações de poder e a estruturação do domínio e da exploração de classes, aproveitando-nos de *insights* teóricos e de investigações empíricas oriundas de diferentes tradições de pensamento. É com esse espírito que adentramos no próximo tópico, voltado para as teorias da democracia participativa e da democracia industrial.

Democracia participativa e democracia industrial

Em paralelo ao debate francês dos anos 1960 e 1970 sobre a autogestão, desenvolveu-se grandemente o interesse pelo que ficou conhecido como democracia industrial, sobretudo entre pesquisadores dos EUA, Inglaterra e Alemanha. Em grande medida, tratava-se de examinar a efetividade, as condições e os efeitos da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, via de regra sob propriedade capitalista (é o que se pode chamar de co-gestão) ou ainda em regime cooperativista. Mas tratava-se também de

[196] Lúcia Bruno desenvolve essa perspectiva da autogestão das lutas da classe trabalhadora como o cerne do movimento revolucionário em BRUNO, 1990.

repensar toda a estrutura democrática da sociedade, o que levava a colocar em questão, explícita ou implicitamente, a propriedade capitalista.

Uma observação preliminar é que se deve distinguir claramente a ambição participativa radical, que insiste no conteúdo emancipador da democracia, dos usos capitalistas da participação como ideologia, na qual uma nova cultura empresarial caudatária do toyotismo é produzida visando a manipulação da subjetividade dos trabalhadores para que estes "vistam a camisa" da empresa, vendo-se a si mesmos como empreendedores individuais (LIMA, 2010).

De fato, essa tensão e ambiguidade no conceito e na prática da participação dos trabalhadores na gestão das empresas esteve bastante presente nos embates políticos e na teoria da democracia industrial (ou democracia industrial participativa, diferenciando-se da democracia industrial representativa, na qual o modelo sindical é visto de modo análogo ao sistema democrático representativo pensado pela teoria das elites). Especialmente nos anos 1970 e 1980 o sindicalismo europeu passou a discutir a questão da democracia industrial participativa, de um modo geral permanecendo bastante receoso da perda de poder de negociação e de manipulação das bases pela gerência (MARTIN, 1994, p. 9-28).

De todo modo, uma das questões mais importantes nesse debate era testar a hipótese da participação, teoricamente consagrada na clássica obra de Carole Pateman, *Participation and democratic theory*, publicada em 1970 e tendo bastante influência entre a "nova esquerda". A hipótese era que o ato de participar seria pedagogicamente democratizante, ou, mais precisamente, seria possível e necessário educar o cidadão para a administração dos assuntos coletivos a partir da participação na gestão da empresa, promovendo assim um incremento na participação política mais ampla. Sob um ângulo distinto, tratava-se da ideia de que a participação levaria a uma diminuição das diferenças de poder. Diversos autores testaram esta hipótese, encontrando resultados diversos que exigiram o seu refinamento.

De um modo geral, pode-se dizer que a hipótese vem se confirmando, se bem que em graus diversos e com determinadas especificações. Greenberg, Grunberg e Daniel, por exemplo, concluíram em sua pesquisa em empresas estadunidenses que a maioria das formas de participação no local de trabalho encoraja a participação política geral, à exceção da forma representativa num contexto de insucesso econômico da empresa, na medida em que, nesse caso, ela mina o senso de domínio – que é, por sua vez, um fator direto (e também associado com eficácia política) para estimular a participação política (GREENBERG; GRUNBERG; DANIEL, 1996, p. 319-322).

Vejamos agora resumidamente como se apresentou a tese de Pateman. A autora dissertara primeiramente sobre as teorias da democracia predominantes no século XX, especialmente no contexto político-intelectual anglo-saxão. Estas podem ser consideradas teorias da democracia representativa, de corte liberal e vinculada à teoria das elites. Joseph Schumpeter, na década de 1940, estabeleceu as principais definições que passaram a pautar a teoria da democracia representativa, que a título de realismo a concebia como um método político de concorrência entre as elites (lideranças) pelo voto dos eleitores[197]. Tal concepção de democracia como seleção de minorias governantes reservava um papel bastante restrito à participação, entendida apenas como um instrumento de controle dos eleitores sobre os representantes políticos que se dava no processo eleitoral, visando a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados. Esse modelo de democracia, cuja estabilidade depende de uma limitação da participação, pode ser visto como aquele em que a maioria (não elites) obtém o máximo de rendimento (decisões políticas) dos líderes, com o mínimo de investimento (participação) de sua parte. Pode-se dizer que se abandonava assim a noção de democracia como soberania popular (PATEMAN, 1992; MIGUEL, 2002).

Pateman criticou severamente essa tradição da teoria democrática que renegava e mal definia os chamados "clássicos" da teoria democrática. Primeiramente, a teórica procura mostrar que entre os "clássicos" existem diferenças fundamentais, de modo que não é possível falar em uma teoria democrática "clássica". Bentham e James Mill, por exemplo, estariam muito mais próximos de Schumpeter por designarem uma função muito reduzida à participação do povo (PATEMAN, 1992, p. 30-32).

Assim, a autora recupera a obra de Rousseau e John Stuart Mill, além de dar especial relevo à obra de C. D. H. Cole, defensor do socialismo de guildas, para estabelecer os fundamentos da sua teoria da democracia participativa. Nessa teoria, a participação é um elemento fundamental não apenas para o controle de representantes mas pelo seu papel educativo e psicológico, como formação prática do cidadão democrático (PATEMAN, 1992, p. 33-63).

Por exemplo, para Rousseau, com o processo participativo o indivíduo aprende que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus

[197] O pretenso realismo de uma teoria democrática que nega a possibilidade de que o povo governe a si mesmo sem a submissão a uma elite política encontra guarida na sociologia de Max Weber, que aponta para a inevitabilidade seja do domínio dos líderes carismáticos, seja da burocracia (para ele, o político por vocação cumpriria a função de equilibrar o poder dominante da burocracia na modernidade). A esse respeito, ver SINTOMER, 1999.

próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; e ele aprende que o interesse público e o privado encontram-se ligados (PATEMAN, 1992, p. 38). Já Stuart Mill dá grande importância para a participação no governo local para educar o povo para a participação no governo nacional. Além disso, para ele, se "o gênero humano continuar a se aperfeiçoar", ao final predominará uma só forma de organização,

> não aquela que pode existir entre um capitalista, enquanto chefe, e uma população trabalhadora sem voz na administração, mas uma associação dos próprios trabalhadores em termos de igualdade, com a propriedade coletiva do capital para conduzir as operações, trabalhando-se sob a administração de pessoas eleitas e destituídas por eles mesmos (PATEMAN, 1992, p. 44-51).

Finalmente, com Cole, Pateman chega à centralidade da democracia na indústria, já que, nas palavras do socialista inglês, "um sistema servil na indústria reflete-se inevitavelmente em servidão política" (PATEMAN, 1992, p. 55-56). Para Cole, é a indústria a área social mais importante para a realização de uma sociedade participativa, porque é no local de trabalho que a maioria das pessoas despende uma grande parte do seu tempo de vida, além de encontrarem aí a possibilidade de uma educação na administração dos assuntos coletivos. Além disso, a democratização das estruturas de autoridade da indústria contribuiria significativamente para que haja substancial igualdade econômica, pressuposto para que o indivíduo tenha a independência e a segurança necessárias para a participação (igual) (PATEMAN, 1992, p. 61).

Então, de acordo com Pateman, na teoria participativa,

> a "participação" refere-se à participação (igual) na tomada de decisões, e "igualdade política" refere-se à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões, uma definição bastante diferente daquela fornecida pela teoria contemporânea. (...) Pode-se caracterizar o modelo participativo como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que exige um "*feedback*" do *output* para o *input*. (PATEMAN, 1992, p. 61-62).

Para a discussão sobre a autogestão a teoria da democracia participativa de Pateman é importante principalmente por estabelecer a centralidade da democratização no local de trabalho, isto é, na indústria, para a realização de uma democracia efetiva, isto é, realmente participativa.

Podemos observar, com Miguel, que a década de 1970 foi rica no que se refere à produção de teorias de democracia radical, nas quais autores como C. B. Macpherson e Carole Pateman mostravam-se bastante conscientes dos entraves que a sociedade desigual

engendrada pelo capitalismo colocava para a realização da democracia. Como coloca Miguel, identificam-se

> nas assimetrias de recursos materiais, de influência e de socialização entre trabalhadores e patrões, os principais obstáculos à realização das promessas da democracia. Mesmo entre autores liberais, tais problemas eram abordados. Robert Dahl, numa revisão de sua teoria pluralista, observava que o caminho para o aprofundamento da democracia passava necessariamente pela superação do capitalismo – segundo ele, na direção de alguma forma de economia autogestionária de mercado (Dahl, 1990 [1985]). Ou ainda *Uma teoria da justiça*, de John Rawls (1997 [1971]), em que se afirma de forma expressa que os caminhos para a construção de uma sociedade justa (o que inclui, necessariamente, um ordenamento político democrático) são ou o "socialismo liberal" ou um capitalismo de pequenos proprietários, com nítidos ecos rousseaunianos, no qual as principais desigualdades do capitalismo estariam dissolvidas e a igualdade de classes seria estabelecida. (MIGUEL, 2012, p. 94)

A democracia participativa dá centralidade à necessidade da prática cotidiana da democracia e a busca da igualdade material. Esses dois pontos, como mostra Luis Felipe Miguel, convergem na discussão sobre a propriedade privada. "Por um lado ela é a raiz da desigualdade de riqueza; por outro, a propriedade implica necessariamente o controle sobre o processo produtivo, bloqueando a efetividade da participação dos trabalhadores" (MIGUEL, 2005, p. 26). Por isso os teóricos da democracia participativa tendem coerentemente à defesa da autogestão econômica, rejeitando a co-gestão:

> Se as decisões cruciais sobre investimento, lucro e salário permanecem nas mãos dos capitalistas, qualquer introdução de mecanismos democráticos na empresa será limitada e, em última análise, contribuirá mais para legitimar a exploração do trabalho. Assim, os teóricos participacionistas são levados a afirmar, ainda que de forma implícita, a incompatibilidade do aprofundamento da democracia com a manutenção do capitalismo. (MIGUEL, 2005, p. 26)

Como a "lógica da participação ampliada exige descentralização do poder (...), em geral os participacionistas inclinam-se para propostas de economia autogestionária, que não excluem o mercado, mas dão aos trabalhadores a administração de cada empresa" (MIGUEL, 2005, p. 26).

Joshua Cohen, trabalhando com a teoria da democracia deliberativa, examinou princípios democráticos e extraiu conclusões socialistas, dentre as quais a autogestão nas empresas. Cohen revisita quatro argumentos: (1) o argumento do caso paralelo, no qual Robert Dahl mostra-se favorável à autogestão em empresas fazendo um paralelo com o governo democrático do Estado; (2) o argumento da restrição estrutural, no qual Przeworski sustenta que a decisão tomada por capitalistas em matéria de investimentos pode impedir a implementação de decisões tomadas em uma democracia capitalista, por isso é preciso

controle público de investimentos; (3) o argumento do apoio psicológico, no qual Cohen, apoiando-se em Pateman e Dahl, defende que a democracia deve ser estendida às esferas não democráticas do trabalho para dar substância psicológica à cidadania democrática, superando a passividade e a estreiteza de base empírica para o julgamento político; e (4) o argumento da restrição de recursos, o qual insiste que a desigualdade de riqueza impede a igualdade de acesso à arena política e de poder de influência nos resultados do processo democrático (COHEN, 1989).

Assim, não é à toa que muitos cientistas políticos participacionistas se interessaram pelo caso iugoslavo. Até mesmo liberais, como Robert Dahl, fizeram referências positivas à Iugoslávia. Dahl destacou que a "Iugoslávia é o único país no mundo onde um sério esforço tem sido feito para transformar o velho sonho da democracia industrial em realidade", com a introdução de conselhos operários em todas as empresas e com a extensão do princípio de autogestão social para quase todo o itpo de unidade organizada (governos locais, cooperativas rurais, escolas, hospitais, correios, serviços telefônicos, habitações). Assim, ponderou que

> Seria um grande exagero dizer que a autogestão das empresas econômicas na Iugoslávia é uma completa ou inteiramente satisfatória realização da democracia industrial. Mas, em conjunção com outros aspectos do sistema iugoslavo, (...) os conselhos operários parecem ter produzido não apenas uma economia relativamente descentralizada, mas uma participação substancial de trabalhadores no governo da indústria e do trabalho de um modo geral[198]. (DAHL, 1970)

Pateman dedicara um capítulo inteiro do seu livro *Democracia e Teoria Participativa* para avaliar a experiência iugoslava. Em linhas gerais suas conclusões foram positivas. A autora toma a Iugoslávia como objeto de estudo por ser o único país a fornecer um exemplo de tentativa de introdução em larga escala da democracia na indústria, sob o sistema de autogestão dos trabalhadores. Para Pateman, com o exame do caso iugoslavo estava num certo sentido demonstrada a possibilidade de uma estrutura de autoridade democrática na indústria, ainda que a influência exercida nos conselhos de trabalhadores pelo diretor, pelo colegiado e por outros "especialistas" fosse considerável (PATEMAN, 1992, p.118-129).

[198] No original: "It would be a gross exaggeration to say that self-management of economic enterprises in Yugoslavia is a complete or wholly satisfactory achievement of industrial democracy. But, in conjunction with other aspects of the Yugoslav system, about which I shall have a word to say in a moment, the workers' councils seem to have produced not only a relatively decentralized economy but a substantial amount of participation by workers in the government of industry and of work generally" (DAHL, 1970).

Embora ainda houvesse muito que se fazer para melhorar a disponibilidade de informações relevantes no sistema iugoslavo (um dos aspectos cruciais da participação), Pateman considera que de um modo geral as informações estavam disponíveis aos trabalhadores. O "'princípio de publicidade' é provavelmente único, e na maioria dos casos fornece mais informação aos empregados na Iugoslávia do que recebem seus companheiros na Inglaterra, nos Estados Unidos ou na União Soviética" (PATEMAN, 1992, p. 130).

Após um exame bibliográfico, utilizando estudos como o de Jiri Kolaja e o relatório da OIT, onde se apresentam alguns dados positivos de participação e outros menos encorajadores, Pateman sublinhou a necessidade de mais pesquisas para se chegar a conclusões seguras. Ainda assim,

> Apesar de essas restrições e o fato de que existe uma Liga Comunista e uma natureza subdesenvolvida na economia iugoslava dificultarem uma comparação direta com o Ocidente, uma conclusão que se pode tirar é que a experiência iugoslava não nos fornece nenhuma boa razão para supor que a democratização das estruturas de autoridade da indústria é impossível de ser efetuada, por difícil e complicada que possa parecer. (PATEMAN, 1992, p. 135)

Democracia socialista

Os debates em torno da democracia são especialmente importantes para se tratar de uma sociedade pós-capitalista, na medida em que o socialismo deveria, em tese, superar a sociedade de classes, dando lugar a uma sociedade emancipada dos conflitos antagônicos e insolúveis (nos marcos capitalistas) entre as classes sociais. Ao deslocar-se da crítica à democracia sob o capitalismo para a projeção de um novo desenho institucional pós-capitalista, o pensamento socialista enfrenta o desafio de ir além da denúncia dos elementos ou da estrutura de classes da democracia parlamentar burguesa. O marxismo, como corrente de pensamento dominante no quadro do socialismo, apostou geralmente no papel emancipador da classe operária como portadora de uma sociedade sem classes, associativa, livre da exploração e da dominação de classes, originada do poder sobre os meios de produção e reprodução da vida social.

Com isso, na reflexão sobre uma democracia pós-capitalista e pós-sociedade de classes, pouco lugar foi dado às relações de poder, aos antagonismos e aos conflitos sociais. A sociedade dos livres produtores associados seria harmônica na medida em que o fruto do trabalho coletivo seria apropriado coletivamente, em benefício de todos. Tal seria a expectativa integradora e igualitária do comunismo.

Para Rosanvallon, Marx e Engels incorreram no mesmo erro do liberalismo econômico clássico de projetar a dissolução do político, quer dizer, o fim do conflito de poder. A utopia comunista, recuperando a fórmula consagrada por Saint-Simon e repetida por Engels, seria o fim do governo dos homens, substituído pela administração das coisas. A ideia de uma racionalização técnica da sociedade pode ser interpretada como o império da economia livre da política, pois que não haveria mais a luta entre classes antagônicas e portanto a economia não seria mais uma estrutura social de exploração e sim uma organização social para administrar os bens coletivos de acordo com os interesses dos produtores, isto é, de toda a sociedade não mais cindida entre os que produzem e os que exploram.

Parece-nos que Marx tinha uma concepção da política como organização do poder para a dominação, daí a ideia de que a transição socialista consistiria na ditadura do proletariado, portanto ainda uma forma política de dominação de classe, desta vez da classe operária sobre a burguesia. O comunismo, por dissolver a sociedade de classes, implicaria assim no fim do Estado e da política. Contudo, dada a concepção de política de Marx e os seus poucos escritos sobre o funcionamento prático da sociedade comunista, não nos parece ser possível inferir que ele negasse a existência de conflitos e portanto de alguma forma de regulação e coordenação de diferentes posições acerca de assuntos considerados públicos, comunitários ou associativos. Tudo o que se pode dizer com segurança é que a natureza desses conflitos não teria o mesmo caráter do conflito antagônico de classes. Talvez por isso o lugar do consenso pudesse ser central numa democracia comunista.

Atilio Boron discorre sobre o tema do "fim da política" em Marx:

> Se a política é, tal como recorda Weber, "a guerra de deuses contrapostos", na sociedade comunista supõe-se que os fundamentos últimos do conflito político, a apropriação desigual da propriedade e da riqueza e a distribuição desigual dos frutos do progresso técnico, terão desaparecido. A luta política não é, para Marx, um conflito que se esgota nas ambições pessoais, mas sim um conflito de raízes profundas que se fincam, de forma mais ou menos profunda, no solo da sociedade de classes. Desaparecida esta, a política passa a ser outra coisa e, necessariamente, adquire uma conotação diferente. É preciso frisar aqui que a sociedade sem classe está muito longe de ser, na concepção marxista, essa sociedade cinza, uniforme e indiferenciada que agitam seus críticos. Muito pelo contrário, as diferenças – de gênero, opção sexual, étnicas, culturais, religiosas, etc. – serão potencializadas uma vez que as restrições que, no capitalismo, impedem ou estorvam o florescimento de tais diferenças tenham desaparecido, cuidando, porém, para que estas não se convertam em renovadas fontes de desigualdades. Existirão, portanto, novas bases, não políticas, para a vida pública. Ao se dissipar o véu ideológico que tornavam opacas as sociedades burguesas e que tornava a política um âmbito alienante e alienado, a transparência da futura sociedade sem classes dará origem a novas formas de atividade, às quais não cabe, estritamente falando, o nome de "política". Nas

> palavras do velho Engels, será então quando o "governo dos homens será substituído pela administração das coisas". Chegado este ponto, o autogoverno dos produtores enviará a política, da mesma forma que o estado, "ao lugar que então há de lhe corresponder: o museu de antiguidades, junto da roca e da machadinha de bronze" (Engels, 1966) (BORON, 2006, p. 313).

Deste modo, nos parece precipitada a crítica de Rosanvallon ao marxismo por sua suposta vinculação ao otimismo utópico do século XIX, crente no papel da ciência em promover uma administração neutra de toda a sociedade, presente no industrialismo de Saint-Simon, e que redundaria no socialismo de Estado, tecnoburocratizado, e no capitalismo taylorizado, aspirante ao "*the one best way*".

De todo modo, apesar das críticas de Rosanvallon e de outros teóricos da política ao marxismo, por sua suposta anulação utópica do político numa hipotética sociedade comunista, podemos identificar em diversos autores marxistas uma preocupação bastante intensa em construir institucionalmente o comunismo a partir de uma estrutura política formada por elementos de equilíbrio de poder, de estímulos materiais e de conscientização para a formação do "homem novo". O próprio Rosanvallon reconhece o esforço, por exemplo, de Poulantzas e Gramsci na teorização da política e da democracia.

É verdade que a maioria dos autores marxistas simplesmente evita dissertar sobre como seria organizada uma sociedade liberta dos conflitos distributivos, isto é, uma sociedade de abundância em que não mais haveria razão para a disputa pelos recursos materiais. Deste modo, o foco é a sociedade de transição, a sociedade socialista que teria como farol os valores harmônicos, integrativos e solidários do comunismo, sem contudo descuidar dos problemas em torno dos conflitos por recursos e dos riscos de dominação e exploração de grupos sociais privilegiados sobre as massas trabalhadoras. Para tanto, a chave da política proposta pela tradição marxista tem sido o poder operário, isto é, formas de efetivação do controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Parece justo assinalar que, sendo irrealizável ou possível, a visão harmônica da utopia comunista não obsta a reflexão e a construção teórica e prática de um desenho organizacional e político do socialismo, mesmo que seja pensado de maneira transitória.

O delineamento marxista básico da política no socialismo é apresentado por Marx na sua análise da Comuna de Paris. Em *A guerra civil na França*, o filósofo alemão deixa claro que a revolução socialista devia ser também uma revolução contra o Estado em favor da construção de organizações do poder operário. Entende que "a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins" (MARX, 2011, p. 54); deve, isso sim, tal como fizeram os revolucionários

da Comuna, subverter os órgãos do poder estatal – exército, polícia, burocracia, clero e magistratura – por organizações operárias, funcionando numa verdadeira democracia (MARX, 2011, p. 56-59). Por isso assevera que a Comuna de Paris "era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho" (MARX, 2011, p. 59).

É de se notar ainda que há marxistas que não seguem a concepção marxiana de política. Para Jacques Texier, por exemplo, o "socialismo (ou o comunismo) não anula as relações políticas, apesar de que é verdade que transforma profundamente a questão do poder". Defendendo a radicalização da democracia, como autogoverno das mulheres e dos homens, sublinha que ela é também uma forma de poder, o poder da multidão, na qual, de modo autônomo, os trabalhadores-cidadãos se dotam a si mesmos das normas que se impõe universalmente. Assim, o filósofo propõe que "conservemos o charmoso nome de política que evoca a urbe, para designar todas as atividades nas quais os homens deverão se empenhar para auto administrar a produção e a vida social" (TEXIER; SÈVE; SAMARY, 2004, p. 160). Embora conserve o otimismo e a ambição comunista de extensão do poder a todos os trabalhadores-cidadãos, ressalta que as atividades da auto-administração da produção e da vida social em geral "comportarão a confrontação e a luta de ideias, para fazer triunfar tal ou qual orientação. Haverá pluralidade, lutas, eleição e responsabilidade dos eleitos: haverá, pois, política" (TEXIER; SÈVE; SAMARY, 2004, p. 160-161).

O sociólogo e cientista político marxista Luciano Martorano, refletindo sobre a organização política adequada a uma fase de transição socialista rumo ao comunismo, defende uma combinação de conselhismo e pluralismo partidário. A razão para o pluralismo partidário (restrito, todavia, à formação de partidos que representem os interesses da nova classe dominante, o operariado) estaria, em parte, de acordo com Martorano, na existência de divergências temporárias, inevitáveis no socialismo e que seriam gradualmente dissolvidas até a chegada ao comunismo.

Essas divergências possuiriam quatro fundamentos. Um deles é a existência de interesses distintos entre as vanguardas políticas (consideras por ele como possíveis representantes dos interesses de conjunto da classe operária, incluindo os seus objetivos futuros) e as "massas" (que estariam preocupadas, durante um bom período, principalmente com a satisfação de suas necessidades imediatas). Nesse caso os interesses são distintos apenas devido aos diferentes prazos para a sua satisfação. Outro fundamento das divergências seria a não homogeneidade da própria classe trabalhadora, com suas diferenças sociais,

econômicas, políticas e educacionais. Para Martorano, essas diferenças seriam a manifestação da persistência, ao longo de toda a transição socialista, da divisão entre trabalho manual e intelectual, bem como da divisão entre cidade e campo. Um terceiro fundamento é a existência de um campo político socialista, abrigando diversas correntes de opinião (o que se evidenciou mesmo nos regimes de partido único, como a URSS). Finalmente, a existência de clivagens diferenciadas dando origem a agregações diversas de interesses segundo as diferentes posições ocupadas pelos agentes sociais, o que os torna portadores de necessidades múltiplas, complexas e sempre renovadas, pela própria satisfação de suas exigências anteriores. Imagine-se, por exemplo, a agregação de agentes sociais na condição de esportistas, escritores, músicos etc. (MARTORANO, 2011, p. 71-73).

É curioso, todavia, que Martorano considere a existência da democracia somente para o período socialista, seguindo a tradição que identifica Estado, domínio de classe e a democracia como uma forma de governo de classe (daí a passagem da democracia burguesa para a democracia operária). Não haveria então democracia no comunismo, já que não haveria mais classes sociais e, portanto, não haveria mais Estado. Ora, seu apontamento para as "necessidades múltiplas" ligadas às "diferentes posições ocupadas pelos agentes sociais" nos remete para a possibilidade de divergências sobre a "administração das coisas". Não vemos justificativa para imaginarmos o fim dessas diferenças numa hipotética sociedade comunista. Assim, a questão que fica é: por que a democracia seria extinta? Que mecanismo organizativo a substituiria para realizar o processo deliberativo e decisório necessário frente às diversas ideias e tomadas de posição acerca dos assuntos públicos, comunitários, enfim, sociais?

Martorano disserta sobre a função dos conselhos no socialismo, que seria promover a socialização da economia e da política, do que resultaria numa espécie de "fusão" entre essas duas esferas da organização social, sem que uma se imponha sobre a outra. Com a intensificação da participação, a prática política deixaria de ser objeto de domínio de um grupo socioprofissional específico, os políticos profissionais. Para Martorano, isso não culminaria com o fim da política no comunismo, em favor de uma simples "administração das coisas" de sentido estritamente econômico (MATORANO, 2011, p. 147-148).

Massimo Follis, especificando as determinações essenciais do conceito de autogestão, afirma que ela é concebida, enquanto um sistema social global, como

> um modelo de sociedade socialista alternativo do modelo estatista burocrático: de um lado, como superação da lógica autoritária da planificação centralizada e da consequente apropriação do poder por parte do aparelho burocrático, mediante a atribuição de uma plena autonomia gerencial às diversas unidades econômicas; do outro, como redefinição do

> caráter coletivista da organização social, quer mediante a atribuição das responsabilidades e do poder gerencial a cada uma das coletividades de trabalho, quer mediante a desestruturação do ordenamento estatal e sua transformação num sistema de autonomias locais que permita a tais coletividades o controle direto das condições da reprodução social. (FOLLIS, 2007, p. 74)

Imediatamente, há de se notar que na definição de Follis a autogestão prende-se à ideia de autonomia local (no plano político-territorial) e autonomia das unidades econômicas (no plano econômico-gerencial). Com efeito, é esta noção de autogestão como autonomia econômica e política dos produtores e das coletividades territoriais que predominará na teorização e na prática iugoslavas. O grande problema deste tipo de concepção é que ela não dá conta da interdependência prática entre os diferentes níveis de organização político-territorial e entre as diversas esferas organizativas da cadeia produtiva. A fragmentação dos interesses, tornados potencialmente antagônicos, é a consequência mais grave para a coesão de uma sociedade que se pretenda socialista.

Como vimos no próprio caso da experiência iugoslava, um dos eixos da problemática da autogestão encontra-se na necessidade de regulação dos conflitos nos marcos de uma ampla participação política que não os escamoteie nem os reforce de modo desintegrativo. Especial atenção deve ser dada à dimensão de classes nos conflitos sociais persistentes numa tentativa de transição socialista, dado que todo o processo pode ser cancelado pela emergência de uma nova forma de dominação de classe ou pela restauração capitalista. Em suma, o aspecto conflitivo da política não pode ser negligenciado na teoria e na prática da autogestão, sob pena de manutenção e desenvolvimento da exploração e dominação.

Com isso, vale a pena pontuar alguns elementos a esse respeito no âmbito das teorias da democracia. Por exemplo, o deliberacionismo é fortemente criticado por Luis Felipe Miguel como corrente da teoria política que tende a fundir a moral e a política anulando o agonismo, isto é, a conflitividade que seria inerente ao político. Já o liberalismo político reconhece como legítima a conflitividade, porém desde que restrita às lideranças que respeitem o jogo democrático entendido como processo concorrencial entre os que governam (os líderes) pelo voto das massas (MIGUEL, 2014).

Por sua vez, o participacionismo também reconhece a conflitividade. Todavia a resolução não está na limitação da participação das massas ao voto no processo de escolha de representantes, tal como ocorre no liberalismo. Como vimos em Pateman, para os teóricos da democracia participativa só é verdadeiramente democrático o sistema político baseado numa generalização da democracia às diversas áreas da sociedade, especialmente a área industrial,

isto é, a economia. A participação deve ser ampla e permanente, num processo auto-sustentável, em que as massas seriam educadas para a democracia pela própria atuação democrática nos diversos âmbito da vida. Tal visão teórica aproxima-se da crítica marxista à democracia sob o capitalismo, por reconhecer a exclusão política devida a posições de poder oriundas de privilégio material. A superação dessa situação de desigualdade política fundada na desigualdade econômica se daria pela própria transição a um sistema democrático participativo. Tal como para o marxismo, porém, o participacionismo não esclarece qual seria a natureza do político numa sociedade sem dominação e exploração de classes.

Então, a nosso ver, o problema do conflito numa sociedade autogestionária permanece em aberto do ponto de vista teórico. A esse respeito, queremos apenas arriscar uma hipótese. O deliberacionismo, se deslocado do seu elemento conformador ao *status quo* por querer anular o conflito numa sociedade estruturalmente desigual, talvez pudesse fundir-se teoricamente ao participacionismo e ao marxismo na definição de um desenho democrático para a sociedade emancipada, sem classes, pós-capitalista. Tal desenho democrático – a autogestão – poderia servir de baliza para o modo de resolução de conflitos também na fase de transição socialista, na qual a existência de classes sociais ainda não fora completamente superada. Isso porque a necessidade de integração e harmonia torna-se prevalente numa sociedade que procura se pautar não pela ocultação do conflito de classes e sim pela sua constante e consciente superação.

Capítulo 3: Avaliando a autogestão iugoslava

É difícil precisar quais eram as causas que obstaculizaram o desenvolvimento da autogestão no interior das empresas e no sentido da autogestão social, isto é, aquela que equivaleria ao processo de dissolução do Estado por meio da participação plena da comunidade na gestão das questões coletivas. Tentaremos apenas descrever alguns dos principais problemas apresentados por diversos autores, como a insuficiente formação política e profissional dos trabalhadores, os conflitos entre o igualitarismo e a eficiência, entre a autogestão e a ordem hierárquica, o déficit de participação e a informação deficiente. Foge do escopo desse trabalho a distinção entre obstáculos específicos da autogestão iugoslava daqueles que teriam um caráter mais geral, registrados em outros casos envolvendo práticas mais ou menos limitadas de autogestão ou participação de trabalhadores no âmbito do que muitos autores chamam de democracia industrial.

Podemos entender a autogestão iugoslava como uma via socialista que pretendia idealmente desenvolver a *democracia* e estimular a *eficiência econômica* sem abrir mão da *solidariedade*. De tal modo que nos parece analiticamente útil tentar avaliar a autogestão iugoslava referindo os seus problemas e os seus méritos a cada um desses três elementos centrais. É evidente que não é possível separar cada problema, classificando-o rigidamente como uma questão relativa à democracia, à eficiência ou à solidariedade. As distintas dificuldades enfrentadas e os sucessos registrados devem ser entendidos como entrelaçados, estimulando-se, ativando-se ou bloqueando-se mutuamente. Pretendemos tão somente sublinhar alguns dos possíveis significados relevantes de cada problemática em termos dos três pilares ideais do socialismo de autogestão iugoslavo: democracia, eficiência econômica e solidariedade.

Assim, por exemplo, a não integração e a apatia de uma crescente parcela dos trabalhadores relativamente ao sistema de autogestão pode ser entendida principalmente como um problema afetando o pilar da democracia, embora tenha obviamente repercussão sobre a solidariedade de classe e sobre a eficiência produtiva.

Democracia

“Atraso” político, educacional e profissional dos trabalhadores

De acordo com diversos autores, um dos grandes obstáculos para a efetividade da autogestão foi o caráter atrasado da formação social iugoslava, majoritariamente camponesa

(SUPEK, 1973, p. 314), com altas taxas de analfabetismo e semianalfabetíssimo[199], e cuja classe operária era ainda muito recente, e portanto sem a devida experiência de luta política contra a burguesia (SAMARY, 1988, p. 117; RUSINOW, 1977, p. 59).

Veljko Rus, sociólogo ligado ao grupo Praxis[200], discorda do argumento do "derrotismo educativo", que veria a solução para os problemas da participação operária numa perspectiva em longo prazo de melhoria na formação cultural e profissional dos trabalhadores, apontando que tal tese ignora as iniciativas educacionais existentes, e, além disso, desloca para um futuro distante a realização da autogestão, no qual todos os operários seriam universitários[201]. Para Rus, no limite, sempre se poderia argumentar que a formação educacional, cultural, profissional e sua consciência história seriam em alguma medida inferiores às tarefas que a conjuntura histórica lhes impõe (RUS, 1973, p. 247).

Quando a primeira lei da autogestão estava sendo aprovada, Tito justificou a passagem gradual da gestão para os trabalhadores, mantendo uma parte da administração da economia sob o controle do Estado, em razão da necessidade de um maior desenvolvimento cultural dos trabalhadores, o que dependeria do desenvolvimento das forças produtivas. Este desenvolvimento cultural era considerado um imenso desafio, na medida em que se tratava não apenas de transformar camponeses em operários, mas sim em ensinar-lhes a serem operários-gestores, proprietários dos meios de produção. Ao mesmo, insistia no aprendizado prático, direto da gestão, por meio do qual o imenso contingente de semicamponeses-semioperários tornar-se-ia em operários industriais conscientes, disciplinados e competentes no domínio da técnica da gestão, em proveito de toda a comunidade socialista (TITO, 1977, p. 46-49).

Pode-se dizer que a Iugoslávia manteve geralmente uma alta taxa de investimento no desenvolvimento do sistema educacional, buscando recuperar o seu atraso relativo com

---

[199] 40% da população iugoslava de mais de dez anos era analfabeta antes da 2ª Guerra Mundial, chegando à taxa de 75% nas regiões mais pobres. (SAMARY, p. 157)

[200] Veljko Rus acompanhou o grupo Praxis em diversas críticas ao autoritarismo, mas, ao renunciar aos objetivos normativos mais radicais da autogestão, o sociólogo rompe ideologicamente com o grupo, publicando na própria revista *Praxis* o artigo "Self-Management Egalitarianism and Social Differentiation", no qual desenvolve uma complexa teoria funcionalista orientada para a resolução de conflitos (RUS, 1970, p. 251-267; SHER, 1977, p. 161-163).

[201] De certo modo, esta indeterminada protelação da realização da autogestão já fora negada pela própria introdução da autogestão em 1950. Isto está explícito no discurso de Tito proferido em 1949 por ocasião do processo de aprovação da Lei sobre a autogestão: "Existem dificuldades extraordinariamente grandes quanto à via da construção do comunismo num país atrasado como, por exemplo, o nosso. Mas que fazer agora? Esperar que todos os operários estejam ao mesmo nível de inteligência e capacidade de administrar as empresas? Depreende-se que não o faremos, pois, nesse caso, teríamos de aguardar um tempo infinito. No processo de gestão, no processo incessante de trabalho e gestão, todos os operários adquirirão a experiência necessária" (TITO, 1977, p. 48).

relação ao padrão dos países mais desenvolvidos da Europa[202]. Em 1970, 41% da renda nacional era distribuída em atividades "não econômicas": educação 5,2%, ciências 1,4%, cultura: 2%, saúde pública 5,7%, previdência social 0,8%, aposentadoria e seguro-invalidez 7,1%, prestações familiares e proteção da infância 1,3%, proteção dos inválidos e dos antigos combatentes 0,8%, construção habitacional 7,9%, defesa nacional 5,5%, equipamentos coletivos (serviços comunitários, habitação etc.) 3,3% (DRULOVIĆ, 1973, p. 104). O investimento em educação chegou a cerca de 6% em 1976 (nível próximo ao dos países desenvolvidos), decaindo fortemente nos anos 1980 (UNESCO, 1978, p. 16).

Com o desenvolvimento da educação fundamental, a Iugoslávia foi gradativamente reduzindo suas taxas de analfabetismo. Em 1961, a taxa de analfabetismo da população a partir de dez anos de idade era de 19,7%, mas com grandes disparidades regionais (a Bósnia-Herzegovina, por exemplo, tinha uma taxa de 32,5%, enquanto a Eslovênia tinha apenas 1,8%) e de sexo (o analfabetismo entre os homens era de 9,9% e entre as mulheres era de 28,8%) (BRUCKNER, 1969, p. 264). Em 1971 a taxa cai para 15,1%, mantendo o mesmo padrão de disparidades. Com um sistema escolar fundamental já bem estabelecido, o percentual de analfabetos concentrava-se evidentemente entre os mais velhos, como se pode ver na tabela nº 12[203] abaixo:

Tabela nº 12

Distribuição de analfabetos por idade e por sexo na Iugoslávia em 1971			
Faixa etária	% de analfabetos		
	Total	Homens	Mulheres
Total	15,1	7,5	22,2
10-19	3,1	2,3	4,0
20-34	5,2	1,9	8,6
35-64	21,6	9,8	32,3
65 +	42,8	29,7	52,7

[202] Em 1938-1939 27,3% das crianças e jovens em idade escolar (de 5 a 24 anos) frequentavam a escola na Iugoslávia, enquanto Itália, França, Suíça, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Escócia exibiam índices que iam de 39,8% a 53,4%. O percentual de analfabetos era poranto alto: 45,2% da população com mais de dez anos de idade em 1931; em contraste com países como a França (3,8% em 1936) e a Tchecoslováquia (4,1% em 1930), e mais próximo de países como Grécia (40,8% em 1928) e Bulgária (31,4% em 1931) (VUKAZICH, 1962, p. 22 e 31).

[203] Tabela extraída de Center for Demographic Research of the Institute for Social Sciences in Belgrade. The population of Yugoslavia. Belgrade, 1974, p. 36.

Também houve um crescimento acelerado do número de universidades e de estudantes inscritos. Contudo, com recursos insuficientes e falhas de planejamento, o número de diplomados relativamente ao número total de alunos diminuiu gradualmente. E, de um modo geral, a qualidade das estruturas físicas e da formação restaram igualmente aquém das expectativas dos professores, dos estudantes e dos responsáveis governamentais. Sobretudo, em razão da penúria de recursos para a assistência estudantil, o número de estudantes oriundos da classe operária e camponesa foi sempre minoritário nas universidades, relativamente aos estudantes oriundos das camadas superiores (PERVAN, 1978). Em 1961, os estudantes universitários oriundos de famílias de classe média (trabalhadores de colarinho branco) representavam cerca de 50% do total, enquanto os estudantes de famílias de operários representavam cerca de 19% e os filhos de camponeses cerca de 22%, sendo que os seus percentuais aproximados em termos da população total eram de 15% para a classe média, 35% para os operários e 50% para os camponeses (PERVAN, 1978, p. 97). Como sabemos, a classe operária não parou de crescer, tornando-se rapidamente majoritária. Mesmo assim, ao longo de toda a década de 1960, ela não passou de 1/5 do total da composição social dos estudantes universitários (GODLER, 1973, p. 84).

No que se refere aos esforços educacionais relacionados à formação de adultos, não foram poucas as iniciativas e os experimentos com diferentes instrumentos e instituições. Cabe destacar as universidades populares e universidades operárias, voltadas para a formação de adultos e formação profissional, de responsabilidade das comunas, mas crescentemente sustentadas diretamente pelas empresas, que pagavam bolsas de estudos aos seus trabalhadores. Estas universidades proviam palestras públicas e cursos que podiam durar desde algumas semanas até dois anos. As universidades populares, cuja origem remontava ao começo do século XX, tinham um ensino de caráter mais genérico e tradicional, centrado em palestras, e gradualmente diminuíram em favor das universidades operárias, caracterizadas pela inovação metodológica e mais voltadas para atender as necessidades das empresas, com um ensino vocacional[204]. Assim, o número de universidades populares cai de 840 em 1953 para 432 em 1960, enquanto cresceu o número de universidades operárias de 15 em 1953 para 97 em 1958, chegando a 220 em 1974. Ao que parece, gradualmente, as universidades populares tornaram-se cada vez mais semelhantes às universidades operárias, o que indicaria a sua integração aos valores socialistas e ao sistema de autogestão (DELALIC, 1978, p. 36-69;

[204] No relatório da OIT publicado em 1962 menciona-se que em 1959 cerca de um quarto das 215.000 pessoas que eram membros de conselhos operários tinham frequentado cursos de treinamento em questões sociais e econômicas, observando ainda que provavelmente essa proporção fosse muito maior nas cidades e nas grandes empresas (ILO, 1962, p. 192-193).

SUVIN, s/d; ILO, 1962, 192-193; PASTUOVIĆ, 1978, p.435-448). Em 1969 havia 456 universidades operárias e populares, frequentadas por 449.000 trabalhadores. Seus cursos e seminários ajudavam os operários a terminar seus estudos primários ou secundários (técnicos e econômicos), a prepara-los para exames profissionais e mesmo para exames de admissão em faculdades e outras escolas superiores (DRULOVIĆ, 1973, p. 157).

Nos anos 1960, a tendência observada por Meister é de um investimento maior na formação de longo prazo para engenheiros e especialistas altamente qualificados, em detrimento de formações de curta duração para uma massa de trabalhadores pouco qualificados, o que se justificaria, na visão do sociólogo, por ser mais rentável e viável para um país subdesenvolvido como a Iugoslávia, carente de capital fixo e ainda inapto a dar uma formação generalizada realmente eficaz (MEISTER, 1970, p. 143-145).

Um dos resultados interessantes do investimento na educação dos operários era a sua progressiva qualificação técnica para postos de gerência na própria empresa em que trabalhavam. Assim surgia um tipo de figura que habitualmente tinha o respeito e o trânsito livre entre os operários ao mesmo tempo em que emergia como liderança no ambiente gerencial e técnico. Podemos citar como exemplo o caso de Rajko, diretor de Investigação e Desenvolvimento numa das empresas da indústria têxtil, estudada por Ichak Adizes. Ele começara na empresa como operário na linha de produção.

> Mostrou-se muito ativo nos órgãos de governo da [empresa] XYZ e o elegeram presidente do Conselho de Trabalhadores. Termiando seu mandato, o Conselho outorgou-lhe seu apoio para que se lhe concedessem dois anos de estudo pagos, prática muito comum, já que uma parte do ingresso obtido pela empresa se destina normalmente à educação dos integrantes da organização. Mais tarde, Rajko se graduou em engenheiro têxtil e foi nomeado diretor de Investigação e Desenvolvimento. Além disso, nomearam-no presidente do Comitê Supervisor[205]. (ADIZES, 1977, p. 136)

Já tendo atingido um cargo de gerência importante, Rajko continuou a estudar, frequentando cursos noturnos na própria empresa, onde se ensinava teoria administrativa, métodos quantitativos e ao menos uma língua estrangeira. Além das oito horas de trabalho exigidas pelo seu cargo, permanecia na empresa mais quatro ou até seis horas, frequentando diversas reuniões a fim de propor e debater suas ideias. Sua intensa atividade profissional e gestionária lhe conferiu um papel central de liderança no processo de modernização da

[205] No original: "Se mostró muy activo en los cuerpos de gobierno de XYZ y lo eligieron presidente del Consejo de Trabajadores. Terminado su mandato, el Consejo le otorgó su apoyo para que se le concedieran dos años de estudio pagados, práctica muy común, ya que una parte del ingreso obtenido por la empresa se destina normalmente a la educación de los integrantes de la organización. Más tarde, Rajko se graduó de ingeniero textil y fue nombrado director de Investigación y Desarrollo. Además de ello, lo nombraron presidente del Comité Supervisor" (ADIZES, 1977, p. 136).

empresa, convencendo operários e a alta gerência em favor da adoção da fibra sintética (ADIZES, 1977, p. 135-152).

Havia também cursos de formação política, de maior ou menor duração[206], organizados pela Liga dos Comunistas. O currículo incluía teoria marxista básica, a história da revolução iugoslava e uma introdução prática ao complexo conjunto de instituições do sistema de autogestão, explicando os procedimentos de tomada de decisões e ensinando habilidades oratórias e modos de conduzir uma reunião[207]. Muitas vezes os cursos eram ministrados nas próprias empresas, no período noturno, o que dificultava a frequência dos trabalhadores. Uma das alternativas que consumia menos tempo e oferecia maior flexibilidade eram os cursos à distância. Tais cursos visavam atrair trabalhadores para a Liga dos Comunistas. Embora os trabalhadores que frequentavam tais cursos constituíssem uma pequena minoria dentre seus pares, eles eram considerados importantes pelos dirigentes comunistas pela sua capacidade de comunicar-se de forma mais direta e simples com a base operária, sem a opacidade do discurso dos políticos profissionais, repleto de jargões do repertório "oficial" da Liga. Todavia, de acordo com Goran Musić (cuja análise centra-se no período crítico dos anos 1980), a tendência entre seus colegas era vê-los como carreiristas que desejavam apenas conseguir algum cargo administrativo ou político[208] (MUSIĆ, 2016a, p. 103-106).

Um ponto a se destacar é que não encontramos qualquer informação relativa a alguma inovação pedagógica envolvendo o princípio de autogestão[209]. Ao que parece, a forma

[206] Musić menciona um curso de 12 meses para a formação de quadros políticos, voltado para operários e organizado pelo Comitê Central da Liga dos Comunistas da Eslovênia em 1972. Cita também um curso noturno de cinco meses organizado pelas fábricas de Rakovica na segunda metade dos anos 1970 (MUSIĆ, 2016a, p. 104).

[207] A oratória adequada incluía o domínio de todo o jargão político exigido nos debates dentro dos espaços da autogestão na fábrica. "Era preciso saber quando insistir na "distribuição de acordo com o trabalho" e quando alegar a existência de *uravnilovka*, dependendo se o partido objetivava restringir ou aumentar a diferenciação salarial. Também era preciso aprender a reconhecer e rotular adequadamente os "desvios políticos" de esquerda ('anarco-liberalismo', 'falsa solidariedade') bem como aqueles de tipo proto-capitalistas e de direita ('relações sociais de propriedade de grupo', 'tecnocratismo', 'particularismo-nacional', 'chauvinismo')" (MUSIC, 2016a, p. 104).

[208] Isso não quer dizer que os trabalhadores tenham se tornado completamente avessos à Liga dos Comunistas, não obstante a crescente apatia política e desconfiança dos políticos profissionais. Embora fosse cada vez menor o percentual de operários na Liga dos Comunistas, a maioria dos trabalhadores não descreditava completamente o partido, pois identificava duas alas, a do povo trabalhador e a dos burocratas. Em geral acreditavam nos valores da revolução e eram leais sobretudo a Tito, que incarnava o movimento *partisan* (MUSIC, 2016ª, p. 105-106).

[209] Tivemos acesso a estudos sobre a história do desenvolvimento acadêmico da pedagogia na Iugoslávia e na Sérvia em particular, onde se encontram a referência à forte influência soviética nos primeiros anos do socialismo e depois, já na década de 1960, ao intercâmbio com a UNESCO e à adoção de pesquisas empíricas (VUJISIĆ-ŽIVKOVIĆ, 2015; VUJISIĆ-ŽIVKOVIĆ; SPASENOVIĆ, 2010; VUJISIĆ-ŽIVKOVIĆ; SPASENOVIĆ 2016). Todavia, não são abordadas as práticas pedagógicas, nem há qualquer indicação de alguma inovação relacionada ao princípio da autogestão, à exceção do sistema de conselhos extendido às instituições escolares a partir da reforma educacional de 1958.

hierárquica tradicionalmente estabelecida nos sistemas de ensino no mundo todo não sofreu contestação visível na experiência iugoslava[210]. Essa questão, não discutida na quase totalidade da bibliografia consultada, nos parece bastante significativa, pois aponta para uma incongruência fundamental entre a formação da personalidade autoritária/submissa e um sistema político-econômico que em tese demandava envolvimento participativo, autônomo e criativo da população nas mais diversas áreas da vida coletiva. Como escreveu Susan Woodward, no único estudo que encontramos concernido ao problema pedagógico referido: "os métodos de ensino, a avaliação arbitrária e o papel subordinado do estudante servem para inculcar nos alunos a experiência de dominação e sujeição e para acostumá-los à hierarquia de poder que pode acompanhar diferenciais de competência" (WOODWARD, 1974, p. 248).

De um modo geral, a relação interpessoal entre professores e alunos era amistosa, com relativa proximidade e afabilidade por parte dos professores, não obstante a reprodução de formalidades tradicionais, justificadas como forma de respeito aos mais velhos (como a prática dos alunos levantarem-se na presença de um adulto que adentra a sala de aula). Assim, os alunos estavam consideravelmente satisfeitos com a forma como eram tratados no dia-a-dia. Todavia, quando examinada a distribuição do poder, o descontentamento originado pela desigualdade estrutural ficava patente, por exemplo, na forma como os alunos eram avaliados[211].

Além disso, Woodward identificou flagrantes desigualdades entre o ensino técnico e o ensino ginasial. Como vimos no primeiro capítulo, a separação entre ensino técnico e ginasial (praticada, via de regra, em toda a Europa) foi abolida com a reforma educacional dos anos 1970 justamente sob o alegado objetivo de findar com uma fonte de reprodução da desigualdade social. O que Woodward mostra em detalhe é como essa desigualdade não se dava apenas no sentido de uma habilitação formal para postos de trabalho diferenciados pela dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, mas também no sentido de incutir a subordinação hierárquica por meio de uma determinada socialização. Ou seja, os estudantes das escolas técnicas estavam sujeitos a maior disciplina, num ambiente escolar que procurava se aproximar de uma organização industrial tanto em sua estrutura física quanto em

[210] Nicola Pastuović, um defensor da educação para a autogestão, pontuou que "uma vez que as escolas elementares e secundárias continuam a resistir à orientação mais radical dos programas de educação em autogestão, é provável que a sua inclusão no sistema escolar regular ainda seja uma possibilidade remota" (PASTUOVIĆ, 1978, p. 445).

[211] Tratava-se da forma tradicional, autoritária e arbitrária que concentra todo o poder de avaliação na figura do professor, que realizava exames orais aleatórios, com importantes consequências para a vida dos alunos, como a definição do seu acesso às escolas técnicas mais procuradas (voltadas para a eletrônica, por exemplo). As avaliações causavam considerável descontentamento entre os estudantes, especialmente devido ao alto índice de repetência, que ficava em torno de 25% nas escolas secundárias.

sua disposição hierárquica mais rígida, definida por uma estratificação de qualificações e grande diferenciação de tarefas, tal qual uma fábrica.

Com isso, como sugerem as repostas dos estudantes aos questionários de Woodward, os alunos de escolas técnicas tendiam a ser, em termos de prática e de valores, mais autoritários, menos participativos, mais complacentes e menos igualitários (no que se refere às normas de conduta e de distância nas relações professor-aluno) do que os alunos dos ginásios. Em que medida tais diferenças apenas refletiam as desigualdades de origem (entre os filhos de operários e os filhos de profissionais de classe média) resta difícil dizer. De todo modo, o sistema escolar até então vigente não contribuía para a superação desta divisão; ao invés disso, servia como um mecanismo de reprodução social (WOODWARD, 1974, p. 215-264).

Não obstante a evidente contradição entre os ideais da autogestão (igualitarismo, fraternidade e liberdade radical) e a educação iugoslava, Woodward argumenta que o sistema educacional correspondia aos objetivos dos dirigentes iugoslavos e dos trabalhadores comuns, a saber, a industrialização e o desenvolvimento econômico para os primeiros (com o que haveria uma base material suficiente para a efetiva realização da autogestão), e o estabelecimento da recompensa por critério de competência (medida pela educação formal) ao invés de recompensa por critérios políticos, o que deveria levar à elevação do nível de vida de todos (WOODWARD, 1974, p. 500-507).

Ao mesmo tempo, como mencionamos no capítulo 1, a lei constitucional de 1953 proclamou o princípio da autogestão na própria educação e na cultura, sendo definitivamente instituída em 1958 por uma "lei geral sobre o regime escolar" (MEISTER, 1970, p. 139). Formalmente, a organização do sistema escolar é tornada análoga a da autogestão nas empresas: uma instituição de ensino deve possuir um comitê escolar, um conselho de professores e um diretor de escola (nomeado por concurso). Todavia, parece que muito pouco do aspecto participativo, criativo e anti-autoritário da autogestão permeou as instituições escolares, que aliás tinham pouca autonomia curricular. O que se viu é que a lógica produtivista e concorrencial aplicada à autogestão nos anos 1960 acabou por atingir a própria escola, que passou assim a ser submetida ao princípio da produtividade aplicado às empresas. Nessa lógica remuneravam-se com bonificações as escolas mais bem sucedidas em exames, do que resultou uma tendência dos professores a buscarem lecionar nas melhores escolas, pois poderiam receber mais. Com isso, as escolas do campo e dos bairros mais pobres foram prejudicadas (MEISTER, 1970, p. 140-141). A descentralização orçamentária igualmente prejudicava as regiões mais pobres, ainda que houvesse subsídios do governo federal. Esse

tipo de problema gerou significativa insatisfação entre os professores, como atesta por exemplo uma greve de professores no distrito de Užice em 1966 que teve importante repercussão na imprensa (WILSON, 1979, p. 167).

As comunidades de interesse revisavam e aprovavam os objetivos educacionais a serem atingidos nas suas respectivas instituições educacionais. Ao final do ano escolar avaliavam os resultados e distribuíam bonificações àquelas instituições que alcançavam ou ultrapassavam as metas. Mesmo com a reação pró-igualitarismo dos anos 1970, parece que o sistema de financiamento da educação não sofreu nenhuma significativa modificação. As comunidades de interesse na educação obtinham os fundos para sustentar as escolas de fontes diversas: geralmente, cerca de 70% do fundo era provido por taxação sobre os salários dos trabalhadores do setor social, 10% dos trabalhadores do setor privado, 10% da comuna, 6% das empresas e o restante de outras fontes. No nível da república o financiamento era diferente: cerca de 60% era obtido pela taxação de transações comerciais do atacado e do setor privado. A república contribuía com cerca de 25% do total dos fundos para a educação (GEORGEOFF, 1982, p. 26-30).

Se aparentemente o campo pedagógico-escolar não foi muito fértil em termos de inovação, na área da psicanálise e da psiquiatria houve bastante experimentação. Foi desenvolvida uma psicanálise marxista bastante engajada politicamente, voltada para a libertação das crianças e dos adultos das relações patriarcais na família. O psicanalista infantil Vojin Matic, que tivera formação na França, e uma subsequente geração de jovens psicanalistas tinham fortes laços pessoais e intelectuais com o grupo Praxis, apontando igualmente o quanto a autogestão dos trabalhadores estava falhando em atingir o seu completo potencial. Para essa geração de psicanalistas marxistas, a "moralidade patriarcal impedia as pessoas de se tornarem participantes ativas nos sistemas de autogestão por desencorajar a iniciativa e o controle de baixo e produzia personalidades que tendiam a esperar passivamente por ordens e direções ao invés de assumirem a liderança por si mesmos" (ANTIĆ, 2016, p. 193-199).

Para concluir, se de um lado podemos acompanhar Veljko Rus na sua recusa ao argumento do "derrotismo educativo", entendendo que a prática poderia gradualmente se aproximar do ideal da autogestão, por outro devemos reconhecer as dificuldades impostas não apenas pelas carências educativas no sentido de insuficiente qualificação profissional, mas, mais fundamentalmente, pela pouca tradição de organização operária para a maior parte da população e pela relativa conformidade de educadores, estudantes e da sociedade em geral, ante a incongruência da prática educacional com os ideais da autogestão. Tais carências e

limites não eram nem insuperáveis e nem impossibilitavam de modo absoluto o avanço democrático no sistema de autogestão, mas certamente representavam um grande desafio – não apenas educacional, mas sobretudo político.

Além disso, é preciso distinguir na autogestão sua aplicabilidade nas condições dadas, em uma determinada sociedade, do seu caráter normativo e ideal, como um parâmetro ou objetivo que permanece no horizonte (eis o seu elemento utópico). Do contrário, em nome do pragmatismo, perde-se a busca sempre renovada por superação das limitações existentes. O que, do ponto de vista do conhecimento, implica numa restrição da sua função crítica. Assim, entendemos que o constante (re)ajuste entre a teoria e a prática da autogestão deveria permanecer um campo de pesquisa aberto.

Reconhecemos, por outro lado, o dilema bastante real da autogestão nas unidades produtivas. O seu pleno funcionamento pressupõe que uma larga maioria dos produtores (mas também dos cidadãos na autogestão social em sentido amplo) seja capaz não somente de gerir tecnicamente a produção mas também de avaliar as opções de desenvolvimento a longo prazo, harmonizando os interesses particulares com vistas a uma coerência global, determinando ainda os meios mais adequados para realizá-los (MARKOVIĆ, 1975, p. 479-490). É claro que para tanto seria necessário um alto grau de formação profissional e política. Embora tenha se verificado a eleição de trabalhadores com baixa qualificação técnica para os conselhos operários, visando sobretudo a sua formação, as empresas da autogestão iugoslava sofriam a exigência imediata de produzir e de obter sucesso num mercado concorrencial, o que pressupunha uma série de competências de gestão que não estavam à disposição imediata da maioria dos trabalhadores (MEISTER, 1970, p. 93-94). Assim, para uma empresa, a formação não poderia tomar precedência sobre o objetivo mais imediato de produzir, sob pena de engendrar a penúria dos bens necessários à reprodução ampliada de uma sociedade em rápido desenvolvimento industrial, cujo padrão de consumo espelhava cada vez mais o modelo norte-americano.

Esse tipo de dilema se refere ao problema mais geral da radical transformação socialista da sociedade, tal como coloca metaforicamente István Mészáros:

> (...) não é possível colocar abaixo o prédio existente [o capitalismo] e erigir outro com fundações completamente diferentes [o socialismo] em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, "retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa". Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 599).

Participação formal dos trabalhadores

O volume da participação em termos gerais, incluindo os órgãos da administração territorial, pode ser considerado bastante elevado. Segundo Momcilo Radosavljevic, diretor do Centro para a Autogestão, Belgrado, cerca de 700.000 pessoas atuaram como membros de órgãos de autogestão nas empresas, instituições e comunidades sócio-políticas (comuna e província, república e administração federal) no período de 1967-1968 (HUNNIUS; GARSON; CASE, 1973, p. 320). Bogdan Denitch, procurando avaliar a dimensão da participação da população no sistema de autogestão iugoslavo, destacou o seu impacto quantitativo. De acordo com os dados estatísticos oficiais publicados em 1970, havia 145.488 membros de conselhos operários, 10.016 membros de comitês de gestão, 303.328 membros de órgãos de autogestão de partes constituintes das empresas (os conselhos que funcionavam no nível mais básico das empresas complexas), 35.469 membros dos conselhos das cooperativas agrícolas, 40.791 delegados nas assembleias comunais (havia cerca de 500 comunas na Iugoslávia), 92.725 pessoas envolvidas em órgãos da comunidade local e 210.384 membros de conselhos no setor de serviços sociais (educação, cultura, arte, entretenimento, saúde e bem-estar social). Assim, de um total de aproximadamente quatro milhões de pessoas empregadas, 838.201 participavam em algum tipo de órgão da autogestão (DENITCH, 1975, p. 45-46).

Numa enquete feita por Meister, o resultado encontrado foi que em cinco anos 20% dos trabalhadores de um coletivo operário (que inclui todos os trabalhadores de uma dada unidade produtiva) assumiram assentos no conselho operário. Como já mencionamos, a lei proibia ter um assento no conselho mais de duas vezes consecutivas, sendo assim ao que parece a prática mais comum era um rodízio entre um mesmo grupo de trabalhadores. Já no comitê de gestão, a proporção dos trabalhadores que dele participavam era evidentemente menor, pois se tratava de um órgão de tamanho bem mais reduzido que o conselho operário. Assim, no estudo de Meister, em cinco anos 8,7% do coletivo de trabalho assumiu assento no comitê de gestão (MEISTER, 1970, p. 89-90). De fato, a participação formal dos trabalhadores (medida *anualmente* pela relação entre o total de trabalhadores de uma unidade produtiva e o número dos que assumem assentos no conselho operário e no comitê de gestão) nunca passou de 20% no setor industrial, de 7% no setor agrícola e de 45% no setor terciário (VENOSA, 1981, p. 48-49; OBRADOVIĆ and DUNN, 1978, p. 12-13).

Todavia, se vista numa perspectiva temporal mais alargada, o volume de participação formal certamente aumenta consideravelmente. Assim, Obradović e Dunn

estimam que devido à rotação de membros nos conselhos operários e nos comitês de gestão, mais de 2,5 milhões de trabalhadores na indústria, na agricultura e nos serviços sociais participaram formalmente em órgãos de autogestão entre 1965 e 1972, o que representaria aproximadamente 2/3 das 3,8 milhões de pessoas empregadas no setor social nesse período. Embora esta estimativa seja inflada se levarmos em consideração que nem todos os membros dos conselhos eram substituídos a cada dois anos[212] (eles podiam ter dois mandatos consecutivos), o número total de participantes é seguramente bastante elevado em razão da rotatividade que se impunha pela interdição de mais de dois mandatos consecutivos (OBRADOVIĆ and DUNN, 1978, p. 15). Numa pesquisa realizada por Verba e Shabad em quatro repúblicas (Croácia, Sérvia, Eslovênia e Macedônia) revelou-se que entre a população elegível 39% tinha participado do conselho operário alguma vez (VERBA e SHABAD, 1978, p. 84).

Além disso, deve ser adicionada ainda a participação nos diversos comitês voltados para questões específicas (disciplina do trabalho, segurança e higiene no local de trabalho, salários, distribuição de apartamentos etc.). Estatísticas do final dos anos 1960 mostram que a participação nesses comitês era ligeiramente maior do que no conselho operário e no comitê de gestão. Assim, 22% das pessoas do coletivo de trabalho eram membros de algum comitê, enquanto 19% eram membros dos conselhos. Como raramente havia sobreposição de participação (um membro de conselho operário normalmente não atuava como membro em um determinado comitê), pode-se inferir que cerca de 40% do coletivo de trabalho participava de algum modo na estrutura da autogestão na empresa dentro do período de um mandato (WHITEHORN, 1975, p. 187). A composição dos comitês e a sua quantidade parecem ter variado bastante de empresa para empresa. Embora não tenhamos encontrado dados estatísticos sobre a sua composição, alguns autores revelam que neles se encontravam majoritariamente membros das organizações sócio-políticas (sindicatos, Organização da Juventude Comunista), gerentes e pessoal técnico (KOLAJA, 1965, p. 27; WHITEHORN, 1975, p. 191-192)

Ana Barbić calculou o nível de participação sócio-política dos cidadãos de quatro repúblicas da Iugoslávia (Croácia, Macedônia, Eslovênia e Sérvia), incluindo diversas formas

[212] A estimativa de Obradović e Dunn de 2,5 milhões de participantes implica que em oito anos os órgãos de autogestão tenham no seu conjunto se renovado o equivalente a três vezes o número médio de participantes para o período de 1965 a 1972 (817.000). Nesse período de oito anos, os conselhos operários teriam passado por quatro eleições. Ora, de acordo com Pašić, Grozdanić e Radević a renovação média nos conselhos operários era de 1/3 dos seus membros, sendo que o grupo que tinha de deixar o conselho por completar dois anos consecutivos de mandato acabava normalmente retornando para a função de delegado após um intervaldo de dois anos (PAŠIĆ, GROZDANIĆ e RADEVIĆ, 1982, p. 49).

possíveis. Assim, obteve os seguintes percentuais de participação relativa ao total de residentes em todas as quatro repúblicas estudadas (tabela nº 13[213]):

[213] Tabela extraída de BARBIĆ, 1973, p. 24-25.

Tabela nº 13

Percentuais de participação sócio-política dos cidadãos em relação ao total de residentes das repúblicas da Croácia, Macedônia, Eslovênia e Sérvia.	
Participação regular em eleições	80%
Participação em ações comunais	57%
Membro da Aliança Socialista do Povo Trabalhador	51%
Comparecimento em reunião eleitoral em que candidatos são nomeados	45%
Comparecimento em reuniões eleitorais de um caráter geral	45%
Participação em ações de pequena-escala dentro da comunidade local	22%
Contatos com funcionários em todos os níveis em conexão com problemas pessoais ou familiares	20%
Membro de órgãos de autogestão da organização de trabalho (conselhos operários, comitê de direção ou suas comissões)	20%
Membro da Liga dos Comunistas	14%
Contatos com funcionários em conexão com problemas envolvendo um grande número de pessoas ou a comunidade local inteira	11%
Membro do comitê para a nominação de candidatos	9%
Membro do conselho de comunidade local ou de suas comissões	7%
Membro do conselho de inquilinos	6%
Membro do conselho ou das comissões da assembleia comunal	4%

Com isso Barbić concluiu que a participação sócio-política é maior na Iugoslávia do que nos EUA (BARBIĆ, 1973, p. 26; VERBA e SHABAD, 1978, p. 84).

Para concluir, se ainda levarmos em consideração como um desestímulo à participação o fato de que a participação nos órgãos da autogestão operária não era remunerada e se dava normalmente após a jornada de trabalho, exigindo a presença em reuniões que podiam se prolongar por horas, normalmente bastante monótonas (a regra eram monólogos, seja do presidente do conselho operário, seja de algum gerente ou *expert* que se incumbia de apresentar relatórios), os números da participação formal aparecem como extremamente expressivos.

Qualidade da participação e domínio gerencial

Conquanto a participação considerada apenas em termos de presença da população nos espaços institucionais do sistema de autogestão fosse consideravelmente alta, o exame qualitativo dessa participação nos revela um quadro bem menos positivo. Existe ampla evidência empírica sobre a autogestão nas empresas mostrando que a gerência profissional, que deveria em tese ser apenas executora das decisões tomadas pelos órgãos da autogestão (especialmente o conselho operário), dominou a gestão em detrimento dos trabalhadores. Assim, em regra, os órgãos centrais da autogestão se limitavam a receber proposições já elaboradas pela gerência e as assembleias gerais dos produtores frequentemente apenas ratificavam conclusões já votadas pelos órgãos centrais da autogestão, tornando-se apenas uma reunião de informação[214]. Com isso, pode-se dizer que há uma dominação da direção sobre o coletivo operário, e dos funcionários sobre os operários, sempre conformando uma dominação do escalão superior da autogestão sobre o escalão inferior (RUS, 1973, p. 245-246). Quer dizer, o poder de propor acorrentava o poder de decidir. Como bem resume Prout, o que se passava é que

> Embora fossem os órgãos da autogestão que fizessem as escolhas finais, as alternativas entre as quais eles escolhiam eram formuladas e documentadas pelo diretor e seu pessoal técnico. Frequentemente a evidência sobre os méritos relativos de propostas concorrentes era complexa demais para os trabalhadores da produção entenderem. Podia-se apresentá-la de tal modo que uma opção particular aparecesse como sendo algo que, na realidade, não era. Falando de um modo geral, o controle e o entendimento

[214] Samary confirma esse procedimento: ”As equipes de gestão decidiam em substância como orientar a acumulação e a política financeira da empresa, e então submetiam mais ou menos formalmente suas decisões às Assembleias Gerais, para o que os especialistas também apresentavam uma montanha de documentos técnicos” (SAMARY, 1988a, p. 35).

> de informações técnicas forneceram uma arma extremamente poderosa nas mãos da administração[215]. (PROUT, 1985, p. 53)

Milos Vejnović, relatando sua pesquisa efetuada numa empresa de médio porte, cuja maior parte da força de trabalho consistia em operários sem qualificação (57,6%), afirma que de um total de 596 assuntos abordados em todas as 130 reuniões transcorridas no período de um ano (incluindo reuniões do conselho operário, do comitê de gestão e dos conselhos das unidades de trabalho), apenas 17,5% foram realmente discutidos, de tal modo que 82,5% das questões em pauta eram aprovadas "automaticamente" (VEJNOVIĆ, p. 270).

Essa aprovação "automática" se impunha para os trabalhadores na medida em que as proposições apresentadas eram previamente muito bem elaboradas e as vias alternativas eram dificilmente imagináveis para não especialistas. A dificuldade de compreensão por parte dos trabalhadores a respeito de questões econômicas era fonte de frustração e de apatia, aumentando a sua passividade ante o domínio gerencial (que por sua vez, num ciclo vicioso, era por ela fortalecido). Assim, ainda que predominasse a presença operária nos conselhos operários, a dominação da gerência profissionalizada se impôs.

Uma das formas como isso se dava era com a presença de não membros dos conselhos operários nas suas reuniões. Esses não membros de um modo geral incluíam o diretor, o pessoal da alta gerência, o presidente do comitê de gestão, o presidente do sindicato e o secretário da Liga dos Comunistas na empresa (WHITEHORN, 1975, p. 194-196). É esse grupo que normalmente dominava as discussões nas reuniões do conselho operário (cujos membros tinham uma taxa de absenteísmo nas reuniões de cerca de 30%), tomando a palavra durante a maior parte da reunião e apresentando a maioria das propostas (ver tabela nº 14[216]).

---

[215] No original: "Although it was the self-management organs that made the final choices, the alternatives from which they chose were formulated and documented by the director and his technical staff. Often the evidence on the relative merits of competing proposals was too complex for the production worker to understand. It could be presented in such a way as to make a particular option appear to be something which, in reality, it was not. Generally speaking, the control over, and grasp of, technical information proved an extremely powerful weapon in the hands of the administration" (PROUT, 1985, p. 53).

[216] Tabela extraída de OBRADOVIĆ, 1973, p. 146.

Tabela nº 14

Participação na discussão sobre problemas econômicos relacionados ao mercado por participação como membros nos conselhos operários (%)					
Dimensões da participação	Participação como membros nos conselhos operários				
	Presidente	Membros	Não membros	X²	P
Frequência de discussão	27,6	26,2	46,2	6,647	> 0,05
Duração de discussão	10,6	19,5	69,9	574,054	< 0,01
Nº de apresentações	7,6	21,5	70,9	26,7765	< 0,01
Nº de propostas	28,5	19,9	51,7	4,765	> 0,05
Nº de propostas aceitas	30,2	14,1	55,6	15,448	> 0,05
Percentual de emprego		1,3	98,7		
R = 0,469			P < 0,01		

Adicionalmente, podemos citar o estudo de caso de Ellen Comisso, apontando que mesmo durante as reuniões do conselho operário que possuía uma maioria de trabalhadores "de colarinho azul" havia uma forte presença de supervisores e executivos que não faziam parte dos membros eleitos do conselho, além de representantes da Liga, do sindicato e eventualmente de outro órgão de autogestão da empresa. Assim, na composição final de uma reunião era usual que os trabalhadores "de colarinho azul" tornassem-se minoria. Enquanto era comum essa participação voluntária do pessoal de supervisão, o mesmo não se dava com a massa de trabalhadores do chão-de-fábrica que não faziam parte do conselho, já que esses temiam não atingir as cotas de produção – com consequentes perdas salariais – em razão de ausentarem-se do seu trabalho de rotina para participarem de reuniões cuja presença não era exigida.

Do ponto de vista do clima para o processo decisório, essa diferença de composição é relevante. O que se passava nos conselhos operários contrasta, por exemplo, com o ambiente das assembleias gerais, onde havia a presença massiva dos trabalhadores do chão-de-fábrica. Mesmo o "terreno" onde se dava tais reuniões deve ser visto como significativo: enquanto o conselho operário e o comitê de gestão se reuniam seja em escritórios, seja na cantina, as assembleias gerais se davam no próprio chão-de-fábrica, o "território" dos operários[217]. Então, num ambiente de ampla maioria operária, quando um trabalhador manifestava alguma crítica, descontentamento ou reivindicação, logo se seguia uma série de manifestações de colegas que o apoiavam quando o que estava em jogo era alguma questão sensível do ponto de vista da "economia moral dos trabalhadores". Num ambiente de minoria operária geralmente um longo discurso técnico ou gerencial bastava para encerrar uma discussão (COMISSO, 1981, p. 16-17).

Josip Obradović dirigiu um estudo sobre os conselhos operários entre 1966 e 1969 com 20 empresas de diversas dimensões, tecnologias e indústrias, localizadas na Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia e Sérvia. Este estudo é importante por tratar-se de observação direta e sistemática das reuniões dos conselhos operários (quase 900 horas de discussões observadas), diferentemente de uma série de *surveys* sobre a percepção da distribuição do poder levadas a cabo por outros estudiosos. Sua conclusão é que a participação nos conselhos operários é dominada por um pequeno grupo de *top managers* e de profissionais das equipes técnicas (OBRADOVIĆ, 1972 e 1975).

Obradović mostra que os que mais participavam ativamente nas questões relativas à atividade mercantil eram aqueles com maior grau de educação formal – em termos de posição funcional, tratava-se da alta gerência, tomando 63,4% do tempo das reuniões e apresentando a maior parte das propostas (39,1%), obtendo aprovação para a vasta maioria. Se forem somados ainda os demais níveis do pessoal da gerência, os números são ainda mais contundentes: eles tomam 84,2% do tempo das discussões, dão 88,6% das explanações e respondem por ¾ das propostas que são aceitas. Contudo, deve ser notado que se de um lado apenas 11,4% das explanações eram feitas por não-gerentes, 27,5% do total das propostas aceitas eram apresentadas pela fração não-gerencial, o que indica alguma atividade autônoma por parte do conselho operário (OBRADOVIĆ, 1972).

[217] Na empresa estudada por Comisso os operários necessariamente permaneciam todos (ou quase) na reunião da assembleia geral, seja porque ela se dava durante o horário de trabalho normal no chão-de-fábrica, obrigando todos a pararem, seja porque os trabalhadores tinham de esperar o ônibus que lhes conduziriam de volta para o centro de Zagreb somente ao final da reunião, que poderia eventualmente se estender após o horário de trabalho normal.

Quando se tratavam de questões relativas à distribuição dos rendimentos, incluindo os rendimentos pessoais ("salários"), havia maior participação relativa dos membros do conselho operário e, principalmente, do seu presidente, que respondia por 43,8% das propostas aceitas (OBRADOVIĆ, 1972, p. 159) A participação vista pelo ângulo da qualificação profissional mostra uma participação ainda bastante baixa dos operários, mesmo em questões relativas à distribuição dos rendimentos. Assim, curiosamente, conquanto apresentassem 23,2% das propostas, apenas 13% das propostas aceitas eram formuladas por operários, enquanto praticamente todas as propostas feitas por aqueles que possuíam ensino superior eram aceitas (OBRADOVIĆ, 1973, p. 157). Já no agregado de todo o tipo de discussão esse percentual eleva-se a 20,5%. Ou seja, 1/5 das propostas aprovadas eram formuladas por operários (que constituíam em média mais de 2/3 do total da força de trabalho) (BERTSCH and OBRADOVIĆ, 1997, p. 329). Como sublinham Bertsch e Obradović, visto em perspectiva histórica e comparativa (por exemplo, com os EUA), esse resultado "é um óbvio sucesso":

> Enquanto o pessoal técnico e gerencial tende a dominar as reuniões dos conselhos, outros setores não estão excluídos. Pode-se argumentar que o operário e os grupos do nível mais baixo participam quando eles consideram isso do seu interesse e dentro da sua competência para assim fazê-lo, enquanto deixam as questões mais mundanas e técnicas para os gerentes. O envolvimento e a influência dos trabalhadores naquelas questões que eles consideram importantes e compreensíveis podem representar um nível de participação suficientemente elevado para realizar os principais objetivos da autogestão. Se for verdade que os trabalhadores estão envolvidos na medida em que a insatisfação e a alienação são substancialmente reduzidas, então se pode concluir que a autogestão é um sucesso significativo[218]. (BERTSCH and OBRADOVIC, 1997, p. 329)

Assim, ainda que o domínio gerencial seja evidente na experiência iugoslava, se comparado a arranjos de participação operária existentes em outros países da Europa, os conselhos operários na Iugoslávia tinham mais poder, à exceção da experiência dos *kibutzim* em Israel (TAYLOR; GRANDJEAN; TOŠ, 1987, p. 1023). Whitehorn comparou empresas iugoslavas e canadenses. Seus resultados indicaram que a difusão de poder era maior na Iugoslávia, aproximando-se de uma estrutura poliárquica. O autor ainda destaca que, embora a Iugoslávia tivesse uma história mais curta de experiência democrática, a aspiração por uma

[218] No original: "While the technical and managerial staffs tend to dominate council meetings, other sectors are not excluded. It might be argued that the worker and lower level groups participate when they consider it in their interest and within their competence to do so, while leaving the more mundane and technical issues to the managers. Worker involvement and influence in those concerns they consider important and comprehensible may represent a high enough level of participation to realize the major objectives of self-management. If it is true that workers are involved to the extent that dissatisfaction and alienation are substantially reduced, then one might conclude that self-management is a significant success" (BERTSCH and OBRADOVIC, 1997, p. 329).

difusão mais larga do poder era mais forte do que no Canadá (WHITEHORN, 1975, p. 169-173).

É interessante observar também que os gerentes queixavam-se das limitações a sua autoridade dentro do arranjo institucional da autogestão. Numa pesquisa de Josip Županov realizada em 1968, 82% dos diretores e 67% dos outros profissionais e lideranças políticas nas empresas afirmaram que os diretores tinham muito pouca autoridade (BROEKMEYER, 1970, p. 99). Na mesma pesquisa, a maioria dos diretores (81,7%) que responderam à enquete consideravam seus salários pouco atrativos para *experts*. Enquanto eles ganhavam entre 1.700 e 3.500 dinares mensais, sua aspiração ia de 2.000 a 5.000 dinares (dos 60 diretores entrevistados, três consideravam que 10.000 dinares seria uma renda mensal adequada) (BROEKMEYER, 1970, p. 103). Num estudo comparativo internacional envolvendo empresas na Iugoslávia (na verdade, apenas empresas na Eslovênia), na Itália, na Áustria, nos EUA e em Israel (kibutz), verificou-se que, enquanto em todos os países a satisfação no trabalho é maior quanto mais alta é a posição na hierarquia, comparando-se a satisfação da alta gerência entre os diferentes países, a Iugoslávia aparece como o país em que ela está menos satisfeita em termos relativos (TANNENBAUM et al., 1974, p. 130-135). Em parte, isso pode ser explicado pelo gradiente hierárquico de satisfação salarial, pelo qual a Iugoslávia figura como o país mais igualitário, mostrando os altos gerentes relativamente menos satisfeitos em comparação com outros países e os trabalhadores na base como os mais satisfeitos em comparação aos trabalhadores de outros países (no que se refere aos seus salários) (TANNENBAUM et al., 1974, p. 141-143).

Podemos mencionar ainda a possibilidade de demissão dos diretores de empresa por iniciativa do conselho operário. Embora não tenhamos encontrado estatísticas para os anos 1960, 1970 e 1980, vale citar um estudo da OIT que se refere à estatística de 1956, período em que os conselhos operários ainda não tinham o poder de nomeação dos diretores e que um processo de substituição dos antigos diretores estava se dando em favor de novos gerentes com melhor formação profissional. Nesse ano, 502 diretores foram demitidos, num universo de 6.000 empresas empregando 30 ou mais trabalhadores, ou seja, 8% do total. Embora na maioria dos casos (314) o procedimento para a demissão tenha sido iniciado por uma autoridade pública, um não menos significativo número de casos de demissão se deu por pedido de um órgão da autogestão (111) ou do coletivo de trabalho inteiro (20), enquanto os demais 20 casos se deram por iniciativa de uma "organização política". Entre as causas para as demissões, aponta-se que 82 casos eram de "negligência ou descuido" e 59 de "ofensas econômicas" (ILO, 1962, p. 111-112). Um caso é citado em que a partir de uma petição de 40

membros do coletivo de trabalho, seguida de uma moção da maioria do coletivo, um diretor acabou sendo forçado a demitir-se, sob acusações de não respeitar os órgãos da autogestão dos trabalhadores e suas decisões. O diretor, entrevistado por um jornalista, negara as alegações, mas admitira certos erros, tais como ter demitido um jovem mecânico órfão sem parentes (até 1957, o diretor tinha o poder de demitir), o que causou clamor entre os trabalhadores (ILO, 1962, p. 114).

De acordo com Veljko Rus,

> A alta gerência nas empresas iugoslavas tem muito menos influênica do que em empresas em outros países, mas a gerência intermediária tem uma quantidade de poder igual (e em pequenas empresas mesmo maior) a da alta gerência. Em comparação com outros países os trabalhadores iugoslavos têm um maior grau de influência, o que aponta para um efeito positivo da descentralização, mas ainda não é tão grande quanto o poder e a influência dos gerentes intermediários, ou dos altos gerentes[219]. (RUS, 1972, p. 172)

Esta relativa insatisfação da alta gerência é importante para a nossa hipótese de que o topo da burocracia gerencial não estava suficientemente satisfeito com o sistema iugoslavo e que assim estava disposto a fazer a transição para o capitalismo, com o que poderia se beneficiar[220]. No mínimo, tal insatisfação relativa lhe tornaria indisposto a qualquer esforço ativo para a superação da crise dos anos 1980 nos marcos de uma renovação do sistema iugoslavo numa perspectiva socialista.

Broekmeyer destaca que apesar da grande distância entre o ideal da autogestão (seus mais elevados objetivos) e a prática iugoslava, deviam-se destacar as realizações desse sistema inovador. Em primeiro lugar, com a autogestão iugoslava os trabalhadores passaram a querer ser informados sobre as questões que lhes afetam, assim como queriam que se lhes perguntasse a sua opinião sobre essas questões, ainda que muitas vezes não pudessem compreendê-las inteiramente. Ao mesmo tempo, ainda que passiva, a presença nos espaços da autogestão contribuía para que os trabalhadores aprendessem ao menos algumas noções rudimentares sobre a administração da empresa, sobre a economia e sobre a estrutura da sociedade como um todo. Com isso, a participação operária diminuía a falta de significado do trabalho. Ademais, do ponto de vista da transição de uma sociedade agrária para uma

[219] No original: "The top management in Yugoslav enterprises has much less influence than in enterprises in other countries, but the middle management has an equal (and in smaller enterprises even greater) amount of power as the top management. In comparison with other countries the Yugoslav workers do have a greater degree of influence which points to a positive effect of decentralization, but it is still not as great as the power and influence of the middle managements, or top managements" (RUS, 1972, p. 172).

[220] Embora não tenhamos dados, poderia-se especular ainda que a gerência intermediária estava relativamente satisfeita em comparação à alta gerência, daí ela teria sido mais passiva do que ativa no apoio à transição para o capitalismo dos anos 1980-1990.

sociedade industrializada, a autogestão iugoslava permitiu que ela se desse de um modo menos violento, sem a criação de extrema miséria, de fome e de sangrentos conflitos entre trabalhadores e polícia (diríamos, antes, sem aberta luta de classes), ainda que tenha se efetivado com extrema rapidez (BROEKMEYER, 1977, p. 139).

Apesar do domínio gerencial, muitos estudos apontam que os trabalhadores defendiam a autogestão. Num estudo realizado na Eslovênia em 1983, concluiu-se que mais de 2/3 da população servia ou estava disposta a servir como delegados nos órgãos da autogestão, ¾ dizia que as delegações lidavam geralmente com questões importantes e apenas 4% afirmou que os delegados estavam apartados dos trabalhadores. Além disso, o índice médio de satisfação no trabalho era alto (3,9), próximo ao topo da escala (5) (TAYLOR; GRANDJEAN; TOŠ, 1987, 1032-1033). Taylor, Grandjean e Toš concluem que

> Por esses critérios, então, a autogestão é um sucesso, ainda que não seja a participação sozinha que explique a satisfação dos trabalhadores. A participação como um delegado individual pode não conferir tanto controle real, nem tanta satisfação, como se supôs. Mas quando a autogestão permeia a estrutura social, como na Iugoslávia, seus efeitos são verdadeiros efeitos estruturais, tanto em delegados como em não delegados. A interação social dentro das Organizações de Base do Trabalho Associado, a comunicação entre superiores e subordinados, as oportunidades de prestação de queixas e o apego ideológico à autogestão contribuem, por si mesmas, para atitudes positivas em relação ao sistema. Os trabalhadores iugoslavos também podem ver favoravelmente seus locais de trabalho autogeridos em comparação com as alternativas, seja o controle burocrático centralizado pelo Estado do modelo soviético, sejam as desigualdades hierárquicas típicas das empresas capitalistas[221]. (TAYLOR; GRANDJEAN; TOŠ, 1987, p. 1033)

É evidente que o balanço sobre a autogestão iugoslava depende dos critérios adotados e do grau de expectativa normativa que serve de parâmetro para avaliar a experiência dentro das específicas condições históricas em que ela pode ser situada. Por um lado, é importante o reconhecimento de que há algum avanço participativo comparativamente ao padrão capitalista e ao padrão do "socialismo real". Mas por outro devemos também frisar as enormes limitações da experiência, sobretudo se a referência for a prescrição normativa do próprio sistema legal iugoslavo. Essa constatação empírica sobre a não efetivação da

[221] No original: "By these criteria, then, self-management is a success, even if it is not participation alone which accounts for the workers' satisfaction. Participation as an individual delegate may not confer as much real control, nor as much satisfaction, as has been supposed. But when self-management pervades the social structure, as in Yugoslavia, its effects are true structural effects on delegates and non-delegates alike. Social interaction within the Basic Organizations of Associated Labor, communication between superiors and subordinates, opportunities to air complaints, and ideological attachment to self-management for its own sake all contribute to positive attitudes toward the system. Yugoslav workers may also view their self-managed workplaces favorably by comparison to the alternatives, whether the state-centralized bureaucratic control of the Soviet model, or the hierarchical inequalities typical of capitalist enterprises" (TAYLOR; GRANDJEAN; TOŠ, 1987, p. 1033).

autogestão operária sequer ao nível das unidades produtivas tem uma importância central, pois esvazia todos os argumentos demasiado esquemáticos e generalizantes que a experiência iugoslava poderia suportar sobre os problemas intrínsecos da autogestão no que se refere à sua eficiência econômica global.

Por outro lado, a própria dominação da direção e dos técnicos sobre o coletivo operário levanta a relevante questão de fundo sobre a emergência e reprodução de uma ordem hierárquica. Milos Vejnović colocou a questão do seguinte modo: "por que e como indivíduos colocados sob o controle de órgãos coletivos se tornam tão facilmente seus controladores?" (VEJNOVIĆ, 1978, p. 277).

Josip Županov retomou algumas das explicações usualmente em voga sobre a resistência dos gerentes à adoção de formas mais participativas e democráticas de gestão. Primeiramente, as organizações burocráticas (no sentido weberiano) distribuem estruturalmente o poder de forma hierárquica, do topo até a base, assim os deveres e os privilégios da posição "representam uma força constrangedora sobre o comportamento real dos gerentes independentemente dos seus traços de personalidade ou dos conceitos de papel ideal". Além disso, como toda a organização é um mecanismo de auto-seleção (e, nesse caso, trata-se do exame de organizações hierárquicas), um número desproporcional de personalidades autoritárias assumiria posições de gerência. Todavia, para Županov, a questão crucial é a responsabilidade final pelas decisões nas organizações. Se os gerentes permanecem com essa responsabilidade, não importam muito as mudanças de filosofia de gestão (que podem até modificar um pouco do padrão hierárquico), pois que as decisões finais caberão aos gerentes que possuem a responsabilidade pelas consequências de tais decisões (ŽUPANOV, 1975, p. 76-80).

Ora, em tese, a legislação iugoslava passou a responsabilidade para os trabalhadores, por meio dos seus conselhos. Assim, a questão no caso iugoslavo é explicar porque nem a responsabilidade nem a efetiva autoridade sobre a gestão é de fato assumida pelos trabalhadores. Županov apontou para algumas direções. Além de mencionar o fundo cultural e a experiência prévia dos trabalhadores (supomos que se trata da mentalidade camponesa), o sociólogo se refere a uma inconsistência estrutural do modelo de "empreendedorismo coletivo", no qual os trabalhadores não teriam "direitos intrínsecos" aos ganhos da empresa para além da sua contribuição como produtor (embora a emenda constitucional nº 21 parecesse resolver esse suposto problema). Mas, além disso, os gerentes teriam adquirido uma posição estratégica nas empresas por estarem mais bem equipados para responder às demandas externas e às pressões advindas das forças de mercado e do

desenvolvimento tecnológico, de tal modo que não tiveram sua posição alterada no processo de comunicação e na atividade de coordenação (ŽUPANOV, 1975, p. 80-87).

Mauk Mulder levantou a hipótese geral de que quando as distâncias de distribuição do poder entre diversas categorias são grandes, então estas diferenças *aumentam* ainda mais em seguida à introdução da participação ou co-gestão. Ele encontra a razão para isso na intensificação das comunicações, tornadas necessárias em seguida à descentralização ou à autonomia maior, o que leva a uma influência maior daqueles que são mais fortes (MULDER, 1971; KOUASSIVI, 1990, p. 25-38).

Conforme Mulder, as condições necessárias para que a introdução da participação levasse à equalização do poder eram:

a) Participantes devem estar motivados para a participação ativa
b) As diferenças em conhecimento ou poder não devem ser muito grandes
c) Particularmente os desprivilegiados devem ser protegidos
d) A participação deve centrar-se em torno do local de trabalho e o campo profissional do empregado (MULDER, 1971)

Além disso, um contexto de crise é pernicioso para o desenvolvimento da participação, pois os envolvidos tendem a se concentrar apenas em salvar a instituição, voltando-se para líderes fortes que lhes garantam a sobrevivência (MULDER, 1973, p. 223). Se transplantarmos esse raciocínio para o caso iugoslavo, podemos substituir o fator crise pelo fator pressão de mercado, designando o "socialismo de mercado" dos anos 1960 como um contexto desfavorável para o desenvolvimento da participação. Diversos autores apontaram para esse problema, como Catherine Samary (1988) e Diane Flaherty (2003). Para Flaherty, é em razão da pressão competitiva aumentada fortemente com a reforma mercantil dos anos 1960 que os trabalhadores reduziram a expectativa de igualdade (de participação e de renda) dentro de suas firmas, voltando-se para os *experts* na constante busca por sobrevivência econômica (FLAHERTY, 2003, p. 11). Já nos anos 1980, além da abertura para o mercado mundial, a severa crise política, econômica e social certamente foi extremamente desfavorável.

Todavia, como bem aponta Veljko Rus, todas as condições enumeradas por Mulder "foram levadas em conta no caso da Iugoslávia e também em alguma medida realizada". (RUS, 1972, p. 171). Podemos inferir que o provimento das condições de motivação (a) e de proteção (c) era tido como tarefa das organizações sócio-políticas (além da própria Liga dos Comunistas, a Aliança Socialista, os sindicatos e a Organização da Juventude Comunista). Já a tarefa de reduzir as diferenças de conhecimento (b) cabia a todo o

sistema educacional (no qual se engajavam as organizações sócio-políticas). A condição (d) de centramento da participação no local de trabalho e no campo profissional do trabalhador participante explica-se pela necessidade de evitar o sentimento de frustração resultante da impossibilidade de participar ativamente sobre questões que escapam aos seus conhecimentos.

Assim, Mulder sugere que a participação avance gradualmente, passo a passo, dando crescente confiança e sentimento de eficácia aos participantes. De certo modo, no caso iugoslavo, os membros dos conselhos de autogestão estavam expostos a uma série de questões econômico-financeiras que lhes apareciam como inacessíveis, ainda que a dificuldade de entendimento pudesse ter sido bastante reduzida se houvesse mais empenho em clarificar as questões em exame. Por outro lado, podemos interpretar a descentralização do sistema de conselhos nas empresas, culminando com a reforma dos anos 1970 (com as Organizações de Base do Trabalho Associado), como uma tentativa de tornar a participação mais diretamente relacionada aos problemas vivenciados no cotidiano pelos trabalhadores. Assim, os conselhos operários nas unidades de trabalho de certo modo respondem ao pré-requisito (d) de Mulder.

Além disso, questão fundamental não abordada por Mulder, o confinamento das decisões autogestionárias ao *locus* atomizado da empresa é portador por si só de frustrações especialmente potentes num contexto de subordinação da economia iugoslava ao incontrolável capitalismo global. Essa situação impunha fracassos e desigualdades aos trabalhadores, sem outra alternativa que não fosse a busca individualizada de incremento da produtividade e de sucesso comercial. Com isso, a participação estrita às questões do "chão-de-fábrica" no qual se encontra o trabalhador pode até conferir o sentimento de eficácia, mas não conduz à superação da alienação do processo produtivo. De certo modo, novamente podemos interpretar positivamente a reforma dos anos 1970 como uma via que não apenas buscava "chamar" o trabalhador a participar na sua Organização de Base do Trabalho Associado, mas também pretendia incitar a uma crescente coordenação associada do processo de trabalho, envolvendo os trabalhadores por meio de um sistema de delegações.

Portanto, se formalmente a Iugoslávia estava empenhada em preencher os pré-requisitos para uma efetiva autogestão, o problema a ser examinado deve ser antes uma questão de conteúdo. São as próprias instituições formalmente responsáveis pela implementação e desenvolvimento do sistema de autogestão que revelam a dinâmica contraditória da experiência iugoslava. Assim, por exemplo, tantos os gerentes das empresas eram em sua maioria membros da Liga dos Comunistas como o eram os sindicalistas da base, de modo que é impossível esperar uma coerência, harmoniosa e uniforme, da principal instituição iugoslava. Como veremos no capítulo 3, é a dinâmica de relações de classe

(relacionadas ao controle do processo produtivo e às vantagens e desvantagens relativas advindas das posições ocupadas nesse processo) que melhor explica o desenvolvimento da experiência iugoslava.

Embora Mulder tenha razão em apontar que a relação de poder envolve a aquiescência daqueles que estão em posição subordinada (MULDER, 1973, p. 225), devemos enfatizar a ativa oposição à redução da distância de poder por parte daqueles que ocupam posições de comando dentro de um sistema social que resta relativamente subordinado aos constrangimentos competitivos do mercado global capitalista. É nesse sentido que Zoran Vidaković destacou a oposição gerencial à iniciativa autogestionária dos trabalhadores iugoslavos na sua forma ideológica: "a iniciativa operária é qualificada de democracia primitva, de mentalidade semi-artesanal, de tradição camponesa; se pretende que ela é incompatível com a tecnologia moderna, que ela não é racional do ponto de vista das normas sacro-santas da economia, que ela é irrealizável no plano técnico" (VIDAKOVI Ć, 1973, p. 218).

É também nesse sentido que Veljko Rus chegara a uma conclusão ambígua: por um lado a participação aumentou o controle dos trabalhadores sobre seus gerentes, mas por outro ela aumentou o controle dos líderes sobre os trabalhadores; ou seja, os efeitos manipulativos da participação provavelmente cresceram concomitantemente com a democratização das organizações de trabalho (RUS, 1972, p. 174). Ocorre que a divisão hierárquica do trabalho, com a subordinação relativa dos trabalhadores manuais aos gerentes e técnicos, não poderia ser abertamente defendida como um princípio de organização socialista. Assim, fica bastante evidente que no nível do discurso a ideia de autogestão era com frequência manipulada para proteger a manutenção de uma ordem hierárquica do trabalho.

Informação deficiente

Para os trabalhadores, ao longo do processo formativo que representava a própria prática cotidiana nos órgãos da autogestão, seriam fundamentais os esforços pela simplificação e democratização das informações para contrabalançar o real déficit educativo no intuito de promover uma genuína participação no processo decisório.

Não obstante, o que se verificou é que, em adição ao problema do autoritarismo, houve um déficit de informação disponível numa forma acessível aos operários, contribuindo assim para bloquear a efetiva participação no processo de tomada de decisões significativas.

As informações não eram suficientemente bem preparadas para assumir uma forma mais facilmente compreensível nem eram divulgadas com a devida antecedência às

assembleias para permitir-lhes estuda-las. Assim, embora quase todas as empresas produzissem seus próprios jornais de fábrica, além de boletins periódicos, o seu conteúdo era em geral extremamente hermético para não especialistas: tratava-se de tabelas e gráficos com pouca explicação, com a informação geralmente deslocada de uma problemática claramente definida, sendo assim apresentada como uma afirmação sobre uma conclusão ou decisão já realizada. Com isso a informação disponível era incompreensível e/ou irrelevante para a maioria dos trabalhadores. Por outro lado, o pessoal mais qualificado não fazia uso desse material por encontrar informação mais completa por meio de suas posições oficiais ou por contatos informais (NOVOSEL, 1973, p. 176-177). Taylor, Grandjean e Toš reportam um estudo de Pavao Novosel com 237 economistas e especialistas que revelara que mais de ¾ deles nem sequer esperavam que os delegados dos conselhos lessem os materiais que eles preparavam (TAYLOR; GRANDJEAN and TOŠ, 1987, p. 1023).

Meister cita um estudo publicado em 1966, por Bogdan Osolnik, no qual se registra o uso mais frequente de recursos audiovisuais, como quadros e gráficos, para auxiliar as discussões nas assembleias, pontuando contudo que

> raras são ainda as empresas nas quais a preparação do trabalho dos órgãos de gestão adquiriu um lugar preciso na organização, e onde ela é considerada como uma das tarefas essenciais de certas unidades da organização... Sendo consideradas como tarefas ocasionais, elas são por vezes negligenciadas. (MEISTER, 1970, p. 47; livre tradução nossa)[222]

Em suma, o aspecto burocrático do avanço da tecnocracia também punha imensa dificuldade ao desenvolvimento da autogestão.

> A autogestão também era sufocada por dificuldades reais de origem institucional e sócio-econômica: Josip Županov e vários outros sociólogos iugoslavos mencionaram em particular 'o mar de regras que impõe uma enorme quantidade de papelada burocrática e aumenta os custos operacionais das estruturas econômicas'. Frequentes mudanças jurídicas, às vezes visando proteger a autogestão, mas cujo significado não era entendido por aqueles que eram mais afetados, não ajudavam muito. Diferenças culturais eram largamente exploradas para driblar o efetivo controle por parte dos trabalhadores. O tamanho das firmas e os processos de fusão e absorção em andamento neste período reforçaram a autonomia das equipes de gestão. (SAMARY, 1988a, p. 35)[223]

[222] No original : « Rares sont encore les entreprises dans lesquelles la préparation du travail des organes de gestion a acquis une place précise dans l'organisation, et où elle est considérée comme l'une des tâches essentielles de certaines unités d'organisation… Etant considérées comme des tâches occasionnelles, elles sont parfois négligées » (MEISTER, 1970, p. 47).

[223] No original : « De vraies difficultés contribuaient à étouffer l'autogestion sur le plan institutionnel et socio-économique : Josip Zupanov et bien d'autres sociologues yougoslaves ont évoqué notamment cette « marée de règlements qui impose aux organisme économiques un énorme travail de paperasserie et des dépenses élevées ». Les fréquentes modifications juridiques visant parfois la protection de l'autogestion, mais dont le sens échappait aux principaux intéressés, n'ont rien facilité. L'exploitation des différences culturelles pour contourner les

No estudo de Whitehorn (1975, p. 180) aparece claramente a dificuldade de compreensão de uma significativa parcela dos trabalhadores sobre a própria estrutura organizativa das empresas baseadas na autogestão[224], como se pode verificar na tabela nº 15[225] abaixo:

Tabela nº 15

Nível de conhecimento factual na Iugoslávia sobre a autogestão dos trabalhadores					
Tópico	Não sabe	Parcial	Bem	Muito bem	Excelente
1) Estrutura da autogestão na empresa	20%	19%	13%	18%	30%
2) Competência dos órgãos da autogestão na empresa	20%	24%	21%	21%	14%

Como resumem Taylor, Grandjean e Toš, "os delegados dos conselhos operários queixavam-se de que a informação que eles recebiam dos especialistas era muito técnica, muito restrita a uma única opção política [*policy*] e muito tardiamente para ser completamente útil" (TAYLOR; GRANDJEAN and TOŠ, 1987, p. 1023).

Podemos imaginar que as questões financeiras (ao mesmo tempo sociais e políticas) que apareciam de modo obscuro aos olhos da maioria dos trabalhadores poderiam ter sido apresentadas de modo compreensível e também interessante se houvesse um esforço em mostrar a concretude das suas implicações, com possíveis escolhas alternativas em jogo. Em questões dominadas por "experts", poderia ser útil para a efetiva participação dos trabalhadores no processo decisório a utilização de "contra-experts", quer dizer, a

---

contrôles effectifs des travailleurs a été monnaie courante. La dimension des entreprises, les processus de fusion/absorption dans cette période, ont favorisé l'émancipation des équipes de direction » (SAMARY, 1988a, p. 35-36).

[224] Isso não quer dizer, todavia, que os níveis de informação sobre a estrutura da autogestão devam ser considerados baixos. Num estudo de Živan Tanić, revelaram-se bons níveis de compreensão sobre diversos aspectos da autogestão. Por exemplo, sobre as obrigações dos produtores na autogestão, 74% atingiram um índice de respostas excelente e 16% muito bom. Sobre segurança do trabalho, 62% tinham conhecimento excelente e 21% muito bom. Os índices se mostraram mais baixos em questões como a estrutura da autogestão na empresa (não sabem 20%, parcialmente 19%, sabem bem 13%, muito bem 18% e excelente 30%) e os direitos trabalhistas (não sabem 30%, parcialmente 8%, sabem bem 33%, muito bem 3% e excelente 26%) (TANIĆ, 1972, p. 141-142).

[225] Tabela extraída de WHITEHORN, 1975, p. 180.

apresentação de opiniões divergentes sustentadas por especialistas em face de escolhas alternativas.

Todavia, o problema central, como veremos em detalhe, é a divisão de classes que se desenvolveu na Iugoslávia com a emergência e cristalização de uma hierarquia de competências profissionais que passa a se impor sobre os mecanismos formais da democracia de autogestão. Assim, ao se pensar em hipotéticas soluções aos problemas que foram evidenciados na autogestão iugoslava, é preciso sempre levar em consideração a centralidade do desenvolvimento de interesses contraditórios e mesmo antagônicos entre os grupos sociais que estavam num processo de constituir-se em classes.

Pavao Novosel sublinhou o interesse dos especialistas e gerentes em proteger o seu status bloqueando o acesso à informação. Em parte, o comportamento se explica pelo perigo potencial de que as falhas e a negligência no trabalho efetuado pelos especialistas se tornem "visíveis" pelo coletivo de trabalho. Mas o fundamental é o caráter exclusivo da sua posição como especialistas, como aqueles que "quase por definição, devem saber as soluções":

> É de se esperar uma resistência especialmente forte em relação aos temas que ainda estão sujeitos a discussão entre os próprios especialistas e gerentes. Permitir que os "leigos" ingressem nesses campos ameaça esvaziar o status dos especialistas e gerentes (um especialista ou um gerente, quase por definição, deve conhecer as soluções) e, ao mesmo tempo, reduz a área de sua livre tomada de decisão. E apenas essas situações pré-decisórias preliminares e fluídas são aquelas em que a participação autogestionária tem suas maiores possibilidades e on ela é mais necessária. Participar na tomada de decisões sobre problemas já resolvidos (e que, por conseguinte, já não são mais problemas), ou sobre problemas para os quais existe apenas uma solução, devido à pressão da situação externa, não oferece praticamente qualquer tipo de possibilidade de contribuições por parte dos trabalhadores. Não há realmente qualquer espaço para participação com tais tópicos[226]. (NOVOSEL, 1973, p. 180)

Devemos notar ainda um paradoxo sobre a participação operária e a especialização exigida para lidar com questões de maior complexidade técnica em matérias econômico-financeiras. Dada a grande desigualdade educacional que sustentava a divisão hierárquica do trabalho, o saber da gestão para o operário seria adquirido na própria prática

[226] No original: "Especially strong resistance is to be expected with regard to the themes that are still subject to discussion among the experts and managers themselves. Allowing the "laymen" to enter such fields, threatens to deflate the status of the experts and managers (an expert or a manager, almost by definition, should know the solutions) and at the same time reduces the area of their free decision-making. And just these preliminary and fluent pre-decisional situations are those in which self-managerial participation has its greatest possibilities and where it is most needed. Taking part in the decision making about problems which are already solved (and therefore are no longer problems), or about problems for which there is only one solution, because of the pressure of the external situation, offers scarcely any kind of possibility for contributions by the side of workers. There is really no room for participation with such topics" (NOVOSEL, 1973, p. 180).

autogestionária. O problema é que o devido aprendizado desse saber requeria uma experiência prolongada. Assim, podemos pensar que se colocava um dilema: ou poucos trabalhadores especializam-se na gestão participando por muito tempo dos conselhos operários e assim conseguem efetivamente gerir a empresa ao invés de apenas ratificar as decisões tomadas pela alta gerência; ou muitos trabalhadores participam dos conselhos operários por períodos curtos de tempo, mas nesse caso não atingem o nível de domínio necessário da função de gerência para contrabalancear o poder da gerência profissionalizada.

Como sabemos, os delegados eleitos para os conselhos operários permaneciam apenas dois anos na função, podendo ser reeleitos para mais um mandato apenas. Também já notamos que, de acordo com Pašić, Grozdanić e Radević, a rotatividade média era de 1/3 dos delegados a cada dois anos. Por outro lado, após dois anos sem servir como delegado, um trabalhador poderia voltar a se candidatar para a função, o que parece ter sido a prática mais comum (PAŠIĆ, GROZDANIĆ e RADEVIĆ, 1982, p. 49). Com isso, parece que a opção dos próprios trabalhadores face ao dilema levantado era uma espécie de "meio-termo": procurava-se uma certa renovação da participação, trocando 1/3 dos delegados após dois anos (ao invés de reeleger a todos), mas mantinha-se um núcleo de delegados mais experientes tanto quanto possível, fazendo inclusive retornar à função aqueles que já haviam ficado de fora dos conselhos por dois anos.

Composição social dos órgãos de autogestão

Os conselhos operários inicialmente possuíam claramente a característica de um órgão representativo das diversas categorias de trabalhadores, incluindo os menos qualificados, funcionando sobretudo como um canal de reivindicações da base. Pouco a pouco, contudo, os conselhos operários tenderam a se tornar um organismo de gestão mais do que de representação, recrutando os elementos mais capazes do coletivo operário para o trabalho de administração da empresa (MEISTER, 1970, p. 88-89).

É nesse sentido que foram derrubados os regulamentos que garantiam a composição operária nos órgãos de gestão: por exemplo, a partir da lei da autogestão de 1950 exigia-se que ¾ dos membros do comitê de gestão das empresas fossem trabalhadores da produção direta (MEISTER, 1970, p. 50), mas, como vimos, essa norma acabou sendo abandonada em muitas empresas a partir da emenda constitucional nº 15, tornada operativa em 1969 e tendo por resultado o aumento expressivo da presença de administradores profissionais nesse importante órgão da autogestão (SUVIN, s/d).

A reação da vanguarda política ante as "tendências tecnocráticas" veio nos anos 1970 sob a forma de uma nova constituição e da Lei do Trabalho Associado de 1976. O slogan era "maioria operária em todos os órgãos de tomada de decisão" (BROEKMEYER, 1977, p. 136). Infelizmente, não encontramos dados estatísticos para os anos seguintes às mudanças constitucionais e à campanha política em favor do poder operário. Ainda assim, parece razoável supor que ao menos fora bloqueada a tendência declinante da composição operária que se pronunciava nos anos 1960 (ver tabela nº 16 abaixo). Vale notar ainda que com a multiplicação de conselhos operários no nível das OBTAs aumentaram os espaços para a participação operária.

Quanto à composição dos conselhos operários, de acordo com o nível de qualificação profissional, mostrou-se uma tendência de um lento aumento da representação de profissionais técnicos e gerentes de nível intermediário, especialmente aqueles com nível mais alto de escolaridade (ver tabela nº 16[227]). Já na composição dos comitês de gestão a queda da representação operária apresentou uma tendência mais forte (ver tabela nº 17[228]).

[227] Tabela extraída de JOVANOV, Neca. Les rapports entre la greve comme conflit social et l'autogestion comme système social. In: First Conference on Self-Managemetn and Participation, Dubrovnik, 1972, v. 1, p. 67.
[228] Tabela extraída de JOVANOV, Neca. Les rapports entre la greve comme conflit social et l'autogestion comme système social. In: First Conference on Self-Managemetn and Participation, Dubrovnik, 1972, v. 1, p. 68.

Tabela nº 16

Composição social dos conselhos operários			
Membros do Conselho Operário	1960	1965	1970
Número total	156.300	149.404	135.204
1. Operários (total)	76,2%	73,8%	67,6%
Altamente qualificados	15,1	16,7	17,2
Qualificados	40,5	37,8	33,7
Semiqualificados	13,4	10,8	9,0
Não qualificados	7,2	8,0	7,4
Aprendizes	---	0,5	0,3
2. Outras pessoas empregadas (total)	23,8%	26,2%	32,4%
Formação profissional superior	4,2	5,9	10,1
Formação profissional secundária	12,0	13,0	15,9
Formação profissional primária	7,6	7,3	6,4

Tabela nº 17

Composição social dos comitês de gestão			
Membros do Comitê de gestão	1960	1965	1970
Número total	51.261	49.794	46.994
1. Operários (total)	67,2%	61,9%	44,2%
Altamente qualificados	19,3	19,7	18,2
Qualificados	34,8	31,0	20,4
Semiqualificados	8,9	6,9	3,4
Não qualificados	4,2	4,3	2,2
2. Outras pessoas empregadas (total)	32,8%	38,1%	55,8
Formação profissional superior	11,0	13,8%	27,3
Formação profissional secundária	15,0	17,4	22,9
Formação profissional primária	6,8	6,9	5,6

É interessante observar que houve uma tendência semelhante na Liga dos Comunistas[229], onde a presença operária foi mais ou menos constante, enquanto cresceu bastante a participação dos "empregados" (especialistas, técnicos e gerentes) e caiu drasticamente a participação dos camponeses (ver tabela nº 18, na qual não estão especificadas outras categorias, como estudantes, resultando daí que a soma dos percentuais de operários, camponeses e empregados não resulta em 100%[230]).

[229] A evolução da filiação da população iugoslava à Liga foi a seguinte: 1948 (3.06% da população total), 1953 (4,13%), 1961 (5,58%), 1971 (5%), 1981 (9,44%) e 1986 (9,3%) (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 133).
[230] Tabela extraída de LUTARD-TAVARD, 2005, p. 135.

Tabela nº 18

Composição social da Liga dos Comunistas			
Anos	Operários	Camponeses	Empregados
1946	22,6%	50,4%	10,3%
1952	32,2%	42,8%	18,9%
1957	32,29%	17,32%	32,39%
1966	33,9%	7,4%	39,1%
1975	30%	5,4%	21,2%
1981	31%	3,9%	23%

Sobre a questão dos camponeses, à qual voltaremos, notemos de passagem que a drástica diminuição da sua partição na Liga dos Comunistas testemunha não apenas o seu decréscimo quantitativo relativamente a população total, no contexto de um acelerado processo de industrialização e urbanização, mas também a negligência das lideranças políticas com esse setor da população, desconsiderado como agente político ativo no processo de construção do socialismo. Se imediatamente após a guerra de libertação nacional a sua participação na Liga dos Comunistas era bastante importante, reflexo da confiança dos camponeses depositada nos *partisans*, com a resistência à coletivização agrícola de tipo soviético 200 mil camponeses foram expulsos da principal instituição política da Iugoslávia entre 1950 e 1969 (SUPEK, 1985, p. 85).

No que se refere aos operários, a conclusão geral mais importante é que, embora sua presença nos órgãos da autogestão fosse significativa, tendiam a ser "sempre os mesmos" representantes a ocupar assentos (2/3 permaneciam por quatro anos e a maioria destes retornava após dois anos de ausência). Embora essa relativa estabilidade pudesse ajudar a mitigar o domínio gerencial em termos de aquisição de conhecimento prático na gestão, ela também contribuía para afastar os delegados do ambiente operário de origem, levando-os a conviver cada vez mais com um número crescente de administradores e funcionários com alta escolaridade e com preocupações, interesses e uma visão de mundo diferentes da base.

Restrição do conteúdo da participação

O estudo de Stane Možina conclui que os membros dos conselhos operários se interessavam mais pela participação nas decisões concernindo à repartição da renda total e das rendas individuais, à política da empresa, aos resultados no domínio dos investimentos e, em

geral, da atividade da empresa. Eles tinham um interesse menor pelas vendas, os preços e as relações com as outras empresas e instituições. Já os dirigentes da empresa se interessavam mais pela gestão, pela direção do pessoal, pela avaliação do trabalho etc., e menos pelos problemas concernentes às atividades sociais. Os empregados (trabalhadores de colarinho branco) estavam interessados sobretudo pelas atividades relacionadas com sua ocupação específica. E os operários estavam menos interessados pela política da empresa, e mais pela participação nas decisões sobre as condições de trabalho, os salários, as mudanças nos procedimentos de demissão e de contratação (MOŽINA, 1972, p. 121-136). Diversos estudos encontraram resultados muito semelhantes ao de Možina. Por exemplo, Vladimir Arzenšek, num estudo publicado em 1968, obteve a seguinte variação de interesse em participação dos trabalhadores de acordo com cada tópico (tabela nº 19[231]):

Tabela nº 19

Perccentual de pessoas empregadas desejando participar na tomada de decisão por tópico	
Marketing	17%
Relações públicas	21%
Investimentos	28%
Contratação e demissão nas unidades organizacionais	40%
Distribuição dos rendimentos pessoais	48%
Condições do local de trabalho	50%
Disciplina e relações de trabalho	59%

Complexidade, dimensão, tecnologia e participação

Diversos autores apontam que seria intrínseca à autogestão a crescente dificuldade e até mesmo a impraticabilidade de realiza-la de acordo com o tamanho e a complexidade da organização, o que se relaciona também a um constrangimento tecnológico.

Peter Blau representa bem essa tradição que pensa que a complexidade e a grandeza de uma organização exige uma gestão hierárquica porque ela seria mais econômica e

[231] Tabela extraída de RUS, 1970b, p. 159.

eficaz. Para Blau, muita descentralização conduz ao desperdício do tempo e das forças humanas (KOUASSIVI, 1990, p. 25-38)

Um estudo de Rudi Supek, referido por Veljko Rus, mostrou a influência da tecnologia no conteúdo da participação. No nível da produção manual havia um alto grau de participação do trabalhador no campo da organização do trabalho, enquanto no nível da produção mecanizada e automatizada havia um maior grau de participação na resolução de problemas sociais. A participação, a identificação com o sistema de autogestão e aspiração por maior controle operário, no agregado, eram maiores entre aqueles trabalhadores que estavam envolvidos com os mais altos níveis de tecnologia (RUS, 1972, p. 169).

Por outro lado, quando comparada a participação dos trabalhadores de oficinas artesanais com a dos operários das empresas industriais, encontrou-se outra forma de determinação tecnológica, envolvendo toda a estrutura organizacional da produção. Nesse caso, os trabalhadores do setor artesanal tinham maiores possibilidades para a participação, eram mais ativos nas reuniões dos órgãos de autogestão, colaboravam frequentemente na organização do trabalho, opinavam bem mais sobre melhorias nas condições de trabalho e discutiam mais sobre a distribuição salarial (RUS, 1972, p. 169). Ainda assim, Rus avaliava que o avanço tecnológico não seria um obstáculo para a participação, na medida em que os objetivos das empresas industriais eram mais largamente definidos, evitavam-se empresas industriais de máximo tamanho físico e que diferentes modelos organizacionais eram possíveis, incluindo aqueles que mais favorecessem a participação dos trabalhadores (RUS, 1972, p. 169).

Josip Obradović encontrou resultados similares aos de Rus quanto à determinação tecnológica mas chegou a uma conclusão mais pessimista. Os trabalhadores do artesanato e do setor automatizado eram mais satisfeitos com o trabalho do que aqueles do setor mecanizado. Todavia, o nível de alienação era praticamente o mesmo em todos os setores. Daí a conclusão de Obradović de que as possibilidades de realização do ser humano no trabalho pareciam necessariamente limitadas pela adoção de tecnologia voltada para o aumento da produtividade e da escala, pouco importando o sistema social. Assim, se se optava pela abundância material, os indivíduos teriam de realizar a sua personalidade em outras áreas. Enquanto nas sociedades capitalistas a solução preferida era pelo tempo de lazer, na Iugoslávia o aumento da influência e do controle sobre as decisões que afetam os indivíduos no seu trabalho deveria compensar a rotinização do trabalho no cotidiano. O problema é que essa alternativa em muitos aspectos não estava se realizando efetivamente (OBRADOVIC, 1978, p. 296-310).

Diversos estudos mostraram que nas empresas mais produtivas (as mais automatizadas) a centralização do poder era maior. Quer dizer, o diretor e os técnicos tinham mais influência, aumentando a distância de poder com relação aos operários qualificados e altamente qualificados. Naquelas empresas menos produtivas a influência de técnicos e de operários qualificados e altamente qualificados era praticamente igual (RUS, 1978, p. 205).

Já nos estudos do IDE (*Industrial Democracy in Euope – International Research Group*) não foi encontrada nenhuma correlação entre tamanho da organização ou complexidade da produção sobre o grau de influência dos trabalhadores. O único fator que tem um forte impacto no grau de influência dos trabalhadores é o desemprego, à exceção da Iugoslávia. A influência da alta gerência aumenta com o aumento da taxa de desemprego e a influênica dos órgãos representativos dos trabalhadores diminui (IDE, 1992, p. 779).

Ao que tudo indica o esforço de modernização tecnológica na Iugoslávia se deu sem qualquer perspectiva crítica. Tratava-se de assimilar o mais rapidamente possível os últimos desenvolvimentos tecnológicos ocidentais. Isto fica bastante evidente, por exemplo, no discurso de Emerik Blum, diretor geral de uma das maiores empresas exportadoras da Iugoslávia, a *Energoinvest*.

Blum insistia numa reunião do Conselho Operário em 1966, quando a sua reeleição estava na agenda, sobre os imperativos postos pela renovação tecnológica pela qual passava a empresa. Assim, apontava para a necessidade de que trabalhadores mais qualificados e executivos, aptos a lidar com a nova tecnologia, deveriam ser atraídos com melhores salários. Por isso pontuava que era preciso "romper com a concepção de que o desenvolvimento tecnológico é tarefa da gestão dos trabalhadores". Para ele, a "tecnologia não é uma questão para discussão democrática, nem é uma questão administrativa para a qual a inteligência sozinha basta". Enfatizando a necessidade de ter "o homem certo para o trabalho", defendia que se lhe pagasse o que ele merecia, dando-lhe suficiente incentivo para aceitar o trabalho. Assim, alertava o conselho operário de que "nós não devemos dar ouvidos a qualquer queixa e clamor infundados, nem aceitar as opiniões de várias pessoas que nos levam para o igualitarismo" (BROEKMEYER, 1970, p. 184).

Em outra reunião do conselho operário, em 1968, Blum advogava que a organização de uma empresa moderna como a *Energoinvest* não deveria diferir de modo algum da organização de qualquer outra empresa em sociedades desenvolvidas, não importa em qual sistema social se situem. Assim, conquanto tudo que era específico ao sistema social iugoslavo fosse respeitado nas decisões organizacionais básicas da empresa, a organização dos negócios seria "uma questão para a elaboração por especialistas" e, "como nós não somos

especialistas (...) precisamos aprender e comprar *know-how*, do mesmo modo como fizemos quando compramos licensas para nos ajudar a adquirir disciplinas técnicas" (BROEKMEYER, 1970, p. 186). E arrematava:

> Quando estávamos comprando aquelas licensas, estava bastante claro para nós que tínhamos de comprar a melhor e mais atualizada; da mesma forma, precisamos agora estabelecer claramente e tomar uma decisão no sentido de que nós queremos assegurar o mais moderno tipo de organização de negócios e isso podemos fazer melhor, como é óbvio para todos nós, contratando os serviços de uma firma de consultoria para a gestão nos EUA. Uma empresa como a nossa, particularmente como desejamos desenvolvê-la, precisa dar um passo à frente, isto é, precisa deixar a organização dos negócios para as pessoas que estão suficientemente qualificadas para lidar com isso. Não podemos permitir, como tem sido até agora, que questões de organização sejam concernidas por todos, sendo a maioria insuficiente qualificada[232]. (BROEKMEYER, 1970, p. 186)

Nesse tópico sobre o determinismo tecnológico devemos apontar para a falta de perspectiva crítica predominante nos estudos consultados sobre a participação nas empresas iugoslavas[233]. Apoiando-se em autores como Roberto Dagnino, David Noble, Andrew Feenberg e István Mészáros, Henrique Novaes mostrou a persistência de um "fetiche da tecnologia" mesmo entre autores marxistas. Numa perspectiva crítica, a tecnologia desenvolvida é resultado não de uma escolha ótima, estritamente técnica, mas sim de uma composição de fatores sociais, econômicos, políticos e técnicos. A subordinação dos trabalhadores, vistos antes como fonte de "erro humano", é um dos fatores políticos centrais na determinação das escolhas tecnológica. Além disso, frequentemente empresários adotam tecnologias de concorrentes sem o devido estudo sobre a relação custo-benefício. Para ilustrar a existência de possibilidades tecnológicas alternativas, Noble cita os trabalhadores noruegueses que conseguiram pressionar pela introdução de uma tecnologia que lhes favorecesse, incluindo o treinamento massivo para que todos pudessem operar os novos equipamentos (e não apenas um reduzido número de técnicos). Novaes destaca então que para a perspectiva socialista não se trata apenas de se apropriar da tecnologia capitalista herdada, mas sim de se desenvolver tecnologias apropriadas aos objetivos socialistas, que incluem não

[232] No original: "When we were buying those licenses, it was quite clear to us that we had to buy the best and most up-to-date; similarly, we must now clearly establish and take a decision to the effect that we wish to secure the most modern type of business organization and this we can do best, as it is obvious to all of us, by hiring the services of a consulting firm for management in the U.S.A. An enterprise like ours, particularly as we wish to develop it, must go one step further, that is, it must leave the business of organization to people who are sufficiently qualified to cope with it. We cannot allow matters of organization to be attended to, as they have been up to now, by all and sundry, most of them insufficiently qualified" (BROEKMEYER, 1970, p. 186).

[233] Valeska Guimarães mostra que as abordagens marxistas (abordagem do processo de trabalho) sobre a relação entre tecnologia e democracia situam-nas como arena de lutas, no qual o determinismo dá lugar às possibilidades definidas pela correlação de forças sociais (GUIMARÃES, 1995).

apenas a maximização da produtividade, mas também a realização do ser humano no trabalho, visto como um agente criativo e não simplesmente como "fonte de erro" (NOVAES, 2007).

Não integração e apatia

Inicialmente, o fenômeno da não-integração de uma parcela dos trabalhadores à participação na empresa, aos valores do socialismo e da sociedade industrial era claramente atribuído à característica camponesa ou semi-camponesa de trabalhadores recém saídos do campo. Muitos habitavam nos arredores da cidade onde se localizava a empresa na qual trabalhava, passando até seis horas diárias em deslocamento. Esse trabalhador, compreensivelmente, faltava frequentemente ao trabalho e não participava das reuniões do coletivo operário. Além disso, de acordo com Meister, os mais velhos, sendo ainda muito ligados à vida camponesa, tinham pouco interesse na sua formação (MEISTER, 1970, p. 94-96). Todavia, a fatiga, a lassitude e a não-participação tenderam a se ampliar para parcelas mais qualificadas da classe trabalhadora (MEISTER, 1970, p. 97).

É importante sublinhar que a suposição de que o progresso da autogestão acompanharia necessariamente o avanço da urbanização parece ter se mostrado ao menos parcialmente equivocada. Em um estudo realizado em 60 comunidades territoriais locais (58 rurais e duas urbanas) durante um período de mais de dez anos, Stojan Tomić mostrou que a participação no que se refere ao seu aspecto territorial, no âmbito da autogestão comunal, era maior *não* nas regiões mais urbanizadas – como esperava um senso comum bastante generalizado – e sim nas regiões mais periféricas e rurais[234] (TOMIĆ, 1973, p. 143-150). Assim, quanto mais afastada dos centros das grandes cidades, maior era o nível de participação cidadã no sistema de autogestão local (ver tabela nº 20) – comportamento que se mostrou regular ao longo de todo o período estudado (ver tabela nº 21).

[234] Encontramos um contraponto a essa conclusão em MARINKOVIĆ, 1973. Radivoje Marinković afirma que seus estudos revelaram que "o menor grau de democracia no processo de tomada de decisão foi registrado nas comunas de tipo rural onde a taxa de analfabetismo da população é maior" (MARINKOVIĆ, 1973, p. 192). O autor não fornece seus dados, que se encontram em outras publicações em sérvo-croata. Talvez seja possível alguma forma de conciliação entre a afirmação de Marinković e a pesquisa de Tomić, cruzando-se os fatores taxa de analfabetismo e localização geográfica. Infelizmente, sem os dados à mão, não temos condição de combinar os fatores.

Tabela nº 20

Centro de uma unidade urbana (comunidade local num centro)	Distância da comunidade local do centro (km)	**Percentual de cidadãos que compareceram a reuniões de eleitores nos anos**[235]		
		1963	1965	1967
1.	0	16,1	8,6	3,2
__	10	23,4	14,2	7,8
__	56	28,5	34,5	27,5
__	80	38,3	51,5	22,3

[235] Stojan Tomić sustenta ter encontrado correlação entre o aspecto formal da participação e o seu aspecto substantivo. Assim, quanto maior é o número de cidadãos presentes nas reuniões, maior é o número de cidadãos que efetivamente se envolvem nas discussões, bem como maior é o número de propostas, e especialmente o número de cidadãos que contribuem para a execução das decisões. Com isso, o autor afirma poder fazer conclusões mais gerais sobre a participação apenas tomando como base o número de cidadãos presentes nas reuniões de eleitores (TOMIĆ, 1973, p. 146).

Tabela nº 21

Percentual de Cidadãos Presentes em Todas as Reuniões de Eleitores em 60 Comunidades Locais			
Ano	Rural	Urbana	Mês em que ocorreram as reuniões de eleitores
1958	16,9	14,1	
1959	31,6	18,3	Janeiro-Fevereiro
	40,5	20,9	Dezembro
1960	26,8	13,2	Fevereiro
	22,5	9,7	Julho-Agosto
	18,7	8,1	Setembro-Outubro
1961	28,5	9,4	Fevereiro
	24,8	11,6	Março-Abril
	35,7	16,2	Julho
1962	15,3	7,6	
1963	19,9	9,1	
1964	17,57	10,3	
1965	19,65	13,18	

Como observa Tomić, nos meios urbanos as organizações funcionais assumem a proeminência com relação às organizações territoriais, o que, dentre outras hipóteses, ajuda a explicar o fenômeno da maior participação comunal em meios menos urbanizados. Dean Frease também encontrou um maior nível de politização entre a população rural, contrariando o padrão ocidental (especialmente os EUA) (FREASE, 1975, p. 42-44). A sua hipótese é que o ritmo de crescimento urbano iugoslavo foi tão rápido que as pessoas nas grandes cidades ainda estavam fracamente integradas na sua comunidade, diferentemente da população de áreas rurais. Além disso, Freaser atribui ao populismo rural, à tradição de autogoverno local, ao forte controle social informal e à rápida legitimização de Tito e de suas políticas marxistas (à exceção da coletivização rural) o ativismo político mais pronunciado da população rural (FREASE, 1975, p. 38).

Além da constatação de que o déficit participativo no espaço urbano foi evidentemente uma lacuna importante no projeto de generalização da autogestão para além do ambiente da fábrica, convém notarmos que o cidadão rural, ao demonstrar ser mais

participativo que o cidadão urbano ao menos no que se refere ao aspecto territorial da democracia autogestionária, estava longe de representar um "entrave" ao desenvolvimento da autogestão. Assim, podemos apontar para um importante equívoco presente nas explicações para o bloqueio do avanço da autogestão centradas no suposto atraso da população rural, cuja mentalidade tradicional seria avessa e incompatível com os princípios de organização autogestionária. Ora, uma considerável parcela desta população demonstrou disposição em envolver-se significativamente na vida política por meio de instituições de participação local.

Não obstante, embora houvesse iniciativas de estímulo à participação em domínios diversos da vida cotidiana, incluindo a organização da habitação, da vizinhança e da cultura, o que se verificou, conforme Meister, foi uma tendência crescente a não participação (MEISTER, 1970, p. 140-160). Um indicador importante dessa tendência é que a maior parte da juventude era desinteressada da política. Assim, por exemplo, o percentual de jovens membros na Liga dos Comunistas caiu de 40% em 1950 para 12,6% em 1965 (MUSIĆ, 2008, p. 38). Numa enquete com estudantes universitários de Zagreb no período de 1960-1964 revelou-se que a política era um assunto de conversação que ficava atrás de vários outros (esportes, garotas, filmes etc.) (MEISTER, 1970, p. 152).

Srđan Vrcan, baseando-se em pesquisas com jovens trabalhadores no litoral croata, sublinhou a importância da situação do segmento jovem da classe trabalhadora como um índice dos rumos do sistema de autogestão (se ele penderia mais para uma ativação revolucionária da classe trabalhadora ou se serviria sobretudo como instrumento ideológico de acomodação do *status quo*).

Nesse aspecto, é bastante reveladora a contradição entre a generalizada expectativa, comum a políticos e pesquisadores iugoslavos, de que trabalhadores mais urbanizados, mais qualificados e com mais escolarização deveriam representar uma base "objetiva" para o avanço da autogestão, e o fato de que os trabalhadores mais jovens (em geral mais escolarizados, qualificados e urbanizados que a média dos trabalhadores mais velhos) estavam menos interessados em participar ativamente nos órgãos da autogestão (VRCAN, 1973, p. 65-67).

Os trabalhadores jovens, contudo, valorizavam positivamente *a ideia* de autogestão dos trabalhadores, inclusive, ao que parece, acima da média dos trabalhadores em geral. Não obstante, de algum modo, essa valorização não correspondia à sua efetiva posição no sistema de autogestão. De acordo com Vrcan, por exemplo, no litoral croata os jovens da classe trabalhadora eram subrepresentados nos órgãos da autogestão: enquanto representavam de 1/3 a ¼ da classe trabalhadora, nos órgãos da autogestão eles compunham apenas em torno

de 12% (VRCAN, 1973, p. 67-69). Um jovem metalúrgico expressara seu descontentamento e suas aspirações nos seguintes termos:

> Os ideais do tempo de [meus pais] estão perto de mim, mas eu sou "o filho de hoje". Meu ideal é a fé em minha geração. Todo mundo aponta o dedo para alguém quando rouba carros, mas ninguém mostra as dezenas de milhares de jovens que trabalham em fábricas como eu, e estudam em seu tempo livre como eu. Eu realmente não tenho muito tempo para pensar sobre ideais, mas, durante os intervalos na fábrica, eu converso com os outros caras. Todos nós achamos que há poucos de nós nos órgãos de gestão. No circuito gerência-comitê-sindicato as mesmas pessoas estão constantemente entrando e saindo. Eu tive sorte: eu consegui um emprego. Mas meu ideal é que todo jovem que termine a escola consiga um emprego[236]. (ZUKIN, 1975, p. 136-137)

Goran Musić relata o típico conflito entre jovens e antigos operários nas fábricas[237]. Enquanto os mais velhos queixavam-se dos maus modos e da indisciplina dos mais jovens, esses reclamavam da posição desprivilegiada na qual frequentemente se encontravam, tendo difícil acesso aos melhores postos de trabalho no chão-de-fábrica em razão da solidariedade mútua entre os capatazes e os operários mais experientes (ambos da mesma geração). Quer dizer, os mais velhos procuravam proteger seus postos de trabalho e a remuneração superior a eles atrelada, a despeito da qualificação frequentemente superior de jovens operários (MUSIC, 2016a, p. 145-146).

Por outro lado, parece que a aspiração por melhores condições sócio-econômicas e a relativa falta de integração nos espaços formais da autogestão levou muitos dos jovens operários para caminhos de contestação. Com isso, eles teriam se mostrado mais participativos nas greves (VRCAN, 1973, p. 69-70).

A frustração poderia ser causada também pela inferiorização do jovem operário. Musić sublinha como os operários mais jovens sentiam mais fortemente o desprezo pelo trabalho industrial ao entrarem em contato com outros jovens nas grandes cidades, onde se expandia o setor de serviços e a classe média. Um jovem operário da IMR declarou a uma revista:

> quando você sai da fábrica, quando entra em um grupo um pouco mais educado de pares e lhes diz que você é um trabalhador, que você

[236] No original: "The ideals of [my parents'] time are near to me, but I am today's child. My ideal is faith in my generation. Everyone points a finger at the one-then who steal people's cars, but non one shows the tens of thousands of young people who work in factories like me, and study in their spare time like me. I don't really have that much time to think about ideals, but, during breaks at the factory, I talk with the other guys. We all think that there are few of us in the management organs. On the management-committee-union circuit the same people are constantly moving back and forth. I had good luck: I've got a job. But my ideal is that every young man who finishes school gets employment" (ZUKIN, 1975, p. 136-137).

[237] Mais à frente, no tópico sobre a solidariedade, abordaremos as divisões entre os trabalhadores.

> frequentou escola profissional, eles olham para você com pena, como se você fosse de alguma forma menos digno[238]. (MUSIC, 2016a, p. 149)

Evidentemente tal subvaloração do trabalhador fabril contrastava com a ideologia socialista oficial centrada na classe trabalhadora, o que contribuía para fragilizar a confiança no regime e conduzia seja à apatia política e ao cinismo[239], seja à revolta. No caso da revolta, ao menos uma parcela dos jovens operários inclinou-se para reivindicações classistas amparadas em princípios do socialismo e da autogestão, como nos casos de greves na década de 1980 que insistiam na busca por soluções à crise que dessem voz à classe trabalhadora iugoslava, integrando e harmonizando suas diferentes nacionalidades. Não obstante, de acordo com Musić, a fração da classe trabalhadora que mais tendeu a apoiar as reivindicações nacionalistas no final da década de 1980 foram os jovens operários (MUSIC, 2016a, p. 151).

O contraste geracional no que se refere ao ativismo político é bastante evidenciado na pesquisa de Sharon Zukin (1975). A autora mostra que a geração de meia-idade no início dos anos 1970, que lutou na sua juventude pela libertação e pela reconstrução da Iugoslávia, é distinta em vários aspectos na sua percepção política com relação à geração dos seus filhos, os jovens dos anos 1970[240]. Essas diferenças são bem sintetizadas no seio de uma das famílias estudadas por Zukin, os Djordjević.

Josip Djordjević, oficial do exército aposentado, de origem pobre mas que ascendeu à classe média por meio da carreira militar, recebia uma pensão de 2.500 dinares por mês e era ativo na política local, sendo capaz de falar horas sobre a autogestão. Para ele todos eram ou em breve viriam a ser autogestionários, assim que as condições materiais permitissem que a consciência atingisse o nível necessário[241]. Já sua filha de 21 anos, Vesna

---

[238] No original: "When you step out of the factory, when you enter a somewhat more educated group of peers and tell them you are a worker, that you attended vocational school, they look at you with pity, as if you are somehow less worthy" (MUSIC, 2016a, p. 149).

[239] Music ainda aponta que muitos jovens operários, repelidos por atitudes hostis de seus colegas de trabalho mais velhos, acabam por se afastar da identidade operária, procurando aproximar-se do estilo de vida dos jovens de classe média dos bairros mais centrais da cidade (MUSIC, 2016a, p. 149).

[240] Uma precaução deve ser tomada com relação a generalizações a partir do estudo de Zukin: a sua amostra de dez famílias é exclusivamente localizada em Belgrado, portanto trata-se de famílias vivendo na *Sérvia* e em condições *urbanas*. Além disso, o grau de ativismo político (em termos de filiação a organizações políticas e participação de reuniões políticas) na amostra é superior à média iugoslava. Dos 29 adultos das famílias estudadas, nove pertenciam a Liga dos Comunistas, portanto, 31% do total. Já entre a população iugoslava adulta apenas em torno de 10% pertencia à Liga (ZUKIN, 1975, p. 44-45).

[241] Nas entrevistas realizadas por Alvin Magid em 1983 e 1984 este padrão geracional é confirmado. O mais velho dos entrevistados, Petar Buravić, antigo partisan e técnico aposentado, demonstra um alto grau de engajamento político ao longo de sua vida, desde a adolescência. Talvez já refletindo a generalizada percepção negativa da situação iugoslava nos anos 1980, Buravić contrasta a disposição para o auto-sacrifício, o sentido histórico e moral, dos tempos da guerra e do início da construção do socialismo iugoslavo, com a era atual de narcisismo, onde a vaidade pessoal tem bem mais importância do que o bem coletivo. Inclusive, para ele, a crise por que passava a Iugoslávia seria sobretudo de natureza moral, em nível público e privado (MAGID, 1991, p. 77-109).

Djordjević, recebia 1.200 dinares como datilógrafa num escritório e admitia entediar-se completamente com política. Assim, "não participa de qualquer tipo de reunião de autogestão, seja na sua empresa ou na comuna onde seu pai é tão ativo" (ZUKIN, 1975, p. 42 e 95).

Numa espécie de posição intermediária entre o ativismo de Josip e a aversão à política de Vesna, encontrava-se a esposa de Josip e mãe de Vesna, Milica Djordjević, "dona de casa" de origem de família camponesa relativamente próspera. Além de participar da Cruz Vermelha, ela era membro da Liga dos Comunistas, mas já não participava de nenhum espaço político porque não se sentia habilitada para isso, considerando esse tipo de atividade apropriada apenas àqueles que estudaram e que por isso conheceriam a sociedade cientificamente, além de terem uma aptidão para sobreviver às reviravoltas da vida política, considerada um "inferno". Contudo, lamenta não ter podido aproveitar a educação política gratuita oferecida pelo Partido, com aulas sobre marxismo. Ela pensa que talvez pudesse ter sido uma líder política, se não tivesse que se ocupar das crianças, da cozinha, da casa (ZUKIN, 1975, p. 124-126). Aqui, pode-se evidentemente notar a desigualdade de gênero com relação à participação política, tópico que abordaremos logo à frente.

Por hora, vale nos determos sobre a apatia política entre os mais jovens. Vesna indicara que aquilo que ela sabia sobre autogestão fora aprendido em lições formais, como num curso sobre civismo no colégio, e não por meio da prática (ZUKIN, 1975, p. 95-96). Esse é um ponto importante que levanta a questão sobre a eficácia do aprendizado escolar no se que se refere ao engajamento político. Notemos, por exemplo, que em 1976, o currículo de História da 8ª série do ensino fundamental dedicava sete aulas ao estudo do tópico "A significação histórica do desenvolvimento de uma sociedade socialista autogestionária na Iugoslávia". De fato, o currículo de História era farto em ensino marxista, destacando sempre a luta de classes como "motor da história", além de dedicar inúmeras aulas ao socialismo, ao comunismo, aos movimentos dos trabalhadores, às revoluções etc. (SOLJAGA, 1998, p. 108-164 e 172-173). Nesse contexto, é surpreendente que, de acordo com Zukin, o conceito de autogestão fosse remoto para muitos jovens iugoslavos[242] (ZUKIN, 1975, p. 96).

[242] Vesna dera uma descrição do seu conhecimento sobre autogestão que parece apontar para uma compreensão parcial, que assemelha a autogestão a uma modalidade de sindicalismo: "Eu me perguntava e me preocupava muito com isso, o que é autogestão? É aquilo que torna um homem mais intenso, ele não é apenas um homem, uma pessoa passiva, ele participa na direção da fábrica. E os assalariados obtêm o seu direito de votar, o direito a férias, e lucro, e comércio, e tudo isso. Eu sei disso. É assim que o sistema é. Não é uma burguesia, mas sim socialismo" (ZUKIN, 1975, p. 95-96). No original: "I wondered and worried a lot over that, what is self-management? What is it that a man is made more intense, he's not just one man, a passive person, but he takes part in the direction of the factory. And the wage-earners get their right to vote, the right to a vacation, and profit, and trade, and all that. I know that. That's the way the system is. It's not a bourgeoisie but socialism" (ZUKIN, 1975, p. 95-96).

O fato é que o centro de gravidade do interesse da maioria dos jovens, como Vesna Djordjević, estava no seu consumo, lazer e sucesso pessoal – medido sobretudo em termos de aquisições materiais. "Assim, Vesna classifica suas prioridades em termos de necessidades pessoais, e não de necessidades sociais, e suas necessidades são aqueles bens de consumo que definirão o seu status social aos olhos de outros iugoslavos" (ZUKIN, 1975, p. 108). É de se destacar que os jovens da classe média ascendente da qual Vesna fazia parte tinham acesso quase diário a discotecas luxuosas, compravam roupas na Itália e cedo adquiriam seu primeiro carro. Todo esse universo de abundante consumo distanciava essa geração da geração dos *partisans*, marcada por sacrifícios pessoais e coletivos.

Um dos indícios de apatia política era a queda da motivação para o trabalho voluntário, que tivera um importante papel socializador do ativismo político. Num estudo de Rudi Supek em 1958 já se revelara que as brigadas de trabalho voluntário estavam se mostrando declinantes em "espírito público". Se durante a reconstrução do país no imediato pós-guerra as brigadas foram importantes simbólica e materialmente, com o passar do tempo elas figuraram exclusivamente como uma espécie de ritual de socialização dos jovens no "espírito comunista". O desgaste da prática foi crescente: por exemplo, num projeto de 1971, em Banja Luka, apenas metade da juventude prometida pelas organizações de jovens apareceu (ZUKIN, 1975, p. 129-133).

Vera Filipović, uma garota de dezoito anos, de uma família um pouco mais pobre que os Djordjević, dissera: "Minha geração não é como a juventude do pós-guerra. Nós discutimos problemas muito pouco. Nossa juventude é alienada, mas esta geração ajudou a desenvolver o país" (ZUKIN, 1975, p. 133). Conforme a pesquisa de Zukin, muitos jovens adultos do começo dos anos 1970 admitiam não desejarem sacrificar-se por nenhum ideal, inclusive alguns afirmaram não ter nenhum ideal. Um advogado de 23 anos disse:

> No que diz respeito aos seus ideais, estou pensando aqui sobre a geração de meu pai, talvez eles fossem tão românticos e honrados como nos dizem. O que aconteceu, entretanto, eu não sei, mas eu não diria que esses ideais ainda são mantidos. Na sua maior parte, eu não os possuo: eu estou desempregado, eu não tenho dinheiro, eu já nem tenho mais um pai[243]. (ZUKIN, 1975, p. 136)

Zukin supõe que a incerteza na projeção do futuro contribuía para a generalização de uma atitude cínica e de um senso de futilidade entre os jovens, mas ressalta que não foi somente entre os jovens que a apatia política se manifestou. Entre a geração dos partisans o

[243] No original: "As far as their ideals are concerned, I'm thinking here about my father's generation, maybe they were as romantic and honorable as they tell us. What's happened in the meantime I don't know, but I wouldn't say that these ideals are still held. For the most part I don't have them: I'm unemployed, I have no money, I don't even have a father any more". (ZUKIN, 1975, p. 136).

declínio do ativismo revolucionário era evidente e, além disso, ela se mostrava indulgente com a atitude individualista e politicamente apática dos filhos, já que não queria que seus filhos passassem pelas mesmas lutas e privações (ZUKIN, 1975, p. 138). De acordo com os próprios entrevistados, esse declínio se explicava em razão de terem envelhecido prematuramente pelas próprias lutas que travaram e pelo fato de que seus ideais socialistas não se realizaram, então "eles decidiram que a tensão física e emocional da participação política era um sacrifício muito grande". Um terceiro fator, adicionado por Zukin, é que decaíra a necessidade de mobilização em massa de quadros inexperientes e não qualificados, de tal modo que o desenvolvimento da profissionalização da economia e da política afastara os cidadãos comuns (ZUKIN, 1975, p. 122).

Então, para além das diferenças geracionais, o ambiente geral no qual viviam os iugoslavos com o avanço da industrialização e a ênfase crescente no consumo pessoal forjara um sentimento generalizado de individualismo, nos marcos do que popularmente se chamava de "luta pelo dinar", da qual emergia como um "efeito colateral" o roubo e a corrupção. Ainda que condenadas, essas práticas eram percebidas de forma cada vez mais banalizada (ZUKIN, 1975, p. 111-112). Assim, de acordo com Zukin, mesmo a geração de meia-idade acaba pensando como a nova geração, pois a própria ideologia oficial enfatizava o aspecto econômico, estimulando a "luta pelo dinar". Em suma, nas palavras de Zukin:

> No início, durante a época de ouro da reconstrução e talvez mesmo ao longo dos anos 1950, o socialismo e o industrialismo atuaram como incentivos e paliativos mútuos. Isto é, os líderes e as massas viam igualmente o socialismo como parte do industrialismo e, portanto, do progresso coletivo e pessoal. Da mesma forma, eles foram capazes de ver seus sacrifícios materiais e seu trabalho duro através do prisma da ideologia socialista, de modo que eles podiam sentir que estavam contribuindo para o bem maior da sua nação e da humanidade. Então, como a ideologia oficial mostrou, eles passaram a perceber o industrialismo como a meta imediata e o socialismo como a meta final. Em outras palavras, eles agora acreditam que uma vez que a base material de uma sociedade altamente industrializada for criada, os iugoslavos poderão desenvolver a consciência socialista[244]. (ZUKIN, 1975, p. 114)

Conquanto a apatia política fosse crescente, há que se mencionar o seu contraponto cultural mais recorrente na bibliografia recente: o fenômeno do rock,

[244] No original: "At first, during the golden age of reconstruction and perhaps even through the 1950s, socialism and industrialism acted as both mutual incenitves and mutual palliatives. That is, leaders and masses alike saw socialism as a part of industrialism and hence of collective and personal improvement. Similarly, they were able to view their material sacrifices and hard work through the prism of socialist ideology, so they were able to feel that they were making their contribution to the greater good of their nation and of mankind. Then, as the official ideology shows, they came to perceive industrialism as the immediate goal and socialism as the ultimate goal. In other words, they now believe that once the material base of a highly industrialized society is set up, Yugoslavs will be able to develop socialist consciousness" (ZUKIN, 1975, p. 114).

especialmente significativo como elemento de resistência à desintegração nacionalista (MIŠINA, 2008, 2010, 2013; KRASNIQI, 2011; SPASKOVSKA, 2011; FIGA, 1997). Dalibor Mišina mostra que a partir da metade dos anos 1970 a cultura do *rock'n'roll* emerge na cena pública iugoslava como um importante fenômeno envolvendo significativa parcela da juventude de classe média urbana (MIŠINA, 2008, p. 90). A música engajada na Iugoslávia foi composta por três movimentos musicais dentro do estilo do rock: o "New Wave", o "New Primitives" e o "New Partisans" (MIŠINA, 2010, p. 266).

Vale destacarmos o movimento "New Partisans", surgido em Sarajevo, por ter se caracterizado por um militantismo em prol do iugoslavismo, como uma resistência a dissolução nacionalista. A estratégia sociocultural era resgatar o passado revolucionário da luta dos *partisans* como fundamento da comunidade socialista iugoslava. No plano sócio-político os New Partisans defendiam um relaxamento da rigidez da ideologia política oficial e um alargamento do campo político do país de modo a acomodar as múltiplas vozes e perspectivas políticas, não necessariamente congruentes. O principal representante dessa tendência foi Goran Bregović, líder da banda *Bijelo Dugme*. O cantor entendia que a tendência oficial a declarar toda forma de desacordo, crítica ou desencantamento como nacionalismo "produzia" irracionalmente pessoas nacionalistas. Assim, muitas pessoas que de outro modo não pensariam em termos nacionalistas, mas que estavam insatisfeitos com alguns aspectos da sociedade, podiam acabar se identificando com ideias propagadas por "verdadeiros nacionalistas" (MIŠINA, 2010, p. 268).

Embora declaradamente simpático à Liga dos Comunistas e portanto muito crítico à "nova burguesia" interessada em instaurar o capitalismo na Iugoslávia, para Bregović era preciso abrir o espaço político para a oposição anticomunista, considerada como algo normal considerando-se que os comunistas não realizaram as expectativas de todos. O erro fundamental estava em identificar toda crítica anticomunista com nacionalismo. Era preciso um avanço civilizacional para o pluralismo político (MIŠINA, 2010, p. 268-269).

No plano sócio-cultural o movimento via o reforço dos valores do "iugoslavismo revolucionário" (o espírito cultural da luta de libertação nacional dos partisans) como essencial no combate às tendências nacionalistas e xenófobas. O principal proponente desta noção de reanimação do espírito iugoslavo multicultural inclusivo foi Saša Lošić e sua banda *Plavi orkestar* (MIŠINA, 2010, p. 267). Apelando para a lembrança da tradição anti-fascista, a banda procurava misturar a tradição revolucionária, o rock e elementos tradicionais, folclóricos, buscando tanto autenticidade quanto uma base emocional popular. Numa situação em que tudo estava em crise, onde o povo lutava para sobreviver, o grupo apostara na

idealização da tradição (romantismo) como uma estratégia consciente para resistir ao desencantamento do presente e ao reencantamento nacionalista (MIŠINA, 2010, p. 275-276).

No plano moral o novo partisanismo via na vacuidade do "campo normativo" geral a principal fonte da crise política e sociocultural iugoslava. Frente à atitude prevalecente de um niilismo moral que incentivou o autocentramento e o estranhamento dos povos iugoslavos entre si, o movimento propunha um reencantamento das interações e práticas políticas e socioculturais advogando um retorno aos valores humanistas-socialistas da moralidade partisan. Dino Dervišhalilović, da banda *Merlin*, foi o mais proeminente defensor dessa ideia. A crítica procurava partir do ponto de vista de uma pessoa comum da classe trabalhadora, apontando como o principal problema da sociedade iugoslava a superficialidade e insinceridade da forma corrente da cultura, manifesta numa atitude niilista e na supremacia da superficialidade materialista (MIŠINA, 2010, p. 280-281). Em uma entrevista de 1986, Dervišhalilović constatava:

> Você conversa com os jovens? Tudo o que está em suas cabeças é dinheiro, carros e popularidade, sendo que a maioria deles não tem nada disto ou nem mesmo será capaz de ter algum dia – daí o tédio, a tristeza, o alcoolismo, a depressão; daí a atitude "eu não me importo". Faz muito tempo que eu ouvi alguém sendo elogiado com as palavras "Esta é realmente uma pessoa boa". Em vez disso, os louvores hoje são: "Esse tem realmente muito dinheiro"[245]. (MIŠINA, 2010, p. 281)

Era preciso então um retorno aos verdadeiros valores de genuína substância e comprometimento moral com objetivos trans-materiais. Esses objetivos estariam encapsulados na ética revoucionária do movimento partisan, cuja essência seria centrada na "pureza de ideia", "honestidade de pensamento" e "inabalável comprometimento com uma causa" (MIŠINA, 2010, p. 281).

Também devemos destacar o punck rock, que se desenvolvera especialmente na Eslovênia, caracterizada pela maior liberdade de expressão e consequente desenvolvimento de uma cultura *underground* e de novos movimentos sociais. O punk rock foi tolerado e defendido por intelectuais e artistas ligados à Liga da Juventude Socialista da Eslovênia (organização oficial da Liga dos Comunistas), frente a acusações de fascismo. O pensamento anarquista era bastante evidente em suas expressões, que falavam do carreirismo e oportunismo dos jovens políticos, do trabalho monótono e desumanizante, da indiferença com o sofrimento humano e da alienação de todas as autoridades. Tendo aparecido em 1977, já em

[245] No original: "Do you talk to Young people? All that's in their heads is money, cars and popularity, with most of them not having any or even being able to have it ever – therefore boredom, sadness, alcoholism, depression; thus the "I don't care" attitude. It's been a long time since I heard someone being praised by the words: "That's a really good person". Rather, the praises today are: "That one has really a lot of money" (MIŠINA, 2010, p. 281).

1985 a cultura punk havia sido aceita, integrada e "domesticada", com a sua música sendo tocada em programas de TV e rádio e suas roupas sendo comercializadas. Enfim, num plano mais geral, os novos movimentos sociais apontavam para um ativismo político que ampliava e diversificava a busca pelo bem-estar, insistindo em dimensões da qualidade de vida que não eram contempladas pelas tradicionais organizações políticas. São movimentos pela paz, pelo direito de minorias, defesa do meio ambiente, formas alternativas de psicoterapia etc. Estes movimentos também foram apoiados pela Liga da Juventude Socialista da Eslovênia, que foi especialmente importante para o movimento pacifista que lutou pela mudança na legislação relativa ao recrutamento militar[246] (FIGA, 1997, p. 161-182).

Esse ativismo político-cultural minoritário, *underground*, fomentou uma cultura de pluralismo democrático em uma parcela da juventude de classe média que poderia ter se desenvolvido dentro do princípio de autogestão social, nos marcos de um projeto socialista. Todavia, a desintegração da Iugoslávia colocou fim a essa possibilidade.

Finalmente, é preciso reconhecer a dificuldade de explicar a despolitização e falta de participação nos espaços de participação social numa sociedade que era permeada por diversos organismos que em tese deveriam promover a autogestão. O fato é que a tendência ao individualismo típica das sociedades de consumo de massas também se verificou na Iugoslávia. Meister esboçara uma explicação que vê no ativismo de poucos militantes ligados às orientações oficiais da Liga dos Comunistas um instrumento de conformação de toda a sociedade a participar para *reproduzir* o sistema que já está posto, o que causaria uma apatia generalizada. Qualquer iniciativa independente era logo apropriada e enquadrada dentro da rede de organismos da autogestão na qual os militantes ligados às orientações da Liga tinham o papel de animadores. Então, paradoxalmente, a compulsão por participação institucional estaria asfixiando a iniciativa de organização e manifestação política da sociedade (MEISTER, 1970, p. 150-156).

Meister ainda apontou o centramento do indivíduo na família, voltado para a busca do bem-estar familiar por meio do consumo, como um importante elemento concorrente ao tipo de solidariedade exigida pelo projeto socialista (MEISTER, 1970, p. 156-160). A família representaria ainda, conforme Meister, "o único refugio onde os indivíduos podem se

[246] Para todos que se recusassem ao serviço militar por questão de consciência visava-se a introdução da possibilidade de serviços alternativos em instituições humanitárias e sociais, como hospitais e hospícios. O apoio da Liga da Juventude Socialista da Eslovênia a esta reivindicação do movimento pacifista se traduziu num embate de crescentes proporções entre a república da Eslovênia e a federação iugoslava, representada na figura no exército, que teve desafiado o seu monopólio à decisão sobre questões de segurança da federação. A mídia eslovena acabou tendendo para a simpatia à causa pacifista, enquanto grandes jornais fora da Eslovênia, como *Nin* e *Danas*, ficaram ao lado do exército (FIGA, 1997, p. 170-173).

liberar da influência da coletividade, podem cessar de jogar os papeis de militantes que a coletividade se esforça por fazer-lhes jogar, podem voltar a ser eles mesmos, tal como eram no passado" (MEISTER, 1970, p. 158).

Vale notar que, apesar da redução da jornada de trabalho semanal de 48 para 42 horas, estabelecida pela Constituição de 1963[247], ainda assim o tempo restante fora do trabalho era insuficiente para estimular a participação política e cultural da população trabalhadora (BIĆANIĆ, 1973, p. 111). Como pontua Meister, as reuniões eram frequentemente impopulares, pois os horários de trabalho eram duros e para muitos os deslocamentos eram longos e fatigantes. Além disso, "as reuniões são por vezes entediantes, organizadas mais para respeitar uma periodicidade que para cativar o auditório" (MEISTER, 1970, p. 156).

Paradoxo eleitoral

Carter descreve o paradoxo eleitoral com o qual se deparava a Liga dos Comunistas. Ao longo dos anos 1960, a ala mais democrática da Liga procurou de um lado estimular a participação dos eleitores na nominação de candidatos, reduzindo pouco a pouco as exigências quantitativas para a nominação. Por outro lado, os dirigentes reformadores temiam os resultados eleitorais com a ampliação da participação popular que escapava aos controles da Liga. Quer dizer, desejava-se participação, mas dentro do controle político da Liga. Além das exigências ideológicas, havia uma preocupação com a composição social dos delegados eleitos para as assembleias: desejava-se a abertura para a participação de jovens, mulheres e operários. Paradoxalmente, no entanto, a escolha popular tendia a favorecer a eleição da elite gerencial, em detrimento dos seguimentos menos privilegiados. Assim, os dirigentes reformadores viam-se num dilema entre impor uma representação menos elitista ou liberar a escolha popular que favorecia uma composição mais elitista das assembleias. Além disso, como se verificou nas eleições de 1967, especialmente na Sérvia, a diminuição do controle da Liga sobre as eleições resultou no aparecimento e na vitória de candidatos em oposição à liberalização política que estava em curso (apoiadores de Ranković). Mais grave ainda, verificou-se o ressurgimento de conflitos nacionalistas, por exemplo entre montenegrinos e albaneses (CARTER, 1982, p. 132-156).

[247] Como vimos, a jornada de trabalho semanal ainda foi reduzida para 40 horas em 1965 (com uma hora extra permitida), depois para 38 horas (mais uma hora extra) em 1966-1969, e finalmente para 36 horas (mais uma hora extra) em 1970 (WOODWARD, 1995, p. 272).

Desigualdade de gênero e feminismo

A desigualdade de gênero esteve longe de ser adequadamente enfrentada. O que obviamente colocava um sério problema para a autogestão, que em tese deveria contar com a participação de *todos* os trabalhadores. O que se verificou foi que as mulheres eram sub-representadas nas organizações sociais e políticas. No início dos anos 1960, um terço das pessoas empregadas eram mulheres, mas apenas 9,5% eram eleitas nas assembleias comunais e 16% nos conselhos operários. Quanto maior é o grau de poder de uma posição na hierarquia, menor é a representação feminina (MEISTER, 1970, p. 158). Além disso, como mostra o estudo de Možina, em geral as mulheres apresentavam menor interesse que os homens por uma participação ativa na tomada de decisões, o que poderia ser explicado pelo nível de instrução inferior da mão de obra feminina e pela sobrecarga de trabalho doméstico e familiar suportado pelas mulheres (MOŽINA, 1972, p. 127-128).

Deve ser notada ainda a significativa variação regional da presença feminina entre os trabalhadores empregados no setor socializado, como pode se verificar na Tabela nº 22[248] abaixo:

Tabela nº 22

Porcentagem de empregados por sexo em 1970				
	Croácia	Macedônia	Eslovênia	Sérvia
Homens	65%	75%	59%	71%
Mulheres	35%	25%	41%	29%
Total de empregados	2.243.234	796.306	873.531	4.253.546

Embora no imediato pós-guerra as mulheres tenham chegado a compor 47% do total de empregados, a queda foi vertiginosa e já em 1954 o percentual caiu para 25%. Daí em diante a recuperação se deu lentamente, figurando com cerca de 35% ao longo dos anos 1970 (LÓRÁND, 2007, p. 16). Numa visão comparativa, pode-se perceber que a Iugoslávia ficava aquém de outros países do Leste Europeu, como a Alemanha oriental, a Tchecoslováquia, a Polônia e a Hungria (ver tabela nº 23[249]):

[248] Tabela extraída de BARBIČ, 1973, p. 31. Barbič não esclarece se os dados se referem ao total de trabalhadores ou ao setor socializado da economia. Contudo, presumimos que se trata do setor socializado da economia em razão da usual carência de dados sobre o minoritário setor privado.
[249] Tabela extraída de HAAN, 2012, p. 89.

Tabela nº 23

Mulheres trabalhadoras como um percentual da força de trabalho em oito países socialistas-estatais e na média dos países da OCDE.									
Ano	Albânia	Bulgária	Tchecoslováquia	Alemanha oriental	Hungria	Polônia	Romênia	Iugoslávia	OCDE
1950		27,4 (a)	38,4	38,4		33 (b)		23,2	31,4
1960	25,1	33,5	42,8	44,3	32,5	32,8	27,1	27	33,6
1970	38,7	41	46,7	47,7	40,6	40	30,1	31	35,2 (c)
1980		47,1	45,4	51,0	45,7 (d)	44,5		35,5	38,7
1988		49,5 (e)	46	50,3	46,0 (e)	46,8		38,3 (e)	41,6 (f)
Notas: OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (nascida após a Segunda Guerra Mundial como a Organização para a Cooperação Econômica Européia para coordenar o Plano Marshall). 1951; (b) 1955; (c) 1971; (d) 1985; (e) 1986; (f) 1989									

Para Ana Barbič, além do fato de constituírem uma minoria nas empresas, a menor participação das mulheres nos órgãos da autogestão pode ser explicada pela visão ainda sustentada nas áreas menos desenvolvidas de

> que a tomada de decisão é negócio de homens, enquanto nas áreas avançadas as mulheres empregadas com toda probabilidade recusam-se a participar em órgãos da autogestão por sentirem que elas só poderiam engajar-se em tais atividades ao custo da vida familiar[250]. (BARBIČ, 1973, p. 31)

Quanto às diferenças regionais no nível de participação das mulheres nas diversas esferas políticas (eleições comunais, conselhos operários, Liga dos Comunistas etc.) poucas diferenças significativas são notadas, com níveis semelhantes entre Eslovênia, Croácia e Sérvia e níveis mais baixos no caso da Macedônia (Bósnia-Herzegovina e Montenegro não figuram no estudo de Barbič).

Destaca-se o nível baixo de participação das mulheres na Liga dos Comunistas: em 1985, as mulheres representavam apenas 27% dos membros do partido e apenas 14,1%

[250] No original: "Primarily in less advanced areas the view is still held that decision-making is men's business, whereas in the advanced areas the employed women in all probability refuse to participate in self-management bodies because they feel that they could engage in such activities only at the cost of the family life" (BARBIČ, 1973, p. 31).

dos membros do Comitê Central da Liga dos Comunistas (HASSENSTAB e RAMET, 2015, p. 359).

No campo da educação, embora tenha se reduzido muito a taxa de analfabetismo tanto entre os homens quanto entre as mulheres, a desigualdade persistiu até a desintegração da Iugoslávia. Assim, em 1931, 54,4% das mulheres acima de 10 anos de idade eram analfabetas, enquanto na população masculina a taxa era de 32,3%. Em 1961 a taxa de analfabetismo reduziu-se para 28,8% da população feminina e em 1981 para 14,7%, enquanto entre a população masculina a taxa reduziu-se para apenas 4,1% em 1981 (LÓRÁND, 2007, p. 17).

Goran Musić, referindo-se à representação feminina nos jornais de fábrica no dia internacional da mulher (8 de março), destaca como o seu papel como mães e a responsabilidade pelo trabalho doméstico recebia igual ou mais atenção do que suas qualidades enquanto trabalhadoras fabris e como ativistas na política. Além disso, apesar do reconhecimento do fardo da dupla ou tripla jornada de trabalho, "o trabalho doméstico era apresentado normalmente como um tipo de sacrifício consciente que as mulheres proletárias suportam pelo bem comum, ao invés de uma desigualdade estrutural" (MUSIĆ, 2016a, p. 140).

Por outro lado, é interessante notar alguns fatores influentes na dinâmica das transformações sociais de gênero. No estudo de Burić e Zečević sobre autoridade na família, casamento e rede social, foram encontrados os seguintes resultados. Aqueles homens que assumiam funções de maior responsabilidade, de gestão, que possuiam maior escolaridade e maior renda, estando inseridos no meio urbano há mais tempo, tendiam a ter relações mais igualitárias com as esposas, especialmente se as esposas trabalhavam e mais ainda se elas tinham um nível de educação semelhante. As pesquisadoras supõem que eles procuravam reproduzir na família os valores progressistas de igualdade e liberdade de gestão, contidos na ideologia socialista oficial a qual deviam sustentar nas organizações em que trabalhavam. Já os trabalhadores que não possuiam funções de comando, de gestão, que eram menos escolarizados e menos remunerados, tendiam a ter relações mais autoritárias, reproduzindo os valores tradicionais (BURIĆ e ZEČEVIĆ, 1967, p. 325-336).

Meister, por sua vez, vê na não aderência dos operários aos valores da autogestão no seio da família uma forma de se liberar da influência da coletividade (representada pelos órgãos oficiais da autogestão) que lhes impelia a fazer o papel de militantes. Quer dizer, é na família que os operários podiam ser "eles mesmos, tal como eram no passado". Assim, teoricamente igualitários nas associações e organizações da autogestão, os operários

permaneciam dominadores nas suas famílias, reproduzindo as relações tradicionais de gênero. A artificialidade das mudanças comportamentais revelaria assim, no que diz respeito ao operário, o formalismo da autogestão que, na prática, não contou com a participação ativa da maioria dos trabalhadores (MEISTER, 1970, p 158).

A reação feminista à desigualdade de gênero se deu inicialmente dentro da AFŽ (*Antifasisticki front žena*) – Frente das Mulheres Antifascistas, organização *partisan* que foi dissolvida em 1953. Ao que parece, a sua dissolução se deu em parte pela resistência patriarcal e em parte por uma decisão estratégica das mulheres que militavam na organização, apostando numa atuação dentro dos marcos da nova estrutura autogestionária e receosas de ficarem politicamente isoladas (TESIJA, 2014, p. 28-42; BONFIGLIOLI, 2014). Em seguida, o movimento de mulheres se deu nos marcos da Aliança Socialista do Povo Trabalhador, a organização incumbida de abrigar e organizar os movimentos que deveriam contribuir com a realização do socialismo.

O espaço oficial onde atuou o movimento feminista daí em diante foi a Conferência para a Atividade Social das Mulheres (CASM). Manuela Dobos estudou o caso da seção croata da CASM, cujo papel na defesa dos direitos das mulheres frente às pressões político-econômicas desencadeadas com a liberalização mercantil de 1965 resultou em significativas conquistas.

Com a reforma de 1965 e a subsequente pressão econômica são as mulheres que mais sofrem: são as primeiras a serem demitidas e as últimas a serem contratadas. Assim, embora constituíssem 1/3 da força de trabalho, eram 50% do total de desempregados entre 1965 e 1971; e entre 2/3 e ¾ dos primeiros buscadores de emprego. Como pontua Dobos, "nos seus esforços para evitar os custos da maternidade, os trabalhadores da autogestão – esmagadoramente masculina – eram discriminatórios contra as mulheres" (DOBOS, 1983, p. 52). Constatou-se também que as mulheres eram relegadas a trabalhos menos remunerados, além de receberem menos que os homens em funções iguais. A explicação para tal fenômeno dada pelos trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, estava no absenteísmo superior das mulheres e na sua indisposição para assumir maiores responsabilidades no trabalho. Homens e mulheres "sentiam que a mulher estaria melhor em casa cuidando das crianças". De fato, ao subtrair as ausências das trabalhadoras devidas à necessidade de cuidar de membros da família, o absenteísmo das mulheres era igual ou menor que o dos homens. Assim, o chamado "duplo fardo" das mulheres induzia as trabalhadoras e as empresas a contornarem as leis de proteção à mulher:

> As mulheres grávidas frequentemente pegavam empregos mais fáceis e portanto menos remunerados antes do parto, e eram assim compelidas a continuar neles após o parto, ao invés de retomarem seus empregos originais; elas pegavam turnos noturnos ilegais a fim de cuidar dos filhos durante o dia; elas não eram ajudadas por trabalho em tempo parcial após a licença maternidade porque o deslocamento para o trabalho adicionava duas a três horas ao tempo longe de seus bebês e as forçava a reduzir a amamentação[251]. (DOBOS, 1983, p. 51)

As feministas da CASM encontravam como barreira para a transformação da situação das mulheres uma espécie de "círculo fechado": enquanto a questão do papel da família e da reprodução biológica na sociedade autogerida não era resolvida, as mulheres eram sobrecarregadas e em razão disso permaneciam extremamente sub-representadas nos órgãos da autogestão nas empresas e menos ainda nos órgãos políticos, o que por sua vez dificultava bastante a mudança da situação (DOBOS, 1983, p. 51).

No debate sobre as políticas de bem-estar social, a CSAW opôs-se às posições *laissez-faire* dos líderes croatas que advogavam contra o "paternalismo estatal" do "período estalinista" (não é o Estado que tem de garantir o bem-estar social, mas as organizações econômicas de acordo com suas capacidades). Para o CSAW certas necessidades sociais não podiam esperar que as organizações econômicas se tornassem eficientes, inclusive porque uma falha em atender as necessidades também afetaria gravemente a economia em longo prazo. É nesse sentido que emerge a campanha da CSAW por um fundo "indireto" para benefícios da maternidade e cuidados da criança. Atuando como um grupo de pressão na Liga dos Comunistas, em preparação ao seu nono congresso em 1969, a CSAW conseguiu que a sua resolução sobre a questão fizesse parte do Programa do Partido, embora ela tenha sido operacionalizada apenas com os esforços da CSAW da Croácia. Deputadas da Assembleia da Croácia que faziam parte da CSAW instauraram um inquérito que descobriu que as empresas não estavam colaborando com o fundo, assim foi criada uma comissão permanente para vigiar as comunas na sua aplicação. Nesse mesmo sentido, organizaram a população em nível local para a criação de um novo órgão comunal voltado para a infância, garantindo o necessário financiamento para a abertura de novas creches (DOBOS, 1983, p. 51-52).

Em 1971, no contexto da aliança dos liberais com os nacionalistas na Croácia, uma ameaça conservadora favorável à "volta das mulheres ao lar" ameaçou os direitos das

[251] No original: "Pregnant women often took easier, hence lower-paid jobs before delivery, and were therefore compelled to continue these, instead of their original jobs, after delivery; they took illegal night shifts in order to take care of children during the day; they were not helped by part-time work after maternity leave because commuting added two and three hours to the time away from their babies and forced them to curtail breastfeeding" (DOBOS, 1983, p. 51).

mulheres, defendendo-se, por exemplo, subsídios para que as mães ficassem em casa, cuidando dos filhos.

O direito ao aborto, virtualmente ilimitado desde uma lei de 1960, estava ameaçado por autoridades políticas e médicas que argumentavam que a sua alta taxa era prejudicial para a saúde das mulheres. Outro argumento era que o aborto era contrário a necessidade de crescimento da população na Croácia. Em resposta, membros da CSAW tornaram-se públicas defensoras da lei, reafirmando sua racionalidade: "até que métodos contraceptivos adequados e aconselhamento estivessem disponíveis para todas as mulheres, o acesso ao aborto não poderia ser limitado exceto por razões médicas" (DOBOS, 1983, p. 52).

Conforme Dobos, também se propagava na mídia com mais frequência a ideia de que "as mulheres casadas não deveriam trabalhar na medida em que homens croatas estavam desempregados ou forçados a procurar trabalho fora". Dizia-se ainda que as "mães trabalhadoras não eram produtivas, e seus filhos não tinham cuidados adequados" (DOBOS, 1983, p. 53).

Como obra de uma facção conservadora presente em importantes círculos da Liga dos Comunistas na Croácia, em 1971 uma provisão sobre o trabalho em tempo parcial com pagamento parcial para as mães e outra para a taxação de famílias com dois assalariados para financiar instituições de cuidado das crianças apareceram no esboço para o Plano Social da República da Croácia. A CSAW reagiu rapidamente a essas provisões que desincentivariam as esposas e mães a trabalharem. Assm, a organização das mulheres buscou na Liga dos Sindicatos da Croácia um aliado e assim realizou conjuntamente uma conferência em Junho de 1971 sobre "A mulher trabalhadora e a maternidade", produzindo uma resolução que respondia aos planos da liderança da Liga da Croácia e um detalhado plano para a Constituição de 1974 como um modo de sair do "círculo fechado". Na proposta da CSAW e da Liga dos Sindicatos insistia-se no direito igual ao trabalho, o que incluía o direito a iguais condições sociais para trabalhar. Com isso, os custos da maternidade deveriam ser socializados por meio de "contratos sociais de solidariedade", na base do princípio de que tratava-se também de um investimento na geração futura. O resultado foi uma vitória quase completa da CSAW, já que a sua resolução foi praticamente toda adotada no Plano Social da Croácia em 1972, e muitos dos seus princípios integraram a Constituição de 1974 (DOBOS, 1983, p. 53-54).

Ainda assim, havia tensões internas na organização das mulheres, especialmente devido ao emergente dilema entre uma guinada para uma "via independente" da CSAW e a continuação da posição integrada (subordinada?) à Aliança Socialista. Parece que entre as

veteranas a tendência era defender a permanência na Aliança Socialista, sob pena de "isolarem-se". Já as mais jovens estavam inquietas, querendo mudar a estrutura da entidade.

Contudo, sob o contexto da queda dos dirigentes croatas, a CSAW aliou-se a Tito já que condenava estas lideranças pela política sexista. Pode-se supor que o chamado à unidade de Tito tenha inibido a CSAW de perseguir uma vida independente. Desde que a facção vencedora na Liga dos Comunistas na Croácia apoiou o programa da CSAW, elas podem ter visto tais esforços independentes como inapropriados, se não arriscados (DOBOS, 1983, p. 54).

Já Adriana Zaharijević sustenta que no regime de cidadania socialista as feministas iugoslavas eram "dissidentes benevolentes", na medida em que defendiam o socialismo de autogestão como um modelo fundado sobre o princípio de relações não autoritárias, conquanto recusassem a subordinação da questão da emancipação da mulher à questão de classe do proletariado. Embora não houvesse unanimidade sobre o escopo e a forma dessa emancipação, o movimento das mulheres era considerado como uma importante e necessária "contribuição para a luta pela transformação socialista da sociedade como um todo". Ao que parece, nos anos 1970 o foco do movimento feminista foi a esfera privada, da vida familiar, que impactava fortemente nas relações da sociedade de autogestão em geral. De acordo com Zaharijević, o patriarcado não era buscado no Estado nem na estrutura socialista, já que o sistema socialista prometia trabalhar para a completa emancipação dos seres humanos. Assim, como o Estado "habilitava a institucionalização da igualdade, as feministas não questionavam expressamente o aparato do Estado". O caráter dissidente das feministas da "segunda onda" estaria na sua ênfase na não redutibilidade da emancipação da mulher à emancipação proletária, com o que rompiam cautelosamente com o *habitus* do regime de cidadania socialista, inventando assim novos espaços de ação cívica (ZAHARIJEVIĆ, 2015, p. 95-96).

Eficiência econômica

O conteúdo da propriedade social

Uma das questões em jogo na autogestão é a definição dos direitos de propriedade. Em tese, a autogestão era assegurada pela propriedade social dos meios de produção, sobre a qual os produtores diretos tinham o direito de gerir e de se apropriar de uma parcela do produto realizado. A comunidade mais ampla, isto é, o conjunto dos trabalhadores

não particularizados e circunscritos a uma determinada unidade produtiva, deveria ter, conforme a lei iugoslava, o direito de controlar esta gestão e de se apropriar também de uma parcela do produto realizado. Contudo, para que esta fórmula fosse efetiva na prática, deveria implicar numa extensão dos poderes democráticos da "comunidade". Apesar da existência dos comitês populares (compostos pelo conselho comunal e pelo conselho dos produtores) organizados nas comunas, a atomização da autogestão é que acabará por se impor, pois, conforme aponta Meister,

> as tendências à descentralização e ao liberalismo, como a reforma de 1965, vão no sentido de uma apropriação dos excedentes pelos conselhos de cada empresa e, como corolário, no sentido de uma limitação das intervenções da comunidade. No limite, a propriedade social se transforma em propriedade coletiva do tipo cooperativo. (MEISTER, 1970, p. 40)

Meister entende que o controle comunitário que, apesar de muitos limites, vigorou até a reforma de 1965, era interessante na teoria (sobretudo de um ponto de vista socialista), mas problemático na prática. Interessante, pois a comuna, como organismo territorial mais próximo do cidadão, seria a melhor instância para tomar decisões adequadas às circunstâncias locais. Porém, na ótica de Meister, os interesses locais nem sempre eram os mais adequados do ponto de vista da "racionalidade econômica global": a população estaria mais preocupada em criar empregos do que fábricas competitivas, mais interessada em assegurar trabalho do que aumentar a produtividade. A resposta governamental veio com a reforma de 1965, que confere aos bancos o poder econômico de decidir sobre os investimentos, porém sob o critério estreito de eficácia orientada para o lucro mercantil (MEISTER, 1970, p. 27-28).

Esse conflito entre participação e eficácia global, entre democracia e produtividade, pode ser visto como sendo devido a um déficit de democracia, pois sua atomização nas unidades produtivas não favoreceria o desenvolvimento de uma racionalidade global. Quer dizer, sem uma participação global, não se poderia esperar uma racionalidade econômica global. Além disso, como foi discutido no capítulo 2, há que se problematizar os critérios de racionalidade econômica.

Não obstante, como vimos no capítulo 1, os anos 1970 testemunharam uma inflexão para o desenvolvimento de um novo tecido autogestionário, potencialmente expansivo. Sob o forte impulso das críticas ao "socialismo de mercado" desenvolvera-se a ideia de uma extensiva organização de acordos autogestionários, incluindo as organizações de trabalho associado, as comunidades de interesse autogestionário e as organizações sócio-

políticas. Sem dúvida procurava-se responder aos problemas advindos da atomização dos interesses nos marcos do sistema anterior, fortemente ancorado na competição mercantil.

Muitos autores, sobretudo aqueles economistas de base neoclássica, criticaram a experiência iugoslava justamente em função da instituição da propriedade social, que seria responsável por uma série de problemas econômicos identificados sobretudo ao longo dos anos 1970 e com a crise dos anos 1980. Fundamentalmente, a propriedade social, por ser "de todos" seria na verdade a "propriedade de ninguém"[252]; sendo assim, nessa ótica, ninguém se responsabilizava suficientemente pelo uso do capital, de onde adviriam diversos efeitos perversos, como o desperdício de recursos.

Pejovich, por exemplo, rejeitara o modelo de firma autogerida pelos trabalhadores como uma instituição inviável. A estrutura dos direitos de propriedade de uma economia gerida pelos trabalhadores seria intrinsicamente ineficiente, pois portaria incentivos negativos responsáveis pela geração de inflação, desemprego, renda declinante e outros problemas que seriam empiricamente identificáveis no caso iugoslavo (PEJOVICH, 1990). A premissa fundamental desse tipo de teoria é o horizonte limitado do interesse do trabalhador na ausência de plenos direitos de propriedade. Como resume Milica Uvalić:

> Uma vez que os trabalhadores não têm direitos de propriedade sobre os ativos da empresa, eles não serão capazes de recuperar o principal do seu investimento no final do seu horizonte de tempo. Ao contrário do empreendedor capitalista cujo investimento é "perfeitamente" líquido, um trabalhador em uma firma gerida pelos trabalhadores não pode vender seu emprego e os fluxos de renda futuros associados a ele, a fim de capitalizar sua parte dos ganhos atuais e futuros da empresa, mas só pode beneficiar de um investimento durante o período de emprego na mesma firma. Isso levará a firma gerida pelos trabalhadores a adotar um horizonte de tempo truncado (um problema que, pelo menos em teoria, não surge na empresa capitalista), o que, por sua vez, causará o subinvestimento da firma gerida pelos trabalhadores, comparada à sua contraparte capitalista operando em condições semelhantes[253]. (UVALIĆ, 1992, p. 28)

Nos próximos itens sobre a avaliação da eficiência econômica do sistema de autogestão iugoslavo essa questão estará presente sob diversas formas.

---

[252] Aqui podemos fazer referência ao clássico artigo de Garrett Hardin, *The tragedy of the commons* (HARDIN, 1968) e ao exuberante debate contemporâneo sobre os (bens) "comuns", onde podemos destacar, por exemplo, as extensivas pesquisas de Elinor Ostrom sobre os requisitos da boa gestão dos bens socialmente assumidos como comuns.

[253] No original: "Since workers do not have full ownership rights over the firm's assets, they will not be able to recover the principal of their investment at the end of their time horizon. Unlike the capitalist entrepreneur whose investment is 'perfectly' liquid, a worker in an LMF cannot sell his job and the future income streams associated with it in order to capitalize his part of the firm's current and future earnings, but can only benefit from an investment over the period of employment in the same firm. This will lead the LMF to adopt a truncated time horizon – a problem which at least in theory does not arise in the capitalist firm – which in turn will cause underinvestment of the LMF, compared to its capitalist counterpart operating under similar conditions" (UVALIĆ, 1992, p. 28).

Aumento salarial excessivo?

Já em 1962 foi concedido aos conselhos operários o direito de usar o rendimento líquido mais livremente, do que resultou uma alocação maior para a renda dos trabalhadores sem um proporcional aumento de produtividade. Como os preços também começaram a aumentar rapidamente, os conselhos aumentaram as rendas pessoais dos trabalhadores a expensas dos fundos da empresa. Com isso o governo interveio para restabelecer proporções mais equilibradas. Os conselhos operários consideraram invasiva a ação governamental, então o Secretariado Federal do Trabalho, a Federação dos Sindicatos e a Câmara de Comércio (representando uma federação de gestores de todas as empresas socialistas) chegaram a um acordo sobre quais seriam os indicadores a ser aplicados como guia da distribuição do rendimento líquido por parte dos conselhos operários (BIĆANIĆ, 1973, p. 112-113).

Esse acordo tripartite foi a primeira instância em que a Federação dos Sindicatos abertamente atuou como um órgão independente dos interesses dos trabalhadores, lado a lado da autoridade estatal e dos representantes dos gestores das empresas socialistas (BIĆANIĆ, 1973, p. 113). A Federação dos Sindicatos pressionou para que um percentual maior da renda nacional fosse destinado ao consumo, considerando excessivo o sacrifício da geração presente em favor da geração futura por meio do investimento. Muitos economistas também concordavam com a necessidade de diminuir o investimento e aumentar o consumo, com o que se esperava estimular o aumento da produtividade, com o "trabalho duro no chão-de-fábrica" (PROUT, 1985, p. 33). Além disso, o aumento do controle operário sobre os rendimentos líquidos era visto como crucial para estimular a sua participação no sistema de autogestão[254]. Como observou Meister, devido à complexidade do sistema de remuneração, ao baixo grau de informação para o seu cálculo e ao *baixo valor* que sobrava como benefício disponível ao coletivo de trabalhadores (em geral, equivalente a cerca de um décimo terceiro salário, distribuído em quatro partes no ano), a participação nos benefícios devido à produtividade era percebida como um componente do salário (MEISTER, 1970, p. 63-68). Assim, o volume da renda sob controle dos trabalhadores tinha de ser aumentado se se quisesse efetivamente estimular um maior aumento de produtividade.

[254] Não obstante, de acordo com Veljko Rus, o progressivo aumento do direito confiado aos órgãos de autogestão de decidir sobre a utilização dos recursos da empresa (culminando em 1958 com o direito de decidir a repartição do rendimento líquido) não aumentou a influência do coletivo dos trabalhadores na gestão da empresa. Na verdade, os sistemas de estímulo econômico individual favoreceram apenas o esforço produtivo individual do trabalhador, diminuindo por outro lado a coesão social. Quer dizer, apesar do aumento da produtividade, a participação na gestão diminuiu (RUS, 1973, p. 237-238).

Os dirigentes iugoslavos tinham como preocupação central acelerar o processo de industrialização, o que, de um ponto de vista liberal, era teoricamente compatibilizado com a autogestão por meio de maior autonomia das empresas. Todavia, a autonomia da empresa com o poder dos conselhos operários em definir a remuneração dos trabalhadores levantava o temor de que a alocação de recursos para o consumo individual sobrepujasse a alocação para o investimento.

Com isso parecia se colocar um dilema para as autoridades comunistas: se há maior autonomia da empresa e do conselho operário na definição da remuneração dos trabalhadores, estimula-se a produtividade, mas se coloca uma pressão tendente a uma "excessiva" remuneração pessoal em detrimento do investimento. Mas por outro lado, se a autonomia diminui, restando uma parcela pequena da renda da empresa disponível ao conselho operário, então a parcela *relativa* alocada para o investimento será maior mas o estímulo à produtividade será menor, com o que possivelmente o investimento em termos *absolutos* fique aquém do desejado em razão de um nível de produção mais baixo.

Nesse contexto, Meister acabara adotando uma visão bastante pessimista. Para ele a autonomia das empresas autogeridas era um fator de instabilidade da economia nacional: na medida em que as empresas podem fixar livremente seus salários e suas repartições, existirá sempre uma ameaça de crescimento forte demais dos rendimentos com relação ao aumento da produtividade. Mesmo estando numa situação de competição, a empresa autogerida não é como uma empresa privada, pois não existe a tensão entre a remuneração do capital e a remuneração do trabalho. Daí, inevitavelmente, uma tendência às amortizações fracas demais e, portanto, a uma insuficiente renovação dos meios de produção. De onde, também, a tendência a altos salários sem laços com a produtividade e, portanto, no nível nacional, a tendência constante à inflação (MEISTER, 1970, p. 66-67).

Todavia, os dados estatísticos sugerem uma realidade menos problemática. Como sublinha Woodward, as taxas de poupança eram comparativamente altas e o investimento geralmente estava em torno de 40% do produto material bruto (WOODWARD, p. 263). Christopher Prout também destaca que entre 1965 e 1970, o período de maior liberalização econômica, o declínio na propensão dos coletivos de trabalho a poupar seus recursos disponíveis foi de apenas 20% (PROUT, 1985, p. 97).

Como vimos no capítulo 2, enquanto teóricos que trabalhavam sobre o modelo de Ward para as firmas geridas por trabalhadores previam um comportamento econômico "perverso", as estatísticas iugoslavas e a prática mais complexa do sistema de autogestão não

corroboravam este modelo, embora alguns fenômenos levassem a crer no contrário, como o endividamento, o desemprego e a escalada da inflação dos anos 1980.

Assim, muitos economistas prescreviam soluções que implicavam no desmonte do sistema de autogestão. Por exemplo, Furubotn e Pejovich insistiram na mudança nos direitos de propriedade para estimular os trabalhadores a reinvestirem na empresa:

> Se aos trabalhadores fosse concedido um direito de propriedade transferível no patrimônio líquido das empresas, a decisão de reinvestir de volta seria uma simples questão de comparar as taxas de retorno sobre os ativos empresariais e depósitos a prazo, ambos ajustados pelo risco e liquidez[255]. (PROUT, 1985, p. 99)

Todavia, essa opção estava descartada no quadro do socialismo iugoslavo, fortemente comprometido com a indivisibilidade e não-transferibilidade do patrimônio líquido. Assim, a solução prática encontrada por empresas onde se verificou uma tendência a diminuir a poupança nos fundos de investimento foi de natureza contratual: distribuía-se a soma a ser reinvestida como renda pessoal aos trabalhadores e tomava-se-lhe de volta sob a forma de empréstimos a serem reembolsados em caso de partida do trabalhador ou sob a forma de um pagamento fixo após a aposentadoria (PROUT, 1985, p. 99).

Além disso, conquanto as taxas de juros reais fossem negativas, tornando muito atrativo o recurso ao crédito bancário, havia um importante mecanismo para estimular o autofinanciamento das empresas: os tomadadores de empréstimo tinham de financiar uma certa proporção de novos ativos a partir dos seus próprios fundos, assim, quanto maior fosse o investimento requerido maior era o nível de auto-financiamento exigido (PROUT, 1985, p. 100).

Deve-se dizer ainda que um dos objetivos das reformas dos anos 1970 foi o controle do aumento salarial e dos preços visando conter a inflação e procurando também combater as tendências ao aumento das desigualdades salariais vistas no período anterior por meio de uma complexa estrutura de acordos autogestionários envolvendo controles mútuos (PROUT, 1985, p. 100-102 e 203-207).

Mesmo antes dos anos 1970 havia uma série de mecanismos de regulação dos preços, incluindo acordos entre fornecedores e compradores, câmeras de comércio e órgãos do governo federal, como o Escritório Federal para os Preços. Assim, diversos fatores (por vezes conflitivos) entravam em consideração no estabelecimento de preços para produtos considerados estratégicos, como carvão, petróleo e aço. O Conselho Executivo Federal fixava

[255] No original: "If workers were granted a transferable right of ownership in the net worth of firms the decision to plough back would be a simple matter of comparing the rates of return on busines assets and time deposits, both adjusted for risk and liquidity" (PROUT, 1985, p. 99).

os preços para a energia elétrica, frete rodoviário, açúcar, petróleo e sal. As comunas também fixavam preços para alimentos e serviços essenciais. As margens comerciais no atacado eram controladas pelas repúblicas e, no varejo, pelas comunas (PROUT, 1985, p. 164-168).

Já quanto aos salários Milojko Drulovic destaca os instrumentos/fatores de controle. Externamente, a concorrência pressionava pelo reinvestimento para não ficar para trás diante das outras empresas, tanto no mercado interno quanto externo. Além disso, a opinião pública, incluindo os sindicatos e a imprensa, eram fatores importantes de constrangimento ante a qualquer comportamento considerado irresponsável ou injusto com a comunidade. Internamente, os trabalhadores eram em regra convencidos pelos serviços técnicos da empresa, pelos sindicatos, pela Liga dos Comunistas e pelos próprios colegas de outras unidades que percebiam que a repartição não estava em conformidade com as perspectivas da empresa (DRULOVIC, 1973, p. 85-88).

Ao menos no que diz respeito à estabilidade da distribuição entre salários e poupança, parece seguro afirmar que o sistema iugoslavo foi bem sucedido, como podemos verificar na tabela nº 24 abaixo[256]:

[256] Tabela extraída de PROUT, 1985, p. 219.

Tabela nº 24

As poupanças das firmas expressas como um percentual de seus recursos distributíveis																	
	1963	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1 Valor bruto adicionado	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
2 Depreciação	9.8	8.8	8.8	10.8	10.9	11.1	10.8	10.5	11.8	12.2	12.2	10.8	11.9	10.7	10.5	10.2	10.5
3 Passivos legais e contratuais	51.2	39.9	35.8	37.6	37.9	41.0	39.3	35.8	36.6	36.9	38.7	39.1	40.1	40.8	41.6	41.8	40.0
4 Rendimentos pessoais líquidos	28.2	31.9	34.7	35.6	35.8	37.4	38.2	37.7	37.3	36.4	33.6	34.5	36.1	36.2	34.5	33.6	31.5
5 Alocações aos fundos	10.8	19.4	20.7	16.0	15.4	10.5	11.7	16.0	14.3	14.5	15.5	15.6	11.9	12.3	13.4	14.4	18.0
Recursos distributíveis (2+4+5)	48.8	60.1	64.2	62.4	62.1	59.0	60.7	64.2	63.4	63.1	61.2	60.9	59.9	59.2	58.4	58.2	60.0
Poupanças (2+5)	20.6	28.2	29.5	26.8	26.3	21.6	22.5	26.5	26.1	26.7	27.6	26.4	23.8	23.0	23.9	24.6	28.5
Poupanças/Recursos distributíveis	42.2	46.9	46.0	42.9	42.4	36.6	37.1	41.3	41.2	42.3	45.0	43.3	39.7	38.8	40.9	42.3	47.5

Fonte: Statistički Godišnjak: Osnovni podaci o privrednim organizacijama društvenog sektora (Dados básicos sobre as organizações econômicas do setor social), 1965, Tabela 106.9; 1969, Tabela 106.8; 1970, Tabela 106.6; 1971, Tabela 106.5; 1972, Tabela 106.4; 1973, Tabela 106.6; 1974, Tabela 106.6; 1975, Tabela 107.5; 1976, Tabela 107.5; 1977, Tabela 107.6; 1978, Tabela 113.3; 1979, Tabela 113.1; 1980, Tabela 113.1; 1981, Tabela 113.4; 1982, Tabela 113.1.

Woodard argumenta que de ¼ à metade da composição da inflação era causada pelos custos de importação (WOODWARD, 1995, p. 228). Gapinski, Škegro e Zuehlke concluíram que a inflação era causada principalmente pela emissão de moeda e pelos preços dos produtos importados (GAPINSKI; ŠKEGRO and ZUEHLKE, 1989, p. 138). Além disso, pode-se argumentar que os aumentos salariais eram reativos à inflação e não a sua causa. Como disse Kruno Meneghello-Dincic:

> Enquanto o governo utilizar de maneira excessiva de medidas inflacionárias para reanimar a economia, os trabalhadores serão constrangidos a se servir dos mesmos meios, ao menos em parte, para resistir à torrente inflacionária e manter tanto quanto possível o poder de compra de seus baixos rendimentos individuais[257]. (MENEGHELLO-DINCIC, 1972, p. 167)

Samary, por sua vez, insistira que nem a tese monetarista da inflação provocada por excessiva oferta de moeda em relação à quantidade de mercadorias disponíveis, nem a tese da inflação "pelos custos" (quer dizer, pelo excessivo aumento salarial) foi comprovada por testes econométricos. A causalidade restara indeterminada (seria a alta dos salários que provocou a alta dos preços ou o inverso?) (SAMARY, 1988, p. 187-190). Assim, parece que a imputação de pressão inflacionária à autogestão dos trabalhadores encontra-se sem base factual.

Sobre-investimento e subinvestimento

Conquanto nos pareça bastante razoável afirmar que a poupança não tenha sido sobrepujada pela remuneração pessoal, muitos economistas apontaram para outro problema relacionado a um comportamento econômico considerado excessivo: o sobre-investimento. Para Diane Flaherty, por exemplo, o investimento não era adequado, pois flutuava excessivamente de acordo com a percepção das firmas e OBTAs quanto aos seus ganhos mais imediatos. Assim, quando o investimento era financiado pelos bancos, as firmas tendiam ao sobre-investimento e acumulavam grandes e impagáveis dívidas. Quando ficava claro que a dívida era insustentável, as firmas simplesmente usavam a sua renda líquida para pagar os salários e deixavam à míngua o investimento e os fundos sociais (FLAHERTY, 2003, p. 11).

Para Samary, embora as taxas de juro reais negativas de fato não incitassem à economia dos meios de produção, juros elevados não garantiriam tal economia, como se

[257] No original: « (...) aussi longtemps que le gouvernement utilisera de manière excessive des moyens inflationnistes pour ranimer l'économie, les travailleurs seront contraints de se servir des mêmes moyens, du moins en partie, pour résister au torrent inflationniste et maintenir tant bien que mal le pouvoir d'achat de leurs faibles revenus individuels » (MENEGHELLO-DINCIC, 1972, p. 167).

evidenciou com a crise dos anos 1980 onde a elevação dos juros não bloqueou o avanço da inflação (SAMARY, 1988, p. 178).

Prašnikar e Švejnar, por sua vez, criticaram a falta de um mercado de capital e especialmente o sistema bancário no qual as grandes empresas é que tinham um poder de influência desproporcional sobre os empréstimos bancários, obtendo fácil acesso ao crédito a taxas de juros reais negativos. Enquanto as empresas maiores tinham acesso aos fundos de investimento praticamente garantidos, do que resultava desperdício nas grandes firmas, nas firmas pequenas se verificava uma sub-capitalização (PRAŠNIKAR e ŠVEJNAR, 1991, p. 36-37). De um modo geral, vários economistas criticaram a tendência à crescente intensidade de capital (WOODWARD, 1995, p. 214). Prašnikar e Švejnar argumentam que o problema principal da economia iugoslava parecia residir na propriedade social e não na gerência dos trabalhadores. Quer dizer, com a dificuldade em se identificar um proprietário, as decisões tomadas por múltiplos agentes eram frequentemente carentes de adequada avaliação e responsividade (PRAŠNIKAR e ŠVEJNAR, 1991, p. 39-40).

Rigidez de emprego e desestímulo à tecnologia poupadora de trabalho

Outro problema da economia iugoslava frequentemente apontado por economistas de base neo-clássica como evidência do comportamento perverso das firmas geridas por trabalhadores foi o desemprego.

Mas, para Susan Woodward:

> O desemprego sob o socialismo iugoslavo não foi um resultado de pressão salarial, segurança no emprego garantida ou poupanças insuficientes ([como vimos,] a taxa de poupança era comparativamente alta e o investimento geralmente estava em torno de 40% do produto material bruto). A sua explanação reside na desconexão entre o programa para o pleno emprego e os dois conjuntos de condições dentro dos quais ele estava operando – o seu ambiente internacional de um lado (...) e a oferta doméstica de trabalho de outro[258]. (WOODWARD, 1995, p. 263)

Samary, por sua vez, é categórica na recusa às soluções liberais neo-clássicas que apontam o "excessivo" "custo do trabalho" como a causa do desemprego. No entanto, reconhece que o sistema iugoslavo, fundado sobre critérios de gestão microeconômica, dissuadia a contratação de trabalhadores. A economista destaca que o financiamento

[258] No original: "Unemployment under Yugoslav socialismo was not a resulto f wage pressure, guaranteed job security, or insuficiente savings (the savings rate was comparatively high and investment generally ran around 40 percent of gross material product). Its explanation lies with the disconnection between the program for full employment and the two sets of conditions within which it was operating – its international environment on the one hand (…) and the domestic labor supply on the other" (WOODWARD, 1995, p. 263).

descentralizado do consumo coletivo pesava "como uma carga associada ao emprego de cada empresa" (SAMARY, 1988, p. 178).

Uma excessiva rigidez do mercado de emprego era problemática mesmo do ponto de vista dos interesses dos próprios trabalhadores enquanto classe social. Por um lado, como dissera Bakaric,

> Nenhum Conselho Operário consentiria a demitir os trabalhadores em excesso. Dito de outro modo, uma técnica moderna só pode ser introduzida ou colocada em prática ao preço de novos e importantes investimentos que ultrapassam em muito os fundos alocados à empresa concernida[259]. (SAMARY, 1988, p. 204)

De nossa parte, nos parece que Samary vai ao cerne da problemática da autogestão e do pleno-emprego. O ponto fundamental é que *no contexto* de desarticulação/fragmentação das empresas em seu conjunto o direito dos coletivos de trabalho de decidir quanto à contratação e demissão de trabalhadores da autogestão desestimulou as empresas autogeridas a investir em tecnologias poupadoras de trabalho, na medida em que sua viabilidade econômica, dado o nível de recursos das empresas, exigiria a diminuição do coletivo de trabalho. Isto é, os trabalhadores, defendendo a manutenção dos seus postos de trabalho, recusavam-se a adotar novas tecnologias quando isso implicava em demissões. O resultado global é uma diminuição no aumento da produtividade e o consequente adiamento da redução da jornada de trabalho. Este importante problema remete ao âmago do limite da autogestão *fragmentada*, pois na falta de um planejamento coletivo e autogestionário que integrasse os interesses dos diversos coletivos de trabalho numa estratégia coerente de desenvolvimento com a distribuição dos benefícios para a classe trabalhadora como um todo, o que se viu foi a criação de contradições que no médio e longo prazo resultavam em graves prejuízos aos seus interesses (SAMARY, 1988, p. 179).

O igualitarismo, a autogestão e a produtividade

A autogestão, que parte de premissas igualitárias, em tese seria capaz de engendrar um ciclo virtuoso, no qual o controle sobre a renda produzida pela empresa levaria os trabalhadores a se envolverem não apenas com a gestão mas também com os esforços em aumentar a produtividade, com o que elevariam a sua renda e, com isso, se reforçaria o estímulo à maior participação e esforço produtivo. Ou seja, a participação/controle (na gestão e sobre a renda) levaria ao aumento da produtividade que, por sua vez, levaria ao aumento da

[259] No original: « Aucun Conseil Ouvrier ne consentirait à congédier les travailleurs en surnombre. Autrement dit, une technique moderne ne peut être introduite ou mise en pratique qu'au prix de nouveaux et importants investissements qui dépassent de loin les fonds alloués à l'entreprise concernée » (SAMARY, 1988, p. 204).

renda que, por sua vez, levaria ao aumento da participação/controle e da produtividade e assim seguiria-se sucessivamente.

Taylor, Grandjean e Toš argumentaram que a comunicação horizontal e vertical é melhorada com os conselhos operários (TAYLOR, GRANDJEAN e TOŠ, 1987) e Janez Jerovšek e Stane Možina mostraram em um estudo com 20 empresas que as mais eficientes em termos produtivos eram aquelas caracterizadas por um sistema organizacional consultivo ou participativo, enquanto as menos eficientes caracterizavam-se por sistemas autoritário-exploradores ou autoritário-benevolentes (JEROVŠEK e MOŽINA, 1978).

Não obstante, para muitos teóricos e dirigentes, o aumento da produtividade exigia estímulos não-igualitários, sobretudo estímulos monetários à qualificação profissional e à produtividade individual do trabalhador. Conquanto a exacerbação desse impulso não-igualitário sob o que se identificava como "tendências tecnocráticas" tenha sido combatida por altos dirigentes da Liga dos Comunistas e pelos sindicatos, uma certa dose de desigualdade era em geral reconhecida como inevitável se se quisesse promover o desenvolvimento iugoslavo.

Sidney Verba e Goldie Shabad viam nos conselhos operários um *lócus* central do conflito entre os dois grandes projetos iugoslavos: a construção de um Estado industrial moderno e de uma sociedade democrática socialista, que oporia respectivamente os valores tecnocráticos e igualitários:

> A autogestão dos trabalhadores difere de outros canais participativos na medida em que não é apenas um sistema participativo voltado para a promoção de processos de tomada de decisão igualitários e democracia associativa, mas também é um sistema funcional-econômico orientado a maximizar a produtividade e o desempenho eficiente. Pela sua própria natureza, os conselhos operários são o ponto focal de muitos dos valores e tendências conflitantes decorrentes dos esforços simultâneos da Iugoslávia para se tornar ao mesmo tempo um Estado industrial moderno e uma sociedade socialista democrática. Servindo de veículo para a realização destes dois objetivos, a autogestão dos trabalhadores é acometida por conflitos profundos entre valores igualitários e tecnocráticos, entre critérios democráticos e meritocráticos de participação e entre tendências para a "solidariedade dos trabalhadores" e as tendências para a diferenciação funcional e de status baseada em perícia[260]. (VERBA e SHABAD, 1978, p. 82)

[260] No original: "Workers' self-management differs from other participatory channels in that it is not only a participatory system oriented towards promoting egalitarian decision making processes and associational democracy but in that it is also a functional-economic system oriented towards maximizing productivity and efficient performance. By their very nature, workers' councils are the focal point for many of the conflicting values and tendencies arising from Yugoslavia's simultaneous efforts to become both a modern industrial state and a socialist democratic society. Serving as a vehicle for the achievement of these two goals, workers' self-management is beset by profound conflicts between egalitarian and technocratic values, between democratic and

Nesse contexto parece que se assumia *a priori* que o desenvolvimento industrial exigia a redução do nível de igualdade, seja para se motivar materialmente os esforços produtivos individuais dos trabalhadores, seja para atrair os mais qualificados gerentes e profissionais técnicos com remuneração mais elevada. Tal contexto torna difícil a avaliação do impacto do componente igualitário da autogestão iugoslava sobre a produtividade. A igualdade em termos de participação, como vimos, não se afirmou, embora tenha passado por fases distintas. Já a igualdade em termos de remuneração mostrou-se mais estável, embora tenha recuado significativamente no período do "socialismo de mercado", entre 1965 e 1970. Portanto, a autogestão iugoslava, embora contasse com pressões igualitárias que limitavam o "tecnocratismo", não pode ser tomada uniformemente como uma instituição igualitária passível de ser testada quanto ao seu impacto produtivo.

Muitos autores destacaram as vantagens produtivas advindas da introdução da autogestão não apenas em termos de aumento da motivação, mas também pela sua capacidade de induzir à aceitação de instrumentos de pressão pela produtividade, como o pagamento por peças (SINGH; BARTKIW; SUSTER, 2007).

Todavia, de acordo com Meister, no período de 1959-1961 houve resistência por parte dos conselhos operários ao sistema de remuneração baseado em bônus e nos rendimentos da empresa, pois se preferia a remuneração por tempo de trabalho (MEISTER, 1970, p. 62).

Ademais, mesmo com a implantação dos bônus coletivos e de uma persistente campanha contra o igualitarismo operário, não parece ter sido bem aceita a sua distribuição proporcionalmente aos salários por ocupação profissional. Numa enquete feita por Meister em 1960, metade dos entrevistados se disse contra esse sistema. Favoráveis a uma repartição igualitária, entendia-se que o esforço pela produtividade, sendo semelhante em todos os trabalhadores, deveria recompensar igualmente a boa vontade de todos, independentemente do nível salarial de cada ocupação[261] (MEISTER,1970, p. 77). De acordo com Veljko Rus, diversos estudos[262] mostram que até 1967 os trabalhadores ainda aspiravam por uma

---

meritocratic criteria for participation, and between tendencies towards "workers' solidarity" and tendencies towards functional and status differentiation based on expertise" (VERBA e SHABAD, 1978, p. 82).

[261] Meister observa que entre as condições da participação do trabalhador na empresa estão "sobretudo a igualdade nos sacrifícios e a igualdade na partilha dos frutos tirados da obra coletiva. A promoção deve ser coletiva, nenhum privilégio individual deve nascer da participação de todos. (...) Os participantes aceitam voluntariamente as diferenças de capacidades e se submetem aos mais competentes; mas, cada um fornecendo um esforço igual aos dos outros, lhes parece que sua parte deve ser a mesma (MEISTER, 1970, p. 75).

[262] Veljko Rus: The Status of Staff and Line Management With Respect to Communications, Power and Responsibility, Moderna organizacija, 1968, No. 5; Veljko Rus: Comparative Analysis of Communications, Power and Responsibility in Two Industral Enterprises, Inštitut za sociologijo in filozofijo pri Univerzi v

participação igualitária, influindo decisivamente nas orientações da empresa; todavia, já no final da década passam a consentir com o *status quo* hierárquico (RUS, 1970, p. 253).

Podemos citar como exemplo dessa resistência operária um caso ocorrido no complexo industrial de Rakovica, na Sérvia, em agosto de 1967. Milorad Karišik, um metalúrgico que fazia parte do conselho operário central da IMR (*Industrija motora Rakovica*), decidiu renunciar do seu assento em protesto a aprovação de um novo esquema de distribuição salarial que favorecia os trabalhadores de colarinho branco. Ele afirmara não estar preparado a participar de um órgão que chegava a decisões contra o "princípio socialista de distribuição de acordo com o trabalho". De fato, conforme entrevistas realizadas com os trabalhadores, a maioria também percebia o favorecimento de especialistas como uma medida injusta. Quanto à renúncia de Karišik, muitos discordaram, insistindo na necessidade de que seu representante permanecesse no conselho para defender seus interesses, enquanto outros aplaudiram a decisão, argumentando que "não havia motivo para dirigir queixas ao conselho operário, uma vez que ele consistia de pessoas que se beneficiavam do novo sistema salarial e aprovavam decisões de acordo com seus próprios interesses" (MUSIC, 2016a, p. 67-68).

De um ponto de vista mais pragmático, parece-nos evidente que em condições de vida ainda bastante difíceis é de se esperar a preferência dos trabalhadores por um sistema de remuneração seguro e igualitário. Mas, para além disso, o igualitarismo, ainda que crescentemente nuançado, é central no projeto socialista e na "economia moral" dos trabalhadores, e como tal é um dos principais motivadores da participação política e do empenho produtivo operário. Por isso, o gradativo abandono desse princípio deve ter sido um dos responsáveis pelo crescente desinteresse constatado entre os trabalhadores iugoslavos (MEISTER, 1970, p. 73-74).

Veljko Rus, de um ponto de vista um tanto distinto, afirmou que o domínio da direção sobre os órgãos da autogestão e a atomização do coletivo de trabalho produzida pela individualização dos seus interesses tenderam a burocratizar a gestão, anulando o aumento da produtividade provocado inicialmente pelo estímulo das bonificações (RUS, 1973, p. 239).

Na perspectiva de Meister, um dos paradoxos ou dilemas da autogestão é a necessidade das diferenciações salariais para atrair os técnicos, especialistas e engenheiros, e também para recuperar o entusiasmo declinante após o início heroico (MEISTER, 1970, p. 74). É assim que a associação se torna empresa. Notemos que é intrínseca a esse dilema uma sociedade dividida hierarquicamente pelo saber e pela valorização do trabalho intelectual

---

Ljubljani, 1968; Stane Možina and Janez Jerovšek: Determinants Influencing Effectiveness of Leadership in Industrial Organization, Inštitut za sociologijo in filozofijo pri Univerzi v LjublJani, 1969 (RUS, 1970, p. 253).

sobre o trabalho manual. Assim, fica evidente que o paradoxo não é da autogestão em si, mas da associação produtiva (ou empresa autogerida) *no contexto desse tipo de sociedade*. O dilema é, portanto, construir a autogestão num ambiente (político, econômico, social e ideológico) que exige diferenciação técnica e social visando ao imediato e crescente incremento da produtividade.

A distribuição do rendimento líquido como renda pessoal dos trabalhadores era feita por meio de uma avaliação por pontos que incluía uma diferenciação da remuneração de acordo com cada emprego e função dentro de uma unidade produtiva (ver tabela nº 25 ilustrando essa diferenciação). Além do aspecto individual da remuneração, atrelado a cada emprego e função, existe ainda o aspecto coletivo que distribui a renda com base no resultado do trabalho coletivo dentro de uma unidade produtiva e a renda obtida pelo conjunto da empresa (que, pelo seu tamanho, geralmente inclui múltiplas unidades produtivas, cada qual com seu próprio conselho operário) (BIĆANIĆ, 1973, p. 108-110).

O igualitarismo salarial permaneceu sempre uma forte tendência nos conselhos operários[263], combatida pelos poderes centrais que visavam, com a diferenciação salarial, estimular as competências técnicas e o crescimento da produção (MEISTER, 1970, p. 68). O resultado dessa tensão permanente foram avanços e recuos nas diferenciações salariais[264] (ademais, bastante complexas, por haver diferenciações baseadas no desempenho econômico da empresa, e não apenas na hierarquia profissional[265]), com uma certa estabilização no longo prazo.

[263] Meister observou que o igualitarismo é seletivo: vale de baixo para cima e não de cima para baixo, quer dizer, cada um reivindica igualitarismo a partir do seu posto em direção aos de cima, mas não vê problemas na hierarquia salarial a partir do seu posto para os que lhes estão abaixo na remuneração (MEISTER, 1970, p. 77). Isso ajuda a explicar a aceitação parcial das diferenciações de renda.

[264] Em 1951 a diferença entre a média dos salários dos operários qualificados e aquela dos operários altamente qualificados era de 38,3%, passando a 109,3% em 1956. No mesmo período, a diferença entre a média dos salários dos empregados auxiliares e aquela dos empregados com formação superior passou de 70,5% a 158,2% (MEISTER, 1970, p. 68). Mesmo com esse aumento das diferenças salariais, Meister verificou, no começo dos anos 1960, que a escala dos salários, em geral, ainda é bastante reduzida, não passando de 1 a 4. Nas grandes cidades, a diferença era maior. Por exemplo, em Belgrado, em 1960 os menores salários eram de 8 a 15 mil dinares e os maiores 70 mil dinars. Em 1961 a diferença aumentou: os menores vão de 10 a 15 mil dinares e os maiores chegam a 110 mil. Já em 1964 a escala dos salários era em média de 1 a 8 (MEISTER, 1970, p. 70).

[265] Os sindicatos denunciaram as desigualdades de remuneração entre regiões e entre empresas: no início dos anos 1970, as diferenças podiam chegar a 3/1 ou 4/1 para empregos de mesma natureza entre diferentes repúblicas, mas também numa mesma república, chegando ainda a 8/1 para empregos de natureza diferente. Como pontua Lutard-Tavard, esse foi o *leitmotiv* principal dos grevistas, ao longo dos decênios, até a desaparição do país (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 360-361).

Tabela nº 25

Diferenciação da remuneração para cada emprego/função de acordo com diferentes critérios:								
	Educação	Habilidade e experiência	Gestão	Responsabilidade	Esforço Físico	Esforço Mental	Condições de Trabalho	Pontos Totais
Gestor Geral	100	170	150	190	10	100	10	730
Gestor Técnico	100	140	140	160	10	90	10	650
Gestor de Trabalhadores	100	130	100	120	10	90	30	580
Contramestre	80	60	40	50	10	40	40	320
Tecelão qualificado	50	40	---	40	35	30	40	235
Fiandeiro semi-qualificado	30	20	---	20	30	10	40	150
Gestor de vendas	100	130	100	140	10	90	10	580
Guarda-livros	100	100	50	90	10	80	10	440
Motorista de caminhão	80	60	---	70	30	40	40	320
Limpador	20	10	---	10	40	10	40	130

Tabela extraída de BIĆANIĆ, Rudolf. **Economic Policy in Socialist Yugoslavia**. London: Cambridge University Press, 1973, p. 109.

Devemos sublinhar ainda o caráter conflituoso do processo de definição da repartição salarial no interior das empresas. Organismos de autogestão pressionavam contra o aumento dos salários dos quadros, enquanto os gerentes pressionavam pelo aumento dos próprios salários e dos técnicos e especialistas, em detrimento dos salários dos operários. Essa tensão justificava, portanto, o arbítrio dos organismos comunais sobre as políticas salariais das empresas. Assim, os conselhos dos produtores tendiam a uniformizar os salários de todas as empresas da comuna (em particular para os quadros)[266] (MEISTER, 1970, p. 69).

[266] Todavia, como já vimos, os salários permanecem desiguais de uma região para outra, frequentemente também entre empresas recém-criadas e usinas cujos meios de produção datam de antes da guerra. Medidas fiscais (particularmente o imposto a taxa progressiva sobre os rendimentos das empresas) tendiam a equilibrar os rendimentos das empresas e a reduzir as desigualdades de desenvolvimento (MEISTER, 1970, p. 69). Porém, o ponto de vista liberal, cada vez mais dominante, via essas intervenções externas às empresas como uma séria limitação a sua autonomia – e assim, uma barreira à autogestão (MEISTER, 1970, p. 70). Como já sabemos, num

No plano político mais amplo, em nome do avanço técnico e do aumento da produtividade, erigiu-se na Liga dos Comunistas uma posição oficial que condenava o *uravnilovka* (grosso modo, traduzível como nivelamento) como sendo um princípio anticomunista[267]. O *uravnilovka* seria uma interpretação falaciosa do socialismo que nivela a todos sem distinguir características e capacidades individuais, reduzindo a personalidade à mediocridade (ZUKIN, 1975, p. 68-69).

Tito, em discurso de abertura do IV Congresso da União de Sindicatos da Iugoslávia, realizado em 1959, destacava a importância dos sindicatos no combate a "concepção equívoca" do *uravnikovka*, em favor de uma "justa remuneração dos operários", já que no "começo da edificação do socialismo há de reger o princípio de remuneração segundo o mérito, e não segundo as necessidades". Insistia que seria impossível alcançar o aumento da produtividade do trabalho se a remuneração não fosse baseada sobre o mérito. Em caso contrário, o resultado seria prejudicial a todos os operários. Assim, na "fase atual, a remuneração segundo a capacidade e segundo o que se contribui à sociedade, constitui aquela força motriz com a qual se desenvolve a iniciativa dos homens" (TITO, 1959, p. 13-14).

O sociólogo Josip Zupanov é um dos intelectuais que criticava o igualitarianismo que estaria largamente presente na mentalidade iugoslava. Para ele, se tratava da filosofia dos "estômagos iguais", que levava ao anti-profissionalismo, sendo um freio às aspirações econômicas, a produtividade, a inventividade e criatividade. Seria então preciso romper com essa mentalidade de "igualdade na pobreza" característica de sociedades atrasadas, pobres e agrárias (GRUENWALD, 1983, p. 53). O argumento de Županov contra o igualitarismo é bastante típico da racionalidade gerencial que se desenvolveu na Iugoslávia[268].

---

primeiro momento a visão liberal se impôs e os mecanismos de equalização das rendas foram em grande parte suprimidos, mas a reação nos anos 1970 foi no sentido de um novo esforço de equalização.

[267] A Liga dos Comunistas procurava sustentar uma tese nuançada sobre a igualdade: dizia não à igualização absoluta (desencorajaria o esforço em vistas de um trabalho mais qualificado e mais produtivo), mas também não a uma diferenciação exagerada (degeneraria em privilégio material de uma certa camada da sociedade, conduzindo a uma deformação das relações socialistas e provocando perturbações políticas e sociais) (MEISTER, 1970, p. 69).

[268] O mesmo tipo de argumento foi utilizado por Vojo Srzentić, Secretário do Comitê Executivo, Comitê Central da Presidência da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, que considerava o nivelamento salarial inadequado para estimular a iniciativa entre os altos-quadros e o aumento da produtividade do trabalho. Srzentić afirmou que: "O *uravnilovka* desestimula a luta por maior produtividade e, visto como um todo, é uma tendência regressiva. Atrai para a média, inibe a iniciativa, falha em estimular a criatividade e o desenvolvimento de capacidades de trabalho, e leva a um nivelamento dos resultados do trabalho. Assim, entende-se que ele exerce uma influência sobre a conduta empresarial irracional e a alocação irracional de recursos sociais". No original: "The uravnilovka de-stimulates the fight for greater productivity and, viewed as a whole, is a regressive tendency. It draws toward the average, inhibits initiative, fails to encourage creativity and the development of work capabilities, and leads to a leveling of the results of work. Hence, it is understood that it exerts an influence on irrational business conduct and irrational allocation of social resources" (GRUENWALD, 1983, p. 125).

Michael Lebowitz, ao tratar da economia moral da classe trabalhadora no contexto do "socialismo real", observa que o ataque ao igualitarismo como um elemento de atraso da mentalidade camponesa tradicional é um traço comum aos reformadores econômicos que apoiavam a remoção de constrangimentos aos gerentes de empresa, isto é, que apoiavam o avanço de relações de mercado (LEBOWITZ, 2013, p. 135-136).

A nosso ver, essa racionalidade gerencial mercantil obstaculizava a autogestão, por definir apenas o critério da produtividade como central, relegando outros critérios ao segundo plano, como o bem-estar no trabalho, a igualdade social e a participação política.

Formalismo e desresponsabilização

Como vimos, a descentralização e a democratização foram formalmente largamente desenvolvidas. Gradativamente ampliou-se o domínio que seria competência decisória dos órgãos de autogestão, conferindo um vasto espaço legal para a participação dos trabalhadores. Não obstante, a prática revelou-se muito mais limitada e a participação operária apareceu predominantemente como uma ratificação precariamente informada de decisões previamente deliberadas entre gerentes profissionais e diversos especialistas ou ainda como uma espécie de poder de veto. Pode-se dizer então que a estrutura global da direção, fundada sobre o que se chama de "organização científica do trabalho", não sofreu modificações essenciais. A estrutura de poder oligárquica se impôs, com o *top management* permanecendo com o papel decisório dominante nas organizações de trabalho (RUS, 1973, p. 240-242).

Meister colocara muita ênfase na falta de capacidade técnica da assembleia geral e o consequente controle limitado que podia exercer sobre seus eleitos, tanto no conselho operário quanto no comitê de gestão. Como a assembleia geral não possuía a competência necessária para julgar as capacidades técnicas dos seus eleitos, o voto e o controle daqueles aos quais o poder era delegado se baseava sobretudo nas suas qualidades morais; era um "voto de confiança". O sociólogo suíço mostrou-se cada vez mais pessimista quanto às possibilidades da autogestão, apontando que mesmo após anos de formação e de estímulos à participação apenas alguns se mostravam realmente capazes e desejosos de assumir as responsabilidades da gestão (MEISTER, 1970, p. 91-93).

Veljko Rus, por sua vez, parece defender uma espécie de "adaptação realista" da autogestão às exigências funcionais da "organização científica do trabalho", especialmente na indústria. Em suma, para ele, devia-se evitar a "excessiva descentralização", focando a participação dos trabalhadores somente nos processos em que eles tinham a devida competência técnica, onde poderiam desenvolver formas espontâneas de participação,

enquanto a gestão econômica deveria ficar a cargo da gerência profissional, com a clara definição da correspondente responsabilidade. Assim, a gerência profissional seria responsiva ante o coletivo de trabalho. Rus sustentava estas orientações a partir de suas observações empíricas. Por exemplo, afirmava que a participação espontânea dos trabalhadores no domínio da organização do trabalho, sobretudo visando a sua racionalização, era duas vezes maior do que a participação concernindo a determinação das normas para a repartição dos rendimentos do pessoal (RUS, 1973, p. 235-251).

À parte estas considerações restritivas da autogestão, supostamente realistas, devemos reconhecer que num contexto de grande discrepância entre a forma e o conteúdo da autogestão a fraca atribuição de responsabilidade aos gerentes profissionais era prejudicial do ponto de vista do próprio controle operário. Se nos primeiros anos do sistema de autogestão os diretores de empresa eram responsabilizados (inclusive criminalmente) pelas orientações dos negócios, gradativamente a responsabilidade é diluída com todo o coletivo da empresa, embora na prática não houvesse nenhum mecanismo de controle externo eficaz (COMISSO, 1979, p. 56-64 e 111-112). Assim, "o controle do Estado se enfraquecia enquanto que o controle democrático não era ainda eficaz" (RUS, 1973, p. 239).

Significativamente, ao que parece tanto gerentes quanto trabalhadores estavam descontentes com a incongruência entre a descentralização formal do poder e a efetiva distribuição de competências profissionais e respectivas responsabilidades.

Com o novo sistema do trabalho associado instituído nos anos 1970, muitos gerentes queixavam-se da falta de autoridade legal que tinham entre o coletivo de trabalho e das dificuldades daí resultantes em fazer implementar as decisões necessárias que a seu ver somente especialistas podiam efetivamente avaliar. Ao mesmo tempo, eram os gerentes que eram cobrados pelas altas autoridades governamentais e pelo partido comunista para que a empresa fosse bem sucedida. Assim, enquanto os conselhos nas OBTAs ganhavam poder formal, não havia qualquer forma de responsabilização coletiva por más decisões sobre a condução dos negócios. Com isso, de acordo com Musić, "os decisores profissionais pediam por uma clara separação de funções administrativas e governamentais", com o que poderiam assumir maior responsabilidade pelos resultados comerciais, tendo como contrapartida serem mais bem recompensados pelo sucesso empresarial (MUSIĆ, 2016a, p. 134-135).

Parece claro então que a autogestão iugoslava, quando pretendeu avançar na ampliação dos direitos e deveres dos órgãos de autogestão, padeceu também do formalismo, o que gerou um problema de desresponsabilização, já que aqueles que decidiam na prática as orientações dos negócios (os gerentes das empresas), em grande medida já não mais

respondiam jurídica ou administrativamente por suas decisões, chanceladas formalmente pelos órgãos da autogestão.

Veljko Rus resumira o problema: "A alta gerência e o quadro de funcionários têm poder sem responsabilidade, e o conselho tem responsabilidade sem poder" (RUS, 1970b, p. 151).

No que se refere aos operários, passivos no processo decisório, o insucesso de sua empresa os prejudicava com a baixa na remuneração, mas normalmente não ao ponto de serem demitidos, já que no caso de enfrentarem situações limite defendiam por meio do conselho operário a manutenção dos postos de trabalho. Além disso, era bastante raro o fechamento de empresas em razão de falência, pois o Estado as socorria sistematicamente. Por isso, pode-se dizer, com Meister, que não havia uma sanção coletiva ao insucesso do coletivo de uma empresa autogerida, correspondente às sanções individuais do capitalismo aos fracassos de uma empresa privada (MEISTER, 1964, p. 329). Embora possamos considerar este bloqueio contra "medidas radicais" de um ponto de vista positivo, como um importante fator de seguridade do emprego dos trabalhadores, podemos remeter a questão mais uma vez à fraqueza fundamental do sistema iugoslavo – a sua fragmentação. Na medida em que os trabalhadores tinham seus horizontes estreitados pela atomização da autogestão à "sua empresa", havia pouco espaço para o desenvolvimento de um senso de responsabilidade mais alargado, integrado ao processo produtivo global da Iugoslávia.

Solidariedade

Desigualdade na remuneração

Decretos de 1957 e 1958 fixaram os direitos dos conselhos operários de dispor do rendimento líquido da empresa (descontadas as contribuições pagas à comuna e às outras comunidades mais amplas). Foi sugerido aos conselhos operários gerir as empresas segundo os princípios de "uma economia parcimoniosa" e também só repartir os benefícios provindos dos esforços dos indivíduos ou do coletivo de trabalho. Já o rendimento líquido resultante da situação do mercado não deveria ser repartido e sim reinvestido[269] (MEISTER, 1970, p. 63-64).

[269] Do rendimento bruto da empresa descontavam-se taxas de produção, impostos sobre a propriedade, taxas de juros, as cotizações para associações profissionais, impostos sobre o rendimento, algumas contribuições sociais (construção de habitações, por exemplo) e amortizações efetuadas. Do rendimento líquido, a empresa devia

Essa medida contribuía, em tese, para manter um nível de investimento adequado para manter um equilíbrio entre produção e consumo. Porém era insuficiente do ponto de vista de uma justiça distributiva, pois como a renda dos trabalhadores provinha de uma parte do rendimento líquido da empresa, essa renda dependia do volume da renda que a empresa obtinha por meio do seu desempenho no mercado. Assim, ainda que a remuneração pessoal seja medida de acordo com a produtividade operária, isolando-se a parte do rendimento líquido que pode ser atribuído à conjuntura de mercado, se trata sempre de um percentual relativo a um montante total da renda da empresa que necessariamente está submetido aos imperativos do mercado. Com isso, a tendência ao reforço positivo do sucesso econômico (a empresa bem sucedida reinveste mais e com isso tem mais facilidade em continuar sendo bem sucedida) leva a uma vantagem na remuneração pessoal dos trabalhadores devida a fatores de mercado.

Como já tivemos ocasião de expor, a desigualdade de remuneração, ainda que controlada dentro de certos limites, era um fator importante de fragmentação da classe trabalhadora. Dividiam-se assim claramente os trabalhadores "de colarinho azul" dos trabalhadores "de colarinho branco", além de fomentar diferenciações entre os operários qualificados e aqueles sem qualquer qualificação. Como apontou Woodward, a decisão mais contenciosa dentro das empresas era a adoção do livro de regras sobre a escala de remuneração (WOODWARD, 1995, p. 330).

Desempregados

Já tratamos do problema do desemprego do ponto de vista da eficiência econômica. Embora o desemprego não fosse fruto direto da autogestão nas empresas (como previa o modelo teórico neoclássico de Ward), podemos considerar que o conjunto do sistema político-econômico não era capaz de equacionar o problema do desemprego. Mais uma vez, a atomização das decisões e dos interesses prejudicava a elaboração de uma política econômica coerente, que poderia advir de um processo democrático que envolvesse a autogestão.

---

alimentar quatro fundos usando a parte do lucro proveniente dos bons negócios, da conjuntura, da posição da empresa no mercado: o fundo de reserva, o fundo dos meios de produção (renovação do capital fixo), o fundo de rolamento (capital circulante), o fundo de consumo geral (desenvolvimento do bem-estar, educação profissional etc.). Somente o restante do lucro, provindo dos esforços individuais e coletivos de produtividade, podia ser distribuído ou atribuído livremente a outras obras pelos órgãos da autogestão (MEISTER, 1970, p. 64). Segundo Meister, fórmulas contábeis permitiam determinar com precisão suficiente a parte do rendimento líquido que podia ser atribuída à conjuntura e a parte que provinha da produtividade operária.

De acordo com Rudolf Bićanić, em torno de 40% do rendimento bruto restava disponível para que o conselho operário o dividisse entre os fundos da empresa e a renda pessoal dos trabalhadores. Ao final, cerca de 25 a 28% era alocado como renda pessoal e 15 a 12% do rendimento bruto era distribuído entre os fundos da empresa (BIĆANIĆ, 1973, p. 108).

Com relação à solidariedade entre os trabalhadores deve-se destacar que o desemprego era um fator importante não apenas de exclusão econômica mas também de exclusão política, na medida em que somente o trabalhador empregado no setor social tinha "plena cidadania" no sistema iugoslavo, sendo habilitado a participar dos órgãos da autogestão dos trabalhadores. Os desempregados, por sua vez, não tinham qualquer forma de representação política ou de canais de participação direta enquanto trabalhadores sem emprego. O fato de que o índice de desemprego aumentou constantemente indica por um lado a falta de articulação política dos trabalhadores desempregados, incapazes de pressionar eficazmente as instituições iugoslavas em seu favor, e por outro revela o crescimento de um setor da classe trabalhadora cada vez mais excluído do sistema político e mais apartado dos trabalhadores empregados. Com o alargamento do tempo médio em que os desempregados levavam até encontrar algum emprego, deteriorava-se não apenas o seu nível econômico de vida mas também o seu grau de envolvimento político e aderência aos valores do socialismo e da autogestão.

Os jovens foram particularmente mais atingidos pelo desemprego, especialmente na crise final dos anos 1980. Em 1985 os jovens de até 27 anos representavam mais de 70% do total da população desempregada. Nas repúblicas menos desenvolvidas as taxas de desemprego entre os jovens eram altíssimas: 52,7% na Bósnia-Herzegovina, 72,2% na Macedônia, 56,4% em Montenegro e 68,6% no Kosovo. Com exceção da Eslovênia, cuja taxa de desemprego entre os jovens era de apenas 3.7%, a situação era crítica mesmo entre as repúblicas consideradas desenvolvidas: na Croácia a taxa era de 24,3%, na Sérvia (excluindo-se o Kosovo e a Voivodina) 34,9% e na província da Voivodina 32,7% (WOODWARD, 1995, p. 392; DEVIĆ, 2016, p. 27-28).

De acordo com uma pesquisa feita entre o final de 1989 e começo de 1990 a população desempregada revelou altos níveis de intolerância por outros grupos nacionais (HODSON; SEKULIĆ; MASSEY, 1994).

Divisão social do trabalho e fracionamento dos trabalhadores

Podemos dizer que em geral a concepção de autogestão da gerência era praticamente reduzida à ideia de autonomia da empresa para concorrer livremente no mercado. Na falta de um poder formal para impor sua vontade sobre o coletivo de trabalho, a aceitação dos procedimentos decisórios da autogestão é conformada a uma noção de empreendedor coletivo compatível com a manutenção do seu poder de fato. Isto é, a gerência

exortava o coletivo de trabalho à responsabilidade coletiva e ao comprometimento com o sucesso da empresa enquanto continuava a dominar o poder de deliberação e decisão.

A divisão social do trabalho era assim camuflada sob o discurso em favor da modernização organizacional, apresentada como um imperativo tecnológico. Com isso, a solidariedade entre os trabalhadores ia sendo corroída e o elã revolucionário dos primeiros tempos desvanecia-se.

Como vimos, o igualitarismo era um valor muito forte entre os trabalhadores iugoslavos. Todavia, esse valor era decrescente de acordo com a posição na hierarquia sócio-tecnica do trabalho. Em uma pesquisa realizada em empresas na Croácia revelou-se que entre os operários não qualificados 54,5% eram favoráveis a uma igualdade absoluta na remuneração ("todos os salários deveriam ser iguais, já que todos têm estômagos iguais"), entre os operários qualificados e altamente qualificados o percentual caía para 22,2%, entre os funcionários administrativos para 11,4%, entre os supervisores imediatos para 6,9%, entre os especialistas para 3,3% e entre os gerentes para 0,9% (ŽUPANOV, 1978, p. 73).

Ellen Comisso fez referência a um estudo esloveno que mostrou que a primazia da "distribuição de acordo com o trabalho" deteriorou as relações interpessoais, dividiu as pessoas entre aquelas mais e menos dignas de consideração, encorajou a uma luta incessante e grosseiramente materialista entre os indivíduos e grupos para garantir uma maior parcela de renda pessoal e causou pressão sobre os trabalhadores mais velhos ou com deficiência para deixar a empresa (COMISSO, 1979, p. 113).

A ênfase na qualificação profissional num contexto de crescente escassez de postos de trabalho criou competição e decepção por todos os lados. Os jovens que se qualificaram queixavam-se de não encontrar empregos de acordo com a sua qualificação profissional. Ao mesmo tempo, havia crescente carência de mão-de-obra para trabalhos pesados, como nas minas, já que as novas gerações preferiam o emprego de escritório.

Por sua vez, os partisans, veteranos de guerra, se viram bastante prejudicados no contexto da reforma econômica dos anos 1960 e da desmobilização militar. Uma pesquisa nacional em 1971 mostrou que metade aposentou-se antes da idade de pensão, 27% tinha renda abaixo do mínimo legal e a maioria reclamava "de isolamento social, inatividade e falta de prestígio". Em 1972, dos 437.709 veteranos na Sérvia, apenas 32% estava empregada (WOODWARD, 1995, p. 318-320).

O desenvolvimento da ordem hierárquica a partir do domínio gerencial evidenciou-se e cristalizou-se em importantes diferenças de valores e atitudes entre gerentes, trabalhadores "de colarinho azul" e trabalhadores "de colarinho branco" relativamente ao

trabalho, sua remuneração e forma de gestão. Comisso mostrou essas diferenças em seu estudo em uma fábrica de máquinas-ferramentas de Zagreb.

Enquanto os trabalhadores manuais defendiam a "distribuição de acordo com o trabalho produtivo", a gerência insistia na "distribuição de acordo com os resultados do trabalho" e os trabalhadores de escritório preferiam a "distribuição de acordo com a habilidade".

Mais precisamente, os operários tinham uma concepção de trabalho produtivo escalonada, que entendia como "mais produtivo" aquele trabalho que mais contribui diretamente para a produção de um bem ou serviço definido. O setor industrial era visto como superior à agricultura e ao setor de serviços. E dentro de cada setor eram particularmente os "produtores diretos" que realizavam trabalho produtivo (os operários, os camponeses, os médicos, os professores). Aqueles que ocupavam funções administrativas eram vistos como menos necessários à produção. Quanto menos um determinado trabalho fosse visto pelos trabalhadores como tecnicamente essencial à produção física do produto final, menos ele era considerado intrinsecamente "produtivo". É nesse sentido que se expressa um ex-maquinista, pertencente ao pessoal especializado da empresa estudada por Comisso:

> Os trabalhadores sabem que eles não precisam do engenheiro tanto quanto o engenheiro precisa deles. Sem um engenheiro, eles ainda estariam habilitados a trabalhar, mas sem trabalhadores, um engenheiro é inútil. Eles precisam dele para fazer as coisas melhor, mas ele não é essencial para fazer funcionar uma fábrica do modo que os trabalhadores são[270]. (COMISSO, 1979, p. 167-168)

Já a gerência estava fundamentalmente interessada na lucratividade da empresa e para tal era importante atrair pessoal técnico altamente qualificado e o reforço do pessoal de escritório. Assim, de acordo com as leis do mercado de trabalho (mais precisamente, um mercado de empregos), a escassez de oferta de qualificação demandava salários atraentes, bem como outros benefícios (como a oferta de apartamentos).

Embora os operários reconhecessem a necessidade de especialistas e pessoal de escritório, eles desconfiavam de que eles não trabalhavam o suficiente, "passavam o dia a tomar café na mesa", e portanto não haveria a necessidade de tantos contratados nessas

[270] No original: "The workers know that they don't need the engineer as much as the engineer needs them. Without an engineer, they would still be able to work, but without workers, an engineer is useless. They need him to make things better, but he's not essential to running a factory the way workers are" (former machinist, currently a staff specialist) (COMISSO, 1979, p. 167-168).

funções. Sentiam-se sobrecarregados no chão-de-fábrica, aonde enxergavam a necessidade de mais operários para dividir o fardo do trabalho produtivo[271].

Exatamente opostos a essa visão, estavam os trabalhadores de "colarinho branco", na sua maior parte constituídos por mulheres que desempenhavam trabalho de escritório. Os trabalhadores e trabalhadoras de classe média[272] suspeitavam que os trabalhadores do chão-de-fábrica faziam corpo mole. Particularmente entre os jovens técnicos havia um ressentimento por causa da pouca diferenciação salarial entre um trabalhador manual qualificado com relação a um funcionário da empresa com ensino superior. Assim, um técnico (ou técnica) se expressou: "Então eu fui para a escola todos esses anos apenas para vir aqui e descobrir que eu deveria ter sido um operário" (COMISSO, 1979, p. 184-185).

Particularmente importante no que se refere ao bloqueio da autogestão afigura-se a posição submissa dos trabalhadores de classe média com relação à gerência. Coerentemente com a forte valorização da qualificação formal, para eles as decisões deviam ser tomadas pelos "mais competentes". Assim, um técnico (ou técnica) questionava: "Como pode um monte de trabalhadores que acabaram de sair da fazenda esperarem dirigir uma fábrica? É loucura" (COMISSO, 1979, p. 186).

Maurício Tragtenberg, pensador libertário bem informado sobre os desenvolvimentos históricos no Leste Europeu, afirmara sobre o caso iugoslavo que a "ênfase na produtividade leva a tensões entre os trabalhadores e a tecnocracia 'autogestionária'" e que quem "acaba ganhando com isso é a classe média, e quem paga o custo social da estabilização da classe média é a classe operária" (TRAGTENBERG, 2008, p. 70-71).

A submissão à gerência implicava também na falta de aderência ao sistema de autogestão. Comisso destacara que dos três grupos ocupacionais estudados, os trabalhadores de colarinho branco compunham o grupo menos implicado na autogestão: eles não se envolviam em polêmicas, não disputavam questões, limitando-se apenas a fazer apontamentos

[271] Goran Music, que estudara a classe operária nas empresas automobilísticas TAM e IMR, destaca que os trabalhadores de colarinho azul sentiam-se frustrados mais pela desigualdade da forma de remuneração do que pela diferença salarial em si, já que uma parta significativa do seu salário era variável de acordo com os resultados da produção, enquanto os trabalhadores de colarinho branco tinham seus rendimentos estáveis, calculados apenas por horas de trabalho e pela descrição da tarefa. Assim, não se sentiam satisfeitos ao ter de fazer horas extras e investir grande esforço físico para realizar ou superar as metas de produção, enquanto seus colegas nos escritórios pareciam ter seus ganhos "garantidos, independentemente da produção física real e do sucesso global da empresa" (MUSIC, 2016a, 131).

[272] Aqui podemos nos referir brevemente ao posicionamento contraditório dos trabalhadores de classe média. Entre os dominantes e os dominados, numa posição contraditória de classe (no sentido de Erik Olin Wright), se coloca uma classe intermediária (classe média) composta de profissionais de baixa e média qualificação que ocupam funções tanto na burocracia empresarial quanto na burocracia estatal, além daqueles que trabalham em serviços como a educação e a saúde. Voltaremos a essa questão no capítulo 5 da tese.

técnicos. Também se mostravam fragmentados, pronunciando-se somente em termos individuais, sem revelar apoio entre eles mesmos (COMISSO, 1979, p. 185).

De acordo com Comisso, os trabalhadores de classe média olhavam para a gerência de baixo pra cima e para os trabalhadores de colarinho azul de cima pra baixo (COMISSO, 1979, p. 184-185). Entre as mulheres, a situação agravava-se devido à reprodução do machismo, sustentando uma posição de passividade ante a gerência fundamentalmente masculina.

Por outro lado, como argumenta Goran Musić, referindo-se ao seu próprio estudo na IMR e na TAM, os trabalhadores de colarinho azul, cuja vasta maioria era masculina, frequentemente viam as trabalhadoras de colarinho branco como "pouco mais do que serventes dos diretores ou mulheres de moral frouxa" (MUSIĆ, 2016a, p. 140). Assim cruzavam-se as desigualdades de gênero e de classe, com o machismo operando na constituição da identidade do operariado masculino. Além disso, pode-se dizer que o machismo contribuía para a fragmentação da classe trabalhadora, dificultando a unidade entre trabalhadores manuais no chão-de-fábrica e trabalhadoras no escritório e a eventual superação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Do ponto de vista da unidade da classe trabalhadora, devemos ainda sublinhar o impacto ideológico do domínio gerencial sobre a auto-percepção dos trabalhadores quanto a sua capacidade de gerir efetivamente as empresas. Isto é, muitos operários acabaram por aderir à concepção de que seriam incapazes de atuar como gerentes. Ilustra bem esse fenômeno o seguinte comentário de um camponês/operário, membro do conselho operário de uma grande empresa localizada numa comuna rural em processo industrialização:

> A autogestão é uma coisa linda, mas nos dias de hoje os conselhos operários estão elegendo técnicos, engenheiros e capatazes, e apenas alguns operários. Porque todo mundo acredita que nós somos um pouco estúpidos. Nem mesmo os operários escolhem operários, porque eles acreditam que técnicos e engenheiros têm uma competência maior. O que posso fazer, o que posso dizer quando um deles se levanta e faz um discurso arrebatador – eu não sou capaz de me expressar do jeito certo, sou apenas um camponês[273]. (BURGER, 1973, p. 41)

Desigualdades regionais, intolerância étnica e fragmentação política

[273] No original: "Self-management is a wonderful thing, but to the workders' councils are nowadays usually elected technicians, engineers and foremen, and only a few labourers. Because everybody believes that we are a bit stupid. Not even labourers choose labourers, because they believe that technicians and engineers have a greater competence. What can I do, what can I say when one of them stands up and makes a sweeping speech – I am not able to express myself in the right way, I am only a peasant" (BURGER, 1973, p. 41).

O desenrolar da história iugoslava sugere que a extrema fragmentação política dentro de linhas étno-nacionais, sobre a base de um sistema de autogestão atomizado, demasiadamente centrado nas unidades produtivas, e no interior de um sistema econômico concorrencial, foi um terreno potencialmente fértil para o desenvolvimento de sentimentos nacionalistas e particularismos chauvinistas, especialmente explosivos com a falta de perspectiva de superação das desigualdades regionais[274].

Como já notamos, as desigualdades iniciais entre as repúblicas no imediato pós-guerra ampliaram-se até a desintegração da Iugoslávia. Em 1952 o PIB *per capita* na Eslovênia estava 181,82% acima da média iugoslava, seguida pela Croácia com 121,39%. Já a Sérvia estava num nível intermediário de 101,97%, a Bósnia-Herzegovina vinha abaixo com 95,50%, MONTENEGRO e MACEDÔNIA e o Kosovo aparecia com o índice mais baixo, de 46,51% com relação à média. Após décadas de embates em torno das políticas de desenvolvimento, o saldo final em termos de crescimento relativo foi negativo para as regiões menos desenvolvidas. Em 1989 a Eslovênia elevou-se ainda mais com relação à média iugoslava, atingindo o índice de 196,80%, seguida pela Croácia com 126,26%. A Sérvia manteve-se no nível intermediário, com 103,62%, MONTENEGRO e MACEDÔNIA, a Bósnia-Herzegovina caiu fortemente para 67,92% e o Kosovo despencou para 25,66%[275] (ALLCOCK, 2002, p. 110).

Não obstante podemos inferir que houve uma considerável distância entre a particularização dos interesses e a sua expressão em formas agressivas e nacionalistas. Muitos estudos apontam que até o final da década de 1980 não havia sinais de violência e de étno-nacionalismo em qualquer nível significativo.

Em 1981 o censo revelou uma população considerável, de mais de 1.200.000 pessoas (5,5% da população total, ou o equivalente ao total de habitantes da Eslovênia) que se identificava não como serva, croata, eslovena, albanesa, mas sim como iugoslava. Este percentual impressiona pela rápida evolução comparativamente ao censo de 1971, quando a opção identitária de "iugoslavo" esteve disponível pela primeira vez e registraram-se apenas 200.000 iugoslavos. Já numa pesquisa parcial feita em 1985 mais de 1.500.000 pessoas declararam-se iugoslavas. Noutra pesquisa realizada em Zagreb e em Belgrado em 1987 revelou-se que entre os jovens a identificação iugoslava era substancialmente maior: mais de 16% daqueles com menos de 30 anos de idade declararam-se iugoslavos e aproximadamente

[274] Ver, a respeito, LUTARD-TAVARD, 2005, p. 339-376 e 427-490 e SAMARY, 1988, p. 180-182 e 218-225.
[275] Allcock não revela os números para Macedônia e Montenegro, mas afirma que elas também aumentam para baixo as suas distâncias da média, precisando que a situação da Macedônia era ainda pior do que a da Bósnia-Herzegovina.

40% disseram que a identificação iugoslava seria preferível para eles (SAMARY, 1992, p. 16; DEVIĆ, 2016, p. 30). Trata-se de indícios importantes de que a cidadania iugoslava não apenas manteve unidas comunidades multiétnicas por 50 anos como também produziu um senso crescente de pertencimento supra-étnico numa significativa parcela da população.

O número de casamentos mistos também é bastante considerável ao longo de todo o período "socialista", o que é certamente um sinal de que os nacionalismos e a guerra desencadeada nos anos 1990 não foi um fatalismo inerente a "ódios ancestrais". Entre 1950 e 1981 se realizaram 633.811 casamentos mistos na Iugoslávia, representando o seguinte percentual do número total de casamentos: 8,6% em 1950, 11,5% em 1961, 12,9% em 1976 e 13% em 1981 (LUTARD-TAVARD, 2005, p. 486-487).

Mesmo as pesquisas realizadas na crítica década de 1980 mostravam que a ampla maioria das pessoas considerava bom o seu relacionamento com pessoas de outros grupos étnicos. Na metade da década de 1980 cerca de 90% da população percebia as relações inter-étnicas no seu ambiente próximo (local de trabalho e vizinhança) como "boas". Por outro lado, mais de 30% percebia como "ruins" ou "preocupantes" as relações inter-étnicas no alto escalão da Liga dos Comunistas das repúblicas e províncias (DEVIĆ, 2016, p. 32).

Para Ana Dević não era a distância étnica ou a supressão de identidades étnicas que marcou criticamente as queixas da população nas repúblicas iugoslavas e sim o senso de falta de poder social e político (alienação institucional) que atingia os operários desde o final dos anos 1960 e também novos estratos profissionais (intelectuais, trabalhadores da administração) nos períodos subsequentes (DEVIĆ, 2016).

Numa pesquisa realizada entre o final de 1989 e começo de 1990 pelo Consórcio dos Institutos de Pesquisa Social da Iugoslávia com 13.422 adultos procurou-se discernir quais eram os fatores de maior peso na conformação da tolerância/intolerância étnica com base na concordância dos entrevistados numa escala de 1 a 5 com as seguintes proposições relativas à tolerância com outras nacionalidades: a nacionalidade deve ser um fator central na escolha de um cônjuge; casamentos nacionalmente mixos são mais instáveis do que outros casamentos; cada nação deve ter seu próprio Estado; as pessoas podem sentir-se completamente seguras apenas quando a maioria pertence a sua nação; entre nações é possível criar cooperação mas não confiança total (a pontuação dos itens fora revertida de modo que altas pontuações indicam maior tolerância) (HODSON; SEKULIĆ; MASSEY, 1994, p. 1544).

Assim, numa escala de 1 a 5 a tolerância étnica por república/província era: Bósnia-Herzegovina (3.88), Voivodina (3.83), Croácia (3.63), Montenegro (3.45), Sérvia

(3.28), Eslovênia (2.67), Macedônia (2.53) e Kosovo (1.71) (HODSON; SEKULIĆ; MASSEY, 1994, p. 1547-1548). Ana Dević também sustenta que nas áreas mais diversificadas etnicamente, como a Voivodina, a Bósnia-Herzegovina e a Croácia, a distância étnica (grau de rejeição das outras nacionalidades) era bastante baixa (DEVIĆ, 2016, p. 31).

A partir da supracitada pesquisa foi detectada uma série de fatores que incidiam na apresentação do nível de tolerância étnica: o status de maioria étnica numa república levava a menos tolerância; pessoas mais velhas eram mais tolerantes do que pessoas mais jovens[276]; habitantes de áreas urbanas eram mais tolerantes do que habitantes de vilarejos e áreas rurais; casamentos mixtos e filiação mixta tendiam a aumentar a tolerância; pessoas casadas eram menos tolerantes do que pessoas solteiras; homens eram menos tolerantes do que mulheres; trabalhadores do comércio e camponeses eram um pouco mais tolerantes do que operários industriais e da construção e gerentes eram menos tolerantes; já os níveis educacionais não apresentaram influência significativa sobre a tolerância; a participação sócio-política cívica ou no local de trabalho aumentava a tolerância; contudo, a pertença à Liga dos Comunistas não revelou efeito, seja positivo ou negativo, sobre a tolerância[277]; ler notícias regularmente tinha um efeito negativo sobre a tolerância; e a religiosidade também mostrou um efeito negativo sobre a tolerância (HODSON; SEKULIĆ; MASSEY, 1994, p. 1548-1550).

Os dados da pesquisa de Hodson, Sekulić e Massey contrariam a ideia de que onde a intolerância étnica fosse maior os conflitos seriam maiores, correlação que daria suporte à tese de que os violentos conflitos da dissolução iugoslava seriam explicados pela ressurgência de ódios nacionalistas represados. Ora, enquanto a intolerância étnica era alta na relativamente homogênea Eslovênia, a sua secessão da Iugoslávia se deu com baixíssimo conflito. Já na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, onde a tolerância era mais alta, os conflitos se revelaram muito mais intensos e mesmo brutais. Quer dizer, conquanto as minorias possam sofrer com a intolerância, preconceito e discriminação em áreas mais homogêneas

[276] Este dado contraria os dados sobre a identificação iugoslava, consideravelmente maior entre os mais jovens. A incongruência talvez possa ser explicada pela não distinção entre frações da juventude. Crucial para explicar esse dado parece ser o fato de que a maior parte dos desempregados era constituída por jovens, e entre os desempregados a intolerância étnica revelou-se bastante maior do que nos demais grupos ocupacionais.

[277] Aqui o dado contrasta com a afirmação de Ana Dević, baseada numa pesquisa do sociólogo Boris Vušković, de que os membros ativos da Liga dos Comunistas da Croácia afirmavam-se como "iugoslavos" em um número muito menor do que os membros passivos e não membros. Talvez o contraste se explique pela não distinção na pesquisa de Hodson, Sekulić e Massey entre membros ativos e passivos da Liga dos Comunistas. Além disso, o fato de não afirmar-se como iugoslavo não implicava em altos índices de intolerância étnica. De todo modo, a orientação da maior parte dos dirigentes da Liga dos Comunistas na década de 1980 foi, com toda a evidência, conducente à desintegração iugoslava. De acordo com Dević (2016) a identidade iugoslava fora crescentemente hostilizada por dirigentes da Liga dos Comunistas ao longo dos anos 1980 e diversos autores, entre eles Sekulić, Massey e Hodson (2006), destacaram o papel manipulativo dos dirigentes na conformação do curso da guerra.

etnicamente, os conflitos abertos, armados, se deram nas áreas mais heterogêneas (HODSON; SEKULIĆ; MASSEY, 1994, p. 1554-1555).

Massey, Hodson e Sekulić destacaram ainda o papel dos enclaves de minorias étnicas na conformação da intolerância étnica onde efetivamente se deram a mobilização e lutas armadas (MASSEY; HODSON; SEKULIĆ, 1999) e sublinharam a manipulação das elites sobre as imagens públicas relativas aos eventos da guerra (SEKULIĆ; MASSEY; HODSON, 2006).

Assim, podemos concluir que somente quando o peso das crescentes desigualdades ganha contornos dramáticos com uma profunda crise econômica e a manipulação dos dirigentes políticos entra em cena em favor dos nacionalismos (sem uma oposição suficientemente forte) é que os particularismos dão azo ao desenvolvimento do nacionalismo agressivo em determinadas parcelas da população, sobretudo aquelas mais vulneráveis política, econômica e espacialmente.

Capítulo 4: O papel do grupo Praxis

A crítica do grupo Praxis

Entre os filósofos e sociólogos iugoslavos desenvolveu-se ao longo dos anos 1950 uma teorização marxista alternativa aos cânones oficiais do marxismo iugoslavo, que, embora com certas rupturas, ainda mantinha-se ligado a alguns princípios da vulgata soviética. Em razão de diferenças irreconciliáveis com determinadas posturas da Liga, esses filósofos e sociólogos gradativamente se constituíram como um grupo dissidente[278]. É assim que em 1964 criam a revista *Praxis*, com uma edição iugoslava e outra internacional.

O principal compromisso da revista seria a ideia de um humanismo socialista[279] e especialmente a criação de uma base teórica para uma verdadeira consciência socialista, livre de dogmatismo e aberta à crítica radical. Como aponta Gerson Sher, este foi um desafio sem precedentes ao monopólio ideológico do Partido, o que colocou os marxistas do grupo Praxis em irreversível rota de colisão com os dirigentes das instituições políticas da Iugoslávia (SHER, 1977, p. xvii).

Antes de fazer a crítica da política iugoslava o grupo Praxis desenvolveu uma crítica mais geral do caráter dogmático que havia se incrustrado no marxismo (SHER, p. 57-58). Para tanto, resgatam os escritos do "jovem" Marx, dando centralidade para os conceitos de alienação e de praxis (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 30-31). Sustentam que o ser humano está sendo alienado da sua praxis (um conceito normativo, referido a um ideal baseado numa capacidade essencialmente humana), que é a atividade social consciente, orientada para objetivos, na qual o indivíduo se auto-expressa e se auto-realiza (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 32; SHER, 1977, p. 68-73). De modo sofisticado, criticam a teoria do

---

[278] Os principais membros do grupo Praxis eram: Rudi Supek, Gajo Petrović, Predrag Vranicki, Milah Kangrga, Danko Grlić, Branko Bošnjak e Ivan Kuvačić de Zagreb; Mihailo Marković, Ljubomir Tadić, Veljko Korać, Andrija Krešić, Vojin Milić, Svetozar Stojanović, Zagorka Pešić-Golubović e Miladin Životić de Belgrado.

[279] Conforme Oskar Gruenwald somente na Iugoslávia o humanismo marxista tornou-se a orientação predominante nas ciências sociais (GRUWNWALD, 1983, p. 2). Na Hungria um grupo de alunos e colegas de Georg Lukács constitiu uma escola de pensamento que ficou conhecida como Escola de Budapeste. Originalmente, tratava-se da formulação de um humanismo marxista, embora desenvolvimentos posteriores tenham envolvido rupturas com o próprio marxismo. Destacam-se nomes como Ágnes Heller, Ferenc Fehér e György Márkus. István Mészaros, embora tenha deixado a Hungria após a invasão soviética em 1956, pode ser considerado um pensador ligado à Escola de Budapeste. Muitos paralelos poderiam ser feitos entre a história da Escola de Budapeste e a história do Grupo Praxis, a começar pelo impulso humanista, de recuperação do "jovem Marx", até a reação repressiva das autoridades dos seus respectivos países. Os posteriores processos de ruptura com o marxismo, presentes entre intelectuais originários tanto do Grupo Praxis quanto da Escola de Budapeste, com incorporação da influência do pensamento liberal, mereceriam um estudo à parte. Infelizmente, no âmbito dessa tese, não pudemos nos aprofundar nestas questões.

reflexo[280] e a dialética na versão stalinista, na qual o elemento criativo e dinâmico do indivíduo é anulado, cabendo apenas ao Partido (como consciência totalizadora da classe trabalhadora) o papel de conduzir a luta de classes fazendo a leitura correta das leis dialéticas, objetivas e "impessoais" (SHER, 1977, p. 88-95).

Após ter estabelecido solidamente os pressupostos teóricos mais gerais do seu marxismo humanista, o grupo Praxis formulou uma série de críticas específicas à realidade iugoslava, antecipando muitas vezes problemas que ainda não haviam se desenvolvido para formas mais claramente perceptíveis.

Do ponto de vista do combate das ideias, do posicionamento do grupo Praxis no interior do campo das correntes filosóficas e sociológicas da Iugoslávia, pode-se dizer que os seus adversários estavam em duas extremidades: de um lado, o marxismo dogmático do *Diamat*, de outro, a ideologia gerencial. O seu estilo de pensamento seria basicamente um reflexo das visões de intelectuais pró-socialismo desencantados com a discrepância entre ideais e a realidade (MIRKOVIĆ, 1976, p. 236).

Ao insistir na validade da análise de classes também para as sociedades socialistas, despertou a irritação de altos dirigentes, como Edvard Kardelj (SHER, 1977, p. 139-142). Tal análise conduziu os intelectuais do grupo Praxis a denunciar o surgimento e fortalecimento de uma nova classe média com todas as marcas do capitalismo pequeno-burguês, hostil ao marxismo e a todo pensamento de esquerda[281]. Milan Kangrga, num artigo controverso publicado em 1971, sugere que esta classe média está se tornando dominante na sociedade, econômica e ideologicamente, tentando mesmo transformar a Liga dos Comunistas no seu próprio partido de massas ao mesmo tempo em que procura dividir a classe trabalhadora em classes nacionais (SHER, 1977, p. 175-176; DEVIĆ, 2000, p. 74).

Para Ivan Kuvačić, a "nova classe média" iugoslava, distinta da "antiga" (pequena-burguesia), é "mutuamente inter-relacionada e estreitamente ligada com o aparato

---

[280] "O elemento apologético da teoria do reflexo se torna evidente, Supek alega, quando se assume pragmaticamente que pela criação de "condições materiais" e de uma "base institucional" para o socialismo, uma consciência socialista emancipatória irá automaticamente se seguir como uma consciência direta desses fatores "objetivos", enquanto todas as manifestações ideológicas contrárias são vistas como evidência de subversão ou de importação de "concepções alienígenas"" (SHER, 1977, p. 35). No original: "The apologetic element in the theory of reflection becomes evident, Supek claimed, when it is pragmatically assumed that by creating "material conditions" and an "institutional base" for socialism, an emancipatory socialist consciousness will automatically follow as a direct outgrowth of these "objective" factors, while all contrary ideological manifestations are seen as evidence of subversion or the importation of "alien conceptions"" (SHER, 1977, p. 35).

[281] No próximo capítulo tematizaremos sobre a estrutura de classes iugoslava. Aqui, podemos indicar que essa classe média equivale ao baixo e médio escalão das burocracias estatal/partidária e empresarial. Aqueles que se encontram na sua fração mais alta, por meio da ascensão na carreira, por vezes chegam ao topo das burocracias, constituindo assim a classe dominante dos gerentes e a nova classe dos dirigentes, em conflito com a vanguarda política.

administrativo e parcialmente também com a elite política" (*Praxis*, 1973, p. 351-352). O seu poder não é nada desprezível, na medida em que se faz bastante presente nas atividades administrativas, econômicas e políticas, destacando-se na mídia de comunicação de massas. Inclusive é o seu rápido fortalecimento que coloca em cheque a ideologia de que não há divisão de classes na população iugoslava, favorável ao seu encobrimento. Ao entrar na cena política em aliança com uma parte da elite dominante, aspira à constituição de uma sociedade burguesa, por meio de uma ideologia de "homogeneização de todos os habitantes numa base nacional, isto é, em repúblicas e regiões autônomas" (*Praxis*, 1973, p. 352).

O sociólogo ainda afirma que a classe média ascende às "fileiras dos ricos" sub-repticiamente, contra a ideologia oficial, por meio de "transações mascaradas de autogestão". O autor não explica do que se tratam essas transações, apenas afirma que nelas os interesses privados são legalizados por meio de mudanças nas regulações internas (*Praxis*, 1973, p. 352).

Como o marxismo é um obstáculo para o seu avanço, o movimento político dessa classe média ascendente procura enfraquece-lo, principalmente por meio da propagação da ideologia nacionalista, embora hipocritamente tenha de se referir ao socialismo e ao marxismo o tempo todo no seu discurso oficial. Por isso, Kuvačić considera precária e contraditória a posição da classe média iugoslava.

Um dos dilemas dessa classe média é a sua relação com o nacionalismo, na sua problemática orientação tradicionalista. Isto é, se o nacionalismo for orientado para a glorificação do passado, para a exaltação de valores tradicionais, ele fornece uma plataforma ideológica que difere claramente da plataforma proletária. Todavia, esse tipo de orientação não é atraente para a população que se orienta pelos valores da técnica e da ciência, bem como para a maioria dos jovens. De acordo com Kuvačić, as "emoções românticas" podem tocar apenas um pequeno estrato da burguesia, nostálgico devido ao seu fracasso econômico, além de atrair o que chama de "quase-intelectuais" que "encontram compensação pela sua impotência e falta de talento na identificação com o nacional e facilmente fazem-se de vítimas por uma crença eufórica de que eles são os únicos verdadeiros representantes da nação" (*Praxis*, 1973, p. 354-355).

Contudo, a ideologia de classe média não estava em crise. A questão que se colocava para o seu futuro é se conseguiria "ativar os trabalhadores" econômica e politicamente. Além disso, estava em aberto se o nacionalismo seria mais orientado de modo tradicional ou moderno. A sua articulação até então havia sido dirigida para a "velha classe média", pouco relevante na Iugoslávia. Para Kuvačić, a "nova classe média", o núcleo das

estruturas tecnocráticas da indústria, permanecia impassível. Para envolver essas estruturas seria necessário mover o centro da articulação ideológica das categorias "orgulho", "honra", "herança nacional" para as categorias "eficácia" e "padrão/qualidade" [standard] (*Praxis*, 1973, p. 355).

A crítica do nacionalismo como ideologia dessa classe média ascendente recorre à reflexão de Marx sobre a nação como criação política da classe burguesa. Assim, Milan Kangrga sublinha que a competição econômica entre nações se dava entre os segmentos dessa classe e a expensas da classe trabalhadora como um todo:

> A nação é precisamente *par excellence* a criação *política* da classe burguesa (...). Não é outra coisa senão o povo politicamente constituído no Estado. É então ao mesmo tempo necessariamente uma criação de classe, que pressupõe e implica no poder da burguesa sobre a classe trabalhadora e sobre outras classes (...) e estratos da sociedade. Não há nação sem seu próprio Estado (…), isso é bastante claro. Mas é igualmente claro que o Estado moderno (…) é apenas o Estado como instrumento político para a salvaguarda do interesse dominante (...) da classe burguesa e da burocracia e simultaneamente para a opressão e exploração da classe trabalhadora *da mesma nação*[282]. (Kangrga, "Fenomenologija ideološko-političkog nastupanja jugoslavenske srednje klase", Praxis, Edição Iugoslava, n. 3-4, 1971, p. 444 *apud* SHER, 1977, p. 182; grifos no artigo original)

Desde 1968, com uma edição internacional da revista *Praxis* dedicada a temática "O nacional, o internacional, o universal", fica bastante evidente a preocupação do grupo Praxis com a escalada dos nacionalismos na Iugoslávia, manifesta sobretudo em querelas linguísticas, nas disputas político-econômicas entre regiões mais e menos desenvolvidas e na insistência numa igualdade formalista em termos de "nacionalidades". Vejamos então como se apresenta esta temática entre alguns autores.

No artigo "Le socialisme et la question nationale", Predrag Vranicki parte do entendimento de que uma política levada em nome do que se chama "interesse nacional" pode ser uma atitude historicamente conservadora e reacionária, ou, ao contrário, uma base ou um momento importante da luta progressista de libertação, a depender das condições e das forças sobre as quais se apoia (*Praxis*, 1968, p. 239).

---

[282] No original (tradução de Sher): "The nation is precisely *par excellence* the *political* creation of the bourgeois class (...). It is nothing other than the politically constituted people in the state. It is thus at the same time necessarily a class creation, which assumes and implies the power of the bourgeoisie over the working class and all other classes (…) and strata of society. There is no nation without its own state (…) that is abundantly clear. But it is just as clear that the modern state (…) is only the state as the political instrument for safeguarding the ruling interest (…) of the bourgeois class and the bureaucracy and simultaneously for the oppression and exploitation of the working class *of the very same nation*" (Kangrga, "Fenomenologija ideološko-političkog nastupanja jugoslavenske srednje klase", Praxis, Edição Iugoslava, n. 3-4, 1971, p. 444 apud SHER, 1977, p. 182; grifos no artigo original).

O filósofo discorre sobre os contraditórios processos de libertação nacional e de criações de nações, no qual ao mesmo tempo em que certos povos avançaram uma etapa no seu processo de libertação, de aquisição de autonomia, desenvolveram-se também as estruturas de classe atuais, a fetichização da nação, o desprezo "dos outros", a criação de barreiras artificiais entre as nações etc. É por isso que a defesa da autodeterminação das nações em Lenin, apoiada por Vranicki, decorre de uma abordagem histórica concreta. Esta abordagem encontra apoio na visão de Marx de que o proletariado precisa se constituir enquanto classe nacional para tomar o poder político, embora seja preciso uma ação unificada entre os diversos proletariados nacionais para que se realize a sua libertação. Vranicki afirma ainda que somente com o seu domínio as cisões nacionais desaparecerão (*Praxis*, 1968, p. 241-242).

Todavia, quando se trata da manipulação da "plataforma nacional" pelos interesses da burguesia no poder, os resultados provaram ser catastróficos, como testemunham as duas grandes guerras mundiais. Assim, embora a questão nacional seja estratégica numa fase de libertação nacional para povos sem autonomia frente às nações opressoras, a revolução socialista não deve permanecer nos seus quadros necessariamente alienados (o estatal, o político, a existência de classes) (*Praxis*, 1968, p. 242-244).

No que se refere à Iugoslávia, Vranicki recorda que foi sobre a plataforma do comunismo e não do nacionalismo que a existência independente dos povos e das nações iugoslavas foi assegurada[283]. Do mesmo modo, o avanço da libertação do homem, objetivo socialista, seria impossível se cada nacionalidade se fechasse em si mesma, rompendo os lações culturais com as forças revolucionárias das outras nacionalidades. É preciso abertura para fecundar e ativar as forças criativas de uma nação, do contrário se cai no atraso, na asfixia, no particularismo e no provincialismo. Além de considerar uma "cegueira política", Vranicki classifica como pusilanimidade pequeno-burguesa a atitude de pender para as extremidades nacionalistas em razão das lamentações sobre certas omissões, irregularidades ou dificuldades no relacionamento entre as nações iugoslavas (*Praxis*, 1968, p. 242-243).

[283] Na Iugoslávia a palavra "nação" foi utilizada com o sentido de um povo específico (*narod*), conceito distinto de nacionalidade (*narodnost*). Reconheciam-se então como nações, ou povos constituintes da federação, as comunidades nacionais eslavas que não tinham um Estado fora da Iugoslávia: eslovenos, croatas, sérvios, macedonianos, montenegrinos e muçulmanos (muçulmanos são reconhecidos como povo, e não como categoria religiosa). Já os albaneses do Kosovo e os húngaros da Voivodina, por exemplo, por já serem "dotados" de uma pátria-mãe fora da Iugoslávia (Albânia e Hungria), não eram considerados como "nações" (*narod*) e sim como "nacionalidades" (*narodnost*), sem direito a autodeterminação, embora usufruindo de grande autonomia nas províncias do território sérvio com a Constituição de 1974 (culminação de um processo que se inicia com a descentralização de 1965). Outras "minorias étnicas", como turcos, italianos, judeus e ciganos, abrigavam-se sob o conceito de *narodnost*. O comprometimento com o Estado-nação iugoslavo era identificado por meio do conceito de cidadania (*drzavljanstvo*).

Estas irregularidades existiriam justamente porque uma parte da burocracia do partido e do Estado da Iugoslávia retrocedeu a posições nacionais, perdendo de vista a perspectiva de classe que deve pautar a revolução socialista. Quer dizer, no interior da burocracia haveria de um lado "forças" contrárias à autogestão e de outro aqueles que não são corrompidos pelas posições burocráticas, e que portanto são "forças" favoráveis ao desenvolvimento da revolução socialista (*Praxis*, 1968, p. 247).

A posição nacional-burocrática se apresentaria sob as formas do centralismo, do unitarismo e do particularismo nacional, todas resistentes às futuras transformações estruturais que Vranicki esperava se processar no sentido da autogestão. Assim, afirma o filósofo, no caso do *centralismo burocrático*, esta resistência tenderá a dar a preferência à nação mais forte, no *unitarismo burocrático*, ela será a recusa a reconhecer as diferenças, particularidades, tradições, sentimentos nacionais etc., e no *particularismo burocrático*, ela será a separação e a "crisalidação" no isolamento nacional (*Praxis*, 1968, p. 245).

Assim, podemos perceber como vai se articulando uma crítica do nacionalismo à crítica da burocracia. De um modo mais genérico, Vranicki menciona que as referidas irregularidades e abusos que dão azo a atritos entre as nações iugoslavas são engendradas também pelo espírito burocrático do mistério e do segredo (já apontado por Marx) mantidos pela via hierárquica, o que leva ao fechamento da burocracia à opinião pública (a abertura equivale à traição). Deste modo, ignora-se a posição de cada um na burocracia, e mesmo na Liga dos Comunistas "não sabemos nada das divergências essenciais opondo certos protagonistas de nossa vida política e certos grupos". O resultado é um vácuo de concepções, compensado por maquinações de corredores (*Praxis*, 1968, p. 245).

Por isso, parte da solução para o problema do relacionamento entre as nações passa pelo rompimento da lógica burocrática. Para que haja relações sadias (econômicas e culturais) entre as nações iugoslavas é preciso "*conversações amigáveis para a solução de cada problema, abertura total do trabalho e possibilidade de crítica aberta*" (*Praxis*, 1968, p. 245-246; grifos do autor).

Sobre a questão da ajuda às nações menos desenvolvidas, Vranicki argumenta que seria hipócrita defender a ajuda aos países subdesenvolvidos ou pobres no plano internacional e ser contra a solidariedade entre os povos na Iugoslávia. Todavia, esta questão, considerada delicada, só poderia encontrar solução com a democratização total da discussão pública e da crítica (*Praxis*, 1968, p. 246).

O autor ainda trata com bastante minúcia sobre a querela linguística do servo-croata, criticando aqueles que querem fazer uma separação artificial entre o servo e o croata.

Para ele, trata-se de uma mesma língua, com ligeiras variações, que, sendo aceitas, só aumentam a sua riqueza linguística (*Praxis*, 1968, p. 247-250).

Finalmente, falando de um universalismo da comunidade humana, argumenta em favor da abertura às outras nações no mundo, pela partilha do progresso técnico e cultural. Para ele, a revolução que virá, no socialismo, não é a edificação de um estado nacional único, nem de estados nacionais federados ou confederados, e sim a realização da comunidade humana autogestiva (*Praxis*, 1968, p. 249-250).

Veljko Cvjetičanin em "Réflexions sur la nation et la question nationale" e Ljubomir Tadić em "Nationalisme et internationalisme" desenvolvem suas ideias de modo bastante semelhante, complementando a abordagem de Vranicki.

Cvjetičanin, tal como Vranicki, atribui à burocracia o apoio às tendências nacionalistas, embora distinga nela duas correntes com relação à questão nacional, os progressistas e os conservadores. O problema é que mesmo os políticos que podem ser considerados progressistas empregam o termo "povo" (pensando no "seu povo") muito mais frequentemente que o termo "classe", pensando na classe operária. Do mesmo modo, a burocracia estaria manipulando exageradamente as "chaves nacionais" na política dos quadros, como se fosse "uma varinha mágica" capaz de resolver os problemas entre as nações (*Praxis*, 1968, p. 279-280).

Tadić argumenta que em todas as revoluções, inclusive a iugoslava, a maré baixa da consciência de classe proletária "cavou vazios nos quais se instalaram e se instalam ainda confortavelmente o nacionalismo pequeno-burguês". Assim, a justiça social e a unidade humana dão lugar a "uma falsa consciência e a prática da igualdade formalista das 'chaves nacionais'" (*Praxis*, 1968, p. 324).

Cvjetičanin e Tadić citam exemplos do internacionalismo comunista para contrapor-se a prioridade dada ao princípio nacional: um proletário polonês e um húngaro na direção da Comuna de Paris, um sérvio secretário geral do Comitê Central do Partido Comunista Croata, um croata primeiro comandante de uma esquadra de partisans sérvios, o argentino Che Guevara como ministro do governo socialista cubano, depois como vanguarda da revolução boliviana etc. (*Praxis*, 1968, p. 280 e 324).

Embora Cvjetičanin mencione o perigo que representa a reprodução da "estratificação social vertical" para o agravamento das relações entre as nações, o autor afirma que na atualidade a classe operária é a menos carregada de preconceitos nacionalistas (*Praxis*, 1968, p. 281-282). Também Rudi Supek insiste na distinção entre as tendências manifestas nas classes exploradas e nas classes socialmente privilegiadas no que tange ao "sentimento

nacional". Este portava desde o seu nascimento a contradição entre os direitos formais instituídos com a revolução burguesa e a realidade da exploração capitalista imposta aos operários. Assim, como atestam inúmeros eventos da história francesa, enquanto os explorados insistem sobre o conteúdo humano e democrático desse "sentimento nacional" sob o slogan "*vive la republique*", a reação nacionalista escuda-se no formalismo do "*vive la France*". Para o sociólogo, esse sentimento nacional

> se desenvolve, naturalmente, ou pela lógica do desenvolvimento social e da luta de classes, em sentimento universal da comunidade humana, e quando esta comunidade humana torna-se o objetivo da missão histórica do proletariado, o sentimento nacional se transforma em internacionalismo. Contudo, ao mesmo tempo, o sentimento nacional degenerou cada vez mais nas classes burguesas privilegiadas em ódio dos outros povos contra os quais era levada a luta imperialista, mas sobretudo em ódio de seu povo e de seu proletariado[284]. (*Praxis*, 1968, p. 271-272)

Sobre o problema das desigualdades socioeconômicas entre as regiões desenvolvidas e as regiões subdesenvolvidas da Iugoslávia, Cvjetičanin lembra que o Programa da Liga dos Comunistas de 1958 sublinha a necessidade de igualdade econômica, considerando assim que o "elemento essencial da política econômica deve ser a preocupação permanente da aceleração do desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas" (*Praxis*, 1968, p. 282).

O filósofo critica duas concepções alternativas ao desenvolvimento da autogestão como solução para a "questão nacional", defendidas não em público mas em círculos privados. De um lado, existem defensores do conceito burocrático-estatista, não mais "militante-partisan", mas sob um "burocratismo esclarecido", completado por elementos tecnocráticos, como saída para a atual situação "anárquico-autogestiva". Esta posição, parece-nos, é uma espécie de híbrido entre o já derrotado estatismo da corrente de Ranković e a crescente tendência "tecnocrática" na Liga dos Comunistas.

Cvjetičanin sustenta que somente "em aparência as relações entre as nações pareciam resolvidas de forma mais adequada na fase burocrático-estatista", posto que na realidade "o prolongamento não histórico da existência das estruturas burocrático-estatistas agravou e agrava ainda estas relações". As reivindicações de caráter nacional seriam

[284] No original : « Le sentiment national se développe, naturellement, ou par la logique du développement social et de la lutte des classes, en sentiment universel de la communauté humaine, et quand cette communauté humaine devient le but de la mission historique du prolétariat, le sentiment national se change en internationalisme. Cependant, en même temps, le sentiment national a dégénéré de plus en plus dans les classes bourgeoises privilégiées, en haine des autres peuples contre lesquels était menée la lutte impérialiste, mais surtout en haine de son peuple et de son prolétariat » (Praxis, 1968, p. 271-272).

funcionais à manutenção do poder burocrático, distorcendo a natureza dos conflitos que residiria na falta de liberdade dos homens, isto é, na falta de desenvolvimento da autogestão:

> A burocracia é estruturada hierarquicamente e quer apresentar o conflito permanente entre as esferas inferiores e as esferas superiores como uma luta para a independência nacional, quer dizer, para a conservação da comunidade social compacta; mas no fundo, ela luta mais frequentemente pelo monopólio burocrático-particular e burocrático-unitarista da dominação dos homens. Enquanto o homem como homem não é livre, não pode haver nem liberdade completa, nem igualdade entre as nações[285]. (*Praxis*, 1968, p. 283)

Outra concepção, de viés mais claramente nacionalista, corrente em certos círculos intelectuais ligados à cultura, considera prematura e inadequada para as condições iugoslavas a via marxista para a solução da questão nacional. Esta concepção seria defendida por uma *intelligentsia* que se considera "guardiã da cultura nacional", vislumbrando para seus propósitos a formação de novos quadros políticos para a criação de um novo partido nacional. Os mais moderados defenderiam uma confederação, enquanto os mais extremistas falariam em secessão (*Praxis*, 1968, p. 283).

Para Tadić, o nacionalismo dos eslavos do sul sofreu de um duplo atraso, e "apareceu sob uma forma quase caricatural", posto que o seu impulso nacional decisivo veio justamente por meio das grandes nações atrasadas (isto é, de formação nacional tardia), Itália e Alemanha, ao invés de Inglaterra e França. Assim, em meados do século XIX o romantismo reacionário alemão despertou o espírito nacional em sérvios e croatas, orientado para as "regiões trevosas" dos estados medievais. Este mesmo nacionalismo, sob a proteção do nazismo germânico e do fascismo italiano, desencadeia "a guerra fratricida e religiosa de 1941". O filósofo alerta que, ainda que esse nacionalismo tenha sofrido uma derrocada política total diante das forças internacionalistas da nova Iugoslávia,

> ele jamais foi *teoricamente estudado* a fundo, e seus potenciais atávicos secretos não foram intelectualmente dominados até o fim. Esqueceu-se rapidamente que os nacionalismos sérvios e croatas eram e continuam sendo, sob sua forma católica romana, assim como sob sua forma bizantina, ideologias militantes de tipo despótico, às quais falta a criatividade política e cultural sob todas suas formas[286]. (*Praxis*, 1968, p. 320-321; grifos do autor)

---

[285] No original : « La bureaucratie est structurée hiérarchiquement et veut présenter le conflit permanent entre les sphères inférieures et les sphères supérieures comme une lutte pour l'indépendance nationale, c'est-à-dire pour la conservation de la communauté sociale compacte ; mais au fond, elle lutte le plus souvent pour le monopole bureaucratico-particulier et bureaucratico-unitariste de la domination des hommes. Tant que l'homme en tant qu'homme n'est pas libre, il ne peut y avoir ni liberté complète, ni l'égalité entre les nations » (*Praxis*, 1968, p. 283).

[286] No original : « (…) il n'a jamais été théoriquement étudié à fond, et ses potentiels ataviques secrets n'ont pas été intellectuellement maîtrisés jusqu'au bout. On a vite oublié que les nationalismes serbes et croates étaient et

Cvjetičanin insiste na defesa da autogestão como a melhor saída para a solução das relações entre as nações. Tal solução não está nos dirigentes (e na distribuição do poder na "chave nacional") e sim na "influência direta e cada vez maior da classe operária sobre o plano global, para a realização da associação autogestionária" (*Praxis*, 1968, p. 280-281). A expectativa é que com o sistema da autogestão desapareceriam as condições econômicas da existência de classes, "portadoras das tendências nacionalistas e hegemonistas". O filósofo pontua ainda que a sociedade não se atomiza pelo sistema da autogestão, o que poderia alimentar o particularismo, já que ela não se opõe a todo centralismo, mas somente ao centralismo burocrático-unitário. "O desenvolvimento da autogestão em todas as dimensões essenciais, sobretudo no sentido vertical, tende a integração social, fundada sobre o centralismo autogestionário, democrático" (*Praxis*, 1968, p. 284-285).

Ljubomir Tadić, apoiando-se em estudos sobre o fenômeno nazista, sobre as concepções de Marx e sobre a análise histórica da formação das nações, chega à conclusão de que o direito da nação a autodeterminação e a cisão não pode ser a divisa do socialismo como tal; "o que pode ser é o *direito dos povos à revolução*" (*Praxis*, 1968, p. 314-323; grifos do autor).

O filósofo entende que não é mais a nação, mas o *regime* que se tornou a categoria política central nas comunidades sociopolíticas mais progressistas. Com mais razão ainda esse critério do regime político deveria ser decisivo para as comunidades socialistas, "pela simples razão que a comunidade socialista de tipo marxista não funda sua integração sobre a nação, mas sobre o internacionalismo". Quer dizer, no marxismo revolucionário a consciência estatal ou nacional dá lugar à consciência proletária internacional de classe (*Praxis*, 1968, p. 322-323).

A questão das relações entre burocracia, classe média e nacionalismo sobre as quais discorreram os intelectuais do grupo Praxis ainda está por receber um tratamento mais aprofundado pela pesquisa histórica. De todo modo, podemos apontar para alguns indícios do acerto das críticas às orientações nacionalistas que estavam se desenvolvendo especialmente entre a burocracia de um modo geral e entre as classes médias em particular.

Pesquisas sobre "distância étnica" mostraram que os mais escolarizados tinham mais distância étnica do que os menos escolarizados e que os eslovenos eram os campeões de "distância étnica" (BURG, 1983, p. 45-46).

---

sont restés, sous leur forme catholique romaine, comme sous leur forme byzantine, des idéologies militantes de type despotique, auxquelles il manquait la créativité politique et culturelle sous toutes ses formes » (*Praxis*, 1968, p. 320-321).

Os entrevistados no estudo eram perguntados sobre suas prováveis reações a seis tipos de relações com "uma pessoa média, nem a melhor nem a pior" de cada uma das principais nacionalidades iugoslavas: sérvia, croata, eslovena, macedônica, montenegrina, albanesa, húngara e muçulmana. As questões eram as seguintes: (1) Você seria favorável que essa pessoa vivesse permanentemente em sua república? (2) Você seria a favor que essa pessoa fosse empregada na mesma empresa onde você trabalha? (3) Você concordaria em se tornar amigo desta pessoa? (4) Você concordaria em se casar com essa pessoa? (5) você seria favorável que essa pessoa fosse seu superior no trabalho? (6) você seria favorável que essa pessoa tivesse uma posição de liderança na sua república? (BURG, 1983, p. 45)

A "distância étnica" foi medida em termos do número de respostas negativas. Dentre as repúblicas, a Eslovênia teve uma significativa alta proporção de entrevistados que deram um alto número de respostas negativas, indicando fortes sentimentos de "distância étnica". A etnicidade foi relativamente pouco importante com relação a questões de emprego e amizade mas muito importante para a seleção de um cônjuge. Contudo, diferentemente dos demais, para uma grande proporção dos entrevistados da Eslovênia a etnicidade também foi bastante importante para a definição de comunidade territorial e para a alocação de autoridade econômica e política.

Os resultados da pesquisa também revelaram fortes sentimentos de distância étnica entre os mais educados entrevistados. Quer dizer, uma proporção muito maior daqueles com alta educação do que aqueles com baixos níveis de educação deram relativamente um alto número de respostas negativas às questões (BURG, 1983, p. 46).

Rusinow, costumeiramente arguto em suas observações, percebera o interesse da nova classe média croata numa aliança com nacionalistas ante o "centralismo de Belgrado" por um lado e a literal realização da autogestão por outro:

> Gerentes e outros membros da nova "classe média" croata (um termo infeliz, por causa das suas conotações emotivas, usado aqui faute de mieux e puramente como uma etiqueta sociológica sem implicações normativas) não tem nenhum amor pelo centralismo de Belgrado e tudo o que isso implica, mas igualmente pouco desejam viver com uma implementação literal da teoria da autogestão sem intermediários. Tudo na sua experiência e na lógica de seus próprios papéis clama-lhes que tal sistema seria ineficiente se não absurdamente impraticável. Instinto e experiência histórica também lhes sugerem que uma liderança forte que respeite e apoie seus papéis, mas que também goze de legitimidade – melhor ainda, de entusiasmo - entre as massas como uma liderança nacional seria a

> melhor defesa contra ambos os lados desse dilema[287]. (RUSINOW, 2008, p. 155-156)

Bogdan Denitch também corrobora a crítica do grupo Praxis à resistência da nova classe média à autogestão,

> que procura desfrutar de um padrão de vida próximo ao da Europa Ocidental e cujos valores são cada vez mais tecnocráticos e gerenciais. Para eles, o que há de errado com a autogestão é precisamente que ela envolve trabalhadores – pessoas que são vistas como tendo cultura e experiência insuficientes para tomar decisões importantes[288]. (DENITCH, 1976, p. 183)

O afastamento da nova classe média do projeto socialista iugoslavo se dava também em termos da adesão à cultura do consumismo. De acordo com a médica Sofija Puric, entrevistada por Magid, era o modelo americano que atraía os iugoslavos desde o rompimento com Stalin:

> No início dos anos 1950, os lações melhores do meu país com o Ocidente nos trouxeram, entre outras coisas, uma colheita de filmes americanos com ênfase na afluência, no consumismo, no lazer e no individualismo criativo; e eles nos trouxeram o gênio da música americana. Eu me emocionei com o "Rhapsody in Blue" de Gershwin e rapidamente me vi viciada em jazz. Tudo isso tinha um efeito vertiginoso sobre mim, a camponesa de Pica. Livros, bibliotecas, cinemas, viagens ao teatro – nem sempre era fácil para mim distinguir fato de fantasia. Todos em torno de mim em Srem Mitrovica no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 foram tantos outros jovens que compartilhavam da minha intoxicação. Cada vez mais nos sentimos atraídos por alguma concepção vaga da vida boa – uma concepção que, para a maioria de nós, tinha pouco a ver com a ideologia socialista reinante na Iugoslávia do pós-guerra. Já em 1952, quando saí de Srem Mitrovica para a Faculdade de Medicina de Belgrado, pude ver a ideologia do socialismo revolucionário dar lugar, na vida da maioria das pessoas que conhecia, a uma ideologia mais poderosa do consumismo emanando da sua [referindo-se ao entrevistador Magid] própria América. Olho para trás agora e vej oque foi a atração de uma ideologia consumista revolucionária que abriu toda a Iugoslávia para um mundo que poucos anos antes a maioria de nosso povo não poderia ter imaginado. Tito nos salvou de Stalin e, como consequência, nos entregou ao Ocidente. Esqueça toda a conversa sobre neutralismo e não alinhamento! Os iugoslavos olham para o sul e para o leste apenas quando precisam pensar

[287] No original: "Managers and other members of the new Croatian "middle class" (an unfortunate term, because of its emotive connotations, used here faute de mieux and purely as a sociological label without normative implications) have no love for Belgrade centralism and all it implies but equally little desire to live with a literal implementation of the theory of self-management without intermediaries. Everything in their experience and in the logic of their own roles cries out to them that such a system would be inefficient if not absurdly unworkable. Instinct and historic experience also suggest to them that a strong leadership that respects and supports their roles but also enjoys mass legitimacy – better yet, enthusiasm – as a national leadership would be the best defense against both horns of this dilemma" (RUSINOW, 2008, p. 155-156).

[288] No original : "The first is the new middle class, which seeks to enjoy a living standard close to that of Western Europe and whose values are increasingly technocratic and managerial. For them what is wrong with self-management is precisely that it does involve workers – persons who are viewed as having insufficient culture and expertise to make major decisions" (DENITCH, 1976, p. 183).

> em como proteger seus flancos; para todo o resto seus olhos estão fixos no Ocidente. Nossa escravidão para com o Ocidente na era do pós-guerra não começou com o fluxo de créditos na última década; ela começou duas décadas antes, em Srem Mitrovica e em muitas outras cidades em toda a Iugoslávia, quando a América começou a nos inundar com suas paisagens e sons[289]. (MAGID, 1991, p. 198-199)

A permanência da importância da crítica à escalada dos nacionalismos pode ser percebida ainda na apresentação da *Praxis internacional* nº 3-4 de 1971, intitulada "Un moment du socialisme yougoslave". Nesta apresentação são descritas as posições comuns a que chegaram, por caminhos diversos, os diversos autores da revista *Praxis* acerca da situação em que se encontrava o socialismo iugoslavo. Vejamos pormenorizadamente tais posições.

Dos seis pontos desenvolvidos, apenas o primeiro possui um teor positivo, ao concluir que a autogestão se impôs, no âmbito do socialismo europeu, como a forma de verdadeira democratização do socialismo em geral, tanto no movimento operário como nos círculos progressistas, notadamente na *intelligentsia* (*Praxis*, 1971, p. 332). Os demais cinco pontos tratam de descrever do que se trata a crise do socialismo na Iugoslávia. Esta crise não seria devida somente ao insucesso de uma política determinada, mas principalmente em razão da própria concepção de autogestão operária vigente na constituição. Esta concepção igualou as organizações produtivas e as organizações mediadoras (financeiras e comerciais) e com isso a classe operária perdeu o direito de dispor do sobretrabalho (reprodução alargada), do "trabalho passado" (acumulação social) e do "trabalho futuro" (planificação da política de desenvolvimento) (*Praxis*, 1971, p. 332-333).

Predrag Vranicki, no artigo "Le socialisme et la crise", trata dessa questão, considerando um erro de princípio a forma como atualmente são concebidos os centros da

[289] No original: "By the early 1950s, my country's improved ties with the West brought us, among other things, a harvest of American films with their emphasis on affluence, consumerism, leisure, and creative individualism; and they brought us the genius of American music. I thrilled to Gershwin's "Rhapsody in Blue", and quickly found myself addicted to jazz. All of this had a dizzying effect on me, the peasant girl from Pica. Books, libraries, cinemas, trips to the theatre – it was not always easy for me to distinguish fact from fantasy. All around me in Srem Mitrovica in the late 1940s and early 1950s were many other young people who shared my intoxication. More and more we found ourselves drawn to some vague conception of the good life – a conception which, for most of us, had little to do with the reigning socialist ideology in postwar Yugoslavia. As early as 1952, when I departed Srem Mitrovica for the Faculty of Medecine in Belgrade, I could see the ideology of revolutionary socialism giving way in the lives of most people I knew to a more powerful ideology of consumerism emanating from your own America. I look back now and I see that it was the pull of a revolutionary consumerist ideology that opened up all of Yugoslavia to a world that only a few years before most of our people could not have imagined. Tito saved us from Stalin and, as a consequence, handed us over to the West. Never mind all the talk about neutralism and nonalignement! Yugoslavs look south and east only when they must think about how to protect their flanks; for everything else their eyes are fixed on the West. Our bondage to the West in the postwar era did not begin with the flood of credits in the last decade; it began two decades before, in Srem Mitrovica and many other towns and cities throughout Yugoslavia, when America began to inundate us with its sights and sounds" (MAGID, 1991, p. 198-199).

potência financeira (bancos, organizações de re-exportação etc.), ao não distinguir-se na sua essência as instituições de mediação e as instituições criadoras de sobretrabalho:

> Numa palavra, instituições de mediação que não criam o sobretrabalho (bancos, comércios...) não podem ser igualadas com os sujeitos autogestivos, a classe operária que produz este sobretrabalho. Estas instituições não podem portanto decidir "de forma autogestiva" a respeito do capital do qual elas dispõem, pois ele não é criado por elas. São as organizações de mediação que devem ser colocadas sob controle, e em parte sob a gerência, dos sujeitos que produzem estes valores, ao mesmo tempo que sob o controle da comunidade social (desde a comuna até às representações da república e da federação), responsáveis pelo funcionamento e pelo desenvolvimento das relações socialistas[290]. (*Praxis*, 1971, p. 349)

Ainda referente à crise do socialismo iugoslavo, os autores da *Praxis* entendiam que a negligência dos traços funcionais das organizações provocou a desigualdade entre as organizações autogestivas, o "egoísmo de grupo" e a exploração entre as organizações (e primeiramente das organizações produtivas pelas organizações financeiras e comerciais). É de se destacar a questão da consciência de classe:

> O mecanismo da concorrência e o "espírito de empresa" ensinaram à classe operária este "egoísmo de grupo", e a ausência do papel de defesa de classe dos sindicatos, sua manutenção enquanto fatores "de educação e de disciplina" (no espírito do socialismo estatal), deixou a classe operária privada da solidariedade de classe elementar e de resistência de classe à exploração do trabalho. No lugar da solidariedade de classe, ensinou-se à classe operária um espírito de empresa burguês no quadro das relações moeda-mercadoria, e as camadas médias ou burguesas, antigas ou recentemente formadas, tomaram a palavra. Portanto, a classe operária ficou privada de mecanismos econômicos adequados e de mecanismos políticos e de ideias defensivas[291]. (*Praxis*, 1971, p. 333)

Para a socióloga Zagorka Pešić-Golubović:

> A posição social do "produtor" no sistema iugoslavo é definida de modo a preservar o *status parcial do trabalhador*, não apenas no sistema tecnológico, mas na sociedade como um todo, uma vez que ele conecta os

[290] No original: "En un mot, des institutions de médiation qui ne créent pas le surplus de travail (banques, commerces…) ne peuvent pas être égalisées avec les sujets autogestifs, la classe ouvrière qui produit ce surplus de travail. Ces institutions ne peuvent donc pas décider « de façon autogestive » du capital dont elles disposent, car il n'est pas créé par elles. Ce sont des organisations de médiation qui doivent être placées sous le contrôle, et en partie sous la gérance, des sujets qui produisent ces valeurs, en même temps que sous le contrôle de la communauté sociale (depuis la commune jusqu'aux représentations de la république et de la fédération), responsables du fonctionnement et du développement des rapports socialistes" (*Praxis*, 1971, p. 349).

[291] No original: « Le mécanisme de la concurrence et l' « esprit d'entreprise » ont enseigné à la classe ouvrière cet « égoïsme de groupe », et l'absence du rôle de défense de classe des syndicats, leur maintien en tant que facteurs « d'éducation et de discipline » (dans l'esprit du socialisme étatique), a laissé la classe ouvrière privée de la solidarité de classe élémentaire et de résistance de classe à l'exploitation du travail. Au lieu de la solidarité de classe, on a enseigné à la classe ouvrière un esprit d'entreprise bourgeois dans le cadre des rapports monnaie-marchandise, et la parole a été prise par les couches moyennes ou bourgeoises, anciennes ou fraîches émoulues. La classe ouvrière est donc restée privée de mécanismes économiques adéquats et de mécanismes politiques et d'idées défensifs » (Praxis, 1971, p. 333).

> trabalhadores quase exclusivamente dentro de uma profissão e dentro de um estrato. (…) A classe trabalhadora é atomizada, fechada dentro dos muros de fábricas ou instituições individuais; estes muros são caracterizados pela antiga estratificação que assegura intacto o poder social concentrado no topo, tornando assim impossível para as células autogeridas superar as várias formas de diferenciações de classe e prevenir a desintegração do poder social de "produtores"[292]. (*Praxis*, 1971, p. 410; grifos da autora)

No plano cultural e ideológico, a crítica dirige-se à hegemonia da ideologia das camadas médias, as únicas que teriam se enriquecido nos últimos anos, resultando na propagação pelos meios de comunicação de massa dos valores da sociedade de consumo, em detrimento dos valores do socialismo de autogestão. Nesse contexto, as organizações culturais operárias pereceram lentamente e "a burocracia política velou para que o marxismo enquanto ideologia não seja exageradamente presente" na sociedade iugoslava (*Praxis*, 1971, p. 333).

Rudi Supek é um dos autores da *Praxis* que denuncia veementemente o estado da vida cultural na Iugoslávia, que a seu ver movia-se do extremo do "conformismo sócio-dogmático" para o polo oposto do "não conformismo pequeno-burguês ou anarco-individualista" (SHER, 1977, p. 26).

Os fenômenos do nacionalismo seriam primeiramente a expressão da mentalidade das camadas médias organizadas pela descentralização do sistema político dada pela via estatal, com o acento em mecanismos defensivos da organização política objetivando a "divisão do poder", ao invés de mecanismos progressistas, nos moldes de uma "autogestão republicana", voltada para o "perecimento do Estado" (*Praxis*, 1971, p. 333-334).

Não encontramos uma proposta organizacional homogênea no grupo Praxis, e sim alguns apontamentos mais ou menos gerais, muitos deles possivelmente complementares. Pešić-Golubović apresenta elogiosamente o modelo de conselhos de Gramsci, baseado nos princípios da livre associação e da solidariedade, destacando que deveria haver reuniões de trabalhadores aonde todos seriam treinados para "exercer o poder" (e não apenas os representantes eleitos) (*Praxis*, 1971, p. 411). A socióloga desenvolve críticas à separação de atribuições políticas (que caberiam ao partido e outras organizações sociais) e econômicas (que caberiam aos conselhos operários), entendendo que "a verdadeira autogestão não pode ser exclusivamente poder político, nem pode permanecer apenas na esfera da economia; ao invés disso, ela pressupõe a transcendência de tais esferas parcializadas como profissões e

[292] No original: "The social position of the "producer" in the Yugoslav system is defined in such a way as to preserve the *partial status of the worker*, not only in the technological system, but in the society as a whole, since it connects the workers almost exclusively within a profession and within a stratum. (…) The working class is atomized, enclosed within the walls of individual factories or institutions; these walls are characterized by the old stratification which secures the intactness of the social power concentrated at the top, thus making it impossible for the self-managing cells to overcome various forms of class differentiations and to prevent the disintegration of the social power of "producers" (*Praxis*, 1971, p. 410; grifos da autora).

estratos separados" (*Praxis*, 1971, p. 412). Pešić-Golubović defende o desenvolvimento de "unidades de autogestão integral", capazes de impedir o fortalecimento da burocracia, funcionando como "células de democracia direta", cuja atribuição incluiria questões econômicas, políticas e culturais, isto é, estariam aptas a tratar de tudo que possui um "significado social" (*Praxis*, 1971, p. 413).

Quando a autora enfrenta a difícil questão da razão pela qual os trabalhadores não implementaram as formas institucionais adequadas à autogestão socialista, sua resposta desenha um quadro bastante desolador. Para ela, objetivamente falando, a classe trabalhadora não é capaz de assegurar por si mesma a posição de classe dirigente primeiramente por que a maior porção de sua energia é absorvida na luta pela existência elementar. Além disso, não existe qualquer organização social que atue como sua representante (os sindicatos, por exemplo, são apenas porta-vozes do Estado), o que lhe retira a oportunidade de organizar-se como força política. Finalmente, o nível cultural e educacional da classe trabalhadora é inferior ao de outros estratos. O resultado é a apatia e a resignação (*Praxis*, 1971, p. 414-415).

A esperança estaria na aposta de que as ideias de socialismo (sobretudo igualdade, autogestão e livre associação) estariam presentes na consciência de iugoslavos de todos os estratos sociais e de todas as gerações. Esta hipótese plausível deveria ser comprovada por meio de uma investigação empírica de larga-escala. Se estas ideias estivessem presentes em certo grau na sociedade iugoslava, elas poderiam ser a força revolucionária básica que garantiria o andamento da revolução socialista (*Praxis*, 1971, p. 420-421).

Como resposta à crise do socialismo iugoslavo o grupo Praxis indica a via de reformas sociais radicais, orientando-se pelas recomendações e exigências formuladas pelo 2º Congresso dos Autogestionários e sublinhando a necessidade vital de manter a "unidade do sistema político e socialista na Iugoslávia como base real da unidade dos povos iugoslavos" (*Praxis*, 1971, p. 334).

Coerentes com o papel atribuído à criatividade humana na sua teoria da Praxis, os marxistas humanistas entendiam que as estruturas institucionais não são garantias da eliminação da auto-alienação humana, nem mesmo da efetivação da autogestão dos trabalhadores (SHER, 1977, p. 125). É dentro desse espírito de ceticismo com as estruturas institucionais que a autogestão iugoslava era criticada. Ao estabelecimento de órgãos de autogestão não necessariamente se seguiam genuínas relações de autogestão, sendo ainda contraproducente a tendência a institucionalizar tais órgãos como um rígido mecanismo

(SHER, 1977, p. 126). É esse tipo de postura, parece-nos, que aos olhos dos dirigentes levantava suspeitas de estarem recaindo em "tendências anarquistas"[293].

A autogestão estaria aprisionada pela burocracia reinante nos níveis mais altos da estrutura política. Assim, a crítica da burocracia também atingia frontalmente a Liga dos Comunistas, pois mostrava como o poder do Estado estava concentrado num partido que não se democratizara, e assim detinha a prerrogativa das decisões sociais mais importantes, restringindo as tendências democráticas na base da estrutura política. Os intelectuais da *Praxis* denunciavam ainda a formação de camarilhas burocráticas no nível local da empresa, compostas de Partido, gestão técnica, sindicato, governo, e mesmo líderes do conselho dos trabalhadores (SHER, 1977, p. 159-160).

Na ótica de Pešić-Golubović não existia sequer a "propriedade de grupo" nas empresas *como uma forma parcial de propriedade social*, uma vez que o direito ao livre controle sobre o excedente do trabalho e a tomada de decisão com respeito a produção e distribuição não foram, por um lado, transferidas para a organização do trabalho como um grupo social, e por outro, eles não são direito de todos seus membros (*Praxis*, 1971, p. 405). A socióloga justifica tal assertiva por três razões. Primeiramente, porque os órgãos do Estado no nível mais alto retém o direito de tomar decisões sobre a distribuição do excedente do valor. Em segundo lugar, porque são os diretores como representantes do Estado que tomam decisões concernindo aos meios de produção numa organização de trabalho. E em terceiro, porque são os "experts" (os técnicos e os "gerentes") que tomam decisões em conexão com a organização e as condições de trabalho. Então, a maioria dos membros da organização de trabalho não está em posição de tomar as decisões básicas mais essenciais para a vida e o trabalho de um dado grupo social. "A 'autogestão' é assim praticamente reduzida a discussões sobre receita [*income*], o que cria uma atmosfera em que a falta de solidariedade é prevalente" (*Praxis*, 1971, p. 406).

Com base nessa crítica feita à posição desfavorável da classe trabalhadora no que se refere ao controle sobre as condições de seu trabalho e ao uso do seu excedente Pešić-Golubović chega a questionar o caráter socialista do sistema iugoslavo, indicando um processo crescente de diferenciação de classe (*Praxis*, 1971, p. 409). A socióloga aponta que:

> Todos os estudos confirmam a noção de que a diferenciação social tornou-se mais intensa neste país nos anos recentes, e que há um processo ativo de segregação de estrato social. (A área residencial

[293] O espírito de abertura crítica do grupo Praxis pode ser conferido, por exemplo, na *Praxis* internacional, nº 3-4 de 1972, na qual aborda o anarquismo, sob a rubrica "Anarchie, avenir, révolution". Nesta edição comparece o anarco-comunista francês Daniel Guérin, com o artigo "Spontanéité, organisation et anarchisme".

> crescentemente começa a refletir o prestígio social neste país também: através da diferenciação de planos de desenvolvimento habitacional, a expensas de todos os membros da sociedade, áreas para os privilegiados são criadas, bem como aquelas para os desprivilegiados. Critérios diferentes para a avaliação do padrão de vida são defendidos por implicitamente permitirem a utilização de meios sociais com o objetivo de satisfazer as crescentes necessidades de certos estratos com "altas necessidades" de um lado, enquanto simultaneamente o próprio padrão de vida da classe trabalhadora é justificado alegando-se que existe uma falta de meios sociais necessários para resolver os problemas elementares dos trabalhadores eficientemente, embora eles frequentemente vivam sob condições limítrofes com o mínimo necessário para a existência)[294]. (*Praxis*, 1971, p. 409)

A condição dependente da classe trabalhadora poderia ser verificada principalmente pelo fato da existência do desemprego, uma ameaça que produzia uma insegurança crescente. Quer dizer, em razão da ausência de oportunidade de participação na tomada de decisões que dizem respeito às condições sob as quais o trabalho é realizado e ao exercício do direito ao trabalho, os trabalhadores não poderiam enfrentar, como classe dominante, a pobreza e o desemprego. Assim, a classe trabalhadora seria uma classe subordinada, sob a condição de trabalho assalariado (*Praxis*, 1971, p. 409-410).

Com o desenvolvimento das reformas mercantis, o assento da crítica do grupo Praxis começa a mudar do estatismo para a sociedade de mercado. Tanto o burocratismo quanto a atomização induzida pelo mercado ameaçavam sufocar as formas embrionárias e frágeis da autogestão iugoslava. Mostrava-se que a excessiva descentralização veio acompanhada com o crescimento de uma nova burguesia que se superpôs a já existente dominação burocrática (SHER, 1977, p. 158). Inspirado na teoria do trabalho alienado de Marx, Marković entende que numa sociedade que ainda tem o mercado como um dos reguladores essenciais da produção a alienação dos produtores está presente em consequência do monopólio sobre a tomada de decisões econômicas, exercido por forças tecnocráticas, com suas noções restritas de racionalidade e eficiência (SHER, 1977, p. 169). O eixo da alternativa proposta por Marković para superar a regulação mercantil é uma forma de planejamento democrático: um sistema de órgãos de planejamento central constituído de conselhos

[294] No original: "All studies confirm the notion that social differentiation has become more intensive in this country in the recent years, and that there is an active process of segregation of social strata. (Residential area increasingly begins to reflect social prestige in this country too: through differentiated housing development plans, at the expense of all members of the society, areas for the privileged are created, as well as those for the underprivileged. Different criteria for the evaluation of the standard of living are advocated by implicitly allowing the utilization of social means in order to satisfy the increased needs of certain strata with "higher needs" on one hand, while simultaneously the very standard of living of the working class is justified by claiming that there is a lack of social means necessary to solve the workers' elementary problems efficiently, although they often live under conditions bordering with the minimum necessary for existence)" (*Praxis*, 1971, p. 409).

autogestionários locais, territoriais e regionais, que existiriam independentemente do aparato do Estado (SHER, 1977, p. 169).

Não obstante, como aponta Sher, os marxistas da *Praxis* "não eram totalmente intransigentes com relação ao mercado como um mecanismo econômico nem com relação à produção de mercadorias como uma necessidade temporária, embora indesejável" (SHER, 1977, p. 170). Assim, em realidade a crítica voltava-se à excessiva abrangência do mercado, calcada no sistema ideológico do "economismo", que retrata o ser humano como um ser econômico motivado inteiramente pelo egoísmo e interesses orientados para o consumo (MARKOVIĆ, 1969, p. 451-475). O socialismo deveria, isto sim, lutar pela humanização das necessidades.

Svetozar Stojanović pondera sobre a necessidade provisória do mercado, mas aponta para a necessidade de não limitar o socialismo aos critérios estreitos de crescimento da produção e do consumo, e de não reduzir a autogestão dos trabalhadores às relações de produção (isto é, à economia). Embora a criação de abundância material seja importante, não se deve confundir riqueza material com riqueza humana. O *homo economicus* prejudica o desenvolvimento do *homo humanus* e de sua comunidade (STOJANOVIĆ, 1973, p. 128-129).

O filósofo mostra-se pragmático com relação às funções desempenhadas pelo mercado no socialismo. Para ele,

> A autogestão não é ameaçada somente pelo estatismo, mas também por uma imagem utópica da natureza humana, na base da qual as pessoas ingenuamente esperam que os grupos autogeridos produzirão racionalmente a qualquer dado momento, sem qualquer tipo de competição. Num sistema sem competição, a solidariedade é quebrada pelo seu oposto – o parasitismo[295]. (STOJANOVIĆ, 1973, p. 132)

Assim, o importante seria planejar, regular e coordenar democraticamente o mercado a partir de critérios socialistas, isto é, que colocassem a solidariedade e o desenvolvimento do *homo humanus* como parâmetros incontornáveis. Isto, na prática, implicaria que a comunidade socialista buscasse humanizar as necessidades existentes e buscasse desenvolver novas necessidades, necessidades humanas, em oposição às demandas artificiais e mesmo prejudiciais criadas a partir do mecanismo alienador do mercado descontrolado (primazia do valor de troca sobre o valor de uso).

Dessa maneira, Stojanović alerta para o fato de que a civilização capitalista ainda dita a nossa estrutura de necessidades e de consumo num grau considerável, o que tem levado

[295] No original: "Self-government is threatened not only by statism, but also by a utopian Picture of human nature, on the basis of which people naïvely expect that self-managing groups will produce rationally at any given moment, without any competition whatsoever. In a system without competition, solidarity is shattered by its opposite – parasitism" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 132).

a confusão quanto ao próprio critério definidor do socialismo. Com isso, o conceito de padrão de vida, por exemplo, é crescentemente reduzido a um padrão material, ao invés de ser visto como um padrão humano. Então, conclui o filósofo, a qualidade da sociedade socialista depende em larga medida da maneira pela qual o consumidor é educado. E assim reclama do fato de que na Iugoslávia, embora se discuta sobre a associação de produtores, muito pouco foi dito sobre a *associação de consumidores*. Com o desenvolvimento desse tipo de associação, num sistema de autogoverno integral, seria possível que as necessidades fossem democraticamente hierarquizadas, estabelecendo-se prioridades e buscando-se meios para educar e satisfazer as mais humanas necessidades (STOJANOVIĆ, 1973, p. 132-134).

Aqui, é importante esclarecer a posição do filósofo, e de muitos membros do grupo Praxis, com relação a questão do *uravnilovka*. Para Stojanović, embora a exigência de nivelamento seja um princípio a ser ultrapassado, como pertencente a um comunismo primitivo (que todavia cumprira a sua função no quadro de um coletivismo revolucionário, com sua ética estoica), ele não deve ser combatido como a fonte dos problemas iugoslavos, tal como muitos fazem, especialmente aqueles que Stojanović identifica como anarco-liberais (vale dizer, os defensores de um liberalismo econômico). Há que se perceber, fundamentalmente, que a aspiração pelo *uravnilovka* reflete a existência real de inaceitáveis desigualdades. Assim, Stojanović clama por princípios redistributivos, para corrigir os efeitos perniciosos da distribuição segundo os resultados do trabalho. Denuncia ainda todas as distorções que impedem que tal princípio se efetue na prática (posição de monopólio no mercado, proveito de situações aleatórias etc.) e afirma a necessidade de se ampliar, dentro das condições objetivas, os serviços gratuitos (saúde, educação etc.) (STOJANOVIĆ, 1973, p. 215-222).

Rejeitando a noção de "produção socialista de mercadorias" e o argumento da necessidade de uma base material forte como a precondição *absoluta* do socialismo, o grupo Praxis opunha-se a reificação do princípio do mercado, que confundia os fins socialistas com meios essencialmente burgueses. Ivan Kuvačić, por exemplo, afirma que nos países socialistas há uma crença dominante de que a sociedade precisa primeiramente criar os pré-requisitos materiais da liberdade para todos os seus membros para só depois tornar-se uma sociedade livre. Para ele, embora essa crença tenha alguma justificação, o seu papel é reacionário, servindo de abrigo para grupos privilegiados que enfatizam exclusivamente o progresso técnico dentro de relações sociais fixas, comprometendo assim o progresso social nas suas dimensões humanas essenciais (*Praxis*, 1969, p. 183-184).

Por outro lado, ainda que o socialismo pudesse progredir em condições de baixo desenvolvimento industrial, é bastante recorrente em alguns autores da *Praxis* a lamentação com relação a esse aspecto da realidade iugoslava. Mihailo Marković talvez seja o autor que expressou essa tendência com mais força, apontando a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de fazer avançar o socialismo quando são baixos o nível de industrialização e o nível cultural, vale dizer, a falta de instrução escolar.

Dobrica Ćosić, um dos mais célebres romancistas sérvios, apresentou sua visão pessimista com relação à possibilidade do socialismo quando fora convidado a debater com o grupo Praxis, afirmando que em princípio não acreditava que o socialismo fosse "possível hoje num país inculto, incivilizado, não esclarecido, isto é, numa comunidade humana primitiva" (*Praxis*, 1973, p. 72).

Embora o intelectual não fizesse parte do grupo Praxis, ele mantinha estreita relação com Mihailo Marković e Ljubomir Tadić. Como veremos, esse é um elemento importante para ajudar a explicar a virada nacionalista e o abandono de qualquer perspectiva socialista que se deu entre alguns dos membros do grupo Praxis. A própria trajetória de Ćosić é bastante reveladora: de ardente defensor do iugoslavismo quando fora liderança da Liga dos Comunistas na Sérvia, transitou para uma forte desilusão com a Liga, com o "socialismo realmente existente", para finalmente tornar-se a mais importante figura do nacionalismo sérvio nos anos 1980, contribuindo muito para preparar o clima ideológico no qual emergira Slobodan Milošević no final da década.

Mihailo Marković, por sua vez, dava sinais de crescente insatisfação e ceticismo. Embora conservando algum otimismo, ao reparar nas erupções de resistência e revolta quando um ponto de saturação de condições de opressão é atingido (cita o Maio de 1968 na França, as revoluções do século XX, as greves, o movimento estudantil iugoslavo), em 1973 Marković revelava uma grande descrença na possibilidade do socialismo no seu país, dada as suas condições "atrasadas". O filósfo se questionava quanto à validade da aposta de que um proletariado cada vez mais empobrecido fosse responsável pela emancipação humana geral. Para ele,

> um homem que ainda não desenvolveu seus sentidos e toda a riqueza de suas variadas necessidades pode apenas criar o que Marx descreveu como comunismo grosseiro, cru, primitivo, em que há

> uma inveja generalizada e um desejo generalizado pelo nivelamento rebaixado das diferenças[296]. (*Praxis*, 1973, p. 89)

E arrematava seu raciocínio:

> Com a sabedoria que adquirimos em décadas recentes precisamos perceber certos limites essenciais de uma sociedade subdesenvolvida que ainda não foi além do nível da propriedade privada e que na sua prática nunca passou pelo estágio do Iluminismo e da sociedade liberal burguesa. Tal sociedade pode aspirar a criar apenas certos elementos de socialismo, mas em muitos aspectos permanecerá abaixo do nível da sociedade burguesa desenvolvida. Consequentemente, em tal sociedade não podemos falar de socialismo como algo existente, ou mesmo como algo vislumbrado no futuro imediato[297]. (*Praxis*, 1973, p. 89-90)

É dessa perspectiva que Marković abre-se para a introdução de elementos do liberalismo (político) para possibilitar o avanço do desenvolvimento, sobretudo no que se refere à proteção das liberdades individuais (e recusando categoricamente o *laissez-faire* econômico adotado pela burocracia gerencial iugoslava). Fundamentalmente, sem abundância material, não haveria possibilidade de colocar em prática o programa comunista de Marx. Somente quando o ser humano se visse liberado do fardo da mera manutenção da sua existência é que a sua escala de valores poderia mudar, não tendo mais atração pela acumulação de bens materiais ou pela autoridade, valorizando outras formas de poder humano que não são autoritárias (poder criativo, poder na cultura, na ciência, na filosofia) (*Praxis*, 1973, p. 90).

Parece-nos que essa exigência de prévio desenvolvimento material para que pudesse florescer o socialismo, tal como expressa por Marković, sugere uma incapacidade política dos intelectuais em mobilizar energias revolucionárias no seio da classe trabalhadora. Num contexto repressivo, a tarefa afigurava-se ainda mais difícil. Como veremos adiante, quando os estudantes universitários de Belgrado demonstraram disposição de luta, fazendo eco à pauta crítica do grupo Praxis, a reação repressiva/manipulatória dos dirigentes arrefeceu as esperanças de transformação entre os intelectuais da *Praxis*. Daí a tentação de desacreditar nas possibilidades do socialismo dadas as condições materiais iugoslavas serem supostamente

---

[296] No original: "(...) a man who has not yet developed his senses and all the wealth of his varied needs, can only create what Marx described as primitive, crude, rough communism in which there is a widespread envy and a widespread desire for levelling down of differences" (*Praxis*, 1973, p. 89).

[297] No original: "With the wisdom we have acquired in recent decades we must realize certain essential limits of a underdeveloped society which has still not gone beyond the level of private ownership and which in its practice has never passed through a stage of Enlightement and liberal bourgeois society. Such a society can aspire to create only certain elements of socialism but in many respects it will remain below the level of developed bourgeois society. Consequently, in such a society we cannot speak of socialism as something existing, or even as something envisaged in the immediate future" (Praxis, 1973, p. 89-90).

insuficientes (com o que se raciocinava nos termos de um determinismo econômico do desenvolvimento das forças produtivas).

Por outro lado, os membros do grupo Praxis foram argutos em criticar o princípio de "distribuição de acordo com o trabalho", tido como um princípio socialista, devido a sua insensibilidade com os valores humanos de solidariedade, igualdade e justiça (SHER, 1977, p. 171-172). Sendo na verdade um princípio remanescente burguês, observava-se que nas condições de desigualdade esse direito formal de igualdade era de fato um direito à desigualdade. Assim, Miladin Životić, por exemplo, insistia em que não havia nenhum caráter de "lei" objetiva no princípio da remuneração de acordo com o trabalho. Restava em aberto portanto a discussão sobre os critérios de remuneração. Conquanto um nivelamento absoluto da remuneração lhe parecesse prejudicial, ele destacava a centralidade de equalizar a remuneração entre o "trabalho produtivo" e o "trabalho não produtivo". A desigual remuneração em favor do "trabalho não produtivo" era uma fonte central de desenvolvimento da burocracia, sempre hábil em encontrar maneiras de obter privilégios. Fundamentalmente, apontava que os princípios de remuneração eram uma questão moral, onde a igualdade haveria de ter um valor central (*Praxis*, 1966, p. 395-404).

Sustentando-se na sua teoria humanista, criticou-se também o localismo e a mera descentralização, defendendo a necessidade de desenvolver a consciência universal do homem, que se daria por meio da identificação do indivíduo com toda a humanidade. Na prática, o tipo de descentralização que se processava na Iugoslávia estaria promovendo o distanciamento dos interesses da empresa daqueles da comunidade mais ampla (SHER, 1977, p. 164-165). Stojanović argumenta que o autogoverno baseado exclusivamente em grupos reforçará o poder do Estado mais do que o negará, e que esse pode facilmente manipular um autogoverno atomizado, o que é demonstrado pela experiência iugoslava (STOJANOVIĆ, 1973, p. 119). Ele mostra ainda que o comportamento egoísta das empresas (mais competição do que cooperação e coordenação) é uma atitude de propriedade de grupo e não de propriedade social, como definida pela constituição. Com isso, critica-se a inadequação para as finalidades socialistas do que chama de "anarco-liberalismo socialista", muito semelhante às doutrinas de Proudhon (SHER, 1977, p. 165-166; *Praxis*, 1971, p. 378-383; STOJANOVIĆ, 1973, p. 118-125).

Rudi Supek, em artigo publicado na revista *Praxis*, "Some contradictions and insufficiencies of Yugoslav self-managing socialism", entende que autogestão iugoslava estava sendo governada por um conceito "Proudhonístico" ou "democraticamente liberal". Supek apresenta a teoria de Proudhon: as organizações mutualísticas, sem mediadores

políticos na forma de Estado ou de partidos políticos entram em relações de livre troca, tomada como um princípio de liberdade pessoal e de autonomia de associação. Trata-se do mercado como um meio básico de troca, com as leis de oferta e demanda como reguladoras da produção. Por sua vez, o mercado seria regulado por algumas medidas, como: estatísticas, informação precisa sobre as necessidades e padrões de vida, repartição honesta dos preços de custo, previsibilidade de todas as eventualidades, fixação, após amigável discussão, de uma margem de lucro máxima e mínima etc. Junto à liberdade, Proudhon esperava encontrar sinceridade, reciprocidade e esclarecimento para todos (*Praxis*, 1971, p. 379).

A sociedade seria governada por relações contratuais também na esfera política, e sua integração se daria na base de relações econômicas, com a divisão por categorias sócio-profissionais e corporativas (agricultura, indústria, comércio etc.) (*Praxis*, 1971, p. 380). Proudhon imaginava que adviria conflito, pois a troca no mercado necessariamente destrói a igualdade e a solidariedade entre os produtores. Daí a necessidade de regulações contratuais. Enquanto a comunidade busca igualdade e lei, a propriedade, nascida da autonomia da razão e do respeito pelos méritos individuais, quer acima de tudo independência e proporcionalidade. A sugestão de Proudhon para tal conflito é uma distribuição proporcional desses elementos: igualdade, lei, propriedade e proporção (SUPEK, 1971, p. 380).

Supek afirma que o mesmo dilema encontra-se no atual sistema iugoslavo de autogestão dos trabalhadores, cujas características, podem ser resumidas em: (a) formalismo legal, (b) anti-funcional no que se refere à função social de organizações produtivas, (c) liberalismo de classe média em relação ao mercado e a auto-regulação do desenvolvimento econômico e (d) combinação de organizações auto-geridas num plano horizontal com uma estrutura de poder estatista num plano vertical (*Praxis*, 1971, p. 383). Para Supek, este conceito de autogestão, preso a um referencial teórico democrático-liberal, não poderia atingir o nível de uma organização funcional dos produtores democraticamente humanística.

O liberalismo chegou a ser objeto de bastante atenção do grupo Praxis. A primeira edição de 1973 da revista *Praxis* foi inteiramente consagrada ao tema liberalismo e socialismo, objeto de um debate entre os membros do grupo Praxis e alguns intelectuais convidados. O debate é relevador de uma divisão entre concepções completamente avessas ao liberalismo e outras mais simpáticas no interior do próprio grupo Praxis. Os membros do grupo que participaram desse debate foram Mihailo Marković, Ljubomir Tadić, Danko Grlić, Zagorka Pešić-Golubović, Andrija Krešić, Miladin Životić e Trivo Inđić. Os que se mostraram mais simpáticos ao liberalismo foram Marković, Pešić-Golubović e Životić, enquanto os mais avessos foram Tadić, Grlić, Krešić e Inđić.

Ljubomir Tadić abriu o debate fazendo uma explanação centrada na tese de que o liberalismo é fundamentalmente uma ideologia da propriedade privada, que subordina e condiciona a liberdade do indivíduo à aquisição de propriedade, promovendo a acumulação e o princípio da competição. Daí deriva-se a tendência à oligarquia (como governo dos ricos), ao monopólio (pela destruição dos rivais) e ao imperialismo que impele à guerra mundial. O egoísmo é tido como uma base segura para a sociedade, do que resulta numa sociedade de indivíduos fundamentalmente separados entre si, ligados apenas pelo comércio, pelos negócios, pela troca de interesses egoístas. No plano cultural, ao promover o "narcisismo das pequenas diferenças", o conflito feroz pelo prestígio cultural, o liberalismo talvez não possa ser considerado (como acreditam os liberais) o motor da civilização, e sim o seu corrosivo. Tadić ainda esclarece que a sua crítica do liberalismo (centrada na competição) não é um apelo para a exclusão do conflito social com a introdução de alguma ideologia silenciadora, pois acredita que o progresso pode resultar do conflito social já que a oposição por si mesma não precisa necessariamente incitar a inimizade destrutiva (*Praxis*, 1973, p. 5-20).

O filósofo Andrija Krešić reforça a crítica ao liberalismo pela limitação do seu conceito de liberdade, cuja base material indispensável é a propriedade privada – por definição, privação. Chama a atenção para o significado meramente formal, isto é, legal, da propriedade social na Iugoslávia, já que o verdadeiro uso da propriedade social só é possível quando o povo perde a necessidade de propriedade, especialmente a propriedade dos meios de produção, para satisfazer suas necessidades humanas. Isto implica um estado de plenitude material no qual o princípio "tudo é de todos" prevaleceria porque seria desnecessário que qualquer coisa pertencesse a alguém. Tal estado de coisas não poderia se realizar com a confrontação de competidores ou a mera soma de coletivos autônomos de trabalhadores. Seria preciso uma forma de comunidade na qual as partes estariam íntima e organicamente ligadas num todo harmônico, criando uma organização social do trabalho (a "esfera da necessidade") que serviria para a dignidade do indivíduo no trabalho e para a sua liberdade fora do trabalho (*Praxis*, 1973, p. 27-28 e 58).

Já Mihailo Marković, que não deixa de criticar o que chama de liberalismo conservador e, mesmo, reacionário, mostra-se mais simpático ao liberalismo, já que procura evidenciar a sua variante progressista, citando a aproximação de J. S. Mill com o socialismo. Deste modo, diferencia o liberalismo do mercado *laissez-faire* dos princípios filosófico-políticos que gravitam para uma perspectiva humanista e mesmo socialista (*Praxis*, 1973, p. 35-38). Marković destaca a ideia do pluralismo político, que inclui os princípios de rotação (vertical), de divisão de poderes (separação dos poderes judicial, legislativo e executivo), de

eleição de líderes (ao invés de perpetuação de funcionários profissionais) e de descentralização (país dividido em unidades locais autogovernadas, onde o cidadão poderia exercer influência direta na tomada de decisão sobre questões sociais mais amplas). Tais Princípios ajudam a construir algumas barreiras parciais, limitadas, ao processo de alienação do poder político, e por isso seriam úteis nos países socialistas onde formas autoritárias de governo ainda estão vigentes (*Praxis*, 1973, p. 53).

Assim, em tom de provocação, o filósofo recupera o papel revolucionário do liberalismo contra o feudalismo, estendendo-o para o certas condições atuais da sociedade iugoslava que seriam análogas às condições feudais, onde um rei com seu próprio exército e aparato de poder é considerado infalível, onde há monopólio e privilégio, onde a legalidade não é garantida na prática, onde alguém pode ser mandado para a prisão apenas por expressar e publicar a sua opinião (*Praxis*, 1973, p. 127).

A socióloga Zagorka Pešić-Golubović alinha-se a Marković no reconhecimento da face positiva do liberalismo. Para ela, é muito estreito tratar a liberdade no liberalismo apenas em termos de propriedade privada e egoísmo. J. S. Mill não procura apenas liberdade para o indivíduo, mas também para o espírito, para o povo e para desenvolvimento do povo (e não apenas de uma elite). Então, é possível encontrar no liberalismo a ideia de libertação do indivíduo como uma pessoa, e não apenas a libertação do homem como um indivíduo egoísta. Nesse mesmo sentido, segundo Pešić-Golubović a ideia de natureza humana desenvolvida por Mill é bastante próxima a de Marx, como potencial para se desenvolver. Ligada a esta noção de natureza humana encontra-se a defesa da democracia (embora seja preciso precaver-se da possibilidade de tirania do povo): é somente na democracia que o homem pode desenvolver completamente sua individualidade e sua razão (*Praxis*, 1973, p. 101-102).

A limitação de Mill estaria na falta de definição da sociabilidade do indivíduo e uma visão de como transcender a presente situação. Por isso encontra-se em Mill um apelo para que o indivíduo seja protegido da sociedade (sociedade e Estado são conceitos intercambiáveis). Já em Marx o conceito de liberdade humana é mais profundo e dialético, pois individualidade e sociabilidade não se excluem, mas se complementam. Assim, é somente numa livre associação de *indivíduos* (como pessoas desenvolvidas) que a sociabilidade alienada é superada (*Praxis*, 1973, p. 103-104).

Miladin Životić apresenta argumentos semelhantes aos de Marković e Pešić-Golubović, destacando que o liberalismo contem fortes elementos universais sem os quais não é possível construir a ideia de emancipação universal. Diferenciando os ideais do liberalismo da prática dos que advogam o liberalismo, isto é, da prática política, Životić considera que

estes ideais são manipulados na sociedade burguesa moderna. Com isso, quanto mais essa sociedade desenvolve o capitalismo de Estado e a burocracia, mais estrangula as liberdades civis e mais profundamente espiona as mais íntimas áreas da vida (*Praxis*, 1973, p. 123-124).

Em meio ao debate sobre o liberalismo acaba surgindo outro debate, sobre o anarquismo e a mediação política. Trivo Inđić, como seus colegas do grupo Praxis, defende o socialismo sobre bases humanistas, enfatizando a capacidade do ser humano de controlar o seu destino, de agir de modo não egoísta e não alienado, o que o diferenciaria do liberalismo, que crê no progresso automático, estabelecendo o "reino eterno do interesse pessoal com a ajuda de um interesse 'geral' ilusório" (*Praxis*, 1973, p. 43). Para Inđić o socialismo precisa superar a "alma política da revolução", quer dizer, precisa superar todas as formas de mediação política, estabelecendo as condições para que se torne um ato social e universal de emancipação humana total. Para tanto, faz-se necessário criticar as assim chamadas:

> "partidocracias", o governo por um aparato político que se baseia exclusivamente no Estado, o poder de decreto, o exército e a polícia, em que a vanguarda está sempre acima do Estado e da constituição, fora do alcance da classe e do público, onde eleições são reduzidas a declarações plebiscitárias que são na verdade uma forma de administração guiada dos assuntos públicos. (*Praxis*, 1973, p. 47)

A ideologia e a prática anarquista e libertária, aponta Inđić, seriam um corretivo essencial ao "socialismo político" autoritário, do qual nem mesmo Marx estava imune. O desafio é superar a herança do liberalismo, que comportou uma tendência estatista (com origem em Rousseau e que se realiza, por exemplo, em formas de Estado de bem-estar), onde o Estado aparece como intermediário necessário entre indivíduos egoístas, para formar a comunidade da sociedade burguesa, escondendo a cisão entre o homem público e privado por meio da representação política (*Praxis*, 1973, p. 24-26).

Em certo momento, o sociólogo parece querer uma espécie de "acerto de contas" com Marx, insistindo para a necessidade de comparar a sua prática com as suas ideias, destacando a sua ambivalência, o seu lado autoritário. Assim, para ele a "totalidade de Marx como um homem prático e teórico está agora na agenda da filosofia iugoslava, e o mesmo trabalho nos espera com Lenin" (*Praxis*, 1973, p. 126-127). De fato, Inđić é o mais "libertário" do grupo Praxis, o que se revela em diversas passagens de seus escritos. Assim, desconfia da protelação da "revolução social", critica Lenin por ter contribuído para a destruição dos *soviets*[298] e menciona elogiosamente os movimentos e tendências libertárias

[298] Outros autores normalmente poupavam Lenin de críticas severas. Rudi Supek, por exemplo, escreve o seguinte: "Lenin, que contribuiu muito para a politização da revolução socialista, não pode contudo ser acusado de ter esquecido sua 'alma social'. Na sua discussão com 'a oposição operária' (Chliapnikov e outros), em 1921,

(por exemplo, o movimento de Makhno na Ucrânia, a guerra civil espanhola e a atuação da Confederação Nacional do Trabalho nesse contexto) (*Praxis*, 1973, p. 56). O elogio ao anarquismo se dá sobretudo pela sua confiança no povo, postura contrária a do comunismo de tipo autoritário, baseado na teoria da vanguarda. Assim, contrasta o desprezo aristocrático com "a turba, o povo", frequente em Marx (por isso distante das massas), com a postura de Bakunin e outros que estavam mais próximos do povo e confiavam na sua iniciativa (*Praxis*, 1973, p. 62-63). No plano cultural, Inđić advoga que o socialismo deveria aceitar a contra-cultura para desafiar a sociedade burguesa (*Praxis*, 1973, p. 85-87).

Ljubomir Tadić também se mostra insatisfeito com o que chama de socialismo autoritário, apontando para um problema comum às tradições do liberalismo e do socialismo: o determinismo econômico. Enquanto "o liberalismo empurrou o indivíduo sob a cobertura da propriedade privada, o socialismo definiu-o sob a capa da propriedade social como uma *abstração*" (*Praxis*, 1973, 23; grifo do autor). Ele levanta a questão do modo como uma revolução socialista seria possível. Seria ela o produto de um crescimento orgânico, como dizem os libertários, ou seria algo organizado? Seriam duas possibilidades: ou "revolução de baixo" ou "revolução de cima". Ou um "movimento do povo para assegurar suas necessidades vitais" ou uma "questão de organização pela assim chamada 'minoria consciente' que influencia as 'massas inconscientes' e as prepara para uma colisão racionalmente calculada com a ordem estabelecida existente" (*Praxis*, 1973, p. 100). Esta apresentação bastante dicotômica do problema, talvez para dramatiza-lo, pode ainda sugerir uma crucial dificuldade do próprio grupo Praxis em encontrar uma via alternativa, em especial no quadro iugoslavo de resistência à própria democratização por parte da Liga dos Comunistas.

---

ele recusa energicamente entregar as usinas à gestão dos coletivos operários ou aos sindicatos de fábrica, invocando a fraca proporção de operários na população russa e sua educação insuficiente. ('Quem saberia gerir entre os operários? Alguns miliares em toda a Rússia, e é tudo'). Contudo, Lenin não rejeitou de modo algum a ideia de autogestão operária. A prova disso é que ele tenta fixar as condições sociais objetivas que permitiriam o seu estabelecimento na União Soviética. Ele escreve que as condições econômicas serão realizadas quando a pequena produção, na indústria e na agricultura, não representará mais que a proporção mais fraca da população e da economia nacional. Isso supõe a socialização da maior parte da economia nacional, portanto um estado de coisas desde há tempos atingido na URSS" (*Praxis*, 1969, p. 8-9). No original: "Lénine, qui contribua beaucoup à la politisation de la révolution socialiste, ne saurait pourtant être accusé d'avoir oublié son 'âme sociale'. Dans sa discussion avec 'l'opposition ouvrière' (Chliapnikov et autres), en 1921, il refuse énergiquement de rendre les usines à la gestion des collectifs ouvriers ou aux syndicats d'usine, en invoquant la faible proportion d'ouvriers dans la population russe et son éducation insuffisante. ('Qui saurait gérer parmi les ouvriers ? Quelques milliers sur toute la Russie, et c'est tout'.) Cependant, Lénine n'a point rejeté l'idée de l'autogestion ouvrière. La preuve en est qu'il tente de fixer les conditions sociales objectives qui permettraient son établissement en Union soviétique. Il écrit que les conditions économiques seront réalisées quand la petite production, dans l'industrie et l'agriculture, ne représentera plus que la proportion la plus faible de la population et de l'économie nationale. Ceci suppose la socialisation de la plus grande partie de l'économie nationale, donc un état de choses depuis longtemps atteint en U.R.S.S » (*Praxis*, 1969, p. 8-9).

Para Marković, nem Marx, nem o anarquismo resolveram o problema da mediação política (*Praxis*, 1973, p. 128-129). A seu ver, Marx não ofereceu uma solução teórica a esse problema, que fora formulado já por Rousseau sob a noção de "vontade geral":

> Quem representa a vontade geral, o que realiza a vontade geral, como a vontade geral será posta em prática? Rousseau estava convencido de que todos "representantes" do povo inevitavelmente traem seu povo. Esta é a razão pela qual ele considerava uma democracia representativa impossível em uma grande sociedade. (...) Se alguém tem de tomar decisões em nome dessa vontade geral, neste caso em nome do proletariado cujos interesses coincidem com esta vontade geral, como pode ser prevenida a alienação? E durante esta fase de transição, como é possível assegurar que o poder político temporário não se torne mais firmemente enraizado e transforme-se num objetivo para si próprio? Esta questão permanece sem solução, na verdade, sequer foi devidamente considerada. E, nessa medida, o marxismo ainda não suplantou o liberalismo[299]. (*Praxis*, 1973, p. 36)

Frente à demanda do "fim da política", o filósofo pondera sobre a impossibilidade de existência de uma sociedade desenvolvida e integrada sem instituições centrais mediadoras e sem a representação política. Para ele, o objetivo deve ser achar a síntese entre democracia representativa e direta, evitando a alienação (*Praxis*, 1973, p. 50-51).

De modo similar a Trivo Inđić, Danko Grlić entende que a verdadeira limitação do liberalismo não é a propriedade privada (pois em alguns casos, nos clássicos, é rejeitada) e sim a política (mediação). Porém, a mesma crítica vale para o socialismo Assim, polemiza com Marković sobre o conceito de revolução política: se para este a revolução política é o primeiro passo para revolução social, para Grlić a revolução política é sempre burguesa. Ele afirma que negar a política não é negar toda a possibilidade de organização social, como sugere Marković. Com isso, diz que não nega, mas sim afirma a possibilidade de organização direta da classe trabalhadora. É nesse sentido que a Comuna de Paris, em certo momento, teria deixado de ser política; e este seria o seu maior valor (*Praxis*, 1973, p. 55).

Podemos afirmar que o anarquismo foi também um tema relevante na *Praxis*, tendo inclusive espaço de destaque numa edição dedicada aos tópicos "anarquia, futuro e revolução" (*Praxis*, 1972, nº 3-4). Além dessa edição, em comentários e em artigos diversos o anarquismo comparece, em alguns casos sob uma luz bastante favorável.

---

[299] No original: "Who represents the general will, what makes up the general will, how is the general will to be put into practice? Rousseau was convinced that all "representatives" of the people inevitably betray their people. This is why he considered a representative democracy impossible in a large society. (…) If somebody has to pass decisions in the name of this general will, in this case in the name of the proletariat the interests of which coincide with this general will, how can alienation be prevented? And during this transitional stage how is it possible to ensure that the temporary political power does not become more firmly entrenched and turn itself into a goal of its own? This question remains unsolved, indeed, it has not even been properly considered. And to this extent Marxism has not yet superseded liberalism" (*Praxis*, 1973, p. 36).

Trivo Inđić faz uma vigorosa defesa do anarco-comunismo, bastante embasada em Malatesta e com especial destaque para o anarco-sindicalismo (*Praxis*, 1972, p. 175-184). Reivindica assim uma rica tradição de diálogo entre ordem, eficiência, revolução e liberdade, entre fim e meios, entre indivíduo e sociedade. Esta utopia concreta (no sentido de Bloch) é um projeto humanista que reage à degradação da dignidade humana, assumindo a forma de uma revolta contra as instituições coercitivas – consideradas como a única forma salutar possível de integração social e preservação da liberdade. Como qualquer utopia, o anarco-comunismo é uma expressão de autêntico voluntarismo. Então, polemizando com o determinismo vulgar e o "socialismo científico" da segunda e terceira Internacional, Inđić afirma, com Malatesta, que anarquismo e socialismo não são ciências, e sim projetos de sociedade que precisam ser atingidos por meio de esforços práticos tendo em conta dadas circunstâncias (*Praxis*, 1972, p. 175-176).

O sociólogo explica que a anarquia não se segue à revolução imediatamente, já que seria um longo e doloroso processo gradualmente crescendo em intensidade e escopo. A minoria inicial, incapaz de realizar uma revolução sozinha, deve então utilizar os métodos da persuasão, do diálogo, do experimento social, da cooperação voluntária e da propaganda pelo exemplo. A violência só teria lugar enquanto defesa contra a violência. O terror é descartado – não serve à realização da revolução, apenas introduz a perpétua legalização da tirania (*Praxis*, 1972, p. 177). Deve-se, nesse sentido, dar atenção ao alerta de anarco-comunistas, como Victor Serge, Abranham Gillen e Daniel Guérin quanto à relação entre fins e meios: quando os meios são autoritários e a eficiência é prioritária à liberdade, então o resultado será também autoritário e jamais nascerá uma sociedade livre (*Praxis*, 1972, p. 184).

O caráter processual, heterogêneo e conflitivo da revolução implica que ela não precisa ser necessariamente anarquista, embora seja essencial criar condições para uma rápida evolução para a anarquia. Esta se daria por meio da socialização do poder e da autoridade até que possam ser substituídos por novas formas, diretas, de vida coletiva e individual. A transformação do indivíduo é central: o instinto para a liberdade que ele possui, mas que tem sido há muito tempo bloqueado pela história das sociedades de classe ou baseadas em autoridade, é um pré-requisito para a ideia de federalismo social, de associações de indivíduos e coletividades livres, enfim, de autogestão. Então, deve-se buscar o rompimento com "o indivíduo do nosso tempo, degradado, manipulado, empobrecido e distorcido social e intelectualmente, que aceitou a fuga da liberdade e voluntariamente escravizou-se a si mesmo dentro das estruturas opressivas estabelecidas" (*Praxis*, 1972, p. 177-178).

Inđić ainda faz a crítica da "ditadura sobre o proletariado", apontando ser bastante duvidoso que, na ausência de uma relação direta entre classe e história, entre biografia e revolução, um Estado onipotente seja destruído por um partido proletário que age em nome da classe trabalhadora, na verdade uma minoria que pretende ter o monopólio da verdade e da ação revolucionária. Como indicadores do posterior desenvolvimento das tendências autoritárias no socialismo da revolução bolchevique, são citados os eventos de Cronstadt, a repressão ao movimento de Nestor Makno na Ucrânia e a supressão da Oposição Operária (*Praxis*, 1972, p. 178-179).

Já do lado do movimento libertário são citados os conselhos de trabalhadores na Itália, a República Soviética da Baviera, a Comuna de Cantão em 1927, a Espanha de 1936-1939 e a França no maio de 1968. A renovação do socialismo contemporâneo, degenerado, de caráter opressivo e convergente com o mundo burguês, dependeria sobretudo de um retorno a sua variante libertária. É nesse sentido que Inđić reivindica a "paternidade" anarquista da autogestão:

> Desejamos ressaltar que sempre que falamos de autogestão, socialismo por conselho, democracia participativa, direta ou democracia industrial, nós estamos falando de fato sobre a herança libertária sem a qual uma verdadeira atualização [*aggiornamento*] do socialismo contemporâneo não pode ser concebida[300]. (*Praxis*, 1972, p. 179)

Nesta renovação, necessária para responder à crescente integração dos trabalhadores e do movimento socialista na sociedade burguesa, caberia um papel importante ao anarco-sindicalismo moderno. Ele representa "o retorno da ação revolucionária, uma renovada confiança na classe trabalhadora, uma alternativa ao reformismo parlamentar dos socialistas legais, e, do mesmo modo, uma reação à degeneração dos sindicatos tradicionais e à tendência unitária, centralista, do Estado corporativo moderno" (*Praxis*, 1972, p. 180). Ao mesmo tempo, é importante procurar aprender com os erros e acertos de experiências passadas, como a da Confederação Nacional do Trabalho na Espanha (*Praxis*, 1972, p. 180-183).

No artigo "Spontanéité et organisation" Ivan Kuvačić critica a unilateralidade do progresso tecnológico, que não se fez acompanhar de progresso social e humano. Para ele, a organização tende para o mecânico, e assim se oporá sempre ao desejo do espontâneo, do inimitável e do livre, qualidades inerentes ao ser humano. A reivindicação de participação na

[300] No original: "We wish to point out that whenever we mention self-management, socialism by council, participative democracy, direct or industrial democracy, we are in fact talking about the libertarian heritage without which a true *aggiornamento* of contemporary socialism cannot be conceived" (Praxis, 1972, p. 179; grifo do autor).

gestão e de descentralização das decisões são expressões desse desejo e representam a verdadeira via da luta pela reabilitação da espontaneidade humana, na medida em que a indústria moderna não é excluída da luta pela transformação social.

O sociólogo cita a precaução de Marcuse com a palavra "autogestão", que entende não haver mudança qualitativa se apenas substitui-se uma classe por outra na gestão, sem alterar o seu conteúdo e seus objetivos. Para Marcuse, é preciso uma classe operária que já tenha rompido com as correntes da sociedade de classe antes da introdução da autogestão, do contrário ela só perpetuará as aspirações e os valores da sociedade existente, tendo o capitalismo como modelo latente de progresso, com os desejos e necessidades agressivas e repressivas que lhe compõe. Kuvačić toma estas observações como referência para afirmar que o sistema social iugoslavo não representa uma base real para um modo de vida qualitativamente novo (*Praxis*, 1972, p. 203-207).

Embora o autor demonstre uma sensibilidade para a necessidade humana de espontaneidade, ele parece um tanto cético na sua apreciação do movimento jovem nos países capitalistas desenvolvidos em favor da associação, da descentralização, do desenvolvimento da comuna, da reconstrução das aglomerações rurais. O sociólogo critica os defensores da espontaneidade absoluta, que negam a necessidade de qualquer organização, afinal, após a necessária destruição anarquista, seria impossível a vitória na construção do mundo sem a organização como instrumento do poder. Kuvačić observa ainda que esse desejo de espontaneidade expresso por esse tipo de movimento de jovens tem por consequência

> seja o desprezo da indústria moderna e do nível de vida, se acompanhando de um retorno à vida idílica do vilarejo, seja, como mostra o exemplo de Provos, a visão de uma nova Babel onde todo mundo cantará, se amara e fará aquilo que lhe agrada, enquanto todos os trabalhos ditos necessários serão realizados por máquinas automáticas[301]. (*Praxis*, 1972, p. 205)

A referência a movimentos da "nova esquerda" e da "contracultura" indica uma simpatia ponderada por parte de Kuvačić ao impulso libertário que permeia boa parte dos novos atores políticos surgidos nos anos 1960. Esta simpatia é mais forte em alguns filósofos e sociólogos da *Praxis*, embora a maioria faça ressalvas. De fato, a agenda crítica do grupo Praxis coincide em muitos aspectos com a agenda política da "nova esquerda"; já no plano

[301] No original: « Ce désir de réhabiliter la spontanéité humaine a pour conséquence soit le mépris de l'industrie moderne et du niveau de vie, s'accompagnant d'un retour à la vie idyllique du village, soit, comme le montre l'exemple de Provos, la vision d'une nouvelle Babel où tout le monde chantera, s'aimera et fera ce qu'il lui plaît, tandis que tous les travaux dits nécessaires [sic] accomplis par des machines automatiques » (*Praxis*, 1972, p. 205).

intelectual os laços são visíveis com a Escola de Frankfurt e o freudo-marxismo (são frequentes as referências a Marcuse e Reich, por exemplo).

O campo de acordo entre o grupo Praxis, a "nova esquerda" e a Escola de Frankfurt reside na crítica do positivismo, do dogmatismo, da tecnocracia e da burocracia, com a ênfase na necessidade de superação da alienação.

Todavia, as ressalvas à "nova esquerda" não são menos importantes. Estas se dirigem sobretudo ao "utopismo romântico", a visão extremamente negativa da ciência e da tecnologia, ao a-historicismo, ao subjetivismo, a falta de um programa ou organização e a subestimação do papel do proletariado (GRUENWALD, 1983, p. 81).

Stojanović demonstra certo entusiasmo pela renovação promovida pela "nova esquerda", especialmente diante do caráter inofensivo ao capitalismo que caracterizaria uma boa parte da "velha esquerda", enredada no stalinismo e no oportunismo socialdemocrata. Ele considera que os jovens da "nova esquerda" deveriam tentar infiltrar-se nos partidos de esquerda e tentar revolucioná-los, o que seria mais promissor do que tentar criar organizações completamente novas. Todavia, para o filósofo,

> Infelizmente a Nova Esquerda tem uma aversão a toda organização permanente, embora tenha exibido um marcado senso para a organização rápida e espontânea. Enquanto as organizações da Velha Esquerda sofrem de ossificação, a Nova Esquerda é ameaçada pelo perigo de fetichizar a espontaneidade revolucionária[302]. (*Praxis*, 1969, p. 211)

Já para Marković, a "nova esquerda" falha em não conseguir especificar o que pode ser realmente transformado. Além disso, critica a desconfiança dirigida a todas as instituições políticas. Na visão do filósofo, mesmo numa nova organização social, algumas instituições e funções do Estado terão de sobreviver.

No que se refere à contracultura de uma parte da "nova esquerda", é enfaticamente recusada a evasão para "o oculto" ou para a subcultura das drogas, consideradas como novas formas de auto-alienação. Assim, para Marković:

> A nova cultura e o novo mundo não podem ser baseados num estilo de vida parasitário, boêmio, na irresponsabilidade infantil, na promiscuidade sexual, numa redescoberta dos mitos de estruturas sociais primitivas e atrasadas, no extraterreno e no entorpecimento dos sentidos. Isto é uma antítese do mundo gravemente enfermo. Às vezes não é claro qual é a

[302] No original: "Unfortunately, the New Left has an aversion towards any permanent organization, although it has otherwise displayed a marked sense for quick and spontaneous organization. While the organizations of the Old Left suffer from ossification, the New Left is threatened by the danger to fetishize revolutionary spontaneity" (*Praxis*, 1969, p. 211).

> sociedade mais doente: esta do *establishment* oficial ou aquela da cultura adversária[303]. (MARKOVIĆ, 1974, p. 190)

Embora seja evidente o simpático respeito de grande parte dos autores da *Praxis* com autores da Escola de Frankfurt, as críticas demarcam as diferenças entre as "escolas de pensamento". Com isso, são apontados o a-historicismo, o subjetivismo, o utopismo, o freudismo e a ênfase exclusiva na dialética negativa (GRUENWALD, 1983, p. 82).

A grande abertura intelectual demonstrada pelo grupo Praxis, mantendo diálogo com correntes de pensamento diversas, como o liberalismo, o anarquismo e a Escola de Frankfurt, contrastava com o fechamento dogmático do pensamento vanguardista dos altos dirigentes, como Edvard Kardelj. Essa diferença já era por si só criadora de tensões, dando ensejo para que se levantassem suspeitas de uma série de "desvios" por parte dos membros do grupo Praxis.

Em que pese à abertura intelectual do grupo Praxis, a orientação prática para os problemas da Iugoslávia manteve-se consideravelmente estável. Em síntese, parece-nos que os marxistas da *Praxis* defendiam como modelo transitório um sistema misto de mercado e plano baseado na autogestão dos trabalhadores. Apesar de terem escrito pouco sobre o planejamento de um ponto de vista estritamente econômico, o elemento teórico central é o caráter democrático do planejamento – eis o que efetivamente diferenciaria o modelo do grupo Praxis do socialismo praticado na Iugoslávia (SHER, 1977, p. 169).

Por fim, talvez a crítica mais perturbadora para a maior parte dos dirigentes iugoslavos foi a crítica do centralismo democrático e ao papel e práticas adotadas pela Liga dos Comunistas da Iugoslávia. Embora não advogasse o multipartidarismo para a presente condição iugoslava, o grupo Praxis suspeitava das implicações políticas do conceito de partido de vanguarda, discordando de Lenin com respeito à identificação da verdade e do partido, e era unânime em considerar o partido leninista uma estrutura política inapropriada uma vez que a revolução política tenha se realizado. (SHER, 1977, p. 133-134).

No contexto de revisão dos estatutos da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, em 1963 e 1964, debatia-se a manutenção ou não do princípio do centralismo democrático (SHER, 1977, p. 39). Svetozar Stojanović, participando de uma comissão da Liga que examinava seus estatutos, argumentou por um relaxamento do centralismo democrático, através de disposições para o debate aberto e o criticismo em todos os níveis e entre todos os

[303] No original: "The new culture and the new world cannot be based on a bohemian, parasitic life-style, on infantile irresponsibility, sexual promiscuity, on a rediscovery of the myths of primitive and backward social structures, on other-worldliness and drugging of the senses. This is an antithesis of the seriously ailing world. Sometimes it is unclear which is the sickest society: that of the official 'establishment' or that of the opposing culture" (MARKOVIĆ, 1974, p. 190).

níveis da hierarquia da Liga (SHER, 1977, p. 39-40). Em outra ocasião pública Stojanović e Ljubomir Tadić fizeram discursos fortes pela sua democratização (referendo, respeito pela opinião e direitos da minoria, nominação democrática, eleição para todos os funcionários do Partido, e total acessibilidade do trabalho dos órgãos do Partido ao escrutínio público), falando ainda em purgos dos carreiristas e oportunistas, provocando a reação indignada do presidente do Comitê Central da Comissão sobre Trabalho Ideológico da LCI, Veljko Vlahović, que caracterizou a demanda de Stojanović por "autogestão dentro do Partido" como "um sério erro", afirmando que "a Liga dos Comunistas não precisa deste tipo de intelectual" (SHER, 1977, p. 40-41). Tadić[304] defendia vigorosamente a "democracia verdadeira ou direta", onde o mandato seria imperativo, com direito a *recall*, e intensa verificação da atividade pública dos executores de funções públicas (SHER, 1977, p. 124).

Vejamos em detalhe os argumentos de Stojanović acerca dos problemas da Liga dos Comunistas. O filósofo critica a concepção corrente de centralismo democrático nos partidos comunistas que estão no poder, de acordo com a qual "a minoria é obrigada não apenas a aceitar a decisão da maioria em questões de *prática*, mas também a restringir o debate e a crítica, uma vez que se chegue a uma determinada decisão". A implicação desse tipo de entendimento do centralismo democrático obriga os membros do Partido "não apenas a unidade de ação, mas também, quando levado ao extremo, a unidade de opinião" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 81; grifo do autor). Para Stojanović,

> O partido de tipo leninista pode servir como uma estrutura organizacional e de ação para verdadeiros revolucionários somente até a tomada e consolidação do poder. O centralismo do Partido sem democracia desempenha um papel revolucionário somente por algum tempo. Sua absolutização o transforma em centralismo *oligárquico*, que se disfarça de uma forma cada vez mais persistente como centralismo *democrático*[305]. (STOJANOVIĆ, 1973, p. 79; grifos do autor)

Contra essa concepção Stojanović advoga um conceito pluralista de democracia, no qual a minoria tenha o direito a manter suas visões e a tentar demonstrar sua superioridade, sendo suficiente para evitar o estilhaçamento do Partido que aquilo que for decidido seja comumente executado ao mesmo tempo em que é checado num processo democrático constantemente renovado (STOJANOVIĆ, 1973, p. 81-82).

---

[304] No pequeno artigo "Différenciation de la notion de démocratie", publicado na revista *Praxis* internacional, Tadić denuncia a manipulação ideológica do liberalismo burguês que pretende separar a liberdade da igualdade enquanto elementos constitutivos da democracia (TADIĆ, 1973, p. 173-178).

[305] No original: "The Leninist type of party can serve as an organizational and action framework for true revolutionaries only until they seize and consolidate power. Party centralism without democracy plays a revolutionary role only for a while. Its absolutization transforms it into *oligarchic* centralism, which masquerades in an increasingly persistent fashion as *democratic* centralism" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 79; grifos do autor).

O filósofo ainda aponta para um círculo vicioso comum aos partidos comunistas que possuem alguns elementos de democracia (caso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia) mas que não rompem com a concepção monolítica de democracia que não assegura os direitos da minoria: frente a letargia política, abre-se o livre debate, mas assim que aparecem diferenças mais sérias, a tendência monolítica no partido reage tentando impor uma absoluta unanimidade e organizando campanhas e mesmo sanções contra os dissidentes, de onde se segue um novo período de letargia ao qual se reagirá com o estímulo ao livre debate e assim por diante (STOJANOVIĆ, 1973, p. 82).

Stojanović sublinha o centralismo ideológico produzido em consequência do centralismo político, organizacional e de quadros, dando origem ao dogmatismo. Em razão desse dogmatismo e do caráter oligárquico da liderança do partido, ciosa de guardar o seu monopólio sobre o vanguardismo, ela pode até se apropriar de ideias dissonantes do discurso oficial, inicialmente condenadas, desde que seus autores originais não sejam reconhecidos e sim estigmatizados (STOJANOVIĆ, 1973, p. 84-86). O único pluralismo aceito na Liga dos Comunistas da Iugoslávia é o nacional, o que poderia levar a emergência de facções nacionalistas:

> O direito a divergência em algumas questões importantes tem sido conferido apenas à liderança das repúblicas que constituem a federação iugoslava; ainda se insiste no centralismo democrático monoliticamente concebido dentro de cada república. Em um país como a Iugoslávia este é o modo mais perigoso e indesejável de criar pluralismo dentro do Partido, uma vez que pode rapidamente levar a emergência de facções nacionalistas. Isto pode eventualmente transformar todas as disputas sociais em conflitos nacionais, enquanto o conceito revolucionário da Liga dos Comunistas se encontrará, na prática, degenerando numa coalizão de partidos comunistas *nacionais monolíticos*[306]. (*Praxis*, 1973, p. 323)

Além disso, não há eleições reais no partido, pois os candidatos nem oferecem uma plataforma e geralmente só há um candidato para cada posto importante. A rotação existente é monolítica e não democrática: o topo da hierarquia assegura a sua perpétua permanência no poder. O poder de excluir membros e desmantelar células inteiras do partido pertence exclusivamente à liderança. Também não há mecanismos de comunicação direta entre os membros do partido, sempre é preciso passar pela liderança como intermediária.

[306] No original: "The right to differ in certain important matters has implicitly been conferred only to the leadership of the republics which make up the Yugoslav federation; monolithically conceived democratic centralism is still insisted upon within each republic. In a country like Yugoslavia this is the most dangerous and undesirable way of creating pluralism within the Party since it may quickly lead to the emergence of nationalistic factions. This might eventually turn all social disputes into national conflicts, and find the revolutionary concept of the League of Communists degenerating in practice into a coalition of monolithic national communist parties" (*Praxis*, 1973, p. 323).

Assim, os membros e células do partido são serializados e atomizados (*Praxis*, 1973, p. 323-324).

As críticas do filósofo da Praxis à politocracia profissional também se apresentam em termos de cultura política iugoslava. Os políticos profissionais seriam desconectados da realidade: em sua vaidade arrogante, aumentam a significação histórica de suas decisões, produzindo "mais fases da revolução do que a própria revolução" e confundindo o revolucionário e o efêmero, o que leva a perda de otimismo (o contrário do pretendido). Não há humildade no próprio criticismo, assim, mesmo as suas falhas tornam-se pretensiosas (*Praxis*, 1973, p. 326).

O povo é entorpecido pela linguagem do "meio-dito", das "meias-verdades", a qual acabou por se habituar. Esta linguagem possui uma função ritual, servindo de senha para a mútua identificação de políticos profissionais, o que garante que as "regras do jogo não serão violadas através de uma atitude pessoal desviante". Há um uso excessivo de expressões sem sentido, de nomes novos para coisas velhas, de eufemismos e de clichês. A esse respeito, Stojanović lembra jocosamente que o jornalista Arthur Koestler já havia escrito sobre um jovem que fora reconhecido como comunista por seus captores devido ao uso repetitivo da palavra "concreto" (*Praxis*, 1973, p. 327).

A cultura política prevalecente também é marcada por uma espécie de pragmatismo, no qual nenhuma hipótese é excluída, o que leva a uma experimentação social desnecessariamente alta. Por exemplo, não se exclui *a priori* (até que seja provado na prática) que a economia de mercado *laissez-faire* necessariamente leva a crise econômica (*Praxis*, 1973, p. 327-328).

Stojanović destaca ainda o papel central do inimigo na cultura política iugoslava, ligado a um específico entendimento pseudo-dialético do conflito social. Na versão estalinista, o conflito na sociedade socialista só é reconhecido em termos da oposição do "velho" e do "novo", onde o "velho" é excomungado e o "novo" aparece sempre como não conflitual em si mesmo. Já na Iugoslávia, embora se rejeite explicitamente essa concepção, na prática ela aparece sob formas dissimuladas, em que somente conflitos de menor importância são reconhecidos no interior do socialismo, enquanto aqueles mais fundamentais são vistos como exteriores. Estes conflitos acabam sendo reduzidos a pares de contrários hostis às puras orientações socialistas, como: unitarismo/nacionalismo (hostis ao internacionalismo), estatismo/anarcoliberalismo (hostis a autogestão) e propriedade estatal/privatização da propriedade (hostis a propriedade social). Isso ajudaria a explicar a tendência a tentar suprimir conflitos ao invés de permitir que eles encontrem solução por meio de processos

democráticos. Desta maneira, os inimigos do "socialismo de autogestão" são multiplicados (*Praxis*, 1973, p. 328-329).

Mais grave e mais fundamental é a acusação de Stojanović ao Partido de tentar criar uma classe trabalhadora que pela sua própria atomização e mesmo "serialização" correspondesse ao seu monopólio político. Assim, *a autogestão atomizada e a hierarquia sindical impedem o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores*. Normalmente, a politocracia justifica a ausência da classe trabalhadora (como classe para si) na cena política apontando para o seu atraso, ao que Stojanović contrapõe o fato de que mesmo nos grandes centros industriais já existentes na Iugoslávia essa situação pouco difere (*Praxis*, 1973, p. 333).

Finalmente, o filósofo imputa a responsabilidade pela forte emergência da direta nacionalista na cena política iugoslava aos círculos do Partido que decidiram anular o movimento estudantil de esquerda de 1968, potencialmente capaz de instigar o engajamento político da classe trabalhadora, lembrando que a história tem mostrado que quando uma crise social não encontra solução pela esquerda, provavelmente ela será resolvida por uma mudança à direita. Esse momento em que a hierarquia da Liga dos Comunistas sentiu-se pela primeira vez ameaçada à esquerda, optando pela supressão do movimento estudantil como um "grupo em fusão", é comparado à supressão da Oposição Operária no caso dos bolcheviques (*Praxis*, 1973, p. 333-334).

De fato, a própria história iugoslava dá suporte a essa tese. A esse respeito, podemos citar aqui um relato de April Carter sobre a crise nacionalista croata, envolvendo a União dos Estudantes:

> A principal fonte de conflito nacionalista na União dos Estudantes foi a Unidão dos Estudantes Croata que, a partir de abril de 1971, estava sob o controle do movimento nacionalista croata e bloqueou todas as ações a nível federal. O primeiro conflito entre o partido e os estudantes tinha de fato ocorrido na Croácia em 1967, mas nesta fase a liderança União dos Estudantes adotava uma ideologia da nova esquerda e não uma ideologia nacionalista. O relato de Borba sobre a conferência anual da União dos Estudantes da Universidade de Zagreb em janeiro de 1968 deixou claro que se tratava de uma reunião para restaurar a disciplina partidária na União dos Estudantes depois de disputas no ano anterior, quando o anterior Presidente da União dos Estudantes na universidade fora expulso do partido. (...) Pode-se argumentar que a natureza conformista e sem imaginação da liderança imposta na União dos Estudantes da Universidade de Zagreb, na sequencia das disputas de 1967, tornou mais fácil para os nacionalistas croatas expulsá-los no início de 1971[307]. (CARTER, 1982, p. 173)

[307] No original: "The major source of nationalist conflict in the Student Union was the Croatian Student Union which was, from April 1971, under the control of the Croatian nationalist movement and blocking all action at

Em suma, ainda que tenha introduzido mudanças importantes, com uma desestalinização incompleta e uma significativa liberalização, Stojanović entende que a revolução iugoslava estagnou e que a depender da Liga dos Comunistas assim permanecerá. Por isso reclama que somente uma maior democratização política, que permita a mobilização de todas as forças intelectuais e progressistas da sociedade, poderia demover a Iugoslávia da estagnação. Por exemplo, Stojanović propõe que exista uma composição obrigatória majoritária da classe trabalhadora no partido. Mais amplamente, o filósofo reclama um retorno a ideia original de comunismo como um movimento, que não se limita a iniciativa do Partido, que inclui trabalhadores industriais e estudantes e intelectuais de esquerda. Para ele, não se pode esperar que o Partido aja espontaneamente pelo desenvolvimento do socialismo, é preciso força-lo a isso, é preciso que as massas conquistem a democratização, mesmo que haja riscos e incertezas na iniciativa espontânea vinda de baixo (*Praxis*, 1973, p. 325 e 330-332).

Sobre a sensível questão do multipartidarismo no socialismo Stojanović procura apresentar uma concepção balanceada entre considerações normativas e avaliações conjunturais. Assim, por um lado critica a visão da maioria dos comunistas no poder, que desdenham da possibilidade de um sistema multipartidário, vendo apenas como uma liberdade puramente formal a escolha por cidadãos entre candidatos de vários partidos. Para Stojanović, o problema é que a crítica dos apologistas do sistema de partido único ao sistema multipartidário exagera as deficiências do último para desviar a atenção sobre as fraquezas do primeiro (STOJANOVIĆ, 1973, p. 88-89).

Na Iugoslávia os políticos comumente justificam a escolha pelo modelo de partido único afirmando que uma sociedade autogerida é incompatível com lutas partidárias pelo poder, e que, portanto, deve-se aspirar a uma democracia sem partidos. Mas, questiona Stojanović, "porque a transição para tal democracia não pode ser conseguida por meio de uma estrutura multipartidária ao invés de unipartidária?" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 89-90). Para o filósofo, o problema se coloca de outra maneira, já que, de um ponto de vista abstrato, certamente o sistema multipartidário é mais democrático do que o sistema de partido único.

---

the federal level. The first major conflict between the party and the students had in fact occurred in Croatia in 1967, but at this stage the Student Union leadership espoused a new left, not a nationalist ideology. Borba reporting on the Zagreb University Student Union annual conference in January 1968 made it clear that this was a meeting to restore party discipline in the Student Union after disputes the previous year, when the previous Chairman of the Student Union in the university had been expelled from the party. (…) It is arguable that the conformist and unimaginative nature of the leadership imposed on the Zagreb University Student Union in the wake of the 1967 disputes made it easier for the Croatian nationalists to oust them early in 1971" (CARTER, 1982, p. 173).

Com isso, de um ponto de vista mais concreto, a rejeição ao multipartidarismo aparece como uma possibilidade relativa às condições de cada país para a construção do socialismo (STOJANOVIĆ, 1973, p. 89). Nesse sentido, Stojanović argumenta que

> É um erro assumir, como advogados dogmáticos do sistema multipartidário o fazem, que não há absolutamente nada que possa ser feito contra o monopólio político dentro do sistema de partido único. Ao admitir a derrota sobre esse ponto, os marxistas involuntariamente rendem-se aos teóricos da democracia burguesa e assim revelam um complexo de inferioridade diante dos sistemas políticos desenvolvidos de sociedades capitalistas[308]. (*Praxis*, 1973, p. 322)

Na opinião de Stojanović, as condições atuais da Iugoslávia são altamente desfavoráveis ao estabelecimento de um sistema multipartidário, cujos efeitos para a sua revolução seriam provavelmente catastróficos:

> Uma estrutura social pequeno-burguesa e camponesa é ainda dominante no nosso país, partes do país são ainda muito subdesenvolvidas; ainda temos contendas nacionais e religiosas, o país quase não tem tradição democrática, e apenas vinte e cinco anos se passaram desde a terrível guerra civil e religiosa, com a ocupação e colaboracionismo que lhe acompanharam. Adicionalmente, mas não menos importante, deve-se levar em conta o grave perigo externo sobre a Iugoslávia, um perigo que não está prestes a desaparecer no futuro próximo. Um sistema multipartidário facilitaria e legalizaria a concentração organizacional tanto de forças estalinistas quanto pró-burguesia, ameaçando assim a existência da Iugoslávia como um país independente[309]. (STOJANOVIĆ, 1973, p. 90)

Anos depois (e talvez com mais razão), em um texto publicado em 1986, Stojanović mantem a mesma opinião:

> O socialismo democrático, em minha opinião, não implica somente um pluralismo político, mas também a sua institucionalização. Mas é muito mais fácil descrever um modelo abstrato da democracia socialista que elaborar uma concepção realista da liberalização e da democratização de um sistema pós-revolucionário de partido único. Na Iugoslávia *atual*, é impossível formar novos partidos, sobretudo porque o partido dirigente não o permitiria. Mas mesmo se isso pudesse ser feito, não seria uma boa política, por causa das consequências negativas que são bastante prováveis. A breve experiência do sistema multipartidário na Iugoslávia do entre-

[308] No original: "It is a mistake to assume, as dogmatic advocates of the multi-party system do, that there is absolutely nothing that can be done against political monopoly within a one-party system. In admitting defeat on this point, the Marxists unintentionally surrender to the theoreticians of bourgeois democracy and thus reveal an inferiority complex before the developed political systems of capitalist societies" (*Praxis*, 1973, p. 322).

[309] No original: "A peasant and petty-bourgeois social structure is still dominant in our country, sections of the country are still very undeveloped; we still have national and religious strife, the country has almost no democratic tradition, and only twenty-five years have passed since the terrible civil and religious war, with the occupation and quislings that accompanied it. In addition, although no less importantly, one must take account of the serious external danger to Yugoslavia, a danger which is not about to disappear in the near future. A multiparty system would facilitate and legalize the organizational concentration of both Stalinist and probourgeois forces, thus threatening Yugoslavia's existence as an independent country" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 90).

> guerras, e os conflitos nacionais no partido comunista iugoslavo, sobretudo ao longo dos últimos quinze anos, indicam que os novos partidos seriam muito provavelmente fundados sobre princípios nacionais ou confessionais. Tal pluralismo político quebraria o Estado mais velho e o mais forte. Além disso, a situação geo-estratégica da Iugoslávia permanece tal que um sistema multipartidário permitiria a atividade ilegal de grupos que, num momento favorável, poderiam tornar-se a quinta coluna de uma intervenção exterior.
>
> Portanto, por enquanto vale mais tentar liberalizar e democratizar o sistema atual de partido único. No estado atual das coisas, este sistema representa a principal razão da crise que assola a Iugoslávia e o obstáculo principal que a impede de encontrar uma solução a esta crise[310]. (GOLUBOVIĆ e STOJANOVIĆ, 1986, p. 53)

A reação ao grupo Praxis

Dada a sua importância teórica e política, o grupo *Praxis* representou uma ponte entre Leste e Oeste e um ponto de referência do humanismo marxista (SHER, 1977, p. xix). A experiência iugoslava constituiu-se em referência central para os militantes e intelectuais que apostavam na autogestão como alternativa ao capitalismo e ao "socialismo stalinista". Em geral vista simplificadamente como bem-sucedida, a autogestão iugoslava passou a ser mais bem conhecida no exterior não apenas devido aos estudos especializados realizados por pesquisadores que foram a campo, mas também devido à troca intelectual e política promovida pelo grupo Praxis, através de sua revista internacional e de seu seminário de verão anual na ilha de Korčula. Podemos perceber essa importância na França por meio da revista *Autogestion* e por meio do impacto político no meio sindical e partidário francês, a exemplo da adoção pela CFDT de um programa autogestionário inspirado diretamente pela experiência iugoslava.

[310] No original: « Le socialisme démocratique, à mon avis, n'implique pas seulement un pluralisme politique mais aussi son institutionnalisation. Mais il est beaucoup plus facile de décrire un modèle abstrait de la démocratie socialiste que d'élaborer une conception réaliste de la libéralisation et de la démocratisation d'un système post-révolutionnaire à parti unique. Dans la Yougoslavie actuelle, il est impossible de former de nouveaux partis, surtout parce que le parti dirigeant ne le permettrait pas. Mais même si cela pouvait être fait, ce ne serait pas une bonne politique, à cause de ses conséquences négatives qui sont assez probables. La brève expérience du système multiparti dans la Yougoslavie d'entre les deux guerres, et les conflits nationaux dans le parti communiste yougoslave, surtout au cours des quinze dernières années, indiquent que les nouveaux partis seraient très probablement fondés sur des principes nationaux ou confessionnels. Un tel pluralisme politique briserait l'Etat le plus vieux et le plus fort. En plus, la situation géo-stratégique de la Yougoslavie reste telle qu'un système multiparti permettrait l'activité légale de groupes qui, à un moment favorable, pourraient devenir la cinquième colonne d'une intervention extérieure. Pour l'instant il vaut donc mieux d'essayer de libéraliser et de démocratiser le système actuel à parti unique. Dans l'état actuel des choses, ce système représente la principale raison de la crise que subit la Yougoslavie et l'obstacle principal qui l'empêche de trouver une solution à cette crise » (GOLUBOVIĆ e STOJANOVIĆ, 1986, p. 53).

É interessante notarmos ainda que os "anos dourados" da autogestão[311], isto é, de sua centralidade no debate político-intelectual, são justamente os anos de publicação da revista *Praxis*: 1964 à 1974. O que a nosso ver confere ainda mais importância ao estudo do grupo Praxis, um dos atores mais participativos no período mais intenso de debates e tomadas de posição sobre a autogestão[312].

A notoriedade dos intelectuais da Praxis no exterior e a preocupação de Tito em fornecer uma imagem internacional positiva da Iugoslávia serviram de arrefecedor do ímpeto de repressão dos poderes dirigentes. Ainda que a vanguarda socialista da Liga dos Comunistas pretendesse manter o seu monopólio na condução política da Iugoslávia, ela tinha de manter certa cautela no modo como lidava com dissidências, tanto pela posição internacional iugoslava como "não alinhada", como pelo delicado equilíbrio de forças no país.

O impacto do grupo Praxis na cena política iugoslava poderia ser considerado pequeno se fosse levada em consideração apenas a tiragem modesta da revista Praxis, voltada para um público acadêmico. Porém, há que se considerar o significativo ganho de popularidade advindo da própria perseguição das autoridades, sobretudo a partir das manifestações estudantis de 1968. Ilustra a popularidade do grupo Praxis o fato de ter sido mencionado numa letra de música de uma das mais populares bandas de rock na Iugoslávia dos anos 1980. Na letra da música "68", gravada pela banda Azra em 1982, dizia-se:

> Enquanto eu era um estudante, eu era um desafiador / Eu lia *Praxis*
> Eu era um polemista habilidoso / o anarquismo estava no meu sangue
> Eu sonhava com barricadas / eu sonhava em conduzir os proletários.
> Agora eu preciso de um médico / é difícil ficar ocioso o dia todo.
> Meus amigos são noturnos / eles não bebem, eles não são barulhentos.
> Eles apenas olham fixamente e definham / eu vou me jogar num rio.
> Eu vou me jogar de volta em 68 / 68 voltará.[313]

---

[311] Simboliza bem o espírito da época, o título do livro de Pierre Rosanvallon: *L'âge de l'autogestion*, publicado pela editora Le Seuil em 1976.

[312] Como atesta Frank Georgi, o grupo Praxis, sobretudo representado na figura de Rudi Supek, mantém uma estreita relação com os partidários da autogestão na França (GEORGI, 2003, p. 18). Na revista *Autogestion*, por exemplo, publicam Rudi Supek e Mihailo Marković.

[313] Traduzimos a partir da tradução do croata para o inglês feita por Sarah Žabić: While I was a student, I was a defiant one / I read Praxis // I was a skilful polemist / anarchism was in my blood // I dreamt about barricades / I dream I lead the proletarians. // Now I need a doctor / it's tough to be idle all day. // My friends are nocturnal / they don't drink, they aren't loud. // They just stare and rot / I'll throw myself into a river. // I'll throw myself back into '68 / '68 will come back. A canção foi composta por Branimir "Johnny Štulić, vocalista da banda Azra, fazendo parte do album "Filigranski pločnici", LP record, Zagreb: Jugoton, 1982 (ŽABIĆ, 2010, p. 121-122).

A letra evoca o tipo de conexão que se estabeleceu entre os estudantes universitários politicamente ativos e o grupo Praxis no âmbito de uma cultura de contestação e de utopia.

Como seria de se imaginar, com a insistente crítica do grupo Praxis aos grupos nacionalistas esses reagiram negativamente. De acordo com Ana Dević, os mais ferrenhos oponentes do grupo Praxis eram os membros do "círculo filosófico de Sarajevo". Muhamed Filipović, professor de filosofia da Universidade de Sarajevo, afirmava que a crítica anti-estalinista do grupo Praxis era obsoleta, pois o estalinismo já havia sido derrotado na Iugoslávia e que a versão do grupo Praxis da "crítica marxista de todos os fenômenos existentes" era um tardio elemento de hegelianismo. Para Filipović era preciso fortalecer os aspectos nacionais da produção de mercadorias socialistas (DEVIĆ, 2000, p. 75-76). Fuad Muhic, professor da Faculdade de Direito em Sarajevo era ainda mais virulento no ataque ao grupo Praxis:

> Existir num estado de liberdade abstrata como numa autodeterminação ilimitada, estar contra o 'sistema', num estado de permanente oposição que, pela sua natureza caprichosa, se torna um puro "lartpourlartisme" de uma existência confortável bem paga, ser um personagem 'respeitado' em um círculo de apoiadores no país e no exterior por causa da oposição ao sistema existente e onde o maior grau de legitimidade é buscado em sua expulsão do Partido – esses são os alicerces da involução do marxismo "não-partidário" para o anarquismo e o niilismo[314]. (DEVIĆ, 2000, p. 77)

De acordo com Mihailo Marković, às críticas formuladas pelo grupo Praxis à realidade iugoslava[315], os teóricos da Liga respondiam com fracos contra-argumentos, tais como: como pode a classe trabalhadora, sendo a classe dominante no socialismo, explorar a si mesma? A crítica de Marx da economia de mercado não é válida para uma economia de mercado socialista; o ataque à burocracia é um assalto anarquista à sociedade organizada; toda a crítica à forma existente de autogestão eles veem como uma crítica da autogestão como

[314] No original: "To exist in a state of abstract freedom as in an unlimited self-determiantion, to be against the 'system', in a state of permanente opposition, which, due to its capricious nature, becomes a pure "lartpourlartism" of a comfortable well-paid existence, to be a 'respected' persona in a circle of supporters at home and abroad because of one's opposition to the existing system, and where the highest degree of legitimacy is sought in one's expulsion from the Party, - these are the foundations of the involution of the "non-Party" Marxism toward anarchism and nihilism (...)" (DEVIĆ, 2000, p. 77).

[315] Marković resume a crítica do grupo Praxis do seguinte modo: "Desde 1963 os filósofos da Praxis estabeleceram que tanto formas de alienação econômica quanto política ainda existia na sociedade iugoslava, que a classe trabalhadora ainda era explorada – desta vez por novas elites: burocracia e tecnocracia; que a economia de mercado irá inevitavelmente reproduzir relações capital-trabalho; que a autogestão existe apenas no nível micro nas empresas e comunidades e organizações locais, e que consequentemente seu posterior desenvolvimento requer um gradual desaparecimento da política profissional e a formação de conselhos operários no nível regional, das repúblicas e federal; que a precondição básica para uma democracia realmente participativa era primeiramente uma radical democratização do Partido e posteriormente seu desaparecimento" (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p., 26).

princípio; a autogestão integrada ao nível da república e da federação foi considerada uma forma de estatismo; democratização do Partido, no sentido de permitir às minorias continuar a exprimir e justificar suas ideias, equivaleria a pedir que facções sejam permitidas dentro do Partido (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 26).

Apesar do repetido desmentido da maioria dos marxistas do grupo Praxis a ter qualquer ambição política pessoal, refugiando-se na afirmação de que a *Praxis* era "apenas" uma revista filosófica e que por isso não constituía uma plataforma de oposição política, foi exatamente assim que as autoridades iugoslavas tenderam a caracterizar o grupo (SHER, 1977, p. xviii e 46). É claro que a atividade do grupo Praxis pode ser vista como eminentemente de âmbito cultural, porém também é evidente que o conteúdo político da sua filosofia, voltado para a análise crítica da sociedade (incluindo a sociedade socialista), dava azo a acusações de oposicionismo político. Em realidade, o próprio grupo Praxis em algum momento hesitou sobre a sua disposição para o enfrentamento político.

A reação crescentemente negativa dos dirigentes iugoslavos às ideias difundidas pelos intelectuais do grupo Praxis se revela em uma série de episódios. Citaremos alguns dos mais significativos.

No seio da Liga, as propostas dos marxistas da *Praxis* pela sua democratização foram rejeitadas no seu Oitavo Congresso em 1964: o princípio do centralismo democrático foi mantido como tradicionalmente entendido (por exemplo, sem menção ao direito de articular visões dissidentes após uma decisão já tomada pela maioria). Ranković e Vlahović enfaticamente rejeitaram a tese de que a Liga dos Comunistas deveria ser estruturada de acordo com o princípio da autogestão e ameaçadoramente declararam que aqueles que estavam insistindo no direito ao criticismo não deveriam esperar serem bem-vindos por muito tempo dentro do Partido. (SHER, 1977, p. 41-43)

Mika Tripalo, liderança nacionalista croata, de modo alarmista afirmou que, a despeito das intenções dos indivíduos envolvidos com a revista *Praxis*, seus artigos criam as condições objetivas para ela se tornar o coração de um grupo de oposição sobre o qual todos os elementos opositores e insatisfeitos poderiam se reunir (SHER, 1977, p. 48-49).

Além de discursos ameaçadores, houve sucessivas tentativas de bloquear a propagação do discurso crítico do grupo Praxis, como a circulação de listas negras nas editoras e na mídia de massas (SHER, 1977, p. 195). A imprensa alternava entra a atitude de colocar o grupo Praxis em quarentena ideológica, dando-lhe pouca atenção, e a publicação de artigos assinados por proeminentes publicistas do Partido fazendo advertências indiretas contra o criticismo "exagerado" dos intelectuais da *Praxis* (SHER, 1977, p. 199).

A crítica mais influente ao grupo Praxis veio de Kardelj, que, no espírito de um pragmatismo crasso, acusou o grupo Praxis de ignorar "as leis objetivas da vida social", "a real relação de forças sociais", ao pregar uma "mistura alquimística de verdades eternas abstratas sobre humanidade e liberdade" e ao atacar a posição da Liga como a vanguarda ideológica da classe trabalhadora, atitude que poderia abrir as portas aos restauradores da velha sociedade (SHER, 1977, p. 199-201). Sua crítica culminou com a acusação de que o real objetivo dos ambiciosos e demagógicos filósofos da *Praxis* era o poder político, tendo como adversário a própria Liga. Essa acusação começou a proliferar a partir do artigo de Kardelj, e então os marxistas da *Praxis* reagiram negando qualquer interesse em "política", no sentido de luta por poder (SHER, 1977, p. 201-202). O efeito colateral desses ataques foi torná-los mais proeminentes aos olhos do público, o que fortalecia sua própria convicção contestatória (SHER, 1977, p. 204).

Aqui, é interessante apresentar de modo sucinto o pensamento político de Kardelj, especialmente sua crítica do "ultra-esquerdismo", tema que podemos encontrar bastante desenvolvido em *As vias da democracia na sociedade socialista* (KARDELJ, 1978). Partindo de uma avaliação de que tanto o pluralismo político do sistema parlamentar burguês quanto o sistema de partido único são formas de monopólio político, que desligam o homem, o trabalhador, o cidadão da gestão direta da sociedade, Kardelj defende o sistema de autogestão socialista no qual se manifesta o pluralismo social, autêntico, baseado nos interesses coletivos reais (KARDELJ, 1978, p. 54-75). Assim, ainda que reconheça que tanto o parlamentarismo burguês quanto o sistema de partido único possam desempenhar um papel histórico positivo, de acordo com determinadas circunstâncias, para Kardelj somente a superação de ambas as formas políticas poderia desenvolver uma autêntica democracia. No caso da Iugoslávia, Kardelj insiste que o papel da Liga dos Comunistas não configura um sistema político de partido único, embora ainda subsistam "certos elementos de partido único no sistema do poder de Estado", considerados indispensáveis para "proteger a revolução e o livre desenvolvimento da autogestão socialista" (KARDELJ, 1978, p. 67).

Ao tratar do que chama de "ideologia do ultra-esquerdismo contemporâneo", Kardelj ataca a *intelligentsia* que, de acordo com sua análise, estaria revoltada com seu assalariamento, sentindo-se nostálgica de uma situação social privilegiada na qual atuava como camada social intermediária entre a classe operária e a classe reinante (KARDELJ, 1978, p. 88-94). No que se refere ao panorama iugoslavo, é bastante evidente que o alvo principal da crítica é o grupo Praxis. Kardelj aponta que o denominador ideológico comum à maior parte das "correntes e seitas" ultra-esquerdistas é "a crítica de toda a ordem existente" –

que, no entender do teórico iugoslavo, representa "a negação absoluta de tudo o que existe, o repúdio da síntese como resultado da unidade dos contrários", vendo apenas "aspectos negativos do trabalho, da prática, da classe, de toda a civilização" (KARDELJ, 1978, p. 91-92)

A "ideologia do ultra-esquerdismo contemporâneo" é apresentada como uma forma moderna de anarquismo, com sua característica negação de todas as instituições, mesmo as operárias, como partidos e sindicatos, pois que estariam todos burocratizados, sendo apenas construções artificiais impostas à classe operária. Daí que as ações legítimas seriam apenas as ações diretas da classe operária, como "greves selvagens, ocupações de fábricas, manifestações de rua, ações à margem das instituições operárias" (KARDELJ, 1978, p. 92).

Embora Kardelj admita o acerto de certas críticas do ultra-esquerdismo ao capitalismo contemporâneo, como a crítica da tecnoburocratização e da produção de uma "civilização de consumo", o dirigente iugoslavo insiste que o irrealismo de sua postura leva-o a uma contradição entre seus objetivos (anti-autoritários) e seus resultados, forçosamente autoritários, pois que exigiriam "um enorme esforço de imposição". O movimento operário deve então reconhecer o acerto de determinadas críticas manifestas por "largas camadas de jovens intelectuais", bem como das camadas mais desfavorecidas do campesinato, exprimindo-as na forma de objetivos precisos, com o que poderia se dar "uma nova consciência de classe à *intelligentsia* e incluí-la no movimento operário" (KARDELJ, 1978, p. 93-94).

Kardelj, ao que tudo indica, alinha-se à posição de Tito de reconhecer positividade ao movimento estudantil[316], embora atacando como reacionária a orientação ultra-esquerdista da *intelligentsia*. Esta, no que se refere à situação iugoslava, admitiria a autogestão no seu princípio ("porque seria muito 'impopular' não reconhecer o que as massas trabalhadoras aceitam"), mas dando-lhe o sentido de uma "ação espontânea das massas" "contra tudo o que existe". Na prática, isso seria a abolição da autogestão "como sistema social integral" e "como vetor do poder de Estado" (KARDELJ, 1978, p. 94-95).

O dirigente iugoslavo ainda considera utópica a exigência de solução para o problema da elevação das condições de vida da fração dos operários e camponeses das regiões

[316] Kardelj considera como "potencialidades revolucionárias" as "aspirações do mundo dos jovens, a sua crítica da cultura e da instrução burguesas, do desemprego, da sujeição da ciência aos monopólios tecnoburocráticos e ao militarismo, a resistência do homem à estupidez de uma cega máquina administrativa na qual o tecnoburocratismo esmaga a personalidade, a busca de novos modos de expressão artística e de novos horizontes para a criação, a revolta das massas empobrecidas do 'terceiro mundo'" (KARDELJ, 1978, p. 94).

menos desenvolvidas do país por via dos "instrumentos do poder" e "por uma redistribuição subjectivista permanente do rendimento social, recorrendo à imposição do Estado, e não ao desenvolvimento das forças de produção". O radicalismo ultra-esquerdista, que se erige em defensor dos interesses dessa fração da classe trabalhadora, revelaria o seu utopismo na forma de uma "impaciência juvenil", ao acusar "as forças de vanguarda da sociedade socialista de não criarem imediatamente a sociedade de abundância ou, pelo menos, do 'igualitarismo'" (KARDELJ, 1978, p. 95-96).

A extrema esquerda iugoslava se caracterizaria então pelo seguinte:

> No fundo, ela não tem confiança na classe operária e quer desempenhar o papel de tutor esclarecido; contesta o papel dirigente do Partido, que seria uma organização essencialmente burocrática e estalinista; insiste na sua vocação especial, que lhe daria o direito exclusivo de fixar os objetivos da sociedade de definir a teoria política; põe em causa todas as instituições, incluindo a autogestão, que considera inteiramente burocratizadas e manipuladas. (KARDELJ, 1978, p. 96)

Um dos pontos cruciais do desacordo de Kardelj com o grupo Praxis é o papel do mercado na autogestão socialista. Já vimos que a crítica dos intelectuais da *Praxis* não negava a necessidade do mercado na transição socialista rumo ao comunismo, porém reivindicavam a democratização do planejamento e a humanização das necessidades, o que permitiria uma redução cada vez maior do papel da mediação mercantil. Quer dizer, contra o "economicismo", faziam a defesa da promoção do "homem novo" - nos seus termos, a promoção da *praxis*. O que implicava numa mudança política fundamental: a democratização generalizada do sistema de autogestão iugoslava, com importantes repercussões culturais. Kardelj, por sua vez, continua a apresentar apenas duas alternativas: ou a restauração do monopólio da propriedade estatal, com o que o Estado poderia impor a redistribuição do produto do sobretrabalho, ou o mercado como meio para a livre troca de atividades entre os autogestionários.

No quadro dessas duas alternativas, a extrema esquerda se alinharia, sem o dizer ou pretender, à restauração do "estatismo", ao querer suprimir o mercado, sem levar em conta as leis econômicas. À "tese indefensável segundo a qual o mercado e a produção mercantil seriam por si mesmos uma fonte de desigualdades, mesmo até de relações capitalistas", que seria sustentada pelos ultra-esquerdistas, Kardelj opõe o seguinte argumento:

> Ora, desde que o homem se tornou capaz de produzir, não somente para si, mas também para os outros, todos os sistemas sociais forma acompanahdos de formas específicas de mercado e de produção mercantil. *Não é o mercado que determina o cunho das relações de produção: são, pelo contrário, as relações de produção, as relações de classe, que determinam o cunho do mercado*. (KARDELJ, 1978, p. 97; grifos do autor)

Portanto, poderia-se deduzir, um mercado socialista seria possível.

Kardelj procura também refutar a tese da estratificação de classe na Iugoslávia, aonde desigualdades sociais irremovíveis teriam surgido entre os trabalhadores manuais e uma fração da *intelligentsia*, dando origem a uma nova classe social. Primeiramente, tal teoria não possuiria valor científico, pois não é a desigualdade de fortunas e sim as relações de produção que produzem as diferenças de classe. As desigualdades sociais originadas nas desigualdades das fortunas existiram sim na Iugoslávia, reconhece Kardelj, porém não seriam devidas a diferenças de classe e sim da repartição do rendimento segundo o trabalho fornecido, contra a qual se colocavam os defensores do igualitarismo, "do nivelamento pela base". Todavia, vimos que o grupo Praxis identifica o surgimento de uma nova classe não na desigualdade de fortunas mas sim na alienação dos trabalhadores da gestão do processo produtivo e reprodutivo. Este problema fundamental Kardelj mitiga por meio da ideia de que se tratam apenas de "sobrevivências das antigas relações de classe", de "deformações", e não do princípio do "nosso sistema". As chamadas "tendências tecnoburocráticas" seriam portanto exógenas à lógica do sistema autogestionário iugoslavo (KARDELJ, 1978, p. 97-98).

Ao tratar da repartição do rendimento segundo o trabalho fornecido, Kardelj novamente exprime um raciocínio simplificador. Primeiramente, silencia quanto às especificidades distributivas da mediação do mercado na repartição do rendimento, fazendo parecer que se trata apenas de uma distribuição proporcional ao trabalho concreto fornecido pelos trabalhadores individualmente ou enquanto coletivo de trabalho. Assim, afirma que um "operário que trabalhe melhor e mais que outro recusará sempre que o ponham no mesmo pé de igualdade" e recusará também, "com muito mais razão, alimentar parasitas que nada fazem ou trabalham pouquíssimo". Tais concepções só seriam superadas com a expansão das forças produtivas, quando "a sociedade estiver em condições de satisfazer as necessidades dos homens independentemente das características do seu trabalho". Na situação atual, o "nivelamento" provocaria conflitos no interior da classe operária que não poderiam ser resolvidos democraticamente, exigindo "muita coação do Estado, muita regulamentação administrativa e centralizada dos salários e muitas pressões policiais" (KARDELJ, 1978, p. 98-99). Quer dizer, portanto, que a crítica dos ultra-esquerdistas levaria a um beco sem saída, ao retorno do estatismo, única alternativa à autogestão baseada na produção mercantil.

Em suma, parece evidente que o grupo Praxis, aos olhos de Kardelj, seria, ao menos predominantemente, uma manifestação contemporânea do "anarquismo intelectual e pequeno-burguês da extrema esquerda" (KARDELJ, 1978, p. 105).

Com o suporte intelectual da crítica de Kardelj e a vontade política de Tito, a repressão ao grupo Praxis era praticamente inevitável. Assim, o governo, na figura de diferentes fontes de financiamento, retém o suporte financeiro à revista *Praxis*, provocando sucessivas crises financeiras em 1965, 1966, 1968 e 1972 (SHER, 1977, p. 205).

Porém, o momento mais grave para o grupo Praxis foi a revolta estudantil nas universidades iugoslavas em junho de 1968[317] (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 26-27). Influenciados pelo clima político mundial no qual a juventude estudantil emergia como protagonista de movimentos de esquerda, e pelas novas condições políticas internas, um significativo grupo de universitários iugoslavos rebelou-se, chegando a envolver cerca de 60.000 estudantes da Universidade de Belgrado, foco do movimento[318]. Após uma sequência de manifestações, conflitos com a polícia, ocupações nas universidades e inúmeras assembleias, chegou-se a uma pauta de reivindicações que transcenderam reivindicações mais imediatas aos interesses especificamente universitários: contra a diferenciação social e o privilégio, o desemprego e as sinecuras políticas, pela autogestão real e não meramente formal, pela democratização de todas as organizações sociais e especialmente da Liga dos Comunistas, contra a especulação de terras, a comercialização da cultura e pela qualidade da vida universitária (SHER, 1977, p. 209-210).

---

[317] Para relatos detalhados dos eventos que constituíram a revolta estudantil iugoslava de 1968, ver PERVAN, 1978, p. 15-39, PETROVIĆ, 2007, p. 16-23, KRULIC, 1990 e MUSIĆ, 2008, p. 45-51 e 57-61. Ver também SAMARY, 2008, p. 85-93, SHER, 1977, p. 209-212 e GRUENWALD, 1983, p. 54-55. O início da revolta estudantil se deu a partir de um caso de repressão policial, por ocasião de um confronto, ocorrido na noite de 2 de junho de 1968, no qual um grupo de cerca de mil estudantes foi impedido de assistir a uma apresentação musical que teve uma limitação de público às vésperas do evento, devido a uma mudança de local, no qual os estudantes tentaram entrar à força. Na segunda-feira pela manhã, apenas um dia após o confronto, uma reunião dos estudantes em protesto aos eventos da véspera ampliou rapidamente a dimensão do conflito, pormenorizando uma série de problemas sociais, como as condições de vida e de emprego.

[318] Samary mostra a sincronia entre os movimentos juvenis iugoslavo e francês: "Na segunda metade dos anos 1960, a juventude estudante politizada de Belgrado, Zagreb ou Liubliana partilhava com aquela da França a admiração por Che Guevara, a solidariedade com a resistência anti-imperialista no Vietnam, o interesse pela contra-cultura ou pelas correntes do marxismo não-oficial" (SAMARY, 2008, s/p). De fato, estudantes e professores das universidades iugoslavas protestaram contra a invasão dos Estados Unidos ao Vietnam, resultando em conflito com a polícia – o que, aliás, conduziu a uma crítica à polícia como instituição e à própria política externa iugoslava, especialmente em relação aos EUA. Já por ocasião do Maio de 1968 na França, estudantes de Belgrado enviaram uma carta ao reitor da Sorbonne criticando a decisão de fechar os portões do campus de Nanterre (BACEVIĆ, 2014, p. 46). Num sentido geral da história mundial, Eric Hobsbawm mostra os efeitos da grande expansão da educação universitária pós-Segunda Guerra, que incluiu a emergência dos estudantes como uma força social e política "muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismo estudantil em todo o mundo falaram mais alto que as estatísticas". O historiador destaca o caráter transnacional da massa de estudantes, "movimentando-se e comunicando ideias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social". Mesmo sendo minoritário entre a totalidade dos estudantes, o grupo dos universitários que se sentiu atraído pelo radicalismo político de esquerda é que se fazia visível por meio de manifestações públicas (HOBSBAWM, 2014, p. 289-296).

Como pontua Musić, “em essência, este programa visava reformar a velha estrutura burocrática do sistema e ao mesmo tempo escapar da reintrodução do mercado como o único quadro possível para essa tarefa” (MUSIĆ, 2008, p. 59). Destacamos que esse movimento estudantil foi organizado por comitês de ação especiais, e não pelas organizações e estruturas já existentes na universidade, como o Comitê Universitário da União dos Estudantes e o Comitê Universitário da Liga dos Comunistas. Esses comitês oficiais, apontados como parte do problema da estrutura universitária e da falta de participação dos estudantes, ainda se fizeram presentes na reunião de 4 de junho na qual foi formulada a referida pauta de reivindicações, com o objetivo de tentar evitar que o movimento estudantil ficasse demasiadamente fora de controle. Não foi possível impedir, todavia, que o programa de reivindicações assumisse um tom claramente crítico à Liga dos Comunistas, sem qualquer habitual referência laudatória, já que na única menção à Liga tratava-se não de apontá-la como a força guia da sociedade iugoslava e sim de insistir na necessidade de sua democratização (PERVAN, 1978, p. 28-29).

Apesar do caráter crítico do programa dos estudantes, é digno de nota que ele não foi unanimemente aprovado na Universidade de Belgrado. Segundo Pervan, uma significativa minoria dos estudantes em vários departamentos o considerou muito conservador, e no Departamento de Filosofia ele foi rejeitado, destacando-se a crítica do professor Vojin Milić, pertencente ao grupo Praxis, que considerou o documento uma capitulação, por não enfrentar diretamente a Liga dos Comunistas (PERVAN, 1978, p. 31).

De acordo com Milan Petrović, que participara do movimento estudantil de Belgrado, os dois fatores internos mais importantes que contribuíram para o surgimento desse movimento foram a queda do vice-presidente da Yugoslávia, Aleksandar Ranković, e a influência dos professores do grupo Praxis (PETROVIĆ, 2007, p. 14). Ranković, o chefe da polícia política e um dos nomes mais fortes do governo, representava a defesa do fechamento político da Liga e a vigilância severa sobre a opinião política expressa na sociedade, daí o sentimento de arejamento político e liberdade de expressão advindo da sua queda, alimentando a reflexão crítica estudantil.

Petrović afirma que o grupo Praxis buscou nos estudantes uma base massiva, contribuindo para promovê-los diante do público, mas também os arruinando. O autor relata que uma das principais orientações teóricas desse movimento era o igualitarismo maoísta, predominante na Faculdade de Filosofia de Belgrado, na qual o grupo Praxis controlava o movimento estudantil (PETROVIĆ, 2007, p. 16, 19 e 20).

Todavia, em artigo publicado na revista *Praxis*, "The June Student Movement and Social Revolution in Yugoslavia", Svetozar Stojanović, um dos principais nomes do grupo Praxis, mostra-se claramente desfavorável ao maoísmo (*Praxis*, 1970, p. 394-402). Tratando do que chama de entropia das revoluções, o filósofo apresenta o maoísmo como uma tentativa de resistir à tendência ao retorno das massas a um estado de passividade após a revolução política. Para remediar essa entropia, fazendo com que a revolução social dê continuidade à revolução política, os maoístas adotam romanticamente um comunismo primitivo, caracterizado pelo ascetismo, coletivismo e igualitarismo nivelador, o que implicava para a China em trabalho exaustivo, poupança exagerada e uma completa supressão de incentivos materiais em favor de estímulos político-morais. Embora Stojanović não se detenha na crítica a esse comunismo primitivo, indicando já ter tratado do assunto durante algum tempo, ele argumenta de passagem que o fardo dos sacrifícios materiais pode ser distribuído de modo mais justo entre as gerações (*Praxis*, 1970, p. 394-396).

Petrović sustenta ainda que Tito chegou a considerar a possibilidade de aproveitar a situação para se colocar ao lado dos estudantes e contra a burocracia da Liga, especialmente Edvard Kardelj. Para o autor, o discurso de Tito na televisão, reconhecendo a legitimidade das reivindicações dos estudantes, foi um genuíno aceno para uma segunda revolução, apoiada nos estudantes universitários, contra "a burguesia vermelha", isto é, a burocracia comunista. E com isso, entendeu como autodestrutiva e irracional a recusa do grupo Praxis, instalado na Faculdade de Belgrado, em por fim à greve universitária instaurada em apoio aos estudantes após o discurso de Tito, sugerindo que os intelectuais da *Praxis* agiram orgulhosamente, por se sentiram atingidos pelas referências do presidente àqueles que queriam "envenenar" os estudantes[319] (PETROVIĆ, 2007, p. 21).

De outra perspectiva, Ralph Pervan entende que o objetivo do discurso de Tito era conciliar a massa de estudantes e isolar e desacreditar os elementos mais radicais entre eles, exaurindo assim o ativismo da maioria, no que fora bem sucedido (PERVAN, 1978, p. 11 e 32). Vários foram os pronunciamentos de lideranças da Liga dos Comunistas que procuravam exaltar a sua concordância com a maior parte das reivindicações estudantis, consideradas justificadas (como a exigência por total e ativa participação estudantil na autogestão universitária), afirmando-se que a Liga já vem trabalhando para solucionar os problemas

[319] No discurso televisivo de 9 de junho de 1968, Tito afirma que "os últimos desenvolvimentos nas universidades mostrou que 90% dos estudantes são nossa real juventude socialista, que não se deixa envenenar, não seguindo os vários apoiadores de Djilas, de Ranković, de Mao Tse Tung ou algo semelhante para usar um pretexto de se preocupar com os estudantes, quando de fato tentam realizar seus próprios objetivos" (PETROVIĆ, 2007, p. 22).

apontados, tais como a demanda por emprego e a diferenciação social. A imprensa fazia eco ao esforço oficial por sublinhar o lado "positivo" dos protestos, ao mostrar a fidelidade ao sistema iugoslavo por parte de estudantes que carregavam retratos de Marx e Tito e cantavam o hino nacional e a canção de exaltação ao regime, a "Tito-Partido". Porém, como aponta Pervan, ocultava-se a dissonância de estudantes que cantavam, por exemplo, o slogan "Abaixo o cachimbo e o poodle", numa referência a uma recente fotografia de imprensa que mostrava Tito fumando um cachimbo e segurando um poodle. Assim, ao menos alguns estudantes estariam demonstrando sua insatisfação com a vida privilegiada de alguns grupos no poder, incluindo o próprio presidente Tito (PERVAN, 1978, p. 24-25).

Ademais, no que se refere ao grupo Praxis, além de considerar suas visões como a mais coerente e persistente crítica à direção da Liga, Pervan observa que sua importância consiste também no fato de que elas encontraram expressão na retórica dos manifestantes estudantis em Junho de 1968. Para o autor, portanto, se tratava não de uma relação de controle, mas de *influência*, "aparentemente bem sucedida" sobre "as visões de ao menos alguns estudantes" (PERVAN, 1978, p. 13-14).

Do lado do grupo Praxis, podemos encontrar uma clara demonstração de entusiástica simpatia pelo movimento estudantil no já referido artigo de Stojanović, "The June Student Movement and Social Revolution in Yugoslavia". Nele, o filósofo descreve o movimento estudantil de junho de 1968 como uma importante manifestação de resistência à entropia da revolução social iugoslava, visando revitalizá-la. Vale a pena apresentarmos com algum detalhe o artigo de Stojanović, não apenas por deixar clara a afinidade existente entre o grupo Praxis e o movimento dos estudantes, mas também pelo seu valor como testemunho histórico.

Inicialmente, Stojanović destaca que a revolução iugoslava fora renovada primeiramente pela introdução da autogestão para grupos sociais básicos (uma revolução dentro da revolução, após o rompimento com o Cominform em 1948), mas que o seu caráter limitado mostrou-se evidente, na medida em que fora iniciada, dirigida e estritamente controlada "de cima", o que inevitavelmente produziu estagnação. Daí resultou um sistema híbrido, com autogestão na base e forte estatismo em todos os altos níveis de organização social, no qual as organizações sócio-políticas, a despeito de declarações em contrário, são ainda transmissoras da Liga dos Comunistas, aonde a democracia permanece na sua infância (*Praxis*, 1970, p. 397-398).

O movimento estudantil surge então no contexto da reforma de 1965, que teria apresentado duas concepções, representando uma polarização de forças: de um lado uma

concepção pequeno-burguesa, que injustificadamente faz um fetiche das forças de mercado incontroladas, e de outro uma concepção democrático-socialista, que deseja criar uma moderna economia de mercado controlada e planejada pela sociedade autogestionária, resolutamente contra a diferenciação social exagerada. De acordo com Stojanović, a revolta estudantil de 1968 identificava-se com esta segunda linha, posicionando-se contra a concepção pequeno-burguesa e também contra o grupo dos estatistas, que desejavam resistir às reformas para manter o poder centralmente concentrado. Com isso, as forças estatistas e pequeno-burguesas uniram-se para combater o movimento estudantil (*Praxis*, 1970, p. 399-400).

De acordo com Rusinow, durante as manifestações de junho houve uma divisão na Liga dos Comunistas quanto à avaliação do foco e do significado ideológico da revolta estudantil:

> Alguns têm tendido a aceita-la como inteiramente, ou predominantemente, "legítima" em seu espírito: a exigência de um cumprimento mais rápido do programa da Liga dos Comunistsa e da reforma econômica de 1965, que exigem a democratização e a liberalização da política e do sistema econômico em termos de "autogestão social" efetiva ao invés de formal. Outros, no entanto, tendem a ver influências sinistras e perigosamente bem-sucedidas no trabalho de "iludir" os alunos em posições que simultanemante (embora à primeira vista contraditoriamente) fazem parte do neo-stalinismo, do maoísmo, do neoliberalismo burguês aspirando a um multipartidarismo, do djilasismo e da ideologia da "nova esquerda"[320]. (RUSINOW, 2008, p. 74)

Stojanović observa que os dirigentes iugoslavos (no Estado e na Liga) reagiram às manifestações estudantis de massas com bastante temor e preocupação, na medida em que para eles se tratava de um movimento inesperado, cujas forças não eram bem conhecidas, justamente devido à falta de democracia. Temia-se em particular a possibilidade de que o movimento estudantil detonasse um eventual movimento de trabalhadores, por isso a principal preocupação das autoridades foi isolar os estudantes do resto da população, procurando conter a sua ação nos muros da universidade. A desinformação cumpriu essa função, seja alegando-se que os estudantes estavam apenas demandando uma melhoria da sua própria posição material, seja espalhando-se rumores para outras repúblicas de que o movimento estudantil de Belgrado tinha um caráter nacionalista sérvio. Houve quem afirmasse ainda que os estudantes

[320] No original: "Some have tended to welcome it as entirely, or predominantly, "legitimate" in spirit: a demand for a faster fulfillment of the program of the League of Communists and the economic reform of 1965, both of which call for democratization and liberalization of the polity and the economic system in terms of effective rather than formal "social self-management". Others, however, have tended to see sinister, and dangerously successful, influences at work in "misleading" the students into positions which simultaneously (if at first glance contradictorily) partake of neo-Stalinism, Maoism, bourgeois neo-liberalism aspiring to a multiparty system, Djilasism, and the ideology of the "new left"" (RUSINOW, 2008, p. 74).

eram apoiados por uma conspiração política reacionária, de caráter estalinista. Mas a acusação que poderia ter mais sucesso era a de que o movimento estudantil se caracterizava por um comunismo primitivo ou mesmo maoísta. Nesse ponto, Stojanović afirma que não havia qualquer slogan ou ideia tingida com o coletivismo ou o ascetismo, e que, se existe algum ingrediente de igualitarismo primitivo, ele é completamente secundário. Mesmo assim, essa foi a principal acusação contra o movimento estudantil: "A luta dos estudantes contra a diferenciação social descontrolada e exagerada foi habilmente retratada como uma cruzada primitiva contra pequenos empreendedores (artesãos, proprietários de caminhões etc.) nas atividades terciárias"[321] (*Praxis*, 1970, p. 400). Além disso, à diferença do movimento jovem na "revolução cultural" chinesa, o movimento estudantil iugoslavo é espontâneo e comunista-democrático.

Finalmente, o movimento estudantil sofre críticas por não ser capaz de fazer face a uma economia moderna, ao que Stojanović rebate de modo aquiescente e irônico, afirmando que a economia é o lado fraco não apenas do movimento estudantil, mas também das lideranças do Estado-Partido na Iugoslávia, e que o utopismo do qual são acusados os estudantes estava bem presente nessas lideranças na sua juventude, quando prometiam ao povo que com a chegada dos comunistas ao poder não seria preciso pagar taxas (*Praxis*, 1970, p. 401).

Quanto aos resultados produzidos pelo movimento estudantil, Stojanović considera-os pequenos, mas importantes. Pequenos porque as atuais condições político-sociais da Iugoslávia não permitem qualquer mudança visível no desenvolvimento da autogestão integral, o que só pode advir com a entrada na cena política das massas trabalhadoras. Importantes porque o movimento estudantil perdeu a inocência política ao receber a força bruta do Estado como resposta às suas demandas, sacudiu a visão ideológica (distorcida) prevalecente da sociedade iugoslava com grande publicidade e em larga escala, forçou o Estado a mostrar a falta de autogestão no topo e retirou a máscara democrática de alguns políticos e intelectuais (*Praxis*, 1970, p. 401-402).

April Carter menciona o impacto dos eventos de junho de 1968 sobre o subsequente papel militante desempenhado pela União dos Estudantes da Universidade de Belgrado, entrando em confronto com o Comitê Universitário da Liga dos Comunistas sobre determinadas questões, como a proposta de realizarem-se manifestações públicas para

[321] No original: "The struggle of the students against uncontrolled and exaggerated social differentiation was cleverly portrayed as a primitive communist crusade against small entrepreneurs (artisans, truck owners etc.) in the tertiary activities" (*Praxis*, 1970, p. 400).

comemorar o aniversário dos eventos de junho ou ainda a proposta de boicotar a eleição para reitor e pró-reitor da universidade a menos que todos os grupos na universidade tivessem direitos iguais na eleição. Em particular, pode-se destacar o radicalismo do Comitê da União dos Estudantes na Faculdade de Filosofia que organizou uma greve de fome em apoio aos mineiros bósnios em Junho de 1970, além de queixar-se da lista de candidatos apresentada para as eleições federais de abril de 1969. A resposta a esse tipo de atuação deste comitê estudantil foi a prisão de seu presidente, o estudante de sociologia Vladimir Mijanović[322], já em agosto de 1970 por "propaganda hostil anti-Estado", provocando a reação de 5000 estudantes que entraram em greve (CARTER, 1982, p. 173).

Sher afirma ser difícil determinar a natureza do envolvimento dos marxistas da *Praxis* nas manifestações estudantis de 1968, mas pondera que apesar das ideias do grupo estarem presentes nas demandas estudantis, "os ideais políticos e sociais invocados pelos estudantes derivavam diretamente do legado da revolução socialistas e não eram propriedade de nenhum grupo de intelectuais em particular" (SHER, 1977, p. 211). O autor afirma serem falsas as afirmações de que os intelectuais da *Praxis* encorajaram os estudantes a se engajar em anárquicas demonstrações de rua e atos de destruição injustificada; pelo contrário, conseguiram dissuadir os estudantes de confrontos físicos piores com as autoridades (SHER, 1977, p. 211).

Ainda sobre a participação do grupo Praxis nos eventos de 1968, Zagorka Golubović afirma que "se fala geralmente de 'movimento estudantil', o que é justo apenas em parte", já que a grande maioria dos professores da Universidade de Belgrado apoiou "os mesmos objetivos e participou das atividades" (GOLUBOVIĆ e STOJANOVIĆ, 1986, p. 17).

Não obstante, ao mesmo tempo em que as autoridades da Liga dos Comunistas procuravam assimilar as reivindicações dos estudantes, declarando-as justificadas, formulou-se uma linha de ataque agressiva, amplamente difundida por meio de declarações oficiais à imprensa escrita, radiofônica e televisiva, ao que era apontado como uma minoria que desejava usar o movimento político progressista dos estudantes e canalizá-lo para seus próprios objetivos. Esta minoria teria a pretensão de representar a classe trabalhadora sem o consentimento dela, e portanto estaria usurpando o direito de vanguarda ideológica exclusivo da Liga dos Comunistas e assim atacando a própria democracia.

[322] Mijanović foi um líder estudantil extremamente ativo, "lendário". Nos anos 80, ele foi um dos "6 de Belgrado" que sofreram processo e prisão por realizar a "universidade livre" num apartamento. Ficou conhecido internacionalmente.

O fato de insistir em manifestações de rua, ocupações e outros métodos "extra institucionais", considerados métodos de pressão e atos de violência, seria outro sinal de ameaça ao curso democrático da sociedade iugoslava, ignorando as "organizações autogeridas e democráticas do povo trabalhador" e visando à realização de "propósitos destrutivos" e a derrubada do próprio sistema básico de autogestão. Veljko Vlahović, membro do Comitê Executivo do Comitê Central da Liga dos Comunistas, argumentava que provocadores poderiam se aproveitar de uma "situação inflamada" de uma manifestação de rua, e que o contorno dos procedimentos democráticos ainda favoreceria forças burocráticas, estatistas e conservadoras. Este tipo de discurso alarmista, fazendo referência a uma "atmosfera inflamada", materializou-se na proibição a quaisquer manifestações e reuniões em todos os lugares públicos de Belgrado, decretada pelo Secretariado da República para Questões Internas, já em 4 de junho (PERVAN, 1978, p. 25-26).

A estratégia discursiva dos dirigentes iugoslavos também incluía colocar em acento as demandas dos estudantes voltadas para a sua realidade universitária, visando com isso reduzir o alcance das críticas, facilitando a satisfação das demandas e o alívio da tensão com promessas específicas aos problemas estudantis. Afastava-se, ainda, a possibilidade de uma aliança entre trabalhadores e estudantes, ao sugerir que a preocupação desses era com sua própria situação material, enquanto aqueles "estavam carregando o pesado fardo da recente reforma econômica" (PERVAN, 1978, p. 27).

Como afirma Carter, as "medidas ativas tomadas pelo partido na época [das manifestações estudantis de 1968] para isolar os trabalhadores de Belgrado dos estudantes sugeriram um medo muito real de que os trabalhadores poderiam apoiar e atuar sobre as demandas políticas feitas pelos estudantes" (CARTER, 1982, p. 207).

Nesse jogo de (des)informação foram utilizadas alegadas manifestações de coletivos de trabalhadores "clamando pela manutenção da ordem pública", sobre as quais lançou-se sutilmente a suspeita, em artigo publicado em 7 de junho no jornal sindical *Rad* (o mais simpático às reivindicações dos estudantes), de que tais proclamações poderiam não ter sido a expressão espontânea das opiniões dos trabalhadores. Nesse artigo afirmava-se ainda que a falha dos coletivos de trabalhadores em entender as motivações dos estudantes era devida a má informação, distorção e deturpação perpetradas pela mídia de massas (PERVAN, 1978, p. 27-28).

No que se refere ao presidente Tito, embora não tenhamos condições de afirmar com exatidão qual era a sua real intenção frente ao movimento estudantil e ao grupo Praxis, o fato é que a sequência de eventos pós-rebelião foi claramente conciliadora com a maioria dos

manifestantes e repressiva com aqueles que insistiram em manter uma posição crítica, não se contentando com o discurso oficial que procurava se mostrar ao lado dos estudantes. Assim, após certa exaustão com a sequência de inúmeras reuniões, a maioria dos estudantes festejou o discurso de Tito na televisão no dia 9 de junho (PERVAN, 1978, p. 32; ŽABIĆ, 2010, p. 98; BACEVIĆ, 2014, p. 51-52). Por outro lado, parece razoável supor que aqueles estudantes mais radicalizados e também mais próximos do grupo Praxis tenham recebido de modo mais cético tal discurso. Em entrevista recente, publicada em 2008, Zagorka Pešić-Golubović, que assistira ao discurso de Tito na televisão junto aos alunos na Faculdade de Filosofia em Belgrado, relata tal postura:

> O kolo [uma dança nacional] foi dançado na Faculdade de Direito! Nós na Faculdade de Filosofia não aplaudimos. Além disso, ficamos na universidade durante dois dias depois e nem mesmo nossos comitês de ação se separaram. [O mesmo aconteceu] no Departamento de Arquitetura. Eles continuaram a sua atividade na forma de um tribunal. Isso se extinguiu apenas mais tarde. Não houve aplauso algum. Nós entendemos o discurso de Tito e sabíamos que o seu propósito era sufocar o nosso movimento, e não apoiá-lo[323]. (extraído de ŽABIĆ, 2010, p. 99)

A desconfiança logo se confirmou. De fato, nesse mesmo dia 9 de junho, Gajo Petrović e Mladen Čaldarović foram expulsos da Liga em Zagreb sob a acusação de terem "advogado extremas posições anarcoliberais e tentado destruir a Liga dos Comunistas bem como o resto de nossas instituições autogestionárias" (SHER, 1977, p. 212). E apenas duas semanas após o seu discurso conciliador, o presidente Tito coroou com um novo discurso uma campanha da imprensa contra os "elementos hostis" que estariam infiltrados no movimento estudantil, atacando severamente um grupo que seria constituído de "professores individuais, alguns filósofos, vários *praxisovci* [324]e outros, vários dogmáticos", afirmando que

> Nós precisamos oferecer-lhes uma resistência decisiva, dizer um "não" decisivo. (...) Para eles a classe trabalhadora e seu papel estão transcendidos. Para eles a Liga dos Comunistas não significa nada. Eles pensam que algum sábio, alguns tecnocratas devem ser colocados num pedestal e dar ordens agitando suas varinhas. (...) Não há lugar para eles. (...) Tais pessoas devem educar nossos filhos nas escolas e universidades? Não há lugar para eles lá! (...) Nós precisamos, além disso, reduzir tais pessoas a impotência. (...) E, se finalmente chega-se a isso, às vezes também será necessário usar medidas administrativas. (...) Nós precisamos preservar nossa sociedade socialista autogestionária. (SHER, 1977, p. 213)

[323] No original: "The kolo [a national dance] was danced at the Law School! We at the Philosophy college did not applaud at all. Moreover, we stayed at the university for two days afterwards and not even our action committees broke apart. [The same happened] in the Architectural Department. They continued their activity in the shape of a tribunal. It died away only later. There was no applause at all. We understood Tito's speech and we knew that its purpose was to suffocate our movement, not to support" it. (extraído de ŽABIĆ, 2010, p. 99).
[324] *Praxisovci* significa "membros do Praxis".

Apesar da virulência de Tito, apenas quatros anos depois, em 1972, é que a campanha contra o grupo Praxis ganha um ímpeto mais forte. Ao que parece, a dificuldade em concretizar as ameaças se deu porque os intelectuais da *Praxis* encontraram certa leniência da parte de oficias de alto escalão no Liga dos Comunistas favoráveis a sua democratização, como o presidente da Liga dos Comunistas da Sérvia, Marko Nikezić (SHER, 1977, p. 214-226). Todavia, com a reação de Tito à "primavera croata", as lideranças "liberais" das outras repúblicas também perderam seus postos já em 1972, incluindo Marko Nikezić e Latinka Perović (secretária geral do Comitê Executivo da Liga dos Comunistas da Sérvia)[325] na Sérvia (ALLCOCK, 2000, p. 273-274).

Ocorria também de intelectuais ligados ao grupo Praxis ocuparem postos importantes na Liga ou em outras instituições-chave, como o sociólogo de Zagreb Stipe Šuvar, que foi designado presidente da Comissão Ideológica da Liga dos Comunistas da Croácia[326]. Destaca-se ainda Predrag Vranicki, um dos mais respeitados membros do grupo Praxis, que mantivera sua filiação à Liga e seu assento no Comitê da Liga da cidade de Zagreb, além de ser eleito reitor da Universidade de Zagreb (SHER, 1977, p. 220-221).

No entanto, a pressão repressiva foi mais forte. Mihailo Djurić, membro do conselho editorial da Praxis, foi condenado a dois anos de prisão por seu discurso crítico às emendas constitucionais de 1971 por ocasião de um simpósio dedicado ao tema na Faculdade de Direito de Belgrado em 4 de março de 1972, tendo sido interpretado como inflamatório dos sentimentos nacionalistas sérvios (SHER, 1977, p. 223-224). Tentou-se ainda, embora sem sucesso, impedir a renovação do contrato para o professor assistente Trivo Inđić na Faculdade de Filosofia. Já a União dos Estudantes da Iugoslávia foi fechada em 1974 (BACEVIĆ, 2014, p. 55). Diversos associados e membros do grupo Praxis tiveram seus passaportes revogados (Zaga Pešić, Dragoljub Mićunović, Vojin Milić, Nebojša Popov, Svetozar Stojanović, Mihailo Marković, Miladin Životić, Ljubomir Tadić, Trivo Inđić) e estudantes ativistas foram presos e sentenciados com base em espúrias acusações de "trotskismo" (SHER, 1977, p. 224-225). A acusação de trotskismo estendia-se também aos professores. O jornal *Komunist*, órgão da Liga dos Comunistas, denunciava que Ljubomir Tadić e Svetozar Stojanović estavam em contato com o comitê para a reconstituição da 4ª Internacional e com o grupo italiano trotskista Il Manifesto (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 45). Nos encontros da

[325] Em 1974, às vésperas do 10º Congresso da Liga dos Comunistas, Marko Nikezić e Latinka Perović foram expulsos da Liga (RUSINOW, 1977, p. 391).

[326] Šuvar chegou a escrever na *Praxis* em favor da representação plena da classe trabalhadora nos órgãos políticos, incluindo o Partido, e clamando por uma confrontação ideológica intensa com os protagonistas e as teses do nacionalismo pequeno-burguês. O sociólogo repudiava qualquer tentativa de sujeitar publicações como *Praxis* a assédio financeiro, defendendo a revista por sua orientação básica marxista. (SHER, 1977, p. 220-221)

Korčula Summer School participavam dirigentes da IVª Internacional trotskista, como Ernest Mandel, da Bélgica, Livio Maïtan, da Itália e Tariq Ali, paquistanês e britânico[327].

Com o purgo às lideranças "liberais" sérvias os membros da *Praxis* que ensinavam em Belgrado se viram sem qualquer possibilidade de proteção vinda "de cima", então a pressão de Tito pela sua demissão teve livre curso (SHER, 1977, p. 225-226). A resistência final foi possível devido a tradição de autonomia da Universidade de Belgrado. Procurando enfrentar essa autonomia, o governo aprovou uma lei para poder demitir com base em um relatório produzido por um conselho universitário misto, formado por membros internos à universidade e outros externos apontados pelo governo e pela Liga. Após intenso assédio para que os alunos "falassem mal" dos seus professores, com interrogatórios e prisões[328], o relatório, para surpresa do governo, foi unanimemente favorável aos oito filósofos e sociólogos de Belgrado implicados: Stojanović, Marković, Tadić, Pešić, Životić, Popov, Mićunović e Indjić. A ofensiva final se deu com uma nova lei autoritária permitindo ao governo interditar sumariamente os professores de exercer a prática docente caso suas atividades fossem consideradas ameaçadoras aos "interesses sociais", o que foi feito em 28 de janeiro de 1975[329], apesar de intenso protesto da comunidade acadêmica internacional[330]

[327] Os encontros na ilha de Korčula envolviam uma vasta gama de intelectuais de esquerda, em sua grande maioria de orientação marxista. Embora não tenha sido possível fazê-lo em nossa tese, seria de grande interesse estudar as relações tecidas entre esses intelectuais por ocasião dos encontros na Iugoslávia. O traço material mais evidente de aproximação intelectual é a própria revista *Praxis*, onde publicaram autores como Georg Lukács, Jürgen Habermas, Lucien Goldmann, Kostas Axelos, Erich Fromm, Agnes Heller, Ernst Bloch, Umberto Cerroni e Herbert Marcuse. Para ilustrar a amplitude da aglutinação em torno da revista *Praxis*, podemos citar o seu conselho editorial, constituído por Kostas Axelos (Paris), Alfred J. Ayer (Oxford), Zygmund Baumann (Tel-Aviv), Norman Birnbaum (Amherst), Ernst Bloch (Tübingen), Thomas Bottomore (Brighton), Umberto Cerroni (Roma), Robert S. Cohen (Boston), Veljko Cvjetičanin (Zagreb), Božidar Debenjak (Ljubljana), Mihailo Đurić (Belgrado), Marvin Farber (Buffalo), Muhamed Filipović (Sarajevo), Vladimir Filipović (Zagreb), Eugen Fink (Freiburg), Ivan Focht (Sarajevo), Erich Fromm (Mexico City), Lucien Goldmann (Paris), André Gorz (Paris), Jürgen Habermas (Frankfurt), Erich Heintel (Wien), Agnes Heller (Budapeste), Besim Ibrahimpašić (Saravejo), Mitko Ilievski (Skopje), Leszek Kolakowski (Warszawa), Veljko Korać (Belgrado), Karel Kosik (Praga), Andrija Krešić (Belgrado), Henri Lefebvre (Paris), Georg Lukács (Budapeste), Serge Mallet (Paris), Herbert Marcuse (San Diego), Mihailo Marković (Belgrado), Vojin Milić (Belgrado), Enzo Paci (Milão), Howard L. Parsons (Bridgeport), Zagorka Pešić-Golubović (Belgrado), David Riesman (Cambridge, Mass.), Veljko Rus (Ljubljana), Svetozar Stojanović (Belgrado), Julius Strinka (Bratislava), Abdulah Šarčević (Sarajevo), Ljubo Tadić (Belgrado), Ivan Varga (Budapeste), Kurt H. Wolff (Newton, Mas.), Aldo Zanardo (Bolonha) e Miladin Životić (Belgrado).

[328] O efeito dessa pressão, que pretendia jogar estudantes radicais contra seus professores mais moderados, foi o contrário do esperado. Todos os 800 estudantes da Faculdade de Filosofia deram uma demonstração de solidariedade aos "Oito" perseguidos, ameaçando uma greve em massa se a perseguição fosse até o fim. Em Zagreb os estudantes deram uma demonstração de solidariedade, o que acabou em breve violência, quando os estudantes expulsaram porta-vozes do Partido que vieram falar contra os filósofos (SHER, 1977, p. 229).

[329] Os professores foram licenciados de suas funções de ensino, embora tenham conservado o seu emprego como pesquisadores (SAMARY, 2008, p. 90).

[330] O apoio acadêmico internacional aos "Oito de Belgrado" foi significativo, procurando pressionar o governo de Tito a recuar na política repressiva. Citamos, por exemplo, o *International Committe of Concern for Academic Freedom in Yugoslavia*, formado inicialmente pelos professores Alfred J. Ayer, Noam Chomsky,

(MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 51-60; SHER, 1977, p. 227-232). Os "Oito de Belgrado" ainda recorreram à Corte Constitucional da Iugoslávia, que rejeitou o apelo em maio de 1977. Ademais, a *Korčula Summer School* de 1975 e 1976 com o tema "Socialismo e Direitos Humanos" foi proibida (GRUENWALD, 1983, p. 257).

Quanto à revista *Praxis*, o seu fim se deu com o corte total do suporte financeiro por parte da Coordenação de Ciência e Tecnologia da RSFI e com a ordem dada aos sindicatos da cidade de Sisak, na Croácia, para parar de imprimir a revista. Assim, em 21 de fevereiro de 1975 foi anunciado em Belgrado que a *Praxis* havia fechado após o Conselho Editorial ter rejeitado um ultimato das autoridades (SHER, 1977, p. 239).

As subsequentes trajetórias individuais dos membros do grupo Praxis diferiram significativamente. Inicialmente, a maior parte dos professores prosseguiu improvisadamente suas carreiras acadêmicas, aceitando convites para lecionar no exterior:

> Por mais de uma década, os oito de Belgrado - Mihailo Marković, Svetozar Stojanović, Ljubomir Tadić, Zagorka Golubović, Dragoljub Mićunović, Miladin Životić, Nebojša Popov e Trivo Inđić – perambularam pelo mundo, aceitando lecionar como professores visitantes no exterior e se encontrando secretamente em Belgrado. Somente Indjic aceitou a oferta do governo de um cargo de baixo-perfil num instituto. Os outros insistiram em nada menos que um regresso completo à Universidade de Belgrado, que não estava disponível. Markovic, o membro mais conhecido do grupo no exterior, assumiu um cargo de filosofia em tempo parcial na Universidade da Pensilvânia. Stojanovic ensinou em Berkeley e na Universidade de Kansas. Enquanto isso, em Zagreb, a situação era ligeiramente menos terrível. "Houve pressões", lembra Zarko Puhovski. "Não pude publicar por dois anos, mas não foi nada remotamente como a situação em Belgrado"[331]. (SECOR, 1999)

No final da década de 1970 e no começo da década de 1980 os "oito de Belgrado" ainda organizaram o que eles chamaram de "Universidade Livre", consistindo em seminários organizados em residências privadas, os quais eles não podiam divulgar publicamente, além de sofrer com interrupções pela polícia.

Nos anos 1980 tentou-se ainda uma espécie de retorno da revista Praxis, sob o nome de *Praxis Intenational*. Contudo, já não se pode mais falar em "grupo Praxis". Essa

---

Robert S. Cohen, Jürgen Habermas, Jaakko Hintikka, Harald Ofstad, Chaim Perelman, Paul Ricoeur e Georg Henrik von Wright (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 51-53).

[331] No original: "For more than a decade, the Belgrade 8 - Mihailo Marković, Svetozar Stojanović, Ljubomir Tadić, Zagorka Golubović, Dragoljub Mićunović, Miladin Životić, Nebojša Popov, and Trivo Inđić - wandered the globe, accepting visiting professorships abroad and meeting secretly in Belgrade. Only Indjic accepted the government's offer of a low-profile post at an institute. The others insisted on nothing less than a full return to the University of Belgrade, which was not forthcoming. Markovic, the group's best-known member abroad, took a part-time philosophy post at the University of Pennsylvania. Stojanovic taught at Berkeley and at the University of Kansas. Meanwhile, in Zagreb, the situation was slightly less dire. "There were pressures," remembers Zarko Puhovski. "I couldn't publish for two years. But it was nothing remotely like the situation in Belgrade"" (SECOR, 1999).

nova publicação aparece praticamente como uma iniciativa de Marković, embora contasse com a colaboração de "ex-praxistas" no seu corpo editorial, como Stojanović, Tadić, Golubović e Supek[332]. Crucialmente os intelectuais da antiga Praxis já se encontravam consideravelmente fragmentados. Em especial, na complexa situação política dos anos 1980 eles se mostraram bastante divididos. Surpreendentemente, o discurso nacional aparece para alguns como a única saída pragmática, enquanto outros se mantiveram na crítica da escalada nacionalista. Além disso, alguns acabaram por aderir à restauração capitalista, enquanto outros se opuseram.

Com a escalada dos conflitos entre albaneses e sérvios no Kosovo o nacionalismo sérvio ganhara novo ímpeto. Para grande surpresa e desconcerto dos acadêmicos de esquerda simpáticos ao grupo Praxis, alguns dos seus principais integrantes mostram-se mais e mais envolvidos com a escalada nacionalista. Marković destaca-se como o mais firme defensor da liderança de Slobodan Milošević, e um dos principais suportes intelectuais do novo Partido Socialista da Sérvia. Por sua vez, Stojanović foi um crítico de Milošević e serviu como acessor de Dobrica Ćosić quando este esteve na presidência da Iugoslávia. Já Ljubomir Tadić foi um dos fundadores do Partido Democrático na Sérvia e um dos líderes do movimento pró-europeu na Sérvia (seu filho Boris Tadić foi presidente da Sérvia entre 2004 e 2012). Outros ex-integrantes do grupo Praxis lideraram a resistência ao nacionalismo e militaram por soluções pacíficas. É o caso de Zagorka Golubović, que continuou militando pelos direitos humanos ao longo dos anos 1990. Miladin Životić também destacou-se pela sua militância em favor da paz, solidarizando-se com bósnios muçulmanos e albaneses no Kosovo.

A metamorfose ideológica de Marković é análoga àquela sofrida por Dobrica Ćosić, célebre romancista e alto dirigente da república da Sérvia que transitou da defesa do iugoslavismo para um agressivo nacionalismo sérvio[333]. É revelador o fato de que Ćosić

[332] A revista *Praxis International* é lançada em 1981 sob a iniciativa de Jürgen Habermas, Richard Berstein e Albrecht Wellmer juntamente a Mihailo Marković e Svetozar Stojanović. Nesta nova revista *Praxis*, havia menos foco na Iugoslávia e muito mais ecletismo. Todavia, ainda é notável o seu prestigioso corpo editorial, com destacados intelectuais da esquerda mundial. Na sua primeira edição, de abril de 1981, figuravam: Shlomo Avineri, Zygmunt Bauman, Richard J. Bernstein, Norman Birnbaum, Tom Bottomore, Reginaldo di Piero, Franco Ferraroti, Iring Fetscher, Zagorka Golubović, Carol Gould, Jürgen Habermas, András Hegedús, Agnes Heller, Ulf Himmelstrand, Joachim Israel, Marcos Kaplan, Karel Kosík, Heinz M. Lubasz, Steven Lukes, Michael Löwy, Mihailo Markovic, György Markus, Ralph Miliband, Oskar Negt, H. Odera Oruka, Jean-Michel Palmier, Veljko Rus, Gunnar Skirbekk, Svetozar Stojanović, Rudi Supek, Ljubomir Tadić, Charles Taylor, Edward P. Thompson, Adolfo Sanchez Vasquez, Marx Wartofsky, Albrecht Wellmer e Kurt Wolff.

[333] O economista Kosta Mihailović também vai do iugoslavismo para o nacionalismo sérvio (DEVIĆ, 2016).

mantivera laços de amizade com membros do grupo Praxis em Belgrado, especialmente Marković e Tadić[334]. Laura Secor relata que

> Pelo menos uma sessão de Universidade Livre se deu na casa do romancista Dobrica Ćosić. Nem um marxista nem um filósofo, Ćosić era um amigo pessoal e influência sombria no grupo Praxis, embora nunca um membro real. Na década de 1980, seus laços com o grupo Praxis tornaram-se mais fortes; mas até que ponto os praxistas já compartilhavam seu incipiente nacionalismo permanece um mistério. Ćosić colaborou com Tadić em dois projetos no início dos anos 80: um jornal que critica a burocracia e defende a liberdade de expressão e que fora imediatamente suprimido pelo governo; e o outro foi uma petição contra as leis de censura, que também foi rapidamente derrotada. A imprensa governamental denunciou Ćosić e seus amigos do grupo Praxis como "nacionalistas endurecidos e defensores abertos de um sistema multipartidário", mas o grupo continuou se reunindo como um comitê para promover a liberdade de expressão[335]. (SECOR, 1999)

As divisões nacionais (crescentemente formuladas em termos nacionalistas) também atingiram os estudantes universitários - o principal grupo social que poderia dar maior substância política à crítica do grupo Praxis. Como a educação universitária e as condições de emprego estavam sob jurisdição das repúblicas, a tendência observada foi a fragmentação política dos estudantes de acordo o recorte nacional. Assim, embora protestos estudantis tenham ocorrido em Priština a partir de 1967, em Belgrado e Sarajevo em 1968 e em Zagreb em 1971, a pauta reivindicativa não extrapolava os limites das condições locais. Ou seja, conquanto estudantes de Belgrado e de Priština, ambos de origem pobre e rural em busca de melhores empregos, partilhassem da crítica à "burguesia vermelha" (os privilegiados da Liga dos Comunistas), no Kosovo a contestação centrava-se contra o domínio político e orçamentário de Belgrado. Os estudantes de Priština viam na autonomia do Kosovo sobre o orçamento e a política educacional a solução para o problema do desemprego, entendido primariamente como uma questão de discriminação dos albaneses em favor dos sérvios. Já na Croácia os estudantes acabaram aderindo à tese de que o desemprego era fruto da taxação dos recursos "croatas" (remessas de moeda estrangeira pelos imigrantes croatas e atividade turística) por parte de "Belgrado" (WOODWARD, 1995, p. 338-339).

---

[334] Um dos elementos de aproximação entre Ćosić e os intelectuais do grupo Praxis era a crítica da cultura do consumismo. A cultura de massas, com a forte penetração da indústria cultural norte-americana, era veementemente criticada por Ćosić.

[335] No original: "At least one Free University session convened at the novelist Dobrica Cosic's house. Neither a Marxist nor a philosopher, Cosic was a personal friend and shadowy influence on the Praxis group although never an actual member. In the 1980s, his ties to Praxis pulled tighter; but to what extent the Praxists already shared his incipient nationalism remains a mystery. Cosic collaborated with Tadic on two projects in the early 1980s: One, a proposed journal that would criticize bureaucracy and champion freedom of expression, was immediately suppressed by the government; the other, a petition against censorship laws, was also swiftly defeated. The government press denounced Cosic and his Praxis friends as "hardened nationalists and open advocates of a multi-party system," but the group continued to convene as a committee to promote freedom of expression" (SECOR, 1999).

As trajetórias individuais dos membros do grupo Praxis após a sua desintegração enquanto coletivo intelectual são desconcertantes, na medida em que pouco restara do radicalismo humanista original. O traço predominante será a social-democracia, defendida, por exemplo, por Svetozar Stojanović em termos pragmáticos. O filósofo passa a conceber o mercado e a propriedade privada como instituições incontornáveis para uma boa sociedade, na medida em que seriam os promotores *par excellence* da inovação, da criatividade e da eficiência produtiva (STOJANOVIĆ, 1997, p. 296-305). Assume-se então, não mais um marxista revisionista, mas um pós-marxista.

É dessa perspectiva que Stojanović opera uma distinção no seio do humanismo marxista, com a qual pretende clarificar sua própria posição: haveria humanistas realistas e humanistas utópicos. Enquanto os realistas apoiam a reabilitação parcial da propriedade privada e da competição mercantil, ao mesmo tempo em que reafirmam alguns outros elementos da "sociedade civil" e o governo da lei (ultrapassando assim o quadro do marxismo), os utopistas atacam o "socialismo real" do ponto de vista de um comunismo marxista, portanto sem classes, sem Estado, sem propriedade privada, sem mercado e sem leis (STOJANOVIĆ, 1997, p. 308-310).

Conquanto o grupo Praxis tenha representado um importante fórum de discussão e reflexão crítica sobre a sociedade iugoslava e a teoria marxista, é interessante notarmos também os limites políticos da sua atuação. Ao que parece o receio de ser sumariamente reprimido impediu os intelectuais da *Praxis* de assumir um papel mais ativo no ápice da convulsão política protagonizada pelo movimento estudantil de 1968. De acordo com Sher, ainda que tenham tido influência no movimento, fica patente a reticência dos professores em abordar diretamente os eventos políticos mais candentes do momento, especialmente o movimento estudantil (SHER, 1977, p. 215-216). Assim, em 1968 e 1969 não se pode encontrar nas páginas da *Praxis* uma análise da revolta dos estudantes[336].

Nos encontros da *Korčula Summer School* havia uma tensão entre os estudantes ativistas e os professores mais cautelosos, já que os primeiros procuravam no encontro uma oportunidade de promover a sua causa política enquanto os segundos prudentemente queriam manter o seu caráter acadêmico. A juventude universitária ansiava por escutar tomadas de posição sobre os problemas especificamente iugoslavos, reprovando assim os oradores que permaneciam num nível mais teórico e genérico (PALMIER, 1973, p. 196). Essa tensão

[336] Somente dois anos depois da revolta estudantil, é publicado na *Praxis* em sua edição internacional um artigo de Svetozar Stojanović favorável ao movimento estudantil: "The June Student Movement and Social Revolution in Yugoslavia" (*Praxis*, 1970, p. 394-402).

chegou inclusive a uma confrontação entre Rudi Supek e um grupo de estudantes que, durante o encontro de 1970, protestava contra a perseguição e prisão de líderes estudantis. Outros membros do grupo Praxis, mais simpáticos aos estudantes, em especial Životić e Pešić, quase romperam com o grupo em razão desse episódio. O resultado dessa tensão também interna ao grupo Praxis foi uma mudança de ênfase da revista em 1970, com o a publicação de textos muito mais provocativos e inclusive tratando da revolta dos estudantes, abrindo-se para a colaboração de uma nova geração de intelectuais ativistas, ligados ao movimento estudantil, como Nebojša Popov e Trivo Inđić de Belgrado, Božidar Jakšić de Sarajevo e Žarko Puhovski de Zagreb (SHER, 1977, p. 218).

Podemos citar um artigo de Nebojša Popov publicado na revista *Praxis*, "Les formes et le caractère des conflits sociaux", como um exemplo de ataque mais extremo à Liga dos Comunistas, entendida como órgão da classe política, formada inicialmente por revolucionários profissionais e depois renovada por novas gerações de políticos e tecnocratas (*Praxis*, 1971, p. 353-373). Realizando uma análise histórica, Popov deriva o comportamento do que chama de politocracia das condições da guerra de libertação ante a ocupação nazista. Assim,

> Os *revolucionários profissionais* de diversas origens sociais tornam-se uma camada social homogênea e um novo fator essencial da integração do sistema social global. Sua potência social repousa sobre um tipo de partido político específico, sobre uma organização monolítica com efetivos disciplinados, organização criada à imagem do partido russo, reforçada nas condições de ilegalidade e nas circunstâncias militares durante a guerra, coroada da glória do Vencedor. O papel social do aparelho do partido e do Estado reivindica sempre mais quadros – uma nova *camada burocrática* está em via de criação. Tornam-se também partes das novas classes no poder: *dirigentes militares*, *dirigentes econômicos*, *intelectuais* que ocupam posições-chave nas instituições de propaganda, culturais e educativas[337]. (*Praxis*, 1971, p. 357; grifos do autor)

Além dessa situação inicial da qual emerge o Partido Comunista da Iugoslávia, o fato de reforçar o seu aparelho repressivo, especialmente a polícia política, no intuito de manter a unidade interna frente ao conflito com o stalinismo russo, acabará por aprofundar a divisão entre a direção ativa e a massa executante, "o que é, no fundo, uma divisão da

[337] No original : « Les *révolutionnaires professionnels* de diverses origines sociales deviennent une couche sociale homogène et un nouveau facteur essentiel de l'intégration du système social global. Leur puissance sociale repose sur un type de parti politique spécifique, sur une organisation monolithe aux effectifs disciplinés, organisation créée à l'image du parti russe, renforcée dans les conditions d'illégalité et les circonstances militaires pendant la guerre, couronnée de la gloire du Vainqueur. Le rôle social de l'appareil du parti et de l'Etat revendique toujours plus de cadres – une nouvelle *couche bureaucratique* est en voie de création. Deviennent aussi parties des nouvelles classes au pouvoir : *dirigeants militaires*, *dirigeants économiques*, *intellectuels* qui occupent des positions-clés dans les institutions de propagande, culturelles et éducatives ». (*Praxis*, 1971, p. 357)

sociedade em classes" (*Praxis*, 1971, p. 357). Certamente, esse tipo de diagnóstico era intolerável aos olhos dos dirigentes da Liga.

Outro elemento importante na história do grupo Praxis é o seu confronto com os crescentes nacionalismos. É razoável supor que os dirigentes federais da Liga tenham hesitado em suprimir o grupo Praxis por causa da sua utilidade em fazer frente à escalada nacionalista, especialmente na Croácia[338] (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 28). Assim, o destino do grupo estaria ligado aos rumos desse movimento que culminou com a desintegração da Iugoslávia. A vitória parcial do governo federal frente aos grupos nacionalistas regionais teria desprovido o grupo Praxis de sua função de contrapeso político, ensejando o seu próprio fim (SHER, 1977, p. 186-187 e 219-220).

Stojanović também argumenta que Tito hesitara na repressão ao grupo Praxis devido a sua utilidade como críticos da política e da ideologia que os dirigentes soviéticos queriam impor, além de querer mostrar ao ocidente que o comunismo iugoslavo era diferente (STOJANOVIĆ, 1997, p. 313).

Todavia, mais decisiva que a repressão exercida sobre o grupo Praxis, foi a retomada e a vitória final dos nacionalismos ao longo dos anos 1980 que desmantelou definitivamente o mínimo de unidade que havia entre os marxistas humanistas.

[338] Marović afirma que o grupo Praxis tinha um papel importante para equilibrar uma complexa balança ideológica, na qual se contrapunha tanto aos nacionalistas (especialmente na Croácia) quanto aos pró-stalinistas linha-dura (especialmente na Sérvia) (MARKOVIĆ; COHEN, 1975, p. 28).

Capítulo 5: Conflitos e alianças no labirinto da autogestão

Preliminarmente à abordagem da estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava, efetuaremos uma breve revisão teórica sobre o conceito de classe social no interior do pensamento marxista. Esta revisão é importante para a nossa tese na medida em que pretendemos compreender as razões pela qual foi bloqueado um processo de desenvolvimento de novas relações sociais que se abriu como possibilidade histórica no quadro de um pretenso socialismo autogestionário. Quer dizer, se estamos tratando das potencialidades e limites de uma dada formação social para a construção do socialismo, para a superação da sociedade de classes, então fica evidente a pertinência da reflexão teórica em torno do conceito de classe social e da sua operacionalidade para a caracterização dessa mesma formação social.

Em seguida, de modo complementar, buscaremos algumas balizas conceituais em determinados autores que debateram a respeito da natureza do regime soviético, isto é, que procuraram definir qual foi a estrutura e dinâmica de classes no chamado "socialismo real". Ainda que existam importantes diferenças, as semelhanças entre as experiências soviética e iugoslava justificam essa abordagem. Com isso, utilizaremos a abordagem teórica de Michael Lebowitz acerca das relações de produção de vanguarda, efetuando as devidas adaptações para o singular caso iugoslavo.

Finalmente trataremos propriamente da estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava, destacando as características principais das relações de conflito e aliança entre as distintas classes que se constituíram e se transformaram ao longo da experiência do "socialismo de autogestão".

Teoria de classes

Conquanto existam outras tradições nas ciências sociais que utilizam classe social como conceito, como a tradição weberiana, do ponto de vista da crítica social a principal vantagem de Marx sobre Weber na conceituação de classes sociais é vincular as posições de classe a uma relação estrutural de exploração num dado modo de produção[339]. Contudo,

[339] José Alcides Figueiredo Santos, inspirado no neomarxista Erik Olin Wright, afirma que: "[enquanto o] enfoque weberiano se assenta em um nexo causal entre a condição de classe e as chances de vida, que opera essencialmente através das trocas de mercado [...] a perspectiva marxista defendida por Wright vai além dessa conexão, acrescenta de forma privilegiada a esfera da produção e, além disso, considera a interação entre a produção e o mercado, o que lhe permite pensar o conflito na distribuição, na produção e na articulação entre ambos... O conceito de classe baseado explicitamente na exploração, ao contrário da noção weberiana de chances

mesmo no âmbito marxista, o conceito de classe social encontra formulações muito distintas entre si, podendo ser apresentadas num gradiente entre posições mais objetivistas e mais subjetivistas. Assim, de acordo com Luis Felipe Miguel, nesse *continuum* de posições teóricas pode ser apontada, num extremo, como uma abordagem mais objetivista, a obra de Erik Olin Wright (na sua segunda síntese: *Classes*), em seguida a primeira formulação de Wright (Classe, crise e o Estado), depois Nicos Poulantzas, após Adam Przeworski e, finalmente, no outro extremo, o mais subjetivista, Edward P. Thompson[340] (MIGUEL, 1998, p. 25).

Poulantzas define classe social como a posição que os indivíduos ocupam no conjunto da divisão social do trabalho[341]. Esta determinação estrutural não é exclusivamente econômica, pois que a divisão *social* do trabalho inclui relações políticas e ideológicas:

> uma classe social define-se pelo seu *lugar* no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da *divisão social do trabalho*, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um *conceito* que designa o *efeito de estrutura* na divisão social do trabalho. (POULANTZAS, 1975, p. 14; grifos do autor)

Previsivelmente, dentro do debate marxista sobre a definição de classe social, a conceituação da classe trabalhadora é de grande importância, já que se espera que ela seja a classe revolucionária capaz de superar o capitalismo em favor de uma sociedade sem classes, o comunismo.

A classe trabalhadora, quando definida fundamentalmente pela condição de assalariamento (quem, por não possuir meios de produção, precisa vender sua força de trabalho para viver), abrange os trabalhadores não-manuais, "de colarinho branco". De fato, a expectativa de grande parte do pensamento marxista era que haveria um processo de

---

de vida, pretende relacionar o bem-estar material de um grupo social à sua capacidade de se apropriar dos frutos do trabalho de outro grupo social" (SANTOS, 2002, p. 278).

[340] Miguel irá concluir que a tendência entre os autores selecionados (Wright, Poulantzas, Przeworski e Thompson) é reduzir o alcance da teoria de classes tal como estabelecida pelo marxismo ortodoxo. Assim, ou acabam reduzindo a centralidade das classes no conflito social ou reduzem a centralidade das relações de propriedade nas classes (MIGUEL, 1998, p. 28).

[341] A divisão social do trabalho é, na terminologia marxista, uma divisão hierárquica, fundamentalmente entre uma classe dominante que controla o processo produtivo e que usufrui da exploração de uma classe dominada, despossuída dos meios necessários para o controle da produção social. Assim, numa sociedade sem classes, restaria apenas uma divisão técnica do trabalho. Poulantzas afirma a primazia da divisão social sobre a divisão técnica do trabalho: "As relações de produção, em sua ligação com as relações de domínio/subordinação política e ideológica, definem lugares objetivos (as classes sociais) que são distinções no conjunto da divisão social do trabalho (relações de produção que têm papel determinante, relações políticas, relações ideológicas). Esse resultado do primado das relações de produção sobre as forças produtivas implica igualmente a colocação das classes sociais no próprio seio das relações de produção. É a divisão social do trabalho, tal como se apresenta nas relações políticas e ideológicas no seio do processo de trabalho, que detém a primazia sobre a divisão técnica do trabalho. Isso não significa que a divisão técnica do trabalho seja redutível à divisão social, porém que não existe nem se reproduz a não ser inserida na divisão social" (POULANTZAS, 2000, p. 26).

proletarização crescente da condição de trabalho nos setores não-fabris[342]. Quer dizer, operar-se-ia uma polarização cada vez maior entre uma classe trabalhadora homogeneizada e a classe burguesa, dos grandes proprietários dos meios de produção.

Outros entendem que a heterogeneidade se impõe no interior do conjunto dos trabalhadores (isto é, todos os que precisam trabalhar para viver), implicando em importantes questões políticas, como as dificuldades em construir uma unidade neste conjunto tendo em vistas os diferentes interesses específicos. Andréia Galvão, por exemplo, fala em classes trabalhadoras no plural, compreendendo

> o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias – que se distinguem quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo estabelecido com a pequena propriedade. Essa distinção compreende: trabalho manual e não manual, produtivo e improdutivo, assalariado e não assalariado, tarefas de direção e de execução. Assim, no lugar, de uma bipolarização que colocaria em campos opostos burguesia e proletariado, bipolarização essa provocada por uma tendência à proletarização que não deixaria praticamente lugar para classes intermediárias, verifica-se uma multipolarização. Nesse sentido, recusamos a tese segundo a qual todo trabalhador pertence ao proletariado ou à classe operária, uma vez que ambos os conceitos são, por vezes, tomados como sinônimos. (GALVÃO, 2011, p. 110-111)

Já Ricardo Antunes, que procura apreender sociologicamente a nova morfologia do trabalho, insiste numa noção ampliada de classe trabalhadora, incluindo todos os que, despossuídos dos meios de produção, vivem da venda da sua força de trabalho sob a forma do assalariamento. Esta abordagem, aponta o sociólogo, conferiria "maior vitalidade teórica (e política) ao mundo do trabalho contra a desconstrução intentada nas últimas décadas" (ANTUNES, 2005, p. 48). Estariam então incluídos na classe-que-vive-do-trabalho os trabalhadores produtivos e improdutivos, precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, desempregados e o proletariado rural (bóias-frias). Não fazem parte da classe trabalhadora

> os gestores do capital e seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas, e que recebem rendimentos elevados, ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. (ANTUNES, 2005, p. 61)

Também estão excluídos os pequenos empresários e as pequenas burguesias urbana e rural proprietárias (ANTUNES, 2005, p. 61). Os gestores do capital, de acordo com

[342] Harry Braverman argumentou que a condição operária (assalariamento, trabalho simplificado, repetitivo e controlado por terceiros, e a ameaça permanente de desemprego) estendia-se crescentemente aos trabalhadores de escritório (BRAVERMAN, 1998, p. 279-283).

João Bernardo, constituem uma classe capitalista, mantendo relações de aliança e oposição com a classe burguesa. Embora recebam remuneração sob a forma salário, a sua função de integração e coordenação das unidades econômicas no processo produtivo global lhe confere o poder de extrair a mais-valia produzida pelos trabalhadores. Assim, para além do salário, a sua remuneração, que tende a acompanhar o nível dos lucros da empresa, se constitui de

> suplementos obtidos a vários títulos; seguros e aposentadorias de elevado montante; múltiplas regalias em gêneros, (...) ações da empresa, recebidas em termos privilegiados; empréstimos concedidos a juros baixíssimos pela própria empresa; prêmios, por vezes de montante muito elevado. (BERNARDO, 2009, p. 272-273)

A percepção de que os gestores do capital, ou gerentes de empresa, constituem uma classe dominante tornou-se bastante difundida, dada a sua importância para a manutenção do capitalismo, com crescente separação entre a propriedade e a gestão da empresa e a exigência de extensiva coordenação produtiva no capitalismo monopolista.

Assim, à propriedade dos meios de produção, característica tradicional para definir a burguesia como classe dominante, Poulantzas adiciona a *posse*, isto é, o domínio do processo de trabalho, como elemento suficiente para caracterizar a classe burguesa. Tal acréscimo permite incluir nessa categoria o grupo profissional dos administradores de empresa. Deve-se notar ainda que o domínio do processo de trabalho implica em competência socialmente atribuída (técnica e simbolicamente). Nesse ponto, a teoria de Poulantzas pode ser aproximada à de Jacques Bidet, que delineia dois "polos" no seio da classe dominante: o polo do mercado, onde a propriedade estabelece o poder dos capitalistas, e o polo da organização, onde a competência figura como o poder dos dirigentes e dos gerentes pelo saber (BIDET, 2010, 271-275).

Menos interessante é a distinção, sustentada por Poulantzas com a finalidade de circunscrever o proletariado, entre o trabalhador produtivo e improdutivo, quer dizer, entre aquele que realiza o trabalho produtivo (de mais-valia) e improdutivo (que não produz diretamente mais-valia). A distinção que Marx faz entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante para elucidar a origem e a dinâmica do capital, porém parece-nos bem menos relevante para se explicar a formação e a identidade de classe[343]. Como o trabalho

[343] Como em tantas outras questões, a questão da definição do trabalho produtivo suscita polêmicas entre marxistas. Encontramos, por exemplo, em Reinaldo Carcanholo, uma bem justificada ampliação da categoria de trabalho produtivo. Para Carcanholo, adotando-se o ponto de vista "da totalidade" e "da reprodução", oposto ao do ato individual e isolado, e procurando entender o capitalismo concreto, a conclusão é que não é somente a produção de mais-valia que define o trabalho produtivo, "mas ela e a do resto do excedente-valor apropriado pelo capital". Assim, "além do que é normalmente considerado produtivo, também consideramos o trabalho de camponeses e artesãos, professores e profissionais de saúde, contabilistas e gestores ou administradores (em parte), profissionais do serviço doméstico" (CARCANHOLO, 2007, p. 23-24).

improdutivo está intimamente associado ao trabalho produtivo (por vezes entrando em simbiose), propiciando as condições para a sua realização e portanto para a extração de mais-valia, as condições nas quais se encontram os trabalhadores improdutivos são muito semelhantes àquelas enfrentadas pelos trabalhadores produtivos. Já a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual é mais bem apreendida na distinção entre trabalho de concepção e trabalho de execução, na medida em que há uma dimensão intelectual no trabalho manual e uma dimensão manual no trabalho intelectual.

Os trabalhadores assalariados não manuais (trabalhadores de colarinho branco, técnicos etc.) constituíram para Poulantzas uma nova pequena burguesia, apesar de não possuírem meios de produção. Então, junto à pequena burguesia tradicional, composta por pequenos proprietários (artesãos, pequenos comerciantes), deveria ser agrupada como classe a nova pequena burguesia (de determinação estrutural distinta), pois que ambos os grupos sofreriam os mesmos efeitos ideológicos. Assim, não só a posição estrutural, mas também a *ideologia* passa a servir de critério na demarcação das classes (MIGUEL, 1998, p. 26-27).

O elemento ideológico foi desenvolvido por Décio Saes, que diferenciou a ideologia meritocrática definidora da classe média (expressão não adotada por Poulantzas) da ideologia individualista pequeno-burguesa. A ideologia meritocrática é funcional à produção e manutenção de privilégios da classe média com relação à classe trabalhadora "manual", na medida em que insiste na superioridade do trabalho intelectual sobre o manual (BOITO JR., 2004, p. 218-220). Armando Boito Jr., atentando para as implicações políticas do ocultamento da resistência à socialização por parte dos trabalhadores não manuais, explica que

> Enquanto a oposição pequeno-burguesa à socialização opõe a propriedade privada à propriedade coletiva, a oposição de classe média pode, aparentemente, aceitar a propriedade coletiva, mas estará defendendo, de fato, uma nova forma de propriedade privada – a propriedade da burocracia de Estado e dos administradores sobre os meios de produção. (BOITO JR., 2004, p. 216-217)

Boito Jr. destaca que é na conjuntura de construção do socialismo que o meritocratismo se torna mais relevante na conformação do comportamento da classe média[344], levando necessariamente a uma divisão entre os trabalhadores:

> A consciência meritocrática não pode aceitar a igualização social dos trabalhadores – seja no processo de produção (superação da

[344] A tese de doutorado em sociologia de Sávio Machado Cavalcante (CAVALCANTE, 2012) sobre as classes médias é um excelente estudo sobre o debate marxista que atualiza questões teóricas centrais para a compreensão da estrutura e dinâmica de classes do capitalismo contemporâneo. Infelizmente tivemos conhecimento sobre a tese apenas muito recentemente, não encontrando tempo hábil para incorporá-la na nossa discussão sobre classes sociais. Fica indicado, não obstante, o profícuo diálogo entre a análise teórica e o exame de experiências concretas, como a iugoslava, para avançarmos na reflexão sobre a realidade.

> divisão entre trabalho de direção e trabalho de execução), seja no plano do consumo (superação da hierarquia salarial), seja na política (superação da divisão entre vanguarda e massa). (BOITO JR., 2004, p. 232)

Todavia, essa contradição no mundo do trabalho "deve ser tratada com métodos democráticos", do contrário "ela poderá se converter em uma contradição de tipo antagônico e levar à ruína o processo de construção do socialismo" (BOITO JR., 2004, p. 232).

O comprometimento dos trabalhadores não manuais (chamados de classe média ou nova pequena burguesia) com a divisão capitalista do trabalho é um dos pontos mais importantes para explicar as tensões e o bloqueio da autogestão iugoslava. Como veremos logo a seguir, foi no seio da classe média que se recrutaram os estratos médios das burocracias iugoslavas, tanto nas empresas quanto nos órgãos do Estado. Estas, por sua vez, deram suporte para a gradativa constituição das duas frações da classe dominante em processo de formação: uma classe de gerentes de empresa e uma classe de dirigentes políticos.

Boito Jr. e Andreia Galvão operam com um gradiente de posições no trabalho[345], que delineariam as frações da classe média, embora a luta de classes intervenha para alterar a percepção dos trabalhadores quanto a sua posição de classe. Assim, mesmo que sob condições de trabalho proletarizado (como indicava Braverman),

> um auxiliar de escriturário do setor bancário (...) poderá, seja pela percepção social do trabalho que realiza, cercado de objetos e de símbolos típicos do trabalho intelectual, seja pela correlação de forças políticas e pela conjuntura ideológica, conceber a si próprio como um trabalhador não manual que merece, enquanto tal, um tratamento social diferenciado, isto é, poderá professar a ideologia meritocrática e, nessa medida, integrar a classe média. (BOITO JR., 2004, p. 222-223)

Parece-nos então que aqui a análise de classes inspirada em Poulantzas pode, surpreendentemente, encontrar alguma convergência com a abordagem de Thompson. Ao deslocar a definição da classe para o âmbito da ideologia, flexibilizando-a de acordo com a conjuntura histórica e levando em consideração a "percepção do trabalhador", estamos bastante próximos à noção de experiência como conceito mediador do "vivido" (objetivo) e do "percebido" (subjetivo) na análise da formação das classes efetuada por Thompson.

O historiador inglês buscou captar o processo do fazer-se da classe operária inglesa atentando para as condições concretas (experiência vivida) em que determinados homens e mulheres passaram a constituir-se enquanto classe, bem como para a sua percepção

[345] A situação de trabalho varia de acordo com diversos fatores, por exemplo: o nível de socialização do trabalho realizado, as formas e o volume da remuneração recebida, as qualificações formais exigidas para o exercício da profissão e o conteúdo do trabalho executado (complexidade das tarefas, maior ou menor autonomia no local de trabalho, atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores etc.) (BOITO JR., 2004, p. 222). De acordo com essas variações, há, num extremo do gradiente, uma fração da classe média que se orienta para a burguesia, e, no outro extremo, uma fração que mais facilmente pode vir a se identificar com a classe operária.

(experiência vivida) desenvolvida ao longo desse processo. Para Thompson, a luta de classes precede a existência da classe, pois a classe não existe pronta, "desde o começo", mas é um resultado da própria luta de classes, concebida como processo histórico. O que está em jogo é a tentativa de apreensão, por meio da análise histórica, da tensão entre o ser social e a consciência social, para usar as expressões de Marx (ALVES, 2013; AQUILES, 2011).

Os sujeitos históricos experimentam situações determinadas pela totalidade das relações sociais de produção, elaboram a experiência (onde a cultura desempenha um papel importante) e agem sobre a situação. O que parece decisivo na análise thompsoniana é que a atenção dada à elaboração da experiência é enriquecida com a consideração de elementos por vezes negligenciados quando se trata de compreender a agência humana, tais como sentimento, moral e afeto. Assim, "toda contradição é um conflito de valor [moral], tanto quanto um conflito de interesse", "em cada 'necessidade' há um afeto, ou 'vontade', a caminho de se transformar num 'dever' (e vice-versa)", assim, e em suma, "toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores" (THOMPSON, 1981, p. 189-190). Portanto, para Thompson, os "interesses objetivos" na verdade estão sempre imbuídos de valores, pois a moral não é falsa consciência, ideologia burguesa, e sim mais um dos componentes básicos da agência humana, que, embora historicamente determinados, não exigem um tratamento relativista que exclua ou negligencie as ponderações e deliberações racionais em torno da escolha de valores.

O caráter sempre relacional das classes sociais é apresentado nos seguintes termos:

> Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 10)

O subjetivismo da perspectiva de Thompson consiste em não conceber a existência de uma classe definível *a priori*, nem de uma "classe em si objetiva como ponto de chegada predetermiando", já que a consciência (experiência percebida) dos agentes históricos, comportando sempre escolhas, sentimentos e valores, faz parte da sua própria construção enquanto classe (ou não). Isto quer dizer que o uso heurístico ou analítico do conceito portaria um anacronismo, e por isso, mesmo que útil, o conceito será inevitavelmente imperfeito (MIGUEL, 1998, p. 24-25). Assim, a posição de Thompson é subjetivista na medida em que

reserva *quase* exclusivamente às experiências vividas em processos históricos a conformação e a definição das classes[346].

Embora os conceitos de experiência e cultura contribuam para "ajustar o foco da análise" para o *processo de constituição* de uma classe, dando relevo à agência humana[347], não nos parece adequada a exclusão ou subvalorização, na análise histórico-sociológica, dos elementos estruturais de classe. Quer dizer, as experiências comuns de classe, herdadas ou partilhadas, tem como premissa uma dada divisão social do trabalho (embora também esta seja constituída num processo histórico e, portanto, somente adequadamente apreendida como tal), na qual se formam e se estabilizam lados antagônicos – exploradores e explorados. Essa divisão é justamente o aspecto objetivo da definição de classe social.

Outro modo de valorização da agência humana se dá nos termos do individualismo metodológico adotado por Adam Przeworski, que já fez parte do chamado marxismo analítico. Uma das suas preocupações centrais ao teorizar sobre classes sociais é tentar explicar a ação coletiva pela descrição de toda a cadeia causal que vai das motivações e decisões individuais (limitadas pelas estruturas sociais) até a sua efetiva realização, indo além de (ou complementando) uma abordagem funcional[348]. Na sua concepção, não existem limites precisos entre as diferentes classes, sendo eles mesmos recorrentemente redefinidos de acordo com a ação política (MIGUEL, 1998, p. 25-26).

Já Erik Olin Wright insiste na necessidade de uma definição precisa das fronteiras entre as classes, desenhando o que pode ser chamado de uma cartografia sociológica das classes sociais. No seu esquema teórico a estrutura (objetiva) de classes (determinada pelas

---

[346] Aqui vale assinalar que Thompson não se dedica à formulação de uma teoria geral de classes, isto é, à noção heurística, circunscrevendo-se antes à noção histórica de classes. Nós apenas destacamos alguns dos elementos analíticos mais gerais que podem ser derivados dos seus estudos históricos sobre a formação de classes.

[347] Giovanni Alves e Renan Araújo, que operam uma interessante aproximação entre o pensamento de Thompson e o de Mészáros, destacam a importância do esforço thompsoniano em articular estrutura e processo de modo a recuperar a centralidade da práxis: "Portanto, experiência e cultura são articulados por Thompson, constituindo ambas um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos. Nesse sentido, são 'conceitos de junção' (junction-concepts) ou, adotando a sintaxe dialética de I. Mészáros, 'determinações determinadas'" (ALVES e ARAÚJO, 2013, p. 61).

[348] Renato Perissinotto apresenta do seguinte modo o papel da teoria da escolha racional no marxismo analítico: "A teoria da escolha racional é particularmente importante para pensar um problema central para o marxismo, a saber, as ações coletivas. A teoria da escolha racional reconhece a importância das condições externas partilhadas por vários indivíduos, já que elas são fundamentais para a formação de crenças e desejos similares que, por sua vez, podem gerar um impulso para a solidariedade. No entanto, essa teoria rejeita qualquer procedimento intelectual que, a partir das condições de existência e de crenças e desejos partilhados por determinados indivíduos, deriva automaticamente um ator social coletivo dotado de vontade própria e com uma consciência política determinada. A grande contribuição da teoria da escolha racional para a sociologia foi tomar a ação coletiva como um problema a ser explicado e não como um fato inerente às condições objetivas de um dado grupo. Nesse sentido, não se pode pressupor, mas é preciso explicar como a "solidariedade" (uma forma de pensar e sentir em conjunto) se traduz efetivamente em "cooperação" (uma forma de fazer em conjunto) (Kaplan e Lasswell, 1998, pp. 60-61)" (PERISSINOTTO, 2010, p. 121).

relações de propriedade que propiciam a exploração[349]) tem primazia sobre a luta (prática) de classes, que é eminentemente reativa. A existência estrutural das classes é irredutível a suas organizações coletivas, às ideologias de classes ou à luta de classes (MIGUEL, 1998, p. 24).

Em polêmica com Poulantzas, Wright formula um conceito de "localizações contraditórias" de classes, o que permite que a análise de classes não reduza a classe operária "a uma parcela insignificante da população". Assim, algumas posições na estrutura social situam-se em situações contraditórias entre as classes: por exemplo, executivos, gerentes, administradores e supervisores ocupariam um lugar contraditório entre a burguesia e o proletariado, já que não possuem a propriedade (econômico-jurídica) dos meios de produção, porém em alguma medida lhes exercem a posse, isto é, o controle, a autoridade sobre a operação produtiva. Posteriormente, descontente com o enfraquecimento do critério de exploração em seu modelo, dando lugar ao conceito de dominação (menos objetivo), Wright passa a distinguir diferentes mecanismos de exploração para reelaborar sua noção de "localizações contraditórias". Cada modo de produção possuiria um mecanismo de exploração predominante, e numa dada formação social concreta estes mecanismos, ligados aos diferentes modos de produção, se combinariam entre si dando origem assim às "localizações contraditórias". O resultado é uma grade com doze localizações de classe possíveis:

> Burgueses, pequenos empregadores (que empregam mas também trabalham) e pequenos burgueses são proprietários de meios de produção; os assalariados completam as nove posições restantes segundo a quantidade (menor, igual ou superior à média) de "ativos organizacionais" e "ativos de qualificação" que possuam. (MIGUEL, 1998, p. 27)

Existiriam, de acordo com essa análise, dois tipos de classes médias: a pequena burguesia tradicional, que não explora nem é explorada, por possuir exatamente o nível *per capita* do bem relevante na estrutura de classes; e a nova pequena burguesia assalariada, explorada em relação à posse dos meios de produção mas exploradora em relação aos recursos organizacionais ou às habilidades técnicas (MIGUEL, 1998, p. 27).

Wright formulou um quadro comparativo entre quatro modos de produção de acordo com a predominância de um tipo de mecanismo de exploração: o feudalismo, o capitalismo, o "estatismo" (de tipo soviético) e um hipotético socialismo:

---

[349] Na segunda formulação teórica de Wright, o conceito de exploração se torna o mais importante para definir classes. Este conceito é emprestado de John Roemer, outro marxista analítico. Para este autor, "exploração é toda divisão desigual de benefícios materiais em que as vantagens dos beneficiários dependem da existência de prejudicados, ou seja, em que uma alteração pra melhor na situação do prejudicado implicaria em piorar a situação do beneficiário. Remetendo à exploração, o conceito de classe ganha um fundamento objetivo, independente da consciência dos agentes" (MIGUEL, 1998, p. 24).

Estrutura de classes	Principal bem que é desigualmente distribuído	Mecanismo de exploração	Classes
Feudalismo	Força de trabalho	Extração coerciva de trabalho excedente	Senhores e servos
Capitalismo	Meios de produção	Trocas mercantis de força de trabalho e mercadorias	Capitalistas e operários
Estatismo	Organização	Distribuição do excedente baseada na hierarquia	Gestores/burocratas e não-gestores
Socialismo	Habilidades (skills)	Redistribuição negociada do excedente de trabalhadores para *experts*	*Experts* e trabalhadores

Fonte: (WRIGHT, 1985, p. 83)

Para a nossa tese é interessante notarmos a caracterização do estatismo no esquema teórico de Wright. Nesse modo de produção, é a *organização* o principal bem desigualmente distribuído, o que se dá por meio do controle burocrático e seu princípio de distribuição hierárquica do poder, permitindo assim a exploração dos gestores/burocratas sobre os não-gestores:

> Enquanto no capitalismo o controle sobre os ativos organizacionais não se estendem para além da firma, nas sociedades estatistas a integração coordenada da divisão do trabalho estende-se para toda a sociedade por meio de instituições de planejamento central estatal. O mecanismo pelo qual isto gera transferências exploradoras de excedente envolve a apropriação e distribuição burocrática centralmente planejada do excedente ao longo de princípios hierárquicos. Portanto, a relação de classe correspondente é entre os gestores/burocratas – pessoas que controlam ativos organizacionais – e os não-gestores[350]. (WRIGHT, 1985, p. 84)

Após esta revisão teórica, queremos sublinhar dois pontos de convergência importantes entre distintas formulações teóricas sobre classes. Primeiramente, o *controle*, que do ponto de vista ideológico implica em *autoridade* (imposta/consentida, simbólica e/ou juridicamente atribuída), é o atributo mais genérico que permite a constituição de uma classe exploradora. Segundo, este controle não se limita a propriedade jurídica dos meios de

[350] No original: "Whereas in capitalism the control over organization assets does not extend beyond the firm, in statist societies the coordinated integration of the division of labour extends to the whole society through institutions of central state planning. The mechanism by which this generates exploitative transfers of surplus involves the centrally planned bureaucratic appropriation and distribution of the surplus along hierarchical principles. The corresponding class relation is therefore between managers/bureaucrats – people who control organization assets – and non-managers" (WRIGHT, 1985, p. 84).

produção, podendo assumir diversas formas, como o controle da coordenação e integração do processo produtivo.

Resumidamente, portanto, podemos sustentar o seguinte argumento sobre a definição de classe social. *Controle desigual* sobre o processo produtivo exercido por meio de *autoridade hierárquica* (seja a partir do fator *propriedade*, seja pelo fator *competência*) nas relações sociais de produção é o critério central para definição de classe, pois só a partir desse controle desigualmente distribuído é que se estabelecem as condições para a *exploração*, isto é, a obtenção de vantagens materiais por um grupo de agentes sociais que implica em desvantagens materiais para outro grupo de agentes sociais[351]. Assim, a propriedade jurídica dos meios de produção ou o assalariamento podem se revelar desnecessárias para a definição de classes[352].

Com base nesse argumento podemos agora nos voltar para alguns autores que procuraram conceituar uma classe, polo ou fração de classe dominante que inclua os gestores/gerentes/administradores entre aqueles que exploram a classe trabalhadora. É assim que encontramos, por exemplo, o conceito de classe dos gestores em João Bernardo, em Jacques Bidet e em Erik Olin Wright. Vamos então reter esses conceitos, para posteriormente recuperá-los na caracterização teórica da formação social iugoslava.

Para João Bernardo os gestores, assim como a burguesia, constituem-se como classe capitalista, ainda que desempenhem distintas funções no modo de produção e tenham origens e trajetórias históricas diversas. Ambas as classes são capitalistas "porque se apropriam de mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores". A distinção fundamental entre ambas se dá pela diferente função na organização de processos econômicos. Enquanto os burgueses organizam processos particularizados, reproduzindo-os, "os gestores organizam processos decorrentes do

[351] Controle e exploração são elementos mutuamente implicados nos modos de produção sustentados em sociedades de classes. No capitalismo "os trabalhadores são *explorados* porque eles produzem mais valor do que eles *controlam* ou recebem como salário" (SAAD FILHO, 2011, p. 83; grifos nossos).

[352] Por exemplo, cooperativados numa cooperativa de produção detêm juridicamente meios de produção e não prestam trabalho assalariado, porém quando estão submetidos ao controle do processo produtivo global por empresas que lhes impõe preços e quantidades demandadas sobre a sua própria produção, obtendo remuneração proporcionalmente inferior ao que a cooperativa incorporou de valor no produto final, então os cooperativados estão sendo explorados. Como tal, não diferem do restante da classe trabalhadora no que se refere ao interesse antagônico ao do capital. Sobre a exploração do trabalho autônomo, veja-se a explanação de Jacques Bidet (BIDET, 2010, p. 259-263). Sua tese é a de que a "troca desigual" ocasiona uma "exploração mercantil do trabalho". Assim, as "mercadoras provenientes da pequena produção independente, ao entrarem subavaliadas na produção capitalista a título de meios de produção, ou a título de meio de consumo da força de trabalho assalariada, geram, assim, uma elevação da taxa de mais-valia e da taxa de lucro" (BIDET, 2010, p. 262).

funcionamento econômico global e da relação de cada unidade econômica com tal funcionamento" (BERNARDO, 2009, p. 269).

Em razão dessa relação com a integração das unidades econômicas no processo global, João Bernardo ainda sustenta que a apropriação do capital pela classe dos gestores se dá de modo coletivo, por meio de formas integradas de propriedade do capital, não particularizada individualmente, "mas unificada por grupos mais ou menos numerosos de gestores que, assim, detêm enquanto coletivo empresas, conjuntos de empresas ou até a totalidade da economia num país" (BERNARDO, 2009, p. 272).

A hierarquia entre os gestores se define pela relação que cada um estabelece com os centros de integração econômica, definindo assim a repartição da mais-valia globalmente apropriada. É a posição na hierarquia que cada gestor transmite por herança, na forma de "um estatuto social, uma rede de contatos e solidariedades, da qual resulta uma posição específica na organização da vida econômica e na exploração dos trabalhadores" (BERNARDO, 2009, p. 272-273).

É interessante ainda notar a ambiguidade da relação entre gestores e trabalhadores, pois que os gestores podem apresentar-se, em determinados contextos, como próximos aos trabalhadores, identificando-se com o assalariamento (e ocultando a mais-valia por eles apropriada) – o que, no caso dos gestores, argumenta João Bernardo, não passa de uma ficção jurídica (BERNARDO, 2009, p. 273).

Finalmente, importa dizer que de acordo com João Bernardo a classe gestorial assumirá a hegemonia sobre a classe burguesa. Assim

> o processo de concentração econômica, levando à centralização de um volume crescente de pequenos capitais dispersos e, portanto, à proliferação de barreiras entre o investimento e a sua aplicação efetiva, tornou-se sinônimo de um processo de dispersão da propriedade privada do capital. São aqueles que centralizam os capitais alheios quem passa a controla-los. Ora, é esta precisamente uma definição da atividade gestorial. (BERNARDO, 2009, p. 279-280)

Os burgueses então acabam por se converter em rentistas, na medida em que são substituídos pelos gestores enquanto representantes do capitalismo associado, ou, individualmente, tornam-se eles mesmos gestores (BERNARDO, 2009, p. 284-287). Para João Bernardo, em suma, os gestores paulatinamente ganham poder relativamente aos burgueses, unificando-se como classe no mundo todo. Vale mencionar que para ele o modo de produção na URSS foi um capitalismo de Estado, isto é, apenas uma variante do modo de produção capitalista – o que se relaciona com a identificação dos gestores enquanto classe capitalista.

Erik Wright, já o vimos, entende que os ativos organizacionais são o principal bem desigualmente distribuído no modo de produção estatista[353], onde os gestores/burocratas exploram os não-gestores. Notemos que para Wright não é o conhecimento técnico (ou "capital cultural"), em si mesmo, que confere a capacidade de se apropriar do excedente produzido pelo conjunto da classe trabalhadora. É a *posição burocrática* para a qual o possuidor de conhecimento técnico (gestor, *expert*, *intelligentsia*) foi recrutado que lhe confere a capacidade de apropriação de excedente, isto é, de explorar.

Para que o conhecimento técnico fosse considerado por si mesmo (isto é, como condição suficiente) o atributo que confere o poder de explorar, nós teríamos de observar na realidade duas coisas. Primeiramente, quanto mais capital cultural uma pessoa possuísse, mais excedente esta pessoa estaria habilitada a se apropriar. Em segundo lugar, as ordens dadas pelos experts técnicos deveriam ser seguidas primariamente por serem percebidas como tecnicamente "racionais", seja por causa da performance passada da pessoa que dá a ordem ou por causa do argumento técnico em si. Quer dizer, tal ordem não seria seguida fundamentalmente por causa de linhas de comando legalmente sancionadas fundadas na organização hierárquica da estrutura burocrática. Então, conclui Wright, se as ordens são seguidas por causa das sanções formais a não obediência ao invés da persuasão racional sobre um fundamento técnico, a relação social envolvida deve ser considerada primariamente como burocrático-*autoritativa* [bureaucratic-authoritative] ao invés de baseada em diferenças em conhecimento técnico (WRIGHT, 1994, p. 131-132). Na ausência desses requisitos empíricos, podemos então concluir que,

> conquanto possa muito bem ser o caso que credenciais ou competência técnica sejam importantes critérios da própria relação de classe, é o sistema de dominação burocrática que determina as relações com os meios de produção e define o mecanismo central de apropriação do excedente de trabalho[354]. (WRIGHT, 1994, p. 132)

Não são, contudo, todas as posições na hierarquia burocrática que formam a classe dominante na sociedade estatista, pois existem posições subordinadas, embora ao mesmo tempo sejam dominantes com relação aos produtores diretos:

---

[353] É importante dizer que Wright também propõem um modelo teórico das múltiplas combinações possíveis entre modos de produção. Assim, por exemplo, por meio da interpenetração de modos de produção capitalistas e pós-capitalistas (estatistas e comunistas), delineia as seguintes possibilidades: produção capitalista de Estado, produção autogerida dos trabalhadores, produção socialista, produção socialista de Partido-burocrático e socialismo de mercado (WRIGHT, 1994, p. 138-145).

[354] No original: "Thus, while it may well be the case that credentials or technical competence are important criterion of the class relation itself is the system of bureaucratic domination that determines relations to the means of production and defines the central mechanism of surplus labor appropriation" (WRIGHT, 1994, p. 132).

> A classe dominante na sociedade estatista é então definida por aquelas posições dentro das relações de dominação burocrática que controlam a alocação básica de meios de produção e distribuição do excedente social. Isto implica num vasto número de posições dentro da estrutura burocrática do aparato econômico estatal que *não* se encontram na classe dominante. Ao invés disso, elas devem ser consideradas "localizações contraditórias dentro das relações de classe" do modo de produção estatista: posições simultaneamente dominadas pela classe dominante burocrática e dominantes dos produtores diretos. Como no caso de posições gerenciais de supervisão dentro do capitalismo, elas estão objetivamente divididas entre os polos básicos da relação de classe nesta sociedade[355]. (WRIGHT, 1994, p. 132-133; grifo do autor)

Jacques Bidet recupera em Bourdieu e Wright o critério da competência lastreado na organização para caracterizar um dos polos da classe dominante. Assim, a "competência", ou "qualificação", designa o "título social" mais ou menos formalmente necessário para que um indivíduo ocupe uma posição no processo de trabalho, na medida em que ele é socialmente organizado. A competência nesse sentido de "título social" é em parte objetiva (implicando conhecimentos, *savoir-faire*) e em parte "arbitrária", sendo atribuída por meio de um mecanismo de distinção competitiva que envolve a escola e a sanção legal do Estado de classe, bem como a sanção do mercado. A reprodução social da "competência" se dá no próprio exercício das funções hierárquicas.

A classe dominante se constitui então por meio do mercado e da organização, fatores de classe funcionalmente coimbricados que dão origem respectivamente ao polo da propriedade e ao polo da competência. Enquanto a propriedade divide a sociedade entre aqueles que possuem meios de produção suficientes para acumular capital e os que não os possuem, a competência tece uma teia hierárquica de diferenças graduadas. O capital é mercado e organização articulando-se no processo e na lógica de exploração, e a classe dominante é distribuída de acordo com esses dois polos, que obedecem a lógicas distintas de reprodução e legitimação (BIDET, 2010, p. 271-275).

Na perspectiva que adotamos nessa tese a burocracia é um elemento central pela sua oposição a lógica democrática e horizontal da autogestão. A burocracia, como fenômeno moderno, é uma estrutura organizativa "heterogestionária", onde uma hierarquia de comandos formais, baseada na competência e na separação entre concepção e execução, pretende-se

[355] No original: "The ruling class in a statist society is thus defined by those positions within the relations of bureaucratic domination that control the basic allocation of means of production and distribution of the social surplus. This implies the vast numbers of positions within the bureaucratic structure of the state economic apparatuses are not in the ruling class. Rather, they must be considered "contradictory locations within the class relations" of the statist mode of production: positions simultaneously dominated by the bureaucratic ruling class and dominating direct producers. As in the case of managerial-supervisory positions within capitalism, they are objectively torn between the basic poles of the class relation in that society" (WRIGHT, 1994, p. 132-133).

universalmente eficiente. Como já apontava Engels, podemos identificar a origem da burocracia na divisão social do trabalho que promove a especialização e separação do trabalho intelectual e do trabalho manual. No plano político, o primeiro fica a cargo dos dirigentes e o segundo cabe aos executores/receptores. Isaac Deutscher reafirma essa tese, vendo se manifestar no processo produtivo a primeira hierarquia de funções (BENCINI, 2007, p. 130).

É importante compreender o caráter de classe da organização burocrática, na medida em que serve a exploração de uma classe sobre a outra por meio do controle desigual do processo produtivo organizado. Evidentemente, a eficiência é importante para a obtenção do máximo de excedente possível mantendo-se a dominação e a exploração. Nesse ponto, vale destacarmos o caráter histórico da organização do processo produtivo, que implica em cooperação na medida em que se desenvolvem as forças produtivas. Na definição de Marx, a "forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação" (MARX, 1988, p. 246). A cooperação é uma fonte fundamental para a produção de um excedente de valores de uso (quer dizer, de produtos socialmente úteis), isto porque em comparação "com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil" (MARX, 1988, p. 248).

Ocorre que em todas as sociedades divididas em classes, uma classe dominante comanda o excedente produtivo e dele se apropria. Deste modo, *no capitalismo* a cooperação é um método específico de extração de mais-valia. Assim, são as *formas* de cooperação que criam a função administrativa. De acordo com Motta, a "cooperação varia com os modos de produção e seu estudo esclarece as instituições administrativas diversas desses modos de produção" (MOTTA, 1981, p. 11). Então, nessa perspectiva, a burocracia é um modo de administração historicamente definido pela sua correspondência funcional num dado modo de produção. No que se refere ao caráter hierárquico da organização burocrática, é importante precisar, com Marx, que todo

> trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. (MARX, 1988, p. 250)

Então, do ponto de vista político o importante é explicarmos o modo como se dá tal direção do trabalho coletivo. Com o processo de valorização do capital (que implica na

maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista) essa direção assume necessariamente uma forma despótica (MARX, 1988, p. 250), mais ou menos sofisticada, mais ou menos obscurecida por modos de persuasão e de manipulação da subjetividade do trabalhador (HELOANI, 2003). Esta forma despótica leva ao desenvolvimento da função da supervisão, criando uma espécie particular de assalariados que, em nome do capital, comandam o processo produtivo no local de trabalho. Marx os chamou de "oficiais superiores industriais" (os dirigentes, *managers* (gerentes)) e "suboficiais" (mestres, contramestres, supervisores, capatazes) (MARX, 1988, p. 250).

Na perspectiva de Max Weber, a burocracia é um tipo de dominação, a dominação legal, que obtêm a submissão por meio do interesse. É caracterizada pela regra formalmente abstrata e racional. A competência concreta é valorizada, conformando o cerne de um conjunto de exigências profissionais. Para Weber:

> Toda a história do desenvolvimento do Estado moderno, particularmente, identifica-se com a da moderna burocracia e da empresa burocrática, da mesma forma que toda a evolução do grande capitalismo moderno se identifica com a burocratização crescente das empresas econômicas. As formas de dominação burocrática estão em ascensão em todas as partes. (WEBER, 1991, p. 130)

Na construção weberiana do tipo ideal da organização burocrática está claro que do presidente, do ministro ou do empresário capitalista, não se exige qualificação técnica. Então, "há necessariamente no ápice da organização burocrática no mínimo um elemento que não é puramente burocrático" (WEBER, 1971, p. 22).

Em síntese, a administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber (WEBER, 1971, p. 27). E o saber é composto por uma técnica mais o conhecimento prático adquirido no serviço (o "segredo profissional"). Assim, quanto mais a função diretiva se complexifica, mais é capaz de legitimação pela eficiência, alimentando o primado do saber especializado (MOTTA, 1981, p. 16). Todavia, é interessante notar que o saber especializado no sistema capitalista

> inclui o saber administrativo como condição de detenção de poder decisório. O conhecimento propriamente técnico dá lugar a um conhecimento mais político, na medida em que se aproxima dos cargos de direção. Vigiar e punir, ou recompensar, constituem aspectos essenciais desse saber, que torna mais sutil a dominação, quanto mais afastada de sua base. (MOTTA, 1981, p. 16)

Embora Weber defenda a necessidade do político profissional[356] (que encarna a dominação carismática) como contrapeso à dominação burocrática, ele entende que a burocracia é indispensável tanto no capitalismo quanto no socialismo:

> A fonte principal da superioridade da administração burocrática reside no papel do conhecimento técnico que, através do desenvolvimento da moderna tecnologia e dos métodos econômicos na produção de bens, tornou-se totalmente indispensável. A este respeito é indiferente que a o sistema econômico seja organizado em bases capitalistas ou socialistas. Na verdade, se no segundo caso se desejasse um nível igual de eficiência técnica, o resultado seria um enorme incremento na importância da burocracia profissional. (WEBER, 1971, p. 25)

Já do ponto de vista marxista, observamos que Karl Marx, na *Crítica ao programa de Gotha*, coloca como primeira condição para a passagem da fase inferior para a fase superior da sociedade comunista justamente o fim da oposição entre trabalho manual e intelectual. Ora, como vimos que esse elemento chave da divisão social do trabalho alienado é fundante da burocracia, deduzimos que a sua superação poria fim à burocracia, entendida como heterogestão. Nas palavras de Frabizio Bencini:

> Se os fatores que favoreceram o poder da burocracia estão ligados ao sistema capitalista, uma revolução socialista, pelos objetivos que se propõe, deveria ter destruído o domínio burocrático e substituído pelo Governo das pessoas a administração das coisas. A extinção do Estado, o desaparecimento da economia monetária e de mercado, a eliminação do exército profissional e a supressão de um estrato de funcionários encarregados exclusivamente de tarefas administrativas teriam eliminado de uma vez por todas a burocracia. (BENCINI, 2007, p. 131)

Então, parece-nos que explicar a permanência e inclusive o fortalecimento do domínio burocrático nas experiências do "socialismo real" confunde-se com a própria explicação do fracasso generalizado dessas experiências. Como a superação da burocracia exige principalmente a sua substituição pelo poder autogestionário dos trabalhadores organizados, todos os fatores que impediram o desenvolvimento da autogestão social são explicativos da vitória da burocracia.

Luciano Martorano sinaliza para um obstáculo teórico (mas com implicações práticas importantes) ao devido enfrentamento do domínio burocrático. Afirma que uma boa

[356] Maurício Tragtenberg defende a tese de que Weber, longe de ser um ideólogo da burocracia, é na verdade seu grande crítico (TRAGTENBERG, 1992, p. 208). Assim, "Weber admite a operacionalidade da burocracia, a impessoalidade, a objetividade, adstrita a um expediente, seu recrutamento impessoal, a hierarquia fundada em diplomas credenciadores, o saber especializado, o cargo como profissão, a fidelidade ao cargo, a direção monocrática, garantindo formalmente rapidez, pontualidade, continuidade e eficiência no *modus operandi* burocrático, mostra, porém, que *uma burocracia tecnicamente funcional no plano administrativo é inepta no plano político*. Weber evidencia que a burocracia *racional* na área administrativa pode tornar-se *irracional* na área das decisões políticas. Para ele, os *políticos* são elementos de *equilíbrio* ante a burocracia, razão por que formula a tese do *controle parlamentar da burocracia pelas comissões de inquérito*" (TRAGTENBERG, 1992, p. 210; grifos do autor).

parte do marxismo foi e continua refém de uma dupla ilusão com relação à superação da burocracia:

> a) A ilusão inicial de que o controle sobre a burocracia seja fácil de ser concretizado, e de que ela possa ser superada rapidamente. E a outra que surgiu como uma espécie de reação face ao desencanto provocado pela frustração em face da não realização da primeira ilusão: b) o partido comunista, com base no sistema oficial de partido único, poderia dirigir toda a administração estatal e, *em nome* dos trabalhadores, controlar os funcionários de Estado. Tal ilusão logo se viu superada pelas conseqüências da fusão do partido com o Estado, levando ao aumento do aparelho estatal e à ausência de um efetivo controle do partido sobre ele. (MARTORANO, 2011, p. 87; grifos do autor)

Todavia, o estudo da experiência iugoslava revela que mesmo com o reconhecimento teórico da tendência burocrática e do papel nefasto para a democracia socialista representado pela fusão do partido com o Estado, e da aposta prática nos conselhos operários, a lógica da vanguarda bloqueou as tentativas de rompimento com o caráter monolítico do partido, assim como a burocracia dos gerentes mostrou a sua força político-econômica ao se apropriar do slogan da autogestão. Em suma, nas sociedades em que se esboçou uma transição socialista o avanço da revolução foi contido em grande medida pela dominação burocrática. Os conselhos operários, que seriam teoricamente a instituição apropriada para desenvolver a democracia socialista na forma de uma sociedade autogestionária, foram prematuramente sufocados, não sendo capazes de fazer avançar a socialização da política e da economia.

Para entendermos como se processou esse bloqueio da autogestão, será preciso examinarmos com mais cuidado o problema da natureza da formação social iugoslava. A esse respeito, é preciso primeiramente observar que o termo "burocracia" presta-se facilmente a confusões conceituais, principalmente devido ao "*bureau*". Quer dizer, a nosso ver, o "*bureau*" presente no termo poderia levar a confundir o funcionalismo com a classe dominante. Para evitar esse tipo de identificação nos parece preferível conceituar a burocracia não como uma classe, mas como uma estrutura organizativa heterogestionária. Nessa estrutura de comandos hierárquica é *o topo da hierarquia* que efetivamente detém o poder de controle do processo produtivo no seu conjunto. Com isso, a classe dominante é aquela que ocupa de modo estável os postos de comando no topo da hierarquia burocrática, auferindo daí a possibilidade privilegiada de explorar trabalho alheio.

Então, podemos encontrar distintas classes dominantes no interior de distintas estruturas burocráticas, como a empresa e o Estado. O *top management* de uma empresa pode ser entendido então como classe dominante que estabelece o seu poder por meio da burocracia

empresarial (que poderia ser chamada também de burocracia gerencial): são os gerentes/diretores de empresas, também chamados de tecnocracia (outro termo que se presta a equívocos semelhantes ao que identificamos em "burocracia"). Analogamente, no topo da hierarquia nos órgãos governamentais, isto é, no interior da burocracia estatal (que também poderia ser chamada de burocracia governamental ou ainda, em sentido algo distinto, de burocracia política), aparece uma outra classe: são os dirigentes políticos, também chamados por vezes de politocracia (termo também suscetível a equívocos[357]). Vista por outro ângulo, quer dizer, por outros critérios, poderia ainda ser identificada uma burocracia técnico-administrativa formada por profissionais que exercem funções técnicas hierarquicamente distribuídas tanto nas empresas quanto nos aparelhos administrativo, legislativo, executivo e judiciário do Estado, tendo no cume gerentes/administradores profissionalizados e *experts* (advogados, economistas, engenheiros etc.). Esta burocracia é frequentemente chamada de tecnocracia, tanto na linguagem política iugoslava quanto na bibliografia consultada.

Para os propósitos dessa tese optamos por identificar, na sociedade iugoslava, como classes em formação (num dado momento precariamente consolidadas), os *dirigentes* da burocracia estatal (burocracia constituída no topo pelos dirigentes do Partido Comunista, que ocupam cargos de comando na estrutura estatal, e, no restante da sua estrutura hierárquica, pelos demais quadros formados pelo partido) e os *gerentes* da burocracia empresarial (inicialmente pouco distintos dos demais quadros do partido, mas depois cada vez mais profissionalizados e aptos a perseguir seus interesses em sentido divergente dos interesses dos dirigentes da burocracia estatal).

Um ponto bastante complexo é o amalgama burocrático e o fracionamento de classes na dinâmica do poder ao longo das distintas fases da experiência iugoslava. Nesse momento, apenas para mencioná-lo, podemos dizer que os dirigentes da burocracia estatal fracionam-se entre poder central (nível federativo) e poderes regionais e locais (nível das repúblicas, províncias autônomas e comunas), todos potencialmente conflitivos entre si. Esses poderes podem ser vistos sob a ótica de um jogo de alianças e disputas entre distintas oligarquias.

[357] Parece-nos que os termos politocracia e tecnocracia se prestam a bastante confusão se pensados em termos de classe social. O termo politocracia pode dar a entender que todos aqueles que ocupam funções político-administrativas nos órgãos governamentais compõem uma classe dominante. De modo semelhante, o termo tecnocracia remete ao domínio da técnica, o que pode caracterizar grupos profissionais atuantes em diversas esferas organizacionais (por exemplo, empresas públicas e privadas, órgãos governamentais, fundações privadas, organizações não governamentais etc.) como uma nova classe dominante. Assim, preferimos evitar utilizar os termos politocracia e tecnocracia, embora sejam bastante recorrentes na bibliografia sobre a Iugoslávia e o "socialismo real".

Ao mesmo tempo, o amalgama burocrático significa um crescente desenvolvimento do caráter técnico no âmbito das empresas e dos órgãos do Estado, transformando radicalmente a própria composição da Liga dos Comunistas. Com isso, pode-se falar numa *burocracia técnico-administrativa* que se estabelece tanto na esfera empresarial como estatal (isto é, passa a caracterizar tanto o que estamos chamando de burocracia empresarial, quanto de burocracia estatal). O elemento de resistência ambígua ao domínio da lógica da competência técnico-administrativa (tendente à racionalização mercantil) estaria nos antigos quadros dirigentes (o que Michael Lebowitz chama de vanguarda política), reunidos em torno de Tito e cuja figura intelectual maior foi Kardelj.

No que se refere aos termos burocracia empresarial e burocracia estatal, embora haja inconvenientes, decidimos mantê-los por duas razões. A primeira, é que desejamos destacar o caráter antagônico da organização burocrática com relação à organização autogestionária. A segunda, é que os termos dirigentes políticos e diretores de empresa aparecem antes como categorias ocupacionais/profissionais do que como classes sociais. Podemos imaginar que em empresas efetivamente autogeridas os diretores estejam de fato submetidos ao controle democrático e gerencial dos trabalhadores, exercendo apenas uma função restrita de execução supervisionada daquilo que fora definido pelos órgãos da autogestão. Nesse caso, onde o controle do processo produtivo está diluído por meio de processos democráticos, já não parece mais conveniente identificar tal ocupação profissional como classe social. O mesmo raciocínio vale para o caso dos dirigentes políticos.

A nosso ver, pensar os dirigentes políticos ou os gerentes de empresa como classes dominantes só faz sentido dentro de formações sociais onde estruturas organizacionais burocráticas efetivamente conferem o poder de controlar o processo produtivo a esses grupos, em detrimento da classe trabalhadora. Por isso, a pertinência de adotarmos determinadas categorias de classe para nos referirmos à estrutura social de uma dada formação social deve aparecer somente a partir do seu estudo *na sua especificidade histórica*. Então, para simplificarmos e ao mesmo tempo mantermos a coerência com os referidos critérios histórico-sociológicos para a compreensão da estrutura de classes iugoslava, nós procuraremos utilizar as denominações adjetivadas de *dirigentes burocráticos* (topo da burocracia estatal) e *gerentes burocráticos* (topo da burocracia empresarial).

Debate sobre a natureza do regime soviético e do "socialismo real"

Conquanto não seja possível encontrarmos um debate estabelecido acerca da estrutura de classes na sociedade iugoslava, podemos encontrar algum apoio teórico em

autores que participaram do extenso e complexo debate entre marxistas acerca da natureza do regime soviético, extrapolado e desdobrado em generalizações para o campo do "socialismo real". Este debate passou por diversas rodadas, articuladas às diferentes fases da história soviética, desde a revolução bolchevique de 1917, passando pelo domínio do stalinismo, a abertura política com Krushev, a perestroika e por fim o seu colapso. Embora não tenhamos condições de comparar as diversas posições a respeito da caracterização do regime soviético, pretendemos extrair de alguns autores elementos conceituais úteis para a nossa própria formulação quanto aos conflitos de classes na iugoslava, a serem devidamente analisados em seguida.

As discussões em torno do fenômeno soviético, periodicamente renovadas por novas interpretações e dados empíricos, põe em evidência a dificuldade em explicá-lo por meio de uma concepção estritamente marxiana. É o que mostra o historiador Marcel van der Linden, ao destrinchar os argumentos de diversos autores, classificando-os em cinco grandes categorias de interpretação quanto à natureza da União Soviética: capitalismo de Estado, Estado dos trabalhadores degenerado, novo modo de produção (coletivismo burocrático), novo modo de produção sem uma classe dominante consolidada e teorias sem "rótulos" (LINDEN, 2007).

Para citar alguns dos mais célebres defensores de cada uma das interpretações: Charles Bettelheim, economista althusseriano, defendera nas suas últimas obras que a União Soviética tornara-se um capitalismo de Estado; Ernest Mandel, proeminente continuador da teoria de Trotsky, insistiu sempre na concepção de Estado dos trabalhadores degenerado; para o economista Paul Sweezy se tratava de um novo modo de produção, o coletivismo burocrático; já para o sociólogo Pierre Naville, este novo modo de produção não tinha uma classe dominante consolidada e os trabalhadores se auto exploravam e para Hebert Marcuse, nenhum desses rótulos dava conta da especificidade da realidade soviética.

Para as finalidades dessa tese, partiremos da refutação de Mészáros à caracterização do que chama de "sociedades pós-revolucionárias" como capitalismo de Estado. Em seguida, acrescentaremos algumas reflexões que nos parecem úteis para nos aproximar de uma definição da formação social iugoslava.

Do ponto de vista do processo histórico, é possível fazer a seguinte objeção ao conceito de capitalismo de Estado para as sociedades pós-capitalistas do leste europeu, em especial para a URSS:

> Da mesma forma, caracterizar o sistema soviético como capitalista ou capitalista de Estado antes de seu colapso torna completamente

> misterioso o fato de que, sob o regime de Gorbachev e seus sucessores, se tentou desesperadamente restaurar o capitalismo, já que eles já o tinham, tal como se alega, desde os anos 1920; para não mencionar o fato de, até hoje, eles terem tido sucesso apenas parcial em sua iniciativa (MÉSZÁROS, p. 736).

O capitalismo, para Mészáros, é uma fase particular da produção do capital na qual:

> 1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é dominante;
> 2. a própria força de trabalho, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria;
> 3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
> 4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
> 5. a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
> 6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, p. 736-737)

Nas sociedades pós-revolucionárias somente a característica número quatro permaneceria, e mesmo assim radicalmente alterada, devido a regulação política da extração de trabalho excedente. O que permanece nessas sociedades, contudo, é o domínio do capital, por meio:

> 1. dos imperaitvos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital;
> 2. da divisão social do trabalho herdada, que, apesar das suas significativas modificações, contradiz "o desenvolvimento das livres individualidades";
> 3. da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível (incluindo instalações e maquinaria) e de forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico, ambas originalmente produzidas na estrutura da produção de capital e sob as condições da divisão social do trabalho; e
> 4. dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de "competição pacífica" (intercâmbio comercial e cultural), quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal (desde a corrida armamentista até maiores ou menores confrontações reais em áreas sujeitas a disputa). (MÉSZÁROS, p. 737)

Parecem-nos acertadas as respectivas caracterizações do capitalismo e da manutenção do domínio do capital nas sociedades pós-revolucionárias efetuadas por Mészáros. Tem razão também em considerar a URSS e os países na sua órbita como sociedades pós-revolucionárias, na medida em que passaram por processos revolucionários, direta ou indiretamente. Todavia, ainda que a distinção entre sistema sociometabólico do

capital e capitalismo nos forneça balizas importantes para refletir a respeito das especificidades dessas formações sociais pós-revolucionárias, esta caracterização é ainda insuficiente para o nosso propósito, pois pouco nos diz a respeito das formas concretas dessas especificidades.

Busquemos então mais alguns elementos definidores da URSS para depois abordarmos o caso iugoslavo. Svetozar Stojanović, destacado filósofo do grupo Praxis, defende a tese de que a URSS desenvolvera um novo modo de produção. Não se tratava de um "socialismo completamente degenerado", afinal, se "uma entidade degenera completamente, não é ela algo diferente do que o que tinha sido?" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 57). A revolução socialista de outubro de 1917, baseada em efetivas forças socialistas (*soviets* de trabalhadores, camponeses e soldados em todos os níveis da organização social), que poderiam ter aberto a via do auto-governo social, acabou sendo brutalmente reprimida pelo grupo stalinista. Assim a URSS, inicialmente um socialismo de Estado, degenerou num estatismo politocrático primitivo, posteriormente transformado num estatismo tecnocrático, quando o "coração da classe estatista tornou-se crescentemente composta de elementos tecnocráticos" (STOJANOVIĆ, 1973, p. 57).

Para Stojanović, como salienta Linden, não se pode falar em casta dominante para se referir ao grupo estatista, pois *casta* é um grupo baseado na herança. Já o termo *estrato* social seria válido apenas para designar um estrato da classe trabalhadora que lhe representa na função de funcionários estatais num socialismo de Estado. Contudo, Stojanović repetidamente adverte para a tendência própria ao aparato estatal a emancipar-se da sociedade e dominá-la para perseguir seus próprios interesses prioritariamente sobre todos os outros, desenvolvendo assim o que chama de *estatismo* (STOJANOVIĆ, 1973, p. 43). A conclusão é que na sociedade stalinista,

> onde existem concentrações de poder político e econômico, riqueza, e prestígio social de um lado, e subjugação e exploração do outro, as relações reais entre o grupo dominante e o proletariado só podem ser vistas em termos da seguinte simetria categorial: classe estatista – classe trabalhadora. (STOJANOVIĆ, 1973, p. 49)[358]

Esta *classe estatista* tem a origem histórica do seu poder na dominação política; a partir desse domínio, conquista o poder econômico. Após a queda do "socialismo real" Stojanović sublinhou que a principal fraqueza estrutural da classe estatista é que seu domínio

[358] No original: "But in Stalinist society, where there are concentrations of political and economic power, wealth, and social prestige on the one hand, and of subjugation and exploitation on the other, the real relations between the ruling group and the proletariat can only be seen in terms of the following categorical symmetry: statist class – working class" (STOJANOVIC, 1973, p. 49).

depende diretamente do Estado, ao contrário da classe capitalista que pode dominar ainda que não governe:

> A classe estatista *como classe* não tinha lugar algum para se retirar da política porque a fonte de todo o seu poder está no controle estrutural monopolístico sobre o Estado. A primeira linha estrutural de defesa deste sistema é também a sua última. A estrutura capitalista de poder é incomparavelmente mais flexível. A defesa capitalista é distribuída em profundidade enquanto a estatista é superficial. Os capitalistas não precisam ser representados pessoalmente nas instituições do Estado; com o seu poder econômico e, ultimamente, com um mercado mundial globalizado cada vez maior, eles podem criar barreiras efetivas a políticos, funcionários e administradores anticapitalistas, se estes comprometerem o sistema.
>
> Em última análise, a burguesia se defenderá retirando seu capital e levando-o para o exterior. Em contraste, a classe estatista como classe não pode encontrar salvação no exterior porque não representa a classe dos proprietários dos meios de produção. É verdade que, pelas mesmas razões, *como classe* ela não pode ser punida por meio da chamada "expropriação dos expropriadores"[359]. (STOJANOVIĆ, 1997, p. 252; grifos do autor)

Elmar Altvater e Christel Neusüss explicam a lógica do domínio e do impasse a que chegou a burocracia (equivalente ao aparato estatal) nos países do Bloco do Leste, considerados como sociedades de transição, pós-revolucionárias. A burocracia se autonomizou completamente (não estava a serviço de nenhuma classe dominante), habilitando-se a dirigir o processo econômico de acordo com seus próprios caprichos. Por outro lado,

> As burocracias no socialismo estão, mais do que no capitalismo, forçadas a provar a sua eficiência socialmente relevante: seus relatórios de desempenho referem-se a altas taxas de crescimento econômico, rápida industrialização, oportunidades educacionais para todos os estratos da população, sucessos na área científico-tecnológica etc. A equação de eficiência econômica com a construção do socialismo, isto é, a integração de objetivos revolucionários pelos quais as massas derrubaram o capitalismo em cálculos de eficiência burocraticamente abreviados representa a tentativa da burocracia de escapar dos perigos oriundos de suas origens revolucionárias[360]. (citado a partir de LINDEN, 2007, p. 213)

---

[359] No original: "The statist class *as a class* has nowhere to retire to from politics because the source of its entire power is in the monopolistic structural control over the state. The first structural line of defense of this system is also its last. The capitalist structure of power is incomparably more flexible. The capitalist defense is distributed in depth while the statist is shallow. The capitalists need not be personally represented in state institutions; with their economic power and, of late, with an ever-increasing globalized world market, they can set up effective barriers to anticapitalist politicians, functionaries, and administrators if these were to jeopardize the system.
In the final analysis, the bourgeoisie will defend itself by withdrawing its capital and taking it abroad. In contrast, the statist class as a class cannot find salvation abroad because it does not represent the class of the owners of the means of production. True, for the same reasons, *as a class* it cannot be punished by means of a so-called "expropriation of the expropriators"" (STOJANOVIĆ, 1997, p. 252; grifos do autor).

[360] No original: "Bureaucracies in socialism [are] more than in capitalism forced to prove their socially relevant efficiency: their performance reports refer to high economic growth rates, rapid industrialization, educational opportunities for all strata of the population, successes in the scientific-technological area etc. The equation of

Desse contexto de uma sociedade pós-revolucionária resultou portanto a instabilidade do seu poder, sem jamais obter o tipo de legitimidade social que normalmente as classes dominantes adquirem.

Para Altvater e Neusüss o domínio burocrático na base de um sistema de planejamento central sem democracia dos produtores (autogestão operária) torna-se inviável a partir de um dado grau de complexidade da economia, quando aparecem crescentes discrepâncias entre as metas estabelecidas pelo planejamento burocrático e o mundo real, implicando em desperdício e retardo do crescimento. Como a eficiência é um elemento central de justificação da burocracia, vieram as tentativas de reforma a partir dos anos 1960. Estas, contudo, estavam condenadas a falhar no longo prazo sob a permanência de alguma forma de comando burocrático (LINDEN, 2007, p. 214-215).

Se aproximarmos os termos estatismo e burocratismo, bem como classe estatista e classe burocrática, nós começamos a captar um dos elementos essenciais da estrutura social do "socialismo real": a alienação do poder político como princípio de alienação do poder econômico, reproduzindo a separação herdada entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução e entre condutores e conduzidos. Retornaremos a essa questão logo mais, ao examinarmos a tese de Michael Lebowitz a respeito do funcionamento do "socialismo real".

Quanto ao conceito de burocracia, já discutido nessa tese, importa mencionarmos algumas objeções quanto a sua identificação com uma nova classe social no regime soviético. Luciano Martorano, por exemplo, endossa as concepções teóricas de Charles Bettelheim e de Nicos Poulantzas, para quem a burocracia não é uma classe e sim uma camada social, pois não possui um poder político próprio (MARTORANO, p. 87-88). Seu poder é apenas derivado porque sua atividade se realiza em benefício da classe politicamente dominante. Com isso, para Bettelheim, a luta de classes na URSS se dava entre os trabalhadores e uma nova classe dominante: a burguesia estatal. Daí a sua concepção de capitalismo de Estado.

Noutra perspectiva, a trostskista, pode-se objetar que a burocracia não constituiu uma nova classe pois jamais estabilizou-se um "modo de produção burocrático" (e nem um capitalismo de Estado, como conclui Bettelheim). A burocracia, ainda que reinasse sobre as costas dos trabalhadores e em nome deles, não era uma verdadeira proprietária das empresas, e jamais foi capaz de superar este limite. A "prova" de que a burocracia não constitui uma

---

economic efficiency with the construction of socialism, i.e. the integration of revolutionary goals for which the masses had overthrown capitalism, in bureaucratically abbreviated efficiency calculations represents the attempt of the bureaucracy to evade the dangers issuing from its revolutionary origins" (citado a partir de LINDEN, 2007, p. 213).

nova classe estaria no fato de que a restauração capitalista foi apoiada por setores da burocracia que justamente buscaram estabilizar o seu poder por meio da propriedade privada dos meios de produção (SAMARY, 1999).

Nessa perspectiva, Ernest Mandel argumenta contra a teoria do coletivismo burocrático, que implicaria na negação de bases fundamentais do materialismo histórico já que a burocracia estalinista não possuiria nenhuma característica de classe (função independente e fundamental no processo de produção, representando um estágio definido do progresso histórico, do desenvolvimento das forças produtivas; com consciência do seu papel, ideologia e características específicas próprias e um mínimo de estabilidade na sua composição). Tais características não seriam aplicáveis a burocracia soviética:

> Esta burocracia não estava enraizada na esfera de produção, mas num desdobramento parasitário das relações de distribuição; ela não encarnou nenhum progresso histórico, mas, ao contrário, o retardou; ela não representou quaisquer relações de propriedade novas, mas manteve aquelas resultantes da Revolução de Outubro; ela não tinha sua própria ideologia e faltava-lhe uma composição social estável. Mas, a mais importante de todas as características, em contraste com o que era normal em sociedades de classe, os interesses especiais da alegada "classe dominante" – expressos em privilégios – eram diametralmente opostos ao funcionamento eficiente da economia. (LINDEN, 2007, p. 155-156)

Esta noção de que a burocracia seria uma espécie de grupo parasita que produz ineficiência (e que poderia ainda estar "sob o controle" do partido único de vanguarda, representante dos interesses da classe trabalhadora) não será adotada por nós. Como já discutimos, o conceito de burocracia parece-nos analiticamente útil quando não define uma classe (nem um estrato ou grupo), mas sim uma estrutura organizativa "heterogestionária", onde uma hierarquia de comandos formais, baseada na competência e na separação entre concepção e execução, pretende-se universalmente eficiente. Assim, os funcionários que trabalham no interior de organizações burocráticas não são um grupo ou classe dominante, nem "parasitas". São cumpridores de funções parcelares numa forma hierárquica e heterogerida de organização do processo produtivo, racionalizado sob os critérios definidos pelo topo da sua hierarquia.

Parece-nos, então, que a polêmica de Mandel contra a teoria do coletivismo burocrático dissolve-se noutra problemática se entendermos que havia dois grupos (classes em formação) dominantes de caráter burocrático: os dirigentes da burocracia estatal (comprometidos oficialmente com o projeto vanguardista do "socialismo real") e os gerentes da burocracia empresarial (atraídos pela lógica do capital). Como veremos a partir de agora, é

a combinação contraditória desses dois grupos/classes dominantes que explica os problemas de eficiência econômica aludidos por Mandel.

Para compreender o que foram as sociedades do "socialismo real" Michael Lebowitz parte justamente da constatação dos problemas da economia de tipo soviético ("coletivismo burocrático"). János Kornai na Hungria e Ota Sik na Tchecoslováquia observaram o mesmo problema na relação dos gerentes de empresa com os planos formulados pelas autoridades econômicas centrais. Os gerentes *suavizavam suas potencialidades* e *exageravam suas necessidades*, com o objetivo de realizar mais facilmente as metas estabelecidas (LEBOWITZ, 2013, p. 44).

Na teoria de Kornai, a responsabilidade recai sobre as autoridades centrais, com o seu comportamento paternalista, e suas políticas de industrialização excessivamente ambiciosas. Para ele, era preciso mais independência para as empresas e uma industrialização mais lenta. Esta independência significaria também arcar com as próprias perdas, sem obter ajuda do governo. Assim não haveria mais o comportamento de excessivo investimento (LEBOWITZ, 2013, p. 46-47).

Diante destas constatações, Lebowitz levanta a questão da razão pela qual os planejadores não adotavam outro esquema de incentivo, buscando também melhor informação. Afinal, eram os planejadores "estúpidos" ou faltava-lhes poder?

Citando estudos de Tamas Bauer e Patrick Flaherty sobre a economia soviética, Lebowitz aponta para o poder dos gerentes de empresa, cujo comportamento incluía estratégias coletivas ofensivas, com lobbies e coalizações setoriais que usurpavam a autoridade das agências centrais nominalmente soberanas. Do que resultaria a ausência de uma política industrial nacional coerente (LEBOWITZ, 2013, p. 51-53).

Por outro lado, os planejadores estavam constrangidos a atender a pressão dos trabalhadores por pleno emprego e estabilidade de preços. Kornai, que nesse aspecto revela ter o mesmo padrão de racionalidade dos gerentes de empresa, considerava negativa a norma do pleno emprego[361] e o "apego" do povo à estabilidade dos preços. Para ele, a garantia incondicional de emprego encorajava a irresponsabilidade no trabalho. Já os planejadores normalmente eram favoráveis ao pleno emprego (como direito a um trabalho em geral) mas

[361] Embora a legislação permitisse demissões, havia pressões políticas e legais para defender as pessoas de perderem seus empregos ou serem compelidas a mudar de emprego. Assim, qualquer demissão tinha de ser aprovada por maioria absoluta pelo comitê eleito do sindicato do local de trabalho. Se a decisão fosse favorável ao trabalhador, não poderia ser derrubada, e se fosse aprovada a demissão, o trabalhador podia recorrer às cortes, sendo que na maior parte dos casos os tribunais ordenavam a reintegração dos trabalhadores demitidos, com pagamento retroativo. Também foi grande o uso do direito à mobilidade dos trabalhadores, o que lhes permitia mudar de empresa em caso de ameaça a seu emprego (LEBOWITZ, 2013, p. 59-61).

desfavoráveis ao direito a um trabalho particular, o que provocava dificuldades nas readaptações tecnológicas. Os trabalhadores, no entanto, eram favoráveis a este direito de escolha do trabalho. (LEBOWITZ, 2013, p. 54-61).

Lebowitz avalia a situação dúbia na qual se encontravam os trabalhadores: se por um lado estavam privados de meios de exercer poder coletivo na defesa de seus interesses, seja na produção ou na sociedade em geral, encontrando-se atomizados, alienados, por outro, eram detentores de direitos de trabalho que lhes permitiram um controle individual substancial sobre a organização e execução do trabalho. O resultado *dessa combinação* foi o trabalho lento, a organização ineficiente do trabalho, a tolerância a perturbações no regime de trabalho e um descuido geral pela qualidade. Além disso, o crescimento tende a ser extensivo ao invés de intensivo: quer dizer, na medida em que os trabalhadores defendem ativamente seus direitos de trabalho, a expansão da produção tende a ocorrer pela combinação de novos meios de produção com trabalhadores em novos locais de trabalho ao invés de ocorrer por meio da introdução de tecnologias poupadoras de trabalho em locais de trabalho já existentes (LEBOWITZ, 2013, p. 62-63 e 85).

Assim se desenharia uma espécie de contrato social tácito, alienado e forçado de uma economia de baixa produtividade, envolvendo aquilo que os trabalhadores poderiam conseguir do Estado socialista (por exemplo, pleno emprego e relativa igualdade) e o que esse estava disposto a permitir e conceder em troca da submissão a sua autoridade.

A partir desses indícios Lebowitz argumentará que as chamadas sociedades do "socialismo real" foram formações sociais híbridas compostas por relações de produção de vanguarda e pela reprodução contestada (pelos gerentes de empresas, que incorporaram a lógica do capital), cujo específico modo de regulação de vanguarda (para assegurar a produção das premissas do sistema) era constituído pelo controle dos gerentes por meio do plano administrativo-diretivo e por meio de um contrato social tácito com a classe trabalhadora, cuja lógica manifestava-se em sua "economia moral" (LEBOWITZ, 2013, p. 49-151).

A lógica da vanguarda na sua forma "pura" pode ser identificada na doutrina do partido de vanguarda, resumida em três pontos:

1. O objetivo de mudança do sistema: substituir o capitalismo pelo socialismo e construir uma sociedade comunista (tem como premissa o apropriado desenvolvimento das forças produtivas).

2. A necessidade de um instrumento político: para alcançar esse objetivo é preciso um partido político com a missão e responsabilidade de organizar, guiar e orientar a classe trabalhadora, todo o povo trabalhador e as organizações sociais.

3. O caráter necessário do partido de vanguarda: a luta para derrotar os inimigos da classe trabalhadora requer um partido disciplinado, centralizado, unido e revolucionário (LEBOWITZ, 2013, p. 69).

A premissa de que a construção do socialismo requer unidade e disciplina dentro do partido engendra a sua estrutura hierárquica, sob a conhecida fórmula do "centralismo democrático": a maior democracia possível para chegar às decisões e o maior centralismo e disciplina possível na execução dessas decisões. Na prática, contudo, a democracia é episódica (limita-se em geral aos congressos do partido e outras ocasiões de tomada de decisão coletiva), enquanto a disciplina e o centralismo constituem a vida cotidiana dos membros do partido.

O presumido processo de organização de baixo para cima (democracia para a tomada de decisões) acaba sendo invertido pelo imperativo da disciplina e do centralismo: o topo da hierarquia tende a selecionar a base, nomeando como subordinados aquelas pessoas em quem confia para realizar as suas diretrizes políticas. Dentro dessas relações hierárquicas são formadas pessoas servis, sem iniciativa e com baixa capacidade de inovação (LEBOWITZ, 2013, p. 71-73).

Com a missão de construir o socialismo para se chegar a uma sociedade comunista, o partido de vanguarda precisa de poder, precisa controlar o Estado. Assim, a mesma lógica reinante no partido aplica-se ao Estado e a forma de propriedade, instaurando-se a coordenação burocrática (tendencialmente expansiva), onde o fluxo de informação mais típico é o comando (a ordem do superior a qual o subordinado deve obedecer) (LEBOWITZ, 2013, p. 76-79).

Lebowitz observa que o marxismo de vanguarda, no qual se baseia teoricamente o partido de vanguarda, é unilateral, focaliza apenas na exploração, no capital, não reconhece o lado do trabalhador, negligencia a sua (de)formação produzida pelas relações de produção. Com seu determinismo econômico (numa concepção unilateral do "econômico") e falta de uma visão dialética da totalidade, credita ao desenvolvimento das forças produtivas o poder de erigir a sociedade comunista, tomando a abundância como premissa para o fim da alienação.

O Estado aparece como autoridade diretora necessária para garantir o "princípio socialista" de distribuição de acordo com a contribuição, tomando como premissa um

trabalhador alienado que precisa ser regulado uma vez que ele quer minimizar seu trabalho e maximizar o seu consumo, de forma a aproveitá-lo para o melhor desenvolvimento das forças produtivas. A lógica é similar ao argumento capitalista sobre a necessidade de contar com o auto interesse para chegarmos a abundância.

Em contraste, na perspectiva de Lebowitz os defeitos herdados da sociedade capitalista deveriam ser subordinados, para que a nova sociedade possa apoiar-se sobre suas próprias fundações, do contrário não poderá desenvolver-se, dando lugar à restauração capitalista.

O marxismo de vanguarda é então considerado como uma *perspectiva de classe*, por ser a perspectiva teórica daqueles que se colocam não apenas acima da classe trabalhadora, mas também contra ela, ao favorecer relações que produzem a sua *deformação* e *exploração*, além de prover justificação teórica para ataques a economia moral da classe trabalhadora no "socialismo real", identificando como prematuras a gestão operária, o igualitarismo e um foco em produzir para as necessidades dos outros. Fundamentalmente, devemos reconhecer que uma *sociedade dividida entre condutores e conduzidos* (ainda que não houvesse exploração) não pode ser considerada uma sociedade dos produtores associados (LEBOWITZ, 2013, p. 173-188).

Voltando ao esquema explicativo do "socialismo real", a conclusão de Lebowitz sobre a tendência degenerativa do modo de regulação de vanguarda (o contrato social tácito) é que, dada a

> produção de consumidores-trabalhadores atomizados e alienados que querem minimizar o trabalho e maximizar o consumo, o sistema requer contínua expansão quantitativa. Seguir um modelo de crescimento extensivo implica, contudo, que *cedo ou tarde* o sistema irá se aproximar dos limites em oferta de recursos e trabalho[362]. (LEBOWITZ, 2013, p. 86; grifos do autor)

Finalmente, essa exaustão leva a uma baixa taxa de crescimento, o que ameaça todas as normas associadas com o contrato social.

Contudo, o contrato social tácito entre trabalhadores e vanguarda não explica alguns fenômenos típicos da economia de tipo soviético, a saber: a produção de produtos ruins (irracionais do ponto de vista da sua utilidade para o consumidor, mas funcionais para cumprir metas de um modo "trapaceiro"), a tendência dos gerentes de empresas a preferir

[362] No original: "Given its production of atomistic, alienated consumer-workers who want to minimize work and maximize consumption, the system requires continuing quantitative expansion. Following an extensive growth model, however, implies that *sooner or later* the system will approach limits in resources and labor supplies" (LEBOWITZ, 2013, p. 86; grifos do autor).

planos frouxos, a esconder os potenciais de produção e a conter realizações notáveis de produção.

Tais fenômenos explicam-se pela lógica da reprodução contestada na sua *interação* com a lógica das relações de vanguarda, por meio da qual ambas se limitam e se deformam mutuamente (LEBOWITZ, 2013, p. 87-92).

Para Lebowitz, os gerentes contem em si mesmos a *lógica do capital*, ainda que sob os constrangimentos do "socialismo real" não existam relações capitalistas de produção[363]. Esta lógica é o movimento de auto-expansão do capital, que toma a forma de compulsão do mercado para os capitalistas individuais – a compulsão da "lei do valor" (LEBOWITZ, 2013, p. 90-93).

Analogamente, para cada ator individual do partido de vanguarda a *lógica da vanguarda* aparece como compulsão, "*como responsabilidade e dever*, como o senso de que tudo depende deles". Tal obrigação, sob as relações de comando e controle hierárquicos (quer dizer, sob o modo de coordenação burocrática), induz cada um daqueles que se encontra no topo da estrutura do Estado-partido a querer "regular de perto todos os subordinados" e a querer mais recursos "para melhor contribuir com o objetivo de construir o socialismo", de tal modo que "a criação e execução do plano na prática reflete a interação destas perspectivas", de onde o impulso inerente da vanguarda a maximizar o investimento e expandir o controle hierárquico. No caso da vanguarda há um comprometimento consciente coletivo, então, embora interesses em competição possam entrar na formulação do plano, apenas um plano administrativo-diretivo é adotado, de acordo com o que Lebowitz chama de "lei" do comando (a forma como aparece a lógica da vanguarda para cada um dos membros do partido de vanguarda) (LEBOWITZ, 2013, p. 94-95; grifos do autor).

A disfunção central do "socialismo real" (que aparece no fenômeno da economia de escassez) é produzida pela interação da lógica da vanguarda (sob a lei do comando) com a lógica do capital (sob a lei do valor), para a qual tendem os gerentes maximizadores da renda. Em termos mais concretos: "a combinação do comportamento gerencial auto-interessado e da

[363] Lebowitz reconhece que os "gerentes não possuem meios de produção, não têm poder para forçar os trabalhadores a realizar trabalho excedente e não possuem mercadorias (como um resultado do processo de trabalho) que possam ser trocadas para realizar mais-valia que possa ser a base para a acumulação de capital. Além disso, sob o contrato social falta-lhes a habilidade de reduzir os salários reais, intensificar o processo de trabalho e introduzir tecnologia poupadora de trabalho. Em resumo, não temos aqui relações capitalistas de produção" (LEBOWITZ, 2013, p. 90). No original: "After all, these managers didn't own the means of production, didn't have the power to compel workers to perform surplus labor, and didn't own commodities (as a result of the labor process) that could be exchanged to realize surplus value which can be the basis for the accumulation of capital. Further, under the social contract they lacked the ability to drive down real wages, intensify the labor process, and introduce labor-saving technology. In short, we do not find here capitalist relations of production" (LEBOWITZ, 2013, p. 90).

miopia do topo permite (...) que os gerentes tomem vantagem das ambiguidades do plano para ganhar bônus enquanto dirigem a produção de resultados perversos"[364], incluindo aí o desperdício produtivo nos ciclos de "tempestade da produção" seguida de escassez, em razão da estocagem de recursos e trabalhadores. Esta mesma combinação infecta o próprio plano num círculo vicioso: a vanguarda (os planejadores centrais) não espera lealdade e senso de responsabilidade da parte dos gerentes para com o interesse social, então procura estabelecer planos com metas elevadas, sabendo que os gerentes possuem informação que ela não possui e que provavelmente escondem os verdadeiros potenciais produtivos; o que, por sua vez, acaba por reforçar o comportamento preventivo dos gerentes, que procuram rebaixar as metas e estão dispostos a produzir maus produtos desde que os parâmetros especificados sejam atingidos, com vistas a garantir seus bônus. Todavia, para Lebowitz, o fato de os gerentes mentirem e distorcerem a informação enviada para cima na hierarquia burocrática, levando à subprodução, não deve ser confundido com uma questão de ineficiência inerente do planejamento central ou da incapacidade técnica para obter e utilizar a informação essencial para planejar. O que está em jogo nesse fluxo de má informação é a luta de classes (LEBOWITZ, 2013, p. 95-97).

Embora nessa passagem não seja explicitado por Lebowitz, o que parece estar implícito no seu raciocínio é que os gerentes não podem identificar-se com o "interesse geral", isto é, com o interesse da classe trabalhadora, pois encontram suficiente satisfação pessoal numa *retribuição material individualizada*, sob a forma de incentivos monetários (os bônus). Ora, em princípio, qualquer um que estivesse nessa posição poderia ser atraído pela mesma lógica, adotando o mesmo comportamento. Como disse Kornai, "é apenas humano, se o interesse econômico individual prova ser mais forte" (LEBOWITZ, 2013, p. 96-97). Então, a alternativa socialista exige que os produtores se interessem pelos resultados do seu trabalho e pela racionalidade da totalidade do processo produtivo *de modo associado*, e não individualizado. Esta exigência dá centralidade ao problema do tipo de incentivo a ser adotado, se se quer evitar a modalidade de conflitos de interesse e de deformações nos fluxos de informação encontrados no "socialismo real".

Na Iugoslávia, Zagorka Golubović observa como o discurso da autogestão é manipulado para favorecer determinados interesses. No que se refere à "tecnocracia" (os gerentes e os *experts*), a autogestão é pensada como "socialismo de mercado":

[364] Essa produção "de resultados perversos" se refere aos "malabarismos" produtivos e contábeis praticados pelos gerentes para alcançar as metas de produção (especificadas em quantidades físicas ou em valores), por exemplo, a produção de papel engrossado ou de lustres pesados, ou ainda o aumento de valor de produtos usando materiais desnecessariamente mais caros (LEBOWITZ, 2013, p. 42).

> Segundo os partidários desta visão, é preciso para isso alargar o campo de manobra dos fatores não políticos (sobretudo aquele dos gerentes e dos experts), e assegurar assim que eles apoiem a "linha geral do partido" visando a suprimir a gestão de tipo centralizado. Esta tendência é portanto defendida pelos líderes políticos para os quais a liberação do mercado é a *condição sine qua non* do desenvolvimento da autogestão; pois isso teria por resultado a atomização das unidades de autogestão e das condições de arbitragem favoráveis. Se referindo ao "socialismo de autogestão e de mercado", esta concepção faz do funcionamento das leis do mercado (uma das condições da vitória sobre a gestão centralizada) a condição *única* e a medida universal da existência da autogestão. Mas este "fetichismo do mercado" esconde, de uma parte, a vontade dos tecnocratas de se liberar da dominação da burocracia política e, de outra parte, as tentativas desta última de descentralizar a economia. Tal descentralização privaria a federação de seu poder e deslocaria o acento do plano para o mercado que, enclausurado em quadros nacionais, tornar-se-ia a esfera de influência da burocracia das repúblicas particulares[365]. (GOLUBOVIĆ e STOJANOVIĆ, 1986, p. 28)

Então, no caso iugoslavo, os gerentes e os *experts* encontram na ideia de autogestão uma brecha para fazer avançar a "lógica do capital", aliando-se àqueles dirigentes burocráticos em nível das repúblicas que eram favoráveis à descentralização. Foi esse movimento que caracterizou a reforma liberalizante de 1965 até a tentativa de retomada do controle central da Liga dos Comunistas nos começo dos anos 1970.

Ocorre ainda que na prática da interação da lógica da vanguarda e da lógica do capital, produz-se uma mútua deformação. Assim, embora os gerentes de fábrica simpatizem com a solução de mercado radical, uma vez que em longo prazo isso resultaria no fortalecimento do seu poder econômico e político, na prática existem poucos dentre eles que realmente preferem a independência econômica "por causa do medo de que eles não estariam habilitados a competir no mercado". Este medo faz com que muitos gerentes de fábrica apoiem o *status quo* mantido pela vanguarda (LEBOWITZ, 2013, p. 99).

No caso iugoslavo, os gerentes de empresas em melhor posição de mercado, geralmente localizadas nas repúblicas e regiões mais desenvolvidas, tendem a ser mais favoráveis à liberalização mercantil, enquanto que aqueles gerentes que se encontram em empresas menos privilegiadas são mais hesitantes a aderir às pressões liberalizantes.

---

[365] No original: "Selon les partisans de cette version, il faut pour cela élargir le champ de manœuvre des facteurs non-politiques (surtout celui des managers et des experts), et assurer ainsi qu'ils soutiennent la « ligne générale du parti » visant à supprimer la gestion de type centralisé. Cette tendance est donc défendue par les leaders politiques pour lesquels la libération du marché est la *condition sine qua non* du développement de l'autogestion ; car cela aurait pour résultat l'atomisation des unités d'autogestion et des conditions d'arbitrage favorables. Se référant au « socialisme d'autogestion et de marché », cette conception fait du fonctionnement des lois du marché (une des conditions de la victoire sur la gestion centralisée) la condition *unique* et la mesure universelle de l'existence de l'autogestion. Mais ce « fétichisme du marché » cache, d'une part, la volonté des technocrates de se libérer de la domination de la bureaucratie politique et, d'autre part, les tentatives de cette dernière de décentraliser l'économie. Une telle décentralisation priverait la fédération de son pouvoir et déplacerait l'accent du plan au marché qui, cloîtré dans des cadres nationaux, deviendrait la sphère d'influence de la bureaucratie des républiques particulières" (GOLUBOVIĆ e STOJONOVIĆ, 1986, p. 28 ; grifos da autora).

Em suma, inseguros quanto às suas possibilidades reais de poder de classe, os gerentes no "socialismo real" acabam comportando-se de acordo com a "lei do lobbying" (competição por acesso a recursos), ao invés da lei do valor (LEBOWITZ, 2013, p. 100).

A vanguarda, por sua vez, também se deforma na resposta que dá a escassez e aos planos fracassados. Cada indivíduo no topo da estrutura do partido-Estado tenta primeiramente isolar suas próprias instituições de falhas, de onde o fenômeno do "departamentalismo", onde ministros criam produção do mesmo tipo, cada um com seu próprio sistema, apenas para não depender do outro, e assim garantir os seus resultados. Na distribuição dos produtos, ao invés de serem enviados para o seu vizinho imediato, são enviados para o outro lado do país, onde existe uma empresa do mesmo departamento, já que a fábrica vizinha pertence a outro. Tendência que é agravada com a crescente escassez de recursos, levando a uma competição antecipada entre as subunidades do sistema produtivo para garantir os seus resultados isoladamente. Neste cenário, "as autoridades centrais estão primariamente preocupadas com a maximização do crescimento em longo prazo enquanto as agências subordinadas concentram suas energias em objetivos e vantagens de curto prazo" (LEBOWITZ, 2013, p. 100).

Na Iugoslávia, esse tipo de irracionalidade é frequentemente apresentado (por estudiosos e por dirigentes da Liga dos Comunistas) como um problema de burocratização no âmbito de oligarquias locais e regionais. É um problema que pode ser traduzido também em termos de localismo, onde a maior proximidade de políticos (incluindo nesse caso os diretores de empresas) com "o público", isto é, com os habitantes e os trabalhadores de uma dada localidade, ensejam compromissos e manipulações na base de interesses mais imediatos.

A partir de certo ponto, com crescente escassez e planos fracassados, os planejadores começam a aquiescer com as práticas "trapaceiras" dos gerentes, com o desperdício, a estocagem de trabalho e recursos e a duplicação irracional dos esforços produtivos, reduzindo também as metas. Assim, a "lei do comando" crescentemente se transforma numa "lei da habilitação" [law of enablement], isto é, o comando dá lugar à aceitação da perda de autoridade por parte da vanguarda, enquanto planejadores centrais, o que significa a própria deformação da sua lógica (LEBOWITZ, 2013, p. 100-101).

Por isso, num dado momento, pode-se falar numa "tendência definitiva para que a linha entre os dois opostos torne-se turva na prática". Quer dizer, "de um lado, existem gerentes hesitantes em perseguir a lógica do capital completamente; de outro, vemos planejadores que apoiam as ações dos gerentes orientadas para si mesmos" (LEBOWITZ, 2013, p. 101).

Podemos observar que na Iugoslávia o grande aumento da presença de novos quadros profissionalizados na Liga dos Comunistas, os quais tendiam a se alinhar com os gerentes de empresas (por vezes, tratam-se das mesmas pessoas circulando por funções diferentes), representou um elemento fundamental na distorção da lógica da vanguarda, pois esta passa a ceder à pressão por liberalização mercantil e ao controle dos gerentes burocráticos em detrimento da evolução do poder dos trabalhadores, prevista na concepção da autogestão. Em parte, tratava-se de buscar maior eficiência produtiva, dentro da lógica da aceleração do crescimento econômico, objetivo do qual o topo da hierarquia dirigente não abria mão. Mas também era uma questão de relação de força no interior da Liga dos Comunistas, fracionada entre uma ala progressista, favorável ao desenvolvimento da autogestão (embora insistisse no bloqueio à democratização da própria Liga), e uma ala cada vez menos interessada em "poder operário" e mais interessada em sucesso econômico e vantagens para a "sua" república, pouco importando as desigualdades (re)produzidas (nas suas mais diversas manifestações). Se na década de 1960 essas duas frações unem-se na oposição à fração estalinista da Liga dos Comunistas, representada na figura de Aleksandar Ranković, em seguida à sua queda se evidencia o conflito entre os mais altos dirigentes (Tito, Kardelj e Bakarić no topo) e a "tecnocracia", de onde o recuo da liberalização mercantil no início dos anos 1970 e a tentativa de reforma da autogestão com a Constituição de 1974.

A unidade porém é apenas aparente. O que prevalece é a luta, hora escondida, hora aberta, entre as duas lógicas – uma luta em particular pela propriedade, isto é, pela propriedade dos meios de produção, que deve se dar em termos de posse. Enquanto o plano permite que a administração estatal mantenha a posse sobre os meios de produção, o mercado tende a conferi-la à gerência das empresas. O modo de regulação especificamente de vanguarda pelo qual os gerentes são mantidos sob controle consiste no plano administrativo-diretivo e no contrato social com a classe trabalhadora. (LEBOWITZ, 2013, p. 101-104).

Esse quadro teórico geral formulado por Lebowitz pode, com adaptações, ser aplicado sobre o caso iugoslavo, desde que atentemos para as significativas diferenças nas relações entre a vanguarda dirigente, os gerentes de empresas e os trabalhadores. Entendemos ainda que a própria comparação da experiência iugoslava com o "caso padrão" da economia soviética de planejamento burocrático central pode nos ajudar na compreensão das suas singularidades e semelhanças. Mais fundamentalmente, sustentamos a tese de que as principais contradições engendradas pelas relações entre as lógicas da vanguarda, dos gerentes e dos trabalhadores, explicam tanto a dissolução do "socialismo real" quanto a não realização do socialismo de autogestão.

No caso iugoslavo, a instituição legal da autogestão acirra ainda mais tais contradições, na medida em que serve, de modo ambíguo, tanto para a abertura de um horizonte de efetiva democracia operária, quanto para o seu bloqueio, ao ser instrumentalizada pelos gerentes da burocracia empresarial.

Antes de examinarmos as singularidades iugoslavas, sublinhemos as principais semelhanças com o padrão soviético analisado por Lebowitz. Primeiramente, a lógica da vanguarda, com o seu caráter burocrático e deformador da classe trabalhadora, está presente na Liga dos Comunistas, ainda que de modo mais matizado, devido à opção pelo projeto de desenvolvimento da autogestão. Os gerentes, por sua vez, também tendem a expressar uma lógica individualista pró-capital, embora desde as reformas liberalizantes dos anos 1960 não encontrem como entrave a essa lógica a imposição de planos administrativos, restando como obstáculo a ausência da propriedade privada e os direitos dos trabalhadores no sistema de autogestão. Essa ausência é o grande trunfo da classe trabalhadora, que expressa a sua lógica por meio da sua economia moral, isto é, pelos valores do igualitarismo e pela exigência de aumento do bem-estar material.

As principais singularidades da experiência iugoslava resultam da incorporação de alguns elementos da lógica dos trabalhadores e da autonomia adquirida pelos gerentes. Assim, não se produz o mesmo fenômeno da economia de escassez descrito por Lebowitz, já que a planificação administrativa é logo abandonada em favor de uma crescente autonomia das empresas. Não obstante, a relação entre os dirigentes (a vanguarda) iugoslavos e os gerentes de empresa também é conflituosa e produz mútua deformação. A reprodução contestada manifesta-se pela insistência dos gerentes na liberalização econômica, na descentralização (no caso das repúblicas mais desenvolvidas) e na resistência aos direitos de participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Os dirigentes, por sua vez, acabam cedendo às pressões "tecnocráticas" nos anos 1960, embora uma importante reação tenha se dado na década seguinte. Uma parte dos dirigentes também é deformada pela descentralização fragmentadora tornando-se nacionalista. Os trabalhadores também têm o seu impulso para a gestão da produção deformado pela atomização mercantil, passando a identificar o seu interesse com o sucesso individual da "sua" empresa ao invés de manifestar um interesse coletivo enquanto classe trabalhadora. É por essa mesma razão que os trabalhadores cedem em sua aspiração pela gestão em favor do poder dos gerentes profissionais, visando a otimização dos resultados econômicos.

Os principais problemas econômicos iugoslavos foram o desemprego, a inflação, o endividamento e as desigualdades, resultado de uma condensação de contradições entre as

lógicas da vanguarda, dos gerentes e dos trabalhadores expressas numa "autogestão atomizada". A ideia de propriedade social é distorcida. O que se produz é uma propriedade de grupo limitada enquanto delegação de poder de gestão por parte dos dirigentes burocráticos.

Para examinarmos a formação social iugoslava será útil avançarmos na identificação de elementos de maior concretude, sobretudo sociológica. É isso que encontramos na análise de classes da sociedade socialista efetuada por Sharon Zukin, na qual relaciona entre si a estrutura subjacente da sociedade, a luta de classes (ou simplesmente contradições sociais) e as práticas de classe (ZUKIN, 1978). Fundamentalmente, a autora procura mostrar a ambiguidade das classes e o caráter singular das formações sociais do socialismo, que não deve ser lida de modo "burgocêntrico", isto é, deve-se evitar atribuir significado capitalista às classes nos países do "Segundo Mundo".

Embora a primeira geração pós-revolucionária, formada por trabalhadores altamente qualificados, tenha ascendido socialmente, ocupando posições políticas de administração e comando, alguns fatores impediram a criação de práticas de classe antitéticas, diferenciadas, típicas da sociedade capitalista. Zukin menciona três fatores: os elementos da cultura camponesa que são compartilhados com a maioria da população, a dominância ideológica, ao menos no começo do período pós-revolucionário, do trabalhado manual e dos trabalhadores, e o recrutamento continuado de camponeses e partes recentemente urbanizadas da população no trabalho executivo nas organizações políticas (ZUKIN, 1978, p. 398-399).

Nesse ponto, no que se refere à relação entre administradores políticos e trabalhadores manuais na sociedade socialista, Zukin faz um paralelo com sociedades pré-capitalistas: assim como a elite do sacerdócio ou do cacicado não se diferenciam suficientemente do restante da população, a burocracia do Partido-Estado carece de uma prática distinta e homogênea, de uma ideologia de classe, e da continuidade que diferencia uma classe de um grupo funcional dominante. A importante ressalva, contudo, é que, assim como em sociedades pré-capitalistas, "a diferenciação funcional pode pressagiar uma transição para uma sociedade de classes" (ZUKIN, 1978, p. 399).

No primeiro período pós-revolucionário pode-se identificar como classe hegemônica os quadros políticos revolucionários que incorporam os antigos trabalhadores manuais altamente qualificados, crescentemente integrados como quadros nos escalões da burocracia do Partido-Estado. Este processo de incorporação (que termina no começo dos anos 1930 na União Soviética e na metade dos anos 1960 na Iugoslávia) produz um fenômeno interessante. Primeiramente, os trabalhadores manuais mais qualificados, ao serem absorvidos no estrato administrativo, vão sendo substituídos no chão-de-fábrica por trabalhadores

camponeses recém-recrutados. Então, na medida em que se consolida um estrato administrativo, o resultado é, de um lado, uma burocracia mais coesa, e, de outro, uma classe trabalhadora manual mais heterogênea (ZUKIN, 1978, p. 399).

Esta é uma diferença importante que precisamos reter: a coesão é um fator de poder de classe, e por isso ajuda-nos a explicar a dificuldade da classe trabalhadora heterogênea em contrapor-se às práticas de classe de integrantes de uma burocracia mais coesa.

Com o processo de rápida industrialização a primeira estrutura de classes "colapsa", devido à diminuição da distância social e aumento do interesse comum entre classes que anteriormente foram distintas e mesmo antitéticas. É assim que se forja uma nova classe baixa, composta por camponeses, trabalhadores não qualificados e semiqualificados, e trabalhadores de escritório (que executam trabalho rotineiro). A nova classe alta, por sua vez, é fruto de uma coalizão simbiótica entre tecnocratas e burocratas (ZUKIN, 1978, p. 401).

Então, teríamos, de um lado, uma *classe trabalhadora heterogênea*, com elementos urbanos e camponeses em rápida mutação, e de outro uma *coalizão de classe tecnoburocrática mais ou menos coesa*.

Estariam em localizações contraditórias de classes os trabalhadores altamente qualificados, os altos trabalhadores de colarinho branco e os intelectuais (ZUKIN, 1978, p. 401).

A classe alta, contudo, não seria propriamente uma classe unificada dominante, nem seria uma burguesia socialista. Os tecnocratas e burocratas, apesar de trabalharem em troca de recompensas de elite, têm quantidades insignificantes de capital a sua disposição pessoal, e eles não exploram outros numa relação imediata para seu próprio lucro. Os critérios de domínio de tecnocratas e burocratas são distintos (em certos aspectos, competitivos), por isso esses dois grupos de elite parecem constituir uma coalização de interesses heterogêneos, embora seja possível o desenvolvimento de maior homogeneidade de classe (especialmente em características culturais, políticas e ideológicas) (ZUKIN, 1978, p. 401).

Os meios pelos quais uma estrutura de classe se estabelece nas sociedades socialistas são mecanismos de desigualdade. Como já o vimos, esses mecanismos, no caso iugoslavo, são sobretudo exteriores a diferenciação salarial básica estabelecida internamente nas empresas: dominância do ramo financeiro, número de membros da família que são sustentados por aqueles que estão empregados, segregação de grupos de renda e qualificação por meio do uso relativo do espaço e monopolização da participação política significativa (ZUKIN, 1978, p. 403-405).

Zukin apoia-se no estudo do sociólogo Miroslav Pečujlić sobre consciência social (*Horizonti revolucije: Studije iz političke sociologije*), para indicar elementos da prática de classe na Iugoslávia. Assim, delineia seis grupos que não são nem um simples estrato ocupacional nem classes sociais coerentes: os trabalhadores não qualificados e semiqualificados, os trabalhadores altamente qualificados (a "classe trabalhadora moderna"), os trabalhadores de escritório, os altos trabalhadores ou administradores de colarinho branco, os tecnocratas, e os executivos.

Na base, encontram-se os trabalhadores proletarizados, compostos de camponeses (presentes no campo, mas também nas fábricas, sem abandonar a pequena produção agrícola familiar), jovens trabalhadores em início de carreira e aqueles que permanecem em empregos não qualificados e semiqualificados. Estes trabalhadores proletarizados exibiriam uma "psicologia do trabalho assalariado", preferindo o nivelamento econômico (*uravnilovka*) do socialismo mais estatista e menos democrático. De acordo com Zukin,

> Pečujlić relaciona esta atitude com a relativa insegurança do seu trabalho e condições de vida. Sua atitude contrasta, por exemplo, com aquela dos trabalhadores altamente qualificados, que preferem o sistema de incentivos materiais que são recompensados por produtividade, qualificação, e experiência, do que *uravnilovka* (talvez, enquanto eles desfrutarem de tais bônus)[366]. (ZUKIN, 1978, p. 408-409)

Os trabalhadores de escritório parecem ser relacionados a uma classe trabalhadora baixa, apesar de terem experimentado uma mobilidade social ascendente por meio de seus empregos de colarinho branco e da sua migração para centros urbano-administrativos. Esses trabalhadores sentem-se relativamente inseguros devido à elevação das exigências de qualificação, especialmente nas empresas que se modernizam (em contraste com a burocracia governamental). Por isso, parecem preferir os "bons velhos tempos" quando trabalhadores de colarinho branco tinham lugar assegurado pela extensão do sistema burocrático estatal (ZUKIN, 1978, p. 409).

Trabalhadores altamente qualificados e administradores parecem ocupar localizações de classe contraditórias, entre o estrato dominante e subordinado. Teoricamente, eles compreendem a vanguarda e a razão de ser do socialismo; em termos práticos, beneficiaram-se de mobilidade social ascendente e de benefícios materiais da era pós-revolucionária, com a promoção a posições administrativas e gerenciais. Daí o seu alto grau de identificação com o sistema social iugoslavo. Todavia, este grupo de trabalhadores também

[366] No original: "Pečujlić relates this attitude to the relative insecurity of their work and living conditions. Their attitude contrast, for example, with that of the highly-skilled workers, who prefer the system of material incentives which are rewarded for productivity, skill, and experience to *uravnilovka* (as long, perhaps, as they enjoy bonuses)" (ZUKIN, 1978, p. 408-409).

encontra motivo para inquietação, pois nos anos mais recentes (supõe-se, a partir da segunda metade dos anos 1960) eles têm sido suplantados de posições de gestão e substituídos por formados em escola técnica ou graduados universitários. Por outro lado, mesmo os mais jovens trabalhadores, com alta qualificação atualizada, sentem-se inseguros com a competição pelos melhores empregos e pela dificuldade de subir na hierarquia sem maior experiência de trabalho. E ainda, relativamente às expectativas alimentadas pelo sucesso da geração pós-revolucionária e pela ideologia da autogestão, têm a percepção do declínio de oportunidades para o seu avanço material e de status (ZUKIN, 1978, p. 409).

Os administradores de alto escalão em grande parte têm origem nas famílias de trabalhadores do serviço civil do período pré-revolucionário. Seu alto nível educacional lhes confere segurança e satisfação, assentando suas posições numa base meritocrática. Embora se considere que eles não tenham sido completamente penetrados pela socialização socialista (provavelmente são membros *pro forma* do Partido ou não pertencem a ele), avalia-se também que eles têm sido neutralizados politicamente (ZUKIN, 1978, p. 409-410).

Aqui podemos discordar no que se refere ao caso iugoslavo, pois este grupo, ao qual chamamos de gerentes burocráticos, mostrou-se crescentemente ativo politicamente, expressando seu interesse de autonomia administrativa por meio da retórica da autogestão.

Os tecnocratas e os executivos funcionam em conjunto, especialmente no nível local, mas eles não constituem uma classe unificada. A acomodação política entre a burocracia e a tecnocracia se dá pela mútua dependência: enquanto a burocracia necessita da função exercida pelos *experts* técnicos, estes dependem do controle burocrático sobre os fundos e posições. Assim, os tecnocratas acomodam-se à politização do sistema industrial socialista na medida em que são promovidos a posições previamente pertencentes aos nomeados menos qualificados. Todavia, embora a liderança política possa endossar a orientação tecnocrática que enfatiza a "racionalidade" e a qualificação como padrão de desenvolvimento socialista, o seu temor de que tal critério possa contraditar o seu comprometimento com o igualitarismo (fator de autopreservação da burocracia) a conduz a retirar, com frequência, o seu suporte aos tecnocratas e diretores de fábrica, recordando "os bons e velhos tempos de controle estatista sobrea a economia" junto aos trabalhadores menos qualificados (ZUKIN, 1978, p. 410-411).

O que Zukin chama de burocracia e tecnocracia, nós chamamos de burocracia estatal e burocracia empresarial, cujo componente técnico expande-se e penetra a própria burocracia estatal. Nesta, o caráter político de compromisso com o socialismo (ao menos discursivo) é preservado sobretudo no mais alto escalão – o da vanguarda política, que deve

logicamente responder de alguma maneira às demandas populares. Como já vimos na análise de Lebowitz, a relação entre a burocracia estatal (na verdade, seu alto escalão, a vanguarda revolucionária, incluindo as autoridades econômicas centrais, os planejadores) e a burocracia empresarial (os gerentes de empresa e o corpo técnico) é contraditória. O autor mostra que, para além da acomodação, há uma tensão constante que revela duas orientações contraditórias, regidas por "lógicas" distintas em concorrência pela hegemonia. Então, sob certas condições, os gerentes ("tecnocratas", no vocabulário de Zukin) podem encontrar espaço político para a restauração capitalista, na medida em que é a "lógica do capital" que lhes atrai.

Da nossa parte, precisamos destacar que no caso iugoslavo a acomodação dos gerentes burocráticos às orientações políticas dos dirigentes burocráticos é bem menos acentuada que no caso soviético, já que a autonomia administrativa adquirida no sistema de autogestão lhes confere maior independência e poder, sobretudo nos setores e regiões mais desenvolvidas economicamente.

Segundo Zukin, uma interessante diferença entre a Iugoslávia e a União Soviética pode ser observada nos processos de profissionalização do corpo executivo. Enquanto na Iugoslávia os administradores econômicos profissionalizados tendem a desenvolver carreiras dentro de uma determinada hierarquia (ou governo, ou Partido, ou empresa), na União Soviética os administradores econômicos movem-se entre os diversos conjuntos hierárquicos, o que inibiria o desenvolvimento de competição ou interesses especiais entre tecnocratas pertencentes ao Partido, ao governo e às empresas (ZUKIN, 1978, p. 410).

Zukin relaciona as contradições de classe à combinação de três fatores estruturais: a mobilização do trabalho, os mecanismos de troca e o papel do Estado. Sobre as dificuldades enfrentadas pelas sociedades socialistas em mobilizar as pessoas a trabalhar, a autora menciona os problemas de acumulação de capital sob um sistema econômico internacional onde a riqueza e o poderio dependem do poder industrial, enquanto internamente a força de trabalho é orientada, especialmente no predominante setor rural, para a produção individualista de pequena escala. A mobilização do trabalho orientada para o crescimento econômico necessita de controle constante e em larga escala, o que exacerba a luta de classes (ZUKIN, 1978, p. 411 e 414).

Embora exista algum grau de controle operário sobre o processo de trabalho ou sobre a gestão da empresa (como na Iugoslávia) e também a manutenção de um padrão de vida relativamente satisfatório, a ausência de proteção sindical da força de trabalho industrial constitui uma contradição com a necessidade de tal tipo de proteção especial para aqueles

cujo trabalho está sendo mobilizado, em contraste com a proteção que alguns grupos da força de trabalho recebem (por exemplo, em termos de segurança de trabalho, mobilidade geográfica e de carreira). A negação ideológica e política deste tipo de privilégio constituiria evidência de luta de classes sob o socialismo (ZUKIN, 1978, p. 412-413).

O mecanismo de mercado no socialismo cumpre a função de controlar, em larga escala, as trocas entre indivíduos e entre empresas coletivas. Zukin afirma que, embora os mecanismos de mercado, num contexto socialista, gerem necessariamente disparidade, insegurança e cálculos que, quando compartilhados, frequentemente engendram colisão, eles não criam relações de classe onde elas não existiam previamente. O mercado aparece então mais como um justificador das relações de classe existentes ou em estado nascente: no caso iugoslavo, mantendo as clivagens tradicionais entre áreas urbanas e rurais, entre repúblicas economicamente desenvolvidas e subdesenvolvidas. Fortalece também as contradições existentes entre classes sociais, ao afetar os benefícios disponíveis aos grupos mais pobres com a ampliação da despesa das empresas com bens e serviços não sociais (por exemplo, publicidade, regalias e subornos). Por outro lado, os mecanismos de mercado informais e frequentemente ilegais servem para aliviar as desigualdades (ZUKIN, 1978, p. 414-416).

Finalmente, o papel do Estado é considerado o terceiro fator estrutural de contradição nas relações sociais. Na percepção de Zukin, contudo, a burocracia do Estado-Partido está numa posição ambígua, não constituindo tanto uma classe separada, mas sim um grupo de status, que não traduz o seu controle sobre o capital em consumo próprio, exceto na medida em que reforça a sua indispensabilidade funcional, afinal, a burocracia não está autorizada legalmente a se apropriar da riqueza socialmente produzida para si mesma. Ela também não é ideologicamente dominante, embora controle a formulação e a manipulação da ideologia dominante, que é, em seu conteúdo, referenciada no "proletariado" (isto é, os trabalhadores altamente qualificados). "Politicamente, é às vezes uma força dominante, às vezes uma força mediadora. Economicamente, coopera e também compete com a tecnocracia, enquanto dirige, mobiliza e inspira o trabalho de toda a população" (ZUKIN, 1978, p. 416-417).

Conforme nossa discussão sobre a burocracia e sobre a lógica da vanguarda em Lebowitz, a ideologia do socialismo vanguardista é própria do alto escalão da burocracia estatal. Então, os dirigentes burocráticos são sim ideologicamente dominantes, ainda que sua ideologia esteja referenciada em alguns elementos do socialismo, como o igualitarismo e o bem-estar material da classe trabalhadora. O seu caráter de classe aparece na medida em que

se estabilizam como uma forma hierárquica de poder que retira, inibe e opõem-se ao controle dos próprios trabalhadores sobre o processo produtivo global.

Para encerrarmos esse tópico sobre a natureza do "socialismo real", façamos uma última observação teórica. O poder da classe dominante, ainda que implique em diversos constrangimentos sobre as classes dominadas no contexto de um modo de produção que favorece aos primeiros e desfavorece os segundos, não deve nos levar a simplificações estrutural-funcionalistas.

Vale a pena nos precavermos dos perigos de pretender a tudo explicar aprioristicamente por meio de uma abordagem funcional. Como alerta Lebowitz, ao tratar do que chama de marxismo unilateral, não se pode presumir que tudo o que ocorre no capitalismo acontece porque corresponde às necessidades do capital[367]. As necessidades dos trabalhadores, como agentes históricos fundamentais e concretamente existentes, também fazem a história e por isso mesmo devem ser levadas em conta em toda tentativa de explicação de processos históricos que envolvam classes sociais. O mesmo alerta é válido para o entendimento de qualquer outro modo de produção e formação social específica, inclusive o caso iugoslavo que estamos apreciando. Assim, ainda que seja útil combinar a abordagem funcional à análise das intenções dos agentes históricos, é preciso estar atentos para o caráter dinâmico do processo histórico-social no qual interagem os grupos, classes e frações de classe, com seus interesses, motivações, desejos e valores distintos mas também mutantes. Isso implica, por exemplo, em procurar entender a autogestão iugoslava como um resultado contraditório dessas múltiplas interações, e não simplesmente como um *mecanismo* de conformação da classe trabalhadora, de dominação, visando uma rápida industrialização.

[367] Como consequência dessa presunção, "para o marxismo unilateral, se a jornada de trabalho é reduzida, é porque o capital necessita que os trabalhadores descansem. Se o salário real sobe, é porque o capital necessita resolver o problema da realização. Se se impõe um sistema público de saúde, é porque o capital necessita de trabalhadores sãos e reduzir seus próprios custos; se é um sistema de escola pública, o capital exige trabalhadores melhor educados. Se são nacionalizados certos setores de uma economia, é porque o capital necessita que os setores débeis sejam operados pelo Estado. Tais argumentos são incuravelmente unilaterais. Se excluímos desde o começo as necessidades dos trabalhadores e somente se reconhecem as do capital, não é estranho que um marxismo com estes traços encontre nos resultados de cada uma das lutas reais dos trabalhadores uma correspondência com as necessidades do capital" (LEBOWITZ, 2005, p. 187). No original (edição traduzida para o espanhol): "En consecuencia, para el marxismo unilateral, si la jornada laboral se acorta, es porque el capital necesita que los trabajadores descansen. Si el salario real sube, es porque el capital necesita resolver el problema de la realización. Si se impone un sistema público de salud, es porque el capital necesita trabajadores sanos y reducir sus propios costos; si es un sistema de escuela pública, el capital exige trabajadores mejor educados. Si son nacionalizados ciertos sectores de una economía, es porque el capital necesita que los sectores débiles sean operados por el Estado. Tales argumentos son insanablemente unilaterales. Si excluimos des el comienzo las necesidades de los trabajadores y sólo se reconocen las del capital, no es extraño que un marxismo con estos rasgos halle en los resultados de cada una de las luchas reales de los trabajadores una correspondencia con las necesidades del capital" (LEBOWITZ, 2005, p. 187).

É, portanto, o exame da estrutura e dinâmica de classes na sociedade iugoslava que pode nos ajudar a compreender os sentidos da autogestão tal como ela se apresentou historicamente.

Estrutura e dinâmica de classes na formação social iugoslava

Iniciarmos esse exame tratando primeiramente de definir rapidamente a experiência iugoslava do ponto de vista do desenvolvimento histórico da transição das sociedades capitalistas para um novo tipo de sociedade, pretensamente socialista.

Observamos inicialmente que a expressão sociedade de transição é bastante ambígua. Pois ao não especificar o rumo para onde se transita tal sociedade, evoca por um lado um processo em aberto (cujas possibilidades poderiam ser socialismo ou comunismo, restauração capitalista ou ainda outro modo de produção), e por outro conota movimento, o que pode obscurecer a percepção da consolidação de relações de exploração e dominação. No pior dos casos, pode indicar um "voto de confiança" num regime que se apresenta com as boas intenções revolucionárias embora já não labore de modo algum para o avanço da revolução.

É claro que num sentido muito genérico, toda sociedade é uma sociedade em transição, se considerarmos a realidade social como dinâmica, aberta a múltiplas possibilidades. Mas o sentido da expressão sociedade de transição aplicada a sociedades pós-capitalistas indica antes um projeto, uma intenção transformadora, que pretende mover a sociedade de um modo de produção para outro, do capitalismo para o socialismo, num processo mais ou menos contínuo rumo ao seu estágio superior, o comunismo.

Na perspectiva de Mészáros, a sociedade de transição, tendo passado por uma revolução política, é pós-capitalista mas mantem-se nos marcos do sistema sociometabólico do capital, mantendo a divisão hierárquica do trabalho, enquanto não realiza a revolução social, esta sim capaz de levar ao socialismo (quando não mais haveria a vigência do sistema sociometabólico do capital) (MÉSZÁROS, 2002, p. 1012-1031).

Já na perspectiva de Bettelheim, a problemática em questão é a transição socialista. Neste caso, entende-se por socialismo não um modo de produção, mas a própria transição para o comunismo pensada como um processo instável de luta de classes entre a classe operária e a burocracia após a tomada do poder pelo partido revolucionário, no qual *o proletariado é dominante* por meio do exercício da sua ditadura nos planos econômico, político e ideológico (SWEEZY; BETTELHEIM, 1978, p. 27). Na medida em que o proletariado deixa de ser dominante e uma nova burguesia emerge e consolida o seu poder a partir do domínio burocrático, encerra-se a transição socialista que dá lugar a restauração

capitalista. Bettelheim, que passou por distintas posições com relação à avaliação da URSS, ao final não via mais a Revolução de Outubro como uma revolução proletária, mas sim capitalista (desde o início mostrando características de um capitalismo de Estado), embora até 1929 houvesse um processo em aberto.

A questão relevante é então a identificação dos sinais que podem confirmar ou não a direção do movimento nas formações sociais cujas lideranças políticas reivindicam o estatuto de sociedades socialistas, em transição para o comunismo. Na medida em que os sinais indicam um bloqueio do movimento socialista, ou ainda o seu retrocesso ou desvio, é preciso avaliar em cada contexto histórico tanto as possibilidades abertas quanto os seus constrangimentos, procurando apreender a tendência predominante no movimento histórico. Do contrário, veríamos apenas ou fluidez e indefinição ou a estática de um sistema fechado e determinista, o que implica em perda de capacidade analítica no que se refere à apreensão de processos abertos, naquilo que aparece como possível numa dada conjuntura para os agentes históricos que a vivem.

Por isso, parece-nos que o mais adequado, do ponto de vista de uma análise histórica, é recusar a etiqueta de sociedade de transição (para o socialismo ou comunismo, a depender da interpretação histórica, tradição teórica e definições conceituais) aplicada a *todo* o período pós-capitalista até a restauração capitalista no âmbito das experiências conhecidas ao longo do século XX[368]. É preferível procurarmos distinguir fases desse período pós-capitalista, indicando o sentido de cada movimento e quando houve rupturas de maior ou menor grau que justifiquem falar em processos de transição específicos. Assim, tratando do caso iugoslavo, podemos apontar para uma sequência de fases históricas.

A primeira é a fase de *transição pró-socialista*, onde a diferenciação social era baixa e portanto o núcleo de classe potencial da Liga dos Comunistas (a sua vanguarda revolucionária, com suas diversas frações) ainda não havia se desenvolvido a ponto de entravar o avanço das aspirações dos trabalhadores. A tendência predominante apontava para a constituição embrionária de relações sociais pró-socialistas. Esta fase corresponde ao período de planificação fortemente centralizada e reconstrução material do país após a guerra de libertação (1945-1951) e ao período de planificação centralizada indicativa dos objetivos prioritários via fundos centrais de investimentos, com uma regulação mercantil se aplicando

[368] A questão aparece diferentemente se se coloca a necessidade de se pensar teórica e normativamente as características, estratégias e táticas de uma transição do capitalismo contemporâneo para o socialismo. Nesse caso, a etiqueta de sociedade de transição pode ser pensada genericamente, pois o objetivo é unívoco: trata-se da intenção (e não mais da análise histórica, retrospectiva) de transitar efetivamente para o socialismo, ainda que se considere evidentemente um processo aberto, cheio de riscos e possibilidades.

às escolhas autogestionárias contidas no seio das empresas (1952-1964). O fato de que os trabalhadores obtêm efetivos avanços com a instituição da autogestão (ainda que muito parcial) é um índice importante da tendência progressista dessa fase, favorável a uma evolução para o socialismo (quando os trabalhadores assumiriam de fato o protagonismo político). Por outro lado, os limites da autogestão instituída e o fortalecimento dos gerentes de empresa darão origem à próxima fase.

A fase seguinte se caracteriza, do ponto de vista da posição política das camadas dirigentes, por um *bloqueio* da transição pró-socialista marcado, por um lado, pelo desenvolvimento de uma camada gerencial em cujo seio uma parcela gradativamente constitui-se como classe social, tendente à restauração capitalista, e por outro, pelo surgimento de movimentos de tendência nacional/nacionalista, impulsionados por oligarquias locais formadas sobretudo por membros de baixo e médio escalão da Liga dos Comunistas, mas crescentemente penetrantes entre o altos dirigentes no nível das repúblicas. Ao mesmo tempo, esta fase pode ser caracterizada pela *reação política* de setores pró-socialismo, como parte do movimento estudantil e da *intelligentsia* (o grupo Praxis), bem como parte dos trabalhadores que se manifestam autonomamente por meio de greves e setores da base sindical que se exprimem por exemplo no 2º Congresso da Autogestão em 1971. Tal fase corresponde parcialmente ao período da supressão dos fundos de investimento e descentralização mercantil da autogestão, coordenada por um sistema bancário autonomizado (1965-1971).

A terceira fase é a do *acirramento da contradição* entre as tendências pró-socialismo e as tendências pró-desintegração (via mercado e nacionalismos), resultando numa situação de retorno a medidas pró-socialistas (emendas constitucionais nº 21 e 23 em 1971, o sistema de OBTAs e as Comunidades de Interesse Autogestionário previstas na Constituição de 1974 e a Lei sobre o Trabalho Associado de 1976), tomadas pelos dirigentes da Liga dos Comunistas (especialmente Tito e Kardelj), num contexto de fortalecimento de forças anti-socialistas, em especial o avanço dos nacionalismos e de uma cultura de classe média gerencial, tecnocrática e consumista avessa ao projeto do socialismo autogestionário. Por outro lado, paradoxalmente, o retorno à censura e à repressão contra as dissidências políticas é dirigido também ao grupo mais à esquerda no meio intelectual: o grupo Praxis e os líderes estudantis. Os defensores mais radicais da autogestão generalizada foram reprimidos até a sua desarticulação pela vanguarda política da Liga dos Comunistas (Tito sobretudo), de modo que o próprio regime perderá a força mais progressista que poderia contrabalançar todas as tendências pró-desintegração (da Iugoslávia mas também do projeto socialista). Do ponto de

vista das políticas econômicas, esta fase corresponde em parte à tentativa de retomada de mecanismos de planificação, mas sem encontrar uma coerência produtiva e política com os mecanismos de estimulação mercantil num contexto de crise do capitalismo global (1971-1980).

A quarta e última fase é a da desintegração política e *restauração capitalista*, com a morte das principais lideranças da vanguarda política da Liga dos Comunistas, o fracionamento da *intelligentsia* socialista, o aumento das tensões étnicas, a hegemonia das ideologias nacionalistas entre algumas frações da classe trabalhadora (em especial entre os desempregados) e as medidas de austeridade do receituário neoliberal. Trata-se assim do período final da existência da República Socialista Federativa da Iugoslávia, marcado por uma forte crise social, política e econômica, com uma hiperinflação e um endividamento elevados face ao FMI, caracterizando um processo de tentativa e erro que levou a graves conflitos e a uma desregulamentação mercantil (1980-1991).

Em cada uma dessas fases a luta de classes possui características distintas. Na primeira fase, da transição socialista, o ímpeto revolucionário e a baixa diferenciação social das camadas dirigentes com relação às massas implicam numa forma ainda potencial de luta de classes. Isto quer dizer que a vanguarda política era uma classe apenas em estado embrionário: classe, porque se baseava num projeto político centrado no que Lebowitz chama de marxismo de vanguarda, o que implica em exploração e deformação da classe trabalhadora quando os portadores dessa ideologia conquistam o poder político e implementam o seu projeto; em estado embrionário, porque o ímpeto revolucionário e a baixa diferenciação social tornam a camada dirigente particularmente permeável a mudanças de acordo com as pressões sociais e as contradições dos primeiros anos da revolução, o que abre uma "janela histórica" para a possibilidade do abandono ou enfrentamento da lógica vanguardista.

Na fase seguinte (falando sempre do caso iugoslavo), de bloqueio da transição pró-socialista, a luta de classes desenvolve-se para uma forma aberta e ainda rica em potencialidades transformadoras. Na medida em que se consolidam como classe dominante a vanguarda política – ou dirigentes burocráticos - e o alto escalão dos novos quadros profissionalizados (dois setores que tendem cada vez mais a se confundir), constituindo ambos a burocracia estatal, e é fortalecido o poder dos gerentes de empresa (que chamamos de gerentes burocráticos), emergentes como outra fração da classe dominante no quadro da liberalização mercantil, produzem-se reações de descontentamento pró-socialista: as manifestações estudantis de 1968, a crítica do grupo Praxis, as greves operárias e os conflitos na base sindical. Vale destacar aqui que ao menos uma parcela da vanguarda política tende a

manter uma identidade distinta dos novos quadros profissionalizados, estes normalmente identificados (na verdade, por vezes tratam-se das mesmas pessoas circulando por funções diferentes) com os gerentes de empresa.

Na Liga dos Comunistas uma "velha guarda" progressista, apesar de favorável ao desenvolvimento da autogestão (cuja figura mais importante é Kardelj), sustenta uma posição contrária à democratização da própria Liga e à verticalização da autogestão *até o nível da Federação*. Ao insistir nessa recusa à democratização, tal setor da Liga dos Comunistas consolida-se como classe dominante, identificada como o topo da burocracia estatal. Por outro lado, uma parcela crescente da burocracia técnico-administrativa assume funções importantes na própria Liga dos Comunistas bem como no aparelho estatal. Esta burocracia, inicialmente dominante nos baixo e médio escalão da Liga, tende a desenvolver interesses localistas e nacional/nacionalistas. Esses interesses podem assumir a defesa da liberalização mercantil quando percebem aí a possibilidade de ganho de poder: é o caso geralmente tanto dos gerentes de empresa quanto da burocracia estatal nas repúblicas mais ricas (Croácia e Eslovênia). Por outro lado, a resistência à liberalização mercantil manifesta-se também de acordo com a conveniência dos interesses localistas e nacional/nacionalistas nas repúblicas menos desenvolvidas (sendo a Sérvia dividida em áreas mais e menos desenvolvidas, mas cuja tendência é para a defesa de centralização política e de medidas desenvolvimentistas, à exceção da cúpula da Liga dos Comunistas da Sérvia no período do "socialismo de mercado", entre 1965 e 1971).

Assim, os gerentes de empresa dividem-se geralmente entre aqueles mais favoráveis ao liberalismo econômico e aqueles que preferem os controles redistributivos e ajudas financeiras do Estado, de acordo com a posição de mercado mais ou menos favorável da empresa na qual atuam, o que inclui variações por ramo e região. Ao mesmo tempo, os gerentes estão unidos na defesa do seu domínio técnico e ideológico sobre os trabalhadores. Num sentido ainda mais amplo, o domínio burocrático coloca o topo da burocracia empresarial, que estamos chamando de gerentes burocráticos, em aliança com os dirigentes burocráticos (por sua vez, divididos em dois setores, a vanguarda política e os novos quadros profissionalizados). Todavia, ainda que possamos considerar os *dirigentes burocráticos* e os *gerentes burocráticos* como frações em aliança/conflito de uma mesma classe dominante, é preciso compreender que houve um setor importante da fração dos gerentes que se mostrou cada vez mais favorável à liberalização econômica, tendendo para a lógica do capital, e como tal, passou cada vez mais a representar a possibilidade da restauração capitalista, onde poderia

assumir a posição de uma nova classe dominante (uma nova burguesia), autônoma com relação aos dirigentes políticos.

Já na fase de acirramento da contradição de classes, travam-se batalhas de alta intensidade entre dois setores de cada uma das duas frações da classe dominante: a vanguarda política dentre os dirigentes burocráticos de um lado, e os gerentes de empresa que mais se beneficiam da liberalização mercantil de outro. Estas batalhas compreendem também a disputa ideológica pelo apoio da classe trabalhadora, já atravessada por divisões nacional/nacionalistas (que por sua vez rearticulam os interesses de todas as classes, frações de classe e seus setores) impulsionadas pelas oligarquias locais, que atravessam e constituem-se tanto na burocracia partidária/estatal quanto na burocracia empresarial. A ala mais progressista da vanguarda política implementa uma nova forma institucional da autogestão, com um amplo potencial formal para o desenvolvimento pró-socialista, todavia desviada pelo contexto de crise econômica e política e por isso incapacitada de unificar o interesse de classe dos trabalhadores. Com isso, pouco a pouco setores da classe trabalhadora (desempregados em especial) tornam-se permeáveis à ideologia nacional/nacionalista que já vinha se desenvolvendo sobretudo a partir do destacamento de uma classe média cada vez mais apartada de princípios socialistas e de onde emerge uma fração de intelectuais que tentam canalizar as insatisfações generalizadas para um programa nacionalista.

Assim, na fase final, da desintegração política e restauração capitalista, a luta de classes é marcada de um lado pelo avanço e vitória de uma fração de classe gerencial pró-capitalista (especialmente na Eslovênia e Croácia), que consegue aprovar emendas constitucionais em 1988 reabilitando a propriedade privada e dando início ao desmantelamento da propriedade social, e de outro pela vitória da ideologia nacionalista no seio das burocracias estatal e empresarial, bem como entre uma parte da classe trabalhadora e da classe média, sobretudo na Croácia e na Sérvia, no final da década de 1980.

Terminada essa explanação geral sobre a sequência de fases históricas da Iugoslávia e suas respectivas características em termos de luta de classes, procederemos agora a um exame mais pormenorizado da estrutura e dinâmica da formação social iugoslava.

Resumidamente, então, podemos identificar na formação social iugoslava de um lado uma camada social dominante ou privilegiada gradativamente constituída numa classe composta de duas frações, os dirigentes burocráticos e os gerentes burocráticos, e de outro lado uma classe trabalhadora, composta por três frações, os camponeses, os artesãos e os operários. Entre os dominantes e os dominados, numa posição contraditória de classe (no sentido de Wright), se coloca uma classe intermediária (classe média) composta de

profissionais de baixa e média qualificação que ocupam funções tanto na burocracia empresarial quanto na burocracia estatal, além daqueles que trabalham em serviços como a educação e a saúde.

Dentro da fração dos dirigentes burocráticos, destaca-se o seu núcleo duro, o seu setor mais estável política e ideologicamente: a vanguarda política, composta por militantes que construíram a Liga dos Comunistas, tinham geralmente origem popular e um vínculo direto com a luta revolucionária durante a segunda guerra mundial. Já os gerentes burocráticos são os diretores de empresa que aparecem no topo de uma hierarquia burocrática empresarial constituída cada vez mais de profissionais altamente escolarizados, como administradores profissionais, contadores, técnicos, engenheiros e economistas. Esse crescente grupo de profissionais qualificados vai ocupando funções importantes também no aparelho estatal e na Liga dos Comunistas, constituindo o que estamos chamando de burocracia técnico-administrativa.

Inicialmente, o domínio político era claramente da vanguarda militante, constituída em topo da burocracia estatal e partidária e controlando a economia por meio da planificação administrativa (depois indicativa) e da sua ampla rede de quadros ocupando as funções-chave dos órgãos de animação social e da autogestão. No topo da hierarquia política, procuraram manter o caráter monolítico da Liga dos Comunistas.

Embora minoritários, gradativamente os quadros mais jovens, bem treinados e escolarizados vão crescendo dentro da Liga. Comprometida com a modernização e a racionalização econômica, essa camada social sente-se frustrada "pelos obstáculos políticos e administrativos", invejando o "poder ainda possuído pelos antigos partisans, menos qualificados, entrincheirados em cargos políticos" (COMISSO, 1979, p. 54). Pouco a pouco, vão se constituindo num grupo com um projeto de poder próprio: os gerentes, atuando como o topo de uma hierarquia tendencialmente burocrática no ambiente organizacional híbrido da empresa, aonde a autogestão formal transfigurava-se numa coparticipação subordinada dos trabalhadores.

Aliados concorrentes, a vanguarda política e os gerentes acusam-se reciprocamente de burocratas[369]. De fato, pelo exercício do poder pelo saber ambos procuraram articular nos seus respectivos espaços de competência a organização burocrática,

[369] Já notamos que o termo burocracia é bastante polissêmico, prestando-se a usos diversos, por vezes contraditórios. Possui pelo menos três acepções gerais: disfuncionalidade organizativa, antidemocraticidade dos aparelhos dos partidos e dos Estados e técnica da administração pública. Estas acepções podem se conjugar de modos distintos de acordo com as orientações teóricas e políticas de diversas correntes das ciências sociais (GIRGLIOLI, 2007, p. 124). Na Iugoslávia, podemos perceber a predominância do sentido negativo de antidemocraticidade (caro à tradição marxista) e também de disfuncionalidade organizativa..

a salvo das interferências "disfuncionais" da autogestão. Precisavam, contudo, de legitimação junto aos trabalhadores utilizando-se da retórica autogestionária. A vanguarda política criticava a burocracia gerencial, na acepção de entrave antidemocrático contra o poder autogestionário dos trabalhadores. Os gerentes, por sua vez, atacavam a disfuncionalidade organizativa do aparelho administrativo estatal e da burocracia partidária. Condenavam, sobretudo, a arbitrária "interferência política" na economia. E o fizeram no âmbito da terminologia da autonomia e da competência produtiva, como podemos perceber na descrição de Ellen Comisso:

> Baseados nas empresas ou em associações próximas a eles, esses quadros técnicos e gerenciais podiam alegar estar mais próximos dos "produtores diretos" e da "vida econômica real" do país que os burocratas do governo. Em última análise, eles estavam se apropriando da ideologia do anti-burocratismo e do trabalho produtivo nas reformas de 1965, destinados a reduzir o Estado permanentemente a um papel econômico altamente periférico tanto no nível micro quando no nível macroeconômico[370]. (COMISSO, 1979, p. 54)

São relativamente bem definidas as origens distintas desses dois grupos sociais, que podem ser entendidos como frações distintas de uma classe dominante em concorrência/aliança. De um lado, havia os quadros formados pelos anos de guerra e de revolução, de formação sobretudo política. De outro, os quadros formados pela dinâmica de industrialização desencadeada pelo próprio regime titoísta, de formação sobretudo tecnocrática (MEISTER, 1970, p. 202-204). O corte é, portanto, também geracional. Como precisa Meister, os jovens quadros superiores passam a entrar na Liga dos Comunistas ao sair da Universidade, no momento em que postulam um emprego. Sob o imperativo do desenvolvimento, progressivamente a ascensão profissional se separa do militantismo (MEISTER, 1970, p. 218). É assim que, após dez anos de adoção da autogestão, muitos ex-partisans já haviam sido "desviados de suas posições executivas e substituídos por diretores com algum treino administrativo ou econômico" (ZUKIN, 1975, p. 21). Observando o que se passava no final da década de 1960, o sociólogo suíço pondera que essa tendência se dá nos níveis inferiores, na vida das empresas e onde as decisões técnicas primam sobre as escolhas políticas. Já os níveis mais altos da hierarquia política continuavam sendo controlados pela elite militante (MEISTER, 1970, p. 219).

[370] No original: "Furthermore, based in the enterprises or in associations close to them, such technical and managerial cadres could indeed claim to be closer to the "direct producer" and the "real economic life" of the country tan were government bureaucrats. Ultimately, they were to take the ideology of anti-bureaucratism and productive labor at its word in the 1965 reforms, designed to reduce the state permanently to a highly peripheral economic role at both the microeconomic and macroeconomic level" (COMISSO, 1979, p. 54).

A dinâmica social que sustentou o avanço da elite dos gerentes contou com o papel recrutador do sistema educacional, estratificando a nova sociedade iugoslava. Enquanto em 1957-1958 44,4% dos estudantes eram filhos de operários, de camponeses e de artesãos, em 1968 apenas 15% dos estudantes provinham de famílias operárias. Proporcionalmente, as bolsas de estudos diminuíram no mesmo período: em 1960, 55,8% dos estudantes eram bolsistas ou se beneficiavam de alocações familiares, já em 1968 eram apenas 16%. Embora possamos atribuir essa mudança à elevação geral do nível de vida na Iugoslávia, é evidente que as camadas mais pobres da população viam reduzidas as suas chances de ascensão social. Essas se dirigiam normalmente às escolas profissionais, qualificando-se para atividades mais ligadas ao trabalho manual. Em geral, ao longo do sistema escolar verificava-se que as melhores notas eram daqueles pertencentes às camadas sociais mais elevadas, o que contribuía para dificultar a mobilidade social, que se dava em etapas, sem saltos, cada geração podendo avançar apenas uma etapa (MEISTER, 1970, 220-224).

Ana Dević destaca o fechamento do topo da pirâmide social:

> O topo da pirâmide consistia dos membros dos fóruns de elite da Liga dos Comunistas (Goati 1987: 265-84). Mladen Lazić, um sociólogo com sede em Zagreb, distingue entre os dois sub-estratos da classe dominante: políticos e altos gerentes (diretores). Como regra geral, o sub-estrato dos altos gerentes serviu como uma base de recrutamento para os políticos, enquanto poucos políticos eventualmente retornariam ao seu sub-estrato inicial. Estes dois sub-estratos praticaram o fechamento de status e foram capazes de manter suas posições dentro do estrato permanentemente (com a possibilidade de movimentos entre os dois sub-estratos). Com base nos resultados de uma pesquisa longitudinal na Croácia, observou-se que, em contraste com 1966, quando entre 30% e 40% dos dirigentes políticos e altos gerentes vieram de fora do estrato dominante, em 1976 apenas 15 a 20% vieram de outros estratos; em meados da década de 1980, o número de diretores e funcionários "externos" caiu para o escasso nível de 5 a 8% (Lazić 1987: 136-42)[371]. (DEVIĆ, 2016, p. 26)

A classe média iugoslava[372], da qual proveio inicialmente a elite dos gerentes (antes do fechamento da pirâmide social), era composta por profissionais da indústria,

[371] No original: “The top of the pyramid consisted of the members of the elite fora of the League of Communists (Goati 1987 : 265-84). Mladen Lazić, a sociologist based in Zagreb, distinguished between the two sub-strata of the ruling class: politicians and top managers (directors). As a rule, the sub-stratum of top managers served as a recruitment base for politicians, while few politicians would eventually return to their starting sub-stratum. These two sub-strata practiced status closure and were able to hold onto their positions within the stratum permanently (with the possibility of movements between the two sub-strata). Based on the findings of a longitudinal survey in Croatia, it was observed that, in contrast to 1966, when between 30 and 40 per cent of the leading political and managerial personnel came from outside of the ruling stratum, in 1976 only 15 to 20 per cent came from other strata; in the mid-1980s the number of ‘external’ directors and functionaries fell to the meagre level of 5 to 8 per cent (Lazic 1987: 136-42)” (DEVIĆ, 2016, p. 26).

[372] Sinteticamente, podemos definir a classe média como trabalhadores assalariados não-manuais que possuem ideologia meritocrática. A classe média, definida por Décio Saes pela sua ideologia meritocrática, encontra afinidades eletivas com os interesses do polo da organização da classe dominante, isto é, os interesses dos

técnicos, quadros, funcionários e profissionais liberais, compreendendo 1/6 da população total. Essa classe média ganhou contornos mais precisos devido à dinâmica social desencadeada por uma industrialização hiper-acelerada que exigia do sistema educacional e produtivo o reforço da clivagem entre intelectuais e trabalhadores manuais. Assim, no final dos anos 1960 a situação já era bastante diferente daquela dos anos 1950, na qual ainda havia uma fraca diferenciação de camadas sociais (MEISTER, 1970, p. 221-222). Eis uma das importantes contradições da teoria com a prática da autogestão iugoslava.

As duas frações da camada/classe social dominante partilhavam da lógica do poder pelo saber, pois eram dirigentes pela competência socialmente atribuída: competência política no caso da vanguarda revolucionária, competência técnica no caso dos gerentes. Juntos, lideravam as burocracias estatal e empresarial. O privilégio do qual dispunham os colocava em aliança. Porém, enquanto a vanguarda dependia da realização do projeto socialista para legitimar a sua posição de poder dirigente, os gerentes gradativamente perceberam que podiam não só conservar seu privilégio como também ampliá-lo, aderindo ao projeto de racionalização da organização social baseada somente na eficiência produtiva do mercado. Em última instância, era a lógica do capital que os atraía. Nesse processo de adesão à lógica do capital os gerentes vão se constituindo numa classe distinta da vanguarda política, trazendo em si os germes para a restauração capitalista.

Primeiramente, há que se considerar o fator ideológico para entendermos a relação de comando entre essas duas frações da camada/classe dominante. Enquanto a vanguarda revolucionária tinha a atribuição de realizar o projeto socialista, os gerentes lhe eram em princípio subordinados, como executores do plano estabelecido pelo topo da hierarquia (burocrática) do partido. Como já notamos, cedo na Iugoslávia o planejamento administrativo foi abandonado em favor de um planejamento indicativo, o que aumentou grandemente a autonomia dos gerentes de empresa. Todavia, a orientação político-econômica geral é estabelecida pela vanguarda e em caso de insucesso ou inadequação dos resultados obtidos, operavam-se significativas mudanças jurídico-institucionais, na tentativa de corrigir os rumos. Essa prerrogativa da vanguarda evidentemente estava condicionada pelo contrato social com a classe trabalhadora. Notemos que para definir essa relação pouco importa se o comprometimento com o socialismo dos membros individuais da vanguarda política é efetivo

---

gerentes e dos altos executivos. É por meio do princípio da competência que a classe média tende a identificar-se com a classe dominante. Contudo, como aponta Armando Boito, existe um gradiente de diversas frações no interior da classe média.

ou tem caráter apenas retórico. O que interessa é a autoridade (política, simbólica e social) (auto) atribuída diante do conjunto da classe trabalhadora.

Com isso, cabia à vanguarda política zelar pela consecução da planificação socialista, procurando ao máximo controlar a cadeia de operações hierárquica no interior da organização burocrática estatal, mas também empresarial, por meio de seus quadros presentes nos órgãos da autogestão. Ocorre que os gerentes estão numa posição de trabalho especialmente importante (tanto em regime capitalista quanto em regime "coletivista burocrático"[373]). Isto porque as tarefas que realizam têm a propriedade de poder afetar a totalidade da produtividade da organização, o modo como as executam é altamente sensível a diferenças na consciência ideológica dos agentes e, ao mesmo tempo, são de difícil monitoramento. Assim, o controle por meio de sanções repressivas é uma estratégia pouco eficaz. A solução, portanto, é oferecer grandes recompensas para garantir a lealdade necessária à boa consecução da planificação (WRIGHT, 1985, p. 93-94).

Como vimos, contudo, Lebowitz mostra-nos que nessa relação o poder de barganha dos gerentes de empresa dentro do contexto das relações de produção de vanguarda lhes confere a capacidade de contestar o projeto desta vanguarda política. É na luta entre a lógica do capital, representada pelos gerentes, e a lógica da vanguarda, que se produzem as disfunções econômicas específicas do "socialismo real". No caso iugoslavo, essas disfunções são diferentes do padrão soviético. Os principais problemas são a inflação, o endividamento, o desemprego e as desigualdades, em parte produzidos pela forma atomizada e concorrencial da autogestão e em parte pela abertura econômica ao mercado capitalista internacional e a posição militar particularmente difícil entre os dois grandes blocos de poder na Guerra Fria.

Como juridicamente a propriedade era social, a disputa pelo controle dos meios de produção entre a vanguarda e os gerentes se dava por meio do fortalecimento das estruturas jurídico-político-econômicas mais adequadas aos instrumentos de poder indireto que cada grupo possuía sobre os meios de produção; essas estruturas podem ser designadas como o plano e o mercado. Assim, na medida do possível, os gerentes buscavam aproximar o modelo econômico iugoslavo do modelo capitalista, por meio da crescente autonomização das

[373] As aspas na expressão regime "coletivista burocrático" se devem a nossa hesitação no uso da expressão. O termo "coletivista" parece inadequado. Mas também recusamos as expressões "socialismo de Estado" ou "capitalismo de Estado". A nosso ver é preciso uma designação que indique o aspecto "social" (isto é, os elementos condicionantes do "projeto socialista") do regime, além do aspecto burocrático. Talvez uma expressão como "estatismo social-burocrático" sirva para o caso soviético. Já no caso iugoslavo o "estatismo" perde espaço para a delegação de poder para as empresas e para os elementos parciais de autogestão. Nesse caso, talvez a expressão "regime social-burocrático" fosse mais aproximativa da especificidade iugoslava.

empresas. Já a vanguarda política procurava manter um controle sobre a atividade produtiva por meio dos planos econômicos e da presença de seus quadros nos órgãos da autogestão.

Ambos os grupos tinham uma relação ambígua com a classe dos trabalhadores. Enquanto a vanguarda política dependia do suporte popular para manter-se no poder, não podendo abandonar completamente o ideário igualitário do socialismo, ao mesmo tempo procurava bloquear a democratização da Liga dos Comunistas e reprimir as contestações de esquerda que poderiam contribuir para ativar uma crítica popular às limitações da autogestão, como a rebelião estudantil de 1968 e o grupo Praxis. Os gerentes de empresa, por sua vez, utilizavam a proximidade funcional com os trabalhadores no interior das unidades produtivas para contar com o seu apoio na reivindicação por mais e mais autonomia das empresas contra a ineficácia da burocracia estatal, reivindicando a sua capacidade técnico-produtiva para bem geri-las e assim beneficiar economicamente todo o coletivo de trabalho. Por outro lado, os gerentes jamais poderiam "emancipar-se" politicamente da classe trabalhadora enquanto não possuíssem a propriedade jurídica dos meios de produção, assim procuravam aproveitar-se do seu poder pelo saber promovendo uma batalha ideológica contra o *uravnilovka* em favor do aumento das suas próprias rendas e "chantageando" a vanguarda política com a ameaça de abandonar as empresas, podendo no limite buscar emprego no exterior.

A posição dos trabalhadores era bastante difícil, pois a defesa dos seus interesses mais imediatos (de aumento da renda, de manutenção dos postos de trabalho e de um controle da desigualdade), implicava apoiarem-se ora nos gerentes (para obter autonomia e sucesso empresarial) visando aumento da renda, ora na vanguarda política para assegurar o direito ao trabalho, a defesa contra o arbítrio de gerentes particularmente autoritários e para controlar os mecanismos da desigualdade, por meio de instrumentos redistributivos estatais.

Michael Lebowitz apresenta a relação entre a classe trabalhadora e a vanguarda política no "socialismo real" como um contrato social tácito forçado, no qual os planejadores tinham de garantir os direitos do trabalho, a segurança contra o desemprego, o aumento da renda ao longo do tempo, necessidades subsidiadas e relativo igualitarismo. Em troca, os trabalhadores deveriam aceitar o poder do Estado e do partido e as restrições a qualquer poder de baixo (LEBOWTIZ, 2013, p. 64-75).

Evidentemente não podemos raciocinar de modo reducionista e formalista, postulando um contrato social no qual as pessoas estão simplesmente satisfeitas com o que obtêm num dado sistema social e por isso não o contestam. Raciocinar de tal maneira seria assumir que a lei expressa o consenso harmônico da sociedade. Todavia, embora rechacemos este tipo de perspectiva, é preciso lembrar que o consentimento é um dos elementos

importantes a serem analisados na estrutura e dinâmica de qualquer formação social. A repressão pura e simples dificilmente é capaz de explicar a manutenção de relações de exploração. É nesse sentido que nos parece válida a abordagem de Lebowitz sobre o contrato social.

No caso Iugoslavo, o que os trabalhadores obtiveram nesse contrato social tácito forçado foi um tanto diferente do caso soviético. Como nos demais países do "socialismo real", asseguravam-se uma significativa elevação do nível de vida (o que foi um fato até a grave crise dos anos 1980) e um relativo igualitarismo (cada vez mais reduzido no quadro da liberalização econômica). Porém, uma importante singularidade iugoslava foi a garantia dos *direitos nacionais*, um dos pilares da própria existência da Iugoslávia. Finalmente, à exceção dos eslovenos, os trabalhadores não obtiveram o virtual pleno emprego (como no caso da URSS), mas sim os *direitos de autogestão*[374]. Como vimos, tratou-se de uma autogestão atomizada e bastante limitada na prática, devido a múltiplos constrangimentos. Todavia, os trabalhadores encontraram nela um *lócus* importante de defesa de seus interesses mais imediatos (como o aumento de suas rendas em resposta à inflação e a resistência contra demissões). Além disso, a própria ideia de autogestão era a base para as críticas dirigidas contra a dominação gerencial e burocrática.

Por outro lado, paradoxalmente, essa autogestão, na sua singularidade histórica, deu azo a outro contrato social tácito, não entre vanguarda política e trabalhadores, mas entre

[374] O emprego, todavia, era fundamental, não apenas como fonte direta de renda mas pelo fato de que os direitos de autogestão estavam ligados à condição primeira de estar empregado como trabalhador. Nesse sentido, o crescente desemprego fez ruir um dos pilares mais importantes da sociedade iugoslava. Katja Kaković, uma aguerrida ex-partisan, bastante desiludida com o Partido Comunista Iugoslavo (do qual se desfiliou já em 1947), expressa a natureza desse contrato social nas seguintes palavras: "Poucas pessoas na Iugoslávia são comunistas, menos ainda são comunistas de convicção genuína. A maioria do nosso povo aceita o sistema estabelecido por Tito e seus camaradas porque eles foram ensinados a acreditar que ele é baseado num pacto social duradouro: nós aceitamos nossos líderes porque eles nos prometem segurança – baseada em empregos permanentes – desde o nosso nascimento até o dia da nossa morte. Eu temo pelo futuro deste pacto social. Nossa economia é deplorável, e nós devemos bilhões aos nossos credores internacionais". No original: "Few people in Yugoslavia are Communists, even fewer are Communists out of genuine conviction. Most of our people accept the system established by Tito and his comrades because they have been taught to believe that it is based on an enduring social compact: We accept our leaders because they promise us security – based on permanent jobs – from the time we are born to the day we die. I fear for the future of this social compact. Our economy is pitiful, and we owe billions to our international creditors" (MAGID, 1991, p. 145). Muitos dos entrevistados por Alvin Magid, de diversas idades e ocupações profissionais, referem-se em termos similares a um pacto social tácito. Kosta Stević, um jovem e bem-informado funcionário da administração local que acumula funções políticas e administrativas, afirma que os trabalhadores e cidadãos comuns deixam a responsabilidade pessoal e a iniciativa no processo decisório para os líderes (no partido, no governo, na economia) em troca de segurança nos empregos, na habitação, na educação etc. De acordo com Stević, a maioria dos iugoslavos temia que o desenvolvimento da autogestão (com efetivo avanço da democracia) iria contra seus próprios interesses: os trabalhadores temiam que o controle democrático nas suas próprias mãos enfraqueceria e possivelmente destruiria qualquer segurança que o atual sistema social havia conseguido lhes prover até então; já os líderes temiam que uma tal reforma fundamental (revitalizando a esvaziada autogestão) iria minar o princípio hierárquico que continuava a ter mais vitalidade que a democracia e lhes assegurava a manutenção do seu poder (MAGID, 1991, p. 539-540).

esses e os gerentes. Nesse caso, trata-se mais precisamente de múltiplos contratos de natureza claramente fragmentadora da classe trabalhadora: quer dizer, cada coletivo de trabalhadores numa dada empresa identificava seus interesses com o destino da *sua* empresa e, assim, o contrato se estabelecia entre o coletivo e a gerência. Nesses contratos parcelares os trabalhadores cediam no grau de participação nos órgãos de autogestão em troca de eficiência produtiva, isto é, em troca da condução da gerência da empresa a bons resultados no mercado, dos quais dependia imediatamente o nível de renda e consumo dos trabalhadores.

O contrato principal era o estabelecido pela vanguarda política na sua relação de legitimação com a classe trabalhadora, já que os contratos parcelares entre coletivos de trabalho e gerência no interior das empresas dependiam da própria existência constitucional da autogestão, por sua vez elemento central do contrato principal. A relação entre ambos os contratos era ambígua e potencialmente contraditória. Por um lado, o contrato principal e os contratos parcelares sustentavam-se mutuamente, pois se os contratos parcelares fossem rompidos (positivamente, em favor de um desbloqueio da autogestão, via autogestão do plano e procedimentos cooperativos, diminuindo a importância da gerência profissional, ou negativamente, com o fracasso econômico) o contrato principal também o seria (positivamente, com a desburocratização e democratização da Liga dos Comunistas e do sistema político em geral, ou negativamente, com o fracasso do "socialismo real" e a restauração capitalista). Mas por outro lado, o elemento do relativo igualitarismo dentro do contrato principal podia entrar em choque com o elemento do sucesso econômico individual dos contratos parcelares, num contexto político-econômico em que as relações concorrenciais produzem desigualdades consideradas intoleráveis por uma parcela da classe trabalhadora. Esse *potencial curto-circuito no arranjo político iugoslavo* gerou bastante tensão social e fracionamento político em diversos níveis. Finalmente, o processo de rompimento de ambos os contratos desencadeou a tessitura de novos contratos parcelares, mas dessa vez de natureza nacionalista.

No contrato social tácito principal, a Liga dos Comunistas tendia a reconhecer, legitimar e reforçar, embora com atritos e algumas contestações, a economia moral da classe trabalhadora, em parte herdeira de concepções igualitárias camponesas. A cessão de crescentes direitos de autogestão, e a incorporação de algumas reivindicações dos sindicalistas, dos estudantes e do grupo Praxis na Constituição de 1974 testemunham isso. Entretanto, como vimos até aqui, obviamente havia diferença entre o discurso e a prática da vanguarda, entre a promessa e a realização concreta do socialismo. Os trabalhadores não eram

alheios a isso. Como afirma Michael Burawoy, referindo-se a sua pesquisa etnográfica entre os operários húngaros:

> Obrigado a participar de rituais que proclamavam que o socialismo era justo, eficiente e igualitário, o que eu chamei de "socialismo de paisagem", meus colegas de trabalho eram muito lúcidos e cientes das injustiças, ineficiências e desigualdades que predominavam em suas vidas. Isso os conduziu, como eu afirmei, a abraçar o ideal do socialismo, mas com um criticismo subjacente ao partido estatal que governava suas vidas. (BURAWOY, 2014, p. 252-253)

A questão crucial que se coloca então é: porque não se produziu um movimento massivo de trabalhadores que canalizasse esse tipo de "criticismo subjacente" para efetivas reformas democráticas que desbloqueassem a socialização da política e da economia?

A nosso ver, dois mecanismos foram fundamentais para deslocar para modalidades regressivas a crítica radical que poderia se desenvolver entre a classe trabalhadora. Um desses mecanismos foi a reforma mercantil, que contribuiu para atomizar os interesses dos trabalhadores no âmbito das empresas postas em concorrência e com a consequente evolução das desigualdades de renda. Tal mecanismo, já o vimos, induzia os trabalhadores a se identificarem com os gerentes de *suas* empresas, desenvolvendo uma mentalidade concorrencial. Além disso, em nome da eficiência produtiva, muitos trabalhadores tornaram-se mais dispostos a abrir mão de suas prerrogativas autogestionárias, cedendo ainda mais controle aos gerentes, no que chamamos de contrato parcelar. Outro efeito derivado importante da forma atomizada do sistema econômico iugoslavo foi o desemprego, problema particularmente grave por fragilizar o trabalhador a ponto de torna-lo vulnerável às ideologias mais reacionárias.

Outro mecanismo, que se articula com os problemas gerados pela reforma mercantil, foi o desenvolvimento dos particularismos localistas/nacionais e das tendências propriamente nacionalistas, que podem ser considerados um outro tipo de contrato social, envolvendo um arranjo entre trabalhadores, gerentes, lideranças políticas no nível das repúblicas e oligarquias locais. Os contratos nacional/nacionalistas, na medida em que foram sendo tecidos, colocaram crescentemente em risco a existência do contrato principal e dos contratos parcelares (ambos dependentes da coesão iugoslava) enquanto contratos de autogestão parcial entre Liga dos Comunistas e gerentes de um lado, e trabalhadores do outro. Assim, lideranças políticas nacionalistas manipularam a ideia de autogestão em favor de autonomia particularista, exclusivista, oferecendo-a como solução para os problemas econômicos enfrentados pela classe trabalhadora.

Contudo, é importante sublinhar que este processo de avanço das ideologias nacionalistas não se impôs facilmente entre os operários. Como vimos, os anos 1980 foram marcados por uma explosão de greves, frequentemente testemunhando a solidariedade de classe entre trabalhadores de diferentes repúblicas. O acento das reivindicações era colocado sobre o combate às desigualdades e uma das mais importantes medidas concretas defendidas era a criação de uma Câmara do Trabalho Associado no Parlamento Federal, mecanismo essencial para encontrar uma coerência político-econômica e social no quadro da autogestão e do controle operário. Somente a partir do final de 1988 é que a viragem nacionalista se impõe por meio de amplas articulações políticas e muita manipulação midiática.

Devemos mencionar ainda que um dos pontos cegos na orientação política dos dirigentes da Iugoslávia era a posição do campesinato. O entendimento de que os camponeses são portadores de uma mentalidade atrasada, tradicional, relaciona-se à compreensão do processo de industrialização como unívoco, neutro, e portanto portador objetivo do progresso. Tratava-se da vigência da ideologia do industrialismo, que se articulava com o pensamento marxista nos termos de um "marxismo das forças produtivas", concebendo-as como "o motor da história"[375].

Esta concepção atrapalhava a capacidade de imaginar um desenho societário não baseado na dicotomia campo e cidade, rural e urbano e relegava ao camponês um papel político subordinado. Assim, a falta de identificação dos camponeses com o projeto socialista afigura-se como uma profecia autorrealizadora. Com isso, no contexto da crise final da Iugoslávia, o campesinato não teria nenhuma forte razão para resistir à derrocada da autogestão e da propriedade social[376].

Com esse quadro político geral podemos entender que a posição teórica do grupo Praxis de fato era ameaçadora do domínio tanto da vanguarda política quanto dos gerentes, ao reivindicar a radicalização da autogestão com a democratização da Liga dos Comunistas e ao denunciar a constituição de uma nova burguesia tecnocrática. Porém, como intelectuais, havia é claro o risco potencial de aderirem aos projetos de poder da classe dominante, tanto da

[375] Maurício Tragtenberg apontara com bastante lucidez para esse problema, revelando ainda estar bem informado quanto às dificuldades da "autogestão limitada" da Iugoslávia. Assim, assinalou: "É importante notar que a opção iugoslava pelo socialismo se realiza por meio de um processo de industrialização. E, considerando que tal processo tanto no Ocidente quanto no Leste Europeu está vinculado a uma dimensão repressiva, cabe a pergunta: que tipo de vínculo existe na Iugoslávia entre o socialismo – entendido como a classe operária no poder – e o processo de industrialização?" (TRAGTENBERG, 2008, p. 69).

[376] É por isso que Ana Dević pode falar do retorno de operários/camponeses às suas atividades no campo no contexto da crise dos anos 1980 apenas como um escape econômico que garantiu de um lado a sua sobrevivência e de outro o amortecimento da indignação que poderia ter tomado maior vulto. Se houvesse comprometimento político do campesinato com o socialismo poderia se processar uma aliança com os trabalhadores que tentavam avançar reivindicações classistas no auge da crise dos anos 1980 (DEVIĆ, 2016).

fração dos gerentes quando da vanguarda. Por sua vez, os estudantes universitários, constituindo a audiência principal do grupo Praxis, eram bastante frágeis para articular um movimento de contestação de massas. Primeiramente, porque somente uma pequena proporção dos estudantes tinha de fato uma atitude militante. Além disso, embora imbuídos de um desejo de radicalização da autogestão socialista, como aspirantes aos postos de comando pelo saber sofriam de uma ambiguidade política similar a da vanguarda revolucionária, podendo ceder à tentação de aderir a uma estrutura social que privilegia sistematicamente os detentores do capital cultural. De fato, o envolvimento de grande parcela dos estudantes croatas na "Primavera Croata" de 1971 testemunha essa possibilidade. Por outro lado, a distância geracional da juventude universitária com relação à boa parte do operariado e dos camponeses acrescentava uma significativa barreira cultural entre aqueles que sofriam a influência não só dos valores socialistas sistematizados pelo conhecimento acadêmico como também dos "ventos da contracultura" e aqueles que em boa medida ainda estavam atrelados a valores tradicionais, por vezes patriarcais.

Conclusões

Nossa tese procurou esclarecer a origem, o desenvolvimento e o fim do sistema de autogestão iugoslavo por meio de uma análise da estrutura e dinâmica de classes ao longo de diferentes fases históricas da experiência pós-capitalista da Iugoslávia.

A combinação das injunções internas e externas e, fundamentalmente, a correlação de forças entre trabalhadores, gerentes e dirigentes moldaram continuamente o projeto vanguardista daqueles que lideraram a revolução sob a forma de uma luta de libertação ante a ocupação nazista.

Com isso, vimos que a vanguarda revolucionária da Liga dos Comunistas promoveu de um lado a introdução da autogestão, mas por outro bloqueou o seu avanço em termos de progressivo envolvimento, participação e controle da gestão por parte dos trabalhadores, na medida em que não levou a termo o desenvolvimento da forma autogestionária até o topo da estrutura estatal (o que possibilitaria o desenvolvimento de um planejamento central autogestionário), não permitiu a democratização da própria Liga dos Comunistas (presente em todos os níveis da organização político-econômica), optando por uma descentralização em linhas étnico-nacionais que se revelou excessivamente fragmentadora, e reprimiu o grupo intelectual mais importante que sustentava uma visão radical de autogestão.

A atuação do grupo Praxis forçou o regime de Tito a mostrar os seus limites políticos (mas também suas potencialidades), nos dando uma pista relevante de qual era o sentido das sucessivas reformas e da autogestão de um modo geral. Foi possível também nos aproximarmos de uma compreensão das relações de força entre diferentes grupos, classes sociais e correntes políticas, distinguindo quais eram os interesses em jogo, as táticas utilizadas, e as alianças e disputas estabelecidas.

Os intelectuais reunidos em torno da publicação da revista Praxis promoveram um humanismo socialista que se voltou criticamente para a própria experiência iugoslava com a autogestão. Com a insistência numa crítica radical ao pretenso socialismo autogestionário iugoslavo o grupo de filósofos e sociólogos marxistas entrou em rota de colisão com o monopólio ideológico da Liga dos Comunistas. A crítica à emergência de uma nova classe média avessa à autogestão e ao socialismo, à crescente desigualdade social, à revivescência dos antagonismos nacionalistas, à descentralização atomizadora, à dominação burocrática em vários níveis, à ideologia gerencial, à alienação dos trabalhadores e à primazia da regulação mercantil ia ao âmago dos problemas iugoslavos.

Altos dirigentes da Liga dos Comunistas, como Edvard Kardelj, convergiam em muitos aspectos com a visão crítica do grupo Praxis acerca desses fenômenos. Isso fica nítido com a inflexão reformadora pró-socialista dos anos 1970, na qual tanto a cúpula da Liga dos Comunistas quanto o grupo Praxis referenciavam-se positivamente no 2º Congresso dos autogestionários. Não obstante, os dirigentes burocráticos, apegados à lógica vanguardista, não acompanhavam o grupo Praxis na sua radicalidade não dogmática e, decisivamente, não podiam aceitar a crítica frontal ao papel que vinha desempenhando a Liga dos Comunistas, avessa a sua própria democratização e crescentemente dominada pela lógica burocrática. Embora não advogasse o multipartidarismo para a presente condição iugoslava, o grupo Praxis suspeitava das implicações políticas do conceito de partido de vanguarda, discordando de Lenin com respeito à identificação da verdade e do partido, e era unânime em considerar o partido leninista uma estrutura política inapropriada uma vez que a revolução política tenha se realizado.

Os dirigentes da Liga dos Comunistas, a seu turno, tinham de responder às pressões contraditórias dos trabalhadores, dos gerentes, do médio e baixo escalão da burocracia estatal, dos intelectuais e de agentes político-econômicos externos. Mesmo internamente a Liga dos Comunistas diferenciou-se crescentemente em termos étnico-nacionais, de tal modo que cada república e província autônoma tinha uma seção da Liga dos Comunistas que atuava com grande independência e inclusive poder de veto nas decisões federais. Se anteriormente as decisões fluíam sempre de cima para baixo (isto é, do nível federal da Liga, com seu comitê central, para o nível das repúblicas), gradativamente esse fluxo se complexificara, com decisões no nível das repúblicas que evolviam ao nível federal. É assim que em 1968 os congressos regionais da Liga dos Comunistas realizaram-se antes do seu congresso federal, ao contrário do que se dava antes.

Este movimento de descentralização da Liga dos Comunistas sofreu dois impulsos que se conjugaram de um modo particularmente perverso: de um lado encontravam-se os gerentes requisitando autonomia para as empresas e liberalização econômica e de outro estavam as oligarquias locais formadas sobretudo por membros de baixo e médio escalão da Liga dos Comunistas que concorriam por recursos a partir de suas comunidades territoriais (comunas, repúblicas e províncias), frequentemente em articulação com os gerentes e trabalhadores da sua região. Essas duas forças conformaram a atomização do sistema político-econômico que contribuiu decisivamente para a transformação da própria Liga dos Comunistas, mesmo no alto escalão, no sentido de uma progressiva perda de uma identidade iugoslava comum que suportasse algum projeto coletivo socialista.

Como vimos, no contexto de uma grave crise político-econômica de origem internacional esse sistema extremamente atomizado, sem o contrapeso da vanguarda revolucionária (Tito e Kardelj mortos), revelou-se bastante frágil para reagir de forma eficiente, preservando e renovando a autogestão em favor dos trabalhadores. A manipulação nacionalista de dirigentes das seções da Liga dos Comunistas nas diversas repúblicas emergiu com força no final da década de 1980, canalizando os generalizados descontentamentos para o conflito étnico aberto. O desmoronamento da Iugoslávia e de qualquer perspectiva socialista se deu à revelia das reivindicações dos trabalhadores ao longo dos anos 1980 e da relativa boa convivência étnica da ampla maioria da população iugoslava.

De outro lado, pudemos discernir um comportamento do topo da burocracia empresarial, os altos gerentes das empresas, que se mostrou crescentemente em conflito com o projeto socialista com o qual os altos dirigentes da Liga dos Comunistas tinham de guardar algum compromisso. Os gerentes burocráticos foram ativos na defesa de uma estrutura organizacional que preservava a hierarquia sócio-técnica nas empresas iugoslavas. A transmissão deficiente das informações, sem preocupação didática, fazia parte de uma defesa do *status quo* hierárquico, do domínio pela palavra autorizada e pelo saber técnico-gerencial. Do mesmo modo pode ser entendida a concentração das discussões gerenciais no grupo informal (o *collegium*) de gerentes e especialistas e a demorada e exaustiva apresentação como fato consumado de questões importantes nos espaços próprios da autogestão, como o conselho operário. Além disso, a insistência nas formas de remuneração não igualitárias, com o combate à *uravnilovka*, constituía uma chave de progressiva diferenciação social, simbólica e materialmente importante para afastar os trabalhadores menos remunerados da participação nos órgãos da autogestão, tanto na empresa quanto na comunidade mais ampla.

É ainda reveladora da posição da alta gerência a sua relativa insatisfação em termos de poder, autoridade e renda. Conquanto a autogestão funcionasse de modo muito limitado, com um grau de participação operária bastante abaixo do idealizado, o topo da burocracia gerencial mostrou que não estava suficientemente satisfeito com o sistema iugoslavo. Não apenas a sua remuneração absoluta era bem mais baixa em comparação com a remuneração de gerentes em países capitalistas (o que era de se esperar pelas grandes diferenças de desenvolvimento econômico), mas crucialmente a diferenciação salarial lhe parecia muito baixa em comparação com a diferenciação conhecida no mundo capitalista.

Os gerentes encontravam dificuldades para fazer impor a sua vontade quando os trabalhadores decidiam resistir a mudanças que lhes pareciam prejudiciais, por isso queixavam-se da falta de autoridade legal que tinham entre o coletivo de trabalho e das

dificuldades daí resultantes na efetivação das decisões que, a seu ver, somente especialistas podiam efetivamente avaliar. A pressão das autoridades governamentais e dos dirigentes da Liga dos Comunistas pelo bom desempenho econômico também era fonte de desconforto, embora os gerentes não estivessem sujeitos à responsabilização jurídica pelo fracasso econômico (eram juridicamente responsáveis somente pelo respeito à legislação do trabalho e da organização econômica). No limite, os gerentes podiam ser demitidos por iniciativa do próprio coletivo de trabalho.

A insatisfação com o seu poder, autoridade e renda levou importantes parcelas da alta gerência a apoiar ativamente a transição para o capitalismo. De um modo mais geral, pode-se apontar ainda que mesmo aqueles gerentes que não estavam particularmente inclinados para pressionar por uma transição ao capitalismo pouco ou nada fizeram para renovar o sistema iugoslavo numa perspectiva socialista. De um lado esta postura indiferente evidenciava seu comprometimento com a manutenção de um *status quo* hierárquico que lhe privilegiava, de outro ela indicava que um futuro capitalista não seria reprovável, dada a sua insatisfação relativa e a perspectiva de possíveis benefícios com o fim da autogestão e da propriedade social.

Por sua vez, os trabalhadores oscilaram entre a aliança com os gerentes das "suas" empresas em favor do sucesso econômico e as manifestações de descontentamento que por vezes resultavam em greves que contavam com a pressão política externa em favor do rápido atendimento das reivindicações. Setores mais organizados da classe trabalhadora e da base sindical se exprimiam contra as "tendências tecnocráticas". A pressão desses setores, mais a explosiva atuação política do movimento estudantil em 1968 e a incômoda crítica radical do grupo Praxis tiveram como resultado a inflexão dos anos 1970 em favor de um novo desenho institucional para a autogestão, centrado na promoção de acordos, negociações e controles mútuos que poderia, potencialmente, ganhar prevalência sobre os mecanismos concorrenciais do mercado e promover formas mais solidárias de organização político-econômica.

Todavia, sob as péssimas condições econômicas internacionais às quais a Iugoslávia estava particularmente exposta, o novo sistema não pode se desenvolver a contento. A inércia das tendências fragmentadoras de uma economia autárquica, o conjugado fortalecimento das oligarquias locais e o rápido retorno das represadas "tendências tecnocráticas" a partir da morte dos principais dirigentes da Liga dos Comunistas minaram o desenvolvimento da organização dos trabalhadores dentro do novo desenho da autogestão.

A saída encontrada foi mais uma vez o apelo às greves, mas desta vez em escala massiva. Além da demonstração de solidariedade inter-étnica e crescente unidade política, os

trabalhadores revelaram seu apreço pela autogestão, reivindicando a introdução de uma Câmara do Trabalho Associado no Parlamento Federal que pudesse servir como contraponto às tendências desintegradoras e emancipasse a classe trabalhadora da tutela de políticos das repúblicas e das províncias. Não obstante, a indisposição de dirigentes da burocracia estatal e de gerentes da burocracia empresarial em aproveitar o impulso da classe trabalhadora para a reconstrução de um projeto socialista conduziram à aceitação de "soluções" nacionalistas e separatistas, que trouxeram à reboque e sem debate democrático o desmonte da propriedade social e da autogestão sob a intensa pressão neoliberal internacional em favor das privatizações e do fim do "socialismo real".

No plano teórico a experiência pós-capitalista iugoslava com a autogestão contribui com o entendimento de que as formas burocráticas de organização, regidas pelo princípio de uma divisão funcional hierárquica de tarefas, são extremamente resistentes à mudança e constituem o fundamento para a reconstituição de uma sociedade de classes mesmo após a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Dirigentes da burocracia estatal e gerentes da burocracia empresarial encontram-se unidos na defesa de seu status burocrático distintivo, dominante, fonte de privilégios materiais e simbólicos. Como pudemos examinar ao longo dessa tese, a instituição formal de órgãos de autogestão por si só não é capaz de fazer ruir as estruturas burocráticas.

Do ponto de vista das alternativas estratégicas a forma vanguardista do partido revolucionário revelou-se decisivamente perniciosa para o desenvolvimento de um socialismo autogestionário. Nos termos de Michael Lebowitz, o partido de vanguarda conduz à instauração da coordenação burocrática (onde rege a "lei" do comando) e a relações sociais de produção que produzem a deformação e exploração da classe trabalhadora, dividindo a sociedade entre condutores e conduzidos e constituindo um modo de produção de vanguarda verificado nas experiências do "socialismo real".

A ideia de autogestão social, estimulada pela experiência iugoslava, inclui a autogestão nas empresas mas vai além, dando conta de um projeto de democracia socialista que exige atenção especial para a vida política, irredutível aos problemas estritamente econômicos ou técnicos, de "gestão das coisas". A tradição marxista centrada no processo de dissolução do Estado e da sociedade de classes encontra na noção de autogestão social uma renovação da preocupação com o desenho organizacional de uma sociedade de livres produtores associados. A associação não garante de modo algum uma espécie de "estado estacionário harmônico", mas é condição necessária para o estabelecimento e manutenção de um sistema social sem classes, exploração e opressão. Os valores solidários, integrativos e

harmônicos do comunismo permanecem como farol da sociedade de transição, a sociedade socialista, mas sem obscurecer os conflitos por recursos e os problemas associados a formas de dominação e opressão irredutíveis à divisão de classes, como nas relações de gênero ou nos conflitos étnicos.

De um modo geral, a vida política permanece marcada pelo confronto de ideias, embora se possa contemplar um lugar privilegiado para a obtenção do consenso na medida em que há um horizonte comum de convergência orientada pelos valores solidários, igualitários e associativos do comunismo. Na democracia socialista é possível imaginar uma espécie de combinação do sistema de conselhos (em grande medida aplicado na Iugoslávia) combinada a um pluralismo partidário. A democracia representativa ou indireta teria de ser articulada à democracia participativa ou direta e as esferas da economia e da política sofreriam um processo de "fusão", na medida em que seriam cada vez mais integradas por meio da sua crescente socialização.

A experiência iugoslava explicitou uma das mais difíceis problemáticas da autogestão: a necessidade de regulação dos conflitos nos marcos de uma ampla participação política que não os escamoteie nem os reforce de modo desintegrativo. A tragédia iugoslava, com a descentralização degenerando em particularismos locais e, no extremo, configurando formas agressivas de nacionalismo étnico, deve nos chamar a atenção para a importância desse tópico.

A experiência pós-capitalista iugoslava sugere que o enfrentamento das diversas desigualdades sociais deve estar permanentemente na ordem do dia. A vitalidade do socialismo depende da progressiva superação das mais diversas formas de desigualdade. Ao longo dessa tese pudemos aferir, por exemplo, o peso das desigualdades regionais, étnicas, de gênero, entre campo e cidade, e das diversas divisões hierárquicas que fracionam os trabalhadores/cidadãos, como a divisão entre trabalho manual e intelectual que sustenta a estratificação ocupacional e dá origem, por exemplo, às classes médias. Mulheres, camponeses e jovens eram sub-representados na Liga dos Comunistas e nos órgãos da autogestão. Crucialmente, o desemprego afigura-se como um dos mais graves componentes da exclusão política e econômica, claramente incompatível com qualquer projeto que se pretenda socialista.

Podemos dizer ainda que especial atenção deve ser dada à dimensão de classes nos conflitos sociais persistentes numa tentativa de transição socialista, dado que todo o processo pode ser cancelado pela emergência de uma nova forma de dominação de classe ou pela restauração capitalista. No caso iugoslavo, como vimos, o bloqueio à realização da

autogestão socialista foi operado tanto pela dominação de classe dos dirigentes e gerentes burocráticos, quanto pela degeneração do sistema político-econômico em sua crise terminal nos anos 1980, reveladora da atratividade da lógica do capital para a maioria dos gerentes e mesmo para os dirigentes "comunistas" já "deformados" pela sua relação de dependência frente aos gerentes. Em suma, o aspecto conflitivo da política não pode ser de modo algum negligenciado na teoria e na prática da autogestão, sob pena de manutenção e desenvolvimento da exploração e dominação.

A liberação generalizada das capacidades criativas do ser humano permanece como um horizonte utópico no projeto de um socialismo autogestionário, mas ganha centralidade sob a forma de uma exigência do exercício decisório que se coloca para todos os trabalhadores/cidadãos que devem assumir a responsabilidade de gerir coletivamente e de modo associado a (re)produção das suas condições de existência social. Com o princípio da autogestão a alienação é assim enfrentada "desde o princípio" ao se assumir que o controle desigual do processo produtivo está no âmago da constituição das sociedades de classes. De tal modo que a abolição da propriedade privada dos meios de produção não garante o controle democrático do processo produtivo, embora seja uma condição necessária. O que se confronta, fundamentalmente, com a introdução da autogestão, são as formas burocráticas de organização, seja na estrutura estatal, seja no interior das empresas.

A autogestão também pode ser vista como uma radicalização da democracia, tal como pensada pelos proponentes da democracia participativa. A igualdade de acesso à arena política e de poder de influência nos resultados do processo decisório democrático exigem uma forma igualitária de organização social, na qual a participação política seja generalizada e não existam substanciais desigualdades de riqueza. Nesses termos, a democracia impõe-se nas células do processo produtivo, isto é, nas empresas, pois que o controle da produção de riqueza afigura-se como essencial para a busca da igualdade material. Daí o claro conflito da democracia com a propriedade privada dos meios de produção. Além disso, a prática cotidiana da democracia só pode se desenvolver plenamente se abarcar também a esfera do trabalho, propiciando não apenas um controle público, socializado, das decisões envolvendo o processo produtivo, mas também conferindo uma substância psicológica à cidadania democrática, ampliando os horizontes para o julgamento político e ensinando o cidadão/trabalhador a envolver-se ativamente nos problemas coletivos.

A experiência iugoslava foi particularmente rica no que se refere às tentativas de desenvolvimento formal da autogestão, ainda que com limites decisivos, como a ausência de um órgão central de natureza autogestionária, onde os delegados dos trabalhadores pudessem

buscar a harmonização e a coerência produtiva em nível federal. Devemos destacar o fato de que a participação formal nos diversos órgãos da autogestão (conselhos operários, comitês de gestão, comitês específicos, conselhos e comissões nas assembleias comunais etc.) foi bastante alta e que os trabalhadores em geral defendiam e prezavam pela autogestão. A garantia dos seus postos de trabalho inscrevia-se como um direito de autogestão fundamental, fonte de solidariedade interna ao coletivo de trabalho em cada empresa.

Do ponto de vista da eficiência econômica é difícil avaliar a autogestão iugoslava, já que a participação efetiva dos trabalhadores se mostrou muito limitada, tanto no interior das empresas quanto em termos de voz política nas decisões macroeconômicas. Ainda assim, deve-se destacar que os níveis de reinvestimento eram altos, de tal modo que os trabalhadores não optaram por uma "excessiva" remuneração pessoal, contrariando a previsão de muitos críticos de que a autogestão "comeria o capital". Na verdade, muitos economistas criticaram a excessiva intensidade em capital, com desperdícios e desemprego gerados pelo sobre-investimento. De um modo geral, os números econômicos para as três primeiras décadas da autogestão são muito positivos, com uma taxa de crescimento do PIB que colocava a Iugoslávia atrás apenas do Japão. Muito do acelerado desenvolvimento econômico iugoslavo pode ser atribuído à forte motivação produtiva conferida aos trabalhadores por meio da autogestão.

Problemas como a inflação, o endividamento e o desemprego, que se mostraram críticos na crise dos anos 1980, poderiam ser atribuídos antes à falta de mecanismos de coordenação unificada da economia (além das pressões externas) – mecanismos que não necessariamente contrariariam um sistema de autogestão. Pelo contrário, poder-se-ia imaginar uma articulação autogestionária que produzisse consensos entre as diversas partes interessadas, coordenando globalmente o processo produtivo de modo a aproximar-se de um pleno emprego das forças produtivas. Assim, seriam evitados muitos dos problemas relacionados à atomização das decisões nas empresas sob critérios estritamente microeconômicos, como parece ter sido o caso do desemprego estrutural iugoslavo.

Os esforços em favor da educação técnica e administrativa dos trabalhadores foram consideráveis, com destaque para as universidades populares e as universidades operárias. Todavia, a falta de inovação pedagógica no sentido do desenvolvimento de pedagogias não autoritárias, próprias para se formar uma sociedade disposta para a autogestão, nos parece ter uma importância central para explicar a crescente apatia política que se manifestou entre a maioria da população.

Outro problema que devemos sublinhar é que o esforço de modernização tecnológica na Iugoslávia se deu sem qualquer perspectiva crítica, de modo que se assimilava tanto quanto possível os últimos desenvolvimentos tecnológicos do mundo capitalista, tidos como socialmente neutros. A chamada "organização científica do trabalho" não sofrera qualquer contestação significativa. Da mesma maneira ia se implantando uma cultura de consumo de massas assimilada do ocidente, marcada pela diferenciação material e simbólica e pelo individualismo.

De fato, a prática iugoslava revelou grandes dificuldades na superação da estrutura organizacional burocrática, onde dominavam os gerentes profissionais. Em regra, o que se verificou foi que a deliberação e tomada de decisão sobre as questões-chave na administração das empresas se dava normalmente no âmbito informal do grupo de gerentes e especialistas (o *collegium*) que se reunia antes de apresentar as proposições para a discussão nas reuniões do conselho operário e do comitê de gestão. A forma opaca com que apareciam as proposições sob o manto tecnocrático dos "dados técnicos" dava a impressão para a maioria dos delegados de que não havia muito sobre o quê se decidir. Raramente se apresentavam proposições concorrentes com claras explicações sobre as concretas implicações alternativas concernidas. Assim, como já o dissemos, o poder (efetivo) de propor acorrentava o poder (formal) de decidir.

A dificuldade de compreensão por parte dos trabalhadores a respeito de questões econômicas era fonte de frustração e de apatia, aumentando a sua passividade ante o domínio gerencial (que por sua vez, num ciclo vicioso, era por ela fortalecido). Com isso, ainda que predominasse a presença operária nos conselhos operários, a dominação da gerência profissionalizada se impôs.

No contexto de liberalização econômica dos anos 1960, com a abertura comercial para concorrência capitalista, o domínio gerencial ganhou um impulso muito importante, já que o contexto pressionava os trabalhadores a aceitar a atuação dos *experts* sob pena de perecimento econômico. Assim, o "socialismo de mercado" reduzira a expectativa de igualdade dos trabalhadores e fortalecera os gerentes burocráticos que emergiam como uma nova fração de classe dominante. No seio da classe trabalhadora gerou-se uma série de diferenciações em razão da primazia da "distribuição de acordo com o trabalho", deteriorando as relações interpessoais e encorajando a competição entre grupos e indivíduos por maior renda pessoal.

Quanto à reforma do trabalho associado dos anos 1970, podemos interpretá-la positivamente como uma via que não apenas buscava "chamar" o trabalhador a participar na

sua Organização de Base do Trabalho Associado, mas também pretendia incitar a uma crescente coordenação associada do processo de trabalho, envolvendo os trabalhadores por meio de um sistema de delegações. Esta foi a resposta dos dirigentes iugoslavos, especialmente Edvard Kardelj, ao avanço do domínio gerencial, à pressão de bases sindicais, de trabalhadores, de estudantes que se manifestaram em 1968 e de intelectuais críticos, com destaque para o grupo Praxis.

A grave crise dos anos 1980 que culminou na desastrosa e violenta dissolução da Iugoslávia nos anos 1990 não deve induzir à condenação do sistema de autogestão *per si*, embora caibam importantes críticas à sua preponderante forma atomizada, incapaz de encontrar uma coerência econômica que integrasse tão harmonicamente quanto possível os interesses dos trabalhadores pertencentes aos milhares de coletivos de trabalho e às diversas e desiguais regiões iugoslavas.

Talvez ainda mais importante seja a constatação, a partir da experiência iugoslava, da imensa dificuldade em se promover e sustentar um alto grau de motivação e envolvimento participativo da maioria dos trabalhadores e cidadãos. Ainda que exista um considerável espaço institucional para o exercício democrático do poder, a participação pode permanecer muito aquém das possibilidades formais. Com isso, podemos arriscar a hipótese de que a ambiciosa superação das estruturas hierárquicas, autoritárias e burocráticas predominantes nos diversos âmbitos da vida contemporânea exige uma transformação global que vai além da esfera do trabalho e da vida cívica no espaço público, remetendo a aspectos estruturantes de instituições como a família e a escola, justamente aonde o sistema de autogestão iugoslavo não promoveu qualquer mudança significativa.

É claro que o fator tempo é decisivo, tanto no sentido de disponibilização de um tempo maior para a participação política com a redução da jornada de trabalho, quanto no sentido da necessidade de tempo para um acúmulo de experiência e de criação de um novo hábito social para a autogestão. Infelizmente, faltou à experiência iugoslava tanto uma expressiva redução da jornada de trabalho quanto o tempo necessário para o desenvolvimento da sua forma institucional mais avançada, já que decorreram apenas seis anos entre a aprovação da Constituição de 1974 e a eclosão da grave crise dos anos 1980.

Devemos remarcar ainda que, conquanto a superação das relações sociais de produção estruturadas sobre a propriedade privada dos meios de produção exiga alguma forma de propriedade social ou de partilha dos "comuns", o conteúdo das novas relações sociais depende de uma miríade de fatores, dentre os quais merece especial atenção (como sugere, em negativo, a experiência iugoslava) a busca de estímulos conducentes à forma de

sociedade almejada. Assim, se se deseja rumar a alguma forma de socialismo, onde valores como igualdade, solidariedade e liberdade substantivas imperem, urge imaginarmos como se podem apresentar, desde já, as condições para o desenvolvimento daquilo que já se tematizou como “o homem novo”.

Esse tópico, nos parece, deve estar no centro dos atuais debates em torno das alternativas sociais e societárias que ora se apresentam, como é o caso das diversas formas de socialismo, de apostas associativistas, comunitárias, de empreendimentos de economia social e solidária e das novas formas de ação política, com radicalização da democracia.

Bibliografia

ADIZES, Ichak. **Autogestión: la práctica yugoslava: el efecto de la descentralización sobre los sistemas de organización**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

ADIZES, Ichak; BORGESE, Elisabeth Mann (eds.). **Self-management: new dimensions to democracy**. Alternatives for a new society. Partial proceedings of a conference held at the Center for the Study of Democratic Institutions, Oct. 1971, Santa Barbara. (Studies in comparative politics; 7). Santa Barbara and Oxford: ABC-Clio, 1975.

ALBERT, Michael; HAHNEL, Robin. **The political economy of participatory economics**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. In Defense of Participatory Economics. In: **Science & Society**, vol. 66, No. 1, Building Socialism Theoretically: Alternatives to Capitalism and the Invisible Hand, Spring, 2002.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Plano x Mercado na História do Pensamento Econômico: Quatro Rodadas de um Grande Debate. In: **Estudos Econômicos**, vol. 38, nº 2, São Paulo, 2008.

_____. **A agenda Rosdolsky**. Tese apresentada para candidatura a Professor Titular ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

ALLCOCK, John B. **Explaining Yugoslavia**. London: Hurst & Company, 2000.

_____. Rural-urban differences and the break-up of Yugoslavia. In: **Balkanologie**, Vol. 6, Nº 1-2, 2002.

ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. Autogestão: da idéia às práticas. In: **Revista de Administração de Empresas**, vol. 23, nº 1, São Paulo, Jan./Mar. 1983.

ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência – um diálogo mais que necessário. In: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 10, jul-dez, 2013.

ALVES, Giovanni; SELEGRIN, Esdras. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. In: **Mediações**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2011.

ANDREANI, Tony. **Le socialisme est (a)venir**. Paris : Syllepse, 2001.

ANTIĆ, Ana. The pedagogy of workers' self-management: terror, therapy, and reform Communism in Yugoslavia after the Tito-Stalin Split. In: **Journal of Social History**, Vol. 50, No 1, Fall 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

AQUILES, Affonso Cardoso. O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson: algumas aproximações. In: **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences. Maringá, v. 33, n. 1, p. 13-19, 2011.

ARCHER, Rory. Social Inequalities and the Study of Yugoslavia's Dissolution. In: BIEBER, Florian; GALIJAŠ, Armina e ARCHER, Rory (eds.). **Debating the end of Yugoslavia**. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014.

_____. 'Paid for by the workers, occupied by the bureaucrats': housing inequalities in 1980s Belgrade. In: DUDA, Igor; STUBBS, Paul; ARCHER, Rory (eds.). **Social inequalities and discontent in Yugoslav socialism**. Abingdon: Routledge, 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **The long twentieh century: money, power, and the origins of our times**. London/New York: Verso, 2010.

ASSELAIN, Jean-Charles. La dynamique des inégalités de revenu en Yougoslavie. In : **Revue d'études comparatives Est-Ouest**. Vol. 13, nº 2, 1982.

AVRAMOV, Roumen and GNJATOVIĆ, Dragana. **Stabilisation policies in Bulgaria and Yugoslavia during communism's terminal years: 1980s economic visions in retrospect**. Working Paper, SEEMHN. Athens: Bank of Greece Printing Works, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. In: **Lua Nova**, Nº 49, 2000.

BACEVIĆ, Jana. **From Class to Identity: The Politics of Education Reforms in Former Yugoslavia**. Budapest – New York: Central European University Press, 2014.

_____. Education, Conflict, and Class Reproduction in Socialist Yugoslavia. In: DUDA, Igor; STUBBS, Paul; ARCHER, Rory (eds.). **Socialist inequalities and discontent in Yugoslav socialism**. Abingdon: Routledge, 2016.

BARBIĆ, Ana. Citizen Participation in four Yugoslav Republics. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

BENCINI, Fabrizio. Burocratização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 2007.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

BERTSCH, Gary K.; OBRADOVIC, Josip. Participation and influence in Yugoslav self-management. In: **Industrial Relations**, Vol. 18, No 3, 1997.

BETTELHEIM, Charles. **Calculo económico y formas de propiedad**. México: Siglo XXI, 1972.

BIĆANIĆ, Rudolf. **Economic policy in Socialist Yugoslavia**. London: Cambridge University Press, 1973.

BIDET, Jacques. **Explicação e reconstrução do *Capital***. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

BIEBER, Florian; GALIJAŠ, Armina e ARCHER, Rory (eds.). **Debating the end of Yugoslavia**. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2014.

BILANDŽIĆ, Dušan. **Gestion de l'économie yougoslave**. Belgrade : Conseil Central de la Confederation des Syndicats de Yougoslavie, 1967.

_____. **Autogestión, 1950-1976**. Buenos Aires: El Cid, 1976.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOCKMAN, Johanna. **Markets in the name of socialism: the left-wing origins of neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2011.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. In: **Politeia: História e sociedade**, v. 4, n. 1, p. 211-234, Vitória da Conquista, 2004.

BONFIGLIOLI, Chiara. Women's political and social activism in the Early Cold War Era: the case of Yugoslavia. In: **Aspasia**, Vol. 8, 2014.

BOURDET, Yvon. **La délivrance de Prométhée. Pour une théorie politique de l'autogestion**. Paris : Anthropos, 1970.

_____. **Pour l'autogestion**. Paris: Anthropos, 1974.

BRAGA, Sérgio. Poder, formas de dominação e Estado no diálogo entre Nicos Poulantzas e a sociologia política norte-americana. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century**. New York: Monthly Review Press, 1998.

BROEKMEYER, M. J. (ed.). **Yugoslav workers' self-management: proceedings of a symposium held in Amsterdam, 7-9 January, 1970**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1970.

_____. Self-management in Yugoslavia. In: **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 431, Industrial Democracy in International Perspective, May, 1977.

BRUCKNER, Branko. **Yugoslavia: autogestión en la economía**. Madrid: Guadiana de Publicaciones, 1969.

BRUNO, Lucia Barreto. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRUNO, Lucia Barreto e SACCARDO, Cleusa (org.). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.

BURAWOY, Michael. **The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism**. London: Verso Books, 1985.

_____. **Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica**. São Paulo: Alameda, 2014.

BURG, Steven. L. **Conflict and cohesion in socialist Yugoslavia: political decision making since 1966**. Princeton: Princeton University Press, 1983.

BURGER, Willem. Public Decision-Making and Self-Management in an Industrializing Rural Commune. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

BURIĆ, Olivera e ZEČEVIĆ, Andjelka. Family authority, marital satisfaction, and the social network in Yugoslavia. In: **Journal of Marriage and Family**. Vol. 29, nº 2, May, 1967.

CALIC, Marie-Janine; NEUTATZ, Dietmar; OBERTREIS, Julia (eds.). **The Crisis of Socialist Modernity: The Soviet Union and Yugoslavia in the 1970s.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2011.

CANAPA, Marie-Paule. **Réforme économique et socialisme en Yougoslavie: secteur privé, les investissements étrangers, l'émigration économique, les arrêts de travail**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1970.

_____. Réforme économique et socialisation agraire en Yougoslavie. In : **Revue de l'Est**, vol. 2, nº 1, 1971.

CARCANHOLO, Marcelo D. e NAKATANI, Paulo. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960. **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, n° 15, 2007.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A categoria marxista de trabalho produtivo. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: SEP, 2007.

CARTER, April. **Democratic reform in Yugoslavia: the changing role of the party**. London: F. Pinter, 1982.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Center for Demographic Research of the Institute for Social Sciences in Belgrade. **The population of Yugoslavia**. 1974 World Population Year. Belgrade: CICRED, UN, 1974.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Campinas, 2012.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política**. Porto: Afrontamento, 1979.

COHEN, Joshua. The economic basis of deliberative democracy. In: **Social Philosophy & Policy**, Vol. 6, Issue 2, 1989.

COHEN, Lenard J. **The Socialist Pyramid: elites and power in Yugoslavia**. Oakville: Mosaic Press, 1989.

COLLONGNES, Lucien (coord.). **Autogestion: hier, aujourd'hui, demain**. Paris: Éditions Syllepse, 2010.

COMISSO, Ellen Turkish. **Workers' Control under Plan and Market: Implications of Yugoslav Self-Management**. New Haven: Yale University Press, 1979.

_____. The logic of worker (non)participation in Yugoslav self-management. In: **The Review of Radical Political Economics**, Vol. 13, No 2, July, 1981.

CONSTITUTION OF THE SOCIALIST FEDERAL REPUBLIC OF YUGOSLAVIA, 1963.

COUTROT, Thomas. **Démocratie contre capitalisme**. Paris: La Dispute/SNÉDIT, 2005.

CROCKER, David A. **Praxis y socialismo democrático. La teoría crítica a la sociedad de Marković y Stojanović**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CURTIS, Glenn E (ed.). **Yugoslavia: a country study**. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1992.

DAHL, Robert. Power to the workers ? In: **The New York Review of Books**, No 19, Nov. 1970.

DE FELICE, Micheline. La signification de la grève dans le système social yougoslave. In : **Revue d'études comparatives Est-Ouest**, vol. 15, nº 4, 1984.

_____. Yougoslavie: la crise économique, movement de grève et syndicats. In : **Revue d'études comparatives Est-Ouest**, vol. 20, nº 1, 1989.

_____. Yougoslavie : du socialisme autogestionnaire au corporatisme national. In : **L'Homme et la société**, nº 103, Aliénations nationales, 1992.

DEFOURNY, Jacques. Coopératives de production et entreprises autogérées : une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation. In : **Mondes en Développement**, Tome 16, No. 61, 1988.

DELALIC, Esref. **Workers' Universities in Yugoslavia: an adult education modality**. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the Doctor of Philosophy degree in the Graduate School Indiana University, June, 1978.

DENITCH, Bogdan Denis. Forms and intensity of participation in Yugoslav self-management. In: HORVAT, Branko; MARKOVIĆ, Mihailo; SUPEK, Rudi. **Self-Governing Socialism: a reader**. V. 2. Nova Iorque: International Arts and Sciences Press, 1975.

_____. **The legitimation of a revolution: the Yugoslav case**. New Haven: Yale University Press, 1976.

DEVIĆ, Ana. **The forging of socialist nationalism and its alternatives: social and political context and intellectual criticism in Yugoslavia between the mid-1960s and 1992**. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements of the degree Doctor of Philosophy in Sociology. University of California, San Diego, 2000.

_____. What nationalism has buried: Yugoslav social scientists on the crisis, grassroots powerlessness and Yugoslavism. In: **Social inequalities and discontent in Yugoslav socialism**. Abingdon: Routledge, 2016.

DIRLAM, Joel B and PLUMMER, James L. **An introduction to the Yugoslav economy**. Columbus: Charles E. Merrill Publishing, 1973.

DJILAS, Milovan. **A nova classe: uma análise do sistema comunista**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

_____. **La sociedad imperfecta**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

DOBOS, Manuela. The Women's Movement in Yugoslavia: The Case of the Conference for the Social Activity of Women in Croatia, 1965-1974. In: **Frontiers: A Journal of Woman Studies**. Vol. 7, No. 2, 1983.

DORDEVIC (DJORDJEVICH), Jovan. **Yugoslavia, democracia socialista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

DRULOVIĆ, Milojko. **L'autogestion à l'épreuve**. Paris: Fayard, 1973.

DUDA, Igor. What to do at the weekend? Leisure for happy consumers, refreshed workers, and good citizens. In: GRANDITS, Hannes and TAYLOR, Karin. **Yugoslavia's sunny side: a history of tourism in Socialism (1950s-1980s)**. Budapest-New York: Central European University Press, 2010.

DURAND, Maxime. Planification: 21 thèses pour ouvrir le debat. **Critique Communiste**, n° 106-107, Avril-Mai, 1991.

EAST EUROPE REPORT. **Yugoslavia: critical analysis of functioning of political system**. Zagreb Delegatski Vjesnik in Serbo-Croatian 16 Jan 1986. [Document drafted by the Federal Social Council for Affairs of the Social System and Approved by its Commission for Preparation of the Final Document: "Critical Analysis of the Functioning of the Political System of Socialist Self-Management"]. Foreign Broadcast Information Service, USA. Springfield: JPRS, 1986.

EICHENGREEN, Barry. **Globalizing capital: a history of the international monetary system**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

ELSON, Diane. Market socialism or socialization of the market? In: **New Left Review** I, n° 172, November-December, 1988.

_____. Socializing markets, not market socialism. In: **Socialist Register**, Necessary and Unnecessary Utopias, Vol. 36, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

ESTRIN, Saul. The effects of self-management on Yugoslav industrial growth. In: **Soviet Studies**, Vol. 34, No. 1, Jan., 1982.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: UFSC, 2011.

FAY, Victor. **L'autogestion: une utopie réaliste**. Textes choisis par l'Association des amis de Victor Fay. Paris : Éditions Syllepse, 1996.

FERREIRA, Nathalie. **Économie sociale et autogestion: entre utopie et réalité**. Paris : L'Harmattan, 2004.

FIGA, Jozef. **Legitimacy and self-management in Socialist Yugoslavia: contradictions and reconciliations in Yugoslav society**. Dissertation submitted to the

University of New Hampshire in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy of Sociology, 1984.

_____. Socializing the State: Civil Society and Democratization from Below in Slovenia. In: BOKOVOY, Melissa; IRVINE, Jill; LILLY, Carol (eds.). **State-Society Relations in Yugoslavia, 1945-1992**. London: Macmillan Press, 1997.

FLAHERTY, Diane. Economic reform and foreign trade in Yugoslavia. In: **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 6, No. 2, June 1982.

_____. Plan, market and unequal regional development in Yugoslavia. In: **Soviet Studies**, Vol. 40, No. 1, January 1988.

_____. Self-Management and the Future of Socialism: Lessons from Yugoslavia. In: **Science & Society**, Vol. 56, No. 1, Spring 1992.

_____. Socialism and Nationalism: Ethnicity, Class and Civil War in Yugoslavia. In: **Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society**, Vol. 6, No. 2, 1993.

_____. **Self-Management and Requirements for Social Property: Lessons from Yugoslavia**. Texto apresentado na I Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI", Habana, 5 a 8 de maio de 2003.

_____. Agency, History and the Impossibility Theorem: Lessons from Yugoslav Self-Management. In: **Science & Society**, Vol. 73, No. 1, January 2009.

FOLLIS, Massimo. Autogestão. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 2007.

FREASE, Dean E. A politicization paradigm: the case of Yugoslavia. In: **The Sociological Quarterly**, Vol. 16, No. 1, 1975.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 28, Nº 82, junho de 2013.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: **Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, 2011.

GAPINSKI, James; ŠKEGRO, Borislav and ZUEHLKE, Thomas. **Modeling the economic performance of Yugoslavia**. New York: Praeger, 1989.

GEORGE, Donald A. R. **Economic democracy: the political economy of self-management and participation**. London: Palgrave Macmillan, 1993.

GEORGEOFF, Peter John. **The educatinal system of Yugoslavia**. Education around the World. Office of International Education, United States Department of Education. Washington: 1982.

GEORGI, Frank (dir.). **Autogestion: la dernière utopie?** Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.

GIRGLIOLI, Pier Paolo. Burocracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 2007.

GJIDARA, Marc. Les récentes réformes constitutionnelles et les problèmes de l'Etat en Yougoslavie. In : **Revue de l'Est**. Volume 3, Nº 2, 1972.

GODLER, Zlata. **The consequences of reform in Yugoslav higher education, 1960-1970**. A thesis submitted to the Faculty of Graduate Studies and Research in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. Faculty of Education, McGill University, Montreal, 1973.

GOLUBOVIĆ, Zagorka et STOJANOVIĆ, Svetozar. **La crise du système yougoslave**. Projet de recherche « Les crises des systèmes de type soviétique », dirigé par Zdeněk Mlynář et le conseil scientifique, Étude nº 14, 1986.

GRDEŠIĆ, Marko. Mapping the paths of the Yugoslav model: labour strength and weakness in Slovenia, Croatia and Serbia. In: **European Journal of Industrial Relations**, vol. 14, nº 2, 2008.

_____. Exceptionalism and its limits: the legacy of self-management in the former Yugoslavia. In: CARAWAY, Teri; COOK, Maria Lorena; CROWLEY, Stepehen (eds.). **Working through the past: labor and authoritarian legacies in comparative perspective**. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

GREENBERG, Edward S; GRUNBERG, Leon; DANIEL, Kelley. Industrial work and political participation: beyond "simple spillover". In: **Political Research Quaterly**, Vol. 49, No 2, Jun., 1996.

GRUENWALD, Oskar. **The Yugoslav Search for Man: Marxist Humanism in Contemporary Yugoslavia**. South Hadley: J. F. Bergin Publishers, 1983.

_____. Praxis and democratization in Yugoslavia: from critical Marxism to democratic socialism? In: TARAS, Raymond (ed.). **The road to disillusion: from critical Marxism to postcommunism in Eastern Europe**. Armonk: M. E. Sharpe, 1992.

GUÉRIN, Daniel. **L'anarchisme. De la doctrine à la pratique**. Suivi de : **Anarchisme et marxisme**. Paris : Gallimard, 2012.

GUILLERM, Alain et BOURDET, Yvon. **Clefs pour l'autogestion**. Paris : Seghers, 1975.

GUIMARÃES, Valeska Nahas. **Novas tecnologias de produção de base microeletrônica e democracia industrial: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina**. Tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutor em Engenharia. Florianópolis, 1995.

HAAN, Francisca de. Women as the "motor of modern life": women's work in Europe west and east since 1945. In: REGULSKA, Joanna and SMITH, Bonnie G. (eds.). **Women and gender in postwar Europe**. New York: Routledge, 2012.

HAMILTON, F. E. Ian. **Yugoslavia : patterns of economic activity**. London : G. Bell and Sons, 1968.

HARASZTI, Miklós. **Salaire aux pièces: ouvrier dans um pays de l'Est**. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. In: **Science**, New Series, Vol. 162, No. 3859, Dec. 1968.

HELOANI, José Roberto M. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORVAT, Branko. **Teoria de la planificación económica**. Barcelona: Oikos-tau, 1970.

_____. **Socialismo y economia en Yugoslavia**. Buenos Aires: Periferia, 1974.

_____. **The Yugoslav Economic System: the first labor-managed economy in the making**. Nova Iorque: International Arts and Sciences Press, 1976.

HORVAT, Branko; MARKOVIĆ, Mihailo; SUPEK, Rudi. **Self-Governing Socialism: a reader**. V.1 e V. 2. Nova Iorque: International Arts and Sciences Press, 1975.

HODSON, Randy; SEKULIĆ, Duško and MASSEY, Garth. National tolerance in the former Yugoslavia. In: **American Journal of Sociology**, Vol. 99, No. 6, May, 1994.

HUDSON, Kate. **Breaking the South Slav dream: the rise and fall of Yugoslavia**. London/Sterling: Pluto Press, 2003.

HUNNIUS, Gerry; GARSON, G. David; CASE, John (eds.). **Workers' Control. A Reader on Labor and Social Change**. New York: Vintage Books, 1973.

IDE (Industrial Democracy in Euope – International Research Group). Industrial democracy in Europe revisited: summary and conclusions. **Social Science Information** (SAGE, London, Newbury Park and New Delhi), 31, 4, 1992.

ILO (International Labour Office). **Workers' management in Yugoslavia**. Genebra: La Tribune de Genève, 1962.

JAKIR, Aleksandar. Workers' Self-Management in Tito's Yugoslavia Revisited. In: **Social Movements in Southeast Europe. Reassessment of Historiography and Perspectives for Future Research**. Mitteilungsblatt des Instituts für soziale Bewegungen. Forshungen und Forschungsberichte. Nº 33, 2005.

_____. The economy trigger – the status of 'nationality' in a 'self-managed' economy during the 1960s and 1970s in Socialist Yugoslavia. In: CALIC, Marie-Janine ; NEUTATZ, Dietmar ; OBERTREIS, Julia (eds.). **The Crisis of Socialist Modernity: The Soviet Union and Yugoslavia in the 1970s.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2011.

JEROVŠEK, Janez e MOŽINA, Stane. Efficiency and democracy in self-managing enterprises. In: OBRADOVIĆ, Josip and DUNN, William N (eds.). **Workers' self-management and organizational power in Yugoslavia**. Pittsburgh: University Center for International Studies, University of Pittsburgh, 1978.

JOVANIC, Tatjana. Serbian consumer movement. In: BROBECK, Stephen and MAYER, Robert N. (eds.). **Watchdogs and whistleblowers: a reference guide to consumer activism**. Santa Barbara: Greenwood, 2015.

JOVIĆ, Dejan. **Yugoslavia: a state that withered away**. West Lafayette: Purdue University Press, 2009.

KARDELJ, Edvard. **Socialist democracy: in its effect on the whole development and social life of Yugoslavia**. Belgrado: Federation of Yugoslav Jurists Associations, 1952.

_____. **Les contradictions de la propriété sociale dans le système socialiste**. Paris: Anthropos, 1976.

_____. **As vias da democracia na sociedade socialista**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

_____. **Tito and Socialist Revolution in Yugoslavia**. Belgrado: STP, 1980.

_____. **Self-Management and Planning**. Belgrado: STP, 1980.

KNIGHT, Peter T. **Financial discipline and structural adjustment in Yugoslavia: rehabilitation and bankruptcy of loss-making enterprises**. World Bank Staff Working Papers, No. 705. Washington: The World Bank, 1984.

KOLAJA, Jiri. **Workers' councils: the Yugoslav experience**. London : Tavistock, 1965.

KOLM, Serge-Christophe. **La transition socialiste : la politique économique de gauche**. Paris : Les Éditions du Cerf, 1977a.

_____. **Les élections sont-elles la démocratie ?** Paris : Les Éditions du Cerf, 1977b.

_____. **La bonne économie. La réciprocité générale**. Paris : P.U.F., 1984.

KONRÁD, György et SZELÉNYI, Iván. **La marche au pouvoir des intellectuels: le cas des pays de l'Est**. Paris : Éditions du Seuil, 1979.

KRULIC, Joseph. D'une autogestion l'autre: Paris-Belgrade 1948-1985. In : **Pouvoirs, revue française d'études constitutionnelles et politiques**, nº 52, Démocratie, janvier 1990.

KOUASSIVI-NOAH-BENISSAN, Emmanuel-Listambert. **L'autogestion yougoslave : sont but, ses applications, ses ambiguités, ses ambivalences et son avenir dans l'Europe de demain**. Thèse de Doctorat. Departement de Sciences Politiques, Université de Paris VIII, 1995.

KRASNIQI, Gëzim. Socialism, national utopia, and rock music : inside the Albanian rock scene of Yugoslavia, 1970-1989. In : **East Central Europe**, No. 38, 2011.

KULLASHI, Muhamedin. **Humanisme et haine : les intellectuels et le nationalisme en ex-Yougoslavie**. Paris : L'Harmattan, 1998.

LASSERRE, Georges. **A empresa socialista na Jugoslávia**. Lisboa: Morais, 1966.

LE NORMAND, Brigitte. Automobility in Yugoslavia between urban planner, market, and motorist: the case of Belgrade, 1945-1972. In: SIEGELBAUM, Lewis H. (ed.). **The socialist car: automobility in the Eastern bloc**. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

_____. **Designing Tito's capital: urban planning, modernism, and socialism in Belgrade**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2014.

LEBOWITZ, Michael A. **Más allá de El capital. La economía política de la clase obrera en Marx**. Madrid: Ediciones Akal, 2005.

_____. **The Contradictions of Real Socialism: The Conductor and The Conducted**. New Delhi: Aakar Books, 2013.

LEWIN, Moshe. **O século soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LILLY, Carol S. **Power and persuasion: ideology and rhetoric in Communist Yugoslavia (1944-1953)**. Boulder: Westview Press, 2001.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? In: **Sociologias**, UFRGS, vol. 12, n. 25, set.-dec., 2010.

LIMA, Jacob Carlos (org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

LINDEN, Marcel van der. **Western Marxism and the Soviet Union. A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917**. Leiden and Boston: Brill, 2007.

LOCHER, Fabien. Les pâturages de la guerre froide: Garrett Hardin et la « tragédie des communs ». In : **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, Nº 60-1, 2013.

LOCKS FILHO, Pompilio e VERONESE, Marília Veríssimo. Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon, Bourdet e Guillerm. In: **Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais**, nº 36, abril de 2012.

LÓRÁND, Zsófia. **Feminism as counterdiscourse in Yugoslavia in two different contexts**. Submitted to Central European University, History Department, in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. Budapest, Hungary, 2007.

LOWINGER, Jake. **Economic reform and the 'double movement' in Yugoslavia: an analysis of labor unrest and ethno-nationalism in the 1980s**. PhD dissertation, Johns Hopkins University, 2009.

LUTARD-TAVARD, Catherine. **La Yougoslavie de Tito écartelée: 1945-1991**. Paris: Editions L'Harmattan, 2005.

MAGALINE, A. D**. Lutte de classes et dévalorisation du capital: contribution à la critique du révisionnisme**. Paris: F. Maspero, 1975.

MAGAŠ, Branka. **The destruction of Yugoslavia: tracking the break-up 1980-92**. London/New York: Verso, 1993.

MAGID, Alvin. **Private lives/public surfaces: grassroots perspectives and the legitimacy question in Yugoslav socialism**. New York: Columbia University Press, 1991.

MANDEL, Ernest. Le grand débat économique. In: **Partisans**, No. 37, avr.-jui., 1967.

_____. In defense of socialist planning. In: **New Left Review**, n° 159, sep-oct, 1986.

_____. The mith of Market Socialism. In: **New Left Review**, n° 169, may-june, 1988.

_____. **Socialismo x mercado**. São Paulo: Ensaio, 1991.

_____. Plan ou marché – la troisième voie. In : **Critique Communiste: revue theorique**, n° 106-107, 1991.

MARINKOVIĆ, Radivoje. Participation and the decision-making process in the commune. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

MARKOVIĆ, Goran. Workers' Councils in Yugoslavia: successes and failures. In: **Socialism and Democracy**, Vol. 25, No. 3, November 2011.

MARKOVIĆ, Mihailo. **The Contemporary Marx: essays on humanist communism**. Nottingham: Spokesman books, 1974.

_____. Self-government and Planning. In: HORVAT, Branko; MARKOVIĆ, Mihailo; SUPEK, Rudi (eds.). **Self-governing Socialism. A reader**. Vol. 1 e 2. New York: International Arts and Sciences Press, 1975.

MARKOVIĆ, Mihailo ; COHEN, Robert S. **Yugoslavia: The Rise and Fall of Socialist Humanism. A History of the Praxis Group**. Nottingham: Spokesman Books, 1975.

MARKOVIĆ, Predrag. Where have all the flowers gone? Yugoslav culture in the 1970s. In: CALIC, Marie-Janine ; NEUTATZ, Dietmar ; OBERTREIS, Julia (eds.). **The Crisis of Socialist Modernity: The Soviet Union and Yugoslavia in the 1970s.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2011.

MARQUES, Rosa Maria. O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Élson. São Paulo: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n° 2, jun. 1998.

MARTIN, Dominique. **Démocratie industrielle: la participation directe dans les entreprises**. Paris : Presses Universitaires de France, 1994.

MARTORANO, Luciano C. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. **Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. (livro 4 de O Capital). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3. Tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, v. 2.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MASSEY, Garth; HODSON, Randy and SEKULIĆ, Duško. Ethnic enclaves and intolerance: the case of Yugoslavia. In: **Social Forces**, Vol. 78, No. 2, Dec., 1999.

McBRIDE, William L. **From Yugoslav Praxis to Global Pathos: Anti-Hegemonic Post-post-marxist Essays**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

McNALLY, David. **Against the market: political economy, market socialism and the Marxist critique**. Londres – Nova Iorque: Verso, 1993.

MEISTER, Albert. **Socialisme et autogestion: l'expérience Yougoslave**. Paris: Seuil, 1964.

_____. **Où va l'autogestion yougoslave?** Paris : Anthropos, 1970.

MENDONÇA, Luis Eduardo Carvalheira de. **Participação na organização. Uma introdução a seus fundamentos, conceitos e formas**. Monografia apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública (FGV) para a obtenção do grau de mestre em Administração Pública. Rio de Janeiro, 1986.

MENEGHELLO-DINCIC, Kruno. Evolution récente des conseils ouvriers Yougoslaves. In: **Revue de l'Est**. Volume 3, Nº 2, 1972.

MESA-LAGO, Carmelo. Le débat socialiste sur les stimulants économiques et moraux à Cuba. In : **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 26e année, No. 2, Mar.-Apr., 1971.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. De que falam os marxistas quando falam em classes? **Revista Mediações, Londrina**, v. 3, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 1998.

_____. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002.

_____. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. In: **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 59, São Paulo, 2005.

_____. Democracia e sociedade de classes. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9, Brasília, set.-dez. 2012.

_____. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". In: **Lua Nova**, São Paulo, nº 92, 2014.

MILENKOVICH, Deborah. **Plan and market in Yugoslav economic thought**. New Haven: Yale University Press, 1971.

MIRKOVIĆ, Damir. Sociology in Yugoslavia Today. In: **International Review of Modern Sociology**, vol. 6, n. 2, Autumn, 1976.

MIŠINA, Dalibor. **'Who's that singing over there?': Yugoslav rock-music and the poetics of social critique**. A thesis submitted to the Faculty of Graduate Studies and Research in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. Sociology. University of Alberta, 2008.

_____. "Spit and Sing, My Yugoslavia": New Partisans, social critique and Bosnian poetics of the patriotic. In: **Nationalities Papers**, Vol. 38, No. 2, March 2010.

_____. "Anarchy all over Baščaršija": Yugoslavia's new socialist culture and the New Primitives poetics of the local. In: **Journal of Historical Sociology**, Vol. 26, No. 2, 2013.

MOTAMED-NEJAD, Ramine (dir.). **URSS et Russie : rupture historique et continuité économique**. Paris : Presses universitaires de France, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOŽINA, Stane. La participation des membres des organes d'autogestion à la prise de décisions. In : **Revue de l'Est**. Vol. 3, nº 2-3, Année 1972.

MULDER, Mauk. Power equalization through participation? In: **Administrative Science Quaterly**, Vol. 16, No 1, Organizational Leadership, Mar., 1971.

_____. The learning of participation. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 4: Hierarchical Organizations, Zagreb, 1973.

_____. **The daily power game**. Leiden: H. E. Stenfert Kroese, 1977.

MURPHY, Kevin. **Revolution and counterrevolution: class struggle in a Moscow metal factory**. Chicago: Haymarket Books, 2007.

MUSIĆ, Goran. **1968 Movements in Belgrade and Mexico City: A Comparative Analysis**. Master Tesis, Universität Wien, Universität Leipzig, Vienna, 2008.

_____. Yugoslavia: workers' self-management as state paradigm. In: NESS, Immanuel; AZZELLINI, Dario (org.). **Ours to Master and to Own: Workers' Control from the Commune to the Present**. Chicago: Haymarket Books, 2011.

_____. **Serbia's Working Class in Transition 1988-2013**. Belgrade: Rosa Luxemburg Stiftung, 2013.

_____. **The self-managing factory after Tito. The crisis of Yugoslav socialism on the shop floor**. Thesis submitted for assessment with a view to obtaining the degree of Doctor of History and Civilization of the European University Institute. Florence, January, 2016a.

_____. 'They came as workers and left as Serbs': The role of Rakovica's blue-collar workers in Serbian social mobilizations of the late 1980s. In: DUDA, Igor; STUBBS, Paul; ARCHER, Rory (eds.). **Social inequalities and discontent in Yugoslav socialism**. Abingdon: Routledge, 2016b.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: economia solidária e utopia. In: **Otra Economía**, Vol. 2, Nº 3, 2008.

NAVILLE, Pierre. **Le nouveau Léviathan. 2. Le salaire socialiste**. Paris : Ed. Anthropos, 1970.

_____. **Le nouveau Léviathan. 3. Sur l'histoire moderne des théories de la valeur et de la plus-value**. Paris : Ed. Anthropos, 1970.

_____. **Le nouveau Léviathan. 5. La bureaucratie et la révolution**. Paris : Ed. Anthropos, 1972.

_____. **Le nouveau Léviathan. 4. Les échanges socialistes**. Paris : Ed. Anthropos, 1974.

_____. **Le temps, la technique, l'autogestion**. Paris: Syros, 1980.

NESS, Immanuel; AZZELLINI, Dario (org.). **Ours to Master and to Own: Workers' Control from the Commune to the Present**. Chicago: Haymarket Books, 2011.

NOVE, Alec. Markets and Socialism. **New Left Review**, n° 161, january-february, 1987.

_____. **A economia do socialismo possível – lançado o desafio: socialismo com Mercado**. São Paulo: Ática, 1989.

NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____ (org.). **Retorno do caracol à sua concha**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NOVOSEL, Pavao. Self-Managerial Participation and the Great China Wall of Communication. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

OBRADOVIĆ, Josip. Distribution of participation in the process of decision making on problems related to the economic activity of the company. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 2: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1972.

_____. Workers' participation: who participates? In: **Industrial Relations**, Vol. 14, No 1, February 1975.

OBRADOVIĆ, Josip and DUNN, William N (eds.). **Workers' self-management and organizational power in Yugoslavia**. Pittsburgh: University Center for International Studies, University of Pittsburgh, 1978.

OLESZCZUK, Thomas. Convergence and counteraction: Yugoslavia's "antitechnocratic" campaign and electoral results, 1957-1974. In: **Comparative Political Studies**, Vol. 13, No 2, July 1980.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PALERMO, Giulio. "Review of 'The economic theory of socialism and the labour-managed firm' by B. Jossa and G. Cuomo". In: **History of Economic Ideas**, vol. 7, n. 1-2, 1999.

PALMIER, Jean-Michel. Les difficultés de "praxis" et de l'École d'été de Korčula. In : **L'Homme et la société**, nº 27, 1973.

PAŠIĆ, Najdan; GROZDANIĆ, Stanislav and RADEVIĆ, Milorad (eds.). **Workers' management in Yugoslavia: recent developments and trends**. Geneva: International Labour Office, 1982.

PASTUOVIĆ, Nikola. Education and training for self-management. In: OBRADOVIĆ, Josip and DUNN, William N. **Workers' self-management and**

organizational power in Yugoslavia. Pittsburgh: University Center for International Studies, University of Pittsburgh, 1978.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Participatory democracy revisited. In: **Perspectives on Politics**, Vol. 10, No. 1, 2012.

PATTERSON, Patrick Hyder. **Bought and sold: living and losing the good life in socialist Yugoslavia**. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

PERISSINOTTO, Renato M. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. In: **Lua Nova**, n. 71, p. 81-121, São Paulo, 2007.

_____. Marxismo e ciência social: um balance crítico do marxismo analítico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p. 113-128, jun. 2010.

_____. Marx e a análise contemporânea de classe. In: CODATO, Adriano N.; PERISSINOTTO, Renato M. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

PEROVIĆ, Jeronim. The Tito-Stalin split: a reassessment in light of new evidence. In: **Journal of Cold War Studies**, Vol. 9, N. 2, Spring 2007.

PERVAN, Ralph. **Tito and the Students. The University and the University Student in Self-Managing Yugoslavia**. Nedlands: University of Western Australia Press, 1978.

PETROVIĆ, Gajo. **Marx in the mid-twentieth century: a yugoslav philosopher reconsiders Karl Marx's writings**. New York: Anchor Books, 1967.

PETROVIĆ, Milan. Student's Movements of 1968 – Unfinished Revolution. In: **Facta Universitatis – Law and Politics**, Issue 5, Nº 1/2007.

PIENKOS, Andrew. Socialist transition in the capitalist world-economy: the Yugoslav experience. In: **The Insurgent Sociologist**, Vol. 12, Nº 1-2, Janeiro1984.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PRAŠNIKAR, Janez and PRAŠNIKAR, Vesna. The Yugoslav self-managed firm in historical perspective. In: **Economic and Industrial Democracy**, Vol. 7, 1986.

PRAŠNIKAR, Janez and ŠVEJNAR, Jan. Workers' participation in management vs. social ownership and government policies: Yugoslav lessons for transforming socialist economies. In: **Comparative Economic Studies**, Vol. 33, No. 4, 1991.

PRAŠNIKAR, Janez; ŠVEJNAR, Jan; MIHALJEK, Dubravko and PRAŠNIKAR, Vesna. Behavior of participatory firms in Yugoslavia: lessons for transforming economies. In: **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 76, No. 4, Nov., 1994.

PROUT, Christopher. **Market Socialism in Yugoslavia**. London: Oxford University Press, 1985.

PUTNAM, George William. **The structure of working-class economic inequality under Market socialism: a labor market analysis of blue-collar workers in Yugoslavia**. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Sociology in the Graduate College of the University of Illinois at Urbana-Champaign, 1986.

QUEIROZ, Bertino Nóbrega de. **A autogestão iugoslava**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUIJOUX, Maxime. **Néolibéralisme et autogestion. L'expérience argentine**. Paris : Éditions de l'IHEAL, 2011.

RAJKOVIC, Stepan. Une Analyse du phénomène de la grève en Yougoslavie. **Problèmes Economiques**, (1332) :9, Paris, 1973.

RAMONDT, Joop. Workers' self-management and its constraints : the Yugoslav experience. In : **British Journal of Industrial Relations**, vol. 17, no 1, 1979.

ROBELIN, Jean. **Marxisme et socialisation**. Paris : Meridiens-Klincksieck, 1989.

ROCHA, Roberto de Rezende. **Inflation and stabilization in Yugoslavia**. Policy, Research, and External Affairs. Working papers. Macroeconomic Adjustment and Growth Division, Country Economics Department. Washington: The World Bank, 1991.

ROLLE, Pierre. **Introduction à la sociologie du travail**. Paris : Librairie Larousse, 1971.

ROSANVALLON, Pierre. **L'âge de l'autogestion**. Paris : Seuil, 1976.

_____. **O liberalismo econômico: história da ideia de mercado**. Bauru: EDUSC, 2002.

ROSDOLSKY, Roman. La limite historique de la loi de la valeur: l'ordre social socialiste dans l'oeuvre de Marx. **Critiques de l'Economie Politique**, n° 6, Janvier-Mars, 1972.

_____. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EdUERJ – Contraponto, 2001.

ROUX, Michel. Problèmes agraires yougoslaves. In: **Études rurales**, nº 73, 1979.

RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

RUS, Veljko. Self-management Egalitarianism and Social Differentiation. In: **Praxis**, Édition Internationale, 6º année, nº 1-2, Zagreb, 1970a.

_____. Influence structure in Yugoslav enterprise. In: **Industrial Relations**, Vol 9, No 2, 1970b.

_____. The limits of organized participation. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 2: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1972.

_____. Les problèmes de la démocratie participative. In : **Étatisme et autogestion: bilan critique du socialisme yougoslave**. Paris: Editions Anthropos, 1973.

_____. Enterprise power structure. In: OBRADOVIĆ, Josip and DUNN, William N (eds.). **Workers' self-management and organizational power in Yugoslavia**. Pittsburgh: University Center for International Studies, University of Pittsburgh, 1978.

RUSINOW, Dennison. **The Yugoslav experiment: 1948-1974**. California: University of California Press, 1977.

_____. **Yugoslavia: oblique insights and observations**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

RUTAR, Sabine (ed). **Beyond the Balkans. Towards an Inclusive History of Southeastern Europe**. Münster et al.: Lit, 2013.

SAAD FILHO, Alfredo. **O valor de Marx. Economia política para o capitalismo contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SAMARY, Catherine. **Le marché contre l'autogestion: l'expérience Yougoslave**. Paris : Publisud – La Brèche, 1988.

_____. Plan, marché et démocratie: l'expérience des pays dits socialistes. **Cahiers d'étude et de recherche**, n° 7-8. Amsterdam: Institut International de Recherche et de Formation, 1988a.

_____. La fragmentation de la Yougoslavie : une mise en perspective. **Cahiers d'étude et de recherche**, nº 19-20. Amsterdam : Institut International de Recherche et de Formation, 1992.

_____. **Yugoslavia dismembered**. New York: Monthly Review Press, 1995.

_____. Les conceptions d'Ernest Mandel sur la question de la transition au socialisme. In: ACHCAR, Gilbert (dir.). **Le marxisme d'Ernest Mandel**. Paris : PUF, 1999.

_____. Des buts et des moyens, quel projet autogestionnaire socialiste ? **La Pensée**, n°321, janv.-mars, 2000.

_____. Réinsérer la Serbie dans l'analyse de la transition. Rapports de propriété, État et salariat. In : **Revue d'études comparatives Est-Ouest**, vol. 35, nº 1-2, 2004.

_____. Du juin 1968 yougoslave aux impasses du titisme. In : **Contretemps**, nº 22, mai, 2008.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estruturas de posições de classes no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na reanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SARIC, Muhamed and RODWIN, Victor G. The once and future health system in the former Yugoslavia: myths and realities. In: **Journal of Public Health Policy**, Vol. 14, No. 2, Summer, 1993.

SCHIERUP, Carl-Ulrik. Quase-proletarians and a patriarcal bureaucracy: aspects of Yugoslavia's re-peripheralisation. In: **Soviet Studies**, Vol. 44, No. 1, 1992.

SCHMIDT, Carlos e NOVAES, Henrique T (orgs.). **Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SCHRENK, Martin; ARDALAN, Cyrus and TATAWY, Nawal A. El (coord.). **Yugoslavia: self-management socialism and the challenges of development**. Report of a mission sent to Yugoslavia by the World Bank. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1979.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SECOR, Laura. Testaments betrayed: Yugoslavian intellectuals and the road to war. In: **Linguafranca**, The review of academic life, Vol. 9, N. 6, September 1999.

SEGNINI, Liliana R. P. **O que é mercadoria?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Anton Pannekoek e os conselhos operários**. In: III Congresso Estadual de Sociólogos, São Paulo, 1985.

_____. **A liturgia do poder: trabalho e disciplina**. São Paulo: Educ, 1988.

SEKULIĆ, Duško; MASSEY, Garth and HODSON, Randy. Ethnic intolerance and ethnic conflict in the dissolution of Yugoslavia. In: **Ethnic and Racial Studies**, Vol. 29, No. 5, Sep., 2006.

SELMANOVIC, Amir. **Self-managed Tuzla: the development of a working class city**. A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. Washington State University, December 2015.

SÈVE, Lucien; TEXIER, Jacques; SAMARY, Catherine. **Socialización, democracia, autogestión: un debate marxista en los tiempos de la izquierda plural**. Madrid: El Viejo Topo, 2004.

SHER, Gerson S. **Praxis: Marxist criticism and dissent in Socialist Yugoslavia**. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

SINGER, Paul. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Temporaes, 1999.

SINGER, Paul e MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGH, Parbudyal; BARTKIW, Timothy J. and SUSTER, Zeljan. The Yugoslav experience with workers' councils: a reexamination. In: **Labor Studies Journal**, vol. 32, no 3, September 2007.

SINGLETON, Fred; CARTON, Bernard. **Economy of Yugoslavia**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1982.

SINTOMER, Yves. **La démocratie impossible? Politique et modernité chez Weber et Habermas**. Paris : Éditions La Découverte & Syros, 1999.

SOLJAGA, Dorothy Darinka. **Education and nationalism in the former Yugoslavia: a policy analysis of educational reform from 1974-1991**. Dissertation presented in partial fulfillment of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in the Graduate School of The Ohio State University, 1998.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha. Aproximação a um grupo quase esquecido: os marxistas iugoslavos do Praxis. In: **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, vol. 15, 2016.

SPASKOVSKA, Ljubica. Stairway to Hell: the Yugoslav rock scene and youth during the crisis decade of 1981-1991. In: **East Central Europe**, No. 38, 2011.

STIGLITZ, Joseph. **Whither socialism?** Cambridge; London: MIT Press, 1994.

STOJANOVIĆ, Svetozar. **Between ideals and reality: a critique of socialism and its future**. New York and London: Oxford University Press, 1973.

_____. From Post-revolutionary Dictatorship to Socialist Democracy. In: **Praxis**, édition internationale, nº 4, Zagreb, 1973a.

_____. **The fall of Yugoslavia: why communism failed**. Amherst: Promotheus Books, 1997.

SUPEK, Rudi (org.). **Étatisme et autogestion: bilan critique du socialisme yougoslave**. Paris: Editions Anthropos, 1973.

SUPEK, Rudi. Some Contradictions and Insufficiencies of Yugoslav Self-Managing Socialism. In: **Praxis**, édition internationale nº 3-4, Zagreb, 1971.

_____. **Pratiques et problèmes de l'autogestion en Yougoslavie. Analyse globale et sectorielle**. Rapports/Études, Division de l'étude du développement, UNESCO, Paris, 1985.

SUVIN, Darko. **Splendour, Misery, and Possibilities: An X-Ray of Socialist Yugoslavia**. No prelo, S/D.

SWEEZY, Paul M.; BETTELHEIM, Charles. **Algunos problemas actuales del socialismo**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

TANIĆ, Živan. Dimensions and factors of the apperception of self-management. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 1: Prva Međunarodna Konferencija o Participaciji i Samoupravljanju, Zagreb, 1972.

TANNENBAUM, Arnold; KAVČIČ, Bogdan; ROSNER, Menachem; VIANELLO, Mino and WIESER, Georg. **Hierarchy in organizations: an international comparison**. San Francisco/Washington/London: Jossey-Bass Publishers, 1974.

TAYLOR, Patricia A; GRANDJEAN, Burke D. and TOŠ, Niko. Work satisfaction under Yugoslav self-management: on participation, authority, and ownership. In: **Social Forces**, vol. 65, no. 4, Jun 1987.

TESIJA, Jelena. **The end of the AFŽ – The end of meaningful women's activism? Rethinking the history of women's organizations in Croatia, 1953-1961**. Submitted to Central European University, Department of Gender Studies, in partial fulfillment for the degree of Master of Arts in Gender Studies. Budapest, Hungary, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TITO, Josip Broz. **O caminho (socialista) da Iugoslávia**. Rio de Janeiro: Saga, 1959.

_____. **A mensagem da Iugoslávia**. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

_____. **Documentos, discursos, mensagens**. Lisboa: Europa-América, 1977.

TOMIĆ, Stojan T. The Relationship between Urbanization and Citizen Participation. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **A revolução russa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

_____. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

_____. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais. In: **Trabalho necessário**, ano 6, nº 7, 2008.

TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas: Unicamp – IFCH, 2005.

TYSON, Laura D'Andrea. A permanent income hypothesis for the Yugoslav firm. In: **Economica**, New Series, Vol. 44, No. 176, Nov., 1977.

UNESCO. **The development of education in Yugoslavia: 1974-1976**. National Commission for Unesco. Republican Institute for the Advancement of Training and Education. Belgrade: 1978.

UNKOVSKI-KORICA, Vladimir. Workers' councils in the service of the market: new archival evidence on the origins of self-management in Yugoslavia 1948-1950. In: **Europe-Asia Studies**, Vol. 66, No. 1, January 2014.

UVALIĆ, Milica. **Investment and property rights in Yugoslavia: the long transition to a market economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **Privatisation and corporate governance in Serbia (FR Yugoslavia)**. Global Development Network for Southeast Europe (GDN SEE) launched by the World Bank and the Austrian government in cooperation with the WIIW (Vienna) Project on Long-Term Development in Southeast Europe. Florence, December 2001.

VALVERDE, Antonio José R. Utopia e intervenção na ordem política. In: **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, nº 186, nov. 2016.

VALVERDE, Antonio José R. e MACHADO, Rodolfo C. **Maurício Tragtenberg: autogestão social e pedagógica**. São Paulo: Educ, 2016.

VANEK, Jaroslav. **La economía de participación: hipótesis de evolución y estrategia para el desarrollo**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974.

_____. **The Labor-Managed Economy: Essay**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1977.

VASCONCELOS, Joana Salém. Acumulação socialsita originária e o debate econômico da transição em Cuba. In: **Leituras de Economia Política**, Campinas, (19), dez. 2011.

VEJNOVIĆ, Milos. Influence structure in a self-managing enterprise. In: OBRADOVIĆ, Josip and DUNN, William N (eds.). **Workers' self-management and organizational power in Yugoslavia**. Pittsburgh: University Center for International Studies, University of Pittsburgh, 1978.

VENOSA, Roberto**. L'autogestion en Yougoslavie: 1950-1970. Une tentative de réévaluation du processus de l'institutionalisation d'une typologie de l'organisation**. Thèse de Doctorat de 3ème Cycle. École des Hautes Études en Sciences Sociales. 1979.

_____. A evolução da participação nas organizações autogeridas iugoslavas. In: **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 21(1), jan./mar., 1981.

VERBA, Sidney e SHABAD, Goldie. Workers' Councils and Political Stratification: The Yugoslav Experience. In: **The American Political Science Review**. Vol. 72, No. 1, Mar., 1978.

VICK, Jason William. **A 21st century defense of participatory democracy**. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of doctor of philosophy in political science. University of California, Irvine, 2015.

VIDAKOVIĆ, Zoran. L'autogestion et la lutte des classes. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

VIEITEZ, Candido Giraldez e DAL RI, Neusa Maria. Virtualidades político-sociais das organizações econômicas dos trabalhadores. In: **Org & Demo**, Marília, Vol. 1, No. 1, 2000.

VODOPIVEC, Milan. Determination of earnings in Yugoslav firms: can it be squared with labor management? In: **Economic Development and Cultural Change**, Vol. 41, No. 3, Apr., 1993.

VRCAN, Srđan. Working-class youth and the workers' self-management. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and Self-Management. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in Self-Management, Zagreb, 1973.

VUJISIĆ-ŽIVKOVIĆ, Nataša. Constitutive discontinuity. Educaiton and pedagogy in the socialistic Serbia (1945-1990). In: **Journal of Contemporary Educational Studies**, 2, 2015.

VUJISIĆ-ŽIVKOVIĆ, Nataša; SPASENOVIĆ, Vera. Modernisation, ideology and transformation of educational science – former Yugoslavia case (1918-1990). In: **Pedagogija**, LXV, 2, 2010.

_____. The development of pedagogy as an academic discipline in Serbia – between scientific and vocational needs. In: **Journal of Contemporary Educational Studies**, 3, 2016.

VUKAZICH, Nevenka. **An overview of Yugoslav education with emphasis on secondary education as revised in 1958**. A project presented to the Faculty of the School of Education, University of Southern California, in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science in Education, May, 1962.

VUŠKOVIĆ, Boris. Social inequality in Yugoslavia. **New Left Review**, n° 95, Jan-Feb, 1976.

WAGENER, Hans-Jürgen (ed.). **Economic thought in Communist and Post-Communist Europe**. London/New York: Routledge, 1998.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

WEILL, Claudie. La revue *Autogestion* comme observatoire des mouvements d'émancipation. In : **L'Homme et la société**, vol. 132, nº 132-133, année 1999.

WHITEHORN, Alan. **Alienation and socialism: an analysis of Yugoslav workers' self-management**. A thesis submitted to the Faculty of Graduate Studies in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. Carleton University, Ottawa, Canada, 1975.

WILSON, Duncan. **Tito's Yugoslavia**. London: Cambridge University Press, 1979.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

WOODWARD, Susan L. **Training for self-management: patterns of authority in Yugoslav secondary schools.** A dissertation presented to the Faculty of Princeton University in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy. November, 1974.

_____. **Socialist Unemployment: The Political Economy of Yugoslavia (1945-1990)**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

WRIGHT, Erik O. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Classes**. London: New Left Books, 1985.

_____. **Interrogating Inequality: essays on class analysis, socialism and Marxism**. London: Verso, 1994.

ŽABIĆ, Sarah D. ***Praxis*, student protest, and purposive social action: the humanist Marxist critique of the League of Communists of Yugoslavia, 1964-1975**. Dissertation of Masters of Arts. Kent State University, 2010.

ZAHARIJEVIĆ, Adriana. Dissidents, disloyal citizens and partisans of emancipation: Feminist citizenship in Yugoslavia and post-Yugoslav spaces. In: **Women's Studies International Forum**, Vol. 49, March-April 2015.

ZUKIN, Sharon. **Beyond Marx and Tito: theory and practice in Yugoslav Socialism**. Londres-Nova Iorque: Cambridge University Press, 1975.

_____. The Problem of Social Class under Socialism. In: **Theory and Society**, Vol. 6, No. 3, Nov. 1978.

_____. The Representation of Working-Class Interests in Socialist Society: Yugoslav Labor Unions. In: **Politics & Society**, Vol. 10, No. 3, 1981.

ŽUPANOV, Josip. Participation and influence. In: HORVAT, Branko; MARKOVIĆ, Mihailo; SUPEK, Rudi. **Self-Governing Socialism: a reader**. V. 2. Nova Iorque: International Arts and Sciences Press, 1975.

_____. Egalitarianism and industrialism. In: OBRADOVIĆ, Josip and DUNN, William N (eds.). **Workers' self-management and organizational power in Yugoslavia**. Pittsburgh: University Center for International Studies, University of Pittsburgh, 1978.